



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

### Usage guidelines

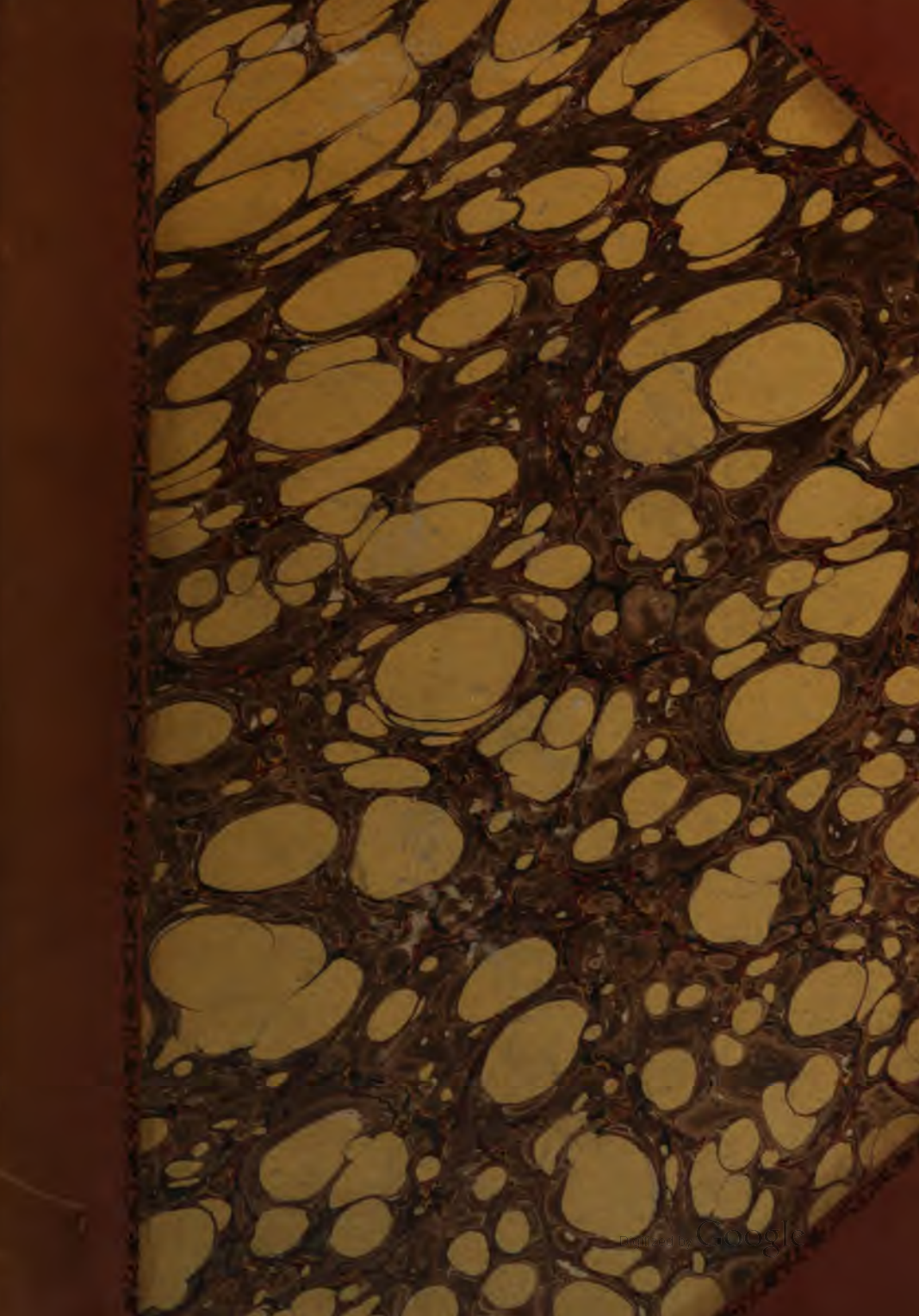
Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

### About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



54. b. 7













**MEMORIAS**  
**DE**  
**L I T T E R A T U R A**  
**P O R T U G U E Z A.**



MEMORIAS  
DE  
LITTERATURA  
PORTUGUEZA,  
PUBLICADAS  
PELA  
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS  
DE LISBOA.

---

*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.*

---

TOMO II.



LISBOA  
NA OFFICINA DA MESMA ACADEMIA.

ANNO M. DCC. XCII.

*Com licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame,  
e Censura dos Livros.*





## MEMORIA

### *Para a Historia da Agricultura em Portugal.*

**Q**UERRER principiar a Historia da Agricultura em Portugal desde antes da fundação, e independencia desta Monarquia, he querer tirar a luz do centro da obscuridade. Nossos maiores pouco sollicitos de nos deixarem memorias, e o tempo consumidor de tudo, nos embaraça de subir tão longe. Na falta de testemunhos precisos, e particulares, bem podemos lembrar-nos de huma idéa vaga, e geral, de que os Gregos, os Romanos, os Septemtrionaes, e os Arabes conheciaõ, e procuravaõ o nosso paiz, como fertil de todos os generos, que remediaõ as primeiras, e segundas necessidades da vida, e que concorrem á delicadeza, e á Policia, os quaes eu reduzo á tabella seguinte:

- 1.º Grãos = *Cerealia*.
- 2.º Legumes.
- 3.º Fructas, e Hortaliças.
- 4.º Texturas = Lans, Linhos, Sedas.
- 5.º Licores = Azeite, Vinho, Mel.
- 6.º Gado grosso = *Armenta*.
- 7.º Madeiras.

Estes são os generos, em que Portugal foi sempre fecundo. A diversidade dos tempos, fez que nem sempre florescessem igualmente. Isto he o que eu hei de hir mostrando. Como escrevo a sabios *naõ metterei pelos olhos o que digo: contento-me de o deixar ver*. Julguei que o modo mais accommodado ás minhas primeiras idéas, era discurrir pela vida de cada hum dos nossos Principes, e mos-

e mostrar ahí o augmento, ou decadencia da Agricultura, e as suas causas. Serei breve, fugindo de ser escuro.

### § I.

*Do tempo do Conde D. Henrique até a ElRei D. Pedro o I.*

O Terreno que chamamos Portugal, no tempo do Conde D. Henrique era, grande parte, senhoreado de Mouros, inimigos irreconciliaveis dos Nacionais, com quem viviaõ quasi sempre em crua guerra. O carácter da guerra d'aquelles tempos era principalmente de corridas, de salto, e de pilhagem, a onde de parte a parte se roubavaõ os fructos, e os rebanhos. Os Lavradores, destas continuas inquietações sempre afustados, a penas cultivavaõ as terras mais vizinhas ás casas fortes, e povoações muradas, donde facilmente podessem fer auxiliados das irrupções dos inimigos. Com a maõ, hora nos instrumentos da cultura, outra hora nos da guerra pela maior parte colhiaõ, e pelejavaõ.

Nas Provincias do Minho, Tras-os-Montes, e humma parte da Beira se vivia com mais repoiso. Ahí mais a salvo os Lavradores, semeavaõ, e colhiaõ. As colheitas eraõ principalmente de trigo, centeio, cevada, e legumes. As fructas, e hortalizas eraõ abundantes á proporção do povo. O azeite era rarissimo no Minho; havia sufficiente na Beira, e Tras-os-Montes: (1) do mesmo modo era o vinho. Os mais generos floresciaõ medianamente.

Ainda entaõ se naõ tinhaõ introduzido tantas differenças de qualidades na Ordem politica. Hum Lavrador era *hum homem bom*, hum homem honrado, que roda-

72

---

(1) Vemos isto por algumas escripturas, e doações daquelle tempo, que se guardaõ nos respectivos cartorios, e tambem pelos foraes. Muitos nos refere Fr. Antonio Brandaõ na Monarchia Lusitana, e o P. D. Antonio Caetano de Sousa nas Provas das Memorias Genealogicas da Serenissima Casa de Bragança.

va com todos os bons Patriotas, e occupava os honrosos cargos publicos do Lugar em que vivia.

O Conde vendo, que havia bastantes terras incultas, que era necessario cultivarem-se para a subsistencia do Estado, e que por outra parte os cuidados da guerra lhe não deixavaõ empregar-se de proposito neste empenho, buscou modo, com que, sem faltar ao ministerio das armas, promovesse a Agricultura. Repartio largamente as terras incultas por alguns corpos de *maõ morta*, como ás Cathedrais de Braga, e outras, e aos Monges Benedictinos; e tambem por muitos Senhores da sua Corte, que as fizessem cultivar. (1) A Cathedral de Braga repartio estas terras, afforando humas, dando outras aos Lavradores com a convenção de certas partilhas na colheita dos fructos.

Os Monges em parte fazendo o mesmo que a Cathedral, em parte dando ainda melhor exemplo, tambem promovêraõ a cultura. Viviaõ ainda estes respeitaveis Monges em todo o rigor dos trabalhos Monasticos. Multiplicáraõ, com o favor do Conde, os Mosteiros, aonde se recolhiaõ nas horas do repouso, e Oração. O mais tempo empregavaõ em cultivar por suas proprias mãos as terras que lhes fôraõ doadas, dando testemunho publico da sua observancia, e do amor ao trabalho honesto, e proveitoso, fundando ao mesmo tempo muitas povoações, e Fie-

---

(1) Que fez doações a varios Senhores da sua Corte, prova-se pelos testemunhos apontados nos referidos AA. = Deu a Alberto Tibao, e a seus Irmaõs, e aos mais Francezes o campo de Guimarães junto ao seu Paço. = *Sousa* T. I. das prov. n. 2. = Tambem deu a Egas Monis o sitio de Britiande, *que logo pobrou, e fez ahi quintaõ e morada.* = consta do liv. das doações do Mosteiro de Salzedas, referido por *Brandão* Part. III. liv. VIII. cap. 20. Ahi mesmo se lem estas palavras: *E D. Henrique. . . . Leixoulhes aver quanto filhavaõ e coutavalho, e assy fes a D. Gracia Rodrigues e a D. Paiaõ seu irmaõ, que lhes contou o Couto de Leomil &c.* No mesmo lugar se achaõ outros muitos testemunhos. Tambem o Conde fez fundar novas povoações de Lavradores, para multiplicar os homens, honrando a estes novos povoadores com graças e privilegios. Para prova disto basta ver o foral da *Villa de Constantim de Paços*, que refere *Sousa* no tom. 1. das Provas n. 1.

guezias para commodo d'aquelles seculares, que por algum modo se aggregavaõ ás suas lavours, donde veio fer a Provincia do Minho a mais povoada, e por consequencia a mais abundante.

Estas Communidades de Monges lavradores se augmentáraõ tanto, que além dos Mosteiros Lorvaniense, e Bubulense ferem muito povoados, o Palumbario, segundo escrevem alguns, chegou a ter 900 Monges. (1) A utilida-

---

(1) Que os Monges Benedictinos viviaõ do seu trabalho manual, já desde as suas fundações em Portugal, e antes do tempo em que fallamos, além de ser conforme á sua regra, e testificado pelos seus annaes, se deduz da doação, que fez ElRei D. Ramiro aos Monges de Lorvaõ, que não querendo elles possuir herdades, e sustentando-se como *Lavradores jornaleiros*, o Rei lhes dá huma herdade, e os obriga a acceptar = *quoniam inter istos montes non habetis campos ad laborandum.* = prova de que elles trabalhavaõ nos campos para se sustentarem. Que os Monges deste Mosteiro trabalhavaõ por suas mãos nas herdades que já depois possuiaõ, prova-se porque as suas lavours eraõ muito grandes. Taes, como se colhe de doação que lhes fez ElRei D. Sancho de Leaõ, que contendo, como quizera levantar o cerco de Coimbra por falta de viveres, acrescenta: = Os frades me deraõ de tudo o que tinhaõ para comer, *ovelhas, bois, porcos, cabras, aves, pescados, e muitos legumes, pão, e vinho sem conto* que... tinhaõ guardado &c. = Tais eraõ as suas colheitas que sustentáraõ hum Rei, e hum exercito! Estas não podiaõ ser feitas senão pelas suas mãos; porque tendo sido, depois de expugnação de Coimbra por Almanzor, levadas captivas a Sevilha = *todas as pessoas que eraõ de trabalhar.* = E algumas poucas que ficáraõ, constrangidas pela escravidão, a servir aos Mouros, que dominavaõ a terra, como podiaõ ter os Monges tanta copia de criados para taõ grandes lavours? Nem os Mouros lhos consentiriaõ, principalmente tendo taõ perto o Mosteiro Bubulense, ou da Vaccariça, que unindo-se seriaõ temiveis aos inimigos. Além disto = Os Mouros deixavaõ *traballar aos Monges* pagando-lhes certo tributo, e ainda assim os *avexavaõ.* = São palavars de hum monumento antigo referido por Fr. Manoel da Rocha no Portugal Renascido.

Que o mosteiro Palumbario, ou de Pombeiro, tivesse 900 Monges, diz Fr. Leaõ de S. Thomaz nos prologomen. ás Constituições Benedictinas. Outros duvidaõ do numero; como quer que fosse, sempre era grande. O mesmo A. refere huma passagem do Livro dos usos do dito Mosteiro, que determina, que = Na 5.<sup>a</sup> feira Maior se chamem para o Lava-pés *tantos pobres, quantos Monges houver*: e, no caso de se não acharem tantos pobres *Curet saltem* (o Abbade) *quod centum et viginti minime deficiant.* =

lidade intrinseca de Agricultura, os exemplos destes virtuosos Monges, o favor do Principe, e dos poderosos, para o augmento da povoação, e por consequencia da Cultura, tudo animou os homens, e começaram a empregar-se com mais gosto nos trabalhos da lavoura.

Neste tempo ainda não era cultivada por nós, mais que hum pequena parte da Estremadura. A Beira nem toda era cultivada. O Além-Téjo era occupado de Mouros, que não deixavam trabalhar os naturaes, opprimindo-os ou com a escravidão, ou com a guerra.

Entrou o governo d'ElRei D. Affonso Henriques, em cujo tempo já nas tres Provincias havia muita colheita de grãos, vinhos, e azeite, principalmente nas vizinhanças de Coimbra. *Duarte Galvão*, e *Duarte Nunes do Leão* nos conta, que estando este Principe em Guimarães viera os Mouros cercar Coimbra, e destruíra = *pães, hortas, vinhos, e oliveas*, com tudo era tanta a abundancia destes generos na Cidade, que *davao cinco quarteiros de trigo per hum meravidy de ouro e dous morros de vinho per outro meravidy* = são formaes palavras por que Duarte Galvão se explica. (1)

As armas Portuguezas conduzidas por este Principe foram correndo pela Estremadura, entrando por Além-Téjo, e compellindo os Mouros até aos fins da Monarquia. Novas terras conquistadas pediao novos povoadores, e colonos. Elle todo occupado na reparação da Patria, vendo que os trabalhos da guerra lhe não deixavam pôr todos os esforços no augmento da Cultura, seguiu os vestigios de seu Pai, já em cuidar, que se fizessem novas povoações, já em repartir as terras pelos Corpos de mão morta; deu muitas ás Cathedraes de Vizeu, e Coimbra, que fizerao fundar innumeraveis povoações, (2) outras

Tom. II.

B

mui-

(1) Duarte Galv. Chron. Cap. 7.

(2) Consta das nossas Chronicas, da Monarchia Lusitana, e de infinitos documentos dos referidos cartorios. *Fez das terras de Coja couto, e Senhoria dos Bispos de Coimbra, que as fizessem cultivar.* Brand. Part. III. liv. 9. Cap. 18.



muitas ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. (1) Estas corporações repartirão também as terras pelos seus colonos com foros, ou por convenções de partilhas na colheita, por terço, quarto, e oitavo; e esta foi a origem dos direitos que este Mosteiro ainda hoje tem nos campos de *Cadima*, *Tocha*, *Antuzede*, *Reveles*, *Ribeira de Frades*, *Condeixa a Nova*, e *Vetride* povoações, que aquella Communidade ou fundou, ou reedificou para commodo dos seus Lavradores.

Succedeo depois a conquista de Santarém que deu occaziaõ a que aquelle Rei doasse para o Mosteiro de Alcobaça quanto avistava da serra de *Alvards*, até ao mar. (2) Edificado o Mosteiro, fizeram os Monges o mesmo que já tinham feito as outras corporações. Dividirão, afforarão, convencionarão, edificando tantas villas, e aldeias, quantas compoem os seus Coutos. Fizerão mais ainda, alcançarão graças, izenções, e privilegios do Soberano a favor dos seus colonos, para melhor os animarem á Cultura. (3)

O mesmo que ElRei fez a estas Communidades, praticou também a favor de muitas Igrejas. A Ordem da Freiria de Evora (hoje de Aviz) teve parte nas liberalidades do Monarcha. Não contente ainda o infatigavel Soberano de tantos trabalhos pelo bem público, ordenou Colonias, já das Provincias mais povoadas, já das gentes estrangeiras, a quem, depois da tomada de Lisboa, edificou as Villas de Almada, Villa Franca, Villa Verde, Azam-

(1) O livro das doações de S. Cruz está cheio de provas. = Fez o couto de Verde a esta Casa, na Era de 1204. e deu suas terras para se fazerem abrir. = Deu também o Castello de S. Olaia. = A doação deste Castello traz *Brand. Part. III. liv. 11. Cap. 7.* Também lhe deu Leiria, da qual o Rei diz. = *Quod castrum in terra deserta ego primitus edificavi* Id. Part. III. liv. 9. Cap. 25.

(2) Desta doação falla *Duarte Galvão*, *Duarte Nunes*, *Brandão* Part. III. *Moreri* Dictionar. articul. = Alcobaça = *Marçol de Britto Alans* nas Memorias da casa de Nazareth junto á Pederneira. a transcreve.

(3) Estes privilegios lhes concedeo D. Affonso I. *Brit. Histor. do Cister. Morer. loco citat.* Confirmou-lhos D. Sancho I. *Brand. Part. III. liv. 12. cap. 3.*

Azambuja, Atouguia, Alcanede, Lourinhã, e outras : (1) foi de tanta utilidade este arbitrio, que brevemente se virão copiosas searas, aonde dantes só se viaõ intractaveis espeduras.

Succedeo a este Rei seu filho D. Sancho I. digno filho de tal pai, herdeiro da sua Corõa, e das suas intenções. Este Principe á proporção que hia conquistando, repartia as terras como seu pai, edificava novas povoações, sem se esquecer de que o augmento da povoação he o mesmo augmento da Cultura. Isto naõ era só nas terras de novo conquistadas; era tambem nas que herdára pacificamente, aonde quer que estavaõ despovoadas, ou incultas. Concedia graças, e privilegios a todas as pessoas; que empenhava nestas novas povoações de Lavradores. (2) Assim o fez ás Villas de Penamacor, Valença do Minho, Sortelha, Montemor o Novo, Penela, Figueiró, Fol-

B ii

go-

(1) *Duarte Galvão, Duarte Nunes, Faria e Sousa, Severim de Faria*, todos aquí são conformes. = Mandou fundar, e povoar Almada por Gonçallo Mendes de Souzeo, a quem a deu, e lhe deu foral. = *Brand. Part. III. liv. 10. Cap. 3.* referindo o livro dos Testamentos de S. Cruz. = Azambuja por D. Rolim ou Childe Rolim, Atouguia por Guilherme de la Corne, e Roberto seu Irmão; a Lourinhã por D. Jordaõ e seus companheiros Francezes. A Villa-Verde por D. Alardo e seus companheiros. Deu tambem terras incultas a hum D. Ligel, e a hum N. Briton, ou Briteiro. = *Brandão Part. III. liv. 10. Cap. 3.* e outros.

(2) *Faria e Sousa, Duarte Nunes, Ruy de Pina, e Severim de Faria* são conformes. = *Fes povorar a Covilhã dando os privilegios de Infanção e Potestade a todos os Cavalleiros, que a viessem habitar, e a todo o Christão captivo depois de hum anno, a liberdade, e nobreza para si, e seus descendentes.* = *Brand. Part. III. liv. 12. Cap. 3.* = *Deo fere de Infanção aos cavalleiros que povoassem a Guarda.* = *Id. Ibid. Cap. 25.* No foral de Pinhel isenta a todos os povoadores de pagarem pedidos, collectas, e portagem por todo Portugal. *Id. Ibid. Cap. 9.* = *Povorou a Villa de Valhelhas...* Deu foral á Cidade de Vizeu, e tambem ás Villas de Sea e Gouvea, e povorou Pena Macor, e lhe deu foral... E assim a Villa de Torres Novas que refes. Deu foral a Bragança. Povorou e fes de novo a Villa de Contraste (hoje Valença do Minho). Povorou de fundamento Monte-Mór o Novo, e lhe deu foral. Assim povorou Penella, e Figueiró = *Ruy de Pina Chronic. Cap. 18.*

gozinho, Covilhã, Pinhel, e a Cidade da Guarda, que todas ou fundou, ou povoou de novo.

Não consentia, que a qualquer se desse mais terra, do que aquella, que elle com sua familia, e criados podesse cultivar. (1) Tal foi n'outró tempo a politica do Consul *Cassio*. Facilitou os matrimonios, para multiplicar os cultores, repartindo novas terras pelos que casavaõ de novo. Verdadeiro imitador dos Legisladores Gregos, e Romanos. (2) Foi no seu tempo tanta a colheita dos generos de primeira necessidade, que não obstante a grande fome, succedida ao Eclipse de 1199. *da era de Christo* e a dous annos de continuas tempestades, em que morreo de fome innumeravel gente na Europa, elle ainda affim pôde sustentar a guerra do Algarve, e do Alê-m-Têjo. (3)

Até por sua morte quiz este Rei mostrar quanto favorecia os Lavradores, e procuráva os seus commodos. As tempestades de que agora fallamos, tinhaõ destruido a ponte de Coimbra, e o encanamento do Mondego em gravissimo detrimento dos Lavradores. O grande Rei projectou occorrer a estes damnos: a morte o embarçou. No seu testamento deixou para estas obras dez mil maravedis de ouro de pezo de sessenta por marco, porção bem consideravel naquelles tempos. (4)

Este mesmo amor aos Lavradores, deixou como por heranca a seus filhos. (5) Os nossos Historiadores todos a hu-

---

(1) Com dous Boís, acrescenta *Bevadilha*, e desta repartição das terras, e jugos de Boís diz, que nasce o nome, e o direito de jugadas. Isto não vai longe da Ordenação liv. 2. tit. 33.

(2) Memor. de Portug. tom. 1. Cap. 15.

(3) Foi este espantoso Eclipse, e as tempestades, e fomes, que se lhe seguirão no anno de Christo de 1199. segundo a conta de  *Duarte Nanes*, e  *Ray de Pina*; alguma differença faz da conta do livro da Noz de S. Cruz, que refere o *P. Sousa* tom. 1. das Prov. ao liv. 3. n.º 10.

(4) Todos os Historiadores citados são conformes. O testamento traz o *P. Sousa* no tom. 1. das provas. O Reverendo *Joaquim da Silva* Beneficiado em Sant-Iago de Coimbra nas suas Memorias diz, que na ponte velha estava humia inscripção, que dizia isto.

(5) A Infanta D. Constantina Sancha deixou parte ás mesmas obras das libras de oiro. *Sousa*. Prov. tom. 1. nuq. 11.

humã voz lhe deaõ o nome de Povoador; e *Manoel de Faria e Sousa* depois de fazer a ElRei D. Diniz os maiores elogios a respeito da Agricultura, naõ duvida comparallo a Sancho I. Com effeito os foraes dados por elle a muitas terras bem deixaõ ver, quanto elle se interessava por esta arte proveitosa, multiplicando as povoações, e honrando os Lavradores.

Seguiu-se ElRei D. Affonso segundo. Deste tempo em diante costumáraõ os nossos Principes fazer leis gerais e commuas a todo o Reino, quando até entãõ cada povoação se regia em particular pelos seus forais, e direitos municipais. Daqui lhe veio o nome de Legislador, e a nós huma fonte de testemunhos para confirmar as reflexões deste escrito (1).

Este Soberano seguiu a respeito da Agricultura os vestigios de seus maiores. He celebre, entre outros documentos, a doação do sitio de Aviz feita por elle á ordem da Freiria de Evora com a condição de edificar, e povoar. (2) Tambem deu forais ás Villas de Pontevel, e Valença do Minho, em que mostra o amor da Agricultura, e o cuidado do commodo dos Lavradores, o que tambem se colhe dos privilegios, que deu aos moradores de Sarzedas, concedendo-lhes os mesmos foros de que gozavaõ os moradores da Covilhã. (3)

Do seu tempo achei huma Memoria digna de se faber no cartorio da Collegiada de S. Bartholomeu de Coimbra. Tinha-lhe denunciado hum *João Eannes*, que  
o Prior,

---

(1) Para formar huma boa Historia da Agricultura, fora preciso ter á vista todos os testemunhos, que provaõ os costumes de cada idade. Isto he quasi impossivel em Portugal. Na falta destes testemunhos, nós temos hum grande soccorro no conhecimento das Leis, partindo daquelle irrefragavel principio = As Leis saõ os bons costumes reduzidos á regra = as nossas Leis Agrarias, e outras que jogão com ellas; nós serviraõ de guia nesta Memoria.

(2) *Et confidimus tali pacto, quod in loco supradicto de Avis, Castrum edificetis, et populeis.* Brand. Part. III. liv. 13. Cap. 1. *Sousa* Prov. tom. 1. n.º 6.

(3) *Brand.* loco citat.

o Prior, e Beneficiados da dita Igreja possuíam hum olival, além do Mondego defronte da Cidade, que havia tres annos, que estava por cultivar, e *em pena* pedia, que se lhe desse a elle denunciante. Resolve ElRei, depois de hum largo relatorio: *Otorgo, e aprasme que ho dito olival que havia ho Preste e PP. da dita Egreja que vos ho hajades quejando elles ho havion, per ho non amanharem em maneira que vos me ho notificaste, de guiza que vos Joanne Eannes lhe daredes ha penson, que alvidrarem os homens bons.* (1) Se por semelhante culpa se desse ainda agora igual castigo, talvez que o nosso paiz fosse mais bem cultivado.

Advertindo este sabio Rei, que os Lavradores começavam a perder os lucros das lavouras, porque tendo as Igrejas, e Mosteiros adquirido muitos predios, por heranças, doações, e testamentos, conservando o *dominio util*, nos claustros ficavam todas as vantagens; e os seculares reduzidos a puros jornaleiros, prohibio, que as Igrejas, e Mosteiros podessem conservar, ou adquirir de novo bens de raiz, mais que aquelles, que se lhes julgasssem bastantes para a satisfação dos anniverfarios dos defuntos. (2)

De todos os testemunhos, que temos deste tempo se collige, que se multiplicava a povoação, e por consequencia se cultivava mais; que eram as maiores colheitas dos generos da primeira necessidade, indispensaveis ao sustento das povoações, e dos exercitos. Isto mesmo se collige dos forais dados neste Governo. Os mais ge-  
ne-

---

(1) Vi esta Memoria no dito Carterio, em hum pergaminho comprado, residindo eu naquella Cidade no anno de 1769: por ser muito extensa fiz este breve apontamento, que contém a substancia do facto. Fôra mais exacto, se então tivesse outro fim, mais que a simples curiosidade. Este facto me faz conjecturar, que já então haveria alguma Lei municipal de Coimbra, que dispozesse conforme a esta resolução; donde ao depois ElRei D. Fernando faria a celebre constituição, que adiante se verá, a qual he o mesmo em substancia.

(2) Esta Lei foi feita nas Cortes de Coimbra no principio do seu Governo, sem data, como della se vê, *Brand. Part. III. liv. 33. Cap. 21.*

neros florecião mediocrementemente. As lãs , e os linhos já se colhiaõ , e trabalhavaõ. Disto se achaõ alguns testemunhos no Archivo da Cathedral de Coimbra. (1)

Do tempo d'ElRei D. Sancho II. , que lhe succedeo , são taõ embaraçadas as nossas historias , que se não pôde dar por ellas hum seguro passo ao nosso proposito. *Duarte Nunes*, e *Ruy de Pina*, e *Faria e Sousa* o pintão como hum homem inhabil para cuidar no bem publico. *Fr. Antonio Brandão*, e *Jorge Cardoso* o justificão (a meu ver) com boas razões. Não he aqui lugar de fazer hum exame critico desta materia , basta dizer , que este ultimo escriptor traz huma representaçãõ sobre os negocios deste Rei , feita pelo Bispo de Lisboa *D. Ayres Vaz* ao Papa Innocencio Quarto no Concilio de Leão de França , e entre outras couzas , que allega , diz. = Que elle tinha tratado de tal sorte do bem de seus povos , que se os seus Predecessores o igualáram , nenhum o excedeo. = (2) Não se pôde entender , de que modo cuidasse no bem dos Povos , ao menos como seus Maiores , se fosse descuidado em promover a Agricultura. Tamos com tudo algumas Memorias , que positivamente o provaõ = Provorou *tambem* de fogo morto á Cidade de Idanha a velha sendo de todo destruida dos mouros. = (3) No seu primeiro testamento deixou para a reformaçãõ das pontes. ( que he o mesmo , que para o commodo dos Lavradores ) duzentos maravedis de ouro. No segundo , ao Mosteiro de S. Jorge parte das suas vaccas , e ovelhas , e metade da sua vinha de *Aluisquet* termo de Santarém que elle tinha comprado *por seu dinheiro*, e outra metade a Durando Forjáz seu Chanceller , e a sua adêga de Marvila com todas as suas cubas : o que prova que elle não sô promovia a Agricultura , mas tambem era

La-

(1) No Livro dos Mandados encadernado em taboas , e coiro , com brochas , se leem estas palavras. = *Mande o Senhor Bispo N. P. que don seyn Conſtitos os nossos enzero, pagar diximas de linho , e taõ favorecido aprezendolhe ho dar em cruu* = Non. I. H. D. 1223.

(2) *J. Cardes*. Agiolog. Lusit. Mez de Janeiro.

(3) *Ruy de Pina*, Chronista deste Rei cap. 15.



Lavrador. (1) Seu Irmão D. Affonso III. deixou-nos Memórias de que teve as mesmas idéas de seus Maiores, promovendo a Agricultura, por meio da povoação, e do favor, a que juntou algumas vezes o castigo. Achei no Archivo da Camara de Coimbra as seguintes Memórias: = Per mandado do *Senhor Rei*, que os homens *boões* fação abrir os *regueros* pera correrem os *arroyos e enchurros* que *danaõ* os campos e *semeaduras*. = (2) Outra dis: = Que seja *obrigado* J. Cominho (ou Cogominho) Alcaide, a velar as terras se se amanharem de guiza que bem o havessem os *Labradores*. = (3) Outra = O Rei mandou que fosse *castrcito* Galvão Martins ( Moniz julgo eu ) e os outros donos das hortas a abrir a rigueira de *Val-méianu* que descorre de contra *Sellas de Vimaranes* per *Coffelbas* per non danar as terras, e se correjessem os reveis. = (4) tudo isto mostra o cuidado que ElRei tinha em promover a Agricultura.

A isto accrescento, o que diz o grande indagador *Manoel Severim de Faria*: = Edificou villas, reformou outras, como Estremoz, Vinhaes, Villa Flor, Mirandela, Freixo de Espada á cinta, Villa Nova da Cerveira, Villa Real, Muja, Salva-Terra, Azeiteira, Mont'Argil, e outros muitos Lugares, que passáraõ de quarenta: = (5) *Faria e Sousa* diz o mesmo. *Ruy de Pina*, diz, que elle = *Povorou*, e fez a villa de Estremós, e reformou, e *povorou* a villa de Béja. = (6) *Brandaõ* diz, que elle deu

---

(1) Hum, e outro testamento traz o *P. Sousa* nas Provas das Mem. Geneal. tomo 1. liv. 1. num. 24, e 25 aonde se lê a celebre particula = quas emi . . . . . pro pecunia mea = deste monumento, a meu ver, fica sem duvida, que augmentando-se a povoação, favorecendo o Rei os Lavradores, até com o exemplo, se cuidaria na Cultura com bem disvelos.

(2) Livro das *Ordenanças* encadernado em coiro preto com taboas, e broxas. Anno de 1236.

(3) Ibid.

(4) No Livro das posturas antigas, já dilacerado no rosto se achão estas duas memorias.

(5) *Severim de Faria* Mem. de Portug. Disc. 1. § 2.

(6) *Ruy de Pina*, Chronic. Cap. 14.

den foraes a todas estas terras, e transcreve alguns. (1)

Duarte Nunes de Leão accrescenta = Mandou que as terras fossem providas humas das outras, segundo as necessidades. Para que os povos tivessem commercio, instituiu muitas feiras, concedendo privilegios, franquezas, e liberdades aos que viessem vender. = (2) Ainda que esta Lei não seja verdadeiramente do genero das Agrarias, com tudo bem se vê, que o seu espirito he em ventajem, dos Lavradores, que com franqueza, e liberdade podia dar consumo aos seus generos, e por consequencia em ventajem da Agricultura.

Ultimamente entre as Leis que estabeleceo, se vem os seus cuidados em beneficio da povoação, e Cultura, determinando, que todo o que cortasse vinha, ou derribasse casa, pagasse de condemnação trezentos maravedis, e resarcisse o damno; (3) e que todo o que matasse *boi*, ou *vacca* com alfoada fosse condemnado em seis maravedis para o Rei, e quatro para o dono. (4) De tudo quanto he dito se collige claramente, quanto este Monarca amava a Agricultura, já promovendo a Povoação, já dando aos Lavradores honras, e commodos; já em fim punindo as desordens que podia produzir damno á lavoura.

Entrou o tempo de ElRei D. Diniz, e o Reino Portuguez que até então fora agitado de guerras, não obstante isso, pelos cuidados dos Principes florescia, pelo augmento da Povoação, e da Cultura. No seu tempo, abatidos muitos mais os Mouros de Hespanha, começou a respirar em paz. A paz favorece a lavoura, e a isto se juntou o infatigavel zelo deste Soberano pelo bem publico. *Faria e Sousa* dá a seu respeito hum testamento,

Tom. II.

C

que

(1) *Brand. Monarc. Lusit. Part. III.*

(2) *Duarte Nunes de Leão* na Chronica deste Rei, a quem são conformes todos os mais Historiadores, sem discrepancia.

(3) *Quicumque Cortavit vincam, aut derriparit domum pecet 300 Mrs. D. Regi, et fanet damnum D. suo* = *Sousa*, Supplemento as Provas do tom. 1. liv. 1. Cap. 14.

(4) *Idem Ibidem.*

que sendo o seu maior elogio, he ao mesmo tempo a historia da Agricultura do seu Reinado = *Atajó* (diz elle) lás exorbitancias que los grandes uzaban con los pequenos, llamando a los Labradores nervios de la Republica ..... e tanto (*como ya lo abia hecho el primer Sancho*) favoreció lá Agricultura que nó huvo en su tiempo gente, ni terras ociosas. *Por esso*, e por el otro de levantar muchos castillos, murar muchos lugares, municionar muchas fuerças, fue llamado universalmente por excellencia el Labrador, e Padre de la Patria. = (1) Eu não sei que cousa se possa dizer mais gloriosa ao nosso proposito.

A este Rei se attribuem muitas Leis favoraveis á Agricultura. Esta he a vóz de todos os tempos. Mas nós ignoramos quaes sejaõ estas Leis: sabemos de certo, que vendo elle, que os Regulares, e as Igrejas, por meio de heranças, e doações, se tinhaõ feito senhores da maior parte dos predios rusticos do Reino; que as vantagens, e lucros das lavouras ficavaõ dentro dos claustros; e que grande parte dos cultivadores, reduzidos a puros jornalheiros, não podiaõ servir a Patria nas publicas necessidades, todo inflammado no amor patrio, fez a memoravel Lei de 21 de Março de 1329, em que prohibe aos Regulares adquirirem, ou herdarem bens de raiz (2) mais daquelles, que possuiaõ do patrimonio.

*Manoel Severim de Faria* lhe faz elogio bem honroso. = A todos os seus antecessores excedeo ElRei D. Diniz, porque podemos dizer que povoou meio Portugal. = (3) Entre muitas povoações, que fez para o adiantamento da Cultura, he bem celebre a Povoação de Salvador Ayres pelos privilegios que lhe concede no seu foral. (4)

Além

(1) *Faria e Sousa*, Epitome, Vida deste Rei.

(2) *Sousa* tom. 1. das Provas das Mem. Gen. ao liv. 3. num. 1.

(3) *Severim de Faria*, Mem. de Portug. Disc. 1. § 2.

(4) Os Pobradores, que pobrárem, e morarem na povoação de *Salvador Ayres* ..... sejaõ escuzados de *hoste e de sessada*, e de toda a

Além destes monumentos, eu não devo cállar huma Memoria que achei em Coimbra entre os manuscritos de José Gomes Annes Amado = Por carta de dez de Junho de 1329 ElRei D. Diniz isentou a Juzarte, (ou *Lisarte*) Tenreiro de pagar dizimas, e colheitas por dez annos das suas terras de *Guazela*, em attenção a ter aberto mais de huma legoa de *terra maninha*, e lhe dava licença para continuar debaixo da mesma mercê. = Donde este homem tirou esta memoria, eu não o sei. Era homem de probidade, e grande indagador da Antiquidade; (1) só debaixo de sua fé refiro este testemunho.

A Rainha Santa Izabel sua mulher foi tambem patrona dos Lavradores, edificando na sua casa junto ao Mosteiro velho de Santa Clara de Coimbra, a Casa Pia das moças desamparadas, aonde hoje existe a Capella de Santa Izabel Rainha de Hungria, e ahi doutrinava estas moças, filhas de Lavradores honrados, e as casava com Lavradores, a quem mandava povoar, e cultivar as suas terras. Huma pessoa fidedigna me affirma ter lido esta Memoria com toda esta individuação n'hum livro do cartorio deste Mosteiro. Além do testemunho que citamos, (2) esta he a tradição constante naquella Cidade, e con-

C ii

cór-

preita. Carta datada em 24 de Abril. *Sousa*, Suplemento ás Provas do liv. 14 num. 3.

(1) Muitos, e curiosos escriptos deste homem passáão por sua morte á mão do Doutor Antonio Amado de Brito, em cujo poder os vi, e fiz este apontamento. Muitos d'elle passáão a mão de Rodrigo Xavier Pereira de Faria de Santarém, e outros á de José Freire Montarinho, como vi n'hum rol, entre os mesmos papeis, de varias curiosidades que lhe tinha emprestado.

(2) No livro preto com fios dourados, e brechas, do dito cartorio, se acha huma carta de protello, que fez a Santa Rainha de morrer com habito de Santa Clara, mas não ser freira, e nella se lem as seguintes palavras: *Quodque Dominas, et Domicellas Laicas, et seculares . . . solitam domum nostram tenere, et nutrire et de bonis nostris propriis, quando nobis videbitur, hujusmodi Domicellas, et Dominas manere et in vestris et locis nostris habitare &c.* *Sousa*, Provas ao liv. 3. tom. 1. num. 14. Isto prova, que as sustentava, educava, dotava, casava, e lhes dava lugar para sua habitação, e cultura. Q. E. D.

corda com o que diz *Ruy de Pina*, e *Duarte Nunes* a respeito da educação destas moças. Que progressos não faria a Agricultura com tão soberanos, e zelosos Protectores! se faltassem provas, bastava ver os immensos repositores, que despendeo, e deixou este Soberano, que lhe resultavao principalmente dos productos da Lavoura.

Pelo que fica dito se collige bem facilmente, que todos os Soberanos até ElRei D. Diniz foraõ muito sollicitos do augmento da povoação. Que a par desta, crescia a Cultura, animada dos favores dos Principes: e he para reflectir, que logo, que os Soberanos se esquecêraõ de multiplicar as povoações, ou não se augmentou, ou decahiõ a Agricultura, como iremos vendo.

Entrou a reinar D. Affonso o Quarto. No seu tempo as terriveis circumstancias, que succedêraõ em Portugal, e os principios de huma guerra civil, que começava a devastar as provincias septentrionais da Monarquia, seriaõ funestas causas da total ruina da Agricultura, se o genio da Nação não estivesse ainda possuido das idéas de honra, e utilidade, que ElRey D. Diniz lhe tinha tão altamente inspirado. ElRei D. Affonso mostrou ainda, que amava esta arte proveitosa. Temos dous testemunhos, que o confirmaõ. O primeiro he a confirmação dos coutos do Mosteiro de Santa Maria de Semide (feitos d'antes por Affonso Primeiro) com a clausula de se cultivarem as terras; donde nasceo edificarem-se tantas povoações, e cultivar-se tanta terra, quanta comprehende a jurisdicção daquelle Mosteiro. (1) O segundo testemunho he hum pergaminho pertencente á familia de *Coelhos* do Campo de Coimbra, em o qual se vê, que ElRey D. Affonso Quarto fez mercê = a vós *Egoas Coelho meu homem de toda a terra valdia que parte de vossa quintãa atke á Riba da Cidreira por amor a vos e me fazedes muytos servigos e ser dos mais velhos Layradores daque-*  
tas

---

(1) *Jorge Cardase*, *Agiolog. Lusitan.* tom. 1. Mez de Janeiro.

tas partes, e haverdes grande *Creiason* de *Eguas*. = (1)  
Este testemunho bem prova, que o Rei amava os Lavradores, e os honrava com o seu serviço, honrando assim a Agricultura.

*Duarte Nunes* na *Chronica* diz: = Delle (D. Afonso IV.) he aquella Lei, que anda nas Ordenações, com o titulo *dos que albeiaõ e desbarataõ seus bens* = vista a qual se conhece, que não foi tanto interesse dos particulares, como a utilidade pública da lavoira quem a ditou.

Succedeo-lhe D. Pedro o Primeiro. O qual cheio das idéas de seus Avós, animou os Lavradores, favoreceo-os, e tambem os intimidou para fazer evitar toda a desordem. Isto se colhe de huma Constituição, pela qual mandou, para obviar os desperdícios, que os Lavradores fazião nas palhas, em prejuizo dos Gados, que todo o Lavrador, que não *empalheirasse* toda a sua palha, pela primeira vez fosse açoitado, e *desorelhado*; pela segunda, *enforcado*. (2)

A este Rei se attribuem, a Ordenação livro 1.º tit. 66. *Dos Vereadores*, em que lhes manda, que fação aproveitar os bens, e herdades dos Conselhos. A Ordenação liv. 4. tit. 27. *Das esterilidades*, em que, para obrigar os Lavradores a cuidarem bem nas searas, manda, entre outras cousas, que nas herdades de renda, se a esterilidade for = por o Lavrador não mundar, e guardar a seara, seja obrigado a pagar a renda toda &c. = (3)

## § II.

(1) Este Pergaminho, quando tirei delle esta Memoria, parava na mão de Bento de Andrade Pereira Tabellião das notas de Coimbra.

(2) D. Nunes, *Chronica* deste Rei.

(3) Não tenho outra razão para dizer, que estas Ordenações se attribuem a este Rei (assim como outras, de que adiante digo o mesmo) senão vello n'humas Ordenações, cotadas por Manoel da Fonseca Boddallo, advogado dos auditorios de Coimbra, que apontava muitos testemunhos em prova.



## § II.

*Desde ElRei D. Fernando até D. João o II.*

**P**elos cuidados dos antecedentes Monarcas floreceo a Agricultura em Portugal. No tempo de ElRei D. Fernando ainda havia tanta abundancia de trigo, que os Reinos estrangeiros se proviaõ em nossos portos. (1) = Tambem Flandes, Alemanha, Castella, Leão, e Galizia se proviaõ do azeite de Santarém, Lisboa, Abrantes, Estremoz, Moura, Elvas, Béja, e Coimbra que he o melhor. = (2)

A pezar desta abundancia já ElRei D. Fernando reparava na diminuição de todos os generos a respeito do tempo de seus Maiores. Qual seria a passada abundancia, se era ainda tanta neste tempo! Para prevenir a diminuição deu este Rei sabias providencias. Mandou numerar os habitantes de Portugal, e os generos que sobejavaõ do alimento, e das sementes: fez tirar mappas das terras incultas, e intentou cultivallas para com seus productos augmentar o commercio, (3) para o qual deu Leis. Constituiu entaõ a famosa Lei das Sesmarias; Lei, que só ella cuidadosamente observada, basta para fazer florente a Agricultura. Esta Lei, que he a Ordenação livro 4. tit. 23., he digna de ser muitas vezes lida pelos bons patriotas. (4)

Além desta, fez muitas Pragmaticas tocantes á Agricultura, que nem todas andaõ no corpo das Ordenações. Direi as principais, segundo as refere Duarte Nunes de Leão na Chronica deste Rei, que ellas per si sós, fazem huma boa historia de Agricultura daquelle tempo.

» Vendo que no tempo passado este Reino era hum  
» dos

(1) *Faria e Sousa*, Epitom. Part. III. Cap. 7.

(2) Idem ibid.

(3) *Severim de Raria*, Mem. de Portug. Diff. 1. § 1. 2. e 3. &c.

(4) Duarte Nunes na Chronica diz, que he sua a Lei das Sesmarias

» dos mais abundantes de *trigo*, *cevada*, *milho*, e man-  
 » timentos, e por falta de ordem em seu tempo era pelo  
 » contrario, em Cortes, que *para isso* ajuntou, mandou,  
 » que todos os que tivessem herdades, proprias, ou em-  
 » prazadas, ou por qualquer outro modo, fossem conf-  
 » trangidos para as lavrar. E se fossem muitas, e em di-  
 » versas partes, lavrassem as que lhes aprouvessem, e as  
 » mais as fizessem lavrar por outrem, ou dessem a Lavra-  
 » dores da sua mão. De maneira, que *todas as herda-*  
 » *des que eraõ para pão*, todas fossem de *trigo*, *cevada*  
 » e *milho*. » (1)

» Item que cada hum fosse constrangido e ter tantos  
 » Bois, quantos eraõ necessarios para as herdades que ti-  
 » nhaõ, e se os não podessem haver, senão por grandes  
 » preços, lhos fizesse dar a Justiça por preços justos, se-  
 » gundo o estado da terra. »

» Que se assignasse *tempo conveniente para se prin-*  
 » *cipiar a lavrar* sobre certa pena, e quando os donos  
 » não aproveitassem as herdades, ou dessem a aproveitar;  
 » as Justiças as dessem por certa cousa, que os donos não  
 » haveriaõ, mas fosse despeza em proveito commum do  
 » Lugar aonde a herdade estivesse. »

» Item os que sohiaõ fer Lavradores, ou filhos, e  
 » netos de Lavradores, que em Villas, ou Cidades se  
 » achassem usando officios, que não fossem tão proveito-  
 » sos ao bem público, como era o da lavoira, fossem  
 » constrangidos a lavrarem..... e se não tivessem herdades  
 » suas, lhas fizessem dar das outras, para as aprovei-  
 » tarem. »

» Em cada lugar mandava, que houvessem dous  
 » homens bons, que vissem as herdades, *que eraõ para*  
 » *dar*

(1) Por esta passagem, e pelas que se vão seguindo pelo corpo des-  
 tas Leis d'ElRei D. Fernando, se vai vendo, que d'antes floresciaõ,  
 e que elle quiz conservar florentes as colheitas dos generos de primeira  
 necessidade, quais são os grãos. Isto mesmo se vê em todos os serais  
 antigos; e isto se colhe da razão, pois a mesma multiplicação dos Po-  
 voadores, pede a multiplicação dos generos indispensaveis ao seu sus-  
 tento.

» *dar paõ* , e as fizessem aproveitar a seus donos , por  
 » vontade , ou constrangidos , taxando entre os donos  
 » d'ellas , e os Lavradores , o que justo fosse de renda.  
 » E naõ querendo o dono convir em cousa arrazoada  
 » perdesse a herdade para sempre , e fosse para o commum  
 » do Lugar &c. »

» Que nenhuma pessoa que Lavrador naõ fosse , ou  
 » seu mancebo , trouxesse gado , seu , ou alheio ; e que  
 » se o quizesse trazer , seria obrigado a lavar certa terra ,  
 » sob pena de perder o gado &c. »

» Que para lavar a terra , e guarda dos gados , sen-  
 » do necessarios mancebos , e serviçaes , e se naõ poderiaõ  
 » haver por muitos se lançarem a pedir , e quererem viver  
 » ociosos..... mandou , que os que andassem pedindo , e  
 » sem officios , fossem vistos pelas Justiças..... fossem  
 » constrangidos a servir , assim no officio da lavoira , co-  
 » mo em outro qualquer. »

» Que todos os que fossem achados vadios *chaman-*  
 » *dosse* Escudeiros , e criados d'ElRei..... fossem constran-  
 » gidos a servir na lavoura : e quaesquer que andassem  
 » em habitos de *Eremitaons*..... os compellissem a ser-  
 » vir no *mister* da lavoura , ou servir os Lavradores. E  
 » que os *Pedintes* ou *Eremitaons* ociosos , ou criados  
 » que se *chamasssem* d'ElRei , e Senhores , que servir  
 » naõ quizessem , os agoitassem pella primeira vez ; e to-  
 » davia os constrangessem , que lavrassem , ou servissem ;  
 » e pella segunda os agoitassem a pregaõ , e deitassem fó-  
 » ra do Reino , porque queria ElRei que em seu Rei-  
 » no ninguem vivesse ocioso. » = &c.

*Todas estas Leis fez guardar de maneira , que em pouco tempo se sentio grande abundancia de mantimentos.* Assim conclue *Duarte Nunes de Leão* , na Chronica deste Rei como esta passagem , ella fó per si , faz a historia de Agricultura d'aquelle tempo , e tambem dos antecedentes ; como ella deixa ver as causas do augmento , ou decadencia desta Arte : os generos principaes que até entaõ floresciaõ , e finalmente as Leis que em seu fa-  
 .yor

vor se constituirão, no governo deste Soberano, eu escuso fazer mais reflexões. Só repáro que no tempo dos antigos Soberanos até ElRei D. Diniz, se multiplicavaõ os Lugares, e povoações: e então não viamos Leis, que aterraassem, e punissem os homens, para lavrarem por temor do castigo. Depois, quando se não multiplicáraõ as povoações, entrou o ocio, e foi necessario compellir os homens ao serviço da lavoira, que elles antigamente faziaõ, ou por gosto, ou pelas necessidades naturaes, ou pelo exemplo, e força de principios de educação.

Seguiu-se o Reinado d'ElRei D. João o I. E'poca infeliz para a Agricultura. Esta Arte floresce ao abrigo da paz, com o favor dos Principes. Caminha a passos iguaes com a povoação. As horriveis concussões politicas, succedidas em Portugal no principio deste Governo são bem conhecidas pelas Historias. Tudo eraõ estrondos militares, e o Rei apenas podia cuidar em segurar-se no Throno vacillante.

A isto se seguiu, que huma parte das familias Portuguezas tomáraõ o partido de Castella nesta guerra; depois da famosa victoria de Aljubarrota, ellas sahíraõ do Reino, e não se atrevendo a entregar-se á colera do vencedor, ficáraõ em Hespanha, e as suas herdades em Portugal incultas, até que o Rei as deu aos poderosos que o ajudáraõ a segurar no Throno.

Então se uniráõ n'humas sós familias tantas herdades, que os donos mal podiaõ fazellas cultivar todas. Não se observou a Lei das Sesmarias, introduzio-se o pernicioso costume de se dividirem as herdades *em folhas*, de sorte que só produziaõ huma parte, do que dariaõ, sendo cultivadas todas. Decahio a povoação, faltou o genio laborioso, não houve o favor do Principe; decahio por consequencia a Agricultura, e verificou-se em Portugal, n'huma parte, o que do seu tempo lamentava Plinio de Italia: = Latifundia perdidere Italiam. = (1)

Tom. II.

D

Se-

(1) Plinio liv. 18. = Esta reflexão he toda de Severim de Faria nas Mem. de Portug. Disc. 1.

Serenou a tempestade, e quando no seio da paz; podia resuscitar a Agricultura, então mesmo nasceu hum nova causa da sua ruina. Nosso Monarcha emprehendeo levar suas bandeiras além dos mares; começou a guerra de Africa, começárao as conquistas. A expugnação de Ceuta, os descobrimentos de novas terras além dos mares, entrárao a extrahir gente de Portugal: o povo já diminuido pela jactura, que fez a passada guerra, e pela passagem das familias a Castella; agora mais diminuido com o presidio de Ceuta, e com a tripulação das armadas que principiavao os descobrimentos; a povoação de duas colonias das Ilhas da Madeira, e Porto Santo, devia necessariamente faltar para o trabalho das terras. O Rei agitado do ardor militar só promovia a guerra, e os descobrimentos. Não acho testemunho do seu tempo favoravel á Agricultura.

A tudo isto se seguiu, com o breve Governo d'El-Rei D. Duarte, a horriavel, e devorante peste, que pelos annos de 1438. despovoou mais este reino. Os desgostos que padecia o Rei, e as afflicções dos Vassallos pelas calamidades públicas, não deixárao pôr por obra os cuidados, que hum Rei tão Sabio teria pela Agricultura.

Seguiu-se El-Rei D. Affonso o V. Passados os annos da sua rutela, e os desgostos civis, acabados na triste batalha de Alfarrobeira, Elle entrou a gostar da guerra de Africa, aonde fez passar hum incrível numero de Portuguezes: novo motivo da decadencia de Povoação, e por consequencia, da Agricultura. He verdade, que então, como por hum continuo fluxo, e refluxo sahiao os Portuguezes, e entravao os escravos, das conquistas. Mas além de que os escravos, que entravao, erao menos, que os Portuguezes que sahiao; aquelles pela condição de escravos, e pelos costumes daquelle tempo, nem multiplicavao em Portugal, nem trabalhavao com gosto. Tendo tanta decadencia a povoação, que augmentaria a Cultura?

O gosto dos Principaes naquelle tempo todo era  
= Guer-

= Guerra de Africa, navegações, descobrimentos, Conquistas. = O povo sempre estudivo de imitar as inclinações, e gosto dos Soberanos, encheo-se das mesmas idéas. Todos se prezavaõ entaõ mais de soldados, e navegantes, do que de Lavradores. Tinha-se como em desprezo, quem não hia fazer a guerra além dos mares. Da multidão de Portuguezes, que passavaõ á guerra de Africa, a maior parte ficavaõ lá, ou mortos, ou nos presidios. Alguns vinhaõ *estropiados*, invalidos, e incapazes dos trabalhos da lavoira; e a menor parte eraõ os que vinhaõ sãos. Dos que hiaõ aos descobrimentos, huns ficavaõ lá, ou consumidos da guerra, do trabalho, e dos climas; outros povoando as terras de novo descobertas. Os soldados, e navegantes premeavaõ-se, dos Lavradores ninguem se lembrava com o favor, e premio. Neste estado estavaõ as cousas, quando a guerra intentada por este Rei contra Castella, fez maior a inquietação, a despovoação, e o descuido em favorecer os Lavradores. (1)

Nada disto podia ser occulto ao Rei, quando elle fez o Codigo das suas Ordenações. Como poderia elle deixar de combinar o estado de Portugal no seu tempo com os tempos antecedentes, quando lesse a Lei das Sesmarias? Quaes sejaõ as Ordenações de Affonso V. miuda, e exactamente, he quasi ignorado de todos os Portuguezes. Ellas se guardaõ no Real Archivo, como precioso monumento das antiguidades da Patria. Vellas, e examinallas daria grande luz ao meu argumento. Mas isso não cabe nos meus esforços.

A este Rei se attribue a Ordenação liv. i. lit. 58. em que manda aos Corregedores, que fação aproveitar

D ii

as

(1) Qual fosse já a despovoação de Portugal neste tempo se infere da Historia. Portugal sustentou muitas vezes guerra com Castella, Leão, e os Mouros. Não achamos que pedisse soccorro de gente a outra Potencia; apenas no principio se valeo de duas armadas, que casualmente vieraõ aos portos de Lisboa, e do Algarve. D. Diniz, e D. Affonso IV. soccorrerão a Castella. D. Affonso V. foi elle mesmo pedir soccorro a França. Com tudo a despovoação cresceu depois muito mais, como se verá no tempo d'ElRei D. Sebastião.

as herdades. A do liv. 1. tit. 60. em que na residencia dos Corregedores manda perguntar, se observárao a antecedente. A do liv. 5. tit. 85. que condemna a quem pozer fogo a *paens*, *vinhas* &c. além de pagar a perda, sendo peão a baraço, e prégaço, e dous annos para Africa &c. A do liv. 3. tit. 86. §. 24. que manda, que se não façao penhóras aos Lavradores nos bois de arado, necessarios para a lavoira, nem nas sementes para as sementeiras. A do liv. 3. tit. 87. em que permite ao Lavrador rustico vir com embargos ás penhóras, e suspensellas, accrescentando a clausula = por especial privilegio, que lhe he concedido. = Digo, que se lhe attribuem estas Ordenações pela razão que já notei a cima.

No tempo d'ElRei D. Joáo Segundo não acho memoria vantajosa á Agricultura, senão, que neste tempo se principiou hum ramo novo de lavoira. O milho que d'antes se colhia, era o chamado miudo. No descobrimento de Guiné achamos o milho chamado *grasso de Maçaroca* trouxemolo ao Reino: principia-se a semear nos campos de Coimbra; depois no resto da Beira, e Minho, em fim por todo o Reino; e respondeo tambem ás fadigas dos Lavradores, que he hoje a maior parte da subsistencia do Povo. (1)

Sendo antigamente os principaes generos da Cultura os graons, fez ver a experiencia, que as terras descobertas, e conquistadas davao hum grande consumo ao vinho, e seus productos. A facilidade das navegações, que de dia, em dia se augmentava, concorreo para se extrahir iambem muito vinho para os paizes do Norte: os Lavradores o vendiao a bom preço. Entrou a cobiça no lugar do amor patriotico. Esquecidos os Portuguezes das suas verdadeiras utilidades plantárao vinhas, até nas terras, que d'antes produziao copiosissimas searas.

Nós vimos entao huma estranha mudança: os Estrangeiros que d'antes vinhaao carregar o trigo aos nossos por-

---

(1) *Severim*, Mem. de Portug. Disc. 1. §. 4.

portos, principiárao a vir sustentar-nos d'elle, levando a troco deste quotidiano, e indispensavel alimento, aquellas riquezas, que nós hiamos buscar as Conquistas. Reflexão que tanto magoava a *Manoel de Faria e Sousa*. (1)

## § III.

*Do tempo d'El Rei D. Manoel até ao do Cardeal Rei.*

**P**elo que temos dito se vê, que a Agricultura, algum dia tão florente pelo augmento da povoação, e favor dos Principes, tinha decahido até ao tempo d'El Rei D. Joáo II. O genio Portuguez encantado da falsa gloria do descobrimento, e conquista, (gloria apparatusa, e falsa, quando por ella se deixaõ os verdadeiros interesses) a facilidade, e o gosto das navegações; a falta de premios, e commodos para animar os Lavradores; as grandes herdades divididas em folhas; e diminuição dos Cultores pela peste, guerras, e emigrações para as colonias; tudo isto devia necessariamente adiantar a ruína desta arte proveitosa.

Além destas cousas acerefcêraõ mais duas, que diminuíraõ a povoação. 1.<sup>a</sup> a expulsão dos Judeus de Portugal. 2.<sup>a</sup> hum sem numero de fundações de familias Religiosas que neste tempo edificáraõ suas Casas. Tantos homens expulsos de hum Reino já pouco povoado; tantos outros encerrados nos Claustros deviaõ faltar para os trabalhos do campo. Além disto o luxo Asiatico, tinha, depois das navegações de Vasco da Gama, inficionado o Reino, e destruido o amor da vida simples, frugal, e laboriosa. Depois das viagens de Pedro Alves Cabral, ardêraõ os Portuguezes no dezejo de cavar ouro na America, esquecendo-se dos thesouros, que a natureza lhes mul-

(1) *Epist. Part. IV.*



multiplica todos os annos por meio da Agricultura: Daqui nasceraõ os maiores males a esta arte. (1)

Logo entaõ as Nações vizinhas se valêraõ do nosso descuido, para tirarem de nós as luas maiores utilidades.. Traziaõ-nos o trigo, que nos começava a faltar. Compravaõ-nos as lãs cruas, que nos vendiaõ outra vez depois de fabricadas: metiaõ õs seus gados a pastar em nossas campinas: pagavaõ-nos os bois a bom preço, para que naõ tendo com que lavrar ficassemos mais seus dependentes: tentavaõ-nos com o luxo para nos desgostarem do trabalho. Entaõ entrámos a ser cada vez mais ociosos, entregando o tempo devido á Cultura, em jogos frivolos. Acodiraõ os Soberanos com a Providencia das Leis. A Ordenaçãõ dos vadios constituida por Fernando, foi renovada por ElRei D. Manoel. (2). Além disto elle ordenou que todos os homens de trabalho do campo, que fossem achados a jogar em dia de semana fossem condemnados a 500. reis de cada. (3) Determinou que todo o que fosse achado com furto de uvas (genero que entaõ começava a estimar-se mais) sendo peao fosse agoitado, e deforelhado; sendo nobre, hum anno degradado para os *lugares de Além*, e tres mil reis da

ca-

---

(1) *Effodiuntur opes, irritamenta malorum,  
ferroque nocentius aurum.*

Ovid. Met. 1.

(2) He a Ordenaçãõ liv. 5. tit. 68. que Duarte Nunes na Chronica diz, que he d'ElRei D. Fernando. A esta Ordenaçãõ accrescentáraõ depois os Soberanos outras Leis de Pelicia. Tal he a Lei 29. das Cortes de 1538. De D. Joaõ o III. a Lei 24. da mesmas Cortes: o Alvará de 4. de Novembro de 1544. do mesmo Rei: a Carta de Lei de 6. de Novembro de 1558. que he d'ElRei D. Sebastiaõ, e todas as dos Siganos, que vem pelo corpo das Ordenaçõs, e seus appellos na edição das Ordenaçõs impressas em S. Vicente de Fóra. Prova de que os Reis desejavaõ empregar os ociosos em trabalhos uteis. Veja-se as Leis citadas, na Collecçãõ das Extravagantes de Duarte Nunes de Leão, e por ellas se conhecerá evidentemente, que o seu espirito era empregar os homens nas utilidades da Patria.

(3) Alvará de 8. de Junho de 1521. D. Nunes, Collecçãõ das Extravagantes.

cadêa. (1) O espirito destas Leis conhece-se d'ellas mesmas. Eraõ necessarios os castigos para reduzir os homens aos seus deveres. Mas isto não bastava: era preciso accender-lhes o amor da Agricultura já quasi extinto pelas idéas de honra. Para isso ElRei D. Manoel juntou, reformou, e publicou os foraes dados ás terras, para ver se podia resuscitar o gosto do trabalho pelas honras dadas aos Lavradores Portuguezes desde os primeiros tempos da Monarquia. (2)

Perdominavaõ com tudo as causas da decadencia a cima ponderadas, e foraõ quasi sem effeito estas diligencias. Neste estado achou o Reino ElRei D. João o III.; e como estes males lhe não podiaõ ser occultos, quiz dar-lhes remedio. Pela guerra de Africa principiou o damno da povoação, e pela guerra de Africa devia principiar o remedio. Este Rei principiou a abandonar os presidios, que não serviaõ de mais que de despovoar, e fazer graves despezas á Patria, reservando só algumas praças importantes para embaraçar o corso, e piratagem dos Africanos. Foi este o primeiro passo em favor da povoação. Foi o segundo, estranhar aos Fidalgos e Nobres, que militavaõ na India o casarem lá, não concedendo aos ditos Fidalgos, que lá tinhaõ casado os Governos, e Capitánias daquelle Estado. (3)

Deste procedimento bem se colhe, que o Rei queria fazer voltar estes homens a Portugal, para empregarem na cultura das terras as riquezas, que traziaõ da Ásia. Quiz tambem remediar a extracção dos gados, tão precisos á cultura, por hum Alvará de Lei armado de tais penas que fazem horror. = Todo o que for achado Réo deste deliêto, sendo peão, seja publicamente açoitado a varaõ, e pregado: seja-lhe decepado hum pé no pelô-ri-

(1) Alvará com a mesma data de 8 de Julho de 1521.

(2) *Faria e Sousa* no Epitome, e na Europa. Foraõ sem effeito as diligencias, porque subsistiaõ as causas da depopulação.

(3) *Diogo de Couto*, Décadas da Ásia tom. 3. Década IV. liv. 1. Cap. 1.

rinho: seja degradado para sempre para a Ilha de S. Thomé e perca toda a sua fazenda. Sendo Fidalgo, ou Alcaide-mór perca qualquer Jurisdicção, fortaleza, direitos Reais, tenças, moradias, e qualquer outra cousa, que possuir da Corôa, e cinco annos de degredo para Africa; e não tendo bens da Corôa, tenha o mesmo degredo, e perca toda a sua fazenda. Sendo Escudeiro, ou Cavalleiro, tenha a mesma perda, e degredo. Estas mesmas penas impoem a todo o que favorecer, ou encobrir os delinquentes. (1)

Não foi menos sollicito em procurar a multiplicação dos gados „ E para que os criadores ( diz o Rei ) de „ melhor vontade possuão criar, e augmentar as ditas „ criações, hei por bem, que toda a pessoa que tiver „ cincoenta vaccas, e no anno seguinte mostrar vinte e „ cinco crianças .... tiver quinhentas ovelhas, e mostrar „ cento e vinte crianças ..... não sejaõ constrangidos a „ servirem cargo algum, nem officios dos Conselhos, ti- „ rando os quatro da Ordenação, nem hiraõ com pre- „ zos, nem serão constrangidos aos guardar, nem lhes „ será lançada tutoria alguma, nem lhes serão tomados „ mantimentos, bestas, carros, carretas, nem cousa algu- „ ma contra sua vontade, nem casas de Apozentadoria, „ nem lhes serão lançados hospedes de qualquer qualida- „ de .... Nem serão prezos em ferros, nem cadeia pú- „ blica, gozarão de omenagem como os Cavalleiros confir- „ mados; não haverão pena vil de açoites &c. „ (2)

Por huma Lei concede franca liberdade a qualquer pessoa de trazer as carneiradas que quizer: (3) por outra prohibe que venhaõ os gados dos estrangeiros pastar a Portugal. (4) Estes documentos fazem huma parte da historia da Agricultura, e provaõ qual era a sua decadencia, pois

(1) Provisão de 14 de Agosto de 1527. Vem na Collecção de Duarte Nunes de Leão.

(2) Lei de 12 de Julho de 1564. Collecção de Duarte Nunes.

(3) Lei 34. das Cortes de 1538. Id. Ibid.

(4) Lei 35. das mesmas Cortes.

pois eraõ precisos taõ fortes soccorros. Como prevaleciaõ as causas da decadencia a cima ponderadas, nada disto bastava para restituir a antiga abundancia. » Porque em » seu tempo começavaõ a encarecer os mantimentos pela » esterilidade do paõ, dezejou muito acudir ás necessi- » dades do povo dando ordem para virem de fóra. » (1) Veja-se a que estado chegou a Agricultura em Portugal !

A diminuição do povo Lavrador, nascida das causas a cima ponderadas era a causa principal desta falta. Entaõ ella se fez maior, pelos muitos homens que concorrêraõ a Universidade de Coimbra, e outros estudos, como reflecte *Faria e Sousa*. (2) Todos fogiaõ do trabalho do campo. As searas, essas poucas, que se faziaõ, eraõ tratadas com bem descuidos. Isto deu motivo a memoravel Lei 23. em que manda, que os Lavradores mondem, e limpem as searas *das nevoas*, e *chuvas sem vento*, de que se faz *méla e ferrugem* ensinando-lhes o modo, e os instrumentos opportunos. Esta Lei (3) he taõ celebre, e taõ interessante, que me parece deve ser lida por todos os bons patriotas. Como he extensa, e por outra parte, eu a julgo indispensavel neste escrito, eu a transcrevo no fim desta Memoria.

Alguns outros documentos nos provaõ, que este Rei conhecia a decadencia da Agricultura no seu tempo, e dezejava remedeala. Por hum Alvará determina, que se não taxe aos Lavradores o paõ, vinho, e azeite, deixando-lhes a liberdade de reputarem os seus generos. (4) Por huma Carta ordenou, que se não cortassem soveiros pelo pé, nem outras arvores, ficando liberdade de se cortarem dos ramos os instrumentos da lavoura. (5) Por outro Alvará mandou, que se plantassem arvores pelas

Tom. II.

E

mar-

(1) *Antonio de Castilho*, Elog. d'ElRei D. João III.

(2) *Epit.* Part. IV.

(3) Lei 23. de 12 de Fevereiro de 1564. *Duarte Nunes*, Collecção.

(4) Alvará de 5 de Janeiro de 1555.

(5) Carta de 7 de Agosto de 1546.

margens dos rios, e ribeiras, não só para provimento dos estaleiros, *mas para segurança das terras.* (1)

Por este mesmo tempo se perdêra quasi de todos ramos de Agricultura em Portugal: as sedas do Oriente fizeraõ descuidar da cultura das amoreiras. O assucar das Ilhas, e Brazil, a cera de Cabo-Verde, e de Timor, fez perder o cuidado das abelhas.

Affim ficou o Reino a ElRei D. Sebastião. Ainda que o genio deste Rei era guerreiro, não se descuidou de todo da Agricultura. Quando não haja outras provas, basta ver o Regimento dos *Paues* do Reino, e outro dos *Paues* e *Lizirias* da Contadoria de Santarém feitos por elle. (2) Não soffre a brevidade desta Memoria fazer huma Analyse miuda destes Regimentos; só isso faria hum grande volume. Basta dizer que alli brilha o amor da Agricultura, a boa administração das terras, as providencias contra os estragos das chéas, o cuidado de se semear os campos, a prevenção para que não faltem as sementes, a direcção dos reparos, e tapumes; a vigilancia na abertura das vallas; em fim quanto se pôde imaginar em beneficio da lavoura daquellas terras, tudo alli se encontra.

Mas o genio militar do Rei o chamava á guerra de Africa, tirando dos campos os homens necessarios á Cultura; despovoando mais o paiz, e fazendo assim inefficazes as suas mesmas providencias.

Nunca se conheceo tanto, como neste tempo, a diminuição do povo Portuguez. He verdade que nós não temos as Listas vitalicias daquelles tempos, nem sabemos, que se fizessem mais que huma vez no tempo d'ElRei D. Fernando. Porém temos hum argumento convincente desta diminuição. Ainda ElRei D. João Primeiro pôde juntar para a expugnação de Ceuta vinte mil soldados; D. Affonso Quinto trinta mil para a de Arzila, sem ficarem desguarnecidas as praças do Reino, e sem fazer for-

(1) Alvará de 3 de Outubro de 1546. todos na Collecção de Duarte Nunes de Leão.

(2) Com data de 24 de Fevereiro de 1576.

força a ninguém. ElRei D. Sebastião para a ultima infeliz jornada apenas pôde ajuntar onze mil homens arrancados com violencia dos trabalhos Economicos. (1)

Sendo pois certo que a povoação, e a Cultura florecem, ou decahem igualmente; que os premios, honras, e favor dos Principes animão os Lavradores ao trabalho; *póde-se* julgar pela decadencia da povoação e da Agricultura, em tempo em que todas as honras, premios, e favores, eraõ para os que servião na guerra da Africa, e das mais Conquistas.

O tempo do Cardeal Rei, principiado pela perda da Africa, e d'huma grande parte da mocidade Portugueza, foi todo cheio de inquietações, e de sustos. O Rei pela sua idade, pelo seu genio, e pelas circumstancias do tempo não podia sustentar os interesses da Patria.

#### § IV.

##### *Tempo dos Filippes até D. Pedro II.*

**P** Assou o Reino a Principes Estrangeiros sem valerem os esforços do Senhor D. Antonio Prior do Crato. Os interesses de Hespanha eraõ, abater-nos, tirar-nos as forças centraes do Estado, prevenir os esforços da liberdade, ter-nos seguros, sujeitos, ou escravos. Algumas constituições favoraveis eraõ sómente vãs fantasmas, com que nos procurava illudir o gabinete de Madrid, pois ainda que bem observadas, fariaõ menores os nossos males, por huma contradicção estranha punhaõ-se as Leis, e subtrahia-se a força de as executar. Estas penosas circumstancias fizeraõ, que hum numero incrível de Portuguezes desgostosos sahisses da Patria, e fossem viver, e militar a Flandes, e a outras partes. A perseguição, que fez Hespanha, a todos os que seguirão a voz  
E ii do

---

(1) Reflexão de Severim de Faria, Mem. de Portug. Disc. I.

do Prior do Crato, também fez desterrar alguns. Novas causas da despovoação, e da decadencia da Agricultura.

Passárao-se os tempos, e o Sceptro Portuguez entrou na Serenissima Casa de Bragança pela pessoa do Senhor D. João IV. nosso Libertador. A guerra inimiga da lavoura não deixava lugar aos seus cuidados. Apenas havia braços para sustentarem no campo com as armas os direitos da liberdade ainda vacillante. Nossos exercitos n'aquelle tempo bem mostravao a despovoação de Portugal com tudo entre os tumultos da guerra, não se esqueceo o Soberano das necessidades da Povoação, e da Cultura. Fez algumas Leis que dizem respeito ao meu assumpto. Pelo Alvará de 29 de Maio de 1633. manda aos Provedores, e Corregedores, que fação Correições para se pôrem arvores de madeira nos baldios. Pelo Alvará de 6 de Setembro de 1645. poem modo ás emigrações dos Portuguezes para fóra do Reino, e o mesmo fez pelos outros Alvarás de 8 de Fevereiro, de 4 de Julho, e de 5 de Setembro de 1646. Por outro Alvará de 20 de Janeiro de 1646. manda, que não pague direitos *tambem* o paó que vier de fóra; acrescentando: = Por me ter sido representado nas Cortes de 1641. que era taó preciso o paó, que nunca vinha de sobejo. = (1) Por esta Lei se póde acabar de ver a que estado chegou a lavoura deste genero de primeira necessidade?

No breve tempo do governo d'ElRei D. Afonso VI., não houve melhoramento na povoação, e na Cultura, antes cresceo a decadencia. Deste Monarca não sabemos algumas providencias ao nosso proposito: seu Irmão o Senhor D. Pedro II. algumas Memorias nos deixou. Pelo Alvará de 17 de Março de 1691. mandou plantar arvores no paul de Magos, termo de Salvaterra, = *Para segurar as terras, e se não entupirem as val-las*, tanto para conservar o ar sadio, *como para se en-*

xx-

(1) Todas estas Leis aqui citadas, se podem ver nas Compilações das Ordenações impressas em S. Vicente de Fora.

*sugarem as terras, e se poderem semear.* = Pelo Decreto de 22 de Janeiro de 1678. manda, que nenhum Ministro dê residencia sem certidão de que fez plantar Amoreiras para a cultura da seda, e ao mesmo fim são os dous Decretos de 23 de Setembro de 1713. e de 11 de Março de 1716. São estes os documentos que acho do seu tempo que digão respeito a este meu argumento.

## § V.

*Tempo d'ElRei D. João o V. até ao fim do anno de 1781*

**N** Em sempre ao abrigo da paz florecem as artes proveitosas. Muitas vezes o vício entra na praça da virtude: muito mais quando, corrompida a disciplina dos costumes, e a educação, o ocio, e o luxo tem feito perder o gosto do trabalho util, e da vida frugal. Assim succedeo no tempo do Senhor D. João V. a pezar dos paternaes, e vigilantes cuidados deste Rei, verdadeiramente grande, e zeloso do bem publico. Elle intentou cortar de hum golpe as cervizes desta venenosa hydra que corrompia os costumes, e a vida simples dos Portuguezes. Tal foi o objecto da celebre Pragmatica de 24 de Maio de 1749. Nella mesmo se não esqueceo o Augusto Soberano de deixar entrever o seu amor pela Agricultura. = Attendendo (diz elle) á muita despeza que se faz com lacaes escudados, e á falta que d'ahi resulta d *Cultura das terras* &c. = Bem conhecia o grande Rei, que quantos mais homens servissem ao luxo, tantos menos ferviriaõ á Agricultura.

Huma prova bem sensível do seu amor para a Agricultura faz a grande obra para o encanamento do Tejo. Pelas voltas, que alli fazia a corrente soffriaõ os Lavradores do Riba-Têjo gravissimos incommodos, já pela destruição que padeciaõ as terras das margens nas impetuosas enchentes; já pelo perigo, e difficuldade dos trans-

por-



portes dos generos á capital, aonde tinha prompto consumo. E elle mandou tirar estas voltas, e fazer direito o alveo do Rio : obra digna de memoria eterna, digna de hum Rei como elle.

Recordando os procedimentos de seus Avós, os nobres primeiros Monarcas, elle quiz fazer fecundo o antigo leito do rio nestas voltas, doando-as á Basilica Patriarcal, para as fazer cultivar. Assim principiou a florescer a Cultura nos primeiros tempos da Monarquia.

Naõ poderaõ com tudo os cuidados deste grande Rei remediar todos os males da Agricultura. As causas da sua decadencia ponderadas neste escripto, subsistiaõ pela maior parte, quando subio ao Throno o Senhor D. José I. Diz hum celebre Author, que na entrada do seu Governo havia dous milhões de habitantes em Portugal, e se cultivava taõ pouco, que se naõ colhia para se sustentar de grãos trezentos mil homens. As causas deste abatimento eraõ manifestas ao penetrante espirito deste Monarca.

Elle bem conhecia que a má educaçãõ da mocidade, e a falta do conhecimento dos verdadeiros interesses publicos, a diminuiçãõ do povo Lavrador, e a multidaõ de homens do estado Ecclesiastico; as suas grandes possesões, as continuas passagens para as Conquistas, a desordem de plantar vinhas; as vexações feitas pelos donos das herdades aos seus colonos, a cobiça dos jornaleros, a imposição de direitos insupportaveis nos generos da primeira necessidade, e o pouco disvelo na administração das lizirias, eraõ as causas desta desordem publica. Os males da Patria o feriaõ vivamente. A todos conhece; e occorre a todos.

Estabelece-se hum novo plano da educaçãõ da mocidade, capaz de lhe fazer entender os verdadeiros interesses do Estado, para cortar o mal pela raiz. Prohibe as novas acceitações para o Clero, e para o Claustro sem ser por elle examinada a necessidade da Igreja. Regula as emigrações para o Brazil. Faz tornar da America pa-

ra

ra Portugal, cheios de honras, e benefícios os homens opulentos, empenha-os por meio de premios, e dignidades a empregarem na Cultura das terras de Portugal as suas riquezas. Delicada politica, filha do amor da Patria. Isto são verdades passadas em nossos dias.

Além disto a Lei de 26 de Outubro de 1765. he hum testemunho constante do seu amor pela Agricultura, e do seu conhecimento dos interesses da Patria. = Attendendo (diz a Lei) á diminuição *da lavoura do pão* pela desordenada cobiça, com que se plantárao bacellos em terras, que dantes produziao grandes quantidades de *trigos, milhos, e cevadas, e legumes*, de sorte que por carecer o Reino deste quotidiano alimento lhe he necessario vir-lhe de paizes estrangeiros = ..... manda que se arranquem as vinhas das terras proporcionadas para pão, e que se plantem só naquellas que são proprias para a producção de vinho.

Pela Lei da Creação da Companhia da Agricultura das vinhas do Alto-Douro regula a boa ordem deste ramo de lavoura, creando-lhe Magistrados que vigiem na sua conservação. (1) Por duas Leis, huma de 25 de Junho de 1766., outra de 9 de Setembro de 1769. determina, (com o mesmo espirito que ElRei D. Diniz) que os Corpos de mão morta não adquirão, nem conservem bens de raiz fóra do seu Património. O Alvará de 20 de Junho de 1774. dá providencias ás vexações que os donos das herdades de Além-Téjo faziao aos seus colonos. A Lei de 1 de Abril de 1759. manda isentar os legumes de todos os direitos. O Alvará de 21 de Fevereiro de 1765. determina, que se não taxem os viveres. Outro de 18 de Janeiro de 1773. ordena, que sejao absolutos o trigo, farinha, centeio, cevada, aveia, e legumes dos indispensaveis direitos, que pagavao nos portos do Algarve, reduzindo-os a tributos modicos, e racionaveis.

O Alvará de 20 de Julho de 1765. dá huma nova fór-

(1) De 10 de Setembro de 1756, e de 30 de Agosto de 1759.

forma a administração das Lizirias de Riba-Têjo de modo que se não falte á Cultura, a abertura das vallas, e aos tapumes. O Alvará de 23 de Julho de 1766. manda, que senão aforem os baldios dos Concelhos, como se fazia, *com pretextos, na apparencia uteis, na realidade nocivos ao progresso, e augmento de lavoura, e criação dos gados.* O Alvará de 15 de Junho de 1756. põem freio á cobiça dos ceifeiros, e jornaleiros, que tinham querido augmentar o preço do seu trabalho. Tais foraõ as disposições deste Soberano, tão prompto em conhecer os males da Patria, como em remedeallos.

He tambem memoravel a Lei de 20 de Fevereiro de 1752. a proposito de animar a lavoura da seda. N'ella o Soberano concede aos Lavradores, segundo a diversa quantidade de seda que lavrarem, o privilegio, já de não pagarem cizas, dizima, portagem, quatro e meio por cento, nem algum tributo velho, ou novo, assim da seda, como da terra, em que tiverem as Amoreiras; já de gozarem seus filhos e familiares dos privilegios concedidos pela Ordenação aos cazeiros encabeçados dos Fidalgos, escusando-os de servirem constangidos nas companhias das Ordenanças, Auxiliares, e Pagos, ainda em tempo de guerra; já habilitando seus filhos, e descendentes, sendo mecanicos, para os officios da Republica, que requerem nobreza, e sendo nobres, reservando para si proporcionar-lhes os premios em razão da maior, ou menor lavoura da seda.

São bem memoraveis os beneficios com que este Soberano favoreceo os Lavradores dos Campos de Coimbra. O Mondego quebrando o seu alveo, tinha destruhido quasi seis leguas da sua margem da parte do Sul, impedindo a cultura das terras. ElRei mandou concertar esta quebrada á custa de infinitas despezas. A ribeira da Cidreira tinha estragado todo o campo do Bolaõ até ao Mondego, que fica da parte do Norte. ElRei manda abrir as vallas proporcionadas para o despejo das aguas, e fazer a celebre ponte da Cidreira obra tão util, tão gran-

grande, e tão magnifica, que ella só bastaria para immortalizar o nome desse Principe, quando elle não tivesse feito tantas outras dignas da Memoria, e veneração de todos os seculos.

Não era menos útil a obra do canal, que este Soberano mandou abrir desde Leiria até ao porto da Vieira para encanamento dos rios, prevenção dos estragos das enchentes, aproveitamento das terras, e facilidade dos transportes; e supposto que não houve tempo de se acabar esta obra na sua vida, devemos-lhe o louvor de a emprender, e de a chegar ao estado em que se acha. Foi tambem a beneficio dos Lavradores o cuidado que mandou ter dos concertos das estradas, e das calçadas do termo de Lisboa.

No tempo deste Rei se conheceo, e augmentou hum novo genero de lavoura neste Reino, que foi o do Arroz: e este genero correspondeo tambem aos trabalhos dos Lavradores, que já hoje temos bem pouca necessidade do soccorro dos Estrangeiros.

Assim estava a Agricultura, quando nos faltou este Rei digno de immortal saudade, e de eterna memoria; se esta soffre algum refrigerio, he porque vemos no seu lugar a sua Augusta Filha, digna Filha de hum tal Pai, e verdadeiramente Mãe da Patria. Quantas nobres esperanças não concebemos nós á vista dos primeiros passos do seu Governo! Ella manda observar todas as Leis do seu Augusto Pai, á excepção daquellas poucas cousas, que as differenças do tempo, e das circumstancias pedião; que se exceptuassem. Depois a Lei de 9 de Agosto de 1777 deu novas, e utilissimas Providencias á Companhia da Agricultura dos vinhos do Alto-Doiro.

Mas sobre tudo, que esperanças não devemos nós conceber, quando vemos, que Ella authoriza huma Academia, que se emprega toda no estudo dos interesses da Patria? Que Ella favorece hum ajuntamento de homens sabios, que na Provincia do Minho trabalham nas vantajens

da Agricultura! Que Ella manda pelo seu Tribunal de Policia fazer as listas vitalicias, e mortuarias, para indagar o estado da povoação; examinar os generos, que sobejão aos Lavradores, livres das despezas de lavouras, e tributos; alimpar arvores, enxertar zambujos, e outras semelhantes providencias, que nos annunciaõ grandes cousas! Nós esperamos com todos os votos o seuCodigo, e ouxalá, que nenhuma infelicidade perturbe os seus projectos: que segundo nos annunciaõ estes principios, nos veremos ainda tornar á Agricultura Portugueza a hum ponto de esplendor, que nos tenhaõ, que invejar os Estrangeiros.

## CONCLUSÃO.

**P**Or tudo quanto fica exposto neste escripto, concluo, que a Agricultura principiou a florescer com a povoação, desde o principio da Monarquia até ao tempo d'ElRei D. Diniz, em que chegou ao seu maior ponto. Que os generos principaes eraõ os da primeira necessidade, os grãos, e legumes. Dos outros generos havia muita abundancia. Que desde ElRei D. Affonso IV. até D. Pedro I., alguma cousa esfriou o antigo ardor de promover a Cultura, o que deu motivo ás varias determinações d'ElRei D. Fernando. Que desde o tempo d'ElRei D. João I. entrou a despovoar-se mais o Reino, e descuidáraõ-se mais os Portuguezes dos seus verdadeiros interesses. Que desde então começaram a ser maior o cuidado das vinhas, e a diminuir o dos grãos. Que os seguintes Soberanos se virão precisados a obrigar os vassallos á Cultura por meio de graves penas, e castigos, quando antigamente se cultivava por gosto. Que em toda a Legislação Portugueza se não acha hum só documento, que defestine, e abata os Lavradores, sendo tantos os que os enobrecem, e distinguem, e por consequencia que o Lavrador não tem mecanica. O costume immemorial de não ser precisa dispensa de mecanica aos filhos, e netos de Lavradores, tanto para entrarem nas

Or-

Ordens Militares , como para seguirem os Lugares de Letras , o confirma. As nossas Leis lhes chamaõ *homens bons* , e os admittem aos cargos de Vereadores , e por consequencia aos de Juizes pela Ordenaçãõ , o que he boa prova que lhes naõ suppoem mecanica.

Conheço os defeitos que leva este escripto , entre os quaes será tal vez hum , que eu fizesse mais a Historia dos Soberanos em ordem á Agricultura , do que a Historia da mesma Agricultura. Se he defeito , eu o confesso. Porém a falta dos testemunhos precisos he causa deste , e de outros alguns defeitos essenciaes que leva esta Memoria. Fôra necessario para evitalos , poder examinar os principaes Archivos do Reino , principalmente o da Torre do Tombo. Fôra necessario ter á vista os Foraes todos , ao menos das terras principaes. Foraõ necessarios algumas outras providencias que naõ cabem nos meus esforços. Nas circumstancias em que me poz a Providencia , falto de quasi todos os soccorros opportunos , fiz o que pude.

Quizera juntar a este escripto por Appendix huma Memoria sobre a Agricultura Portuguesa nas Colonias Ultramarinas. Porém até ao presente naõ tenho as Memorias bastantes para dizer alguma cousa a proposito.

*Carta de Lei de 12 de Fevereiro de 1564. segunda a  
refere Duarte Nunes de Leão na Collecção das  
Extravagantes.*

**M** Anda El Rei nosso Senhor, que todo o Lavrador, ou Seareiro, e pessoa que lavrar, e semear trigo, centeio, e cevada, nos mezes de Março, Abril, e Maio, e mondem, e fação mondar de toda a herva, e mato, de maneira que lhe não fação damno. E o mesmo se faça aos milhos nos tempos que for necessario, segundo as qualidades das terras. E se a pessoa que assi semear, e lavrar o dito paõ, tiver tanta terra semeada que elle com sua familia a não possa limpar, buscará outras pessoas, que lho ajudem a fazer. E além disto, depois de o paõ ser espigado, quando cahirem algumas nevoas, ou chuvas sem vento de que se faz nelle a ferrugem, cada Lavrador terá cuidado de per si, e seus filhos, e criados correrem cada manhã, em que as ditas nevoas, e chuva cahirem, as terras em que tiver semeado o seu paõ, tomando duas pessoas hum cordel de lã comprado da grossura de hum dedo, que cada Lavrador, e pessoa que semear terá, e o tomarão cada hum por seu cabo, e levando-o pela altura do pé da espiga do paõ, estirado, correndo de pressa todas as suas lavouras, sacudindo com o dito cordel a agua, e nevoa que aquella noite, ou manhã cahio nelle. E qualquer dos ditos Lavradores, ou pessoas que não mondar os ditos pães, ou sacudir as ditas nevoas, e chuvas d'elles, quando não correr vento, sendo Lavrador que lavre, ou semeie hum moio de paõ de semente, e dahi para cima, pagará de pena até quatro mil reis. e sendo menos do dito moio pagará até dous mil reis, e sendo seareiro, pagará até mil reis: e *esto* segundo negligencia de cada hum, e das

e das ditas penas será metade para as despezas do Concelho, e outra metade para quem o accusar. E manda o dito Senhor a *todos* Juizes, Vereadores, e Officiaes das Camaras das Cidades, Villas, e Lugares de seus *Regnos*, que cada hum anno nos tempos, que mais necessarios forem, antes que se as novidades recolhaõ vão ver os termos dos ditos Lugares, e provejaõ sobre as ditas cousas, e achando que alguns as não cumpriraõ os oucaõ sumariamente, e procedaõ na execuçaõ das ditas penas, sem appellaçaõ nem aggravo; e os Juizes, e Officiaes das Camaras por cada dia que andarem visitando as terras de cada hum dos ditos Lugares, da parte das penas, que por esta Brevisão, são applicadas para o Concelho, hajaõ quinhentos reis para seu comer, e gasto &c.

*D. N. de Leão*, Collec. Part. VI. pag. mihi 169.



---

## MEMORIAS

*Sobre as Fontes do Código Philippino.*

POR JOÃO PEDRO RIBEIRO.

---

**P**ersuadirá aos ouvintes, (o Professor de Direito Civil Portuguez) que façam também um uso perpetuo das Fontes do Direito Patrio, não só das primarias, e authenticas; mas também das secundarias, e que perdêraõ já a authoridade, que em outro tempo tiveraõ . . . . . que unãõ sempre o Estudo das Leis Patrias com . . . . . o Exame dos Diplomas, e Monumentos de todas as idades . . . . . Lerá, e tornará a ler os Artigos das Representações das Cortes, e das queixas formadas pelo Clero, e pelos Póvos . . . . . procurará ver os Diplomas: não só os que se achãõ estampados em algumas Collecções; mas também os que existem occultos nos Archivos Publicos, e Cartorios dos Mosteiros, e das Cathedraes destes Reinos . . . . .

Estatutos da Universidade de Coimbra.

L. 2.º T. 6. Cap. 3. §. 42. 43. 49. 50.

O bom conhecimento das Leis Civis do Estado he indispensavelmente necessario aos Canonistas.

Tit. 9. Cap. 2. §. 1.º

PRO-

## P R O L O G O.

**S**endo bem evidente o interesse, que resulta da averiguação das Fontes de hum Corpo qualquer de Legislação, para a sua melhor intelligencia; julguei fazer algum serviço ao Publico, communicando-lhe o resultado das minhas averiguações sobre o Codigo Philippino a este respeito. Mas como ficaria menos interessante esta Obra, se sómente indicasse as suas Fontes Remotas, e Proximas, tanto internas, como externas, sem dar alguma noticia mais circumstanciada das mesmas Fontes; por isso procurei reduzir a ordem os apontamentos, e lembranças, que ao mesmo respeito conservava, publicando consecutivamente a parte deste trabalho, que as minhas obrigações me permittem.

Dividindo esta Obra em Tres Partes. A I. comprehenderá em 5. Secções as Fontes internas, tanto proximas como remotas, daquelle Codigo. 1.<sup>a</sup> Cortes: 2.<sup>a</sup> Leis Gerais: 3.<sup>a</sup> Leis Municipaes: 4.<sup>a</sup> Costumes da Nação: 5.<sup>a</sup> Codigos Antigos. A II. em 5. Secções as Fontes externas. 1.<sup>a</sup> Codigo Gothico: 2.<sup>a</sup> Leis das Partidas: 3.<sup>a</sup> Leis do Touro: 4.<sup>a</sup> Direito Romano: 5.<sup>a</sup> Direito Canonico. A III. mostrará, pela Ordem do mesmo Codigo Philippino, de quaes das mesmas Fontes foi tirado cada hum dos seus Titulos, paragrafos, e versiculos.

P A R-

## P A R T E I.

*Fontes Internas.*

## S E C Ç A Õ I.

*Cortes.*

## DISSERTAÇÃO PRELIMINAR

*Sobre as Cortes, em geral.*

**S**ENDO o assumpto desta Memoria inteiramente historico, sem me demorar em definir a verdadeira natureza das Cortes em hum Reino Monarchico, e absoluto, como o nosso, (qual se acha doutamente já exposta na Deducção Chronologica); (1) juntarey antes nesta Dissertação algumas idéas geraes sobre a Historia das mesmas Cortes, colhidas da averiguação dos monumentos, de que extrahí o Index Chronologico, que a diante se segue.

Epocas  
da sua celebração:  
titulos  
por que  
são conhecidas.

E principiando pelas Epocas da sua celebração; nunca houve tempo fixo para se juntarem as mesmas Cortes, Concelhos, (2) ou Ajuntamentos, (3) pois por todos estes nomes são conhecidas, [ á excepção da minoridade do Senhor D. Affonso V., em cujo principio se determinou, (4) que se juntassem todos os annos; e do Reinado do Senhor D. João III. em que se determinou on-

(1) Part. 1. Divis. 12 §. 669 (2) Vid. Cortes d'Evor. do Ann. 1444. (3) Vid. Cort. de Lisboa da Er. 1442. (4) Vid. Cort. de Torres Nov. Ann. 1438.

convocar-se cada dez annos. (1) ] E ainda que os Póvos algumas vezes requeressem o juntarem-se todos os annos, (2) ou de tres em tres (3) só assentíram os Senhores Reis a esta pretensão no caso de não haver impedimento, e haver necessidade: em cujos casos ha exemplos até de se celebrarem duas, (4) e tres vezes (5) Cortes no mesmo anno.

Ellas eraõ sempre convocadas por cartas dos mesmos Senhores Reis, ou de quem em seu nome tinha o Governo do Reino; declarando-se nas mesmas o lugar, e tempo da sua celebração, o numero dos Procuradores, que deviaõ ser enviados pelos Concelhos, os poderes que deviaõ levar, (6) e ás vezes mesmo o motivo da sua convocação (7).

Fôrma da sua convocação

Além da Nobreza, e Prelados eraõ chamados para as mesmas Cortes os Concelhos por seus Procuradores, não todos os do Reino, mas taõ sómente os das Cidades, e de algumas Villas notaveis, (8) que por Foral, ou privilegio tinhaõ assento em Cortes. Neste numero se contaõ vinte huma Cidades, e 71. Villas, repartidas por 18. Bancos: (9) inda que nas Cortes de 1642. consta ter concorrido maior numero. (10)

Que pessoas eraõ para ellas convocadas.

Além destas Cortes, a que podemos chamar geraes, se celebravaõ ás vezes tambem algumas com menor numero de assistentes, quaes as que se determináraõ celebrar annualmente na Minoridade do Senhor D. Affonso V. (11) e aquellas para que só eraõ convocados Procuradores por toda huma Provincia, (12) ou duas do Reino (13) ou

Diversas especies de Cortes.

Tom. II.

G

das

(1) Vid. Cort. do Ann. de 1525. e 1535. Cap. 105. (2) Vid. Cort. de Coimbr. Er 1423. Art. 8. (3) Vid. Cort. de Lisb. Er 1409. Art. 95. (4) Vid. Er. 1410. &c. (5) Vid. Er. 1425. (6) Vid. Cort. da Er. 1451. e Ann. 1481. &c. (7) Vid. Cort. do Ann. 1455. , 1476. &c. (8) Vid. Preambul. das Cort. de Lisb. da Er. de 1390. e Cort. da Er. 1440. (9) Vid. *Castro Mapp. de Port.* Tom. 1. pag. m. 445. = *Far. Europ.* Tom. 3. P. III. cap. 2. pag. 165. (10) Vid. Consult. de *Thomé Pinheiro da Veiga* sobre as Cort. de 1641. e 1642. (11) Vid. Cort. de Torr. Nov. do Ann. 1438. (12) Vid. Cort. de 1502. (13) Vid. Cort. de 1548.

das cabeças somente dos Almojarifados, (1) ou das Cidades, e Villas do primeiro banco. (2)

Numero,  
e qualida-  
de dos  
Procura-  
dores de  
cada Con-  
celho.

O numero ordinario de Procuradores que enviava cada Concelho eraõ dous; porém ha tambem exemplo de quatro, (3) de dous com hum Tabellião, (4) e de hum Procurador somente, (5) para cujo officio podião ser eleitos os mesmos Officiaes da Justiça, e Fazenda, (6) achando-se mesmo Desembargadores nomeados para Procuradores de alguns Concelhos. (7)

Despezas  
dos mes-  
mos Procura-  
dores.

Estes concorrião com as despesas dos mesmos Procuradores, (8) facultando os Senhores Reis logo na Carta da Convocação, (9) ou em data posterior (10) o lançamento para isso finta, quando não chegavaõ as suas rendas; expedindo-se para o mesmo pagamento Provisões de Desembargo, (11) e taxando-se mesmo ás vezes nellas a competente ajuda de custo: (12) quando porém por huma Provincia, ou Almojarifado ha hum Procurador somente, ou dous, todos os respectivos Concelhos concorrião para as suas despesas: (13) e ha mesmo exemplo de concorrerem os Principes para aquellas despesas. (14)

Como for-  
malizavaõ  
os Concelhos os  
Capitulos  
que apprehendavaõ.

A pouca fidelidade, e exactidão de alguns Procuradores, (15) deu occasião a se determinar, que os Capitulos especiaes de cada Concelho os levasssem os Procuradores assignados em Camera, (16) sendo costume deliberar-se nella, não só acerca das mesmas propostas p'in-

cia-

---

(1) Vid. Cort. de 1481. Cap. 158. (2) Vid. Cort. de 1633. (3) Vid. Cort. d'Evor. da Er. 1363. na Cart. de Sant. (4) Vid. Cort. de Santarem Er. 1369 na Cart. de Espec. do mesm. Conc.º (5) Vid. Cort. de 1502. 1697. &c. (6) Vid. Cort. de 1525. e 1535. Cap. 115. (7) Vid. Cort. de 1642. e 1697. (8) Vid. Cort. de 1481. Cap. 158. (9) Vid. Cort. da Er. 1451. e Cort. Ann. de 1459. Cap. 9. da Cart. de Coimbr. (10) Vid. Cort. da Er. 1442. e Ann. 1481 &c. (11) Vid. Cort. de 1641. 1697. &c. (12) Vid. Cort. de 1641. &c. (13) Vid. Cort. de 1481. Cap. 158. dos Mistic. (14) Vid. Cort. de 1581. (15) Vid. Cart. de 15 d'Ag. Ann. de 1431. ao Conc.º de... Cap. 2. (16) Vid. Cort. do Ann. de 1439. Cap. 23. da Certid. de Coimbr.

cipaes., mas ainda das que interessavaõ o bem geral do Reino. (1)

Estas propostas se annunciaõ nas primeiras Cortes do Senhor D. Affonso IV. com o titulo de *Agravamen- tos*: (2) nas ultimas do mesmo Senhor; (3) e até as do Senhor D. Joaõ I. em Guimaraens da Er. 1439. por Artigos: e desde as de Santarém da Er. 1444. em diante por Capitulos.

Diversos  
Titulos  
das Re-  
presenta-  
ções.

Destes huns eraõ, chamados Geraes por interessarem a todo o Reino, e serem propostos em nome de todos os Procuradores dos Concelhos: outros *Especiaes*, ou em nome de huma Provincia inteira; (4) ou de hum Concelho sómente, havendo mesmo exemplo de Capitulos propostos pelos Mesteres, e povo de huma terra, separados dos do Concelho. (5)

Especies  
diversas  
das mes-  
mas Re-  
presenta-  
ções dos  
Conce-  
lhos.

Tendo os Geraes toda a força de Lei, e os *Especiaes* sendo ao menos reputados como Privilegios, se concedeo aos Concelhos a faculdade de só os obrigar aquelles Capitulos Geraes, de que pedissem, e levassem Instrumento; (6) o que ainda que depois fosse revogado, (7) deu occasião, a que muitos dos mesmos Instrumentos, que nos restaõ, contenhaõ só parte dos mesmos Capitulos Geraes, á proporção do interesse que nelles tinhaõ os Concelhos, que por seus Procuradores pediaõ os dictos Instrumentos: concorrendo talvez tambem para isso a pobreza de alguns Concelhos, que buscariãõ evitar a maior despeza da expedição dos mesmos Instrumentos, pedindo-os sómente daquellas Resoluções que mais os podiaõ interessar.

Variedade  
das Provi-  
dencias so-  
bre a Au-  
thoridade  
dos Capitu-  
los decia-  
dos: e  
usos ao  
mesmo  
respeito.

Além destes Artigos dos Concelhos, nos restaõ, ainda das Cortes mais antigas, alguns da Nobreza, e Cle-

Outas es-  
pecies de  
Capitulos,  
além dos  
propostos  
pelos  
Conce-  
lhos.

G ii

re-

Vid. Cort. de 1616. (2) Vid. Preamb. das Cort. da Er. 1363. e Era 1369. (3) Vid. Cort. da Er. 1390. (4) Vid. Cort. do Ann. 1460. 1475. 1477. (5) Vid. Consult de Thomé Pinheiro da Veiga sobre as Cort. de 1641., e 1642. (6) Vid. Cort. do Ann. 1459. Cap. 28 da Cart. do Arch. R. e Cort. de 1465. Cap. 1. (7) Vid. Cort. de 1472. Cap. 80. dos Misticos.

reza Geraes, (1) ou Especiaes de certa Dioceze, ou Terra, (2) respectivos ao interesse particular de cada hum destes Estados; sendo os Artigos da Cleresia ou Prelados d'algumas Cortes, chamados erradamente pelos nossos Escritores (3) Concordatas do mesmo Clero com os nossos Principes, quando nada essencialmente differem dos Artigos propostos, e requeridos pelos outros dous Estados.

Causas, e  
assumptos  
da Convo-  
cação de  
Cortes.

Quanto ao motivo, e fim da Convocação das Cortes, (á excepção dos que derao assumpto ás de Lamego da Er. de 1181. de Coimbra da Er. de 1423. e de Lisboa de 1679. e 1697.,) erao aquelles mesmos, que fóra das mesmas Cortes, obrigáram sempre os nossos Principes a procederem sempre ás suas Resoluções, depois de terem ouvido o voto, e parecer dos seus Ministros. O menor numero destes em outro tempo, e outras circumstancias, fizerao mais necessario o chamarem os nossos Principes todas as Ordens do Estado, para com o seu Conselho decidirem algumas vezes, sobre expedições bellicas, (4) sobre celebrações de paz, (5) ou casamentos; (6) sobre os meios de concorrerem os Povos com mais suavidade para as despezas do Estado, (7) e muito principalmente sobre a administração da Justiça; (8) ouvindo as queixas dos Povos, e deferindo sempre, com o Conselho dos seus Ministros, (9) aquelles requerimentos, como lhes parecia mais justo.

Authori-  
dade das  
suas deci-  
sões.

Por esta causa tiverao sempre toda a força de Lei as mesmas resoluções dadas ás representações das Ordens do Estado, de fórma, que contra ellas nao valia Car-

(1) Vid. Cort. da Er. 1399. Ann. 1455. 1456. &c. (2) Vid. Cort. da Er. 1423. e do Port. da Er. 1425. (3) *Gabriel Pr.a de Castro*, de Man. Reg. &c. (4) Cort. d'Evor. Ann. de 1436. (5) Cort. de Montem. Nov. da Er. de 1440. (6) Cort. de Sant. da Er. de 1372. = e Cort. de Torr. Nov. Ann. de 1441. (7) Cort. de Coimbr. e Brag. da Er. de 1425. = e Cort. d'Evor. da Er. de 1446. &c. Preambul. das Cort. de 1498. (8) Cort. de Sant. da Er. de 1363. = e Cort. d'Elv. da Er. de 1399. &c. (9) Vid. Cort. de 1481. = Preambul. das de 1498. = Cort. de 1525; e 1535.... e Consult. de *Thomé Pinha Veiga* sobre as Cort. de 1641., e 1642.

Carta, ou Alvará, sem se fazer saber a ElRei, não sendo *Carta de graça expedida pelos do seu Paço* com expressa derrogação das mesmas; (1) como muitas vezes o outorgárao, e confirmárao os nossos Principes a requerimento dos Póvos, feitos nas mesmas Cortes, contra os Magistrados, que pretendiao infringir as suas Decisões. (2)

Para este fim he que os Concelhos pediao sempre Instrumento daquellas Decisões ou geraes, ou especiaes; dos quaes alguns se achao assignados pelos mesmos Senhores Reis, (3) ou por quem em seu nome tinha o Governo do Reino; (4) outros pelos seus Escrivães da Puridade, (5) ou Secretarios; (6) outros pelos Ministros do seu Paço, e Conselho; (7) e desde o Senhor D. Duarte principalmente, pelo Chanceller mór, (8) ou por quem fazia as suas vezes; (9) sendo huns expedidos em forma de Carta, (10) e Alvará, (11) outros em forma de Provisão, (12) ou Certidão. (13)

O seu contexto tambem varia notalmente: achando-se em huns as representações, e as suas respostas em hum perfeito Dialogo; (14) em outros referidas em nome do Principe, (15) e mesmo resumidas as representações: (16) em outras referidas as mesmas respostas do Principe, como dadas pelo Orgão dos seus Ministros, (17) e

Por quem  
erao ex-  
pedidos,  
e assigna-  
dos os  
Instrumen-  
tos das  
mesmas.

Theor dos  
mesmos  
Instru-  
mentos.

(1) Cort. da Er. de 1390. Art. 23. (2) Cort. da Er. 1399. Art. 12., e 14. = Cort. da Er. 1409. Art. 101. = Cort. do Port. da Er. 1410. Art. 19. Cort. de Leiria da Er. 1410. Art. 11. = de Coimbr. Er. de 1423. Art. 23. Cort. do Ann. de 1465. Cap. 1. Cort. de 1481. Cap. 72. &c. (3) Cort. da Er. de 1369. Ann. 1455. = 1498. = 1544. &c. (4) Cort. Ann. 1439. 1441. 1562. 1668. (5) Cort. de Lisb. do Ann. 1459. (6) Cort. da Guard. 1465. (7) Cort. da Er. 1399. 1409. 1410. &c. (8) Cort. Ann. 1436. 1468. 1490. (9) Cort. do Ann. 1459. 1481. (10) Vid. Cort. de 1562. &c. (11) Vid. Cort. de 1668. &c. (12) Vid. Cort. do Ann. 1459. &c. (13) Vid. Cort. do Ann. 1436. 1481. &c. (14) Vid. Cort. do Ann. 1442. &c. (15) Vid. Cort. d'Elvas Er. 1399. &c. Ann. 1427. na Carta do Port.-Cort. de 1481. &c. (16) Vid. Cort. de Lisb. Ann. 1427. na Cart. de Coimbr. (17) Vid. Cort. da Er. 1369. Nos Geraes.



e variando o theor dos mesmos Artigos em diversas Cartas, sendo aliás identicos na substancia. (1)

Decisões das mesmas, além das requeridas: Leis feitas em virtude das suas decisões.

Em algumas destas Cortes, além dos Capitulos propostos pelas Ordens do Estado, os mesmos Principes de moto proprio davaõ outras providencias, (2) mandando tambem ás vezes, em virtude das Resoluções que tomavaõ, expedir algumas Leis. (3)

Economia particular dos Instrumentos, e seu theudo.

Nos Instrumentos das melinas Cortes, achando-se, em quasi todos, separados os Capitulos Geraes dos Especies, expedindo-se ás vezes de cada huma destas especies duas, tres, e mais Cartas, contendo cada huma, hum, dous, ou mais Capitulos: (4) n'outros se achão juntos Geraes, e Especies de hum só Concelho, (5) ou de huma Provincia. (6) Em alguns se achão juntos os Geraes dos Concelhos com os da Clerazia sómente, (7) em outros tambem os da Nobreza: (8) em outros os da Nobreza sómente, e Concelhos: (9) dividindo-se em algumas Cortes os seus Capitulos com separação dos da Justiça, Fazenda Real, e Defensão do Reino; (10) ou de Capitulos da Nobreza, e Póvos; sendo estes subdivididos em Capitulos da Fazenda Real, da Justiça; e outros que se intitulaõ Misticos. (11)

Solemnidades da sua celebração.

Sobre o Formulario da sua celebração se acha memoria em alguns dos nossos Escriptores; (12) sendo ordinario apparecerem nellas os Senhores Reis com toda a sua Corte, e ar de Magestade: fazer a proposição ou falla d'abertura em nome do mesmo, hum Prelado ou Ministro; (13) e responder a esta hum, ou mais das trez

Or-

(1) Vid. Cort. de Lisb. da Er. 1427. e Ann. 1427. (2) Vid. Cort. do Ann. 1439. Cap. 21. da Carta de Coimbr. = Cort. de 1498. &c. (3) Vid. Cort. de 1525. 1535. 1641. 1642. 1674. 1697. (4) Vid. Cort. da Er. 1432. &c. (5) Vid. Cort. do Ann. 1465. &c. (6) Vid. Cort. do Ann. 1451. &c. (7) Vid. Cort. do Ann. 1477. (8) Vid. Cort. de 1581. 1641. &c. (9) Vid. Cort. de 1472. (10) Vid. Cort. de 1481. (11) Vid. Cort. de 1472. (12) *Barbosa* Memor. do Senhor D. Sebastião P. II. Liv. 1. Cap. 12. = Prov. da Hist. Geneal. T. 4. p. 157. = *Faria* Europ. Tom. 3. P. III. Cap. 2. N. 10. e seguintes, (13) Vid. Cort. de 1562. e 1581. &c.

Ordens em nome dos Estados, (1) ou de cada hum delles. (2) O costume de se juntarem os mesmos tres Estados em congressos separados, para fazerem as suas sessões, por occasião das mesmas Cortes, só conta de tempos mais modernos. (3)

Sendo muito poucas as Cortes, cujas resoluções se tem feito publicas pela impressão; (4) sendo estas mesmas edições já raras; faltando no mesmo Real Archivo os Instrumentos, e Memorias de muitas dellas; não se pôde esperar do Indice Chronologico que se segue, a sua completa noticia: muito mais, quando os nossos Escrip-tores só por incidente, e muito perfunctoriamente fallaõ de bem poucas. Essas breves noticias, que elles nos transmittirão; os monumentos, que encontrei em alguns Cartorios, e examinei com a exacção que me foi possível, e de muitos dos quaes possuo copia: outros, ou seus extractos communicados pelo Desembargador João Antonio Salter de Mendonça, e pelo Doutor João de Magalhães e Avellar, Lente nesta Universidade; formão todo o fundo do mesmo Indice, que novas descobertas, e huma maõ mais habil pôdem levar á sua devida perfeição.

Como nella busquei indicar os Lugares do Codigo do Senhor D. Afonso V., a que servirão de Fonte algumas Decisões de Cortes, regulando-me pelo exemplar da mesma Ordenação de que uso, (conferido pelo Desembargador João Antonio Salter de Mendonça, com os diversos Codigos que se achão ao presente recolhidos no Real Archivo, e que notavelmente variaõ na ordem dos Titulos;) julguei necessario augmentar esta Memoria com os Indices dos cinco livros da mesma Ordenação assim conferida.

Não contendo ella mais que hum esqueleto das mesmas Cortes; fórmõ os mais sinceros votos de que o Publico possa ainda possuir pela impressão huma completa Col-

Difficuldade desta Obra, e obstaculos á sua perfeição.

Motivo porque se junta o Indice do Codig. do Senhor D. Afonso V.

Utilidade que resultaria de se publicar pelo prelo a Collecção das mesmas Cortes.

(1) Vid. Cort. de 1641. &c. (2) Vid. Cort. de 1562. (3) Vid. Cort. de 1641. &c. (4) Cort. de 1525. 1535. 1581. 1641. 1642. 1645.

Collecção de Cortes; em que os Sabios da Nação terãõ de encontrar hum copioso thesouro de noticias interessantes á Historia Politica, e Economica deste Reino, e muito particularmente á da sua Legislação.

REINADO  
DO  
SENHOR D. AFFONSO I.

Er. 1181?      Ann. 1143?

**C**ortes de *Lamego* : em que se estabelecêraõ 4 Leis sobre a successão do Reino : 2. sobre os modos de adquirir, e perder a Nobreza : e 7. sobre a administração da Justiça. (1) A sua authenticidade foi disputada pelos Jurisconsultos Castelhanos por occasião da feliz Acclamação do Senhor D. João III. ; principalmente por Nicolão Fernandes de Castro, (2) e defendida por muitos dos nossos Escriptores. (3)

SENHOR D. AFFONSO II.

Er. 1249.      Ann. 1211.

**C**ortes de *Coimbra* : (4) em que se estabelecêraõ Juizes, e se fizeram as Leis, que se achão em numero de 25. no Livro do Real Archivo intitulado = Das Leis, e Posturas antigas. = (5) E no Livro intitulado = Ordenações do Senhor D. Duarte = (6) em numero de 26 : algumas das quaes se achão tambem no Foral Antigo de Santarem (7) existente no Real Archivo. (8)

*Tom. II.*

*H*

*Def-*

(1) Prop. da H. G. T. I. pag. 9. n. 5. = Monarch. Lus. T. III. L. 10. Cap. 13. = *Faria Eur.* Tom. II. P. I. Cap. 5. num. 2. (2) Portugal convencido P. II. Sec. III. pag. 434. (3) Vid. Hist. Jur. Civ. Lusitan. not. ao § 40.

(4) Vid. Monarch. Lus. Tom. IV. Liv. 13. Cap. 21. (5) Fol. 1. (6) Fol. 1. (7) F. 24. até f. 26. v. (8) Attribuidas ahi por engano a outros Reinados.

Destas Leis passáraõ para o Codigo do Senhor D. Affonso V. as seguintes.

L. 2. <sup>a</sup> = L. II. t. 31.	L. 14. — L. IV. t. 9. In pr. (1)
3. <sup>a</sup> = L. II. t. 32.	17. = L. IV. t. 37.
4. <sup>a</sup> = { L. II. t. 54.	18. = L. IV. t. 25. (1)
L. V. t. 2.	19. = L. II. t. 43.
7. <sup>a</sup> = L. III. t. 108. § 1.	20. = L. III. t. 70. (1)
8. <sup>a</sup> = { L. III. t. 92.	21. = L. IV. t. 10.
L. V. t. 63. (1)	22. = L. II. t. 42. (1)
	23. = L. V. t. 5.
	25. = L. II. t. 80. 86. 96.
	122.

### SENHOR D. AFFONSO III.

Er. 1292. Ann. 1254.

**C**ortes de *Leiria*: no Mez de Março, sobre o Estado do Reino, correcção, e emenda do mesmo, segundo a memoria que dellas resta no Real Archivo. (1) Nellas se fizeraõ varias Leis que se achaõ no Foral Antigo de Santarem, (2) e Béja; (3) e no Livro de Leis Antigas, (4) e Ordenação do Senhor D. Duarte, (5) misturadas com outras feitas em Coimbra, e Lisboa. Nellas se concedêraõ varios privilegios a Santarem: e se determinou, que a terça parte das Barcas que navegassem no Douro, e Náos de França que alli aportassem descarregassem em Gaya, e não no Porto. (6)

Er.

(1) L. I. da Chancell. do Senhor D. Affonso III. f. 6. v. (2) F. 27., e seguintes. (3) F. 14., e seguintes (4) F. 4., e seguintes. (5) F. 18. v., e seguintes. (6) Liv. dos Foraes do Senhor D. Affonso III. de Pasta preta f. 8. (Arch. R.)

Vid. Monarch. Lus. T. IV. L. 15. cap. 19. = *Faria Europ. T. II. P. I. Cap. 1. n. 17.*

Er. 1311. Ann. 1263.

Cortes de *Santarem*: para a Correccão dos costumes, e entrega dos bens pertencentes ás Igrejas, por occasião da Bulla de Gregorio X. em resulta da queixa dos Bispos do Reino, segundo a Carta do mesmo Rei de 18 de Dezembro desta Era. (1)

SENHOR D. DINIZ.

Er. ....? Ann. ....?

Cortes da *Guarda*: no Pontificado de Martinho IV., em que ElRei respondeo sobre as queixas feitas pelos Prelados do Reino, segundo consta da Bulla de Nicoláo IV. de 6. de Janeiro de 1282. que transcreveo Gabriel Pereira, (2) do Livro de Leis Antigas. (3)

Er. 1323. Ann. 1285.

Cortes de *Lisboa*: em que se requereo, pelos Donatarios, e Conselhos se procedesse a Inquirições sobre as honras, e devações do Reino, de que ha memoria na Carta sobre o mesmo assumpto de 13. de Julho Er. 1326. (4)

Er. 1327. Ann. 1289.

Cortes de *Lisboa*: em que o Senhor D. Diniz pro-  
H ii me-

(1) L. 1. da Chancell. do Senhor D. Affonso III. f. 127. Vid. Monarch. Lusit. T. IV. L. 15. Cap. 41. = Faria. Europ. T. II. P. 1. Cap. 1. n. 22.

(2) De Manu Reg. P. I. n. 49. pag. 326. da Ed. de Leão. (3) Fol. 96. (4) L. 1. da Chancel. do Senhor D. Diniz f. 326. (Arch. R.)

metteo guardar os XL. Artigos de Roma, segundo o Instrumento que dá dita promessa se inclue na Bulla de Nicoláo IV. de 17. de Março do Ann. 1289., que se conferva no Cartorio do Cabido de Coimbra; (1) e vertida em Portuguez no Livro de Leis Antigas depois dos mefinos 40. Artigos. Achando-se tambem o mesmo Instrumento do Senhor D. Diniz, que vem inserto na dita Bulla no Cartorio do mesmo Cabido, com a data de 4 d'Agosto da Er. de 1327. (2)

Er. 1346. Ann. 1308.

Cortes de *Guimaraës*: no mez d'Agosto, em que se limitáraõ novamente as comedorias dos Fidalgos nas Igrejas, e Mosteiros de que eraõ Padroeiros, excluindo os illegitimos &c. mandando-se devaçar por João Ceazar das fidalguias, e honras que alguns usurpavaõ na Comarca d'entre Douro, e Minho: offerecendo-se talvez nellas o Donativo para o Casamento do Principe. (3)

Er. 1361. Ann. 1323.

Cortes de *Lisboa*: no mez de Outubro, para corrigir a falta d'administraçaõ de Justiça, e outros objectos interessantes; convocadas as instancias do Principe, e a que depois o mesmo naõ quiz assistir. (4)

S. E.

(1) G.<sup>a</sup> XI. R. I. Maç. 1. (2) G.<sup>a</sup> XI. R. H. Maç. 2. n. 23.

(3) Monarch. Lus. P. VI. L. 13. Cap. 29. pag. 95: e P. VII. L. 3. Cap. 2. n. 3., e 4. = *Leão* Chronic. do Senhor D. Diniz. p. 62. da Edic. de 8.<sup>o</sup> = *Esláo* Antiquidades de Portug. Cap. 40. n. 1.

(4) Monarch. Lus. P. VII. L. 4. Cap. 12. n. 4. e P. VI. L. 19. Cap. 35. pag. 359. = *Leão* Chronic. do Senhor D. Din. pag. m. 54. 55. = *Rui de Pina* Chron. do mesmo Senhor Cap. 28. e 29.

## SENHOR D. AFFONSO IV.

Er. 1363. Ann. 1325.

**C**ortes d'Evora: em que se fizeraõ Leis sobre os Direitos dos Padroeiros, trajes dos Judeos, Mouros, e Christãos, e se mandou proceder a inquirições sobre honras, e coutos. (1) Se os doze *Agravamentos* do Concelho de Santarem, que se achaõ em Carta (2) dada nesta Cidade a 30 de Abril se reputarem, (como me persuado,) destas Cortes, he claro do theor da mesma Carta terem ellas tido por assumpto receber o mesmo Senhor Rei as Homenagens do estilo; e deliberar ácerca da moeda, havendo a particularidade de ter mandado para este fim o Concelho de Santarem 4 Procuradores. Tambem ás mesmas Cortes haõ de pertencer as Leis de 11. de Abril (3) 26., (4) e 29. (5) do mesmo mez, todas datadas da mesma Cidade. A Monarchia Lusit. affirma, ter-se feito nestas Cortes a publicação da Sentença contra D. Joaõ Affonso Irmão de ElRei, mas achando-se esta transcripta no Livro de Leis antigas, (6) e na Ordenação do Senhor D. Duarte, (7) e datada de Lisboa a 4. de Julho da Er. 1374., a naõ se reputar errada a mesma data, naõ se póde sustentar a sua opiniaõ.

Er. 1369. Ann. 1337.

Cortes de Santarem: celebradas a 15 de Maio, publicadas a 30. (8) Dellas se passou Instrumento assigna-

(1) Monarch. Lusit. T. VII. L. 6. Cap. 2 e 3. e L. 7.<sup>a</sup> cap. 4.  
 (2) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 2. (Archiv. R.) (3) Ordenaç. do Senhor D. Duarte. f. 217. até f. 219. v., e f. 222. (4) Foral Antig. de Béja. f. 75. (5) Ord. do Senhor D. Duarte. f. 175. (6) F. 79. até f. 81. v. (7) F. 183. v. (8) Preambul. das mesmas nas Cart. d'Agravamentos Geraõs



nado por ElRei com o theor de 63. *Agravamentos* Geraes ao Concelho de Santarem (1) assignado por ElRei. No Livro de Leis Antigas (2) se acha transcripto o Instrumento das mesmas assignado tambem por ElRei, passado ao Concelho de Coimbra com 60. *Agravamentos* Geraes alguns delles repetidos, e divididos, e faltando tres (3) da Carta de Santarem: tambem se achão os mesmos *Agravamentos* Geraes destas Cortes transcriptos na Orden. do Senhor D. Duarte; (4) e no Foral Antigo de Béja (5) do Real Archivo. A dous de Junho desta Era se passou Carta em Santarem com 22. *Agravamentos* Especiaes do Concelho de Coimbra: (6) e a 6 do mesmo mez em Bemfica com 18 *Agravamentos* especiaes do Concelho de Santarem nestas mesmas Cortes. (7) Nellas appresentáraõ os Procuradores treslado dos foraes, e costumes dos Concelhos. (8) Passáraõ destas Cortes para o Codigo do Senhor D. Affonso V. os *Agravamentos* seguintes Geraes.

Agr.<sup>to</sup> 8 = L. V. t. 62.  
 12 = L. V. t. 56.  
 19 = L. III. t. 107.  
 20 = L. V. t. 65.  
 21 = L. IV. t. 7.  
 25 = L. V. t. 74.  
 26 = L. III. t. 99.  
 27 = L. II. t. 55.  
 28 = L. II. t. 55.  
 30 = L. II. t. 56.  
 32 = L. II. t. 52.

Agr.<sup>to</sup> 33 = L. II. t. 52.  
 38 = L. V. t. 75.  
 42 = L. V. t. 100.  
 43 = L. V. t. 50.  
 45 = L. IV. t. 93.  
 48 = L. V. t. 47.  
 50 = L. V. t. 102.  
 51 = L. V. t. 76.  
 52 = L. II. t. 85.  
 54 = L. V. t. 77.

Ao

(1) Maç. 1. do Supple. de Cort. n. 1. (2) F. 112 até f. 123. v. (3) He o 10. 11. 12. (4) F. 236. v. até f. 257. v. (5) F. 59. até 69. v. Maç. 10. n. 7. dos Foraes Antig. (Archiv. R.) (6) Pergam. n. 9. da Camer. de Coimbra. (7) Maç. 1. do Suppl. de Cort. n. 3. (Arch. R.). (8) Consta do Preambulo da Carta dos *Agravamentos* Especiaes de Santarem nas mesmas Cortes.

DE LITTERATURA PORTUGUEZA. 64

Ao Agravamento 23. destas Cortes se refere o Artigo 5.º das de Elvas Era de 1399. , citando-as como as primeiras que celebrou em Santarem o Senhor D. Affonso IV.

Er. 1372. Ann. 1334.

Cortes de *Santarem*; em que se fizeraõ varias Leis, e se approvou o projecto do calamento do' Principe com a Infanta D. Constança. (1)

.Er. 1373. Ann. 1335.

Cortes de *Coimbra*: no 1.º de Julho, ou Junho em que se mandou conservar interinamente a Igreja do Porto a Jurisdicção sobre a abertura, e execução dos Testamentos, com exclusão dos Ministros Regios. (2).

Er. 1378. Ann. 1340.

Cortes de *Santarem*: no 1.º de Julho, em que se publicáraõ 8 Leis, (3) e se queixáraõ os Póvos dos delictos dos Clerigos. (4)

Das Leis publicadas nestas Cortes, passáraõ para o Codigo do Senhor D. Affonso V. as seguintes.

L. 2. = L. IV. t. 26.		L. 5. = L. V. t. 4r.
3. = L. IV. t. 53.		7. = L. III. t. 10r.
4. = { L. II. t. 97.		8. = L. III. t. 43.
{ L. IV. t. 19. e 55. § 1.		

SE-

---

(1) Monarch. Lus. P. VII. L. 7. cap. 6. e 7. = *Rui de Pina Chron.* do Senhor D. Affonso IV. cap. 9. (2) Monarch. Lus. P. VII. L. 8. cap. 3. n. 4. = *Catalog. dos Bispos do Port.* addiccionad: P. II. Cap. 18. pag. 96. (3) *Orden. do Senhor D. Duarte.* f. 269 até f. 282. = *LL. Antig.* f. 144. até f. 146. (4) *Vid. Cart. de 7 de Dezembr. Er.* 1390 (Pergam. n. 13 da Camera de Coimbra. )

Er. 1390. Ann. 1352.

Cortes de *Lisboa* : de que restaõ 24 Artigos Geraes em carta de 30 d'Agosto desta Era na Orden. do Senhor D. *Duarte*, (1) e no Livro de LL. Antigas. (2)

Ao Artigo 23. e 17. destas Cortes se refere o Artigo 12. e 13. das d'Elvas da Er. 1399.

Passáraõ destas Cortes para o Codigo do Senhor D. Affonso V. os Artigos seguintes.

Art.º 16 = L. V. t. 49.

Art.º 20 = L. III. t. 103.

## SENHOR D. PEDRO I.

Er. 1399. Ann. 1361.

**C**ortes d'*Elvas* : a 23 de Maio, em que a Clerezia propoz 33. Artigos, a que Gabriel Pereira chama Concordia do mesmo Senhor Rei com o Clero : (3) e de que haõ 90. Artigos Geraes dos Povos, em Carta passada ao Concelho de Santarem a 29. de Maio, (4) e a Coimbra a 30. do mesmo mez : (5) 6. Especies de Coimbra da mesma data, em cujo Instrumento (6) se acha comprehendida tambem outra Carta passada ao mesmo Concelho a 27. do dito mez com 35. Artigos Especies : todas datadas d'Elvas.

Passáraõ para o Codigo do Senhor D. Affonso V. os Artigos seguintes dos Geraes.

Ar-

(1) Fol. 442. até fol. 449. (2) Fol. 162. v. até fol. 166. v.  
 (3) Aff.ª L. II. t. 4. *Gabriel Pereira* de Manu Reg. p. m. 356. com a data errada. (4) Maço 1. do Supplem. de Cort. n. 5. (Arch. R. (5) Pergaminho N. 19. da Camer. de Coimbra. (6) Pergaminho N. 18. da Camer. de Coimbra.

Art.º 1. = L. I. t. 23. § 22.	Art.º 42. = L. III. t. 98. (2)
2. = L. I. t. 23. § 22.	49. = L. III. t. 15.
9. = L. III. t. 125.	57. = L. IV. t. 95.
19. = L. III. t. 15.	61. in fin. L. IV. t. 125.
20. = L. III. t. 104.	§. 2. in fin.
22. = { L. I. t. 59.	67. = L. II. t. 46.
L. V. t. 59.	71. = L. V. t. 88.
23. = L. I. t. 59.	73. = L. III. t. 15.
24. = L. II. t. 50.	79. = L. V. t. 94. (3)
27. = L. IV. t. 17.	82. = L. V. t. 56.
35. = L. V. t. 34. (1)	84. = L. V. t. 57.
	88. = L. V. t. 87. (4)

Attribue-se tambem como Artigo Geral a estas Cortes, o Artigo 24. da Clerezia no L. V. t. 27.: e no mesmo L. V. t. 80. se refere como Artigo 18. destas Cortes, hum que se não encontra nas Certidões mencionadas.

#### SENHOR D. FERNANDO.

Er. . . . .? Ann. . . . .?

**C**ortes de *Coimbra*: a que se refere o Artigo 6. Especial do Concelho de Santarem na Carta do 1.º de Maio da Er. 1410. (5)

Er. 1409. Ann. 1372.

Cortes de *Lisboa* no mez de Setembro: de que se passou Carta (6) ao Concelho de Santarem a 8. d'Agosto com o theor de 101. Artigos Geraes. (7)

Tom. II.

I

Def-

- (1) A que ahi se chama Artigo 9. (2) A que ahi se chama Artigo 12. ou 7. (3) A que ahi se chama Artigo 8. (4) A que ahi se chama Artigo 7. (5) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 7. (Arch. R.) (6) Maç. do 1. do Supplem. de Cort. n. 6. (Arch. R.) (7) Monarch. Lus. T. VIII. L. 22. Cap. 19. e 30. pag. 130. e 111. Col. 2.

Destes passárao para o Codigo do Senhor D. Alfonso V. os seguintes.

Art.º 12. = L. V. t. 46.	Art.º 54. = L. IV. t. 29.
20. = L. III. t. 15.	58. = L. II. t. 93.
25. = L. IV. t. 48.	62. = L. III. t. 15.
30. = L. III. t. 125.	69. = L. IV. t. 64.
32. = L. II. t. 48.	90. = { L. V. t. 50.
44. = { L. IV. t. 47.	{ L. V. t. 100.
{ L. III. t. 15.	

Er. 1410. Ann. 1373.

Cortes do *Porto* : de que se passou Carta a 18. de Julho ao Concelho de Coimbra, (1) e a 22. do mesmo ao Concelho do Porto, (2) com o theor de 19. Artigos Geraes.

Er. 1410. Ann. 1373.

Cortes de *Leiria* : de que se passou Carta ao Concelho do Porto a 13. de Novembro, com o theor de 25. Artigos Geraes. (3)

Er. 1413. Ann. 1376.

Cortes de *Attouguia* : que derao occasiao á Lei de 13. de Setembro da mesma Era, e Lugar, e pela qual se regulou a jurisdicção dos Donatarios: (4) e em que se concederao varios privilegios; e se derao providencias a bem da Navegação, e Commercio maritimo destes Reinos. (5)

SE-

---

(1) Pergam. n. 89. da Camer. de Coimbra. (2) Liv. 1. dos Pergam. P. IV., e L. B. f. 276. até f. 282. (Cartor. da Camera do Porto.) (3) L. B. f. 296. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) A.F. L. II. t. 64. (5) Monarch. Lus. T. VIII. L. 22. Cap. 30.

## SENHOR D. JOÃO I.

Er. 1423. Ann. 1385.

**C**ortes de *Coimbra*: em que o Senhor D. João Mestre d'Aviz a 6. de Abril foi acclamado Rei, sendo nellas Orador o Doutor João das Regras, e em que se dispuzêrao muitas cousas sobre o governo do Reino: (1) e se obrigárao os Povos a pagar 400 mil libras de moeda antiga, como consta da Carta de 20. d'Abril da Er. 1430: (2) e das Cortes de Lisboa da Er. 1427: (3) dessas se passou Carta (4) a 10 d'Abril ao Concelho do Porto, com o theor de 24. Artigos Geraes, que se achão também com a mesma data na Orden. do Senhor D. Duarte. (5) Ha hum Capitulo Especial dessas Cortes respectivo á Clerezia do Porto em Carta (6) de 9 d'Abril, e outro Especial do Concelho da mesma Cidade com data de 8. do dito mez. (7)

Er. 1425. Ann. 1387.

Cortes do *Porto*: em que se concedeo aos Clerigos d'Elvas, a requerimento do Concelho da mesma Villa, isenção da Redizima de seus benefícios, que antes

I ii

pa-

(1) *Fernam Lop. Chron.* do Senhor D. João I. P. I. Cap. 174. e seguintes e P. II. Cap. 1. = *Soares da Silva Memor.* do Senhor D. João I. Cap. 40. até 43. = *Leão Chron.* do mesmo Senhor Cap. 44. e 48. p. in. 175. 194. = *Monarch. Lus.* T. VIII. L. 23. Cap. 23. até 32. = *Fer. Europ.* T. II. P. III. Cap. 1. n. 67. e seguintes = *Prov. da Hist. G. T.* 3. p. 340. 347. n. 2. 3. (2) L. B. f. 110. v. (Cart. da Camer. do Porto.) (3) Artig. 6. da Certid. de Santarem, e 3. da do Porto. (4) L. B. f. 302. até f. 308. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) F. 413. até f. 423. (6) L. 2. d'Além Douro da Reforma do Senhor D. Manoel f. 114. (Archiv. R.) (7) L. A. f. 14. v. (Cart. da Camer. do Porto.)

pagavaõ, por Carta expedida na mesma Cidade a 18. de Fevereiro. (1)

Na Orden. do Senhor D. Affonso V. L. V. tit. 24. vem hum Artigo de Cortes do Porto neste Reinado, que ou ha de pertencer a estas, ou ás da Er. de 1436.

Er. 1425. Ann. 1387.

Cortes de *Coimbra*: em que se lançáraõ fizes geraes por hum anno para as despezas da guerra: sobre que se expedio ao Concelho de Coimbra a Carta (2) de 12. de Maio com 11. Artigos.

Er. 1425. Ann. 1387.

Cortes de *Braga*; (3) a que assistio o Condestavel: (4) em que se obrigáraõ os Povos a pagar dobradas fizes por hum anno, para as despezas da guerra, de que se passou ao Concelho do Porto o Instrumento de 14. de Novembro. (5) Nellas se concedêraõ privilegios aos moradores de Coimbra, como faz mençaõ a Carta de 16. de Fevereiro Er. 1429: (6) e nellas se requereo contra a devassidaõ de costumes das pessoas Ecclesiasticas, como consta da Lei de 28. de Dezembro Er. 1439. (7)

Destas Cortes se passou Carta ao Concelho de Santarem a 8. de Dezembro com o theor de hum Artigo Geral: (8) outra a 15. de Dezembro ao Concelho do Porto com hum Artigo Geral do mesmo Concelho, (9) e outra

---

(1) L. 1. da Chancell. do Senhor D. Joaõ I. f. 177. vers. col. 1. in fin. (Archiv. R.) (2) Pergam. n. 34. da Camera de Coimbra. (3) *Fernam Lopes Chronic.* do Senhor D. Joaõ I. P. II. Cap. 131. = *Feria Europ.* T. II. P. III. Cap. 1. n. 113. (4) Chron. do Condestav. cap. 38. (5) L. A. f. 177. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Pergam. n. 37. da Camer. de Coimbra. (7) Aff.ª L. II. tit. 22. §. 1., e L. V. t. 19. (8) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 9. (Archiv. R.) (9) L. A. f. 7. (Cartor. da Camer. do Porto.)

na a 24. de Novembro com Artigo Especial a este mesmo Concelho : (1) e de outro Artigo Geral diverso se faz menção nas Cortes de Lisboa da Er. 1427. (2)

Er. 1427. Ann. 1389.

Cortes de *Lisboa* : de que se passou Carta (3) a 23. de Março ao Concelho do Porto com o theor de 24. Artigos Geraes , dos quaes o penultimo se diz ser o 62 : e o ultimo se acha tambem separado em Carta dada ao mesmo Concelho (4) a 22. do dito mez , e se diz ser o 31 : ao mesmo Concelho se passou Carta (5) a 18. de Julho com hum Artigo Especial : tambem ao Concelho de Santarem se expedio a 15. de Março Carta (6) com hum Capitulo Especial : e ao mesmo Concelho foi expedida outra (7) a 29. de Março com 20. Artigos Geraes dos quaes o 1. 6. 8. 9. 11. 13. 15. 17. 18. 19. he o 2. 3. 7. 9. 11. 14. 15. 17. 20. , e 21. da Carta do Porto , ainda que varião no Enunciado : conhecendo-se assim 34. Artigos Geraes diversos destas Cortes.

Mandáraõ contar-se estas Cortes do 1. de Março , pela Lei do 1. d'Abril da Er. 1430 , (8) que declara ter-se comminado pena nestas Cortes contra as malfeitorias dos Fidalgos.

Er. 1428. Ann. 1390.

Cortes de *Coimbra* : de que se passou Carta ao Concelho da mesma Cidade com o theor de 7. Artigos Geraes

a 2

---

(1) L. A. f. 137. v. ( Cartor. da Camera do Port. ) (2) Artigo 25. que he o 8. da Carta do Port. (3) L. B. f. 312. ( Cartor. da Camer. do Porto. ) (4) L. A. f. 5. ( Cartor. da Camer. do Porto. ) (5) L. A. f. 3. v. ( Cartor. da Camer. do Porto. ) (6) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 10. ( Archiv. R. ) (7) Armar. 11. Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 11. ( Archiv. R. ) (8) Aff.<sup>a</sup> L. V. t. 66.



a 2. de Março (1): e ao Concelho do Porto as seguintes. Huma a 2. de Fevereiro: (2) outra a 29. do mesmo (3): outra tambem a 29: (4) outra a 3 de Março: (5) outra a 6: (6) outra a 10: (7) e outra a 14. (8) do mesmo mez: contendo cada huma hum Artigo Especial do mesmo Concelho.

Er. 1429. Ann. 1391.

Cortes d'Evora: em que foi jurado o Infante D. Affonso, como consta do Instrumento passado a 30. de Janeiro. Nellas se requereo se fizessem Estalagens pelo Reino, como consta da Carta de 26. de Fevereiro. (9) O Concelho de Coimbra requereo tambem a confirmação do privilegio que lhe tinha sido outorgado nas Cortes de Braga da Er. 1425., contra os Alcaides da mesma Cidade; como consta da Carta de 16. de Fevereiro; (10) e requereo tambem que os Escrivães seculares escrevessem nas Audiencias Ecclesiasticas daquella Cidade: sobre que se expedirão as Cartas de 16. de Fevereiro (11) e 28. d'Abril insortas no Instrumento de intimação feita ao Bispo da mesma Cidade a 24. de Maio: (12) além de outro Artigo Especial do mesmo Concelho em Carta de 16. de Fevereiro. (13)

Destas Cortes se expedio Carta (14) ao Concelho de Coimbra a 18. de Fevereiro, com o theor de 5. Artigos Geraes, que ahi se dizem ser o 18. 26. 32. 33. e 39.: e ao Porto a 20. do mesmo mez (15) com o theor do Cap-

(1) Gavet. 19. Mag. 14. de L. n. 4. (Archiv. R.)

(2) L. A. f. 97. v. (3) L. A. f. 16. v. (4) L. A. f. 203. v. (5) L. A. f. 49. e L. 1. das Chap. f. 5. (6) L. A. f. 174. e L. 1. das Chap. f. 5. v. (7) L. A. f. 4. (8) L. A. f. 19. } Cartor. da  
Camer. do  
Porto.

(9) L. das Vereaç. da Er. de 1428. &c. da Camer. do Porto f. 30x  
(10) Pergam. n. 37. da Camer. de Coimbra. (11) Pergam. 35. de Coimbra. (12) Pergam. 39. da Camer. de Coimbra. (13) Pergam. 38. da Camer. de Coimbra. (14) L. A. f. 33 v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (15) L. 2. da Chancell. do Senhor D. João I. f. 55. (Arch. R.)

pitulo 3.º da Cerridaõ de Coimbra, e que a mesma conta por 32: ha tambem hum Capitulo Especial da Clerenzia do Porto em Carta de 21 do mesmo mez (1): e na Orden. do Senhor D. Affonso V. L. II. t. 87. se refere outro Artigo Geral destas Cortes.

Na mesma Ord. se referem como de Cortes d'Evo-  
ra neste Reinado os seguintes Artigos, que ou haõ de per-  
tencer a estas, ou á da Er. 1446.

Art.º 9. = L. V. t. 34. §. 9.

..? = L. V. t. 46. §. 3.

..? = L. V. t. 56. §. 6. e 7.

Outro Artigo, que da mesma fórma se refere no L. IV. t. 96, vê-se fer o Artigo 7. da Clerenzia requeri-  
dos em Evora, que se referem por inteiro na mesma Ord.  
L. II. t. 5.; e constaõ de 12. Artigos feitos em Evora nas  
Cortes desta Era, ou na de 1446.

Er. 1429.      Ann. 1391.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta a 17. de  
Março ao Concelho do Porto com o theor de hum Ca-  
pitulo Especial do mesmo Concelho. (2)

Er. 1429.      Ann. 1391.

Cortes de *Vizeu*: de que se passou Carta ao Con-  
celho de Santarem a 15. de Dezembro, com o theor do  
7. Artigos Geraes: (3) ao de Coimbra a 16. do mesmo  
com 12. Artigos tambem Geraes: (4) e ao Concelho do  
Por-

(1) Pergam. n. 36. da Camer. de Coimbra. (2) L. A. f. 1. (Car-  
tor. da Camer. do Porto.) (3) Armar. II. da Cor., Mag. 1. de  
Cort. n. 13. (Arch. R.) (4) Pergam. n. 40. da Camer. de Coimbra.

Porto (1) a 21. do mesmo com 17., que comprehendem todos os que se achão repetidos nas outras Cartas. Ao Porto se passou Carta a 20. do mesmo mez, com o theor de hum Artigo Especial do dito Concelho. (2) §. Destas Cortes passáráo para o Codigo do Senhor D. Affonso V. os seguintes Artigos, numerados pela Ordem da mencionada Certidão do Porto.

Art.º 1 = L. IV. t. 29. §. 3. 4. 5.

4 = L. V. t. 58. in pr. (3)

Art.º 7 = L. II. t. 57. in pr.

10 = L. II. t. 57. §. 1.

Er. 1432. e 33. Ann. 1394. ; 95.

Cortes de *Coimbra*: principiadas na Er. 1432., e continuadas na Er. seguinte: de que se passáráo ao Concelho de Santarem as seguintes Cartas de Artigos Geraes. Hum a 18. de Dezembro Er. 1432. com 9. Artigos: (4) outra a 31. do mesmo com 7. Artigos: (5) outra no 1. de Janeiro da Er. 1433. com 1. Artigo (6) outra a 2. do mesmo com 11. Artigos: (7) outra da mesma data com 1. Artigo. (8) Ao Concelho de Coimbra a 26. de Janeiro Er. 1433. com 27. Artigos: e outra a 5. de Fevereiro com mais 8. Artigos sobre fizas: comprehendidas ambas em hum Instrumento (9), e contendo estas duas Certidões mais 7. Artigos, que as de Santarem, e tendo hum de menos: conhecendo-se assim 36. Capitulos Geraes diversos destas Cortes.

Tam-

(1) L. B. f. 315. v. } Cartor. da Camer. do Porto.  
(2) L. A. f. 55.

(3) Attribuido ahi á Lei do mesmo Senhor Rei.

(4) Maç 1. do Supplem. de Cort. n. 13.

(5) Ibid. n. 14. (6) Ibid. n. 16. (7) Ibid. } Archiv. R.  
n. 17. (8) Ibid. n. 18.

(9) Pergam. n. 41. da Camer. de Coimbra.

Tambem se passou destas Cortes Carta (1) a 26. de Janeiro Er. 1433. com hum Artigo Especial ao Concelho do Porto, e outra (2) a 22. de Maio datada de Tentugal com outro Artigo Especial ao mesmo Concelho.

Destas Cortes passaram para o Codigo do Senhor D. Affonso V. os Artigos Geraes seguintes, contados pela ordem da 1.<sup>a</sup> Certidão de Coimbra.

Art.º 10 = L. V. t. 59. § 12.	Art.º 17 = L. V. t. 68.
e 13.	25 = L. V. t. 20.
14 = L. V. t. 78.	27 = L. IV. t. 29. § 7.
16 = L. V. t. 58. § 3. e	
4.	

Er. 1436.      Ann. 1398.

Cortes de *Coimbra*, do mez de Janeiro: de que ha 36. Artigos da Nobreza no Codigo do Senhor D. Affonso V. (3)

Dellas se passou Carta no 1. de Fevereiro ao Concelho de Santarem com o theor de hum Capitulo Geral, (4) e tres (5) ao Concelho do Porto com data de 2. de Fevereiro, contendo cada huma hum Capitulo Especial do mesmo.

No Codigo do Senhor D. Affonso V. L. IV. tit. 29. § 12. vem outro Artigo Geral destas Cortes.

Er. 1436.      Ann. 1398.

Cortes do *Porto*: de que se passaram 3. Cartas a 3. de Dezembro, e outra a 4. do mesmo mez ao Concelho de ....? contendo cada huma hum Artigo Especial.

Tam. II.

K.

A

(1) L. A. f. 75. } Cartor. da Camer. do Porto.  
(2) L. A. f. 68. }

(3) Aff. L. II. t. 59. (4) Mat. 1. do Supplem. de Cort. n. 19. (Archiv. R.) (5) L. A. f. 150. v. f. 205. f. 127. (Cartor. da Camer. do Porto.)

A estas Cortes, ou ás da Er. 1425. na mesma Cidade pertence o Artigo referido no Codigo do Senhor D. Affonso V. L. 5. tit. 24.

Er. 1438. Ann. 1400.

Cortes de *Coimbra*: de que se passou Carta (1) ao Concelho do Porto no 1. de Julho, com o theor de 6. Artigos Geraes.

Er. 1439. Ann. 1401.

Cortes de *Guimarães*: de que se passou Carta ao Concelho de Coimbra a 18. de Janeiro com o theor de 5. Artigos Geraes (2): e outra a 15. do dito mez, com 1. Artigo Especial do mesmo Concelho. (3)

No Codigo do Senhor D. Affonso V. vem os Artigos seguintes destas Cortes.

Art.º...? = L. IV. t. 29. §. 15.

Art.º...? = L. V. t. 106.

Estas Cortes são as ultimas que se dividem por Artigos.

Er. 1442. Ann. 1404.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta a 17. do mez de Junho (4) ao Concelho do Porto; respectiva a lançar finta para pagar as despezas dos seus Procuradores nas mesmas Cortes.

Er. 1444. Ann. 1406.

Cortes de *Santarem*: de que se passou Carta ao Concelho de Coimbra a 24. de Setembro com o theor de   
 hain

(1) L. A. f. 213. (Cartor. da Camer. do Porto). (2) Pergam. n. 43. da Camera de Coimbra. (3) Pergam. n. 42. da Camer. de Coimbra. (4) L. A. f. 208. (Cartor. da Camer. do Porto.)

hum Capitulo Geral; (1) outra ao Porto a 24. do mesmo mez, com tres Especies do dito Concelho (2): e outra a Santarem a 26. do mesmo mez, com 10. Capitulos Especies do dito Concelho. (3)

Desde estas Cortes se principiaõ a contar os requerimentos com nome de Capitulos, e não já por Artigos.

Er. 1446. Ann. 1408.

Cortes d'Evora: de que ha Instrumento de 7. d'Abril ao Concelho do Porto, (4) sobre o estabelecimento de Casa aos Infantes, e reparo das Fortalezas do Reino, para o que se consignou o terço das lizas, que fôra quitado por ElRei no principio das Treguas, (5) e os acrescimos do *emprestido* feito em Santarem para a reforma da moeda.

Ha destas Cortes 9. Capitulos da Nobreza, que se referem na Orden. do Senhor D. Affonso V. (6) Dellas se passou Carta (7) ao Concelho de Santarem a 20 de Abril, com o theor de 9. Capitulos Geraes, inda que ahi pareçaõ annunciar-se por Especies daquelle Concelho: outra (8) ao Porto da mesma data, com o theor de hum Capitulo Geral, e outro Especial: outra (9) ao mesmo Concelho da mesma data, com o theor de 2. Capitulos Especies.

Destas Cortes vem referidos na Ordenação do Senhor D. Affonso V. os Capitulos seguintes, segundo a ordem da Certidão de Santarem:

K ii

Cap.

(1) Pergam. n. 48. da Camer. de Coimbra. (2) L. A. f. 80. (Cartor. da Camer. do Porto.) (3) Maç. 1. do Supplem. de Cortes n. 23. (Arch. R.) (4) L. II. dos Pergam. P. 1. Maç. 1. f. 24. e L. B. f. 327. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) Vid. Fern. Lop. Chron. do Senhor D. Joaõ I. P. II. Cap. 203. (6) L. II. t. 60. (7) Maç. 1. do Suppl. de Cort. n. 24. (Arch. R.)

(8) L. A. f. 49. v. }  
(9) L. A. f. 209. v. } Cartor. da Camer. do Porto

Cap. 1 = L. IV. t. 30.  
2 = L. IV. t. 31.

Cap. ...? = L. IV. t. 104. (1)  
...? = L. V. t. 58.

Tambem se citaõ como de Cortes d'Evora neste Reinado, na mesma Ordenaçãõ, os Capitulos que já referi nas Cortes tambem de Évora da Er. 1429., a que os mesmos haõ de pertencer, ou ás deste anno.

Er. 1448 Ann. 1410.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta (2) a 25. d'Agosto ao Concelho de Santarem com o theor de 22. Capitulos Geraes: posto que nella se enunciem por especiaes.: outra ao mesmo Concelho a 19. do dito mez com 6. Especiaes, dos quaes o ultimo consta ter sido intimado a 18. de Julho da Er. 1450. a Alvaro Gonçalves Governador da Casa do Cível, por Instrumento junto á mesma Carta: (3) outra a 18. d'Agosto Er. 1449. com hum Capitulo Especial do Concelho de Lamego. (4)

No Codigo do Senhor D. Affonso V. L. 4. t. 90., se refere o Capitulo 21. destas Cortes da Carta de Santarem.

Er. 1450. Ann. 1412.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta (5) ao Concelho do Porto com o theor de 3. Capitulos. Especiaes: e outra (6) da mesma data ao Concelho de Santarem com 5. Especiaes, intimada para se cumprir a 30. de Julho da Er. de 1360.

Cor-

(1) Talvez o Capitulo que neste lugar da Ordenaçãõ do Senhor D. Affonso V. se refere, attribuindo-o a estas Cortes, pertença ás de Lisboa do Ann. 1427, dos quaes o Capitulo 19. na Carta passada ao Concelho do Porto he quasi identico até mesmo no enunciado. (2) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 27. (Archiv. R.) (3) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 26. (Arch. R.) (4) L. I. da Chancell. do Senhor D. Duarte f. 169. (Arch. R.) (5) L. A. f. 51. (Cartor. da Camen do Porto.) (6) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 28 (Arch. R.)

## DE LITTERATURA PORTUGUEZA. 77

Cortes de *Lisboa*: convocadas para dia de S. Joaõ por carta dada em Santarem a 26. de Maio (1) ao Concelho do Porto, em que se lhe faculta lançar finta para as despezas dos Procuradores della, não bastando as rendas do Concelho.

Dellas se passou ao Concelho do Porto a 12. d'Agosto Carta (2) com o theor d'hum Capitulo Geral: outra (3) a 10 d'Agosto: outra (4) da mesma data, contendo cada huma hum Capitulo Especial do mesmo Concelho: e outra (5) ao de Coimbra a 11. do mesmo mez com hum Capitulo tambem Especial.

Er. 1452.      Ann. 1414.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta ao Concelho do Porto a 16. de Fevereiro com o theor de hum Capitulo Geral. (6)

Er. 1454.      Ann. 1416.

Cortes de *Estremoz*: (7) de que se passou ao Concelho do Porto, Carta (8) a 22. de Fevereiro com hum Capitulo Especial: outra (9) da mesma data com outro Capitulo Especial: e outra (10) a 24. do mesmo mez ao Concelho de Santarem com 17. Capitulos Especiaes.

Er.

(1) L. das Vereaç. da Er. de 1459. &c. do Concelho do Porto f. 79. f. 79. v. f. 81. f. 83.

(2) L. A. f. 173. v.

(3) L. A. f. 188.

(4) L. A. f. 92.

} (Cartor. da Camer. do Porto.)

(5) Pergam. 2.ª da Camer. de Coimbra. (6) L. I. P. 2.ª dos Pergam. f. 6. e L. I. das chapas f. 12. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)

(7) Fastos Lusit. ao dia 22. de Fevereiro. (8) Cópia do L. Grande f. 96. (Cartor. da Camer. do Porto.) (9) L. B. f. 53. (Cartor. da Camer. do Porto.) (10) Maç. 1.ª do Supplem. de Cort. n.º 130. (Archiv. R.)



Er. 1455. Ann. 1417.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta a 10. de Setembro ao Concelho do Porto com o theor de hum Capitulo Especial. (1)

Er. 1456. Ann. 1418.

Cortes de *Santarem*: em que se estabeleceo o pedido e meio, para cuja cobrança se fez o Regimento de Junho desta Er., inserto no outro de 21. de Maio do Ann. 1436. (2)

Dellas se passou Carta (3) a 8. de Julho ao Concelho do Porto com o theor de 8. Capitulos Geraes: outra (4) a 6. d'Agosto ao Concelho de Santarem com 10. Capitulos Especiaes.

A Deducção Chronologica (5) transcreve hum Capitulo Especial destas Cortes attribuindo-as ao Reinado do Senhor D. Affonso V., tomando a Era por Anno.

No Codigo do Senhor D. Affonso V. L. II. t. 58. § 1. se attribue ás Cortes de Santarem do Ann. 1433. o Cap. 7. Geral destas.

Ann. 1427.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta (6) ao Concelho de Coimbra a 22. de Novembro com 27. Capitulos Geraes: outra (7) ao Porto a 5. de Dezembro com 33. Capitulos tambem Geraes, faltando nesta o 19. da de

---

(1) L. A. f. 125. e L. I. das Chap. f. 371. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (2) L. II. da Chancell. do Senhor D. Duarte f. 43. (Archiv. R.) (3) L. B. f. 276. Cartor. da Camer. do Porto. (4) Maç. 30. do Supplem. de Cort. n. 31. (Arch. R.) (5) P. II. Demonstr. 6. m. 6. Monum. 40. (6) Cart. n. 32. da Camer. de Coimbra entre os Pergam. (7) L. II. dos Pergam. P. 3.<sup>a</sup> e L. B. f. 351. v. att. f. 358. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)

de Coimbra, assim como naquelles 7. Capitulos dos desta Certidão: contendo assim ambas 34. Capitulos diversos, e achando-se na do Porto as representações por extenso, na de Coimbra em resumo.

Na Orden. do Senhor D. Affonso V. se referem destas Cortes os Capitulos seguintes, segundo a ordem da Certidão do Porto:

Cap. 13 = { L. IV. t. 67.	Cap. 19 = L. IV. t. 104. (1)
{ L. V. t. 108. (1)	31 = L. II. t. 47. (2)
17 = V. t. 46. § 3. (1)	

Anno 1430.

Cortes de *Santarem*: de que se passou Carta (3) a 2. de Junho ao Concelho do Porto com 4. Capitulos Especiales: outra (4) a 8. de Junho com hum Capitulo tambem Especial, que ali se chama: Geral. e colloca ni

A 10. do dito mez, se passou Carta (5) ao mesmo Concelho do Porto com o theor de hum Capitulo 5.º Geral, sem mais declaração, que talvez seja destas Cortes.

Ignora-se em quaes das Cortes deste Reinado se requereu a ElRei, fizesse reduzir as Leis do Reino a hum Codigo. (6).

SE-

(1) Attribuidos, áhi a Cortes d'Evora neste Reinado. (2) Attribuidos áhi a Leis deste Reinado.

(3) L. B. fl. 267. v.

(4) L. A. fl. 59. v.

(5) L. A. fl. 9.

(6) Vid. Prolog. da Orden. do Senhor D. Affonso V.

## SENHOR D. DUARTE.

Er. 1433.      Ann. 1434.

Cortes principiadas em *Leiria* : em que foi jurado o Senhor D. Duarte, e querendo o mesmo Senhor espagallas para dahi a hum anno, á persuasão do Conde de Arrayollos, foram continuadas em *Santarem*. (1) Nellas se requereo para se não carregarem no Porto Mercadorias de menos valor que 300. Côroas d'ouro, como se mandou por Carta (2) de 17. de Dezembro de 1434. Dellas se passou Carta (3) a 3. de Agosto do Anno 1434. ao Concelho do Porto com o theor de 41. Capitulos Geraes, dos quaes o penultimo se diz ser 155.

Os requerimentos dos Póvos nestas Cortes se achão indicados em humã Memoria do Senhor D. Duarte transcripta nas Provas da Histor. Genealogica (4) : como tambem se faz delles menção na Carta de 6. de Setembro deste anno referida nas mesmas Provas. (5)

Destas Cortes passaram para a Orden. do Senhor D. Affonso Varios Capitulos seguintes.

Cap. 2 = { L. II. t. 90.      | Cap. 16 = L. IV. t. 85. § 6.  
              L. V. t. 98.

No mesmo Codigo L. V. t. 58. in pr. se attribue a estas Cortes o Artigo 7. das de Santarem Er. 1456.

Ann.

(1) *Lisb* Chronic. do Senhor D. Duarte Cap. 13. p. m. 10. = *Feria* Europ. T. II. P. III. Cap. 2. n. 7. (2) L. I. da Chancell. do Senhor D. Duarte f. 54. (Açoh. R. (3) L. II. dos Perg. P. 3.<sup>a</sup> Mac. 8. f. 12. e L. B. f. 371. (Cartor. da Camer. do Porto. (4) T. I. pag. 554. (5) T. III. pag. 1492. n. 15.

Fez nellas a falla do costume o Bispo d'Evora D. Alvaro d'Abreu. (1).

Ann. 1435.

Cortes d'Evora: de que ha Memoria no Alvará de 30. d'Agosto deste anno, (2) que contém hum Capitulo Especial do Concelho de Barcellos.

Ann. 1436.

Cortes d'Evora: no mez de Março: fez a falla d'abertura o Doutor Ruy Fernandes, e se determinou o subsidio de pedido e meio para a expedição d'Africa. (3) Dellas se passou Carta ao Concelho de Santarem a 5. do mez de Abril com 27. Capitulos Especiaes (4): outra a Coimbra a 8. do mesmo, com 6. Capitulos Especiaes (5): outra ao Porto a 12. do mesmo, com 6. Capitulos Especiaes (6) sendo assignadas por ElRei todas as Cartas referidas.

Ann. 1438.

Cortes de Leiria: no mez de Janeiro, fez a falla d'abertura o Doutor Joáo Dofem, (7) em que se deliberou se devia entregar-se a Praça de Ceuta, para resgate do Infante D. Fernando. (8)

Tom. II.

L

SE-

---

(1) *Ruy de Pina*, Chron. do Senhor D. Duarre Cap. 6. (2) *Prov. da Hiflor. Gen. T. III. p. 492. n. 16.* (3) *Ibid. Cap. 14.* (4) *Mag. 2. do Supplem. de Cort. n. 1. (Arch. R.)* (5) *Pergam. n. 53. da Camer. de Coimbra.* (6) *Liv. B. f. 250. até f. 253. (Cartor. da Camer. do Porto.)* (7) *Ibid. Cap. 39, e 40.* (8) *Liaó*, Chron. do Senhor D. Duarte Cap. 17. p. m. 66. = *Faria Europ. T. II. P. III. Cap. 2. n. 20.*

## SENHOR D. AFFONSO V.

Ann. 1438.

**C**ortes de *Torres Novas* : no fim deste anno. Fez a falla do costume o Doutor Vasco Fernandes de Lucena , (1) e que duráraõ pouco mais de hum mez. Nellas se repartio o Governo do Reino , em quanto durava a Minoridade do Senhor D. Affonso V. : e se mandáraõ fazer Cortes todos os annos com 2. Prelados , 5. Fidalgos , e 8. Cidadões. (2)

Ann. 1439.

Cortes de *Lisboa* : principiadas a 10. de Novembro , a que affistio o Senhor D. Affonso V. ; inda menino ; e foi entregue todo o governo do Reino , com o titulo de Regente , ao Senhor Infante D. Pedro seu tio nos paços d'Alcaçova. Fez a Oração do costume em nome do Infante D. Joaõ o Doutor Diogo Affonso Manga Ancha , e outra a 10. de Dezembro em nome d'ElRei. (3) Nellas se isentáraõ as Cidades , e Villas cercadas da apozentadoria da Corte , mandando-se para isso fazer *Estaes*. Joaõ Rodrigues Taborda , e Gonçalo de Sá Procuradores do Concelho do Porto nestas Cortes , foraõ os primeiros que requerêraõ tirar-se a educaçãõ d'ElRei á Rainha sua Mãi , e entregar-se ao Senhor Infante D. Pedro , como seu tutor , e Curador , ponderando para isso as razões , que referem os nossos Escriptores. (4)

Destas Cortes se passou Carta ao Concelho de Coimbra a 10. de Janeiro do An. 1440. com 26. Capítulos Geraes : (5) no Porto se publicou hum edital , referindo em

com-

(1) *Ruy de Pina*, Chron. do Senhor D. Affonso V. Cap. 11. até 17. (2) *Liaõ*, Chron. do Senhor D. Affonso V. Cap. 2. p. m. 88. 89. ; e Cap. 3. p. m. 94. = *Faria*, Europ. T. II. P. III. Cap. 3. n. 4. e seguintes. (3) *Ibid.* Cap. 46. até 51. (4) *Liaõ*, Chron. do Senhor D. Affonso V. Cap. 7. p. m. 116. e Cap. 8. p. m. 127. = *Faria*, Europ. T. II. P. III. Cap. 3. n. 18. e 19. (5) Pergam. n. 54. da Camara de Coimbra.

compendio as resoluções destas Cortes. (1) Ao mesmo Concelho do Porto se passou Carta a 5. do dito mez de Janeiro com 9. Capitulos Especiaes (2): outra a 11. do mesmo mez a Coimbra com 5. Capitulos Especiaes (3): sendo todas estas Cartas assignadas pelo Senhor Infante D. Pedro. Parecem tambem respeitar a estas Cortes os Capitulos Especiaes das Cidades, e Villas que se achão no principio do L. II. da Chancell. do Senhor D. Affonso V. no Real Archivo.

Na Orden. do mesmo Senhor L. I. t. 23. in fin. princ. se faz menção destas Cortes, e seu Cap. 10.; e de hum Capitulo além dos referidos faz menção o 2. das Cortes d'Evora do Ann. 1442. na Certidão de Coimbra.

Ann. 1441.

Cortes de *Torres Vedras*: em que se approvou o casamento d'ElRei com a Senhora D. Isabel filha do Senhor Infante D. Pedro, para cujas despezas offerecêraõ os Povos hum Donativo. (4) Dellas se passou Carta a 24. de Maio ao Concelho de Santarem com o theor de 4. Capitulos Especiaes: (5) outra a Coimbra no mesmo dia, tambem com o theor de 4. Capitulos Especiaes; (6) assignadas ambas pelo Senhor Infante D. Pedro. De hum Capitulo destas Cortes que revogou outro das de Lisboa do ann. de 1439. faz menção o Cap. 2. na Certidão de Coimbra das d'Evora de 1442.

Ann. 1442.

Cortes de *Evora*, no mez de Janeiro; sobre as propostas de Castella em desfagravo da Rainha Mãi: nellas se resolveo, fosse a mesma privada de tudo o que tinha

L ii

nes-

---

(1) L. II. dos Pergam. P. III. f. . . e Liv. B. f. 349. } Cartor. da Ca-  
 (2) Liv. B. f. 308. v. até f. 311. v. } mer. do Porto.  
 (3) Pergam. n. 55. da Camer. de Coimbra. (4) *Liaõ*, Chron. do Se-  
 nhor D. Affonso V. Cap. 12. p. m. 147. = *Faria*, Europ. T. II. P.  
 III. Cap. 3. n. 27. (5) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 2. (Ar-  
 ch. R.) (6) Pergam. n. 56. da Camera de Coimbra.

neste Reino, e mais a elle não fosse admittida, offerecendo os Povos varios pedidos para as despezas da guerra que se esperava proxima. (1)

Dellas se passou Carta a 19. de Fevereiro ao Concelho de Coimbra com o theor de 5. Capitulos Geraes : (2) outra ao Porto a 26. do mesmo mez com 11. Capitulos Especiaes ; (3) ambas assignadas pelo Senhor Infante D. Pedro.

Ann. 1444.

Cortes d'Evora : de que se passou Carta ao Concelho de .....? a 24. de Março com o theor de 4. Capitulos Especiaes , assignada tambem pelo Senhor Infante D. Pedro:

Ann. 1446.

Cortes de Lisboa : no mez de Janeiro , fez a falla do costume o Doutor Diogo Affonso Manga Ancha , (4) em que o Senhor Infante D. Pedro entregou o Governo a ElRei , e depois deste ratificar o Casamento , que tinha feito na sua minoridade com a Senhora D. Isabel Filha do mesmo Regente ; e de approvar a sua administração , lhe incumbio novamente a mesma Regencia. (5) Dellas se passou Carta no 1. de Fevereiro ao Concelho do Porto com o theor de 4. Capitulos Geraes (6) : outra da mesma data com 6 Capitulos Especiaes ; (7) assignadas ambas pelo Senhor Infante D. Pedro.

Ann. 1451.

Cortes de Santarem : a 3. d'Abril : de que ha

30.

(1) *Liaõ*, Chron. do Senhor D. Affonso V. Cap. 12. p. m. 150. = *Faria*, Europ. T. II. P. III. Cap. 3. n. 28. (2) Pergam. n. 57. da Camer. de Coimbra. (3) Liv. B. f. 292. v. até f. 295. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) *Ibid.* Cap. 86. (5) *Liaõ*, Chron. do Senhor D. Affonso V. Cap. 15. p. m. 161. = *Faria*, Europ. T. II. P. III. Cap. 3. n. 31. = Prov. da Hist. Gen. T. III. pag. 505. (6) Liv. II. dos Pergam. P. III. Maç. 8. f. 9. e Liv. B. f. 365. (Cartor. da Camer. do Porto.) (7) Liv. I. dos Pergam. P. I. Maç. 1. f. 17. e Liv. B. f. 264. (Cartor. da Camer. do Porto.)

30. Capitulos Geraes nos Livros de Cortes do Senhor D. Affonso V. do Real Archivo. (1)

A Deducção Chronologica (2) refere o Capitulo 5. destas Cortes ; e talvez a ellas tambem pertençaõ os dous Capitulos Geraes sobre Sesmarias , que se achaõ em Carta de 29. de Maio deste anno , sem declarar a que Cortes pertencem.

Os Capitulos destas Cortes foraõ novamente confirmados pelo Capitulo 4. das de Lisboa do Ann. 1455.

Ann. 1451.

Cortes de *Lisboa* : a que se referem as d'Evora de 1481. no Capitulo 86.

Ann. 1455.

Cortes de *Lisboa* : convocadas por Carta de 25. de Janeiro ao Concelho do Porto para 5. de Março , para nellas se tratar tambem do Cazamento da Infante D. Joanna com ElRei de Castella. (3) Destas Cortes ha 15. Capitulos da Clerezia , que com o titulo de Concordata transcreveo *Gabriel Pereira*. (4)

Dellas se passou Carta assignadas por ElRei ao Concelho do Porto a 26. de Março com 6. Capitulos Especiaes : (5) e de outro tambem Especial do mesmo Concelho se faz menção em Carta do 1. de Abril. (6)

Ann.

(1) N. 14. do Maço. 2. do Supplem. de Cortes, he hum Liv. defencadernado com 177. folhas, que contém as Cortes do Ann. 1451. — 55. — 59. — 65. — 68. — 72. — 75. e 77. a f. 1. — 12. — 22. — 39. — 43. — 57. — 129. — 136.

O n. 15. do mesmo Maço he hum treslado concertado pelo Escrivão da Chancell. Fernam d'Almeida das Cortes do Ann. 1451. — 55. — 59. — 65. — 68. a f. 1. f. 10. v. 21. v. — 40. — 44. (2) Prov. 52. á P. I. Divis. 12. § 672. , e 6. (3) Liv. das Vereaç. do Poito do Ann. 1454. &c. f. 34. (4) De Manu. Reg. p. m. 407. n. 266. e seguintes. = Vid. Catalog. dos Bispos do Porto addicon. P. II. Cap. 30. (5) Liv. II. dos Pergam. P. III. Maço. 8. f. 4. e Liv. R. f. 358. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Liv. das Vereaç. do Poito do ann. 1454. &c. f. 71.



Ann. 1455.

Segundas Cortes de *Lisboa*: neste anno, convocadas para dia de S. Joaõ por Carta apresentada ao Concelho do Porto a 2. de Junho, para nellas ser jurado o Principe D. Joaõ. (1) Dellas existem no L. do Real Archivo (2) 19. Capitulos Geraes: e a Santarem se passou Carta a 5. de Julho com 18. Capitulos tambem Geraes; (3) contendo esta Certidaõ 5. de menos, e 4. de mais com relaçaõ ao dito Livro, conhecendo-se assim das mesmas 23. Capitulos Geraes diversos. Ao Concelho de Santarem se passou tambem Carta a 15. de Julho assignada por ElRei com 8. Capitulos Especiaes. (4)

Em virtude do Capitulo 7. destas Cortes, segundo o Livro do Archivo, se expedio pelo Almotacé mór Pero Lourenço d'Almeida a Provisão de 4. d'Agosto do Ann. 1462., declarando as terras que deviaõ receber do Concelho do Porto os Padrões de pezos, e medidas. (5) A Deducçaõ Chronologica (6) refere o Capitulo 4. do Livro do Archivo destas Cortes, em que se confirmaõ novamente os das Cortes de Santarem do Ann. 1451.

Ann. 1456.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta assignada por ElRei a 16. de Julho ao Concelho do Porto com 4. Capitulos Especiaes. (7)

Pertencem a estas Cortes os Capitulos da Cleresia, que ommittio *Gabriel Pereira*, e de que se referem alguns

---

(1) Liv. das Vereag. do Porto do Ann. 1454. &c. f. 60. (2) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 14. f. 12. até f. 21. v., e n. 15. f. 10. v. (Arch. R.) (3) Ibid. n. 3. (Arch. R.) (4) Ibid. n. 4. (Arch. R.) (5) Liv. B. f. 31. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Prov. 52. 4 P. I. Divis. 12. § 672. (7) Liv. II. P. II. dos Pergam. e Liv. B. f. 335. v. até f. 337. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)

guns no Tratado do Desembargador *Francisco Coelho* sobre a Ordenaç. *Manoelina*; (1) e nos Apontamentos dos Prelados do Reino de 17. de Fevereiro de 1563. (2)

Ann. 1459.

Cortes de *Lisboa*, em que se principiou a deliberar, fobre o modo de extinguir as tenças, que se achavaõ concedidas. (3) Nellas se requereo a reforma do Real Archivo, tirando-se delles os papeis, que se julgavaõ inuteis, para évitar á confusão nas buscas; como consta ter-se feito, pela declaração do Guarda mór do mesmo Archivo Gomes Eannes d'Azurara, (4) que disso foi encarregado.

Destas Cortes ha 31. Capitulos Geraes no Liv. do Real Archivo, (5) e dellas se passou Carta a 13. de Julho ao Concelho de Coimbra com 18. Capitulos Geraes (6): contendo assim ambas 39. Capitulos diversos. Dellas se passou tambem Carta ao Porto a 6. do mesmo mez com hum Capitulo Especial: (7) outra a Coimbra a 8. do mesmo com 7. Capitulos Especiaes: (8) outra a 9. do mesmo a Santarem com 12. Capitulos Especiaes. (9).

Ann. 1460.

Cortes de *Evora*: em que se acabou de resolver o meio

---

(1) A fol. m. 5. 23. v. 37. v. &c. = Vid. Inst. Jur. Publ. Lus. T. VI. Art. 6. not. ao § 19. pag. 115. (2) Liv. 35. das Memorias Mscr. de *Mendonça* f. 115. (3) Carta de 22 de Dezembro Ann. 1460 = Pergam. n. 64. de Coimbra = Liv. I. P. II. f. 62. dos Pergam. da Camer. do Porto, e Liv. I. das Chap. f. 16. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. I. da Chancell. do Senher D. Pedro I. f. 81. (Arch. R.) (5) Maç. 2. de Supplem. de Cortes n. 14. f. 22. e n. 15. f. 21. v. (Arch. R.) (6) Pergam. n. 62. da Camer. de Coimbra. (7) Liv. I. dos Pergam. P. I. f. 28. v. L. I. das Chap. f. 13. v. = Liv. A. f. 28. v. (Cartor. da Camera do Port.) (8) Pergam. n. 61. da Camer. de Coimbra. (9) Maç. 2. do Supplem. de Cortes n. 5. (Arch. R.)

meio de extinguir as Tenças impostas, e que gravavaõ a Fazenda Real, para o que se offereceo o Donativo de cento e cincoenta mil Dobras de Banda pagas em trez pedidos e meio, com as condições de que se passou Instrumento assignado por ElRei ao Concelho de Coimbra, (1) e Porto (2) a 22. de Dezembro.

Dellas se passou Carta ao Concelho de Santarem a 16. de Março com hum Capitulo Geral: (3) outra ao mesmo Concelho a 8. de Dezembro com 7. Capitulos Especies: (4) outra a 9. do mesmo mez com 4. Capitulos Especies d'Entre Douro e Minho: (5) e outra da mesma data ao Concelho de Ponte de Lima, com o theor de 2. Capitulos tambem Especies d'Entre Douro, e Minho, (6) sendo o segundo destes identico ao 3. da Carta antecedente.

1465.

Cortes da *Guarda*: onde se achava tambem a Rainha D. Joanna Irmãa d'ElRei: nellas se tratou sobre as propôstas da mesma, mas resolveo o mesmo Senhor, que supposta a inconstancia d'ElRei de Castella, se não intro-mettia neste negocio. (7)

Destas Cortes ha 7. Capitulos Geraes no Liv. do Real Archivo: (8) e 11. em Carta passada ao Concelho do Porto a 12. de Setembro: (9) sendo destes o 10. 2. 6. 8. e 11., o 1. 2. 3. 5. e 7. do Liv. do Archivo, e  
con-

(1) Pergam. n. 64. da Camer. de Coimbra. (2) Liv. I. dos Pergam. P. II. f. 62., e L. I. das Chap f. 62. (Cartor. da Camer. do Port.)

(3) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 8. } Arch. R.

(4) Ibid. n. 6.

(5) Liv. II. dos Pergam. P. I. Maç. 2. f. 15., e Liv. B. f. 328. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Liv. II P. II. Maç. 5. dos Pergam. f. 4. e Liv. B. f. 344. (Cartor. da Camer. do Porto.) (7) *Lias*, Chron. do Senhor D. Affonso V. Cap. 38. p. m 279. (8) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 14. f. 39. e n. 5. f. 40. (Arch. R.) (9) Liv. II. dos Pergam. P. III. Maç. 8. f. 10. e Liv. B. f. 366. v. até f. 371. (Cartor. da Camer. do Porto.)

contendo ambas 13. Capitulos diversos : além disso se expedio o Alvará assignado por ElRei de 25. d'Agosto , (1) que contém 13. Capitulos ou resoluções diversas dos referidos. Ha memoria de mais outro Capitulo Geral , que se refere nas Cortes d'Evora de 1475. no Capitulo 9. Por outro Capitulo Geral se limitou tempo aos Rendeiros Reais para demandar as dividas depois de findo o arrendamento , como se refere no Capitulo 136. das Cortes d'Evora de 1481. A trez de Setembro se passou Carta ao Concelho de Coimbra com 3. Capitulos Especiaes , e hum Geral , (2) e dous Especiaes do Porto em Carta da mesma data. (3)

1468.

Cortes de *Santarem* : de que se achaõ no Liv. do Real Archivo (4) 23. Capitulos Geraes , e de que se passou Carta ao Concelho de Coimbra em Lisboa a 27. de Agosto com 19. Capitulos Geraes , e o Alvará de 25. de Agosto em virtude do 18. dos mesmos Capitulos. (5) Delles o 2. 3. 5. 6. 7. 10. 11. 12. 13. 14. 15. e 18. he o 5. 2. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 15. 16. e 22. do Archivo : ao Concelho do Porto se tinha tambem passado Carta (6) a 13. de Junho com hum Capitulo que falta no Liv. do Archivo , e Carta passada a Coimbra ; outra Carta ao mesmo Concelho do Porto a 27. de Julho com os Capitulos 11. e 13. da de Coimbra : (7) contendo todas 31. Capitulos geraes diversos : havendo além disso Memorias de outro Capitulo diverso , em virtude do qual se derogou o Capitulo 11. das Cortes da Guarda, no

Tom. II. M Al-

(1) Maç. 1. de Leis n. 170. ( Arch. R. ) (2) Pergam. n. 67. , da Camer. de Coimbra. (3) Liv. A. f. 163. v. ( Cartor. da Camer. do Porto. ) (4) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 14. f. 43. e n. 15. f. 44. ( Arch. R. ) (5) Pergam. n. 69. da Camer. de Coimbra , e Alvará em papel a elle appenso. (6) Liv. A. f. 193. v. ( Cartor. da Camer. do Porto. ) (7) Liv. 2. dos Pergam. P. I. Maç. 1. f. 18. , e Liv. B. f. 326. ( Cartor. da Camer. do Porto. )

Alvará de 5. d'Agosto de 1465., pela Lei de 2. de Junho de 1468. (1)

Destas Cortes se passou também Carta ao Concelho de Coimbra a 29. de Maio com 6. Capítulos Especiaes: (2) outra a 31. do mesmo mez ao Concelho de Santarem com 3. Capítulos Especiaes: (3) e de hum Capitulo Especial do Porto nestas Cortes faz menção a Sentença de 26. de Janeiro de 1470. (4)

A decisão do Capitulo 3. destas Cortes no Livro do Archivo Real passou para a Ordenação do Senhor D. Manoel da Edição de 1521. Liv. IV. t. 7.

1471.

Cortes de *Lisboa*: cujos Procuradores fizeram os Protestos de 22., e 24. de Dezembro deste anno, para que a Princeza Santa Joanna não entrasse Religiosa, de que se passou Instrumento ao Concelho de Santarem. (5)

1472., e 1473.

Cortes principiadas em *Coimbra* no mez d'Agosto de 1472, e acabadas em *Evora* a 18. de Março de 1473 (6). Dellas se transcreverão no L. do Real Archivo (7) 33. Capítulos da Nobreza: 14. da Fazenda, 27. da Justiça, e 162. chamados Místicos; porém entre os da Justiça, do 16. só se acha a resposta, sendo numerado por 18. dos Povos nas Cortes d'Evora de 1481. Cap. 12., e faltando talvez além da Proposta destes, mais dous Capítulos, que deixarão de escrever-se na folha que ali ha em branco, devendo contar-se 29. da Justiça: Além dif-

---

(1) Liv. A. f. 183. v. (Carta da Camer. do Porto.) (2) Pergam. n. 68. da Camer. de Coimbra. (3) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 10. (Arch. R.) (4) Liv. B. f. 213. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 11. (Arch. R.) (6) Preamb. destas Cortes no Liv. do Archiv., e Cap. 22. das de Evor. de 1475, (7) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 14. (Arch. R.)

disso entre o Cap. 77. dos Místicos, que só está principiado, e o seguinte de que também só se expressa a Proposta, ha lauda e meia em branco, que talvez devesse conter mais Capitulos. Destas Cortes se passou também Carta (1) ao Concelho de Santarem em Lisboa a 11. de Outubro de 1473. com o theor de 12. Cap., que todos se achão também no Liv. do Archivo, contendo só de mais o Alvará de 15. de Setembro de 1473. em declaração do Cap. 11. da Justica: com o mesmo Capitulo 11. da Justica se passáráo duas Cartas ao Concelho do Porto, huma a 7. de Março, (2) e outra a 9. de Julho (3) de 1474. Os Capitulos 31. da Nobreza, e 19. e 20. dos Místicos, a que ahi chama 59. e 60. dos Póvos, achão-se transcriptos na Deducção Chronologica. (4) A decisaõ do Capitulo 8. da Nobreza passou para o Codigo do Senhor D. Manoel na Ediç. de 1521. para o Liv. II. r. 29. § 3.

1475.

Cortes d'Evora: principiadas a 16. de Janeiro (5), de que ha 26. Capitulos Geraes, e 7. do Algarve no Liv. do Archivo, (6) com data de 13. de Março. Delas se passou também Carta (7) a Coimbra a 13. d'Agosto de 1482. com o theor do Capitulo 3. do Algarve no Livro do Archivo: e outra (8) ao Concelho do Porto em 25. de Março com os Capitulos 4. e 16. Geraes e 6. do Algarve no dito Livro.

M ii

1475.

(1) Maç. 2. do Supplem. de Cortes n. 12. (Arch. R.)

(2) Liv. A. f. 81. v.

(3) Liv. A. f. 17. v. } Cartor. da Camer. do Porto.

(4) P. II. Demonstrac. 6. Monum. 5. §. 7., e Prov. 52. á P. I. Divis. 12. § 72. (5) Preambul. destas Cortes no Liv. do Archivo Real.

(6) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 14. f. 129. (Arch. R.)

(7) Pergam. n. 72. da Camer. de Coimbra. (8) Liv. II. dos Pergam. P. I. Maç. 2. f. 13. (Cartor. da Camer. do Porto.)

1475.

Cortes de *Arronches* em Maio : nas quaes o Principe D. Joã deo homenagem para governar o Reino em quanto durasse a ausencia de seu Pai. (1)

1476.

Cortes convocadas para *Lisboa* : para fer jurado o Infante D. Affonso, Primogenito do Principe : tendo este de partir para Castella, por Carta appresentada ao Concelho do Porto a 14. de Fevereiro deste anno (2). O Instrumento do mesmo juramento, com data de 8. de Março se acha nas Provas da Historia Genealogica. (3)

1477.

Cortes de *Monte mór o Novo* : presididas pelo Principe; principiadas a 21. de Janeiro, e respondidas a 9. de Fevereiro : (4) das quaes se achão assignados pelo Principe, e transcriptos no Livro do Real Archivo (5) 15. Capitulos Geraes do Reino : 20. do Algarve, e 14. da Clerezia ; sendo o 4. destes declarado pelo Alvará de 13. de Fevereiro ahi inserto. Dellas se passou Carta (6) ao Concelho do Porto no 1. de Março com o theor de 10. Capitulos que são o 2. 5. 6. 7. 8. 9. 13. 14. 15. e 10. do Livro Archivo. O Artigo 12. da Clerezia se acha na Deducção Chronologica. (7)

1478.

---

(1) *Lisb*, Chron. do Senher D. Affonso V. Cap. 50. p. m. 360.  
 (2) Liv. das Vereaç. do Port. do ann. 1475. &c f. 32. (3) T. II. pag. 195. (4) Preambul. destas Cort. no Liv. do Real Archivo.  
 (5) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 14. f. 136 até f. 147. (Archiv. R.) (6) Liv. II. dos Pergam. P. II. Maç. 4. f. 13. e Liv. B. f. 340. (Cartor. da Camer. do Port.) (7) P. II. Demonstr. 6. Monument. 6.

1478.

Cortes de *Lisboa*: de que se passou Carta (1) a 4. de Maio ao Concelho do Porto com 2. Capitulos Especiaes. A estas mesmas Cortes pertence a Carta (2) passada ao mesmo Concelho a 10. de Março com 3. Capitulos Especiaes: na qual se acha a data do Ann. de 1448. que se transcreveo por erro; pois nellas se intitula El-Rei tambem Principe, o que só se póde referir a esta Epoca das suas pertenções ao Reino de Castella; muito mais fazendo-se nellas menção de outros Capitulos Especiaes respondidos ao mesmo Concelho.

1481. e 1482.

Cortes convocadas para *Evora*: por Carta appresentada ao Concelho do Porto a 3. d'Outubro de 1481.; para se celebrarem a 3. de Novembro, (3) o que novamente se recommendou por outra Carta appresentada a 24. d'Outubro. (4) Principiárao na mesma Cidade a 12. de Novembro, e transferindo-se para *Viana d'apar d'Alvito*: ahi forao acabadas a 7. d'Abril do anno seguinte. (5) A sua duração deo assumpto á Carta dada em Monte mor o Novo a 6. de Fevereiro de 1482. ao Concelho do Porto, para apromptar o dinheiro necessário para a despeza dos seus Procuradores naquellas Cortes, dando-lhe faculdade para lançar para isso finta, no caso de não chegarem as suas rendas. (6) Nellas fez a Oração do costume o Chancellor da Casa do Civel Vasco Fernandes de Lu-

ce-

---

(1) L. A. f. 109. } Cartor. da Camer. do Porto.  
 (2) L. A. f. 129.

(3) Liv. das Vereaç. do Porto de 1481. &c. f. 16. (4) Ibid. f. 19.  
 (5) Preambul. nas mesmas Cortes na Carta passada a Coimbra, e Liv. do Archiv. R. (6) Liv. das Vereações do Porto. de 1481. f. 32. v.



cena. (1) Os Definidores, que assistirão ao Desembargo das mesmas foraõ D. João Galvão Bispo de Coimbra, Prior de S. Cruz, e Conde d'Arganil; D. Pedro de Noronha Mordomo mór: Gonçalo Vaz de Castello-Branco, Senhor de Villa Nova de Portimão, Regedor da Casa do Cível; D. João d'Almeida, Vedor da Fazenda: o Doutor João Teixeira Desembargador do Paço, e Vice-Chancellor: todos do Concelho d'ElRei. (2) Acham-se no Real Archivo 172. Capitulos Geraes destas Cortes em hum Livro em que estão também as de 1490; (3) os mesmos Capitulos se passáraõ por Instrumento em hum Livro de Pergaminho á Camera de Coimbra em Abrantes a 26. de Setembro de 1483. pelo Vice-Chancellor o Doutor João Teixeira. (4) Dellas se passou também Carta a 24. de Abril de 1482. ao Concelho do Porto com 2. Capitulos Especiaes, (5) dos quaes o primeiro passou para os Geraes: outra ao Concelho de Santarem a 30. de Maio de 1483. com 20. Capitulos Especiaes. (6)

A disposição do Capitulo 14. destas Cortes passou para a Orden. do Senhor D. Manoel de 1521. no Liv. II. t. 29. §. 3.

1483.

Cortes de *Santarem*: em que se estabeleceo a imposição de 50. Milhões de reaes brancos para pagamento das dividas do Senhor D. Affonso V., para cuja cobrança se fez o Regimento de 8. de Fevereiro deste anno. (7)

1490.

- 
- (1) D. *Agostinho Manoel.*, vida do Senhor D. João II. pag. 55. 67. e seguintes = *Rexende*, Chron. do mesmo Senhor Cap. 26. 29 32. 33. (2) Consta do Titulo das mesmas Cortes no Liv. do Real Arch. (3) Armar. 11. da Coroa Maç. 3. n. 5. (Arch. R.) (4) Liv. que existia na mesma Camer. (5) Liv. B. f. 76. (Cartor. da Camer do Port.) (6) Armar. 11. Maç. 3. do Supplem. de Cort. n. 11. (Arch. R.) (7) Maç. 2. do Supplem. de Cort. n. 17. (Arch. R.)

1490.

Cortes d'Evora principiadas a 20. de Março acabadas em Abril, em que ElRei deo conta do Casamento do Príncipe com a Infante de Castella; para cuja despeza offeréceraõ os Póvos 1000 cruzados: e em que fez a Oração do costume o Corregedor da Corte Ayres de Almada. (1)

Dellas existem no Real Archivó 47. Capitulos Geraes no Liv. em que se achão lançadas depois das de 1481. (2) Com o theor de 15. Capitulos Geraes se passou Carta ao Concelho de Coimbra a 3. de Novembro de 1491., (3) pelo Chancellet mór o Doutor João Teixeira, que todos se achão tambem no referido Livro do Archivo: assim como os 20. de que se passou Carta ao Concelho do Porto a 6. de Julho de 1490. (4) A Coimbra se passou Carta a 16. de Junho de Capitulos Especiaes (5); de que se acha hum, em Certidão de 4. de Julho de 1704. (6)

Passáraõ para o Orden. do Senhor D. Manoel da Edicção de 1521. as determinações dos Capitulos seguintes destas Cortes..

Cap. 2. = L. I. t. 39. § 45.

15. = L. II. t. 34. § 4.

40. = L. I. t. 76. in pr.

SE-

---

(1) D. *Agostinho Manoel*, vida do Senhor D. João II. pag. 226. = *Revende*, Chron. do mesmo Senhor Cap. 109. (2) Armar. 11. da Coroa Mag. 3. n. 5. (Arch. R.) (3) Pergam. .... da Camera de Coimbra. (4) Liv. II dos Pergam. P. III. Appens. volante. (5) Liv. III do Estremadur. f. 69; v. (Arch. R.) (6) Pergam. n. 86. da Camer. de Coimbra.

## SENHOR D. MANOEL.

1495.

Cortes de *Monte-mor o Novo*: em que ElRei tomou as homenagens do Estilo, por occasião da sua subida ao Throno: nellas entre outras cousas se providenciou, sobre as taxas das cousas que se vendião no Reino, não se podendo proceder com todas as solemnidades do costume por causa da peste, que então grassava. (1)

1498.

Cortes convocadas primeiro para Evora, por Carta ao Concelho do Porto de 5. de Novembro de 1497, (2) e depois removidas para *Lisboa*, por Carta ao mesmo Concelho de 22. de Dezembro do mesmo anno. (3) Principiaraõ a 11 de Fevereiro de 1498., e se publicaraõ as suas Resoluções a 14. de Março do mesmo anno. Nellas se deliberou sobre a jornada d'ElRei, e da Rainha a Castella, para serem jurados Principes Herdeiros daquelles Reinos. (4)

Destas Cortes existem no Real Archivo 59. Capitulos no seu original, assignados por ElRei com firma = ElRei e Principe. = (5) No mesmo Real Archivo existe hum copião (6) dos mesmos Capitulos, contendo demais o Alvará dado em Çaragoça a 12. de Junho em declaração, e ampliação do Capitulo 38. Ao Concelho do Por-

---

(1) *Goes*, Chron. do Senhor D. Manoel P. I. Cap. 8. = *Ozorio*, De Reb. Gest. p. m. 4. = *Faria*, Europ. T. II. P. IV. Cap. 1. n. 6. e 7. (2) Liv. das Vereaç. do Porto do Ann. 1497. f. 100. v. (3) *Ibidem* f. 24. (4) *Goes*, Chron. do Senhor D. Manoel P. I. Cap. 29. = *Faria*, Europ. T. II. P. IV. Cap. 1. n. 20. 25. (5) Maç. 4. de Acclamaç. e Cort. n. 4. (Arch. R.) (6) Armar. 11. Maç. 4. n. 3. (Arch. R.)

Porto se expedio Carta pelo Cancellor mór Ruy Botto a 30. de Março com o theor de 40. destes Capitullos: (1) outra ao mesmo Concelho a 10. do mesmo mez com 3. Capitulos Especiaes, (2) e outra da mesma data com 2. Capitulos Especiaes: (3) Nq Real Archivo se achao também os Capitulos Especiaes de Moncorvo, (4) Leiria, (5) e Villaviçosa. (6)

Destas Cortes se comprehendêrao na Ord. do Senhor D. Manoel da Ediç. de 1521. os Capitulos seguintes.

Cap. 7 =	{ L. I. t. 60. § 16. L. III. t. 54. § 4.	Cap. 27 =	L. I. t. 67. § 57. In pr. e v. <i>Nem.</i>
9 =	L. III. t. 71. §§ 1. 22. 23.	28 =	L. I. t. 39. § 40. In fin.
10 =	L. I. t. 38. § 36.	31 =	L. V. t. 41. §. 1.
11 =	{ L. I. t. 44. §§ 43. 45. L. I. t. 46. § 9.	32 =	L. IV. t. 34.
12 =	L. V. t. 5. In fin. princ.	34 =	L. V. t. 58. In pr.
14 =	L. I. t. 44. § 34. v. <i>As quaes.</i>	35 =	L. I. t. 74. § 3.
15 =	L. I. t. 70. § 41.	41 =	L. V. t. 1. § 13. 14.
16 =	L. I. t. 46. §§ 1. 29. 30. 31. 32.	42 =	L. I. t. 44. §§ 56. { L. V. t. 25. § 1.
18 =	L. I. t. 39. § 40.	44 =	{ L. V. t. 26. In pr. v. <i>Mandamos.</i>
25 =	L. I. t. 47. § 1. In fin.	45 =	L. V. t. 42. § 19.
26 =	L. I. t. 67. § 14.	49 =	L. I. t. 46. §§ 11. 2. 3.
		50 =	L. I. t. 46. § 18.
		52 =	L. I. t. 49. In pr. e § 2. In fin.

(1) Liv. B. f. 233. v. }  
 (2) Liv. A. f. 129. v. } (Cartor. da Camer. do Port.)  
 (3) Liv. A. f. 166. v. }  
 (4) Corp. Chronol. P. II. Maç. 2 Docum. 92. }  
 (5) Ibid. P. I. Maç. 2. Docum. 121. } Arch. R.  
 (6) Ibid. P. II. Maç. 1. Docum. 40. }

1499.

Cortes de *Lisboa* a 7. de Março, em que foi jurado o Principe D. Miguel no Alpendre do Mosteiro de S. Domingos; e em que se confirmou a fôrma do Governo do Reino depois d'ElRei entrar na successão de Castella, (1) regulada pela Lei de 18. de Janeiro deste anno. (2) Dellas se passou Carta ao Concelho do Porto, a 19. de Março assignada por ElRei com 3. Capitulos Especiaes. (3)

1502.

Cortes de *Lisboa*: convocadas por Carta de 4. de Julho ao Concelho do Porto, para mandar Procurador por toda a Provincia do Minho até 14. d'Agosto para ser jurado o Principe D. João. (4) Foraõ celebradas nos Paços d'Alcaçova. (5) Nellas offerecêraõ os Procuradores dos Póvos 20. contos para as obras dos Lugares d'Africa, para cuja cobrança se fez o Regimento de 10. de Setembro deste anno. (6)

Dellas se passou Alvará a 6. de Setembro com 3. Capitulos Especiaes do Concelho do Porto. (7)

SE-

---

(1) *Goes*, Chron. do Senhor D. Manoel P. I. Cap. 34 = *Faria*, Europ. T. H. P. IV. Cap. 1. n. 28. (2) Prov. da Hist. Gen. T. II. pag. 398. n. 68. (3) Liv. A. f. 144. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. 1. das Propr. Provif. f. 31. e Liv. I. das Chap. f. 284. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) *Goes*, Chron. do Senhor D. Manoel P. I. Cap. 67. (6) Liv. I. das Propr. f. 23. e Liv. I. das Chap. f. 281. (Cartor. da Camer. do Porto.) (7) Liv. I. das Propr. f. 21. e Liv. I. das Chap. f. 279. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)

## SENHOR D. JOÃO III.

1525.

Cortes convocadas primeiro para Thomar, para 15. de Setembro, por Carta ao Concelho do Porto de 16. d'Agosto, (1) celebradas porém em *Torres Novas*. Nellas fez a Oração do costume D. Francisco de Mello, (2) e offerecêraõ os Póvos a ElRei 150 cruzados para o Casamento da Imperatriz; para cuja cobrança se fez o Regimento de 11. de Maio de 1526: (3) constando ter importado o primeiro lançamento em todo o Reino 25:815<sup>0</sup>415, do Alvará de 20. d'Agosto de 1527, (4) em que ElRei declara, que se no segundo faltarem até 50 cruzados, para completar os 60. contos, os porá da sua Fazenda.

Os Capitulos Geraes destas Cortes, e das d'Evora de 1535. em número de 214. com as Leis feitas em consequencia d'ambas, foraõ publicados em 1538., e impressos em 1539. (5)

Destas se passou Carta a 3. de Janeiro ao Concelho do Porto com 1. Capitulo Especial, (6) e outra a 12. do mesmo mez com outro Capitulo Especial do mesmo Concelho, (7) assignadas ambas por ElRei.

1535.

Cortes d'Evora: a 13. de Junho, em que foi jurado

N ii

do

(1) Liv. I. das Prop. f. 70., e Liv. I das Chap. f. 314 (Cartor. da Camer. do Porto.) (2) Impressa em Lisboa 1563. em 4. Vid. Biblioth. Lusit.

(3) .....? } Cartor. da Camer. de Coimbra.

(4) .....? }

(5) Em Lisboa por German Galharde.

(6) Liv. A. f. 158. }

(7) Liv. A. f. 122. v. } Cartor. da Camer. do Porto.

do o Principe D. Manoel, (1) sendo Orador no mesmo Juramento; e Cortes D. Francisco de Mello. (2) Nellas offerecêraõ os Póvos a ElRei 1000 cruzados pagos até Dezembro deste anno, do que se faz menção em Carta de 7. de Fevereiro de 1536., (3) e de 9. de Setembro do mesmo anno. (4) Dellas se passou Carta (5) a 18. d'Agosto ao Concelho do Porto com 16. Capitulos Especiaes: outra a 30. do mesmo mez com mais hum Capitulo Especial. (6) Ao Concelho de Coimbra tambem a 30. d'Agosto se passou Carta com 14. Capitulos Especiaes. (7)

Bernardim Esteves Procurador da Fazenda, ( que tambem foi encarregado de varios Regimentos; e dos Foraes das Alfandegas, ) foi quem respondeo a estas Cortes e ás antecedentes de 1525, formalizando tambem as Leis em consequencia dellas, de que já se fallou. (8)

As mesmas Leis passáraõ para a Collecção do Senhor D. Sebastião de Duarte Nunes, e depois para a do Senhor D. Filippe nos lugares seguintes.

### *Leis*

- 
- (1) Prov. da Hist. Gen. T. III. pag. 37. n. 137. (2) Vid. Bibliothec. Lusitana. (3) Liv. I. das Propr. f. 260. e Liv. I. das Chap. f. 336. f. 338. v. f. 341. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. de. Cart. Origin. f. 263. (Cartor. da Camer. de Coimbra. (5) Liv. III. das Propr. f. 8. e Liv. I. das Chap. f. 171. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Liv. A. f. 221. (Cartor. da Camer. do Port.) (7) Liv. de Cart. Origin. f. 300. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (8) Consta do Instrum. dos serviços do dito Ministro.

*Leis das S.<sup>r</sup> D. Sebastião.  
Cortes**S.<sup>r</sup> D. Filippe.*L. 1.<sup>a</sup> = P. III. t. 6. l. 1.

2. = P. II. t. 6. l. 1.

3. = P. I. t. 17. l. 5.

4. = P. I. t. 18. l. 2.

5. = P. I. t. 17. l. 8.

6. { = P. I. t. 17. l. 6. }

{ = P. IV. t. 17. l. 4. }

7. = P. I. t. 36. l. 2.

8. = P. I. t. 39. l. 1.

9. = P. I. t. 18. l. 3.

10. = P. IV. t. 8. l. 2.

11. = P. IV. t. 17. l. 8.

12. = P. I. t. 18. l. 5.

13. = P. V. t. 3. l. 11.

15. = P. V. t. 4. l. 2.

16. = P. IV. t. 8. l. 3.

18. = P. VI. t. 1. l. 3.

19. = P. I. t. 17. l. 4.

20. = P. VI. t. 1. l. 4.

21. = P. I. t. 35. l. 1.

22. = P. I. t. 19. l. 2.

23. = P. I. t. 37. l. 1.

24. = P. IV. t. 13. l. 2.

26. = P. IV. t. 1. l. v.

28. = P. IV. t. 17. l. 7.

29. = P. IV. t. 13. l. 1.

30. = P. VI. t. 1. l. 11.

31. = P. I. t. 18. l. 4.

32. = P. IV. t. 6. l. 3.

33. = P. IV. t. 6. l. 7.

L. II. t. 45. § 41. v. *E fóra.*L. I. t. 58. § 51. v. *E em  
nenhum.*

L. I. t. 65. § 11.

L. V. t. 122. §§ 1. 2.

{ L. I. t. 58. § 49. v. *E não teraõ.*

{ L. I. t. 21. §. 7.

L. I. t. 97. In pr.

L. I. t. 66. § 18.

L. I. t. 66. § 8. v. *E as justiças.*

L. I. t. 58. § 20.

{ L. I. t. 58. § 34.

{ L. I. t. 65. § 61.

L. IV. t. 29. In pr.

L. I. t. 66. §. 40.

L. I. t. 18. §§. 1. 15. 18. 65.

L. I. t. 88. §. 31. até § 44.

L. V. t. 137. §. 4.

L. V. t. 69. In pr.

L. I. t. 68. §. 4. v. *Posto que*

L. I. t. 65. §. 20.

{ L. V. t. 87. §. 2.

{ L. I. t. 65. §. 65.

L. 5. t. 115. §§. 18. 24. 3.

5. v. *E a pessoa.*



- |     |                      |  |                    |
|-----|----------------------|--|--------------------|
| 34. | = P. IV. t. 6. l. 6. |  | L. I. t. 72. §. 3. |
| 35. | = P. IV. t. 6. l. 5. |  |                    |
| 36. | = P. IV. t. 6. l. 4. |  |                    |

1544-

Cortes d'*Almeirim* : (1) convocadas para 31. de Janeiro, por Carta ao Concelho do Porto de 7. de Novembro de 1543., para ser jurado o Principe D. João, e se tractar do mais que fosse necessario. (2) Nellas fez a Oração no Juramento do Principe o Doutor Antonio Pinheiro, (3) a que respondeo em nome dos Póvos o Doutor Lopo Vaz Procurador da Cidade de Lisboa (4); e offerecêrao os Póvos a ElRei 500 cruzados, como consta da Carta de 27. d'Abril de 1548. : (5) do que tambem faz menção outra de 4. de Fevereiro de 1545. ao Concelho de Coimbra. (6)

Dellas se passou Carta assignada por ElRei ao Concelho do Porto a 18. de Fevereiro com hum Capitulo Especial. (7)

Aos Procuradores do Concelho do Porto nestas Cortes se mandou pagar as despezas por Carta de 13. de Maio : (8) e das mesmas se faz tambem menção em Carta de 18. de Agosto. (9)

SE-

---

(1) Liv. 35. da Chancell. do Senhor D. João III. f. 13. v. (Arch. R.) = *Castro*, Mapp. de Portug. T. I. p. m. 408. (2) Liv. das Propr. f. 48. ou 58. = e Liv. I. das Chap. f. 33. (Cartor. da Camer. do Porto.) (3) Obras do mesmo Bispo T. I. pag. 169. (4) Obras do mesmo Bispo Pinheiro T. I. p. 177. (5) Liv. II. das Propr. f. 95. e Liv. I. das Chap. f. 42. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Liv. de Cart. Origin. f. 168. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (7) Liv. A. f. 130. v.

(8) Liv. II. das Propr. f. 58. e Liv. I. das Chap. f. 35. } Cart. da Cam.  
 (9) Liv. I. das Propr. f. 240. e Liv. I. das Chap. f. 332. } do Porto.

## SENHOR D. SEBASTIAO.

1562. 1563.

Cortes convocadas pela Senhora D. Catherina como Regente do Reino para *Lisboa*, por Carta ao Concelho do Porto de 11. de Setembro de 1562. (1) e ao de Lisboa por Carta de 11. de Julho, para 12. de Dezembro. Celebradas na presença do Senhor D. Sebastião nos Paços da Ribeira a 13. do mesmo mez: recitou nellas o Doutor Antonio Pinheiro a Oração da Abertura, (2) e outra em nome do Estado Ecclesiastico, e o Doutor Estevão Preto Desembargador da Supplicação, e Procurador de Lisboa outra em nome da Nobreza, e Povo: e o mesmo Doutor Antonio Pinheiro ali leu a Patente (3) da Senhora D. Catherina com data de 8. de Outubro, pela qual dimittia a mesma Senhora a Regencia, que foi entregue a 23. de Dezembro ao Senhor Cardeal D. Henrique até o Senhor D. Sebastião contar 14. annos de idade: assentou-se casar o mesmo Senhor em França, e que viesse logo a Rainha para ser criada juntamente com ElRei: (4) e se offerecêrao pelos Póvos 1000 cruzados, para cuja cobrança se fez o Regimento impresso a que acompanhárao as Cartas de 29. de Fevereiro de 1564., (5) e a que tambem dizem respeito a de 22. de Julho do mesmo anno, (6) e de 13. de Dezembro de

(1) Liv. II. das Propr. f. 201. e Liv. I. das Chap. f. 72. (Cartor. da Camer. do Port.) (2) Obras do mesmo Bispo T. I. pag. 182. (3) *Menezes*, Chron. do Senhor D. Sebastião Cap. 102. = *Barbosa*, Memorias do mesmo Senhor Cap. 12. (4) *Barbosa*, Memor. do Senhor D. Sebast. Cap. 12. = *Menezes*, Chron. do Senhor D. Sebast. Cap. 102. e seguintes. = Portugal Cuidadoso Liv. I. Cap. 7. e 8. = *Histor. Sebast.* Liv. I. Cap. 13. (5) Liv. II. das Propr. f. 238. e f. 241. e Liv. I. das Chap. f. 86. e 88. (Cartor. da Camer. do Port.) (6) Liv. das Propr. f. 250. e Liv. I. das Chap. f. 90. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)

de 1565. (1): sendo escusos de pagar o mesmo serviço os Cavalleiros de Sant-Iago por Alvará de 10. de Janeiro de 1567. (2) Foraõ dissolvidas estas Cortes pelo Senhor Cardeal Regente a 11. de Janeiro de 1563. (3) Os nossos Escriptores referem os Apontamentos geraes, e Avizos dos Póvos nestas Cortes, (4) e da Nobreza: (5) e tambem consta terem nellas representado alguns Artigos os Prelados do Reino, que depois foraõ ampliados a 17. de Fevereiro de 1563. (6)

Ao Concelho do Porto se passáraõ as seguintes Cartas de Capitulos Especiaes propostos nestas Cortes, assignadas pelo Senhor Cardeal Regente. Huma a 6. de Março de 1563. com 9. Capitulos: (7) outra da mesma data com outro Capitulo: (8) mais hum da mesma data com outro Capitulo: (9) outra a 7. com mais outro; (10) e hum de 14. de Maio de 1564. com mais outro Capitulo. (11) Sobre outro Capitulo Especial do mesmo Concelho se mandou responder ao Corregedor, por Carta de 7. de Março de 1563: (12) por Alvará de 21. de Dezembro de 1565. (13) se declarou outro Capitulo Especial: e Carta de 3. de Dezembro de 1567. (14) se mandou responder o mesmo Concelho sobre o requerimento feito contra outro Capitulo pelo Conde da Feira.

Ao Concelho de Coimbra se passou Carta a 28. de Março de 1563. com o theor de 29. Capitulos Especiaes,

(1) Liv. II. das Propr. f. 268. e Liv. I. das Chap. f. 96. (Cartor. da Camer. do Porto.) (2) Liv. V da Supplicação f. 122. v. (3) Hiss. Sebast. Liv. I. Cap. 13. (4) *Menezes*, Chron. do Senhor D. Sebast. Cap. 103. = Portugal Cuidadoso Liv. I. Cap. 8. (5) *Menezes*, Ibid. Cap. 102. (6) *Memorias Mscr. de Mendonça*, Liv. 35. f. 115.

(7) Liv. II. das Propr. f. 209. e Liv. I. das Chap. f. 73. v. }

(8) Liv. II. das Propr. f. 211. e Liv. II. das Chap. f. 76. }

(9) Liv. IV. das Propr. f. 296. e Liv. II. das Chap. f. 3. v. }

(10) Liv. IV. das Propr. f. 4. e Liv. II. das Chap. f. 2. v. }

(11) Liv. II. das Propr. f. 259. e Liv. I. das Chap. f. 93. v. }

(12) Liv. II. das Propr. f. 219. e Liv. I. das Chap. f. 78. }

(13) Liv. II. das Propr. f. 269. e Liv. I. das Chap. f. 97. }

(14) Liv. II. das Propr. f. 226. e Liv. I. das Chap. f. 79. v. }

Cartor. da  
Came-  
ra do  
Porto.

ciaes, (1) dos quaes o 3.º se achá também separado em Aivará da mesma data; (2) da mesma fórma o Capitulo 24. (3)

Por Carta de 7. de Março do mesmo anno, (4) se mandou pagar as despesas aos Procuradores do Concelho do Porto nestas Cortes.

A Historia Genealogica (5) transcreve os Apontamentos sobre o concerto das casas em que as mesmas se celebrárao, e os lugares destinados para as pessoas convocadas, e mais formulario dellas: de que trata também *Barboza* nas suas Memorias. (6)

## SENHOR CARDEAL REI D. HENRIQUE.

1579.

Cortes convocadas para *Lisboa*: para 10. de Março por Carta ao Concelho do Porto de 23. de Fevereiro: (7) e ao de Coimbra de 31. de Janeiro: (8) foraõ principiadas porém no 1. de Abril: nellas fez a Falla do costume D. Antonio de Castello-Branco. Os Estados fizeraõ divididos as suas Sessãoës. Os Prelados na Sé, a Nobreza no Convento do Carmo, os Procuradores dos Povos no Convento de S. Francisco. Nestas Cortes se tratou sobre a successaõ do Reino por morte do Senhor Cardeal Rei, e o mesmo Senhor escolheo 5. Governadores de 15, que lhe foraõ propostos, e 11. Juris-Consultos, para julgarem a mesma successaõ de 24. propostos em legredo, cujos nomes com o respectivo Regimen-

Tom. II.

O

to

(1) Liv. de Provis. e Cap. de Cort. f. 28. até f. 32. v. da Camer. de Coimbra. (2) Liv. de Cart. Origin. f. 103. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (3) Ibid. f. 137. (4) Liv. II. das Propr. f. 208. e Liv. I. das Chap. f. 72. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) Prov. T. IV. pag. 157. n. 152. (6) P. II. Liv. I. Cap. 12. (7) Liv. III. das Propr. f. 321. e Liv. I. das Chap. f. 236. (Cartor. da Camer. do Porto.) (8) Liv. de Provis. e Capitulos de Cort. f. 63. (Cartor. da Camer. de Coimbra.)

to se mandáraõ depositar em cofre de tres chaves, em lugares de confiança, (1) sendo hum delles o Concelho do Porto cujos Procuradores nestas Cortes leváraõ o dito cofre, como se menciona na Carta de 7. de Julho. (2) Aos meismos Governadores, que ElRei por sua morte nomeasse, juráraõ no primeiro de Junho obedecer os Tres Estados do Reino; (3) e se acha a fórmula do mesmo juramento na Deducçaõ Chronologica (4). Resta destas Cortes a Falla feita pelos Procuradores dos Mesteres de Lisboa á Junta da Nobreza. (5)

Ao Concelho do Porto se passou Carta a 22. de Junho com hum Capitulo Especial destas Cortes. (6)

1580.

Cortes d'*Almeirim*: (7) para as quaes se mandou em Carta de 23. de Dezembro de 1579. (8) ao Concelho de Coimbra nomear novo Procurador em lugar de Ayres Gonçalves de Macedo preso á ordem d'ElRei em homenagem na Castello da mesma Cidade. O 1. *Auto* he de 11. de Janeiro. (9) Nellas fez no mesmo dia a Falla da abertura o Doutor Antonio Pinheiro. (10) Nestas Cortes pertendêraõ os Póvos arrogar a si o direito de nomear successor á Coroa por morte do Senhor Cardeal Rei, como consta dos Embargos appresentados ao mesmo. Se-

---

(1) *Faria*, Europ. T. III. P. I. Cap. 2. n. 29. e 30. = Portugal Restaur. Tom. I. p. m. 16. = Chron. Mscr. do Senhor Cardeal Rei Cap. 42. até 48. (2) Liv. III. das Propr. f. 313. e Liv. I das Chap. f. 235. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (3) Prov. da Histor. Gen. T. H. p. 528. e 531. n. 86. e 87. e III. pag. 421. n. 172. (4) Deducç. Chronol. Prov. á P. I. Divis. 6. § 233. (5) Memor. Mscr. de *Mendonça* T. VII. f. . . (6) Liv. III. das Propr. f. 38. e Liv. I. das Chap. f. 182. v. (Cartor. da Camer. do Port.) (7) Portugal Restaur. T. I. p. m. 20. = *Faria*, Europ. T. III P. I. Cap. 2. n. 36. = Fastos Lusit. ao dia 11. de Janeiro. (8) Liv. de Prov. e Capitulos de Cort. f. 65. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (9) Corp. Chronol. P. II. Mag. 249. Dec. 42. (Arch. R.) (10) Obras do mesmo Bispo T. I. pag. 202.<sup>4</sup>

1581.

Cortes de *Thomar* : (3) convocadas por Carta de 5. de Janeiro (4) ao Concelho do Porto, e ao de Coimbra por Carta (5) da mesma data, para se celebrarem em Lisboa, (o que impedio a peste) ou onde podesse ser, para nellas ser jurado o Principe D. Diogo : mandando-se por outra Carta da mesma data, (6) que na eleição de Procuradores para ellas, não assistissem os Partidarios do Senhor D. Antonio : e por outra de 3. do mesmo mez, (7) que os Procuradores, que elegessem levasssem o cofre, que tinhaõ trazido os outros Procuradores das Cortes de 1579., por já não ser necessário, hindo as chaves em Carta fechada. Principiáraõ a 19. d'April, e nellas fez a Oração da abertura o Bispo de Leiria D. Antonio Pinheiro a 20. de Abril; (8) tendo orado a 16. no

O ii

Acto

(1).....? Cartor. do Senad. de Lisboa Vid. Prov. da Hiffor. Gen. T. III. pag. 429. (2) Liv. de Provis. e Capit. de Cort. f. 69. v. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (3) *Faria*; Europ. T. III. P. II. Cap. 1. n. 6. 7. e 8. = Portug. Restaur. T. I. p. m. 33. = *Souza*, Vida de Fr. Barth. dos Mart. Liv. H. Cap. 15. (4) Liv. das Prop. f. 42. e Liv. II. das Chap. f. 12. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) Liv. de Provis. e Capitulos de Cort. f. 71. (Cartor. da Camer. de Coimbra.)

(6). Liv. IV. das Propr. f. 40. e Liv. II. das Chap. f. 11. } Cartor. da Camer. do

(7) Liv. IV. das Propr. f. 43. e Liv. II. das Chap. f. 13. v. Porto.

(8) Obras do mesmo Bispo T. I. p. 210.

Acto de Juramento d'ElRei, (1) e depois a 23. do mesmo mez no do Principe. (2)

Ha impressos destas Cortes 47. Capítulos dos Povos, 23. da Nobreza, e 18. do Estado Ecclesiastico: (3) e tambem a Patente das graças, e mercês feitas a estes Reinos nas mesmas Cortes (4) com 25. Capítulos, e data de 15. de Novembro, sendo o Original de 21. de Maio, (5) que são os mesmos que se incluem na Lei do Senhor D. Manoel de 18. de Janeiro de 1499. (6) feita por occasião da sua successão presumida aos Reinos de Castella. Nellas requerêraõ os Povos d'Entre-Douro, e Minho, e Tras-dos-Montes a mudança da Casa do Cível para o Porto, (7) como se verificou, pela Lei, e Regimento de 27. de Julho de 1582.

Ao Concelho do Porto se passou Carta a 22. de Maio (8) com hum Capitulo Especial. destas Cortes, e se faz menção d'outro em Carta de 31. de Julho de 1582. (9) Em Carta de 23. d'Abril de 1581. ao Concelho de Coimbra (10) se faz menção da ajuda de custo, que lhe concede ElRei por huma Provisão para a despesa dos Procuradores.

1583.

Cortes de Lisboa a 15. de Janeiro: em que foi jurado o Principe D. Philippe, e em que fez a Oração do costume o Bispo do Algarve D. Affonso de Castello-Branco. (11)

SE

(1) Ibid. pag. 206. (2) Ibid. pag. 213. (3) No anno de 1584. (4) Lisboa por Antonio Ribeiro Impressor d'ElRei Ann. 1583. (5) Liv. IV. das Propr. f. 340. e Liv. II. das Chap. f. 41. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) Prov. da Histor. Gen. T. II. pag. 398. n. 68. (7) Corograph. Portug. T. I. pag. 355. (8) Liv. III. das Propr. f. 23. e Liv. I. das Chap. f. 176. v. (Cartor. da Camer. do Port.) (9) Liv. I. das Chap. f. 24. v. (Cartor. da Camer. do Port.) (10) Liv. de Provis. e Capítulos de Cort. f. 73. (Cartor. da Camer. de Coimbr.) (11) Faria, Europ. T. III. P. II. Cap. 1. n. 17. e 19. = Portugal Rest. P. I. Liv. I. p. m. 36

## SENHOR D. FILIPPE II.

1616.

Cortes de *Lisboa*: que tinhaõ sido convocadas para Thomar, para 20. de Maio por Carta de 12. de Abril ao Concelho do Porto. (1) Nellas foi jurado o Principe a 14. de Julho, e se requereõ contra o abuso dos excessivos dotes nos Cazamentos dos Nobres. (2) Os Capitulos Geraes em numero de 26. (3), que os Procuradores do Concelho do Porto, depois de os conferir com os outros, haviaõ de representar nestas Cortes, e 21. Especies (4): se acordáraõ, e assignáraõ em Concelho a 17. de Maio.

## SENHOR D. JOAÕ IV.

1642.

Cortes de *Lisboa* na Sala dos Tudescos: convocadas para 20. de Janeiro, por Carta ao Concelho do Porto de 23. de Dezembro de 1640. (5) Foraõ principiadas no dia 28. de Janeiro. (6) Nellas orou duas vezes o Bispo d'Elvas D. Manoel da Cunha; e foi jurado.

- (1) Liv. IV. das Propr. f. 356. (Cartor. da Camer. do Porto.)  
 (2) *Faria*, Europ. T. III. P. II. Cap. 2. n. 6. = *Histor. Gen.* T. VI. pag. 458. e 474. = *Portug. Reß.* T. I. p. m. 45. = *Severim*, Discurs. 1. § 8.  
 (3) Liv. IV. das Propr. f. 352. } Cartor. da Camer. do Porto.  
 (4) *Ibid.* f. 348.  
 (5) Liv. V. das Propr. f. 199. e Liv. II. das Chap. f. 77. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (6) *Histor. Gen.* T. VII. pag. 121. = Lei de 9. de Setembro de 1647. na Collecç. 1.ª tit. 100. do Liv. IV. da Orden. N. 1.



do o Senhor D. João IV., e o Principe D. Theodósio. Os Estados fizerao divididos as suas Sessões, o Ecclesiastico em S. Domingos, e a Nobreza em S. Eloy, e os Procuradores dos Póvos em S. Francisco. O Senhor D. João IV. declarou extinctos todos os tributos, que até ali se tinhao pago, e cometteo aos Estados do Reino o deliberarem sobre os meios da defeza d'elle, e proverem as necessidades da guerra. Assentou-se levantar 200 Soldados infantes, e 40 de cavallo para guarnecer as Fronteiras, para o que primeiro se julgou bastante hum milhae e 800 cruzados, que se augmentárao a 2. Milhões. Para este fim se consignárao as Decimas, e maneiio pagos por todos, á excepção dos Ecclesiasticos, que tambem offerecêrao subsidio proporcionado, augmentando-se tambem para o mesmo fim em Lisboa os direitos ao vinho, e carne. Para a administração destes tributos se erigio a Junta dos Tres Estados. (1) Em 2. de Fevereiro se expedio o Regimento da Cobrança de 800 cruzados dos offerecidos nestas Cortes, (2) e de que se faz menção na Carta ao Concelho de Coimbra de 22. de Abril. (3) Forao impresos os Capitulos Geraes destas Cortes, 108. dos Póvos, 36. da Nobreza, e 27. do Estado Ecclesiastico com algumas replicas feitas em 1645., e 20. Leis feitas em consequencia das mesmas Cortes, além de mais 13. sobre outros assumptos. (4)

As respostas dos mesmos Capitulos Geraes forao incumbidas aos DD. Thomé Pinheiro da Veiga, Sebastião Cesar de Menezes, Pedro Vieira da Silva, e Antonio Paes

---

(1) Histor. Gen. T. VII. pag. 121. = Portug. Restaur. T. I. p. m. 128. = Severim, Discurs. 1. § 8. = Valasc. Just. Acclamaç. f. 5. na Deduç. Chronol. P. I. Divis. 12. § 647. e seguintes. = Histor. Jur. C. Lus. Cap. 10. (2) Liv. V. das Propr. f. 221. e Liv. II. das Chap. f. 79. (Cartor. da Camer. do Porto.) e Liv. de Cart. e Ord. da Camer. de Coimbra no fim do mesmo Livro. (3) Liv. de Prov. e Capitulos de Cort. f. 175. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (4) Lisboa 1645. por Paulo Craesbeck.

Paes Viegas : e sendo aos mesmos encarregadas as respostas dos Particulares , que primeiro se tinham dividido por varias Juntas ; por impedimento dos outros , ficou de tudo encarregado o Doutor Thomé Pinheiro da Veiga , Luiz Pereira de Castro , e Jorge d'Araujo Estação , juntamente com os outros Capitulos das Cortes seguintes de 1642 , como tudo consta com toda a individuação da Consulta do mesmo Thomé Pinheiro da Veiga de 15. de Novembro de 1642. (1)

Por Provisão do Desembargo do Paço ; de 25. de Fevereiro de 1642. (2) se mandou pagar as despesas aos Procuradores do Concelho do Porto nestas Cortes ; e por outra de 26. do mesmo mez , (3) se lhe arbitrou 2500. por dia : e aos de Coimbra por outra Provisão de 18. de Março. (4)

1642.

Cortes de *Lisboa* nos Paços da Ribeira : convocadas para 15. de Setembro por Carta ao Concelho de Coimbra , (5) e Porto (6) de 1. d'Agosto. Principiárao a 18. de Setembro , fazendo a Proposição das mesmas o Bispo Capellaõ Mór D. Manoel da Cunha , (7) e fazendo tambem a sua Falla o Desembargador Duarte Alvaes como Procurador. (8) Os Estados fizerao divididos as suas Sessões nos mesmos lugares , que nas antecedentes. Nellas se requereo contra alguns Ministros d'ElRei , e especialmente contra o Secretario Francisco de Lucena. Assentou-se ser preciso para a guerra 2. Milhões e 4000.

(1) Maç. 8. de Cort. n. 5. ( Arch. R. )

(2) Liv. V. das Propr. f. 222. e Liv. II. das Chap. f. 82. } Cartor. da Ca-

(3) Liv. V. das Propr. f. 277. e Liv. II. das Chap. f. 88. } mer. do Port.

(4) Liv. de Provis. Ant. f. 133. ( Cartor. dr Camer. de Coimbra. )

(5) Liv. de Provis. e Cap. de Cort. f. 187. ( Cartor. da Camer. de Coimbra. )

(6) Liv. V. das Propr. f. 289. ou 259. e Liv. II. das Chap. f. 90 ( Cartor. da Camer. do Port. )

(7) Collecç. da Acclam. de Monseñhor *Hassé* T. I. n. 1. (8) Memor. Mscr. do *Mendonça* T.

III. pag. 104.

4000 cruzados pagos por meio das Decimas. O Estado dos Póvos pertendeo pagar com separação, o que se não verificou offerecendo ElRei do seu Património, e assignações, que lhe tocava, 9000 cruzados para o dito computo. (1)

O Regimento de 25. de Janeiro de 1645. (2) dá cobrança dos 2. Milhões offerecidos nestas Cortes as inttulla de *Setembro*, e *Outubro*.

Os Capitulos Geraes destas Cortes foraõ imprefos: (3) e já nas outras de 1641. referi quaes foraõ os Ministros encarregados de responder tambem aos Capitulos Especiaes propostos nestas.

1645. 1646.

Cortes de *Lisboa* principiadas a 28. de Dezembro de 1645., e acabadas a 16. de Março de 1646. Nellas fez a Oração da abertura o Bispo Capellaõ Mór. (4) Os Tres Estados, deliberando divididos, assentáraõ ser necessarios para guarnecer as Fronteiras 1600 Soldados infantes, e 400 de cavallo, para cuja manutenção se julgáraõ precisos 2. Milhões e 1500 cruzados, que se tirariaõ do Real d'Agua, e de outras assignações, e principalmente da Decima, de que os mesmos Ecclesiasticos não seriaõ escuzos: nomeáraõ-se novos Ministros para a Junta dos Tres Estados, e se proveo a algumas extorsões, e desordens nascidas da licenciosidade da guerra. (5) Nestas Cortes foi tomada a Senhora da Conceição por Padroeira do Reyno com 50. cruzados d'ouro de

---

(1) Portug. Rest. T. I. p. m. 408. = Regimento dos Novos Direitos de 11. d'Abril de 1661. = Sermaõ do Padre Antonio Vieira na Igreja das Chagas a 14. de Setembro, vespera da Convocação das Cortes. = Prov. da Historia Gen. T. IV. pag. 754. (2) Liv. V. das Propr. f. 354. e Liv. II. das Chap. f. 102. (Cartor. da Camer. do Porto.) (3) Lisboa 1645. por Antonio Alves. (4) Collecç. da Acclamaç. de Monseñhor *Hasse* T. II. n. 1. (5) Portug. Restaur. T. II. p. m. 192. = Regim. da Decima de 9. de Maio de 1654.

de censo á sua Imagem de Villa Viçosa, e se mandou jurar a mesma Conceição, como consta da Carta de 25. de Março de 1646. (1) Em virtude de requerimento do Estado dos Póvos nestas Cortes se expedio o Alvará de 13. de Março de 1646. para não hir ás Fronteiras a gente da Ordenança, senão em caso de maior aperto: o qual foi declarado por Carta de 21. d'Abril de 1646. (2)

Para pagamento de hum Milhão, e 500<sup>00</sup> cruzados dos offerecidos pelos Póvos nestas Cortes se mandáraõ accrescentar as Sizas por Carta de 25. de Maio de 1646: (3) e em Carta de 10. de Dezembro de 1647. á Camera de Coimbra (4) se faz menção do novo lançamento das Decimas para obviar as queixas pelo lançamento do Milhão, e 900<sup>00</sup> cruzados promettidos: e em Provisão de 13. de Março de 1646. (5) se manda pagar ao seu Procurador nestas Cortes.

Estas Cortes foraõ impressas em 7. paginas. (6)

1653. 1654.

Cortes convocadas para Thomar, para o 1.º de Outubro de 1653. por Carta ao Concelho de Coimbra do mesmo anno, (7) e removidas (visto não poder fazer o Capitulo Geral da Ordem de Christo) para Lisboa por outra de 2. de Setembro: (8) principiadas por tanto em Lisboa em Outubro, e findadas a 28. de Fevereiro de 1654. Nellas foi jurado o Principe D. Affonso. O Estado Ecclesiastico fez as suas Sessões em S. Domingos, a

Tom. II.

P

No-

---

(1) Liv. V. das Prop. f. 361. e Liv. II. das Chap. f. 104. v. (Cartor. da Camer. do Porto) (2) Liv. de Prov. e Capitulos de Cort. f. 118. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (3) Liv. V. das Prop. f. 356. e Liv. II. das Chap. f. 104. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. de Prov. e Cap. de Cort. f. 205. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (5) Liv. de Provis. Ant. f. 156. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (6) Em Lisboa 1646. por Paulo Craesbeck. (7)..... (8) Liv. de Prov. e Cap. de Cort. f. 217. (Cartor. da Camer. de Coimbra.)

Nobreza em S. Roque, e os Procuradores dos Póvos em S. Francisco. (1) Do Preambulo do Regimento das Decimas de 9. de Maio, expedido em virtude da resolução destas Cortes, consta as deliberações dos Trez Estados, sobre os meios de prover as necessidades da guerra.

Temos destas Cortes 43. Capitulos Geraes do Estado dos Póvos. (2) Em Carta sem data assignada por Pedro Vieira da Silva, existem 10. Capitulos Especiaes do Concelho do Porto, tendo na columna em frente a sua Resolução, que se diz ser dada a 22. de Outubro de 1653. (3)

## SENHOR D. AFFONSO VI.

1668.

Cortes convocadas para *Lisboa*, para o 1.º de Janeiro deste anno por Carta do Senhor Infante D. Pedro ao Concelho do Porto, de 27. de Novembro de 1667 (4): para nellas ser jurado Succellor, e Regente do Reino, pela Demmissão d'ElRei. Juntáram-se na Sala dos Tudescos, principiando a 27. de Janeiro, fazendo a Oração da abertura D. Manoel de Noronha, D. Prior mór de Palmella, e Bispo eleito de Vizeu; (5) e a Prática no Juramento do Principe no mesmo dia Pedro Fernandes Monteiro. (6)

Os Estados fizeram separados as suas Sessões nos mesmos lugares das Cortes antecedentes, tendo o Ecclesiasti-

(1) Port. Rest. T. II. p. m., 423. (2) Maç. 8. de Cort. n. 4. (Arch. R.) (3) Liv. V. das Propr. f. 539. e Liv. II. das Chap. f. 132. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. VI. das Propr. f. 540. e Liv. II. das Chap. f. 202. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (5) Collecç. da Acclamaç. de Monsenhor Haffé T. IV. n. 1. (6) Collecç. da Acclamaç. de Monsenhor Haffé T. IV. p. 35.

fiastico 30. Sessões desde 31. de Janeiro até o 1.º d'Agosto; (1) a Nobreza 30. desde 28. de Janeiro até 13. de Julho. (2) Em huma destas appresentou o Jesuita Nuno da Cunha o Papel, de que faz menção a Deducção Chronologica. (3) A 9. de Junho foi jurado o Principe Governador do Reino: deliberou-se sobre o seu Casamento com a Rainha, e se requereo se concluísse a paz com Castella. (4)

A requerimento feito nestas Cortes se expedio a Pragmatica de 9. d'Agosto de 1686. (5)

Nellas offerecêraõ os Póvos 4000 cruzados por trez annos, e mais 1000 cruzados para a fortificação das Fronteiras, cessando os mais tributos, como consta da Carta de 6. de Serembro deste anno; tendo destas quantias tocado ao Porto a de 8:2400 reis. (6) A este mesmo subsidio respectivo ao Presidio das Fronteiras se refere a Carta de 20. de Fevereiro de 1670. á Camera de Coimbra, (7) e as Provisões de 21. de Maio, 12. de Outubro, e 8. de Novembro de 1669. (8)

Ha hum Capitulo Especial do Conselho do Porto em Alvará de 24. de Julho: (9) mais hum diverso em outro Alvará da mesma data; (10) e outro tambem da mesma data, que se diz ser o 5.º dos Especiaes em outro Alvará. (11)

(1) Supplem de Cort. Mac. 13. n. 11. ( Arch. R. ) (2) Memorias Mscr. de *Mendonça* T. IX. f. ... (3) P. I. Divis. 11. § 565. e os AA. ahi citados not. c. (4) Deducç. Chronol. Ibid. = Portug. Rest. T. IV. p. m. 524 (5) Collecç. I. ao tit. 100. do Liv. V. da Ord. n. 2. (6) Liv. VI. das Propr. f. 571. e Liv. II. das Chap. f. 209. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (7) Liv. das Nomeaç. dos Offic. f. 8. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (8) Liv. de Provis. Ant. f. 194. 196. 224. (Cartor. da Camer. de Coimbra.) (9) Liv. VI. das Propr. f. 565. e Liv. II. das Chap. f. 207. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)

(10) Liv. VI. das Propr. f. 569., e Liv. II. das Chap. f. 208. v.

(11) Liv. VI. das Propr. f. 564., e Liv. II. das Chap. f. 207. } Cartor. da Camer. do Port.

1674.

Cortes de *Lisboa*, de 15. de Janeiro : em que os Trez Estados fizeram também divididos os seus congressos. Nellas se requereu a ElRei desistisse da protecção dos Christãos Novos, e dos interesses, que com elles pertendia contractar. (1) Nellas se estabeleceu também a Lei sobre o Governo do Reino, e Tutoria dos Senhores Reis na sua menoridade, ou incapacidade, de 23. de Novembro deste anno. (2)

As tumultuosas deliberações destas Cortes são ponderadas na Deducção Chronologica; (3) e ahi se refere também o Decreto de 16. de Junho. deste anno, pelo qual o Senhor Principe Regente as dissolveo. Sobre a nomeação de Procuradores de Coimbra nestas Cortes se expedio a Provisão de 27. de Novembro de 1673. (4)

1677.

Cortes de *Lisboa* : á representação das quaes se expedirão as Pragmaticas de 25. de Janeiro de 1677. e 9. d'Agoſto de 1686. (5)

1679. 1680.

Cortes de *Lisboa* : convocadas para o 1.º de Novembro por Carta ao Concelho do Porto de 16. de Setembro (6), sobre o Cazamento da Princeſa com o Duque de

(1) Factos Lusitan. ao dia 15. de Janeiro pag. 188. = Deducç. Chronolog. P. I. Divis. 13. § 708. e seguintes. (2) Collecç. I. ao tit. 102. do Liv. IV. da Orden. n. 2. (3) P. I. Divis. 13. § 716.

(4) Liv. de Prov. Ant. f. . . (Cartor. da Cam. de Coimbra.)

(5) Collecç. I. ao tit. 100. do Liv. V. da Orden. n. 1. e 2.

(6) Liv. VII. das Propr. f. 127. e Liv. II. das Chap. f. 224. (Cartor. da Cam. do Porto.)

de Saboia : nellas se dispensárao as de Lamego para a mesma Senhora não perder o direito ao Reino , por cazar com Estrangeiro a 11. de Dezembro. (1)

Ainda duravao no anno seguinte , pois resta a Oração do Doutor Manoel Pinheiro , que se diz ser feita nas Cortes de 1680. (2)

## SENHOR D. PEDRO II.

1697. 1698.

**C**ortes de *Lisboa* : convocadas para 15. de Novembro , por Carta ao Concelho do Porto do 1.º de Setembro , (3) e ao de Coimbra de 31. d'Agosto de 1697 : (4) para nellas ser jurado o Principe D. Joaõ. Derrogou-se nestas Cortes hum Capitulo das de Lamego , a fim de succeder no Reino o filho do Irmao do Rei , sem nova Eleição , em virtude do que se expedio a Lei de 12. de Abril de 1698. ; (5) em cujo anno a 8. de Janeiro ainda duravao. (6)

Por Provisão do Desembargo de 9. d'Agosto do mesmo anno , se mandou pagar ao Desembargador Manoel Gomes da Costa as despezas do Procurador do Concelho do Porto nas mesmas Cortes. (7)

COR-

(1) Prov. da Hist. Gen. T. V. pag. 334. e seguintes , e T. VIII. pag. 399. da Hist. Gen. (2) Memorias Mscr. de *Mendonça* Liv. 35. f. 142. (3) Liv. 8. das Propr. f. 88. e Liv. II. das Chap. f. 275. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. de Nomeaç. de Off. f. 34. (Cartor. da Camer. de Coimbr.) (5) Prov. da Hist. Gen. T. V. pag. 96. 97. 99. = Collecç. I. ao tit. 100. do Liv. IV. da Orden. n. 2. (6) *Britto* Elog. dos Reis de Portug. da Continuação de *Barb.* no do Senhor D. Joaõ V. p. m. 163. = Prov. da Hist. Gen. ibid. (7) Liv. VIII. das Propr. f. 100. e Liv. II. das Chap. f. 275. v. (Cartor. da Camer. do Porto.)



---

## CORTES DUVIDOSAS.

---

SENHOR CONDE D. HENRIQUE.

Er. 1134.      Ann. 1096.

**C**ortes de *Guimarães* : a que *Estação* (1) affirma ter affistido S. Giraldo Arcebispo de Braga, authorizando-se com a lenda do mesmo Santo no Breviario Bracharense : e que *Brandaõ* (2) dá só por provaveis.

---

SENHOR D. FERNANDO.

Er. 1413.      Ann. 1375.

**C**ortes de *Santarem* : em que Fr. *Manoel dos Santos* (3) affirma ter-se publicado a 26. de Julho a celebre Lei das Sefmarias de 26. de Maio deste anno, que passou para o Codigo do Senhor D. Affonso V. (4) : contradizendo-se em outro lugar, (5) quando falla das Cortes d'Attouguia, onde a suppõe ordenada ; e confutando do Exemplar da dita Lei, que tinha o Concelho de Santarem (6) ter ella ahi sido publicada a 26. de Maio, sem se fazer menção de Cortes, e ter-se mandado dar o mesmo Instrumento áquelle Concelho a 27. de Junho da mesma Era.

SE-

---

(1) Varias Antiquid. de Port. Cap. 12. n. 3. e Cap. 25. n. 3.  
 (2) Monarch. Lusit. T. III. Liv. VIII. Cap. 15. = Vid. *Faria*, Europ. T. II. P. I. Cap. 3. n. 3. (3) Monarch. Lusit. T. VIII. Liv. XXII. Cap. 19. pag 134. col. 2. (4) Liv. IV. t. 4. e 81. (5) Monarch. Lusit. T. VIII. Liv. XXII. Cap. 30. pag. 218. col. 1. (6) Maç. 1. do Supplem. de Cort. n. 8. ( Arch. R. )

SENHOR D. JOAÕ I.

Er. 1430. Ann. 1392.

Cortes de *Santarem*, de que só faz menção *Seares da Silva* nas Memorias do Senhor D. Joaõ I. (1)

Er. 1430. Ann. 1392.

Cortes de *Vizeu*, de que só faz memoria o mesmo Author. (2)

Er. 1434. Ann. 1396.

Cortes de *Coimbra*, de que só faz menção o mesmo Author. (3)

Er. 1434. Ann. 1396.

Cortes de *Santarem*, de que faz memoria a Carta de 9. de Maio, (4) e talvez sejaõ as do Ann. de 1434. havendo equivocação na lembrança entre o anno e Era.

Er. 1437. Ann. 1399.

Cortes d'*Elvas*, de que só faz menção o A. das Memorias do Senhor D. Joaõ I., (5) equivocando-as talvez com as da Era de 1399. do Senhor D. Pedro I., tomando a Era por anno.

Er.

(1) Tom. II. pag. 966. (2) Ibid. (3) Ibid. (4).....? (da Camer. de Coimbra.) (5) Tom. II. pag. 966.

Er. 1438. Ann. 1400.

Cortes de *Braga*, de que só faz menção o A. das Memorias do Senhor D. João I. (1)

Er. 1438. Ann. 1400.

Cortes de *Santarem*, de que só faz menção o mesmo A. (2)

Er. 1439. Ann. 1401.

Cortes de *Leiria*: para jurar o Principe D. Duarte por morte do Principe D. Affonso, de que só faz menção o mesmo A. (3)

Er. 1440. Ann. 1402.

Cortes de *Montemor o Novo*: convocadas das principaes terras para o 1.º de Março, para se tractar da paz com Castella, por Carta ao Concelho do Porto de 10. de Fevereiro; (4) porém ignoro, se chegárá a celebrar-se.

Er. 1441. Ann. 1403.

Cortes de *Santarem*, de que só faz menção o A. das Memorias do Senhor D. João I. (5)

Er. 1457. Ann. 1419.

Cortes de *Vizeu*, de que só faz menção o A. das Memorias do Senhor D. João I. (6)

Ann.

---

(1) Tom. II. pag. 966. (2) Ibid. (3) Ibid. (4) Liv. das Vereações do Porto da Er. 1439. &c. f. 47. (5) T. II. pag. 966. (6) Ibid.

Ann. ....;

Cortes de *Lisboa*: neste Reinado a que se attribuem os Capitulos da Clerezia, que com o titulo de Concordata do Senhor D. Joaõ I. transcreveo *Gabriel Pereira*, (1) em Certidão de alguns delles, passada ao Concelho do Porto a 16. de Fevereiro do anno de 1438. (2) quando na Ordenação do Senhor D. Affonso V. onde tambem se achaõ, (3) se dizem feitos, e resolvidos em Santarem no anno de 1427.; sendo tambem chamados Artigos de Santarem no Tratado MScto do Desembargador Francisco Coelho sobe a Ordenação Manoelina, (4) ainda que com manifesto engano lhe assigne o anno de 1417.

## SENHOR D. AFFONSO V.

Ann. 1460.

Cortes convocadas para *Santarem*: para meado de Agosto por Carta ao Concelho do Porto dada em Santarem a 2. de Julho deste anno; (5) mas ignoro se chegáraõ a celebrar-se.

1474.

Cortes que se dizem (6) acabadas em *Evora* neste anno, mas que talvez sejaõ as de 1473.

Tom. II.

Q

1477.

(1) De Manu Reg. T. I. p. m. 364. (2) Liv. B. f. 318. v. até f. 324. v. (Cartor. da Camer. do Port.) (3) Liv. II. t. 6., e Liv. IV. tit. 96. (4) Fol. m. 17. v. 23., 39. v. — 140. v. (5) Liv. das Veracões do Porto do Ann. 1460. f. 4. (6) Cortes d'Evora 1481. Cap. 49.



Procuração bastante; (1) e ao Concelho de Coimbra de 9. do mesmo mez, (2) e de que também faz menção a outra Carta ao dito Concelho de 5. do dito mez: (3) Porém não consta que chegassem a celebrar-se.

## INTERREGNO

POR MORTE

DO SENHOR CARDEAL REI.

1580.

**C**ortes convocadas para *Lisboa* pelo Senhor D. Antonio Prior do Crato, por Carta dada em Setubal a 4. de Julho ao Concelho de Coimbra (4) para 20. do mesmo, em que se intitulla Rei de Portugal; mas não chegára a celebrar-se.

SENHOR D. FILIPPE III.

1633.

**C**ortes convocadas pelo mesmo Senhor para nellas deliberarem, sobre os meios de soccorrer a India, e Brasil 5. Procuradores pela Nobreza, 5. pelo Estado Ecclesiastico, e os das Cidades do Porto, Evora, Lisboa, Coimbra, e Villa de Santarem, por todos os Lugares do Reino; por Carta ao Concelho de Coimbra de 30. de Agosto de 1633. (5) e de que também faz menção a

Q<sup>ii</sup>

(1) Corp. Chronolog. P. II. Mac. 249. Decem. 42. (Arch. R.)  
 (2) Liv. de Prov. e Cap. de Cort. f. 61.  
 (3) Ibid. f. 59.  
 (4) Liv. de Prov. e Cap. de Cort. f. 67.  
 (5) Liv. de Prov. e Cap. de Cort. f. 155.

} Cartor. da Camer. de  
 Coimbra.

a Carta de 28. de Novembro do mesmo anno, (1) repetindo a mesma convocação.

### SENHOR D. JOÃO IV.

1649.

**C**ortes convocadas para 20. d'Abril em *Thomar*, por Carta de 26 de Março deste anno ao Concelho do Porto; (2) porém ignora se chegaram a celebrar-se.

1661.

Cortes convocadas para *Lisboa* no mez de Novembro, por Carta de 19. de Julho deste anno ao Concelho do Porto, (3) porém mandadas substar, até novo Aviso, em quanto não embarcava a Senhora Rainha da Gran Bretanha, por Carta de 16. de Novembro (4) ao mesmo Concelho; ignora que chegasssem a celebrar-se; ainda que em Carta de 16. de Novembro de 1663, ao Concelho de Coimbra (5) pareça referir-se a estas, o que ahi se affirma das ultimas Cortes, em que os Povos offerecêrao o dobro das Sizas, por dous annos, para a satisfacção do Dote da mesma Senhora Rainha, reservando as Decimas para recurso das despesas da guerra.

IN-

(1) Liv. de Provis. Ant. f. 112. (Cartor. da Camer. de Coimbra.)  
 (2) Liv. V. das Propr. f. 649, e Liv. II. das Chap. f. 126. v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (3) Liv. VI. das Propr. f. 157. e Liv. II. das Chap. f. 158 v. (Cartor. da Camer. do Porto.) (4) Liv. VI. das Propr. f. 163. e Liv. II. das Chap. f. 160. v. (Cartor. da Camer. do Port.) (5) Liv. das Nomeaç. dos Off. f. 3. (Cartor. da Camer. de Coimbr.)

## INDEX ALFABETICO

DAS CORTES:

*Notando-se as duvidas.com \**

<b>A</b> Lincirim	Ann. 1544	Pag. 102.
-----	*Ann. 1578	122.
-----	Ann. 1580	106.
Arronches	Ann. 1475	92.
Atrouguia	Er. 1413	66.
Braga	Er. 1425	68.
-----	*Er. 1438	120.
Coimbra	Er. 1249	57.
-----	Er. 1373	63.
-----	Er. . . . ?	65.
-----	Er. 1423	67.
-----	Er. 1425	68.
-----	Er. 1428	69.
-----	Er. 1432 e 33	72.
-----	*Er. 1434	119.
-----	Er. 1436	73.
-----	Er. 1438	74.
-----	Er. 1472	90.
Elvas	Er. 1399	64.
-----	*Ann. 1399	119.
Estremoz	Er. 1454	77.
Evora	Er. 1363	61.
-----	Er. 1429	70.
-----	Er. 1446	75.
-----	Ann. 1435	81.
-----	Ann. 1436	ibi.
-----	Ann. 1442	83.
-----	Ann. 1460	87.
-----	Ann. 1472	90.
-----	*Ann. 1474	121.

Evo-



<b>Evora</b>	Ann.	1475	pag.	91.
=====	Ann.	1481		93.
=====	Ann.	1490		95.
=====	Ann.	1535		99.
<b>Guarda</b>	Er.	....?		59.
=====	Ann.	1465		88.
<b>Guimarães</b>	*Er.	1134		118.
=====	Er.	1346		60.
=====	Er.	1439		74.
<b>Lamego</b>	Er.	1181?		57.
<b>Leiria</b>	Er.	1292		58.
=====	Er.	1410		66.
=====	*Er.	1439		120.
=====	Ann.	1433		80.
=====	Ann.	1438		81.
<b>Lisboa</b>	Er.	1323		59.
=====	Er.	1327		ibi.
=====	Er.	1361		60.
=====	Er.	1390		64.
=====	Er.	1409		65.
=====	Er.	1427		69.
=====	Er.	1429		72.
=====	Er.	1442		74.
=====	Er.	1448		76.
=====	Er.	1450		ibi.
=====	Er.	1451		77.
=====	Er.	1452		ibi.
=====	Er.	1455		78.
=====	Ann.	1427		ibi.
=====	*Ann.	....?		121.
=====	Ann.	1439		82.
=====	Ann.	1446		84.
=====	Ann.	1451		85.
=====	Ann.	1455		ibi.
=====	Ann.	1455	<i>segundas</i>	86.
=====	Ann.	1456		ibi.
=====	Ann.	1459		87.

Lis-

# DE LITTERATURA PORTUGUEZA. 227

Lisboa	Ann. 1471	pag. 69
	Ann. 1476	92.
	Ann. 1478	93.
	Ann. 1498	96.
	Ann. 1499	98.
	Ann. 1502	ibi.
	*Ann. 1548	122.
	Ann. 1562 e 63	103.
	Ann. 1579	105.
	*Ann. 1580	123.
	Ann. 1583	108.
	Ann. 1616	109.
	Ann. 1641	ibi.
	Ann. 1642	111.
	Ann. 1645 e 46	112.
	Ann. 1653 e 54	113.
	*Ann. 1661	124.
	Ann. 1668	114.
	Ann. 1674	116.
	Ann. 1677	ibi.
	Ann. 1679 e 80	ibi.
	Ann. 1697 e 98	117.
Monte mór o Novo	*Er. 1440	120.
	Ann. 1477	92.
	Ann. 1495	96.
Porto	Er. 1410	66.
	Er. 1425	67.
	Er. 1436	73.
Santarem	Er. 1311	59.
	Er. 1369	61.
	Er. 1372	63.
	Er. 1378	ibi.
	*Er. 1413	118.
	*Er. 1430	119.
	*Er. 1434	ibi.
	*Er. 1438	120.
	*Er. 1441	ibi.

San-

Santarem - - - - -	Er. 1444 - - -	pag. 74.
=====	Er. 1456 - - -	78.
=====	Ann. 1430 - - -	79.
=====	Ann. 1433 e 34 - - -	80.
=====	Ann. 1451 - - -	84.
=====	*Ann. 1460 - - -	121.
=====	Ann. 1468 - - -	89.
=====	*Ann. 1477 - - -	122.
=====	Ann. 1483 - - -	94.
Thomar - - - - -	Ann. 1581 - - -	107.
=====	*Ann. 1649 - - -	124.
Torres Novas - - - - -	Ann. 1438 - - -	82.
=====	Ann. 1525 - - -	99.
Torres Vedras - - - - -	Ann. 1441 - - -	83.
Vianna d'apar d'Alvito - - - - -	Ann. 1481 - - -	93.
Vizeu - - - - -	Er. 1429 - - -	71.
=====	*Er. 1430 - - -	119.
=====	*Er. 1457 - - -	120.
Lugar incerto - - - - -	*Ann. 1633 - - -	123.

## ADVERTENCIA.

**N** As notas do Índice, que se segue da Ordenação do Senhor D. Affonso V. noto com a letra A. o Exemplar do Real Archivo, que contém os Livros 2. 3. e 4.: com a letra T. outro Livro 2., que ahi se acha solitario: com a letra P. o exemplar da Camera do Porto, que contém os Livros 1. 2. 4. e 5.: com a letra M. o exemplar do Convento da Merciana, que contém o Livro 1. e 3.: e com a letra S. o exemplar da Camera de Santarem, que contém os Livros 1. 2. 4. e 5., todos existentes no Real Archivo.

---

# INDEX DAS ORDENAÇÕES

D O  
SENHOR D. AFFONSO V.

---

## L I V R O I.

*Segundo a ordem do Codigo do Porto.*

- Titulo I. **D**O Regedor e Governador da casa da justiça na Corte Delrey.  
 II. Do Chancellor moor.  
 III. Dos Veedores da fazenda.  
 IV. Dos Dezenbargadores do Paaço.  
 V. Do Corregedor da Corte.  
 VI. Do Juiz dos feitos Delrey.  
 VII. Dos Ouvidores.  
 VIII. Do Ouvidor das terras da Rainha.  
 IX. Do Procurador dos feitos Delrey.  
 X. Do Escripua da Chancellaria.  
 XI. Do Meirinho que anda na Corte em loguo do Meirinho moor.  
 XII. Do Meirinho das cadeas.  
 XIII. Dos procuradores, e dos que nom podem fazer procuradores.  
 XIV. Do Escripua dos feitos Delrey.  
 XV. Do Escripua das malfectorias.  
 XVI. Dos Escripuaes dante os Dezenbargadores do Paaço e dos agravos e do Corregedor da Corte e dos outros Dezenbargadores da Rollaçom.  
 XVII. Do Porteiro da Chancellaria.  
 XVIII. Do Porteiro da Rollaçom.  
 XIX. do Porteiro dante o Corregedor da Corte.  
 XX.

Titulo XX. Do Pregoeiro da Corte.

XXI. Do Porteiro dante os Ouvidores da casa Delrey e do Porteiro dante o Ouvidor da Raynha.

XXII. Do que pertence aos Carcereiros da Cadea do Corregedor da Corte Delrey e aos da cadea dos Ouvidores.

XXIII. Dos Corregedores das comarcas e coufas que a seus officios pertencem.

XXIV. Em que modo ham de enquerer sobre o Corregedor da comarca quando acabar o tempo de seu officio.

XXV. Da maneira que ham de ter os juizes que Elrey manda a algúas villas por seu serviço e do poder que ham dellevar.

XXVI. Dos juizes hordenairos e coufas que a seu officio pertencem

XXVII. Dos Vereadores das Cidades e villas e coufas que a seu officio pertencem.

XXVIII. Dos Almotacees e coufas que a seu officio pertencem.

XXIX. Do Procurador do Concelho e coufas que a seu officio pertencem.

XXX. Do Alquaide pequeno das Cidades e villas e coufas que a seu officio pertencem.

XXXI. Das armas e como se ham de filhar.

XXXII. Dos Carcereiros da Corte e do que a seus officios pertence.

XXXIII. Das carceragens da Corte e como se ham de levar.

XXXIV. Das carceragens das Cidades e villas e como se há de arrecadar.

XXXV. Dos Taballiaes e Scripuaes do que ham de levar de seu sollairo.

XXXVI. Do que ham de levar os Taballiaes e Scripuaes das Cartas ou sentenças e alvaraes que fezerem.

- Titulo XXXVII. Do que ham de levar os Taballiaaês do Paaço das escripturas que fezerem.
- XXXVIII. Do que ham de levar os Taballiaaês e Scripuaês das vistas dos feptos.
- XXXIX. Do que ham dellevar das buscas dos feptos e das escripturas.
- XL. Do que ham de levar pollos carros dos feptos.
- XLI. Do que ham de levar os Enqueredores.
- XLII. Do que ham de levar os Taballiaaês e Scripuaaês e Enqueredores por seu trabalho quando forem fora do lugar fazer algũa scriptura.
- XLIII. Do que ham de levar os Porteiros e Pregoeiros das penhoras e rremataçoões e citaçoões.
- XLIV. Do contador das custas e como as ham de contar.
- XLV. De como se ha de contar o follairo aos procuradores.
- XLVI. Do que ha de levar o contador das custas pollas contar.
- XLVII. Do que pertence ao officio dos Taballiaaês e arr.<sup>os</sup> que ham dellevar com as cartas dos officios.
- XLVIII. Da declaração feita antre os Taballiaaês do Paaço e os Taballiaaês das audiencias sobre as scripturas que a cada hum delles pertence de fazer.
- XLIX. Das rroupas que ham de trazer os Taballiaaês pera serem da jurdição Delrey.
- L. Das citaçoões procuraçoões e pregooês e inquiriçoões de que a Elrey pertente aver directo.
- LI. Do regimento da guerra. (1)

LII.

(1) Faltta este Titulo, e os seguintes até ao fim do I. Liv, nos Códigos de S. e M.

Titulo LII. Do Conde stabrre e do que perteence a  
sfeu officio.

LIII. Do marichal e cousas que a sfeu officio  
perteencem.

LIV. Do Almirante, e do que a sfeu officio per-  
teence.

LV. Do Alferex moor Delrrey.

LVI. Do Moordomo moor Delrrey.

LVII. Do Camareiro moor.

LVIII. Dos Consselheiros Delrrey e quaaes de-  
vem sseer.

LIX. Do Meirinho moor.

LX. Do Capitam moor do mar.

LXI. Do Apofentador moor.

LXII. Dos Alquaides moores dos Castellos.

LXIII. Dos Cavalleiros como e per quem devem  
sseer fectos e desfectos.

LXIV. Dos rretos e em que casos devem sseer  
outorgados.

LXV. Dos que devem sseer adays e como e  
per quem devem sseer escolheitos

LXVI. Dos Almocadeens como ham de jurar  
quando forem fectos.

LXVII. Do Monteiro moor, e cousas que a seu  
officio perteencem.

LXVIII. Do Anadel moor e cousas que a sfeu  
officio perteencem.

(1)—— Das duvidas que Vaasquo Fernandez e  
Joham de Basto moverom a ElRey dom  
Joham sfbre a apuragom dos beesteiros  
e galliotes.

—— Dos beesteiros do conto dantrrre tejo e  
Odiana.

—— Dos

---

(1) Esta Rubrica e as 6. seguintes se contam no Codig. do Porto  
como Titulos separados, quando o seu contexto mostra serem parte  
do Tit. 68. pela generalidade da sua Rubrica.



- Dos beesteiros da ~~estre~~madura.
- Dos beesteiros dantre Doiro e Minho.
- Dos Beesteiros do conto da comarca de Trallos montes.
- Do Beesteiros do conto da comarca da Beira.
- Dos que pertence a apuração dos Gualliotes.

**Titulo LXIX.** Dos Coudees e rregimento que a sseos officios pertence.

- (1) Cap. I. Das conthias per que ham de sseer lançados cavallos e armas em todos os noillos Regnos.
- Cap. II. Das pessoas que ham de sseer aconthiadas.
- Cap. III. Como ham de sseer strremados os avaliadores que ham davalliar os beens aaquelles que ouverem de sseer aconthiados.
- Cap. IV. Das cousas que ham de sseer avalliasdas aos que ham de teer cavallos e armas.
- Cap. V. Da maneira que ham de teer no avaliar dos beens.
- Cap. VI. Do espaço que ham de dar aos aconthiados pera teerem cavallos e armas.
- Cap. VII. Dos cavallos e armas que ham de rrebeber aos aconthiados e quaes nom.
- Cap. VIII. Da maneira que ham de teer com alguus aconthiados que vaaom viver fora da Comarca honde moram e com alguus outros que gaançam Cartas ou Alvaraacs de pousados como nom devem.
- Cap. IX. De como os aconthiados ham de teer pensados sseos cavallos.

Cap.

---

(1) Esta Rubrica e as 19. seguintes se contém no Index, e mesmo no Corpo das Ordenações doCodigo do Porto como Titulos separados, quando aliás se vê do seu contexto formarem todos parte do Tit. 69.

- Cap. X. Das rrazooês porque os aconthiados devem sseer scusados de suas conthias em cavallos.
- Cap. XI. Das liberdades que ham daver os que forem aconthiados em cavallos.
- Cap. XII. Da maneira que ham de teer com os vassallos poufados.
- Cap. XIII. Da maneira que ham de teer quando fezerem sseos allardos.
- Cap. XIV. Da maneira que os aconthiados em cavallos e armas ham de parecer nos allardos e da maneira que o Coudel hade fazer os allardos.
- Cap. XV. Da maneira em que ham de sseer fectos os cadernos de que attras he fecta mençom.
- Cap. XVI. Das pennas que ham daver aquelles que forem revees a nom vynrem aos allardos ou nom tenerem o que lhes for mandado nem parecerem nos allardos ssegundo he contheudo em nossa hordenaçom.
- Cap. XVII. Das pennas que ham daver os Coudees e Scripuaaês sse levarem peitas ou sserviços por aazo de sseos officios.
- Cap. XVIII. Dos que ham Alvaraas despaço por algum tenpo e despois pedem outrro e callam o que ja ouverom.
- Cap. XIX. Da maneira que ham de teer com alguuns que forem beesteiros do conto e quiferem teer cavallos rrazos.
- Cap. XX. Dos dinheyros que ham delleyar os Scripuaaês das coudellarias.
- Titulo LXX. Do rregimento que ham de teer o Chanceller e Meirinho e Porteiro das Correiçãoes das Comarcas.

## LIVRO II.

*Conforme a Ordem das Rubricas que se acham no corpo doCodigo do Porto, e que variã do Indice do mesmo Exemplar.*

- Titulo I. **D** Os artigos firmados em corte de rroma antre ElRey dom Doniz e os prellados.
- II. Estes som os xi. artigos de Corte apartados que som antre Elrrey e os prellados.
- III. Carta dos artigos que som antre Elrrey dom Doniz e a Igreja.
- IV. Dos artigos que foram feitos em Elvas antre Elrrey Dom Pedro e a clerezia.
- V. Dos artigos acordados antre Elrrey Dom Joham e a clerezia que foram feitos em Evora.
- VI. Dos artigos antre Elrrey Dom Joham, e a clerezia feitos em flantarem a xxx. dias do mez dagosto anno do nascimento de nosso sſenhor Jhesu Christo de mil e cccc. e xxvij. annos.
- (1) VII. Carta Delrrey Dom Doniz sobre os Capitulos &c.
- VIII. Dos que ſe coutam aa Igreja em que casos gouvirom da immundade della e em quaaes nom.
- IX. Quando a ley contradiz aa degretal qual dellas ſe deve guardar.
- X. Que os clerigos ajam ſervidores.
- XI. Que façam penhora nos beens dos Clerigos condapnados pellos juizes Delrrey.
- XII. Das leteras que veem da Corte de rroma ou

(1) *Carta DelRey Dom Doniz. S. Falta P.  
Carta DelRey Dom Doniz ſobre os Capitulos &c. T.*

- ou do Grram Meestre que nom ssejam publicadas ssem carta Delrrey.
- XIII. Que os Clerigos e Ordeens e moesteiros e fidalgos e cavaleiros nom possam aver nem gaançar beens no reguengo Delrrey.
- XIV. Que os Clerigos e Ordees nom comprem beens de rraiz ssem mandado Delrrey.
- XV. Que as Igrejas e moesteiros nom hajam herdamientos por morte dos sseus professos.
- XVI. Dos leigos que tomam posse dos beneficios quando se vagam.
- XVII. Dos Fidalgos que apropiam a sly os moesteiros e Igrejas dizendo que ham em ellas pouzadas e comedorias.
- XVIII. Que os Escripuaaes dos vigairos guardem a taixa das escripturas que he dada aos Escripuaaes da Corte.
- XIX. Que os Fidalgos e sseus Moordomos nom pouzem nas Igrejas e moesteiros dizendo que ham em ellas pouzadas e comedorias.
- XX. Que os Fidalgos nom ponham em sua terra defezas per que façam hermar as herdades das Igrejas e moesteiros.
- XXI. Que os Clerigos e Frades nom paguem portagem sse nom como pagam os outros Christaõs.
- XXII. (2) Das barregaans dos Clerigos e Frades.
- XXIII. Dos privilegios dados aos caseiros das Igrejas e Moesteiros em que forma ham de sseer dados.
- XXIV. Dos direitos Reaaes que a Elrrey pertencem em sseus Regnos per derecho commum.
- XXV. Que nom sseja creuda portaria nenhũa
- Tom. II. S Del-

Delrrey salvo per sua Carta sseellada de seu sseello.

XXVI. Que se nom faça obrra per Carta ou Alvaraa de alguum Defenbargador se nom for sseellada com o sseello Delrrey.

XXVII. Dos Regueengos e herdamentos Delrrey que os Fidalgos nem outras pessoas nom pousem em elles.

XXVIII. De como Elrrey deue herdar os mouros forros moradores em sseos Regnos e senhorio.

XXIX. Das jugadas como ham de seer recadadas nas terras jugadeiras.

XXX. Em que modo e em que tempo se faz alguum vizinho porque seja escusado de pagar portagem a Elrrey.

XXXI. Que nom leve Elrrey ou quem delle tera ou alquaidaria tener a terça parte das cousas que se venderem pera comer.

XXXII. Que os Almuxrifes Delrrey nom levem algũa cousa do navio que se perder ainda que seja estrangeiro.

XXXIII. Que nom tenha nenhuum porteiro se nom quem ouver authoridade Delrrey pera ello.

XXXIV. Do que ham de pagar os Taballiaaés geraaes do Regno a Elrrey.

XXXV. Que os beesteiros paguem jugada em todo lugar honde nom forem escusados pello foral.

XXXVI. Da declaraçom festa acerca da saca do pam e guaados que se levam pera fora do Regno.

XXXVII. (1) Das Cartas Delrrey que som achadas contra drecto em que caso se devem guardar.

XXXVIII.

---

(1) De como ElRey pode e deve espagar as dividas aos seus naturaes. T.

**Titulo XXXVIII.** Das Cartas enpetrradas Delrrey per falsa enfformaçom ou callada a verdade ou dadas sem conhicimento.

XXXIX. Que a Raynha e os Ifantes nom dem cartas de privilegios a nenhũas pessoas.

XL. De como as Raynhas e os Ifantes ham du-sar das jurdiçooes das villas e terras que lhes forem dadas per Elrrey.

XLI. Que os Almuxrifes e recebedores que fo-rom Delrrey dom A.º e dom P.º e Dom Fernando sejam quites de todo aquello que por elles recebeerom.

XLII. Dos Thesoureiros e Almuxrifes e outros officiaes Delrrey que lhe furtom ou engano-samente mal baratom o que por elle recebem.

XLIII. Que os Thesoureiros Almuxrifes e Re-cebedores Delrrey nom dem dinheiros a on-zena nem os enprestem sem seu mandado.

XLIV. Que os Escripuaaes dos Thesoureiros e Al-muxarifados façam efformentos publicos dos arrendamentos e vendas pellos Thesoureiros e Almoxarifes fectas.

XLV. Que o privilegio da exempçom dado ao mo-rador da terra nom faça perjuizo ao Senhor della.

XLVI. Que as herdades novamente gaançadas por ElRey nom sejam encorporadas com os Re-gueengos nem gouvam de seu privilegio.

XLVII. De como ElRey hade haver as luituosas dos vassallos por suas mortes.

XLVIII. De como pertence a ElRey somente a-pousentar algum por aver idade de lxx. annos.

XLIX. De como os Almuxrifes e Arrendadores d'ElRey devem ao tenpo dos arrendamentos fazer apregoar se effes que querem comprar ou arrendar teem Credores a que primeiro sejom obrigados.

- Titulo L. Que os Dizimeiros e Almozarifes das Alfandegas d'ElRey do tenpo que dizimarem nom consentam star hy outrem se nom os senhores das mercadorias nem comprem mercadoria algũa nas Alfandegas.
- LI. Dos Thesoueiros Almozarifes e Recebedores d'ElRey e dos Infantes que levom peita por pagarem as conthias moradias ou merces que para elles he desembargado.
- LII. De como ham de vender os beês por divida d'ElRey e quanto tenpo ham de andar em pregom.
- LIII. Da Ordenança que devem ter os sacadores d'ElRey e quaesquer outros que per sua graça podem arrematar por suas dividas como pelas d'ElRey.
- LIV. Dos bées que perteencem a ElRei por caso de heresia ou traíçom.
- LV. Dos Relegueiros que regatom o vinho no relego ou querem vender depois que sahe relego.
- LVI. Dos que tem herdades no Reguengo e moram fora d'elle que nom gouaão do privilegio do Reguengueiro.
- LVII. Dos mercadores que trazem mercadorias de fora parte ou as levam para fora do regno, que nom paguem dellas mais que hũa dizima.
- LVIII. Dos residuos como se ham de requerer e em que tenpo.
- LIX. Dos Artigos que foram rrequeridos por parte dos Fidalgos a ElRei D. Johã na Cidade de Coimbra.
- LX. (1) Dos Artigos que os Fidalgos rrequerom a ElRei D. Johã na cidade d'Evara.
- Ti-

---

(1) Falta esta Rubrica no Codigo do A.

Titulo LXI. Das malfectorias que os Fidalgos e pessoas poderosas fazem pelas terras hu andam.

LXII. Que os Fidalgos e Cavalleiros nom filhem na Corte galinhas nem outras aves contra vontade de seus donos.

LXIII. Que os Cavalleiros e Fidalgos e outras pessoas poderosas nom filhem bestas de sella nem de albarda sem grado de seus donos.

LXIV. De como devem usar das jurdições os Fidalgos ou aquelles a qué pelos Reys som outorgadas terras.

LXV. Que os serviçaes e Mordomos dós Fidalgos e vassallos sejam escusados dos encarregos dos Concelhos.

LXVI. Da inquiriçom que ElRey D. Donis mandou tirar por razom das honrras e coutos que os Fidalgos faziam como nom deviam.

LXVII. Que o Judeo nom tenha mancebo Christam per soldada nem a bem fazer.

LXVIII. Que os Judeos nom entrem em casas dos Christaões nem as Christaões em casa dos Judeos.

LXIX. Que os Judeos nom arrendem Igrejas nem Moesteiros nem as rendas delles.

LXX. Que os Judeos nom sejam escusados de pagar portagem nem havidos por vizinhos de algũa villa ainda que hi morem longamente.

LXXI. Que os Judeos nom gouvam dô privilegio e beneficio da ley da avoenga.

LXXII. Que os Arrabijs das comũas guardem em seus julgados seus direitos e costumes.

LXXIII. De como os Judeos que se tornam Christaões ham de dar quitaçom as molheres que ficam Judias passado hum anno.

LXXIV. De como ham de ser sectos os contrautos entre o Christam e o Judeo.

Ti-



Titulo LXXV. De como as comúnas dos Judeos ham de pagar o serviço Real.

LXXVI. De como os Judeos nom ham de levar armas quando forem a receber ElRey ou fazer outros jogos.

LXXVII. De como os Judeos ham de viver em Judarias apartadamente.

LXXVIII. Que os Judeos nom sejam presos por dizerem contra elles que se tornaraõ Christaõs em Castella salvo sendo delles querellado.

LXXIX. Da forma com que ha de ser festa a doaçom que ElRey faz dos beés de alguũ Judeo por conprar ouro ou prata ou moedas.

LXXX. De como o Judeo converſo a fé de Jeſu Chriſto deve herdar a ſeu padre e a ſua madre.

LXXXI. Das penas que averam os Judeos ſe forem achados fora da judarias depois do ſino da Oraçom.

LXXXII. De como o Arraby moor dos Judeos e os outros Arrabis devem uſar de ſuas jurdiçooes.

LXXXIII. Que os judeos nom sejam presos por dizerem contra elles que fizeram moeda falſa ou compraram ouro ou prata ſalvo ſeendo delles primeiramente querellado.

LXXXIV. Do privilegio dado ao Judeo que ſe torna Chriſtam.

LXXXV. Que o Judeo poſſa demandar ſua vida ao Chriſtam paſſados xx. annos nom embargando a ley antes feita em contrario.

LXXXVI. Que os Judeos nom sejam Officiaes d'ElRey nem dos Infantes nem de quaesquer outros Senhores.

LXXXVII. Dos Judeos que tragam ſinaes vermelhos.

Ti-

Titulo LXXXVIII. Do Judeo que rompe a Igreja por mandado d'alguu Christam.

LXXXIX. Que nom valha testemunho de Christam contra Judeo sem testemunho de Judeo e o Juiz valha contra elle no que se parante elle passar.

XC. Do que doesta Christaas que foi Judeo que responda sobr'ello perante o Juiz secular.

XCI. Que o Judeo ao sabado nom receba direito.

XCII. Do Judeo que bebe na taverna.

XCIII. Se for contenda antre Christam e Judeo a quem pertence o conhicimento della.

XCIV. De como os Taballiaes dos Judeos ham de fazer suas Escripturas.

XCV. Que nom façam tornar nenhu Judeo Christam contra sua voontade.

XCVI. Do Judeo que se torna Christam e depois se torna Judeo.

XCVII. Que nenhu Judeo nom faça contracto onzeneiro com nenhu Christam nem com outro Judeo.

XCVIII. Se o Christam fazer obrigacom ao Judeo por dinheiro possa dizer passados dous annos que os nom recebeo.

XCIX. Que as pagas e entregas feitas pelos Christaas se possam fazer sem prezença do Juiz.

C. Da jurdigom que os Mouros antre si ham ally no civil como no crime.

CI. Se for contenda antre Christam e Mouro a quem pertencera o conhecimento dello.

CII. Que os Alcades dos Mouros guardem em seus julgados antre si os seus direitos usos e costumes.

CIII. Que os Mouros vivam em Mourarias apartados dos Christaons.

Tio.

- Titulo CIV. (1) Dos trajos que ham de trazer os Mouros.  
 CV. De como as portas das Mourarias ham de seer çarradas ao sino da Oraçom.  
 CVI. Que os Mouros nom entrem em casa de nenhũa molher Christaam nem Christaam em casa de nenhum Mouro.  
 CVII. Que os Mouros nom tenham por servidores Xpãaos nem arrendem as dizimas nem offertas das Igrejas.  
 CVIII. Que os Mouros nom sejam officiaaes d'ElRey nem de nenhũ dos Infantes nem doutros quaesquer senhores.  
 CIX. Que os Mouros nom gouvã dos privilegios per que os Christaãos como vizinhos dos lugares som isentos de pagar portagem e outras costumagees.  
 CX. Que os Mouros nom gouvam nem usem da ley da avoenga.  
 CXI. Do privilegio dado aos Mouros que se tornam Christaãos.  
 CXII. Que o Christam nom compre herdade do Mouro sem especial authoridade d'ElRey.  
 CXIII. Dos Mouros que som achados de noute fora das Mourarias.  
 CXIV. Dos que acham os Mouros cativos que fogem quanto hãde llevar de achadego.  
 CXV. Dos que aconcelham ajudam ou encobrem os Mouros captivos para fugirem.  
 CXVI. Do Mouro que rompe a Igreja por mandado de alguũ Christam.  
 CXVII. De como os Taballiaaes dos Mouros ham de fazer as Escripturas publicas.  
 CXVIII. Dos Mouros que nom levem armas quando forem receber ElRey ou fazer outros jogos.

Ti-

---

(1) Falta parte deste Tit. e todos os seguintes até ao fim do Livro no Codig. do A.

- Titulo CXIX. Que os Mouros forros nom sejam pela fugida captivos salvo se primeiramente for delles querellado.
- CXX. Que nom façom tornar Mouro Christam contra sua voontade.
- CXXI. Que nom mate algum ou fira o Mouro nem lhe roube o seu nem viole suas sepulturas nem lhes embargue suas festas.
- CXXII. Do Mouro que se torna Christam e depois se torna Mouro.
- CXXIII. Eu Extravagante I. (1) Do Alvara que he por parte dos rendeiros das rendas d'Elrrey.
- CXXIV. ou Extravagante II. (2) Da penna que merecem os que abrem as cartas mandadeiras d'ElRey ou da Raynha ou dos Infantes.

Evora 5 de Junho do  
ann. de 1540.

### L I V R O III.

*Segundo a ordem do Codigo do Archivo Real.*

- Titulo I. **D** As citaçoões como devem ser feitas.
- II. **D** Da citaçam que se faz ao Procurador do reo no começo da demanda.
- III. Dos que não podem ser citados na Corte ainda que sejam achados em ella.
- IV. Dos que podem trazer seus contendores aa Corte por razão de seus privilegios.
- V. Dos que podem ser citados e trazidos aa Corte ainda que não sejam achados em ella.
- VI. Dos que podem ser citados perante os sobre-Juizes da Casa do Civel. (3)

Tom. II.

T

Ti-

(1) Falta. S. (2) Falta S. T. (3) ou perante o Corregedor da Cor-  
te. M.

- Titulo VII. Que Concelho Corregedor ou Juiz naõ se-  
jau citados sem mandado (1) de ElRey.
- VIII. Dos que podem e devem ser citados pe-  
ssoalmente em juizo.
- IX. Dos que nam podem ser citados por causa  
de seus officios ou por alguũa cousa legi-  
tima.
- X. Em que forma se ham de fazer as Cartas ci-  
tatorias que passam pelo Corregedor da Cor-  
te, ou outros officiaes della.
- XI. Da forma em que se ham de fazer as Car-  
tas citatorias que passam pelos Juizes De-  
leguados.
- XII. Em que forma se ham de fazer as Cartas  
citatorias que passam pelos Juizes Ordina-  
rios.
- XIII. Do que he citado para responder em hum  
tenpo em desvairados Juizos.
- XIV. Dos que podem ser citados perante os Jui-  
zes Ordinarios ainda que naõ sejam acha-  
dos em seus Territorios.
- XV. Em que casos os Cleriguos devem ser cita-  
dos per a Corte e ly responder.
- XVI. Dos privilegiados a que per nossos privi-  
legios sam dados certos Juizes perante quem  
ajam de responder.
- XVII. Do autor que naõ pareceo ao termo pera  
que citou seu contentor.
- XVIII. Se o dia em que o termo he afinado a  
alguũ pera responder se sera contado no ter-  
mo que lhe foi afinado.
- XIX. Se o dia em que se acaba algum termo afi-  
nado se se concludira no dito termo.
- XX. Da hordem do Juizo que o Juiz deve ter e  
guardar em seu Officio.

Ti-

(1) *especial M.*

**Titulo XXI.** Se podera o fenhor do preito revogar o Procurador depois da lide contestada.

**XXII. Se podera o Procurador que naõ pode pro-  
curar substabellecer outro Procurador.**

**XXIII.** (1) Quando o Senhor do preito morre ante da lide contestada espira loguo o officio de Procurador.

#### XXIV. Em que caso o Autor deve formar seu Libello per escripto.

XXV. Do Réo que he obrigado a fatisdar em Juizo por naõ possuir bens de raiz.

XXVI. Do Reo que negou em juizo possuir a cou-  
za que lhe *demandá*. (2)

XXVII. Do Reo que foy citado e naõ pareceo  
em juizo como se dara contra elle revellia.

**XXVIII. Como procederá o Juiz no feito quando for recusado por suspeito.**

## XXIX. Das auçoées e reconvençoées.

XXX. Que não julgue o Juiz em seu feito nem dos officiaes que perante elle servirem.

**XXXI.** Como o Julgador deve julgar segundo  
achar alegado e provado por as partees.

XXXII. Do que demanda em juizo mais daquello que lhe he devido.

XXXIII. Do que demanda seu devedor ante do tempo que lhe he obriguado.

XXXIV. Do que demanda o que já em si tem.

XXXV. Do que negua o que ha rãzaõ de faber  
e depois lhe vem provado.

### XXXVI. Das Ferias. (3)

**XXXVII.** Se o Autor que no Libello faz men-  
ção de alguã Escriptura publica seja theu-  
do de a mostrar antes da lide contestada.

**XXXVIII.** Se o Julgador ou Vogado he enfer-

(1) Se. M. (2) he demandada, M. (3) E como se devem guardar. M.

mo o (1) embargado que não pode julgar ou vogar como se *provera* (2) sobre ello.

XXXIX. Do juramento da Calúnia.

XL. Do que he demandado per algũa coisa e nomea outro per Auther que o venha defender.

XLI. Em que casos averam lugar as Authorias.

XLII. (3) Do Author que se ausenta do Juizo ante da lide contestada ou depois.

XLIII. Dos que tem privilegios pera citarem seus Contendores a Corte que os não possam citar sem mandado especial d'ElRey.

XLIV. Que os Dezembargadores d'ElRey assy da Fazenda como da Justiça nom passem desembarguos alguns senão per cartas seladas.

XLV. Que o marido não possa meter bées de raiz a juizo (4) sem outorga de sua mólher.

XLVI. Como a mulher pode demandar a raiz que vendeo sem sua procuração.

XLVII. Do Author que he metido em posse dos bées de raiz a revelia do Reo, como não he theudo de os aproveitar.

XLVIII. Do Reo que se ausentou do juizo depois da lide contestada.

XLIX. Do que requer que lhe dem vogado novo depois que o feito he concluso.

L. Como foi outorguado aos Fidalgos que ajam suas *terras* (5) honrradas e coutadas com todas suas Jurisdições como as aviam antes xx annos da morte de ElRey D. Deniz. (6).

LI. Que o Cavalleiro ou Fidalguo não procure nem vogue por outrem em juizo.

Ti-

---

(1) ou M. (2) *procedera*. M. (3) Falta este Tit. no Codig. da M.  
(4) *nem vender*. M. (5) *herdade e honrras*. M. (6) Este Tit. se acha depois do seguinte no Codig. da M.

- Titulo LII. Que o citado per força nova responda (1) *sumariamente sem outra ordem de juizo.*
- LIII. Que (2) *o citado por força nova responda* sumariamente sem outra ordem de juizo.
- LIV. Das Excepções dilatorias.
- LV. Das Excepções peramtorias.
- LVI. Das Excepções Anormalas.
- LVII. Da contestação da lide.
- LVIII. Como se ham de fazer os Artiguos e quando sera o Depoente mandado responder a elles.
- LIX. Da contrariedade que o Reo faz contra a acçam principal.
- LX. Das dilações que se dam aas partees para fazerem suas provas.
- LXI. Das testemunhas que devem ser perguntadas e quaaes nam.
- LXII. Da pena que averam as partees que fallam com as testemunhas depois que sam emcoutadas.
- LXIII. Das contraditas e Reprovas.
- LXIV. Das provas que se devem fazer per Escripturas publicas.
- LXV. Da fee que se deve dar aos estormentos publicos e as outras escripturas.
- LXVI. Dos embarguos que se alleguam (3) *as Inquirições nom serem abertas e publicadas.*
- LXVII. Das Sentenças interlucatorias quando podem ser revogadas.
- LXVIII. Que os Juizes julguem por a verdade sabida sem embargo de erro de Proceso.
- Ti-

---

(1) logo a ella sem avendo outro prazo. M. (2) em feito de força nova procedam. M. Falta no Index do A. toda a Rubrica deste T. que he identica á antecedente no Corpo do mesmo Cod. (3) a embargar a definitiva. M.



- Titulo LXIX. Das sentenças definitivas.  
 LXX. Da condemnação das custas.  
 LXXI. Da hordem que se deve ter nas Appellações assy das sentenças interlucatorias como definitivas.  
 LXXII. Das Appellações das sentenças interlucatorias e quando podem appellar dellas.  
 LXXIII. Das Appellações das sentenças definitivas.  
 LXXIV. (1) Das Appellações que sam das terras dos Fidalguos.  
 LXXV. Quando os (2) *Juizes* da alçada acham que he agravado o appellado devêno desagravar ainda que não appelle.  
 LXXVI. (3) Se podera o Juiz de que he appellado inóvar algũa coisa pendendo appellaçam.  
 LXXVII. Quando o Juiz não recebe Appellação da sentença interlucatoria e manda dar efformento com o theor do feito que maneira se tera sobre ello.  
 LXXVIII. Quando a sentença per direito he nenhũa nom se requer ser della appellado ca em todo o tempo pode ser revogada.  
 LXXIX. Quando podera appellar do Executor da sentença e declaraçam feita em ella.  
 LXXX. Quando poderam appellar dos autos que se fazem fora do Juizo.  
 LXXXI. Dos que não devem ser recebidos a appellar.  
 LXXXII. Quando muitos são condenados em huia sentença e hum só appella della.  
 LXXXIII. Se pendendo a appellaçam morresse cada huia das partees ou perecesse a cousa demandada.

Ti-

(1) Acha-se depois do Tit. que adiante se conta por 79. no Codig. da M.  
 (2) sobre Juizes. M. (3) Falta esta Rubric no Codig. do A. e só se acha no da M.

Titulo LXXXIV. Que o Author e Reo possam alleguar e provar no Artigo da Appellaçam qual-quer rezam que nom ouvessem alleguado no Juizo principal.

LXXXV. Dos que podem appellar das sentenças dadas (1) *entre* as outras partees.

LXXXVI. Quando devem appellar da sentença comdicional.

LXXXVII. Como se fara execuçam nos bées do Fiador que prometeo em juizo pagar per o Reo todo o em que fosse condenado.

LXXXVIII. Do que prometeo apresentar em juizo algum demandado a tempo certo sob certa pena e quando sera executada a dita pena.

LXXXIX. Das execuçoões que se fazem jeralmente pelas sentenças.

XC. Que todallas Appellaçoões dos feitos civees venham a casa do Civel e as dos crimes a Corte.

XCI. (2) Se citarem a parte condenada ao tempo da execuçam que se faz por o Porteiro per poderio de seu officio sem outra carta de ElRey.

XCII. Da execuçam que se faz per o Porteiro (3) *e do que lhe tolhe o penhor.*

XCIII. Como primeiro se hade fazer execuçam nos bées movees que nos de raiz.

XCIV. Que naõ de ElRey Porteiros especiaes pera fazerem execuçam honde houver moordomos se nam a certas pessoas.

XCV. Da maneira que se ham de ter os Sacadores que ElRey dá per graça especial nas execuçoões.

Ti-

---

(1) contra. M. (2) Acha-se depois do Tit. seguinte no Codig. da M. (3) *per poderio de seu officio sem outra Carta de ElRey. M.*

Titulo: XCVI. Quando ElRey der cartas a alguus Prellados que ajam Porteiros ou Sacadores ponha se em ellas que os Mordomos nom perquam feu Direito.

XCVII. Do Credor que (1) *primeiro offerece a* Sentença e fizer execuçam que (2) *precede* outras todas ainda que sejam primeiras no tempo.

XCVIII. Que nam façam penhora ou execuçaõ nos cavallos e Armas dos vassallos e acon-tiados.

XCIX. Que naõ entrem os Porteiros em caza dos Condenados a fazer execuçaõ se acharem pinhores fora della.

C. De como se hade fazer execuçam nas casas dos Fidalgos. (3)

CI. Se alguus ganharem Porteiros ou Sacadores que paguem o dano que elles sem razam fezerem.

CII. Do devedor que alhea os beés movees depois que he condenado. (4)

CIII. Que nam façam execuçam por divida de ElRey depois que passarem xl. annos.

CIV. Que nam façam execuçam em mais béés do condenado que em quanto possa avondar a divida.

CV. Das rezoões que se alleguam a embargar arremataçam.

CVI. Das arremataçoões como se ham de fazer assy nos béés movees como nos de raiz.

CVII. De como se ham de arrematar as cousas que forem achadas do vento.

CVIII. Dos que pedem que lhes revejam os feitos e sentenças desembarguadas per os Juizes da supricaõ.

CIX. Dos Agravos das sentenças defenitivas que saem

---

(1) *primeiramente ouver.* M. (2) *preceda.* M. (3) *ou cavalleiros ou* Dons. M. (4) *por se nom fazer execuçam em elles.* M.

faem dante o Corregedor da Corte Ouvidor e sobre-Juizes como e quando ham de ser recebidas e atempadas.

**CX.** Como se devem executar as sentenças do Corregedor da Corte Ouvidores sobre-Juizes se dellas he supridado em forma devida.

**CXI.** dos espaços que ElRey da a algúus (1) devedores como devem dar fiança a pagarem as dividas.

**CXII.** Do que gança graça de ElRey per que não possa ser demandado a tempo certo como deve usar deessa graça contra sy.

**CXIII.** Dos Juizes Alvidros.

**CXIV.** Dos Alvidradores, que quer tanto dizer como valiadores ou estimadores.

**CXV.** Que não dem cartas direitas per enformações salvo per estormentos de Agravo ou Cartas testemunhavees com reposta dos Juizes ou Corregedores.

**CXVI.** Do que he demandado per alguia cousa ante do anno e dia onde respondera por ella.

**CXVII.** Que o poderoso por rezaõ de alguu officio não procure por nenhuu em publico nem escondido.

**CXVIII.** Do que transmuda a cousa ou direito que em ella tem em algum poderoso.

**CXIX.** Do juramento que se daa per o Julguador a prazimento das partees ou em ajuda de sua prova.

**CXX.** Do Orsam meor de xxv. annos que impetrou graça de ElRey per que fosse avido por mayor.

**CXXI.** Dos que dam lugar aos bécs.

**CXXII.** Das seguranças Reaes como e per quem devem ser dadas.

Titulo CXXIII. Das Cartas de segurança que se pedem per morte de homem, ou feridas abertas e langoentadas como e quando se daram.

CXXIV. Dos (1) privilegiados per (2) graça de ElRey nam sejam escuzados pera serem Tittores.

CXXV. Do que for Juiz em alguma Cidade ou villa que o nam seja dhy a tres annos.

CXXVI. Do meor de .xxv. annos contra quem foi dada emjustamente alguma sentença e pede restituçam contra ella.

CXXVII. Do que he demandado per a cousa per elle possuida e elle nega estar em posse della.

CXXVIII. Dos Juizes que recebem peita por julguar, e da parte que lhe daa ou promete.

## L I V R O IV.

### *Segundo a ordem do Codigo do Archivo Real.*

Titulo I. **D**A hordenaçom e declaraçom que ElRey Dom Joham fez sſobbre os foros e arrendamentos que forom feitos per moeda anti-gua.

II. Que nom aforem nem arrendem per ouro nem prrata ſſenom per moeda geeralmente corrente no Regno.

III. (3) Que nom possam vender conprrar escain-bar ouro ou prata ſſalvo no cainbo DelRey.

IV. Dos Mercadores estrangeiros como hamde conprrar e vender ſſuas mercadorias.

V. Dos fretamentos dos Navios.

VI. Dos contrautos firmados per juramento ou boa fee.

Ti-

(1) Que os M. (2) Carta. M. (3) Falta este Tit. no Codig. do P.

Titulo VII. Dos contrautos desforados.

VIII. Do Taballiom ou Escripuam que vendeo o officio que tinha DelRey ou o rrenunciou ao tempo que nom devia.

IX. Que nom penhore alguẽm seu devedor nem filhe posse de sua cousa sem authoridade de justica.

X. Que nom costringam alguẽm que case contra sua voontade.

XI. Que o marido nom possa vender beys de rraiz sem outorgamento de sua molher.

XII. De como a molher fica em posse e cabeça de casal despois da morte de seu marido.

XIII. Do homem casado que da ou vende alguũa cousa a sua barregaam.

XIV. Da Doaçom feita pelo marido a molher ou pella molher ao marido.

XV. Das Viuvras que em alheam e desbaratam seus beens como nom devem.

XVI. (1) Do homem casado que fia alguẽm sem outorguamento de sua molher.

XVII. Da Viuva que se casa ante de hum anno e dia.

XVIII. Do beneficio de Valleano outorguado aas molheres que fiam outrrem ou se obriguam por elle.

XIX. Das usuras que sam defesas e em que maneira se podem levar per. drecto Canonico.

XX. Do que he obrriguado a pagar maravidi de Castella quanto paguara per elle em Portugal.

XXI. Da Hordenaçom que ElRey fez acerca da bolça que se hade fazer pera despeza dos dinheiros e presos que se levam de hum lugar pera outro.

V ii.

Ti.

(1) Este Tit. acha-se depois do seguinte no Codig. de S.

- Titulo XXII. Das bestas vendidas em Evora que se nom  
possam emgeitar despois que a venda for aca-  
bada e a besta entregue ao comprador.
- XXIII. Como se pode rrenunciar o officio Del-  
Rey e em que forma se fara a Carta pera  
tal rrenunciagom.
- XXIV. Que as Cartas enviadas pellos Conce-  
lhos sejam assynadas na Camera do Con-  
celho e nom em outro lugar.
- XXV. Que todo homem possa viver com quem  
lhe aprrouver.
- XXVI. Do que viver com ssenhor a bem fazer  
e se parte delle contra sua voontade.
- XXVII. Que nom possam demandar soldada se  
nom taa trez annos.
- XXVIII. Dos mancebos sserviçaaes que vivem a  
bem fazer e despois demandam sstatisfagom  
do sserviço que fezerom.
- XXIX. Dos mancebos sserviçaaes como devem  
sseer costtrangidos e pagos.
- XXX. (1) Dos que poem filhos a mester por nom  
viverem per soldada.
- XXXI. Do que lançou a jornal o mancebo que  
lhe foi dado per soldada.
- XXXII. Do ssenhor que lançou o mancebo da  
soldada fora de casa e do mancebo que fo-  
ge della.
- XXXIII. Do amo que demanda ao mancebo que  
lhe pede a soldada o dapno que lhe fez vi-  
vendo com elle.
- XXXIV. Dos que andam vadios e nom querem fi-  
lhar mester.
- XXXV. Das conprras e vendas como se deve fa-  
zer por certo preço.

Ti-

---

(1) Falta esta Rubrica no Codigo do P. ainda que indicada no seu Index.

Titulo XXXVI. Das conprras e vendas feitas por sygnal dado ao conprrador simplesmente ou em parte de pagueo.

XXXVII. Que nom possam vender herdamento sse nom a Irmaom ou parente mais cheguado.

XXXVIII. (1) Da Ley da Avoengua.

XXXIX. Dos que apenham sseus beens com condiçom que nom pagando a certo dia fique o penhor arrematado pella divida ao Credor.

XL. Do que vendeo algũa rraiz slob condiçom que tornando taa dia certo o preço que per ella rrecebeo sseja a venda desfeita.

XLI. Do Curador Titor ou Testamenteiro que conprrou beens do meor ou finado cujo Testamenteiro ou Titor he.

XLII. Do que vende coufa algũa duas vezes a pessoas desvairadas.

XLIII. Do que vendeo a coufa de rraiz ao tenpo que a ja tinha arrendada ou alluguada a outrrem per tenpo certo.

XLIV. Dos moradores em Castella que teem beês em Portugal que os vendam a tenpo certo ou venham ca morar.

XLV. Do que quer desfazer algũa venda por sseer enganado allem da ametade do justo preço.

XLVI. Da coufa vendida que sse perdeo por algum caso ante que fosse entregue ao conprador.

XLVII. Do Fidalgo ou Clerigo que conprra pera rreguatar.

XLVIII. Dos Clerigos que conprram beens de rraiz per licença DelRey.

XLIX. Que quando a coufa obriguada he vendida ou em alheada passa sempre com sseu encarrego.

Ti-

---

(1) Falta este Tit. no Codig. do A. e se acha no do P. e S.



- Titulo L. (1) Dos que conpram as facas que vem de Inglaterra per as levarem fora do Regno.
- LI. Do Judeo que conprrou algum mouro sseruo que despois se tornou Xpãaom.
- LII. Do que conpira algũa cousa obrigada a outrem e confina o preço della em juizo por nom ficar obriguada aos crredores.
- LIII. Do Vassallo DelRey que obrigua cavallo e armas ou Maravidiz que ha do dicto sseñhor.
- LIV. Da fiadoria de muitos.
- LV. Do que confessa aver rrecebida algũa cousa despois diz que a nom rrecebeo.
- LVI. Que o Carniceiro Padeira Taverneira ssejam crreudós per sseu juramento no que lhe deverem de seus mesteres.
- LVII. Do que prrometeo fazer estormento de contrauto e despois se arrependeo e o nom quer fazer.
- LVIII. Do prreso que faz obrriguaçom ou algum outro contrauto na prrizom.
- LIX. Das autorías como e quando devem sser nomeadas e chamados os autores a juizo.
- LX. Do conprrador que rrecusa pagar o preço da coufa conprrada perque foi enformado que nom era do vendedor.
- LXI. Que os Corregedores das Comarquas e Juizes Hordinairos nom possam conprrar beens de rraiz nos luguares honde forem oficiaaes.
- LXII. Das pennas convencionaaes e judiciciaaes.
- LXIII. Das coufas que ssom defesas pera levar a terra de Mouros.
- LXIV. Que os Concelhos das Cidades e villas nom ponham prestimo a alguem ssem authoridade DelRey.

Ti-

(1) Falta este Tit. no Codig. do P. ainda que indicado no seu Index depois do Tit. que adiante se conta por 9).

Tirulo LXV. Dos que forçozamente filham a posse da coufa que outrrem pessue.

LXVI. Da mudança que se fez da era de Cezar a do nascimento de nosso senhoar Jhu Xpõ.

LXVII. Dos que podem seer presos per dividas civeis ou criminaaes.

LXVIII. Das Doaçooes que hamde seer insinuadas e confirmadas per ElRey.

LXIX. Do que enjeita a moeda DelRey.

LXX. Das Doaçooes que se podem rrevogar por causa de ingratitude.

LXXI. Das vendas e emalheamentos que se fazem das cousas letigiosas.

LXXII. Das compensaçoões como e quando se podem fazer de huia divida a outra.

LXXIII. Dos allugueres das casas e da maneira que se deve teer acerca delles.

LXXIV. Em que caso podera o senhor da caza lançar o alugador fora della durante o tempo do alluguer.

LXXV. Dos alluguadores das casas que as nom querem leixar a seus donos acabado o tempo do alluguer.

LXXVI. Do que deu herdade a parceiro de meas ou terço ou quarto.

LXXVII. Do que filhou algum foro pera sy a certas pessoas e nom nomeou algum nelle ante da sua morte.

LXXVIII. Do foreiro que nomeou algum ao foro e depois rrevogou a nomeaçom e fez outra.

LXXIX. Do foreiro que vendeo o foro per authoridade do senhorio ou sem seu outorgamento.

LXXX. Do foreiro que nom pagou o foro per trez annos e depois quer pagar a mora offerecendo o foro devido.

Ti-

- Titulo LXXXI. Das sseesmarias.
- LXXXII. Dos Tetores e Curadores em quantas maneiras podem sseer dados.
- LXXXIII. Do Tetor ou curador testamenteiro que he dado ao meor em algum testamento.
- LXXXIV. Do Tetor ou Curador lidimo que he dado ao meor per directo.
- LXXXV. (1) Do Tetor ou Curador dativo .s. que he dado ao meor por justiça.
- LXXXVI. Do Corador dado ao que he desafizado ou prodigo.
- LXXXVII. Como o Tetor ou Curador devem fazer inventairo dos beens do meor e bem assy do furioso ou prodigo.
- LXXXVIII. Das escusações dos Tetores e Curadores.
- LXXXIX. Que os dinheiros dos orfaaons nom ssejam lançados a honzena.
- XC. Como hade sseer alvidrrado o trralho que o escriptuam e contador dos Orfaaons filharem em tomarem suas contas.
- XCI. Como sse ham de guardar e desbaratar os beens dos Orfaaons assy movees como de rraiz.
- XCII. Em que caso a madrrre que nom he tetor do filho rrepartira as despezas que acerca dello fez.
- XCIII. Quando entrregarom os Tetores e Coradores os beens aos Orfaaons pera os elles rregerem e aministrarem.
- XCIV. Do Curador que he dado aos beens do ausente e a herança do finado a que nom he achado herdeiro.
- XCV. Quando morre algum homem abentestado ssem

---

(1) Falta esta Rubrica no Codig. do P. ainda que indicada no seu Index.

sem parente sua mulher herdara seus bens e assim o marido a mulher. (1)

XCVI. Como a execução dos testamentos nas cousas piedosas a saber do residuo que pertence a ElRey.

XCVII. Quando o Padree no testamento nom faz menção do filho e despoem ssoamente a terça de seus bens.

XCVIII. De como herda o filho do peam a herança de seu Padree.

XCIX. Da filha que se casa sem authoridade de seu Padree ante que aja xxv. annos.

C. Em que caso podera o filho ou filha desherdar o Padree ou Madree.

CI. Em que caso podera o Irmaom querellar do testamento de seu Irmaom.

CII. Como o Padree e Madree herdam ao filho e nom ao Irmaom.

CIII. Do Testamento que nom tem mais que cinco testemunhas.

CIV. Que nom aja lugar o residuo em quantodurar o tempo que o testador assignou ao testamenteiro pera distribuir seus bens.

CV. Se trrazera o filho a collação o que guai-nhou em vida do padree.

CVI. Da Doação que o Avoo faz ao Neto como deve seer trrazida a collação.

CVII. Como se ham de fazer as partições entre os Irmaons.

CVIII. Das prescrições entre os Irmãos e quaesquer outras pessoas.

CIX. ou Extravag. I. (2) Da emnovação que ElRey Dom A.<sup>o</sup> o V. fez sobre a Ley feita

Tom. II.

X

ta

(1) Depois deste Tit. vem repetido no Codig. do A. o Tit. que acima se contou por 41. (2) Falta este Tit. ou Extravag. e as seguintes no Codigo de S.

ta por ElRey ſeu Padrre ſobre a pagua do ouro e prrata que he enpreſtada. *Lisboa 1. de Dezembro anno de 1451.*

CX. ou Extravag. II. (1) De como cada haum pode conprar e vender a prata por quanto preço lhe prouver ſſem embargo da Hordenaçom ante feita. *Lisboa 3. d'Agosto anno de 1448.*

CXI. ou Extravagant. III. Como ſſe hamde forrar os mouros captivos. *Evora 26. de Fevereiro anno de 1452.*

CXII. ou Extravag. IV. Como os Ortaaons ſſe ham de dar per ſoldada. *Evora 3. de Junho anno de 1452.*

## L I V R O V.

*Segundo a ordem do Codigo do Porto.*

- Titulo I. **D** Os Ereges.
- II. **D** Dos que fazem treigom (2) contrra El-Rey ou ſſeu Eſtado Real.
- III. Dos que (3) *differom* mal DelRey.
- IV. Da hordem que o Julgador deve teer no feito crime, e contra o preſo ou acufado.
- V. Dos que fazem moeda ſſalfa.
- VI. Da mulher forçada e como ſſe deve a provar a força.
- VII. Do que dorme com mulher caſada (4) *ou Freira* per ſſua voontade.
- VIII. Que nom traga nenhuum homem barre-gaam na Corte.

Ti-

(1) Ealta eſte Tit. ou Extravag. no Codig. do A. (2) *ou aleva* S. (3) *dizem* S. (4) Falta no Corpo das Ordenaç. e no Codig. de S.

Titulo IX. Do que dorme com moça virgem ou viuva per sua voontade.

X. Que nom possam demandar virgyndade depois que passarem trez annos.

XI. Do que casa ou dorme com parenta ou manceba daquelle com que vive.

XII. Da molher casada que lle fayo de casa de seu marido pera fazer adulterio.

XIII. Do que casa com molher virgem ou veuva que sta em poder de seu padrrre madrrre (1) ou Tyo sem sua voontade.

XIV. Do homem que casa com duas molheres ou com criada daquelle com que vive.

XV. Do Oficial DeiRey que dorme com a molher que perante elle rrequere defenbargo algum.

XVI. Das Alcoviteiras e *Alcayotas*. (2)

XVII. Dos que cometem pecado de Sodomia.

XVIII. Do que matou sua molher polla achar em adulterio.

XIX. Das barregaans dos Clerigos.

XX. Dos barregueiros casados.

XXI. Do Frade que he achado com algũa molher que seja logo entregue a seu major.

XXII. Dos resfriaens que teem mancebas nas mancebias publicas pollas defenderem e averem dellas o que gaançam no pecado da mancebya.

XXIII. Do que dorme com a molher que he casada de facto e nom de derecto por causa dalgum devido ou cunhadio.

XXIV. Das barregaans que fogem aaquelles com que vivem.

XXV. Do Judeu ou Mouro que dorme com algũa Xpãam ou Xpãaom que dorme com algũa Judia ou Moura.

- Título XXVI.** Do Judeu ou Mouro que anda em avito de Xpãom nomeandosse por Xpãom.
- XXVII.** Dos escumungados e forçadores.
- XXVIII.** Dos escumungados apellados.
- XXIX.** Dos que querellam malliciosamente.
- XXX.** Se o querelloso defenpara a acusaçom a cuja custa lle fara.
- XXXI.** Dos Officiaes DelRey que tomam sserviço algum e dos que defamam delles que os filham.
- XXXII.** Do que mata ou fere alguem sem por que.
- XXXIII.** Do que mata ou fere na Corte ou arredor della.
- XXXIV.** Que tirem Inquiriçooes devassas sobre as mortes furtos e rroubos tanto que forem feitos.
- XXXV.** Que nas Inquiriçooes devassas perguntem pello costume assy como nas outras Inquiriçooes.
- XXXVI.** Que em fecto de força nom lle guarde hordem nem figura de juizo.
- XXXVII.** Do que disse testemunho falso e do que lho fez dizer.
- XXXVIII.** Do que usa descriptura ou testemunhas falsas sem cometer.
- XXXIX.** Do que despende moeda falsa cyntemente e nom foy della ffeytor.
- XL.** Do que joga com dados falsos ou chumbados.
- XLI.** Que nom joguem a dados dinheyros nem aja hy tavollagem.
- XLII.** Dos feiticeiros.
- XLIII.** Das cousas que nom ham de trrazer sem nom certas pessoas.
- XLIV.** Que nom dem cartas de ssegurança (1) de

(1) em caso. M.

DE LITTERATURA PORTUGUEZA. 185

de feridas abertas atee sseerem passados xxx. dias.

XLV. De como sdom defesas as assuadas no Regno e as pousadas nas Igrejas e Moesteiros.

XLVI. De como he deffeso que nom faça outrrem coutadas sseuom ElRey.

XLVII. Dos que levam pera fora do Regno ouro ou prrata dinheyros bestas ou outras coufas deffesas.

XLVIII. Que nom levem pam nem farinha pera fora do Regno per mar nem per terra.

XLIX. Que nom façam Alffaqueques ssem mandado do Corregedor e acordo dos homeens boons (1).

L. Que os Prellados e Fidalgos nom coutem os malfectores em sseos coutos honrras ou bairros.

LI. Que nom sseja dado por fiador o que foy preso por feito crime.

LII. Que nom rrecebam alguem a demandar injuria ssem dando primeiro fiadores aas custas.

LIII. Que nom faça nenhuum desafiacom nem acooimamento por deshonrra que lhe sseja feita.

LIV. Dos que furtam as aves que ajam penna assy como de qualquer outro furto.

LV. Do condépnado aa morte per ssentença que nom possa fazer testamento.

LVI. Dos sseitos e presos que devem ttrazer aa Corte.

LVII. Das Cartas de ssegurança que sse dam geeralmente aos malfeitores per estar a de recto.

LVIII. Em que caso devem prender o malfactor e

---

(1) da Comarca.



e poer contrra elle feito pella justiça e apellar pera ElRey.

LIX. Das injurias que ham de sseer defenbargadas pellos juizes das terras e pellos Vereadores.

LX. Dos que arrancam os marcos ssem consentimento das partes nem auctoridade de justiça.

LXI. Dos coutos que ssem dados aas villas de Marvom Noudal Sabugal Caminha (1) e de Freixo Despadacinta pera os omeziados estarem em elles.

LXII. Do Alquaide que sfolta o preso ssem mandado do Juiz.

LXIII. Dos que tohem os penhores aos Porteiros ou tornam maaom aa justiça.

LXIV. Dos Vogados e Procuradores que ssem prevaricadores vogando por amballas partes.

LXV. Dos sfurtos que ham de sseer anoveados e por quaaes deve o ladrom de morrer.

LXVI. Dos gados e viandas que forom tomadas no tempo da guerra como sse ham de pagar.

LXVII. Do que foy degrradado per ElRey e nom manteve o degredo.

LXVIII. Dos Almuxriffes que prendem os mestiraes por nom hirem aas obras DelRey.

LXIX. Das forças novas que ssem demandadas ante do anno e dia.

LXX. Quando for dada ssentença de morte que sseja perlongada a eixecucom atãa vynte dias.

LXXI. Que nos arroidos nom chamem outro apelido ssemom o DelRey.

LXXII. Dos que chamam sseos amigos a suas casas pera os defenderem de sseos inmygos.

Ti-

(1) e de Miranda S.

Titulo LXXIII. Dos que entrram em casa dalgum por lhe fazer mal e hi morrem ou sſom deſhonrrados.

LXXIV. Que nom levem cooima nem penna do que tirar arma em defendimento de ſſeu corpo.

LXXV. Dos Alquaides que leixam ttrazer as armas defefas ou fazem aveenças ſſobrr e as coimas ante que ſſejam feitas.

LXXVI. Dos Alquaides que entrram nas caſas dos boós moſtrrando que buſcam hi alguuns malſectores.

LXXVII. Dos Alquaides que fazem fazer priſooēs nos luguares honde nom devem.

LXXVIII. Que os Corregedores nem Juizes nom coſtrrangam homens do Concelho pera guardar os preſos ſſalvo quando forem de caminbo.

LXXIX. Do que ſſe enforca ou caay darvore e morre.

LXXX. Que o Fidalgo ou Vaſſallo nom ſſeja enſſamado por erro que faça ainda que por elle ſſeja condãpnado.

LXXXI. Da penna que avera o que chamar tornadiço ao que foi infiel e ſſe tornou Xpãaom.

LXXXII. Dos que cerceam as moedas douro ou prrata.

LXXXIII. Da Hordenaçom que ElRey Dom Joham fez acerca dos que foram na armada de Cepta e alla ficarom por ſſeu ſſerviço.

LXXXIV. Da Hordenança dada ao Capitam de Cepta que aja de teer com os degradados e omiziados.

LXXXV. Da Hordenança que ElRey Duarte fez ſſobrr e a hida de Tanger.

LXXXVI. Do perdom que ElRey Duarte fez aos que foram a Tanger e eſteverom no pallan- que

que atee o rrecolhimento do Ifante D. Henrique.

LXXXVII. Dos tormentos e em que caso devem sseer dados aos Fidalgos e Cavalheiros.

LXXXVIII. Que nom metam alguum a tormento ssem apellaçom.

LXXXIX. Dos Bulrooens e Inlizadores.

XC. Dos que tiram os presos do poder da justiça ou das prisooens em que jazem.

XCI. Dos que fazem ou dizem injuria aos Julgadores s sobre sseu officio.

XCII. Dos que fazem per ssey carcer privado ssem auctoridade DelRey.

XCIII. Dos Carcereiros a que fogem os presos per s sua culpa ou maa guarda ou mallicia.

XCIV. Em que casos os Cavalheiros e Fidalgos e ssemelhantes pessoas devem sseer presos.

XCV. Que nom sseja consentido a alguum Prelado ou Fidalgo que lance pedido em s sua terra.

XCVI. Que nenhuum homem de pee nom ande escudado pella terra nem o ttraga nenhuum Fidalgo com sfigo.

XCVII. Que os moradores DelRey nom tomem palha ataa duas legoas sse nom por dinheyro.

XCVIII. Que todallas apellaçoẽs dos ssectos crimes de todo Regno venham aos Ouvidores que andam na Corte (1) DelRey.

XCIX. Dos que arrenegam de Deos e dos sseos Santos.

C. Dos que emcobrem os malfectores.

CI. Do que foi aculado por alguum crime e livre per ssentença DelRey que nom sseja mais aculado por elle.

CII. Que os Alquaides pequenos façam ssegurança quando pera ella forem rrequiridos.

Ti-

---

(1) com ElRey. S.

- Titulo CIII. Dos que acudem aas pellejas ou voltas pera espartir os arroidos.
- CIV. Do que allevanta volta no Concelho (1) perante a justiça.
- CV. Do Alquaide ou Carcereiro que leva peita do preso.
- CVI. Que o Alquaide ou Carcereiro nom aja a rroupa do preso que fogir.
- CVII. Que nom rrecebam ao Clerigo querella ssem fiador leigo.
- CVIII. Que nom prendam por divida.
- CIX. Dos leigos que vaaom fazer força em ajuda dos Clerigos.
- CX. Do que he ferido ou rroubado de noite aas deshoras.
- CXI. Que aquelles que guardam os presos nom levem delles dinheyro pollos levar a audiencia.
- CXII. Dos que ham jurdiçom per graça Del-Rey que nom dem Cartas de ssegurança em algum caso.
- CXIII. Daquelles que ajudam a fogir ou enco-brir os Cativos que fogem.
- CXIV. Que o degredo pera Cepta sseja menos da metade do que sse da dentrrro no Regno.
- CXV. Da declaraçom que ElRey Duarte fez sso-brre as sseguranças geraaes dadas a alguns pera hir a Cepta ou a outra parte.
- CXVI. (2) Que nom consentam aos moradores em
- Tom. II. Y Caf-

(1) ou S. (2) Falta este Tit. e todos os seguintes até ao fim do Livro, no Codig. de S. por estarem rasgadas as folhas, achando-se depois do Tit. antecedente transcrito hum Acordaço daquela Camera de 28. de Junho do anno de 1458., e depois o fragmento de hũa Ley sobre adulterios, que parece ser fonte da Ord. do Senhor D. Manoel lib. 5. tit. 25. in pr. e § 2. sendo o dito Acordaço, e Ley es que se contaõ por Tit. 116. e 117. no Appendix num. 2. da Histor. Jur. Civil. Lusit.

Castella que venham em assuadas a estes Regnos pera mal fazer.

CXVII. Das Cartas defamatorias que se lançam incubertamente por mal dizer.

CXVIII. Da declaração que ElRey fez acerca dos Coutos dados aos luguares dos estremos.

CXIX. De como som deffesas as bestas muares.

CXX. ou Extravag. I. Dos que foram na batalha da Alfarrobeira contra o serviço Del-Rey. *Lisboa 27. de Junho do Anno 1449.*

CXXI. ou Extravag. II. Declaração que fez Dom Affom o quinto aas Leys sobre as barre-gaans dos Clerigos. *Lisboa 27. de May Anno 1457 ?*

CXXII. ou Extravag. III. (1) Da penna sobre os adúlteros.

(1) Acha-se só no Codig. de S. accrescentada posteriormente, mas já truncada.

## M E M O R I A

Que levou accessit em 12 de Maio de 1790.

*Sobre as Bebetrias, Honras, e Coutos, e sua  
differença.*

## P R O E M I O.

**P**ropomo-nos mostrar as idéas, que se comprehendiaõ na palavra *Bebetrias*, e aquellas, que se tem ligado ás palavras, *Coutos*, e *Honras*, de que usa a nossa Legislação. Seguindo as passadas da Escola de Cujacio, que na Vniversidade tanto se tem cultivado depois da sua Reforma, correremos os monumentos de diversas idades da nossa Monarquia, que usáraõ de taes nomes; reflectiremos os Costumes, e Direito donde nasceo aquelle, de que usáraõ os primeiros Portuguezes; faremos comparaçaõ dos lugares parallelos, que possaõ dar alguma luz á questaõ proposta: se naõ conseguirmos o fim, de que o nosso trabalho seja agradavel á Academia, ficar-nos-ha ao menos o gosto de o ter tentado.

## § I.

*Bignon. ad Marcult. l. 1. c. 2. divide os bens dos Póvos originarios do Septentriaõ em proprios, e Fiscaes. Fiscalia, vero beneficia, diz o citado A., sive Fysci vocabantur, quæ a Rege, ut plurimum, posteaque ab aliis, ita concedebantur, ut certis legibus, servitiisque obnoxia cum vita accipientis finirentur.* Ora estes beneficios do Fisco nos Capitul. L. IV. § 30. L. III. § 71. e nos de Carlos Calv. T. 33. se chamaõ *Honores* Honras. Esta a primeira significação que teve a palavra *Honores* entre os Francos; póvos, que tiveraõ a mesma origem,

Que cousa  
fossem  
Honras en-  
tre os  
Francos.

Y ii

que

que os Wisigodos, dos quaes descendemos em parte, assim como tambem o nosso Direito e Costumes.

## § II.

Entre os  
Hespa-  
nhos.

A Jurisprudencia Hespanhola, e os seus Jurisconsultos tambem tractaõ das Honras: como se vê da L. II. T. 16. P. 4. Greg. verbo *Honores*. T. 17. P. 2. L. I. *Mantiens*. L. IV. Gloss. T. 17. L. V. Recopil. Porém entre elles, como nota *Vallasco*, contêm mais rendas, do que Jurisdicção ( *De Jur. emphy. Q. I. n. 25.* ) Ellas naõ duraõ, fenaõ pela vida do que as recebe; as nossas Honras regulaõ-se segundo a Lei Mental, e concordaõ com as de Castella em precisarem de Confirmação: diz *Vallasco* ibi.

## § III.

De que  
palavra se  
deduzio  
entre nós.

Entre nós acha-se a palavra *honorare*, da qual, se deduzio a palavra *honra* nos primeiros monumentos da Monarchia. O Foral de Soure era de 1119. fallando da mulher do Cavalleiro, que ficou viuva diz: *Si miles obierit uxor, que remanserit, sit honorata, ubi in diebus mariti sui.*, A mulher do Cavalleiro, que ficar viuva, seja privilegiada como no tempo de seu marido. O privilegio militar daquelles tempos, era a isenção dos tributos, que se costumavaõ pagar em paõ, vinho, linho, &c. o mesmo citado Foral o declara. *Si quis militum emerit vineam tributarii sit libera, et si acceperit in conjugium uxorem tributarii omnem hereditatem, quam habuerit, sit libera.*, O Cavalleiro que casar com mulher de homem piaõ os bens, que por ella lhe vierem sejaõ livres de jugada. Em humaduação feita por D. Doiro, e sua mulher D. Toda Mendes ao Convento dos Templarios acha-se tambem a palavra *honorare* na significação de izentar: *Et propter quod illi faciunt, ( D. Doiro, e D. Toda ) fratres debent eos imparare, et honorare de carreira, et de*

*de fossado ; et in molinis de Prato semper molant eis.* „ E por esta doação que elles D. Doiro , e D. To-  
 „ da lhes fazem , os Freires devem amparallos , e exi-  
 „ millos da factura dos caminhos , e dos fossos , e circum-  
 „ vallação da terra ; e moer-lhes seu grao nos moinhos  
 „ do Prado. „

## § IV.

Algumas vezes o Senhor da terra quando dava Foral aos seus villoens , punha-lhes por foro o naõ terem elles herança , que tivesse *honra* por mais de hum anno. Outras vezes era-lhes concedido retêr a herança *honrada* , posto que morasse fóra della. Do primeiro caso se acha exemplo no Foral de Villa Boa-Jejuá (em 1216) termo de Celorico, Bispaço da Guarda: *Et si unus ex vobis , vel alius , qui habitare suam hereditatem honoraverit uno anno vendat , et donet , ubi voluerit cum suo foro.* „ Se algum „ de vós , ou outro qualquer habitador fizer a sua herança *honrada* por hum anno , venda-a , ou dê-a a „ quem quizer , pagando o seu foro. „ O Foral porém da Villa de Touro em 1220 , quatro annos depois deste , naõ sómente izenta o morador da terra , que elle tinha feita a sua herança honrada , mas ainda que nella naõ habitasse , lhe concede izenção: *Ille qui domum fecerit , aut vineam ad suam hereditatem honoraverit , et uno anno in illa sederit , si postea in alia terra habitare voluerit , serviet ei tota sua hereditas ubicumque habitaverit.* „ Aquelle que fizer casa , ou vinha , e ao depois a honrar habitando nella hum anno , posto que se mude para „ outra terra , a dita herança ficará privilegiada.

Uso dos  
primeiros  
tempos da  
Monarquia.

## § V.

As Honras , além de certos privilegios de que logo fal-  
 laremos , continhaõ tambem Jurisdicção. Entre as Leis de  
 D. Diniz , lê-se huma , a qual se nomêa por *Costume* , e  
 diz ,

Continhaõ  
as Honras  
tambem  
Jurisdic-  
ção.



diz, que partindo-se a Quinta &c. o que fica na Cabeça de Cazal, he que fica com a Honra, e Couto. Sabemos, que as Quintas tinhaõ vassallos, e por consequencia Jurisdicção, por huma Doação que no mesmo Reinado de D. Diniz fez Joaõ Simaõ aos Freires Templarios em 1301. ,, Damos a vós, e outorgamos, e á dita vossa ,, Ordem a dita quintaã com todos os seus Cazaes, e Casas, vinhas, e herdamentos, *Vassallos*, foros &c.

## § VI.

Que Jurisdicção era a das Honras.

Qual fosse esta Jurisdicção, que entre os Vassallos exercitava o Senhor da Honra declara a Ord. L. II. t. 48. Se a Honra tinha Juizes, estes conheciaõ dos feitos civis entre os moradores da Honra, se tinhaõ Vigario este conhecia das coimas do G. do, desvios de agoa; e nos outros casos citava os moradores da Honra para hirem responder diante dos Juizes: (§§ 2. 3. 4.) quando porém a Honra tinha Vigario, e Juiz, naõ se provando a Jurisdicção de cada hum, o Vigario naõ tinha outro poder mais do que para fazer citações.

## § VII.

Opiniã de Vallaasco.

Attendendo a esta Legislação, que he a mesma das Ordenações de D. Manoel L. II. t. 40. transmittida das Ord. de D. Affonso V. L. II. t. 64. e L. III. t. 49. he que Vallaasco (*de Jure Emphyt. Question. XL. n. 24.*) diz: *Apud nos honras magis Jurisdictionem, quam redditus in aliqua villa, aut Castro designant.* Vallaasco attende só á Legislação moderna, quero dizer áquella que foi feita depois das prohibições, que se fizeraõ para que cessassem estas reliquias dos Costumes Gothicos. Porém naõ considerou a palavra na sua primitiva significação, que incluia tambem a idéa de izençaõ, e privilegio (§ 3. e 4.) á qual se refere a citada Ord. L. II. t. 48. § 1. dizendo, que nas Honras, naõ entra nem o Mordomo, nem

nem o Porteiro do Rei. Neste sentido de izençaõ, é privilegio, he que os Ecclesiasticos pediaõ a D. Diniz, que os seus herdamentos fossem honrados: ( Concord. III. Art. 8. ) „ Item dos herdamentos, que demandavaõ, que „ os houvessem honrados, assim como os haviaõ honrados „ aquelles, que os houveraõ dos Mosteiros, e das Igre- „ jas; mando que se guarde o costume dos meus Reinos „ assi como he contheudo em hum artigo, que nos avie- „ mos em Corte de Roma. „

## § VIII.

*Brandaõ*, Escriptor dos mais versados nas antigui- Que privi-  
legio tin-  
haõ as  
Honras.  
dades Portuguezas diz: ( L. XVI. c. 59. ) que as Honras  
eraõ as terras, que os Nobres tinhaõ onde estavaõ suas  
casas, solares, ou tinhaõ nellas jurisdicções havidas por  
posse antiga, ou que lhes offerenciaõ os vizinhos. A ins-  
tituição das Honras, segundo o mesmo Escriptor, era  
por Carta do Rei, por marcos, ou balizas, ou por pen-  
daõ Real, que nellas se levantava, quando se lhes da-  
va posse. As Honras eraõ livres de Direito Real; nel-  
las não entrava o Mordomo do Rei; e os Lavradores, que  
queriaõ alcançar izençaõ, pediaõ *ex. gr.* ao Senhor de  
qualquer Honra hum filho para criar em sua casa, e era  
hum modo de ficar elle izento, seus filhos legitimos, e ne-  
tos. Como porém havia muitas Honras fingidas, D. Af-  
fonso II. mandou inquirir sobre a sua legitimidade, a pri-  
meira vez em 1218, a segunda em 1220 &c. O mesmo  
fez D. Affonso III. em 1252, e D. Diniz em 1290,  
em 1301, em 1304, e ultimamente em 1308. De hum  
dos *Itens* da Inquirição de D. Affonso III. se vê o mo-  
do como as Honras eraõ constituidas: *Interrogatus si  
est honorata per pendonem, per cautum, vel per cartam  
D. Regis dixit quod non, sed est honorata per dominum  
Sueire Reimondo.* Como porém os Fidalgos queriaõ,  
que todas as terras, que adquiriaõ fossem honradas; D.  
Diniz fez Lei, para que ninguém se excusasse por cria-  
do

do filho dalgo, que crie de la era de 1328, ainda que fosse lidimo.

## § IX.

Nexo.

Temos tractado das diversas significações, em que se tem tomado o Direito Patricio, a que chamavaõ Honra, a sua origem, e o modo como se constituia; passamos agora a tractar dos Coutos; e para procedermos com ordem, seguiremos o mesmo methodo.

## § X.

Significações da palavra Couto.

O Dictionario da Academia Hespanhola diz: que a palavra *Couto* era a pena que se pagava por algum damno. Reflectindo porém nos monumentos da nossa Historia de diversas idades, nós achamos esta palavra em quatro sentidos differentes. No sentido que lhe dá a Academia se acha frequentemente nos Foraes dos primeiros tempos. O de Pombal dado em 1176 fallando da pena dos que offenderem as Justiças diz: *Mairdomus, et Saion, et Justitiæ, et Portitor de Alcaide sint cauti in 8. sold.* » Os que offendem o Mordomo, o Saiaõ, as Justiças, e o Porteiro do Alcaide pagarão oito soldos.

## § XI.

Na mesma idade acha-se tambem a palavra *Couto* tomada na significação de certo districto de cada Villa; no qual os delictos alli feitos tinhaõ maior pena. O Foral de Pombal (§ 10.) diz: *Siquis percusserit cum armis in Cauto villæ LX. solid. peñet, si foris xxx.* », O que ferir com armas sendo no Couto da Villa pagará sessenta soldos, e trinta sendo fóra. », O de Zezere dado em 1174 tem tambem huma sanção semelhante: », *Siquis percuserit cum armis in Cauto villæ LX. solid. peñet, si foras xxx.* », O que ferir com armas no Couto da Villa pagará sessenta soldos, sendo fóra pagará trinta. »,

## § XII.

## § XII.

Eraõ tambem os *Coutos* Lugares , e territorios onde certos tinhaõ Jurisdicções. Os Ecclesiasticos , queixando-se a ElRei D. Pedro dizem: ( Conc. Art. 15. ) „ Ou-  
 „ tro si que elles , e os seus Cabidos , e outra Cleresia  
 „ haviaõ Coutos , e lugares , em que haõ suas jurisdicções ,  
 „ das quaes estaõ de posse de tempo immemorial , que  
 „ as suas justças os constringem a que respondeã por as  
 „ ditas cousas , perante sua Corte. „

## § XIII.

Porém a significação mais generica , que teve a palavra *Couto* , he quando se toma pelo lugar , que livra os delinquentes , que nelle entraõ do castigo devido aos seus crimes. A causa deste Direito he justo , que o procuremos na sua origem.

## § XIV.

Os Póvos que nos Septentriaõ deraõ origem áquelles , que do V. Seculo para diante se vieraõ estabelecer nas terras do Meio dia , tinhaõ por costume ficar o matador em guerra com a familia , e parentes do morto. „ *Tacito* diz delles : *Suscipere inimicitias seu patris , seu propinqui , quam amicitias necesse erat* : „ Era cousa necessaria ( entre estes Póvos ) entrar nas inimizades assim do „ Pai , como dos parentes , do mesmo modo , que nas suas „ amizades. „ E *Velleio Paterc.* ( Hist. L. II. c. 18. ) diz , que os Alemaes se admiráraõ vendo , que a Jurisprudencia Romana finalizasse pela justça as injurias , que as armas disputavaõ. *Iustitie finiant injurias , solitaque armis discerni jure terminent*. Os póvos da idade media , originarios destes , conserváraõ tal costume. *Cassiodoro* ( Var. Liv. III. c. 23. ) diz , alludindo a tal uso : *Remove consuetudines abominanter inclitas , verbis ibi potius non armis*  
 Tom. II. Z mis

*mis causa tractetur.* A nossa Legislação authorizou por muito tempo o direito das inimizades; a este direito se referem naõ poucas vezes os antigos Foraes, e as Cartas de inimizade, de que fallã a nossa Ord. L. I. tit. 3. § 5. e 6. O Foral de Villa de Touro diz: *Si homo de qualis terra venerit cum inimicitia, aut cum pignore, postquam in termino de Touro intraverit, si inimicus ejus post ipsum introierit, et ei pignus abstulerit, aut aliquid ei malum fecerit, peccet Domino &c.* „ Se algum homem de qualquer terra vier com inimizade, ou fugir a „ ser penhorado, e entrar no termo da Villa de Touro; „ vindo o seu inimigo apos elle, e lhe tirar o penhor, „ ou fizer algum mal, pagará ao Senhor da terra &c. „ Pelo que as Terras, que tinhão privilegio para defender os criminosos de seus inimigos justamente se chamavaõ *Coutos.*

## § XV.

Por quem  
eraõ feitos  
os Coutos.

Os *Coutos* faziaõ-se, ou pelos Senhores das terras, quando lhes davaõ os Foraes, ou pelo Rei. Do primeiro uso temos exemplo no §. antecedente: do segundo, o qual foi o que depois prevaleceo, daremos alguns exemplos dos primeiros Reinados. D. Affonso Henriques deo huma terra para Couto a Paio Paes, por este se obligar a servi-lo por tres annos, na Escrip. mencionada por Fr. Luiz de Sousa, Chr. de S. Dom. L. XVI. cap. 1. D. Sancho I. na Doçaõ. que fez da Albergaria de Maçans a D. Martim Fernandes em 1180. diz: „ *Adhuc addimus quod cautamus vobis prædictam Albergariam per supra dictos terminos; et per illos coutos, quos jussione nostra ibi crexerat D. Gomecius.* „ Tambem vos conta, „ mos a sobredita Albergaria, pelos sobre ditos termos, „ e por aquelles coutos, que por nosso mandado eregio „ D. Gomes. „ Se algum quebrava o Couto pagava certa pena. O Foral de Castello-Branco-dado em 1113. diz assim: *Testamus vero, et perenniter firmamus, ut quicumque pignoraverit mercatores, vel viatores Christianos, Ju-*  
*deos,*

*deos ; sive Mauros , nisi fuerit fidejussor , vel debitor , quicumque fecerit peccet LX. solid. ,* Estabalecemos „ firmemente que qualquer , que penhorar mercadores „ Christãos , Judeos , ou Mouros , a não lhe ferem obriga- „ dos como fiadores , ou devedores , pagará sessenta sol- „ dos. „

## § XVI.

O correr dos tempos mostrou , que os *Coutos* , os quaes tinhaõ por fim principal fazer certos Lugares mais povoados , não eraõ uteis ao Estado ; pelo que os Pávos , ( que de ordinario são os que melhor conhecem , assim como primeiro experimentaõ , as suas precisões ) requerêrãõ nas Cortes de Santarem de 1369 , que se fizesse prohibiçaõ para que não houvesse novos *Coutos* , e *Honras* ; e assim se determinou. Nas Ord. de D. Affonso V. Liv. V. tit. 50. que he o 104. das Filippinas , se faz prohibiçaõ aos Prelados , e Fidalgos para que não acoutassem os malfeitosres em seus *Coutos* , bairros , ou Honras. E no anno de 1692 todos os *Coutos* por mais especiaes que fossem foraõ abolidos. Ord. Liv. I. tit. 7. col. 1.

Por que  
razaõ  
cessaraõ  
os Coutos.

## § XVII.

Os *Coutos* não tinhaõ todos a mesma natureza , nem valiaõ todos para os mesmos crimes. O de Alcobaça , que D. Joaõ III. mudou para Alfeigiraõ valia para todos os crimes , excepto heresia , traiçaõ , aleive , sodomia , morte de proposito. O de Arrayollos , que foi descoutado em 1544 valia tambem para os endividados. ( *Duarte Nunes de Leão* P. IV. tit. 23. ) Além destes casos pela legislaçaõ Filippina L. IV. tit. 123. § 9. que he o 4. do tit. 52. do mesmo Livro das Ord. de D. Manoel , não valia tambem o *Couto* aos que falsavaõ Escripturas , ou signaes do Rei , ou de seus Officiaes ; aos que furtavaõ mulheres a seus maridos , e as tinhaõ consigo no *Couto* , aos que tinhaõ ferido algum Official de Jus-

Differen-  
ça dos  
Coutos.

tiça, ou que lhes resistia sobre seu officio; e em todos os casos onde a Igreja não vale: excepto se a Igreja não defende o malfeitor por não caber nelle pena de sangue. A Legislação que havia sobre os *Coutos*, e sobre os casos em que devião elles valer, se contém no citado tit. 123. do Liv. V.

Temos tractado das diversas significações, que tem tido as palavras *Honras*, e *Coutos*, de que usa a nossa Jurisprudencia: passemos agora a tractar das *Behetrias* para mostrarmos o que ellas eraõ, e a differença, que tinhaõ das *Honras*, e *Coutos*, o que faz o objecto desta Memoria.

### § XVIII.

Porque razão se buscava a maior protecção nos Póvos de origem Gothica.

Não ha cousa mais frequente nos monumentos da primeira idade da nossa Monarchia, do que vir buscar a Plebe a protecção dos Nobres. A razão he clara. Como ella era escrava, á proporção que o Senhor tivesse privilegios, e izenções, ella gozaria delles mais, ou menos. Deste principio nascêraõ varios direitos de origem Gothica v. g. os criados a bem fazer; dos quaes falla a Ord. l. 4. t. 30.; os pactos de confraternidade; o escolherem os Póvos senhores para terem por elles beneficiados, e não sómente os Póvos, mas tambem cada hum do Povo. Daqui he que teve origem a palavra *ameaça*, que he o mesmo que significar a vontade de passar a outro Senhor, e Amo. No Foral de Thomar dado por D. Gualdim em 1162. se lê esta clausula: „Antre vos não „seja nenhũa ameaça, e se alguem dos vossos quizer „hir a outro senhoria, ou a outra terra. haja poder de „doar, ou de vender. o seu herdamento a quem quizer „que em elle more, e seja Nosso Homem assi como hum „de vós. „Esta mesma faculdade de escolher Senhor se acha no Foral de Villa de Touro: *Et homines, qui de suis terris exierunt cum homicidio, vel cum muliere rauffada, vel cum qualibet calumpnia . . . et fecerit se Vassalum de aliqua homine de Touro, sit liber, et de-*   
 *fen-*

*fensus per forum de Touro*, „Qualquer homem, que sa-  
 „hir das suas terras com crime de morte, ou de força-  
 „mento de mulher.... e se fizer Vassalo de algum ho-  
 „mem de Villa de Touro seja livre, e defendido pelo  
 „foro da terra. „E logo depois de outras determinações,  
 fallando dos seus poderes diz: *Et homo de Tauro, qui*  
*se tornaverit ad dominum alium, ut ei benefaciat, sua*  
*casa, et sua hereditas, et uxor sui, et filii sui sint li-*  
*beri per forum de Taura.* „E o povoador da Villa de  
 „Touro, que buscar outro amo a bem fazer, tenha a  
 „sua casa, herança, mulher, e filhos livres. „O costum-  
 me de buscar a maior protecção nos Imperios de origem  
 Gothica, não sómente era usado entre a Plebe, e os Pó-  
 vos inteiros; porém entre os Grandes, e entre os Reis.  
 Os Freires do Templo se fizerao feudatarios a Adriano  
 IV., e o nosso primeiro Rei tambem buscou a protec-  
 ção da Sé Apostolica, offerecendo-lhe em censo annual-  
 mente quatro onças de ouro. *Ferram quoque meam Bea-*  
*to Petro, et sancta Romana Ecclesia offero sub annuo*  
*censo, videlicet quatuor unciarum purissimi auri.* (Ma-  
 cedo, Lusit. liberata P. II. pag. 108.

## § XIX.

Deste principio de buscar a maior protecção tive-  
 raõ origem as *Behetrias*; palavra corrompida da que  
 usavaõ os antigos Foraes *benefacere*. (§ 18.) Alguns que-  
 rem que ella he corrupta da palavra *benefeitoria* que va-  
 le o mesmo que *bem te faria*. Para que esta deducção,  
 que se diz a mais provavel, merecesse o ser assim julga-  
 da, era preciso provar com os antigos monumentos a  
 palavra *benefeitoria*, porque o contrario he, o que os  
 Logicos chamaõ *petere principium*. Pretendem outros,  
 que *Behetria* se deriva de *betria*, que na lingua. Caste-  
 lhana antiga significa *enredo*, dõde se originou o pro-  
 verbio Castelhano, que ás cousas confusas, e desorde-  
 nadas chama *cousa de Behetria*; alludindo ás perturba-  
 ções

Donde se  
 deriva a  
 palavra  
*Behetrias.*



coês dos Póvos, quando queriaõ escolher seu Senhor. Esta deducção he defeituosa, porque não contém mais do que huma parte da palavra, pelo que a que damos deduzida de *benefacere*, palavra de que usão os antigos Foraes, parece a mais provavel, o que se confirma com a significação das *Behetrias*, identica com a que tinha *benefacere*, e considerada segundo as suas diversas relações. (§ 18) Em Castella se chamaõ *Behetrias* as Villas isentas da Jurisdicção das Cidades, e que não estão sujeitas a Correição alguma por via de Appellação, nem por via de residencia, mas estão só sujeitas ás Chancellarias, e Conselhos. O que bem indica a origem das *Behetrias*, que era adquirirem os Póvos com a eleição de seus Senhores, privilegios, e isenções. D. Affonso XI. de Castella vendo os damnos, que as rendas Reaes recebiaõ por causa das isenções das Behetrias, e a perturbação, que ellas causavaõ na Republica com tomar hum Senhor, ou muitos até sette em hum dia, e arbitrariamente tambem depô-los; ás abolio, tirando-lhes as liberdades, e isenções, que tinhaõ.

## § XX.

Deverñdas-  
des das  
Behetrias:

As *Behetrias* humas eraõ *de mar a mar* v. gr. quando o territorio dos Póvos, que escolhiaõ Senhor era de hum mar até outro mar; por exemplo desde Portugal até Andaluzia: outras eraõ *de entre parentes*; e estas eraõ aquellas, que só tinhaõ faculdade de escolher para seu Senhor algum descendente de certas familias conhecidas. (Chron. de D. Pedro de Castella cap. 14.)

## § XXI.

As nossas Leis, como adverte *Cabedo* (Arest. 106. infr.) não fallaõ em *Behetrias*, de cujo direito tractaõ as de Castella no L. III. t. 25. P. IV. Os Jurisconsultos Hespanhoes daõ esta definição: *Behetria dicitur heredita-*

*tagium, seu solum ubi Vassalli possunt, quem voluerint recipere dominum.* (Montalv. L. III. P. IV.) Entre nós, como adverte o citado *Cabedo*, ha certos Lugares, que pretendiaõ ser *Bebetrias*; que saõ Amarante, Meijaõ-frio, Britiande &c. Sobre o que diz, que pendia feito no Juizo da Coroa. Como a Europa mudou de face na Jurisprudencia, este Direito he huma mera antighalha das Leis dos nossos vizinhos; a qual he differente dos nossos *Contos*. Porque sendo as *Bebetrias*, a regalia que tinhaõ certos Póvos de escolherem Senhor; este direito era diverso do dos *Contos*, que consistia, em defender, e a segurar os criminosos dos seus inimigos; (§ 14.) e fazer certos Lugares privilegiados &c.: e do das *Honras*, que continhaõ certa Jurisdicção, (§ 5. e 6.) e privilegios (§ 8.).

## M E M O R I A

*Que tambem levou Accessit, e tracta do Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos; e qual seja a sua natureza.*

## P R O E M I O.

**D**EPOIS que a Filosofia considerando a natureza do Summo Imperio, della deduzio regras claras dos direitos, que lhe competiaõ; os Póvos começáraõ a ter a paz interna, que por falta do seu conhecimento por muitos seculos viraõ quebrada. Cessou entaõ de existir hum Republica em outra Republica; e hum Estado em outro Estado. Os Grandes principiáraõ a entender, que era de sua maior utilidade, respeitarem o Poder supremo cujos direitos naõ poucas vezes tinhaõ usurpado seus antepassados. Os Ecclesiasticos, que por tantos seculos enchêraõ o mundo de guerras, e sedições, se viraõ obrigados, com o maior proveito seu, a obedecerem á voz do Principe. O direito de Correição he hum dos Magistaticos, contra o qual muitas vezes attentáraõ assim os Grandes seculares, como os Prelados; aquelles nos antigos tempos, estes ainda proximamente na nossa idade. A Historia deste direito he a materia desta Memoria: e para proceder-mos com methodo, mostraremos em primeiro lugar qual he a sua natureza; e depois tractaremos do seu uso; assim nos antigos tempos, como nos modernos; estes os trez pontos, que a Academia Real das Sciencias pede, e que nos propomos demonstrar.

## CAPITULO I.

*Da natureza do Direito de Correição.*

## § I.

NÃO he inutil buscar a origem das palavras para conhecer o complexo de idéas, que ellas indicão, ou tem indicado. Os antigos nomes *corregger*, e *corregimento* (a), que querem dizer *emendar*, e *emenda*, derão origem ás palavras *Corregedor*, e *Correição* de que usamos. O direito de Correição na sua significação lata, comprehende o poder de julgar, e o poder de castigar inherentes ao summo Imperio. Esta he a causa porque as nossas Leis dizem (Ord. Liv. II. tit. 45. § 8.) „ Que „ a Correição he sobre toda a Jurisdição, como cousa „ que esguarda a superioridade, e o maior, e o mais alto fenhório, a que todos são sujeitos, a qual assi he „ unida, e conjuncta ao Principado do Rei, que a não „ pôde de todo tirar de si. „ Porém tomado na significação mais estricta, o direito de Correição indica aquelle

Tom. II. Aa po.

Donde se deriva a palavra Correição, e os diversos sentidos, que tem.

(a) Estas palavras são da primeira idade da Monarchia. O Foral de Thomar dado por D. Gualdim em 1162. diz assim. „ Se algum, a qual „ cousa fer-feita non creemos dos nossos successores, o Mestre, ou os „ Freires, ou outro estrainho aquesto nosso estabalecimento quebrantar „ quizer, da vingança de Deos seja quebrantado, e pereça com o Dia- „ bo, e com os seus Anjos, e sem fim seja atromentado salvo se „ *corregger* as cousas dignas assas por emenda. „ Nas Leis de D. Diniz se lê huma, que diz: „ Se o leigo ferir o Clerigo, e demandar *corregimento* seja diante de Juiz leigo. „ Propagando-se depois de idade em idade, a Ord. de D. Manoel L. II. tit. 18. „ fallando das Cartas e Alvarás de Mercês que devem passar pela Chancellaria, diz. „ Onde „ são vistas, e examinadas e se *corregem* e entendão aquellas, que com „ justiça não passaõ. „ Destes textos se mostra, que as palavras *corregger*, e *corregimento*, donde se derivarão os nomes *Corregedor*, e *Correição*, se tomáráo na significação lata de *emenda* tanto no Civil, como no Crime; e por isso se diz *Correição* do Civil, e *Correição* do Crime.

poder, que as nossas Leis (L. I. t. 58. § 6.) dão a cada hum dos Corregedores das Comarcas, quando dizem: „E mandara apregoar que venhaõ perante elle, os  
 „que se sentirem aggravados dos Juizes, Procuradores,  
 „Alcaides, Taballiaens, ou de Poderosos, e d'outros  
 „quaesquer, que lhes fará comprimento de direito. E  
 „que assi venhaõ perante elle todos os que tiverem de-  
 „mandas, e que lhes fará desembargar.”

## § II.

Que cousa  
 seja Cor-  
 reição, e  
 seus diver-  
 sos senti-  
 dos..

Além destes significados, em que se toma a palavra *Correição* (§ I.) ella tem outros muitos no Corpo das nossas Leis, e uso forense, os quaes he justo que apontemos para procedermos com clareza, e fixarmos os pontos da questõ. Muitas vezes toma-se a palavra *Correição* por todo o exercicio da Jurisdicção, que as Leis Patrias prescrevem ao Corregedor: (Ord. L. I. t. 58.) Outrossi faberá se os daquelle lugar onde fizer *Correição*, (§ 10. ibi.) e neste sentido he que ordinariamente se toma nas doações da Coroa que fallaõ por semelhante modo: „Damos, e doamos a dita terra ao dito  
 „Duque de Guimaraes nosso sobrinho. pela guisa, que  
 „dito he, com todo o seu Senhorio, e propriedade, e  
 „Jurisdicção Civil, e Crime, mero, e mixto Imperio,  
 „reservando para nós *Correição*, e alçada.” (Cabeço P. H. Dec. 37.) Este exercicio da Jurisdicção do Corregedor, pode-se olhar segundo diversas relações, v. g. castigo dos Juizes, e Officiaes que não comprirão seus Regimentos: feitos da que póde conhecer, e o modo de vassas, que deve tirar: cartas de seguro que póde dar. Entraõ tambem na Jurisdicção do Corregedor algumas cousas pertencentes á Policia, v. gr. examinar se ha bandos nas terras; se ha Clerigos revoltosos; mandar fazer as beemfeitorias publicas &c. Toma-se tambem a palavra *Correição* pela extensão do termo, que o Principe concede a cada Corregedor para exercitar a sua Jurisdicção: „E

„tar-

„tanto que chegar a cada lugar da sua *Correição* „ (L. I. t. 58. § 4.) Algumas vezes vale o mesmo que devaça : „ E os ditos Senhores e seus Ouvidores não tomaraõ „ conhecimento por nova acção de feito algum civil , „ nem crime, nem por simplex querella , nem denunciação , „ ou *Correição* „ (Ord. de D. Manoel L. II. t. 26.) Neste mesmo sentido se toma na Lei de 1603. (Ord. L. I. Coll. 1. ao tit. 62. n. 6.) quando impondo penas ás pessoas da Governança , que tomassem de foro as rendas do Concelho diz : „ sabendo-se isto por *Correição* „

## § III.

Fazendo reflectões nos diversos sentidos , em que se tem tomado a palavra *Correição* , vê-se , que o direito que por ella se indica , he a suprema Jurisdição , ou poder Judiciario , quo tem o Principe para conhecer de todas as causas dos seus Vassallos , e applicar-lhes a sanção da Lei , a que faz parte do Poder Executivo do Summo Imperio : porém esta Suprema Jurisdição principalmente se deixa ver , quando ella serve de impedimento á maldade dos poderosos : *Praecipue autem potestas exequens Imperantis tum se exserit, quando is conatibus improborum obstat, et delicta sui ipsam proxime afficiant Civitatem, publica, live, in peculiare tantummodo cadant socios, privata coerret.* Martini C. VI. de potest. Imp. Exseq.

Em que  
consiste  
principal-  
mente  
a *Correi-*  
*ção*.

## § IV.

O direito de *Correição* inclue tambem a idéa do offerecimento , que faz o Principe em certos tempos para administrar justiça aos seus Vassallos ; e tolher-lhes aggravos : ou por si , como era nos antigos tempos , em que os nossos Reis discorriaõ pelo Reino com a sua Corte , ou pelos seus Ministros como depois se practiou : „ e „ mandamos aos Corregedores das Comarcas onde as di-

O direito  
de *Cor-*  
*reição* in-  
clue a idéa  
de offere-  
cimento  
de justiça  
aos Poder-  
rosos.

„tas terras forem, que ao menos huma vez em cada „anno fação as ditas *Correições*, como são obrigados a „fazer em todas as outras da Comarca. „ (Ord. L. II. t. 45. § 8. e L. I. tit. 58. § 6.)

## § V.

Natureza do direito de Correição.

A natureza pois do direito de Correição he a mesma, que a da Suprema Jurisdição, que tem o Summo Imperio para julgar, e castigar os subditos, principalmente os poderosos; (§ III.) accrescentando-lhe a idéa de offerecimento, que a todos faz o Principe dessa sua Suprema Jurisdição, (§ IV.) para bem commum do Estado: as vicissitudes deste direito he a materia, que agora vamos a tractar.

## CAPITULO II.

*Da uso do Direito de Correição nas tempos antigos.*

## § VI.

Divisão.

C Omo o direito de Correição he o mais alto Senho-rio do Principe, o qual principalmente se mostra, fazendo os Poderosos sujeitos as Leis; (§ V.) tractaremos 1.<sup>a</sup> quem forão os poderosos nos antigos tempos: 2.<sup>o</sup> que Leis correctorias publicaraõ os nossos Reis para impedirem o seu poderio; 3.<sup>o</sup> por quem forão executadas.

## § VII.

Quem forão os poderosos nos tempos antigos.

A Historia, e os antigos monumentos nos mostraõ duas especies de poderosos; que figuraraõ na Monarchia mais, e menos, segundo a diversidade dos tempos: os Grandes, e os Ecclesiasticos; depois destes os Magistrados, e os seus Officiaes tem tambem hum lugar consideravel; de hums, e outros fallaremos por sua ordem.

## § VIII.

## § VIII.

Os nossos Alanos, e Suevos erão originarios daquella chusma de Póvos septentrionaes, que cahindo sobre o Império Romano o devastárao, e destruírao. Depois de estabelecidos nas terras do Meio-dia, elles conservárao por muitos tempos os seus costumes, Leis, e modo de Governo. (a) O Povo vencedor não sómente ficava senhor das terras, mas tambem das pessoas dos vencidos; e destes despojos da victoria se fazia a repartição á vontade do Principe. (b)

Origem do poder dos Grandes.

## § IX.

Estes escravos feitos pela guerra não erão como os escravos Romanos, incumbidos de certos ministerios; (c)

Escravidão dos primeiros tempos da Monarchia, onde teve origem.

mas

(a) Hum povo barbaro não muda de costumes, e leis sem alcançar alguns grãos de polidez. Onde quer que os Póvos do Norte se estabelecêrao, na Alemanha, Italia, França, Hespanha &c. elles tinhão a mesma fórma de Governo em geral, e os mesmos costumes. As escripturas tem a mesma nota: os escravos aldeani, villani &c. são os mesmos.

(b) Quando D. Affonso Henriques tomou Lisboa, distribuiu o Campo de Vallada entre os seus soldados; e quando quiz entrar no Alentejo prometteo á Ordem do Templo a terça parte do que conquistasse, com a obrigação de que ella havia de gastar essa terça parte no serviço do Rei. *Facio scriptum et pactum donationis, et firmitudinis de omni tertia parte, quam per Dei Gratiam acquirere et populare potero a flumine Tago, et ultra, tali videlicet pacto; ut quidquid vobis modo do, et amodo sunt daturus expendantis in servitio Dei, et meo. facta scriptura mensis Septembris apud Alaphoen era MCGVII.*

(c) Depois os mesmos Póvos, que tinhão vindo do Septentrião tiveram tambem escravos, a que chamárao *ministeriales*; de cujo nome se derivou a nossa palavra *Miseres*, os quaes erão differentes dos escravos a que chamavão *casati*: donde veio a nossa palavra *Casal*; e dos aldeãos, e villaõs, nomes, que ainda conservamos, e que bem indicão a sua origem. (Vid. a L. dos Long. L. I. t. 8. e Portug. de Stat. et. Condit. serv.) De hunos e outros escravos se achão bastantes exemplos nos Foraes da primeira idade da Monarchia.



mas eraõ taes como Tacito os descreve: (*De mor. Germ. c. 25.*) *suam quisque [servus] sedem, suos penates regebat. Frumenti modum dominus aut pecudis, aut vestis, ut colono, injungebat; et servus bacienus parabat.* O poder que os senhores tinhaõ nestes escravos era taõ grande, que eraõ senhores da sua vida; sendo o castigo moderado entre elles quasi desconhecido. *Verberare servum, ac vinculis, et opere coercere rarum. Occidere solent, non disciplina et severitate; sed impetu, et ira, ut inimicum, nisi quod impune.*

## § X.

Diplomas  
que entre  
nós provaõ  
a Jurisdic-  
ção patri-  
monial.

Deste poder Heril, he que teve origem a Jurisdicção Patrimonial na idade media; jurisdicção taõ fatal á Republica, e taõ contraria á sua paz. Nella se estribaõ os Foraes, e Leis, que os Senhores das terras davaõ aos seus villaõs da quantidade dos fructos, que lhes haviaõ de pagar; dos serviços que lhes haviaõ de fazer; como seriaõ firmes os seus contractos; quem seriaõ os seus Juizes, de que modo taes, e taes crimes seriaõ castigados. Na primeira idade da Monarchia achaõ-se bastantes exemplos desta Jurisdicção patrimonial. Os Foraes dados pelos Meestres das Ordens, pelos Bispos, e pelos Grandes, saõ huma prova bem clara. D. Gualdim deo o de Thomar, o de Pombal, e o do Zezere, no Reinado do primeiro Rei. D. Martim Peres deo Foral a Villa Boa Jejua no Bispado da Guarda em 1254, D. Froile Hermiges a Villa Franca de Xira em 1206., e D. Joaõ Domingues a Carvalhal de Ceras em 1216. Estes Foraes eraõ as Leis, que os senhores em virtude da Jurisdicção patrimonial, punhaõ aos povoadores. Ellas determinavaõ os serviços que lhes deviaõ fazer, de que fructos se lhes devia pagar, e a quantidade; que coutos, e coimas haveria &c. e em muitas das suas clausulas mostraõ com evidencia a servidaõ *Glebae*, que entaõ havia, e que totalmente se extinguiu pela Ord. de D. Manoel L. II. t. 46. Desta servidaõ referiremos alguns exemplos.

## § XI.

## § XI.

„Emfomçom (diz o Foral de Thomar de 1162) nem algum homem não haja em Thomar Casa nem herda-  
 „dade salvo quem quizer morar a vosco, e servir como  
 „vos”. É a doação, que Frei D. Pedro Alvres Mestre  
 do Templo fez da Aceifeira a Paio Farpado em 1216.  
 diz: *Sed tu et omnis, qui eam tenuerit: sit noster Vassal-*  
*lus et in nostra potestate, et in nostro termino.* E o Fo-  
 ral do Carvalhal de Ceras (§. X.) diz: *Et si aliquod illi-*  
*citum feceritis sitis constitutum per nostrum Partitorem,*  
*quousque coram nobis directum faciatis, et nullus super*  
*vos habeat potestatem nisi nos.* Nas Leis, e Posturas,  
 que D. Affonso II. fez no primeiro anno do seu Reina-  
 do se lê esta: „Que o homem livre possa viver com quem  
 „lhe aprover, excepto os que viverem nas herdades,  
 „e testamentos.”

Provas da  
Escravi-  
dação, que  
houve nos  
antigos  
tempos da  
Monar-  
chia.

## § XII.

Deste poder heril, fundamento da prepotencia dos  
 Donatarios, nasceo elles usurparem muitos direitos essen-  
 ciales ao Summo Imperio: de cujos attentados referiremos  
 alguns. O *Jus armorum* he inherente ao Summo Imperio;  
 sem elle não poderia existir o poder Executivo. Pelo  
 que nenhum Vassallo sem beneplacito do Soberano póde  
 usar delle. No Reinado de D. Sancho I. apparece a  
 guerra civil de D. Pedro Rodrigues contra seu primo  
 Pedro Mendes de Poiares: no Reinado de D. Affonso II. as  
 Irmãs delle se levantárao com os seus Castellos, e ter-  
 ras. A D. Sancho II. se tirou o Reino. No Reinado de  
 D. Affonso III. occorre a guerra intestina de Pedro Ef-  
 teves, e Fernando Affonso. As desordens de D. Affonso  
 IV. com seu Pai D. Diniz, as de D. Pedro I. com seu  
 Pai são bem sabidas.

Attenta-  
dos, que  
fizerão os  
grandes  
nos Direi-  
tos do  
Summo  
Imperio.

## § XIII.

## § XIII.

Usurpa-  
vão o di-  
reito de  
Legislar.

O poder de Legislar, e o de julgar, são também inherentes ao Summo Imperio. Muitos dos Donatarios, e Grandes do Reino não sómente davao leis aos seus Vassallos; porém elles lhes faziao expressa prohibiçaõ para se não hirem queixar ao Rei; e muitas vezes accrescentavao, que não reconhecessem outro poder sobre elles, senão o seu. No Foral da Villa Boa Jejua se lê esta clausula: *Et toto vicino de Villa bona, qui fuerit cum quærimonia de suo vicino a Rege; et non quæsierit accipere judicium de vestros Juratos, peccet x. mrs., et exeat de Villa; et remaneat hereditate in manu de vestro Concilio.* E no Foral de Carvalhal de Ceras se lê a arrogante clausula, de que já fizemos mençaõ. (§. XI.)

## § XIV.

Nomes,  
que deno-  
tavao o  
grande po-  
der dos  
Donata-  
rios.

Estes foraõ os fundamentos do grande poder dos Donatarios, e Senhores de terras; a quem muitas vezes davao os nomes: *Senhores de baraço e cutelo, Senhores de pendaõ e caldeira*; cujos nomes declaraõ a usurpaçaõ do Summo Imperio, que elles faziao. Passemos agora a tractar do poder dos Ecclesiasticos, ainda mais fatal para o Estado.

## CAPITULO III.

*Do grande poder dos Ecclesiasticos; da sua origem, e causas.*

## § XV.

Causas do  
grande  
poder dos  
Ecclesiast-  
ticos.

**O**S Ecclesiasticos foraõ poderosos 1.º porque por muitos seculos elles foraõ os que tiveraõ só a instrucçaõ publica, e foraõ também Mestres dos mais homens: 2.º pelas

las muitas terras, e Jurisdicções da Coroa, que entráráo nas Igrejas, e Mosteiros : 3. pelas maximas Ultramontanas, que espalhárao por toda a parte.

## § XVI.

Depois da invasão dos barbaros no quinto seculo; <sup>Mestres dos povos.</sup> as Sciencias perdêrao aquella tranquillidade da Republica necessaria para a sua conservação, e augmento. Huns povos cuidavao em conquistar; outros em se defender. Augmentou ainda mais a ignorancia, a suppressão, que Justiniano no seculo VI. fez por todo o Imperio dos salarios dos Professores. No seculo VII. no Concilio de Carthago se determinou, que nenhum secular ensinasse nas Igrejas Cathedraes. Esses poucos conhecimentos, que então havia estavao, como em monopolio, nos Ecclesiasticos. A ignorancia foi cada vez a mais: no seculo VIII. os Conegos de S. Chronegando, he que ensinavao Grammatica, Rhetorica, Arithmetica, Musica; e nesse mesmo seculo Carlos Magno decretou, que em cada Mosteiro, e Sé houvesse Mestres de Grammatica, Arithmetica, e Canto Gregoriano. O bom gosto dos Romanos se tinha perdido, sem critica as fallidades, e fingimentos erao a montes. No IX. X., e XI. as trevas foraó cada vez a mais. No XII. he que se formou a nossa Monarchia, onde os Ecclesiasticos, assi como por toda a Europa, foraó os Mestres.

## § XVII.

João Peculiar foi estudar a França, e em 1120 fundou (a) o mosteiro de S. João de Tarouca. O mestre Julião, o mestre Pedro, o Cantor Eborense conhecidos <sup>Mestres dos primeiros tempos da Monarchia.</sup> pelos monumentos dos primeiros tempos do Reino, erao Ecclesiasticos. Os Templarios recebiao doações dos pais

Tom. II.

Bb

pa-

(a) Chronica dos Conegos Regrantes.

para lhe ensinarem seus filhos : tal he humma , que lhe fez D. Fernando Joaõ , e sua mulher D. Adroisa em 1259: *Damus tali pacto ut vestiant nos ambos de brunetis , aut de verdis mantos , aut sajas , et calceas , et dent nobis portiones , velut alijs fratribus , quando voluerimus , et recipiant nos quasi alios fratres , et doceant , e faciant nostros filios esse milites.* Nas Cathedraes , e Mosteiros he que havia alguns estudos , como refere Brandaõ , e dos Padres de S. Domingos conta Frei Luiz de Sousa , que ensinavaõ Grammatica.

## § XVIII.

Doações  
imensas  
feitas á  
Igreja.

As doações , que os Reis , Grandes , e todas as Classes de pessoas fizeram aos Ecclesiasticos ; as izenções dos tributos , e encargos publicos ; forão o segundo fundamento do seu grande poder. Mestres naõ só dos Vassallos , porém dos Principes tambem , elles fizeram os suffragios ( que por muitos seculos na Igreja tinhaõ sido gratuitos ) hum forte escudo da sua ambição . Citavaõ-se as benções de Deos a Constantino Magno , e Theodosio pelas doações , com que elles tinhaõ enriquecido a Igreja. O Bispo de Silves Jeronymo Oforio , escrevendo a D. Sebastião diz assi. ,, Está bem manifesto , (a) que to-  
 ,, do o Principe que accrescentou honra á Igreja de Deos  
 ,, foi honrado , e favorecido de Deos com sua graça ,  
 ,, e alcançou immortal memoria ; e os que a vexáraõ todos  
 ,, tiveraõ desaventurado fim. Ponha V. A. os olhos em  
 ,, hum Constantino Magno , em hum Theodosio o Gran-  
 ,, de , e em hum Carlos Magno ; e verá quam amigos da  
 ,, Igreja , e quam grandes mercês , prosperidades , e hon-  
 ,, ras por este respeito da mão de Deos recebêraõ. Veja por  
 ,, outra parte o Emperador Federico Baba-roxa , e depois  
 ,, a

---

(a) He o sofisma que chamaõ *non cause pro causa*. A Rainha Izabel , e o Principe de Orange forão os mais affortunados Principes , e os que mais perseguirão os Catholicos Romanos.

„ a Frederico II., e outros, que se esquecêrao deste cami-  
 „ nho, quam tristes fins tiveraõ; e nisto se cumpre, o que  
 „ diz Deos pelo Profeta Izaías: *Gens et regnum, quod*  
 „ *non obediet tibi, peribit.* „

## § XIX.

Destes falsos principios nascêraõ os bens immensos O Erario, que de sua natureza he inalienavel, acha-se consumido com as doações á Igreja, que entráraõ no Patrimonio da Igreja de tal sorte, que se fizermos huma exacta averiguação, acharemos o antigo Erario consumido pelos Ecclesiasticos. Só Alcobaça passa de trinta Villas que possue. Cruzios, Bentos, Gracianos, Dominicos, Jeronymos &c. todos tem as suas Chronicas cheias de louvores dados aos Reis que lhes fizeraõ doações. O mal creſceo até tal ponto: que a Filippe II. se fez huma Consulta dos bens da Coroa, que muitos Conventos tinhaõ, e deviaõ de largar, por serem de sua natureza inalienaveis (Frei Luiz de Sousa Chr. de S. Dom. P. II. C. 17.) Nesses mesmo Reinado, o Procurador da Coroa chegou a offerecer libello contra os Padres de Christo pelas muitas, e grandes doações, que possuiaõ de bens da Coroa. (Consta de varios Autos, que no Juizo da Coroa traz o Povo de Thomar com o Convento de Christo.) E no seculo passado escrevendo a Camera de Thomar a Filippe III. (a) lhe diz: „ que os campos do Reino vaõ areados, e naõ lhes acudindo a agua a seus tempos como ordinariamente acontece por nossos pecados naõ daõ nada; e padece todos os annos o reino fome, que se remedêa com o paõ, que vem de França, e outras partes; a troco do qual levaõ deste reino mais de quinhentos mil cruzados, que he hum tributo necessario, que se naõ pôde escusar. Nelle ha muito poucos lavradores, e elles lavraõ terras alheas, porque as mais dellas saõ de *Mosteiros, Igrejas, Reguengos* &c. „ Eu ommitto os muitos, e diferentes

Bb ii

mo-

(a) Livro registrado por *Cardoso* no Archivo da mesma Camera.

modos, que a Igreja teve de adquirir. Basta dizer, que a Lei de Amortização feita desde o principio da Monarchia, ou pouco, ou nenhum uso teve, como bem o declara o citado Historiador (Frei *Luiz de Sousa* P. I. L. V. c. 25.) e as frequentes repetições da mesma Lei; que affaz indica a sua pouca observancia. Porém de todos os donativos que recebêraõ os Ecclesiasticos, (a) nenhum igualou ao que lhes fez ElRey D. Manoel izentando-os do tributo das fizes.

## § XX.

Maximas  
Ultramon-  
tanas de-  
fendidas  
pelos Ec-  
clesiasti-  
cos.

Foraõ tambem os Ecclesiasticos poderosos pelas maximas ultramontanas, que desde o principio da Monarchia começáraõ a estabelecer, augmentando o seu uso de Reinado em Reinado. D. Affonso I. fez-se feudatario á Santa Sede. D. Sancho seu filho chama ao Papa Senhor do seu corpo, e da sua alma, e o deixou seu Testamenteiro. No Reinado de D. Affonso II., he que o celebre Soeiro Prior Dominicano fez Leis contrarias ás do Rei. D. Sancho II. por intrigas dos Ecclesiasticos, he que foi expulso do Reino: D. Affonso III. concordou com elles, que em todos os negocios, que pertencessem ao Estado, obraria com o conselho dos Prelados; e Gregorio X. lhe escreveu ameaçando-o de excommunhões, e interdições. E reflectindo nos nossos Annaes observa-se, que á proporção dos annos, foi crescendo a denominação Jurisdicção Ecclesiastica: até que no Reinado de D. Sebastião se decretou, que os Prelados podessem castigar os Leigos em todos aquelles casos que são permittidos pelo Concilio de Trento; de cujo Decreto diz hum nosso Jurisconsulto, ainda falto dos conhecimentos do Direito Publico, *An Rex per se solus sine publicis Comitibus hoc* po-

(a) Como esta Corporação entrou a ser a mais rica, por consequencia entrou a fazer mais compras, e vendas, as quaes sendo izentas de fiza, o pezo carregou sobre os Seculares; o que mais se verificou, quando as fizes começáraõ a ser por encabeçamentos.

*potuisset facere?* ( Gabriel Pereira ). No Concilio XI. de Toledo se tinha decretado, que os Bispos tivessem o poder de mandar prender, e desterrar; porém a Igreja Portugueza não tinha recebido tal ufo.

## § XXI.

Além dos Grandes, e Ecclesiasticos, os Magistrados, e seus Officiaes foraõ sempre olhados como huma classe de gente temivel aos mais Cidadãos: o poder de julgar, e castigar, que exercitaõ em nome do Principe; lhes daõ bastantes meios, para atropellar os mais; posto que as Leis lho vedem.

## § XXII.

O corpo da Magistratura, se foi cada vez fazendo mais poderoso, á proporçaõ que crescêraõ as causas de se fazer o Direito vacillante. Os primeiros combates foraõ entre o Direito Romano, e Patrio; sahindo cada hum delles de Póvos, que tinhaõ constituiçaõ, e costumes diferentes; não podia dahi resultar hum todo harmonioso. Maiores brechas ainda fizeraõ as Leis, que vieraõ do Direito Canonico; das opinioes dos Doutores; da praxe de julgar: e por ultimo a Compilaçaõ Filippina, que está chea de antinomias, deraõ occasiaõ aos julgadores de voltarem as Leis a seu arbitrio.

## § XXIII.

Os Advogados, e Officiaes de Justiça foraõ sempre olhados como poderosos pelos seus officios. Os Letrados são os mestres, que ensinaõ aos mais homens os direitos, que lhes assistem. Os negocios forenses dependem de certas formulas, (a) que elles, e os Escrivaes possuem; pe-

---

(a) Nos não temos aquellas formulas solemnes, que tinhaõ os Romanos, com as quaes os Patricios faziaõ a plebe delles dependente. Cic.



pelo que a justiça das partes delles depende bastantemente.

#### § XXIV.

Os homens  
atrevidos.

Os homens atrevidos, ou pelas suas riquezas, ou pelas suas forças, ou por se ajuntarem com outros podem ser também olhados como poderosos, e nelles se executou muitas vezes o direito da Correição. Tendo tractado das pessoas, contra as quaes tem principalmente lugar o direito de Correição, (§ II.) passemos agora a tractar das Leis Correctorias, impeditivas dos males, que a Republica recebia de taes homens.

### C A P I T U L O IV.

*Das Leis Correctorias relativas aos Grandes, e das differentes tempos, em que foram promulgadas.*

#### § XXV.

Causas  
porque en-  
tre nós o  
Summo  
Imperio  
fenaõ di-  
lacerou.

**A** Lém das Leis, que impedirão os damnos, que o Estado podia receber dos poderosos; acho tres usos desde o principio da Monarchia, que servirão de impedimento aos Grandes, para que se não fizessem despo-tas, assi como succedeo em outros Estados. Estes são as *Confirmações*, as *Collectas* ou *Colheitas*, e os *Aggravos*:  
tres

---

de Orat. I. 61. A Legislação Patricia manda, que se julgue pela verdade sabida, sem embargo do erro do processo: mas a pezar disso, as partes não são ouvidas em processo escripto, sem constituirem Procurador Letrado Ord. L. I. t. 48. Coll. 3. n. 4. Esta Legislação propria para as Relações de Lisboa, e Porto, e contraria á Ord. L. I. t. 92. § 8. e 9. se fez praxe comua. V. Vallaasco Conf. 25. n. ult. &c. do qual provavelmente se deduzirão os mencionados assentos. A praxe de aggravos, e a Legislação que ha sobre elles; o conhecer a sua natureza; as differenças que tem da appellação, sendo hum remedio analogo, são materias mais intrincadas, que as formulas Romanas, que aclarou Caeo Flavio. Cic. pro Murena Cap. 11.

tres pontos, em que os mais Apotentados ficárao dependentes do Summo Imperio, entre nós.

## § XXVI.

Os Diplomas dos primeiros tempos do Reino <sup>As Confirmações</sup> <sup>saõ do primeiro tempo da Monarchia.</sup> ~~pro-~~vaõ bem o uso antigo das Confirmações. A Rainha D. Thereza em 1128 deo o Castello de Soure aos Templarios; e no anno seguinte o mesmo Castello se acha dado outra vez aos mesmos Templarios por seu filho D. Affonso Henriques, que entao se chamava, Infante, e Principe dos Portuguezes. D. Sancho I. deo a Pedro Ferreiro hum terra em Ordeales pelos serviços, que lhe tinha feito, e porque era seu bêteiro; D. Affonso II. lha confirmou. O mesmo D. Sancho deo a D. Froile Hermige Villa Franca de Xira, e D. Affonso II. tambem lha confirmou. &c. (a)

## § XXVII.

As Collectas eraõ hum tributo, que pagavaõ todas <sup>E tambem as Collectas.</sup> as terras, ainda que fossem dos Ecclesiasticos. Este encargo, que he desde o principio da Monarchia, constava de certa porção de fructos, que se dava ao Rei para sua comedia, quando passava pelas terras. No Art. 2. da Concordata de D. Sancho II., se diz, que o Rei recebera este tributo nas Igrejas Cathedraes, nos Mosteiros, e outras Igrejas, onde as tiveraõ os Reis de Portugal seus Avós. E D. Affonso III. concordou tambem (Conc. II. Art. 9.) com os Ecclesiasticos, que as Collectas seriaõ em fructos, e naõ em dinheiro: *Item quod collectas non recipiam in pecunia numerata, nec majores, quam Avus meus recipiebat.* (b) Os Donatarios da Coroa tambem pa-

(a) Varias Escripturas, que se achao no Cartorio do Convento de Christo.

(b) Parece por estas Concordatas, que naõ teve uso huma das Leis de D. Affonso II. dictada provavelmente pelos Ecclesiasticos, que em

pagavaõ esta contribuiçaõ, que era hum direito Real generico. D. Sancho II. fazendo doaçaõ da Idanha a velha aos Templarios em 1244 diz: *Quito totum directum quod habeo, et habui in Egítania Veteri, et in Salvaterra Ordini Templi, et hoc facio pro remedio animæ meæ, et pro amore D. Martini mei Collacii, Magistri ordinis Templi in tribus regnis Hispaniæ, exceptibus juribus regalibus videlicet, quod recipiant monetam meam, et quod dent inde mihi collectas, et quod eant in exercitum meum et in meam anadurvam et alia jura secundum quod habeo, et illa habere debeo in aliis Castellis, et villis, quæ prædictus Ordo Templi in Regno meo habet.*

### § XXVIII.

**Aggravos.**

Os Aggravos, e queixas ao Rei, e as Sentenças do Poder supremo, posto que as contendias fossem entre os Grandes do Estado, são também desde o principio da Monarchia. A mesma prohibiçaõ que alguns Donatarios fazião aos seus Villaõs, para que se não fossem queixar ao Rei (§ XIII.) mostra, que elles tinhaõ esse uso. Na contenda, que houve no tempo de D. Affonso Henriques entre o Abbade de Soalhaes com Gonçallo Affonso, e Pedro Paes, ella foi decidida diante d'ElRei, presentes varios Bispos. (*Sousa* nas Prov. L. XIV. n. 7.) E no tempo de D. Affonso III. fazendo D. Gomes Lourenço agravos á Prioriza de Santa Anna de Coimbra D. Thereza Dias, esta se queixou ao Rei, o qual reme-

---

taõ fazião o Conselho principal do Rei. A Lei he esta,, Porque nos ,, parece cousa desaguiçada que aquelles, que estão a serviço de Deos ,, de serem aguardados por poderio sagral estabelecemos que os Ecclesiasticos não sejaõ constringidos nas colheitas, que para nos tirarem, ,, nem daquelles que de nos as terras tiverem,, &c. N. B. Quando nesta Memoria citarmos Leis dos antigos Reis, sem indicarmos as fontes donde as tiramos, fica-se entendendo os Manuscritos, que da Torre do Tombo foraõ enviados para a Univeridade de Coimbra.

metteo a decisaõ ao Concelho de Coimbra; que mandou ao dito D. Gomes desistisse dos aggravos que fazia á Abbadessa: *In Concilio intimatum est ne inferret damna D. Theresia Didaci, et Conventui de Cellis.* (Brandaõ) (a)

97

## §. XXIX.

Para cohibirem o poder dos Grandes os Reis de Portugal publicáraõ varias Leis, e fizeraõ varios Magistrados. D. Affonso II. tirou o costume, que havia em Coimbra, e mais terras do Reino, pelo qual o Alcaide, ou Senhor da terra levava a terça parte do comestivel, que se vendia; fez izençaõ do tributo, que chamavaõ *alias*: (b) com maõ armada defendeo os direitos do Summo Imperio, que suas Irmãas como Donatarias de certas terras lha queraõ usurpar. Da sua Lei, que os que tiverem terras do Rei, naõ tomem cousa nenhuma aos Villãos sem as pedirem aos Juizes, teve origem a Ord. L. II. t. 50.

Leis correctorias de D. Affonso II.

Tom. II.

Cc

§ XXX.

(a) No Reinado de D. Affonso II. já faz mençaõ de Tribunal, e Juizo do Rei, onde se pleiteavaõ as causas em segunda instancia: „ Co-  
„ biçante nos poer cima aas demandas, e que por aquetto hajaõ fim qual  
„ devaõ, estabefescemos, que se algum trouxe a nosso Juizo aquel  
„ com quem houve demanda depois da Sentença de nossos Juizes, e  
„ depois foi vencudo, e achado que a Sentença que ganhou foi boa...  
„ pagara o venculo segundo a qualidade de sua pessoa. „

(b) *Alias* era hum tributo, que se pagava para manença das aves, com que se fazia a caça. *Fernão Lopes* o mais antigo dos nossos Chronistas fallando de D. Pedro I. diz: que elle trazia grande Casa de Caçadores, e moços do monte, e de aves. (Cap. 10.) D. Diniz fez Lei em 1226 da Era de Cezar para que, os que achassem Falcões, ou Gaviões os entregassem a seus donos, pena de furto: e antes D. Sancho II. (Conc. Art. 7.) tinha concordado com os Ecclesiasticos do seguinte modo: *Placuit insuper domino Regi, quod nec canes, nec aves... mittat ad monasteria.*

## §. XXX.

De D.  
Affonso  
III.

D. Affonso III. annualmente tirava devassa (a) dos Juizes : mandou (b) inquirir a respeito das Honras, e dos que tinhaõ Jurisdicções, e Terras da Coroa : determinou, que os Alcaides não fizessem pedidos de paõ, nem colheitas ; nem pouzassem nas terras, em que era costume em tempo de seu Pai, e Avô : fez Lei para que os Fidalgos, e seus Mordomos não pouzassem nas Igrejas, e Mosteiros (c), nem lhes tirassem os seus bens contra sua vontade : e punha Juizes (d) quando julgava, que os eleitos pelo Povo não administrariaõ bem justiça.

## XXXI.

(a) Concord. I. Artig. 21.º

(b) Brandaõ L. XVI. Cap. 69., e D. Antonio Castano de Sousa nas Provas L. XIII. n. 11.

(c) Leis de D. Affonso III. tiradas da Torre do Tombo, e Cod. de D. Affonso V. Liv. II. T. 4.

(d) Estes são os primeiros Juizes, que se podem chamar de Fóra ; porque eraõ de fóra das terras, e fóra da ordem commua de se fazerem, que era por eleição do Povo. Na Concord. I. deste Rei Art. 2. fallando dos Juizes diz elle, que os porá onde lhe parecer : *Per totum regnum justos, et rectos, quantum mihi Dominus dederit intelligere per electionem populi cui praeordinatus est iudex*, vel alio modo *secundum Dominum*. . . *Et hic cum sic electus fueris vel assumptus etc.* E D. Affonso IV. nas Cortes de Torres Novas, de 1352, Artg. 7. fallando de Juizes de Fóra diz : *Movemonos de pper esses Juizes especialmente por rrazã dos testamentos, dos que ahi. passaraõ no tempo da peste, que Deos deo pouco tempo ha em a terra para serem compridos por esses, nossos Juizes, como foi vontade dos passados.* A vista destes factos historicos não podemos comprehender a rrazã, porque na Historia Juris Civil. Lusitan. § LXXX. se diga fallando de D. Manoel : *Primus iudices, quos, sarraneos nominamus, qui scilicet supis ad causas judicandas assumuntur, creavit.* Se D. Manoel foi o primeiro que creou Juizes de Fóra, como havia já no Reinado de D. Affonso V. legislação para esses Juizes, que he o Tit. 26. do L. I. do seu Código, a epigrafe do qual Tit. se poem no Append N. II. p. 106. da citada Obra, isto he : *Da manel, ra que haõ de ter os Juizes, que ElRey manda a algumas villas, por seu serviço, e do poder que haõ de levar*.

## § XXXI.

D. Diniz mandou, que nem Conde, nem Rico-Homem, nem Infanção tomassem besta de sella sem agrado de seu dono, porém que as Justiças lhas dariao de almocrevaria. Em 1349 da Era de Cezar decretou, que nenhum Cavalleiro tomasse vianda sem consentimento dos Alvalzís; e ninguém tivesse Porteiros sem licença d'ElRei, salvo os que os tivessem no tempo de seu Avô: que ninguém podesse ter honra de Cavalleiro senão por ElRei, e que os Cavalleiros que faziao os Ricos-Homens não fossem livres de serviço. Sobré as Honras que muitos pretendiao ter, quatro vezes mandou inquirir (*Brandaõ* L. XVI. c. 68.).

De D.  
Diniz.

## § XXXII.

D. Affonso IV. determinou, que só os Juizes a quem elle desse poder, he que teriao a faculdade de dar legu-ros. Nas Cortes de Santarém de 30 de Maio de 1369 (a) da Era de Cezar, no Art. 46. determinou, que os Alcaides, que tivessem por foro estarem em Concelho, não impedissem aos Juizes desembargar os feitos, antes impedissem os poderosos, que nellê quizessem fazer torvação; e que os Ricos-Homens, e Cavalleiros, não trouxessem degradados, e malfeitosores consigo; e no Edicto Geral (b) definio a Jurisdição dos Donatarios.

De D.  
Affonso  
IV.

## § XXXIII.

D. Pedro I. foi hum dos nossos Monarcas; que com maior igualdade administrou justiça. O caso, que o antigo Chronista *Fernão Lopes* refere de certo Fidalgo d'Entre-Douro e Minho, Senhor de Vassallos, o qual

De D.  
Pedro I.

Cc ii

pas-

(a) Chancellaria de D. Affonso IV.

(b) Ord. L. II. tit. 45. § 6.

passou com hum Lavrador seu subdito; mostra bem que a Jurisdicção Feodal, que na Alemanha fazia nascer tantos Summos Imperantes, nesta parte da Hespanha perdia toda a sua força. (a)

## § XXXIV.

D. D.  
Fernando.

D. Fernando nas Cortes de Atouguia em 1375 deo fórma, como os Donatarios havião de usar das suas Jurisdicções, (b) donde se deduzio parte da Ord. L. II. t. 45. Fez Lei para castigar as malfetorias, que os Fidalgos, e pessoas poderosas fazem com armas por onde andão. (c)

## § XXXV.

De D.  
João I.  
D. Duarte,  
e D.  
Affonso  
V.

D. João I. prohibio aos Fidalgos appropriarem-se das Igrejas, e Mosteiros. D. Duarte determinou, que nem as Rainhas, nem os Infantes dessem cartas de privilegios. D. Affonso V. declarou o modo como as Rainhas, e Infantes havião de usar das Jurisdicções nas Villas, e Terras, que lhes fossem dadas por ElRey. (d)

## § XXXVI.

De D.  
João II.

D. João II. acabou de estabelecer os direitos do Summo Imperio respectivamente aos Grandes, e Donatarios

(a) Escandalizado o Lavrador, de que o Fidalgo lhe não restituisse trez tassinhas de prata, que lhe tinha pedido: mas antes o mandasse estancar, se foi queixar ao Rei. Informado de caso lhe mandou, que se não fosse da Corte, e que seu Escmoler lhe daria o necessario. Sendo o Fidalgo chamado pelo Rei, hum anno o trouxe após de si, sem que lhe beijasse a mão. Por fim mandou o Rei que pagasse tudo o que o Lavrador tinha gasto, e por seu mandado lhe disse o Escmoler: „Que alli lhe entregava aquelle Lavrador, e que visse lá como o „tracava; porque havia de dar conta delle vivo, e tão todas as vezes, „que ElRei mandasse. „Chr. Cap. 11.

(b) Leis de D. Fernando.

(c) Cod. Affons. L. II. tit. 39.

(d) Codig. Affons. L. II. tit. 39.

rios da Coroa. A Jurisdição criminal lhes foi tirada, os Ministros Regios entráram pelas suas terras em Correição; e elles fôram obrigados a dar ao Rei nova, e differente homenagem.

## § XXXVII.

A dilatada paz, que por mais de cem annos tivemos com os nossos vizinhos, em cujas guerras os Grandes não poucas vezes tinham intrigado; as muitas expedições maritimas; e longinquas; a que fôram obrigados; a nova constituição militar, que inteiramente deixou o exercicio dependente das ordens do Soberano; as muitas riquezas que entráram no Reino, as quaes introduzindo o luxo, humanizáram os costumes, posto que por outra parte se pervertessem; fizerao desaparecer dos nossos Annos as reliquias da escravidão *glebae*; a qual em nossos dias muitos dos Estados de Europa tem abolida.

Causas  
por que  
cessou o  
poder  
dos  
Grandes.

## § XXXVIII.

Temos tractado das Leis, com que o Summo Imperio corrigio o poder dos Grandes; passemos agora a tractar como este Summo Imperio exercitou os seus direitos, respectivamente aos Ecclesiasticos, e Magistrados.

## CAPITULO V.

*Das Leis correctorias respectivamente aos Ecclesiasticos, Ministros, e Officiaes de Justiça.*

## § XXXIX.

A Nossa Monarchia teve principio quando já os Ecclesiasticos tinham estabelecido a sua. A ignorancia dos Seculos VII. e VIII., e seguintes fez passar por verdadeiras as Decretaes de Lidoro Mercador, em que ella se

Causas  
do gran-  
de poder  
dos Ec-  
clesiasti-  
cos.



estribava. No Seculo XII. Graciano estabeleceu, ou melhor, colligio, e encorporou no seu *Decret*, estas novas maximas; que augmentavao o poder da Monarchia da Clerozia. Taes saõ estas: Que o Papa não está foyeito aos Canones; e que em nenhum caso os Juizes Leigos podem julgar o Clero. V. *Fleury* Hist. Eccles. L. XLIV. n. 22. e L. LXX. n. 28. Concorreo tambem para o augmento deste excessivo poder, a avocaçaõ das causas na primeira instancia por via dos Legados *a Latere* (a), ou dos Juizes delegados; as guerras Santas, ou as Cruzadas; as Ordens Mendicantes; a qualidade das causas v. g. as que levavaõ juramento, aquellas que tinhaõ por occasiaõ o Sacramento, como eraõ as do Matrimonio &c. Vid. a Diff. 7. de *Fleury*. Para se oppõem a este grande poder, que muitas vezes poz os Estados nas maiores perturbarções, os nossos Soberanos estabelecerãõ algumas Leis, que lhe serviraõ de barreira; sendo para admirar que nos tempos mais remotos se conservassem Regalias, que ao depois se perdêraõ.

## § XL.

Meios  
com que  
os nossos  
Monarchas se  
opporãõ  
aos  
Ecclesiasticos.

A Historia nos refere as grandes contendas, que houve entre os Ecclesiasticos, e D. Affonso II., D. Sancho II., D. Affonso III., pugnando cada hum destes Monarchas pelos usos da antiga Igreja Portugueza. As Leis de D. Diniz mandaõ, que o Official de Justiça se for Clerigo, e se deshonestar com pessoa, que perante elle requer, perca o patrimonio: que os Clerigos não comprem bens nos Reguengos: que o Freire, ou Frade, que estiver por Commendador em Granja, se pedir emprestado, fiquem os bens da Granja obrigados ao emprestimo: que nos contra-

---

(a) Os Legados *a Latere*, quando passavaõ por qualquer Estado levavaõ huma comitiva, que impunha aos Reis, a quem os Papas escreviaõ recomendando-lhes que lhes fizessem toda a honra. A nosso respeito, e com semelhante recommendaçãõ ao nosso Soberano traz *Riser* hum caso, Act. Pub. T. I. 1199.

tractos se não ponha juramento. E porque os Ecclesiasticos fazião comprar bens de raiz por pessoas Leigas (para illudir a Lei da Amortização, que elle tinha renovado) mandou, que jurassem, que eraõ para elles: como se vê em varios lugares do Livro de Leis, e Posturas antigas dos nossos primeiros Reis, que se acha na Torre do Tombo.

## §. XLI.

D. Affonso IV. mandou, que os Leigos nas causas da Jurisdição do Rei não respondessem diante de Juiz Ecclesiastico (Ord. L. II. t. 1. n. 5. 6. e 9.); que os Vigarios do Bispado se não intromettessem em publicar os testamentos. D. Pedro I. fez Lei (a) para que todas as Cartas, que viessem da Corte de Roma, se não publicassem, sem que primeiro houvesse o Regio beneplacito: e fazia que as Igrejas, e os Clerigos pagassem para o que fosse de proveito commum. No seu tempo os Ecclesiasticos não tinhão ainda Escrivães para o seu fóro. Governando D. João I., (b) as Justiças seculares eraõ as que tomavaõ conta dos testamentos, que não eraõ dos Ecclesiasticos; e a Ajuda do braço secular para execução das Sentenças dos mesmos Ecclesiasticos, durou até o tempo de D. Sebastião. O poder immenso, que elles tiveraõ nos Gabinetes dos Principes, fez perder estas, e outras Regalias, que eraõ como barreira opposta á Monarchia Ecclesiastica. D. Diniz por Lei datada em 1321 da Era de Cezar mandava a seus Officias, que fizessem alçar as excommunhões em taes, e taes casos: porém D. Affonso V. mandou indistinctamente (c), que em tal materia se não intromettessem. Perdêraõ-se as Collectas que as Igrejas, e Mosteiros pagavaõ para sustento do Principe, e sua Corte; abo-

(a) Concord. deste Rei Art. 3. 23. 42.

(b) Concord. de D. João I. Art. 91.

(c) Concord. de D. Affonso V. Art. 1.

abolio-se (a) o uso das Confirmações dos bens, que as Igrejas tinham da Coroa; e pela maior parte (b) se extinguio a terça parte dos dizimos, que pagavaõ as mesmas Igrejas para a reparaçãõ dos muros. Nôvos privilegios, e doações da Coroa alcançou o Clero nos Reinados de D. Manoel, D. Joã III.; porém os maiores golpes dados nos direitos do Summo Imperio fôraõ do tempo de D. Sebastiaõ, educado por Frades, gente, que inteiramente ignora os fundamentos das primeiras sociedades; e que por consequencia ha de ignorar aquelles, em que se estribaõ as sociedades maiores, que sãõ compostas, e se conservaõ, e propagaõ por vias da primeiras. Lutando pois contra taõ grande poder o Summo Imperio, para o corrigir permittio-se aos Vassallos vexados o Recurso á Coroa, as Tuitivas, e as Forças novas; remedios usados desde remotos tempos.

## §. XLII.

Leis correctorias  
para os  
Magistrados.

Para contêr os Magistrados, e Officiaes de Justiça nos justos limites da sua jurisdicção, os nossos Soberanos publicáraõ varias Leis. D. Affonso III. tomava residencia aos Juizes todos os annos. D. Diniz mandou, que as Justiças, que naõ julgassem segundo Direito seriaõ castigadas; que os Juizes dessem o agravo até nove dias; que o Official de Justiça que se deshonestasse com pessoa, que perante elle requeresse, fosse castrado sendo secular. Determinou o modo como os Officiaes haviaõ de cobrar as custas; o quanto deviaõ levar os Procuradores, e os Advogados, e o tempo em que seus salarios lhes seriaõ pagos.

(a) Concord. de D. Affonso V. Art. 12.

(b) Digo, que a maior parte das terças dos dizimos, que estavaõ destinadas para obras publicas se aboliráõ, porque algumas ficarãõ incorporadas na Coroa: e dellas fez doações a Fidalgos, os quaes nunca cuidaráõ do fim pelo qual as terças dos dizimos entráraõ no Patrimonio do Publico. Vejaõ-se as Sentenças referidas por Cabedo Decif. 63. P. II.

gos. D. Affonso IV., a fim de se evitarem demandas, que destruíam as terras, mandou; que não houvesse Advogados residentes na Corte, nem em nenhuma parte; e que para decisão do pleito os Juizes fizessem ás partes as perguntas, que bem lhes parecesse: e D. Pedro fez Lei; pela qual condemnava á morte o Juiz, que se deixasse corromper. (a)

## §. XLII.

Os poderosos em razão das suas forças, e ajuntamento, que faziao com outros, foraõ tambem objecto das Leis correctorias antigas. A asnuadas foraõ expressamente prohibidas por D. Affonso III.: seu neto D. Affonso IV. pôz penas aos que levantaõ volta em Juizo; e D. Joaõ II. por causa das parcialidades, que havia no Paço, instituiu o Meirinho do Paço (b) com doze homens.

Leis correctorias respectivamente aos ricos, e valentes.

Tom. II.

Dd

CA-

(a) He de notar, que as Leis antigas sem comparaçaõ alguma são mais conformes aos fins da Economia Civil dos Estados, do que aquellas que se publicáraõ depois. Parece isto contrario ao renascimentos das Sciencias na Europa: porém a comparaçaõ de humas, e outras fazem prova. As Leis antigas tendem a augmentar o trabalho, fazer o processo desembaraçado, diminuir a gente ociosa: as que vierão depois, seguirão o espirito de froxidaõ, em que o Estado cahio. Quaes são pois as causas de taes phenomenos? A soluçaõ deste problema he materia melindrosa. Esta toca com huma classe de gente (\* os Jurisconsultos), que costumada a julgar os mais, soffre pouco, que delles se faça juizo. Em quanto os Povos em Cortes representáraõ aos Principes as suas necessidades; em quanto elles deliberáraõ entre si dos meios, que havia para se occorrer aos males que padeciaõ, as Leis foraõ filhas de huma sabia Economia. Mas depois que tão importante materia foi só incumbida aos Jurisconsultos, que cheios das vastas Leis Romanas, não podiaõ por ellas conhecer a presente situaçaõ do Estado Portuguez; a situaçaõ, em que estava a Europa: as relações que tinhamos com os Estados do Mundo; as causas que tinhaõ arruinado a Lavoura, as Artes, e o Commercio; a Legislaçaõ, crescendo á sombra della os abusos, servio para nova ruina do bem do Estado. Este ponto pedia largas Memorias, porém elle não he deste lugar. (V. § 58. e 59.)

\* Deve-se entender dos que julgaõ, que no Corpo do Direito Romano ha tudo, o que he preciso para huma sabia Legislaçaõ.

(b) *Garcia de Resende*, Chron. de D. Joaõ II.

## CAPITULO V.

*Das Executores do Direito de Correição, segundo as  
differentes tempos.*

## § XLIII.

Direito  
de Cor-  
reição  
executa-  
do pelo  
Rei.

O Direito de Correição foi executado pelo Rei, e pelas pessoas enviadas por elle. Por muitos tempos os nossos Monarchas antigos (a) discorrêrão pelo Reino, administrando justiça aos seus Vassallos, e tolhendo os aggravos, que lhes causavaõ os poderosos. (§ XXXI.)

## § XLV.

Pelos  
Enviados  
do Rei,  
que se-  
gundo as  
differen-  
tes ida-  
des tive-  
rão di-  
versos  
nomes.

Usáraõ tambem os mais Reis do direito de Correição fazendo discorrer pelo Reino os seus Enviados. Do mesmo modo, que a Legislação antiga da França deo origem a muitos dos nossos Costumes, e Direito; assim tambem della se deduz o regimento antigo dos Correedores. (b) E he de notar, que quasi pela mesma ordem,

(a) *Fernão Lopes* (Chron. C. 6. até 12.) refere de D. Pedro I. varios casos de Correição que elle fazia pelo Reino. A Corte era entã o Tribunal do Rei. Daqui vem, que muitas vezes no Cod. Portuguez a Corte, e Casa da Supplicação se entendem promiscuamente, a Ord. de D. Manoel L. I. t. 42. „ Item dara Cartas de Procuradores da „ nossa Corte, e Casa da Supplicação. „ Os Ministros por quem o Rei tolhia os aggravos, e o acompanhavaõ, eraõ os Ouvidores, e Correedores da Corte. Daquelles se falla no tempo de D. Affonso IV. nas Cortes de Santarém feitas na Era de Cezar de 1369. Dizem assim „ Que „ os Ouvidores da Corte naõ ouçaõ senão os feitos dos poderosos, „ e fação pelos despachar em quanto estão nos Lugares. „ Dos Correedores se falla no Reinado de D. Pedro I. assim na Chronica de *Fernão Lopes*, como na Concordia.

(b) Nos Capitulares L. III. tit. 133. se manda aos Enviados do Soberano, que elegessem os Juizes, Advogados, e Notarios por todos os Lugares, e trouxessem consigo os nomes delles, para poderem vigiar sobre os que mal usavaõ do seu officio, e se lhes oppoem:

dem, que as nossas Leis estabelecem, que os Corregedores usem do direito de Correição, (§ 1.); por essa mesma nos Cap. se manda aos Enviados Regios *Missi Domini*, *Missi de palatio*, que fizessem suas inquirições. Entre nós os Enviados do Rei, que eraõ fixos, e permanentes em certas Comarcas, e Provincias, ou mandados para certos casos. Os permanentes chamaõ-se Meirinhos, Corregedores, e Adiantados, segundo a diversidade dos tempos; os segundos Alçadas, e Ministros Informantes.

## § XLVI.

Desde o Reinado de D. Affonso III. (a) até o de D. Pedro I. acha-se o nome de Meirinho para indicar os Magistrados Regios, que eraõ como chefes das Provincias. Elles em nome de ElRei discorriaõ por ellas frequentes vezes; fazendo justiça, e tolhendo aggravos. A Concordata I. de D. Diniz Art. 21. fallando dos Meirinhos, Nomes dos Enviados Regios no Reinado de D. Affonso III &c.

Dd ii

nhos,

---

que inquirissem da vida dos Bispos, e dos Abbades; e vigiassem sobre o bom governo das Igrejas, e Mosteiros L. I. tit. 22. e L. VI. tit. 69. : que expurgassem as Provincias de ladrões, e facinorosos. Cap. Carol. Calv. T. 11. § 1. O poder que levavaõ estes Enviados, era para conhecerem *de omnibus causis, quae ad Correctionem pertinere viderentur; quanto possent studio per semet ipsos Regia autoritate corrigendi; et si aliqua difficultas in qualibet re eis obfisteret, id ad Reges, vel Imperatores deferendi*, Cap. Ann. 810. § 3. C. 3.

(a) Na doação, que D. Affonso III. fez a sua filha D. Leonor para casar com Gonçallo Dias de Sousa se faz menção do Cargo de Meirinho Mor. D. Diniz em huma das suas Leis, que tracta das pessoas, que podem trazer á Corte os seus contendores, nomea em primeiro lugar o Meirinho Mor. Em outra Lei dom esmo Rei, datada na Era de Cesar de 1341. diz assim: „ D. Diniz &c. a vos Pero Esteves meu Meirinho faude. „ A determinação da Lei era, para que os Advogados, e Procuradores não levasssem salario das partes antes de findo o pleito; e conclue, que isto faça guardar no seu Meirinhado. Os Meirinhos das Provincias tambem se chamavaõ Meirinhos Mores, palavras que se referiaõ aos Meirinhos pequenos. *Frei Luiz de Sousa* L. IV. Cap. 10. Chron. de S. Dom.

nhos, que pousavaõ nos Mosteiros diz: *Hospitantur per loca hujusmodi passim et assidue discurrantes.*

## § LXII.

Execu-  
tores do  
direito  
de Cor-  
reição no  
Reinado  
de D. Af-  
onso  
IV. &c.

No Reinado de D. Affonso IV. cõtes Enviados do Rei achao-se promiscuamente, já com o nome de Meirinhos, já com o de Corregedores. Em hum dos Artigos das Cortes de Santarem da Era de Cesar de 1369 se diz: que os Alcaldes, Meirinhos, e Corregedores naõ levem maiores carceragês, que as do costume. No Reinado de D. Joao I. acha-se, que era Meirinho Mor da Comarca de Entre Douro, e Minho Ruy Mendes de Vasconcellos; e Nuno Viegas o moço o era entao da de Tras-os-Montes. E ainda no anno de 1459. se vê, que havia Meirinhos; porque em huma sentença datada nesse anno, e referida por *Miguel de Cabedo* (L. MScto do Cartor. do Convento de Christo de Thomar) se lê esta clausula: „ A todos os Corregedores Meirinhos &c. ElRei „ o mandou por Diogo Martins Doutor em Leis. „ Porém no anno de 1481 já as Leis concluião fazendo só menção de Corregedores: „ Mandamos a todos os Corregedores, Juizes, e Justiças. „ (*Sousa* Prov. L. XIV. n. 19.) Os Adiantados houve-os no Reinado de D. Affonso V. Os do Algarve, escrevêraõ aos de Lisboa, para que se opozessem a fim de que naquelle Reino naõ houvesse Adiantado, que era, dizem, hum segundo Rei (*Sousa* Prov. a este Reinado). No tempo de D. Joao II. he que a requerimento dos Póvos se tiráaõ os Adiantados. A Chronica deste Monarcha diz: „ E assi a requerimento dos „ Póvos, e por causas, e razões mui evidentes, que se „ apontaraõ, ElRei tirou os Adiantados, que em todas „ as Comarcas do Reino eraõ postos por ElRei D. Affonso, pessoas de titulo, e principaes, que punhaõ por „ si Ouvidores, que ouviaõ como Corregedores. „ (*Cabedo* Dec. I. n. 21. P. I.)

## § XLVIII.

## § XLVIII.

Estes Magistrados do Rei, que discurrião pelas Co-Poder-marcas, levavaõ consigo os feitos dos poderosos: (Cortes<sup>dos En-</sup> de Torres Vedras de 1382); faziaõ alçar as excommunhões<sup>viados do Rei.</sup>, que os Ecclesiasticos punhaõ aos Reguengueiros (Lei de D. Diniz de 1312); davaõ observancia ás Leis nos seus Meirinhados (Lei de 1309); e concediaõ Cartas de seguro (Concord. de D. Pedro Art. 13.) &c. (\*)

## § XLIX.

(\*) Como tratamos das pessoas, por quem os nossos Soberanos exercitáraõ antigamente o direito de Correição, parece que tinha aqui lugar o fallar dos Pretores, os quaes diz o Author da Histor. do Direito Civil Portuguez no § LXV \* eraõ mandados pelos nossos Monarchas ás Proviñcias. *In historia horum temporum* (falla da Epoca, que discorre do Reinado de D. Sancho I. até D. Fernando) *passim apud Scriptores nostros legentes offendunt nomina Praetorum*, Corregedores appellamus, qui ad provincias singulas cum imperio et iurisdictione mittebantur. Os seguintes reparos são a causa, de não incluímos os Pretores, de que falla o citado Author, entre o número dos Magistrados, que pelas Proviñcias exercitavaõ em nome de El Rei, o direito de Correição: 1. Não nos foi possível ver, e ignoramos quem foraõ os Escriitores Portuguezes da Epoca, que discorre desde o Reinado de D. Sancho I. até D. Fernando, os quaes frequentes vezes usão da palavra *Pretor* na significação de Corregedor: 2. Os nomes de *Pretores*, que occorem nas Escrituras desde o Reinado de D. Sancho I., e já antes, até D. Diniz, estes não eraõ Corregedores, ou Ouvidores Regios, mas sim Officiaes da Magistratura dos Póvos. Com muitos argumentos se mostra este ponto, ainda não tractado, assim como outros muitos que occorem nesta Memoria. As terras, em que os Pretores existiaõ mostraõ a nossa proposição. Na Lardosa, que he humma pequena Freguesia da Comarca de Castello Branco, havia Pretor. E que então fosse Villa de pouca consideração se mostra, porque foi dada por D. Joanna, Senhora particular, aos Templarios, a troco da Aldéa da Loufa, e outras cousas tambem de pequena entidade. Nesta Escriitura datada em 1264 assigna *Martinus Petri Praetor ipsius loci*. Donde se mostra, que sendo a Lardosa humma terra, que não era da Coroa, o Pretor, que alli havia, não se podia dizer que fosse Corregedor da Comarca. Da Lardosa a Castello Branco distaõ poucas legoas, e tambem em Castello Branco havia Pretor. No Foral desta Villa assigna *Donnus Rodericus Albo Praetor de Castello Branco*. No mesmo Foral assigna *Pretor Frater Martinus Gondisalvus*; o que indica, que os mesmos Templarios exerciaõ o cat-



## § XLIX.

O direito de Correição foi também concedido pelos Monarcas Portuguezes a alguns Donatarios.

O direito de Correição foi também concedido pelos Monarcas Portuguezes a alguns Donatarios. D. Fernando em huma doação, que fez ao Mestre da Ordem de Christo, lhe deo em todas as terras da Ordem o mero, e mixto Imperio, e a Jurisdicção, e Correição. (*Miguel de Cabedo, e Gonçalo Dias de Carvalho Chron. do Conv. de Thomar Manuscrita.*) Porém esta Correição sempre estava sujeita á maior Correição, que era do Rei. Porque em outra Carta de D. Fernando (*ibid.*) se diz: *Que os Corregedores do Rei não entrem nas ditas Villas, salvo se do dito Mestre seu Ouvidor, e Corregedor forem dadas querillas, ou denunciações, e em outra guisa nom.* E por esta razão a Ord. L. I. t. 7. § 22. diz, que os Corregedores da Corte farão Correição nos lugares onde o Rei estiver: „ e outra alguma Justiça a não fará, posto que o lugar onde nos estivermos „ seja da Rainha, ou de qualquer outro Senhor de terras, „ ainda que nas ditas terras estejaõ seus Ouvidores. „

§ L.

go de Pretor. A seguinte passagem tirada do Foral de Torres Novas em 1190 põe o ponto, que tractamos, na maior clareza: *Preterea Gonfaluus Menendus Praetor de Turrihus novis, et Egas Petrus Judex una cum Concilio ejusdem miserunt ad Thomar pro moribus quos in charta fite non tenebāt, unde Dominus Simeon Menendi de Thomar Comendator et Plagius Cabeça Judex, et Dominus Stephanus Praetor, et omne Concilium ejusdem hoc pro directo viderunt, et hoc est nostrum forum capitale.* Aqui temos dous Pretores em distancia de trez leguas; e sendo os Corregedores enviados para as Provincias, não podem os Pretores ser o mesmo. Em Abrantes também havia Pretor, como se vê de huma Escriitura que traz *Brandaõ* (App. P. V.) *Arias Praetor de Aurantes;* em Leiria também o havia. Do que concluímos, que os Pretores da Epoca, que discorre desde o Reinado de D. Sancho I. até D. Fernando, são diversos dos que trazem os Jurisconsultos Reinícolas, que com maior frequencia entráram a escrever desde o Reinado de D. João III., dos quaes talvez no citado lugar se quizesse fallar, tomando se a palavra *Praetor* no sentido de Corregedor, como elles fizeraõ sempre; porém em Epoca differente.

## §. L.

Os Enviados Regios não sómente foraõ mandados <sup>Alçadas,</sup> a certas Comarcas, nas quaes exercitavaõ o direito da <sup>que coi-</sup> Correição; porém muitas vezes eraõ enviados para conhecerem de alguns casos particulares; ou para discorrerem por todo o Reino; ou por alguma Provincia, inquirendo devaçamente: e entaõ se chamavaõ *Alçada*, que quer dizer, ajuntamento de Ministros enviados pelo Soberano. A Ord. L. I. t. 48. §. 3. falla dellas nas seguintes palavras. „ Porém nas Correições, e Alçadas, que mandarmos peio Reino, onde houver certo numero de „ Procuradores, não poderáõ procurar sem nossa licença. „ A nossa historia nos dá varios exemplos das Alçadas, ou Ministros, e Tribunaes ambulantes, que o Rei mandava a tolher aggravos. No anno de 1430 o Concelho de Soure se queixou ao Rei de certos aggravos, que lhe fazia o Mestre da Ordem de Christo (a); o Rei mandou ao Corregedor da Comarca da Estremadura, que lhos corregesse: e já antes no Reinado de D. Diniz, queixando-se os de Béja, que os Donatarios nos Casamentos de seus filhos, hiaõ pelas Villas, e circumvizinhanças com o Alcaide, Alvazís, e Homens bons, pedindo gallinhas, carneiros &c. D. Diniz mandou hum Ministro, o qual determinou, que não houvesse acompanhamentos, e que fosse só o noivo, e a noiva (Livro dos costumes antigos de Béja. *Brandaõ* L. XVIII.). Este uso parece tirado das Partidas, porque no t. 23. Part. II. se lê, que o Rei mandava os que se lhe hiaõ queixar, com cartas a certos, para que conhecessem daquelle feito. Em quanto ás Alçadas a Ord. acima citada indica, que ellas eraõ muito em uso; e *Garcia de Resende* diz, que D. João II. mandára hum grande Al-

(a) *Miguel de Cabedo* no lembrado Manuscrito do Convento de Thomar.

Alçada de certos Desembargadores, os quaes mandáraõ enforcar em Portel dous ladroens de grandes forças, sem ElRei o saber. Em 1504 Miguel de Cabedo (Manuscrito) dá noticia de certa Alçada de Rodrigo Homem na Estremadura; e Damiaõ de Goes diz, que D. Manoel mandou Corregedores por todo o Reino com alçada até morte. No Reinado de D. Sebastiaõ entrou no Arcebisado de Braga huma Alçada, a que indiscretamente se oppoz o Arcebispo Frei Bartholomeu dos Martyres (Fr. Luiz de Sousa). E na regencia da Senhora D. Luiza em 1662, havendo queixas da má administração da Justiça, ella mandou visitar os Tribunaes (Portug. Rest. P. IV. fol. 61, anno de 1662.).

## § LI.

Uso do  
direito  
de Correição  
nos antigos  
tempos.

Tento tractado das Leis, que corrigiráõ os poderosos nos antigos tempos (C. 4. § 25.), das pessoas que fizeraõ o seu objecto (Cap. 5. § 15.), e por quem foraõ executadas (Cap. 5. § 45.); temos fallado do uso do direito da Correição na antiga idade. Passemos agora a fallar deste nos tempos modernos; o que fará a materia do Cap. 6., e ultimo desta Memoria.

## CAPITULO VI.

*Do uso do Direito de Correição nos tempos modernos.*

## § LII.

Novas  
causas da  
diminuição  
do poder  
dos  
Grandes.

A Cima dicemos já (§ XXV., e XXXVIII.) as causas, porque os Donatarios, e Grandes do Reino não produziraõ as fataes desordens, que em outros Estados fizeraõ; onde de hum summo Imperio nascêraõ muitos. Nos tempos que se seguíraõ, a Nobreza de Portugal pela maior parte se sepultou no luxo, causado das muitas

ri-

riquezas, que das Conquistas tihnaõ trazido ao Reino. (a) A molleza, que produz o luxo; o naõ usar da tropa, que forneciaõ, e capitaneavaõ no tempo de guerra; o tirarfe-lhes tambem o poder de julgar, que passando aos Jurisconsultos, fez huma nova classe de Nobreza, pela qual a primeira diminuiu muito; tudo concorreo para que nos tempos modernos os Grandes em nada se oppozeßem ao summo Imperio, e em toda a parte a voz do Rei fosse ouvida com respeito, e veneraçãõ.

## § LIII.

Naõ foraõ assim os Ecclesiasticos. Nos Seculos XVI. XVII., e XVIII. em que vivemos, a maior parte dos bens de Portugal entrãõ nas Corporaçõs da Igreja; o seu poder foi taõ grande, que conseguiraõ escrever-se no Corpo das nossas Leis, que elles naõ eraõ da jurisdicçãõ do Rei. Jeronymo Osorio Bispo de Silves, bem conhecido pela pureza da sua Latinidade, escrevendo a D. Sebastiaõ por causa de huma Sentença, que tinha tido contra si no Juizo da Coroa, diz: „ Que por nenhuma via deste mun-  
„ do absolverá a Maximo Dias. „ (b) A sentença dizia, que se naõ o absolvesse „, o que eu de vos naõ espero, „ mando a meus Officiaes, que vos naõ obedeaõ, nem „ evitem a Maximo Dias. „ Sobre esta claußula da sentença continúa o citado Bispo: „ Quem deo tal poder a Jor-  
Tom. II. Ee „ ge

(a) Faça-se comparaçãõ da Nobreza nos tempos dos primeiros Vice-Reis da India, com aquella que existia nos tempos em que Philippe II. fazia as suas pretençõs a este Reino; e será facil ver naquella a inteireza, a justiça, o desinteresse, o amor da Patria; nesta a cobiça, a ambiçãõ, a venalidade. Europa Port. P. I. t. 3. cap. 2. § 19. e 36. O Conde da Eiriceira descrevendo a nossa situaçãõ na India em 1641. (Tom. I. L. IV. fol. 345) diz, que a causa das desgraças daquelle Estado eraõ, porque muitos Fidalgos levados de grande ambiçãõ que-riãõ em pouco tempo enriquecer.

(b) Maximo Dias naõ queria pagar dizimos de cetta Marinha, que era da Coroa; a razãõ em que se escribava era, que naõ pagando o Rei dizimo, elle como seu feitor o naõ devia pagar.

„ge da Cunha; (Juiz da Coroa), se V. Alteza o não tem,  
„como o terá elle? „

## § LIV.

Causas,  
que con-  
corrêrão  
princi-  
palmente  
em Portu-  
gal

Entre outras cousas, que concorrêrão para o augmento do poder dos Ecclesiasticos (§ 20.), foi huma, o correrem elles a cada passo, e as mais das vezes com a educação dos nossos Soberanos; apartando-os dos conhecimentos da Economia Civil dos Povos, a qual lhes faria perder a elles a sua dominação: a outra foi afastarem de Portugal todos os escriptos, que erão par-tos de huma sãa Filosofia, e que poliriaõ o Povo da sua rudeza, entretendo as Escolas com ociosas disputas. (a)

## § LV.

Fins que  
se propu-  
zão.

Tal foi o caminho dos Jesuitas. Jeronymo Osorio escrevendo ao Padre Luiz Gonçalvez da Camara, diz-lhe:  
„Se a tenção da Companhia he enriquecer, e mandar,  
„a sua tem ja no fato: tractem menos dos Principes (con-  
„tinúa o mesmo Bispo) e poderãõ livremente tractar de  
„Deos. „

## § LVI.

(a) Quando o Povo he mais barbaro; quando em lugar das causas dos phenomenos Naturaes, dá feitiços, milagres, duendos &c. os Ministros da Lei abusando da ignorancia do Povo, estabelecem nelle hum duro Imperio. Louvores eternos deverá sempre a França ao Bispo de Leão, o primeiro que pelas suas Constituições, e Seminarios introduzio no Clero do seu Bispado o estudo das Sciencias Naturaes, aquellas que tirão o homem da superstição, e fanatismo: sem as quaes o Povo ha de ser victima da illusão. Os nossos Bispos, ainda aquelles, que tem cuidado alguma cousa na instrucção do seu Clero, nada tem feito nesta parte. A authoridade publica tinha o maior interesse em obrigar a porção dos seus Vassallos, que se destina ao Sacerdocio (isto he a Mestre dos mais homens) a mostrarem-se primeiro habeis em hum curso das Disciplinas Naturaes, e Economicas: he magoa no fim do Seculo XVIII. ver a ignorancia do nosso Clero, principalmente o do Campo, o qual tinha maior obrigação de ser instruido!

## § LVI.

Desde o Seculo XVI. se entrou a escrever judiciosamente sobre os limites de hum, e outro Poder; e á proporção que a Filosofia se foi augmentando, o Direito Publico chegou á sua perfeição. Porém a Filosofia Escolastica, que entre nós dominou até ao Reinado do Senhor D. José I., fez prevalecer as maximas Ultramontanas; e a nossa Universidade era a primeira em lhes tributar respeito, e veneração. No principio deste Seculo a Bulla *Unigenitus* foi alli jurada em Claustro pleno.

Até que tempo dominou entre nós a Escolastica.

## § LVII.

A pezar com tudo dos muitos direitos, que os Ecclesiasticos usurpárao ao summo Imperio, os nossos Principes usárao sempre de certos meios de os corregirem, mandando devaçar pelos seus Corregedores dos Clerigos revoltosos; soccorrendo aos Vassallos opprimidos por via dos antigos remedios de Recursos, ou aggravos extraordinarios, forças novas, tuitivas; fazendo pôr em segura custodia (a) os que resistiao á Justiça; mandando visitar os Carceres dos Conventos; e sobre tudo pela sabias Leis que declarao, que os Ecclesiasticos saõ no temporal inteiramente sujeitos ao Principe, e que determinaõ os limites de hum, e outro Imperio.

Meios com que foraõ cohibidos.

## § LVIII.

Os Magistrados nos tempos modernos entraõ tambem na classe dos Poderosos, e com preferencia, e muita maioria aos mais. As causas que tem concorrido para o seu temivel poder saõ muitas: I. Porque os meios, pelos quaes as partes offendidas haõ de adquirir o seu

Poder dos Magistrados nos tempos modernos, e suas causas.

Ee ii

di-

(a) Lei do Senhor D. José I. de 24. de Outubro de 1764.

direito, se tem tornado tão chãos de gastos e despesas, (a) que lhes he mais commodo soffrerem as oppressões dos Magistrados, do que defenderem seus direitos: II. Porque cessárao as Alçadas, que vinhaão pelas terras a vingar offensas, nas quaes não entrava tão facilmente (b) a corrupção: III. Por se não executarem as Leis do Reino, que mandaão, que os Magistrados tenhaão 25 annos de idade, e que sejaão casados, ou que ao menos se casem dentro de hum anno (c) (Ord. L. I. t. 94. Coll. I. a elle). IV. porque as Syndicancias se tem tornado em mero cerimonial. Estas são hoje feitas (d) por hum só Magistrado;

e

(a) As custas pessoais, que as nossas Leis mandaão contar (Ord. L. I. t. 91. § 2. 3. &c.) posto que o preço dos generos tenha crescido, e por consequencia deviaão ser augmentadas, não tem uão algum: assim como tambem as que se mandaão contar aos Procuradores, e Advogados. A seu arbitrio elles estipulaão com as partes sommas, que não sendo a Causa de materia avultada, contém o seu importe. D. Diniz, e seu filio D. Affonso IV. estabelecêrao Leis para evitar este mal, que ja entaão começava; porém ellas não tem uão algum, e o mal tem crescido em lugar de diminuir. As causas disto pediaão huma longa Memoria. Deste modo não se contando ás partes o tempo, que perdem no seguimento dos feitos; e levando-lhes os Procuradores, o que querem, a materia do pleito a cada passo fica sendo quasi da Justiça.

(b) Poucos, diz *Machiavello* referido por *Montesquieu*, por pouco se corrompem. Os Póvos nas Cortes de 1668 não houveraão o que requeriaão, quando pediraão, que não houvesse Alçadas, senaão nos casos atrozes, e por tempo limitado; não he poucas vezes, que os homẽs tomaão o verdadeiro bem por mal, se não he que o interesse de certos, assim o pinta. A paz interna do Estado periga todas as vezes, que ao poder de julgar lhe falta alguma das barreiras, que o póde conter. „ A face do Soberano deve ser sempre placida, e risonha para todos os Vassallos; os Juizes porém o devem ver sempre com rosto „ grave, e severo. „ diz o sábio *Genuesse* (Leq. de Econ. P. I. c. 22. § 24.)

(c) A idade, e o estado do homem o fazem chão de prudencia, humano, e reflectivo. O fogo da mocidade he mais proprio para defender a Patria, do que para julgar os seus con-Cidadaaõs. Em todos os Póvos sábios o poder de julgar esteve sempre nas maõs dos Ancioes. O exemplo dos Israelitas he bem sávido.

(d) Antigamente o Rei, he que tomava a residencia (Concord. I. de D. Affonso III. Art. 2.) e pelas Ord. de D. Manoel L. I. t. 41.,

e este da mesma Jerarchia, e as mais das vezes nomeado a rogo do syndicado, e não poucas vezes, que tem sido companheiro na mesma terra: V. Porque ainda que os Julgadores claramente violem a Lei, não ha (a) humma

e 42. o Ministro de grão superior a tomava ao inferior; ao Corregedor da Comarca tomava residencia hum Desembargador; ao Juiz de Fóra o Corregedor. Nas Philippinas L. I. t. 60., fallando-se dos Desembargadores, que se manda a syndicar, accrescentou-se *ou outra qual-quer pessoa*. Antes hia o Syndicante a huma terra do meio da Comarca, para que os Povos offendidos acudissem alli com facilidade; pelas Philippinas vão ás Cabeças das mesmas Comarcas. Pelas antigas Leis, o Caminhreiro, que trazia a Carta dos dous mezes, que faltava ao Ministro syndicado, e que havia de levar a certidão da entrega, levava logo a ordem do lugar, e dia, em que o syndicado havia de esperar o Desembargador syndicante; pelas novas este uso se perverteo. Pela mesma Legislação antiga (Ord. de D. Manoel L. I. t. 41.) os Corregedores, que se seguião, syndicavaõ também do antecedente, e por todos os Lugares da Comarca; por isso nos Artigos das Syndicancias (Filipp. L. I. t. 60.) se conservou a antiga formula: „ Que digaõ ás testemunhas, que jámais aquelle Ministro tornará áquella terra a ser Magistrado. „ Cuja clausula se não pôde verificar, quando o Ministro he reconduzido; ou quando passa para Ministro superior da mesma Villa, ou Cidade. Nas Ord. de D. Manoel esta clausula era apta, porque ella he posta na residencia, que tiravaõ os Ministros, que se seguião, aos seus antecessores. Concluimos de tudo, que as antigas syndicancias eraõ mais respeitaveis aos Julgadores em razão do grão superior, que tinhaõ os syndicantes; em razão da presteza, com que se seguião aos seus julgados; em razão do numero das syndicancias; e dos muitos lugares, em que se tiravaõ.

(a) A Ord. L. I. t. 5. § 4. determina pena de suspensão, e vinte cruzados contra os Desembargadores, e mais Magistrados, que sendo-lhes allegadas Ordenações do Reino, as não guardarem. Fundado nesta legislação clara em 28 de Novembro de 1634 o Doutor Alvaro Velho mandou citar os Desembargadores Francisco de Mesquita, Paulo de Carvalho, e Manoel Nogueira por huma sentença, que contra elle tinhaõ dado contraria a Direito, e Ordenações; porém em Meza Grande se assentou, que chamado o Corregedor do Cível da Corte se lhe intimasse pelo Regedor, que mais não procedesse nesta Causa, nem ao diante admitisse outras desta qualidade, para que não houvesse introducção tão prejudicial, como era citar Desembargadores por sentenças que tiverem dado. (Ord. L. I. t. 5. Coll. 3. n. 2.) A Lei diz: que os Desembargadores seráo suspensos se julgarem contra as Ord., que lhes allegarem; o Assento da Relação diz: que os Desembargadores não podem ser citados pelas sentenças que derem. Deste modo o terrivel



ma sanção forte contra tal prejudicial delicto. VI. Porque na Compilação Filippina se rejeitou a Lei de D. João III., a qual mandava, que o Escrivão da Correição fizesse mappa de tudo, o que o Corregedor conhecesse, e determinasse, para ser apresentado ao Soberano.

### § LIX.

Outra  
maior, e  
juridica  
causa-

VII. Causa he sem duvida a incerteza, e obscuridade da nossa Legislação. O Direito vacillante faz o Magistrado não a voz da Lei, porém o Senhor della. O Illustre *Leibnitz*, escrevendo a hum seu Amigo, com razão diz: *Sepè melius est injustas leges habere, quam incertas, et obscuras: id est, re ipsa nullas*. Tem corrido para haver este grande mal entre nós: 1. as antinomias frequentes noCodigo (a), de que usamos; 2. a multiplicidade de dispensas (b), que admittem as nossas Leis; 3. o costume de vêr as Leis sem uso algum (c), sem que a authoridade Publica as tenha derogado;

poder de julgar ficou quasi despotico, sem que houvesse meio sufficiente para o cobibir em justos limites.

(a) Com razão do Codigo Filippino diz o Author da Historia do Direito Civil Portuguez, § 91. *Multa præterea habentur in hoc Codice ab Emman. temere, inconsiderateque ac oscitanter desumpta . . . non nulla sibi ipsis vicissim contraria et repugnantia. Compileres enim nullo delecto aut discrimine colligentes, et jus illius Codicis, et Extravag. quæ multa correctæ, immutataque fuerant, tanquam Plautinus ille coeus, jura diversa et inter se opposita, ita commiscet, et confundunt, ut nulla pacta possint sibi ipsis invicem conciliari*. E no mesmo juizo do nosso Codigo Authentico tinha havido já quem lhe precedesse.

(b) A dispensa das Leis he tambem hum grande mal, que soffre o Estado. O Julgador costumado a vêr a Lei dispensada, facilmente toma esse poder. Se ha esperança de graça, a Lei he nenhuma; diz o Author de huma Memoria Coroadada na Sociedade de Berne. (*Essai sur l'Esprit de Legisl. chap. 2.*)

(c) Quando lançamos os olhos sobre o vasto campo da nossa Legislação, e a consideramos neste ponto de vista, quaõ diminuta ella fica! Esta diminuição de Leis ainda he maior, quando se reflecte na infinita Legislação, que não tem uso. Taes são a Ord. Liv. I. t. 92., que estabelece os salarios aos Procuradores; e o tempo em que o haõ de

do; 4. os Mestres da Jurisprudencia (a) ensinando, que a Lei diz huma cousa, porém que a praxe observa outra. Tantas são as causas da vacillação do nosso Direito, que fazem os Magistrados mais temiveis, que as Leis.

## § LX.

pêdir: a que manda, que os Procuradores tenham informações das Partes escriptas, para que o Juiz, quando lhe parecer, procure por ellas, (L. I. t. 48. § 15. e seg.); a que manda, que os Vereadores façam plantar pinheiros nos baldios, e nos lugares convenientes castanheiros, e carvalhos, (Ord. L. I. tit. 66. § 26.); o Alvará de 30. de Março de 1613 que manda, que nas Cameras haja hum Livro para nelle se lançarem as terras do seu territorio, segundo as qualidades, que se acharem na visita, que annualmente as Cameras devem fazer, juntamente com o Corregedor. Passados dez annos em 1633 se passou outro Alvará, que manda aos Corregedores plantar arvores, fazendo nengão, que se não tinha executado as Leis anteriores (Ord. L. I. t. 58. Coll. I. n. 15.) No Reinado de D. Pedro II. se mandou a todos os Ministros da Justiça, que fizessem plantar Amoreiras nos districts das suas Jurisdições (Ord. L. I. t. 66. Coll. II. n. 17); e em 1713 outra vez se renovaram as Leis sobre as plantações (Ord. L. I. t. 66. Coll. II. n. 191 et. 66. Coll. III. n. 74); porém onde está a sua observancia? Quaes são as plantações, que hoje temos. filhas daquella Legislação? Quando hum Nação não sabe as Leis pelo costume, que tem de as observar; quando ellas as vê impunemente violadas; o Povo he corrompido, e escravo; nelle não ha amor da virtude, sem o qual o bem do Publico dá poucos passos.

(a) Os Mestres da Jurisprudencia collocaram tambem para fazer a Legislação vacillante, ensinando sem escrupulo practicas contrarias ás Leis. *Valasco*, que vivia nos tempos dos Philippes, escreve na Conf. 164. n. 2. que o escripto particular de qualquer quantidade, que seja, se he reconhecido pela parte, ou pelo Juiz, porque a parte não appareceo em Juizo, se procede por elle como Escriptura publica, o que he segundo o estio do Reino; posto que contrario á Ord. L. III. tr. 25. § ult. Pelas nossas Leis os Instrumentos de agravo, e Cartas testemu-nhais são remedios iguaes, e que tem a mesma natureza; a praxe porém faz o segundo supplemento do primeiro (Leitão Tract. de Grav. Quest. 6. n. 125.). A Ord. L. IV. t. 96. § 23. dispõe, que os affirmamentos perpetuos, que ficarem no caso, se devem partir por estimação, ficando hum so herdeiro com elles, porém *Payva e Pona* (Cap. 3. n. 32.) diz: He de advertir, que esta Ord. se não observa, ja ha muitos annos no Minho, e no mais Reino, como affirma *Pinhoiro*. O mesmo se verifica em outros muitos exemplos.

## § LX.

Grande  
poder dos  
Officiaes  
de Justiça.

O poder dos Escrivaes, e Procuradores tem seguido quasi osmesmos passos, que o dos Magistrados. Quando o Direito se tem feito duvidoso; as interpretações he que governaõ o homem, e naõ a Lei. Desde os antigos tempos da nossa Monarchia os Escrivaes (a) influirão muito

---

(a) Em a Historia do nosso Direito Civil Portuguez, acha-se affirmado no § 78.º pag. 90. post inedium, que no principio da Monarchia naõ havia uso algum, assim de Escrivaes, como de Tabelliaes: *Initio Scribarum, et Tabellionum nullus usus erat, unusquisque, vel alter ad alterius petitionem testamentorum, et transactionum scripturas privatim conficiebat.* Reflectindo porém nos costumes dos Povos, dos quaes nasceo a nossa Monarchia, achamos que elles tinhaõ uso contrario. *Placita, et cetera ejusmodi scripta ab Authenticis Clericis sive Judicibus, vel ab Archidiacono, sive ab ipsius loci Archipresbytero, fiunt. Sin autem cassa habeantur.* (Aguirre Conc. Hispan. T. III. pag. 323.) A palavra *placita*, de que se derivou a nossa *prazos*, usada em outras significações nos monumentos da primeira idade da Monarchia, era muito generica, e denotava as Cartas de doação, as de Convenção &c. (Nouveau Traité de Diplomatique Art. 4. Chap. 4.) Seguindo esta Legislação propria dos Povos, que nos deraõ o nascimento, os testamentos, doações, contractos, e Foraes dos primeiros tempos do Reino todos eraõ feitos, quasi sempre, por Ecclesiasticos. O Foral de Thomar em 1162, foi feito pelo Deaõ D. Paio *Dom Paio Deaõ o notou.* O de Pombal em 1176. foi feito pelo Presbytero Tello *Tellus Præbyster notavit.* Além disto as palavras de Notario, e Tabelliaõ saõ frequentissimas nos primeiros tempos da Monarchia. Na Doação, que D. Affonso Henriques fez aos Templarios da terça parte, do que, ganhasse no Alem-téjo assigna Pedro Faisaõ *Notarius Regis.* E na de Ordeales, que D. Sancho I. fez a Pero Ferreita se vê, que ella foi formalizada por Julião Notario do Rei; *Julianus Notarius Regis scripsit:* achando-se tambem a cada passo chamado *Notarius Curia* (o que com tudo se encontra dos Chancelleres mōres, como foi o referido). No Foral da Villa de Toro de 1220. se lê esta clausula: *quæ prædicta charta sic ostensa prædictus Dominus Magister, petit ad illo Alvafle, qui per me dictum Tabellionem de auctoritate ordinaria mandare sibi fieri, et dari publicum instrumentum cum theodore dictæ Chartæ.* Para naõ sermos fastidiosos ommittimos muitas clausulas, que mostraõ o uso dos Officiaes, que solemne-mente escreviaõ nos antigos tempos.

to no Direito das partes: As nossas Leis mandaõ, que elles dem o instrumento de aggravo, posto que os Juizes lho contradigaõ.

## § LXI.

Nos tempos modernos o direito de Correição tem sido exercitado pelas determinações Regiãs, expedidas pelas Secretarias de Estado, em virtude das queixas feitas ao Throno immediatamente; pelas Provisões, e Mandatos dos Tribunaes Supremos; pelos aggravos, que as Partes interpoem para elles mesmos Tribunaes Supremos; ou para os Ministros Superiores das Cabeças da Comarca; pelos Corregedores da Corte: por via de inquirição; devassando os Corregedores das Comarcas dos Juizes, que fazem delongas nos feitos dos presos, e que foraõ negligentes em fazer observar os Regimentos aos seus Officiaes; examinando se a Jurisdicção Regia he tomada por algum; tomando conhecimento das causas dos poderosos; admoestando os Officiaes do Rei, que levaõ maiores direitos, do que os que saõ devidos; e fazendo nisso emenda, se ahi naõ está o Contador; inquirindo sobre os Juizes Ordinarios, dos Orfãos, das Sizas, e Officiaes de Justiça (Ord. L. I. t. 58.). Em algumas cousas o direito de Correição se exercita pelos Provedores, principalmente naquellas Terras, onde os Corregedores naõ entraõ; v. g. manda-se-lhes que devassem sobre os que fazem desaios por hũa Lei de 1612 (Ord. L. V. t. 43. Coll. I.). Executa-se tambem o direito de Correição pelos Juizes de Fóra, e Ordinarios, cuidando em que os Prelados naõ tomem a Jurisdicção Regia, e que os Fidalgos nem por si, nem por outro fação malfetorias; devassando tambem dos crimes mais principaes. Exercita-se além disto o direito de Correição, pelas residencias, que se tiraõ aos Magistrados triennaes, devassando do modo como administravaõ Justiça, &c.

## § LXII.

Conclu-  
são, e re-  
sumo.

Temos tractado dos diversos sentidos, nos quaes se tem tomado noCodigo Portuguez a palavra *Correição*; já em sentido mais lato, já em mais estricto; de cujos diversos complexos de idéas deduzimos a natureza do direito de *Correição* (§ I. II. III. IV.): tractamos das pessoas, contra quem nos antigos tempos se versava (Cap. II. e III.); em que consistia esse direito (Cap. IV.); por quem foi executado (Cap. V.): o que tudo mostra o direito de *Correição* nos antigos tempos. O que se tem mudado deste uso antigo, os objectos, sobre que elle se versava, e que já não existem; outros que de novo se introduzirão; os meios porque nos tempos modernos tem sido executado; fazem a materia do Cap. VI. O qual mostra o uso do direito da *Correição* nos tempos modernos: estes os pontos, que nos propozemos demonstrar.

## M E M O R I A

*Sobre a materia ordinaria para a escrita dos nossos  
Diplomas, e papeis públicos.*

POR JOZÉ ANASTASIO DE FIGUEIREDO.

I. **S**endo natural aos homens a communicação com os seus semelhantes, e a participação com elles de todos os bens, de que fôraõ dotados pelo Supremo Artifice, e que comfigo traz a Sociedade: para usar da palavra (o maior bem, com que no fysico ficámos superiores ás mais Creaturas) com os não presentes, e para transmittir á posteridade tudo o que fosse, e se julgasse interessante ou necessario; a mesma Natureza ditou sempre a necessidade de letras e signaes, com que se descrevessem e pintassem as cousas, que se querião communicar aos outros não presentes, ou venceßem a fragilidade da memoria humana, evitando o esquecimento, ao qual pelo lapso de tempo ficariaõ sem duvida condemnadas. He certo porém, que não foi sempre constante a materia, de que para isso se servião os Povos, e em que escrevêraõ; mas variou muito o uso delles á proporção, que os conhecimentos, e a experiencia se foraõ augmentando.

II. A este respeito se acabaõ de publicar muitas idéas em o nosso Jornal Encyclopedico do mez de Março do presente anno de 1791. de pag. 301. por diante, extractadas da Dissertação, que sobre o Papel lêo na Sessão pública do Circulo dos Filadelfos a 15 de Agosto de 1788 Mr. *Arthaud*, Secretario perpetuo do mesmo Circulo. No Tom. IV. da nova edição das Descrições das Artes, e Officios da Academia Real das Sciencias de Páriz, em que de pag. 407. por diante se acha a Arte de fazer Pa-

pel por Mr. *de la Lande*, se expõem e colligio o que ha de mais curioso e interessante ao mesmo assumpto. Porém como ainda se possaõ accrescentar, e trazer accomodadamente á nossa Espanha, e a Portugal algumas idéas mais, e nada desprezíveis; não julguei fóra de proposito colligir ainda nesta Memoria o que de novo me occorrer, proprio aos fins, que me proponho, e para illustrar esta parte da nossa Historia, e Diplomatica.

III. Prescindindo das muitas e varias materias, em as quaes nos principios e antigamente se costumáraõ escrever os monumentos públicos, as convenções, e os negocios domesticos, como tambem nos ensina o Padre André de Merino de J. C. na sua *Escuela Paleographica* em as Reflexões á Lam. 21. n. 2. pag. 232. e seguintes, reflectindo ajustadamente como a cada passo admittiráõ algumas dellas varias supposições, e falsidades: he certo, que a mais ordinaria, e commum entre os Romanos, e Gregos, entrou a ser o Papel Egypcio; o qual se preparava e fabricava com as tunicas e laminas da casca da planta *papyrus*, (humas especie de *Cyperus* ou junça) que lhe deo o nome, como nos descreve e conta originariamente Plinio no Liv. XIII. cap. 11. e 12.; em o qual todos tem bebido o que a este respeito nos dizem. E este papel era branco, como o de que usamos, e se differença pouco delle; de sorte que apenas se pôde distinguir se he verdadeiro papel, como affirmaõ os que dizem te-lo visto; principalmente parando-se no que era feito de algodão, que por isso chega a fazer com que *Maffei* se persuadio serem escritos já neste muitos Manuscriptos em o quinto Seculo.

IV. Seja porém o que for; he certo, que entrando no oitavo ou nono Seculo a fazer-se uso do papel de algodão, ou bombycino, se abandonou insensivelmente, e por hum principio de mui natural economia, o uso do papel do Egypto, principalmente no Oriente. O que foi tanto mais forçoso no Occidente, depois que pela industria dos Francezes se entrou a fabricar o mesmo papel de

de trapos e pannos velhos; os quaes, não podendo já ter de ordinario outra serventia, yieraõ assim a substituir com tanta vantagem o algodaõ, de que havia falta na Europa. E em razã do dito descobrimento foi facil ficarem, e pôem-se em desuso e esquecimento todas as outras materias em que se escrevia, á excepção do pergaminho; em o qual mais frequente e constantemente se encontraõ escriptos, assim Livros, como as Escripturas da meia antiguidade, sendo já a materia mais ordinaria, quando ao mesmo tempo se usava do papel bombycino ou d'algodaõ.

V. Foi inventado este pergaminho pelos Reis de *Pergamo*, d'onde tomou o nome, por lhes faltar a *Charta* ou *papel*, quando Ptolomeu, inimigo das Sciencias, e da gloria dos seus Precededores, destruiu todos os *Papyrus*, e registros, que se faziaõ no Egypto; e a sua antiguidade attribue tambem S. *Jeronimo* aos tempos d'El-Rei Attalo, escrevendo a Chromacio pelos seguintes termos: *Chartam defuisse non puto, Egypto ministrante commercia: et si alicubi Ptolomeus maria clausisset, tamen Rex Attalus membranas a Pergamo miserat, ut penuria chartæ pellibus pensaretur*. Sendo pois o pergaminho de pelles de animaes curadas, como ainda hoje se está praticando; foi facil aos homens observarem, como era muito mais duravel tudo o que nelle se escrevesse, e mais do que fazendo-se em qualquer dos papeis já conhecidos, especialmente no ultimo, que era feito de pannos ou trapos velhos; em razã da maior fraqueza e pouca duraçã da sua materia, ainda que a Arte cuide tanto em desfargar nella a multiplicada corrupçã, que lhe precede.

VI. Por tanto, sendo mais facil, e entrando a ser mais vulgar o uso do papel ordinario, mas notorio até pela experiencia, o como nelle se não podiaõ conservar, e fazer chegar a muito remota posteridade quaesquer escriptos; entrou-se logo a regular o commodo, que da primeira materia se poderia tirar, sem se seguir prejuizo da  
se-



segunda; e a cohibir, e modificar a estimação e excessivo uso, que se fazia do pergaminho, aliás mais incommodo e dispendioso que o papel. Tanto veremos, e se acha feito pelas Leis de Castella, e Portugal; das quaes passarei a deduzir melhor a historia, e a antiguidade do mesmo papel, de que usamos; ainda que a sua textura se ache ser antigamente hum pouco differente da que tem o moderno, por huma natural consequencia dos progressos ordinarios de todas as Fabricas.

VII. Ainda que *Eusebio Amort*, homem bem conhecido na Republica das Letras, assegura, que em os Archivos de Alemanha se não acha escrito couza alguma em papel, antes do anno de 1350; e Maffei, diz, que em Italia se não encontra vestigio algum delle antes do anno de 1300, queiraõ outros, que seja invenção do Seculo XV., sendo do anno de 1424 a primeira Escripura, que o Padre *André de Merino*, no lugar já lembrado acima no n. III., diz lhe chegou á mão escrita em papel; e o Padre *Montfaucon* nos legure que por mais diligencias que fizesse, tanto em Italia, como em França, não chegára a vêr nem huma folha do papel ordinario, que fosse escrita antes do anno de 1270: com tudo isso *Pedro Mauricio*, chamado o Veneravel, que viveo em o Seculo XII., e foi contemporaneo de S. Bernardo, morto em 1153, nos manifesta com mais exacção, e affirma no seu Tractado contra os Judeus, que os Livros, que então corriaõ, e se liaõ todos os dias, eraõ feitos de pelles de carneiro, bode, ou vitella, isto he, de pergaminho; ou de plantas orientaes, isto he, de papel Egypcio; ou em fim de trapos, *ex rasuris veterum pannorum*. Por cujas palavras finaes nos mostra seguramente, que já no seu tempo se usava muito do nosso papel ordinario, feito de pannos ou trapos velhos, de que usamos. A Academia de Barcelona assegura, que se encontra em papel commum a Escripura da Concordia d'El Rei D. Affonso IX. com D. Affonso filho de D. Raymundo Berenguer, a qual tem a data do anno de 1178:

e que as Escripturas do Reino de Valença depois da Conquista, que foi em o anno de 1237, estão todas em papel; ainda que esta ultima cousa se deve entender com alguma moderação. E he constante, que todas as indagações e diligencias dos maiores homens a respeito da origem, e epocha da invenção deste papel actual, vem a ter por ultimo resultado o referir este facto ao Seculo XII., ainda que só conceda ser no Seculo seguinte, que o seu uso ficou introduzido por toda a parte.

VIII. Nem pôde deixar de se conceder, e ter por certo, que já pelos ditos tempos, até na Espanha, era muito usado e conhecido o papel ordinario, ou feito de trapos: por quanto se observa, que já no tempo, em que ElRei D. Affonso o Sabio ordenou o Codigo das Leis chamadas das *Partidas* por commissão e recommendação de seu Pay, dos annos de 1251 até 1259, (para terem authoridade e observancia em todos os Reinos de Castella) era conhecido o papel, ou o *pergaminho de panno* ou *paños*, como differente do *pergaminho de coyro*; e havia já experiencia da sua pouca, e muito mais limitada duração. O que se prova da Partida 3. tit. 18., que tracta das *Escripturas*, por que se prova os preitos, Lei 5. e outras, em que se prescreve quaes sejam as Cartas, que se deverião fazer em *pergaminho de coyro*, e quaes em o *pergaminho de pannos*, pelo qual se entendia o papel: e isto conforme o requereisse a sua natureza, e se fazia necessaria nellas maior ou menor duração.

IX. Ora em Portugal, mandando-se fazer a Tradução das *Partidas*, poucos annos depois, pelo Senhor Rei D. Diniz, e ficando logo com a authoridade de Leis subsidiarias, que entre nós tiverão, como está mostrado na minha Memoria sobre a introdução, e grãos de authoridade do Direito Justiniano no nosso Reino, em os §§ 9. 20. e 21.; acha-se na dita Lei 5. tit. 18. da Part. 3. em rubrica: *Quaes cartas deue seer feitas e pergaminho de coyro e quaes em papel*: fazendo-se no contexto della bem expressamente a differença de *pulgamy*  
*nha*.

*nho de coyro. e. pulgaminho de papel.* E na Lei 20. do mesmo titulo se mandou, que as Cartas, pelas quaes ElRei mandasse tirar cavallos do Reino, ou outras cousas prohibidas, fossem feitas em *pulgaminho de papel.* Sinal de que já se não duvidava chamar *papel* ao pergaminho, que para differença do proprio e de coiro, se entrou a chamar *de pannos* ou trapos; e de que o seu uso estava sem questaõ sendo já muito ordinario.

X. Mas prescindindo ainda do fim, e authoridade da dita Traducçaõ, além de ser facil, e poder sem semelhantes Documentos conceder-se como necessariamente constante o dito conhecimento e uso entre nós, por causa da vizinhança e uniaõ com os Reinos de Castella; apparece mais dos Artigos 1. 3. e 13. entre os que deviaõ guardar os Tabelliaes de todos estes Reinos por hum a Ordenaçãõ ou Carta de Lei do mesmo Senhor Rei D. Diniz dada em Santarem a 15 de Janeiro da Era de 1343. Ann. de 1305, a qual se acha no *Livro de Leis e Posturas antigas* do Real Archivo da Torre do Tombo fol. 17. até fol. 19. vers.; e dos parallellos 1. 2. e 12. de outra ou da mesma Ordenaçãõ, publicada em Béja a 15 de Janeiro da Era de 1378. Ann. de 1340., como se acha no Foral antigo da mesma Villa, hoje Cidade, que está no dito Real Archivo Maço 10. de Foraes velhos n. 7. a fol. 41. vers.: que os ditos Tabelliaes juravaõ na Chancellaria, que escreveriaõ as Notas das Cartas ou dos Instrumentos, que haviaõ de fazer *primeiramente en livro de papel*, e que registrariaõ *en boõs liuros de coyro* as Cartas, que fizessem e fossem de *firמידões* ou Contractos; mas que o não observavaõ, pelo que se recomendou novamente debaixo de graves penas. E que em terceiro lugar se determinou, que havendo de dar ou fazer algumas escripturas grandes entre as partes, como Appellaçoẽs, *Protestaçoẽs*, Razoẽs, e quaesquer feitos grandes, de que devessem dar *testemunho* ou Instrumento a cada hum a das partes; quando houvessem de sair para fóra do Reino, fossem *ante notadas e registradas*

é *purgaminho de coyro*; mas quando fossem para o Reino, ou para ficar nelle, as *registassem* é *papel*.

XI. Por tanto fica já claro, como antes ainda do fim do Seculo XII. se fez conhecido e mais vulgar o uso do papel ordinario, feito de *pannos* ou trapos, e que já no tempo das lembradas Leis, ou desde quando principiou a dar-se pelos nossos Taballiaes o juramento, de que na sobredita Lei se falla, era conhecida a differença; havendo regulaçã para quando se devia usar de hum ou outro, conforme a duraçã, que se pretendia tivessem as escrituras. O que porém necessitava da experiencia, que com conhecimento de causa fizesse dar semelhantes providencias; e esta não limitada, quando chegou a fazer objecto e o motivo das mesmas Leis; principalmente em seculos, nos quaes só depois da muita frequencia dos effeitos he, que se entrava a pretender o conhecimento e remedio das suas causas: sendo certo com tudo, que por falta de memorias se não pôde atinar com a verdadeira idade do seu principio, e com o tempo fixo, em que entre nós se divulgou, e entrou a praticar a mesma invençã. E por tudo o referido fica apparecendo como não pôde ser seguro argumento de falsidade, o que se deduzir, só nente de por aquelles primeiros tempos da nossa Monarchia se achar escripto em papel qualquer Diploma, quando outras razões e conjecturas o não ajudarem: sendo por outra parte a mesma pouca duraçã do papel, a que torna impossivel quasi o achar Documentos originalmente nelle escritos, de certa antiguidade para traz; de forte que he rarissimo acha-los ainda do meio do seculo XV.

XII. He notavel porém, que tanto se entrasse a usar, e fazer estimaçã só do *pergaminho*; e por outra parte a pôr em desuso e esquecimento o nome de *papyrus* e *papel*, que em Castella, e Portugal chegasse a ser o nome de *pergaminho* commum a ambas as materias, de que só se ficou usando; e fosse necessario para differença acrescentar-se-lhe o de que era feito cada hum dos mes-

mos pergaminhos: em quanto ao de pannos ou trapos se lhe não entrou a chamar *papel*; cujo nome foi facil- substituir por analogia ao outro, de que mais se não pô- de fazer uso, por faltar, e se perder totalmente a sua primitiva materia. De sorte que ainda no tempo do Se- nhor Rei D. Pedro I., confirmando elle (por Carta de 20 de Março da Era de 1399. An. de 1361.) ao Prior do Crato D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira a Carta de privilegios da Ordem do Hospital, que lhe concedeo o Senhor Rei D. Affonso Henriques, confirmada já em fórma pelo Senhor Rei D. Affonso II., diz que o dito Prior lhe mostrára *litteras in* pergameno de curio *con- scriptas sui que* [ do dito Senhor D. Affonso II. ] *plum- bei sigilli in filis sericeis munimine communitas*; como se vê no Livro 1. d'ElRei D. Pedro I. fol. 56. em o Real Archivo, em que se acha a mesma Carta de Con- firmação geral, ainda toda em Latim.

XIII. Em o Codigo, e Ordenação do Senhor Rei D. Affonso V. Liv. 1. tit. 16. § 9. se prohibe já com ex- pressa e distincta menção aos Escrivães d'ante os Desem- bargadores do Paço, e dos Aggravos, do Corregedor da Corte, e dos outros Desembargadores, que não peçam ás partes o *papel e purgaminha*, em que houverem de escrever o que a ellas pertencer. E nos titulos 36. e 37. se vê o que devem levar os Taballiaes e Escrivães das Cartas, Sentenças, Alvarás, e Escripturas, que fizerem, conforme forem, ou deverem ser escriptas *em pelles to- das de carneiro ou de purgaminha*, ou *em papel*. Mas já em o tit. 47. do mesmo Livro, em que se acha o Regimento e Artigos, que os Taballiaes devião levar com as Cartas dos Officios, se não encontra o de que já se fez menção acima no n. 10.

XIV. Finalmente, ainda que nos Codigos posteriores se não ache tambem clareza alguma ao mesmo respeito, resta advertir, que he em consequencia da experiencia ma- nifesta, da diversa natureza das ditas duas materias, e da disposição, e espirito das lembradas Leis, que ainda he-

hoje se estão escrevendo todas as Cartas, Padroões, e outros quaetquer Documentos, cuja duração se faz necessária para todo o futuro, em pergaminho; e que só se fazem e escrevem em papel os Alvarás, Decretos, e outros papeis, cuja duração se não requer tão longa, nem são feitos para isso, mas muitas vezes só para por elles se passarem as cousas, que devem ficar em pergaminho. O que com tudo se oblierva mais exactamente só naquellas cousas, que tem de passar pelas Chancellarias, por onde de outra sorte não passariaõ, (cujo estílo não deixa de suppor ainda expressamente a Ord. liv. 1. tit. 19. §. 3.): sendo muito para dezejar, que o pergaminho não tivesse ficado em total desuso entre os Escrivaes, e para os processos; porque até não seria tão facil o abuso, que contra a mente e espirito da Lei, e em muito vulgar prejuizo das partes se está observando na venda dos mesmos processos, em razão da facil e mais multiplicada applicação, que delles se póde fazer, e não estariaõ os particulares perdendo a cada passo o seu direito, e não podendo liquidar os seus dominios, pela não conservação dos meios de a todo o tempo poderem reformar muitos Titulos, e Sentenças.

(Sessão de 20 de Julho de 1791.)

---

## MEMORIAS

*Da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes ,  
desde os primeiros tempos da Monarquia até os  
fins do Seculo XV.*

---

### MEMORIA I.

POR ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS.

**O** Povo Judaico , que em todos os tempos se consagrou com muito ardor á lição , e meditação dos Livros Santos , e dedicou sempre ao estudo das letras huma grande parte de seus individuos , não se pôde haver por ignorante e barbaro , como muitos tem julgado. Quando não houvesse esta razaõ , e muitas outras abonadas provas da grande applicação , e saber dos Hebreos , bastariaõ as muitas obras , que elles tem escripto em diversos tempos , e em diversas materias , maiormente de Litteratura Sagrada , para entendermos , que elles sempre conserváraõ entre si hum rico deposito de muita erudição , e doutrina.

Entre todos porém , os que mais se extremáraõ forã por certo os Judeos Espanhoes , e Portuguezes , muidados em tempos antigos a todo o genero de letras humanas e divinas. E por fallar dos Judeos Portuguezes , que sãõ os unicos , de que pretendemos tratar nestas Memorias , em mui grande obrigação lhes estamos pelo muito , que concorrêraõ para o estabelecimento dos estudos em Portugal ; porque em verdade lhes devemos em muita parte os primeiros conhecimentos da Filosofia , da Botanica , da Medicina , da Astronomia , e da Cosmografia ; os primeiros rudimentos da Grammatica da

da Lingua Santa, e quasi todos os estudos da Litteratura Sagrada, que entre nós houve antes do Seculo XVI., e o que muito contribuiu para se espalharem, e adiantarem os nossos conhecimentos, a introduçãõ, ou polimento da Typografia Portugueza, maiormente Hebraica, com que naquelles tempos começámos de competir com as mais adiantadas nações de Italia, e de Alemanha. E pelo que toca aos Estudos Sagrados, que he a materia de nossas memorias, vejamos o que elles fizeram nesta parte.

## CAPITULO I.

*Das trez Escolas, em que apprendiãõ os Judeos de Espanha, e Portugal.*

DESde tempos mui subidos fôraõ os nossos Judeos Espanhoes pelo commum mui doutos, e sabedores de sua Lei, e mui versados em toda a Litteratura Biblica, Talmudica, e Rabbinica.

Trez foraõ as Escolas, em que apprendêraõ.

A primeira foi a dos meismos *Talmudistas* chamados *Amorêos*, ou *Gemaricos* Authores dos Commentarios do *Miscná*, (a) que ensináraõ nas Academias Orientaes de Nahardêa, e de Sorá sobre o Eufrates, e em outras mais erigidas no Seculo III. A ellas recorriaõ muitos dos Judeos Espanhoes, hindo por longas peregrinações e trabalhos apprender nellas a intelligencia da *Lej Estrita*, e as doutrinas do *Talmud*, ou *Lei Oral*.

A segunda foi a dos *Rabanan*, ou *Juizes Su-*

I. Escola dos Talmudistas.

II. Escola dos Rabanan.

(a) Os Authores dos Commentarios ao *Miscná* fôraõ chamados *Moraim Amoraim* ou *Amorêos* de *Amar-dizer*: porque a sua doutrina he dizer o que se fez, assim que cada Capitulo começa *Itmar he dito*: e a este seu dito, ou doutrina se chama *Memerá*, isto he, *Sermão*, ou *palavra*. Deste numero foi R. Jochanam author do *Talmud Jerosolymitano* e R. Ase Author da *Gemará* ou *Talmud Babylonico*, e o ultimo dos *Amoraim*, ou *Gemaricos*.



*premos dos Judeos successores dos Emoraim no Reino da Persia, a que chamárao Saboréos. (a)* Muitos dos nossos fôrao ouvir suas Lições em Babilonia nas famosas Academias de Pumbedita, e Mehasiah, aonde ensinárao por quasi dous Seculos successivos.

III. Escola dos Gueonim.

A terceira foi a dos *Geonim, ou Gueonim, ou Meftres universaes dos Judeos* insignes propagadores da Litteratura Rabbinica, que havião succedido aos *Rabanan Saboréos* nos fins do Seculo VII., e ensinárao até o principio do Seculo XI. na Cidade, e Reino de Persia. (b) Desta Escola sahírao grandes homens que muito florecérao depois em nossa Espanha; tal foi entre outros R. Judas mui affinalado por seu grande saber, o qual escreveu hum tratado das causas, que contém o mar para que não chegue a inundar a terra; e hum Dictionario de Lingua Arabiga, e passou muitos outros livros desta Lingua para o Hebreo: o que bem mostra, quanto elle era versado no estudo de Philoſofia, e das Linguas; e quanto as Sciencias floreciaão entáo nas Synagogas de nossa Espanha.

Concurso dos Espanhoes a estas Escolas.

E estas foraão as tres Escolas, a que concorriaão os Judeos Espanhoes em tempos antigos; os Pais costumavaão mandar seus filhos a se instruirem nellas, como no centro de toda a Litteratura, e sabedoria sagrada; porque era hum principio assentado da educação liberal entre elles, ir tomar na fonte as instrucções daquelles Sabios Meftres da Nação. Se havia alguma duvida nos pontos mais arduos da Lei, as Synagogas de Espanha a ellas enviavaão seus Deputados para consultar os Rabbis; delles recebiaão a declaração, e decisaão de suas duvidas, e se regiaão por suas respostas, e decretos; praticando

os.

(a) *Saboréos* quer dizer opinadores, por contar sua doutrina de diversas opiniões, ou disputas por huma, e outra parte; os quaes vieraão depois da Compilação do *Talmud*.

(b) Chamárao-se *Geonim*, isto he, *Excellentes*: por se haverem pelos mais eminentes de todos os homens: os quaes subsistírao até a destruição da Escola de Babilonia em 4797. da creação do mundo sendo o ultimo delles Rab. Haye.

os mesmos Ritos, Ceremonias, e costumes legaes, que elles tinhaõ. Assim vemos, por exemplo, que as preces, que as Synagogas de Elpanha costumavaõ recitar nos dias de Afflicçaõ, e particularmente nos dias das Expiacções, eraõ compostas pelo Rabi Missim, Cabeça de huma das Academias de Babilonia, donde os nossos as haviaõ recebido.

## CAPITULO II.

*Da Quarta Escola, que he a dos Rabbanim de Espanha.*

**D**Epois que os Judeos no Reino da Persia começa-  
raõ de ser perseguidos, e desbaratados pelos Suc-  
cessores de Aly, e fõraõ lançados fõra de Babilonia,  
e de suas vizinhanças, e lhes faltou R. Haye Supremo  
Gaon, ou Juiz universal de todos elles naquellas par-  
tes, acabáraõ as Academias Orientaes chamadas *Marbi-  
tsé Thorat*, e se extinguiu o Magisterio, e Governo dos  
*Gueonim*; o que succedeo pelos principios do Seculo  
XI. Entaõ he que começou em nossa Espanha a Quarta,  
Escola dos chamados *Rabbanim*, ou *Expositores e Mes-  
tres Universaes*. Por quanto entaõ he, que muitos Ju-  
deos de Babilonia correndo diversas partidas, vieraõ  
fazer assento nas terras de Espanha; aonde acháraõ mui-  
to abrigo, e gasalhado entre os seus; com elles cres-  
ceo muito o numero das familias Judaicas, que entre  
nós viviaõ, e começou de haver abundancia de Mestres,  
e Doutores entre os Judeos, erigindo-se diversas Aca-  
démias, em que se ensinava a doutrina da Lei, e do Tal-  
mud.

A de Cordova foi a primeira, e a mais celebrada  
de toda a Espanha; e como centro de todas as outras.  
Já ella antes se havia afamado muito desde o anno de  
948. pela vinda, e magisterio de Rabbi Moseh hum  
dos maiores Mestres de Pumbedita, e de seu filho Ha-

Quando, e  
porque oc-  
casião co-  
meçou a  
Escola dos  
Rabbanim  
de Espa-  
nha.

Cordova  
he a pri-  
meira A-  
cademia  
dos Judeos  
de Espa-  
nha.

Sábios que  
a fizeram  
florescer.

noc, ou Enoch Rabbi de mui grande sabedoria, que alli chegárao. Haviao sido estes dous Judeos apreçados pelos corsarios, e trazidos ás costas de Espanha; os Cordovezes os resgatárao por caridade sem ainda entao os conhecerem, descobrio-se quem elles erao com pafmo de todos, e havendo isto por grande dita, crearao a Rabbi Moseh *Juiz da Naçao*, e o levantarao por seu Mestre, debaixo de cujo magisterio conseguirao as grandes luzes, com que brilharao sobre todos nos Estudos Sagrados. Este foi o que mais propagou entre os Judeos Cordovezes os conhecimentos do Talmud, que até o seu tempo era menos tratado em nossa Espanha; delle o tomarao todos os outros, que depois se derao entre nós á taes estudos.

Protecção  
de Hakim  
Califa de  
Espanha.

Hum Principe Arabe concorrera entao muito para o progresso da Litteratura Talmudica, e luz mento da Academia de Cordova, qual foi Hakim Califa de Espanha. Este Principe via de máo gráo, que os Judeos seus vassallos para se instruirem na Lei se passavao muitas vezes ás partes do Oriente, aonde reinavao os Abasfidas inimigos de sua casa, que muito lha haviaao destruido, pelo que estimou grandemente, que viesse Moseh, e que ensinasse o Talmud, e poupasse com isso as frequentes viagens dos Judeos a Bagdad, e a Jerusaleém, e as deputações, e mentiagens, que as Synagogas de Espanha costumavao até entao fazer ás Synagogas, e Escolas do Oriente, que nao deixavao de lhe ser suspeitas, e de lhe dar muito ciume e cuidado. Por isso querendo Moseh tornar para sua Patria, elle o obrigou a ficar em Cordova.

Começa a  
Escola, e  
a primeira  
idade dos  
Rabbanim  
de Espanha.

Fallecendo Rabi Moseh no anno do Mundo 4775. de Christo 1015. succedeo-lhe seu discipulo Samuel Halevi, que os Judeos alçarao em 4785 de Christo 1027. com os titulos de *Rab*, ou *Mestre*, e de *Nagid*, ou *Principe* em toda a Espanha. Foi este o primeiro *Rabbi*, e *Gaon*, em quem começou no Seculo XI. a primeira idade dos Rabbanim de Espanha, cuja Escola durou por nove idades.

En-

Então se adiantarão ainda mais os estudos da Litteratura Sagrada entre os Judeos Espanhoes, pelos cuidados de seu primeiro Gaon; e então cresceu mais o esplendor da Academia de Cordova, das Escolas de Barcelona, de Granada, de Toledo, e outras mais, para o que muito contribuíram os Judeos desterrados de Babilonia, que vieram á nossa Espanha no principio daquelle Seculo, os quaes espalharam novas luzes, maiormente o Sabio R. José ben Isaac ben Schatnes.

Augmento dos estudos da Academia dos Judeos de Espanha.

Naõ concorreo menos para isto Haschem filho de Hakim segundo Rei de Cordova, a quem os Judeos costumam chamar *Aschafetz*, e em quem acharam grande favor e patrocínio. Este Principe Arabe promoveo muito os progressos da Litteratura Talmudica no seu Reino, mandando pelo R. José ben Schatnes traduzir em Arabigo o Talmud, e explicar todas as seis ordens do Mischná, ou fosse curiosidade de saber o que continha hum livro taõ gabado, e venerado dos Judeos, ou fosse querer fazello mais vulgar, e commum á nação para arreigar mais os Judeos em seus dominios, e os desviar das frequentes peregrinações, que continuavam a fazer ainda a Jerusalém, e a Bagdad. (a)

Protecção de Haschem Rei de Cordova.

Assim começou em Espanha a florecente Escola dos *Rabanim*, em que nossos Espanhoes de discipulos que dantes eram, se fizeram Mestres universaes dos Judeos, posto que não tomassem outro nome, que o de *Sabios* e *Rabbins*. (b) A esta Escola de Espanha vinham innumeraveis Judeos de todas as partes do mundo, para se instruirem na Sciencia da Lei, e do Talmud; e de maneira a respeitava toda a nação Hebraea, que havendo acabado as idades dos *Gueonim* na Persia, começou de as contar pelas de seus Mestres Espanhoes, ou *Rabanim*.

Sabios que se distinguiram na primeira idade dos Rabanim.

Tom. II.

Hh

Nef

(a) David. Ganz na obra *Thsemach David* ou Descendencia de David p. 130t Abrahão ben Dior na *Caballa* p. 22. 22. a 11.

(b) Os Doutores Hebreos, depois que acabou a Escola dos *Gueonim*, nunca mais tomaram outro nome, pue o de *Sabios* *Rabbins*.

Nesta primeira idade distinguirão-se muito entre outros Sabios R. Samuel ben Chophni Hacoheh Cordovez, Sacerdote Filosofo e Jurista, que publicou hum Commentario ao Pentateuco, cujo Ms. existe na Bibliotheca do Vaticano. R. Samuel, que ensinou em Barcelona, e foi o que modificou os decretos dos Padres, quando prohibirão estudar as Linguas, maiormente o Grego; e Judas ben R. Levi Barsili Doutor de Barcelona, e discipulo de R. Gerson, que compoz hum tractado sobre os direitos das mulheres; outro de Chronologia Judaica; e outro de Sermões.

Segunda  
idade dos  
Rabanim.

Seguiu-se depois a segunda idade dos *Rabanim* de Espanha, que teve principio em Rab. Joseph Halevi, que succedeo a seu pai no Rabinado e Principado; o qual depois foi morto em Granada em o anno do mundo 4824. de Christo 1064. com muitos outros Judeos, pela perseguição, que se levantou contra elles. (a)

Terceira  
idade dos  
Rabanim.

A terceira idade começou em Rab. Isaac ben Jacob Alphesi, ou Alphasi, natural da Cidade de Fez hum dos mais sabios homens do seu Seculo. Sendo de idade de 75 annos por se poupar ás vexações, que os seus lhe fazião, se passou de Africa para Espanha em 4848. de Christo 1088. A Academia de Cordova cobrou novo vigor, e luzimento com sua vinda. Nella ensinou Alphesi a doutrina do Talmud; e a facilitou muito aos Judeos Espanhoes, reduzindo a compendio todo o corpo daquella volumosa obra; a qual foi logo commentada pelo famoso Raschi, e por outros mais. (b) Foi conf-

(a) Assim conta Manoel Aboal na sua *Nomologia* p. 227. o qual corrige a era, que havia fixado Samuel Usque na obra *Conselhações de Israel*.

(b) Ainda no seculo passado, como attesta Manoel Aboal na sua *Nomologia*, costumavaõ os Judeos estudar pela obra de Alphesi em suas *Jesibá*, pela haverem por hum livro de muita doutrina, e em tudo conforme ao Talmud, e se usar nelle dos mesmos termos, e conceitos do Mischná, e se resolverem magistralmente todas as materias; achando-se em resumo tudo o que haviaõ declarado os *Gueonim*, e *Sabios* seus predecessores; de maneira que este Livro he chamado *Talmud pequeno*, e he o que os Judeos mais estudão, e mais consultão.

constituido *Nagid*, ou *Príncipe do deserto* em Espanha. Falleceo na Villa de Lucena de idade de 90. annos em 4863. de Christo 1103.

Em seu tempo florecêraõ quatro Judeos Cordovezes de seu mesmo nome. Hum delles foi R. Isaac bar Baruch, que fazia remontar a sua gensalogia até o antigo Baruch Ammanuense ou Secretario de Jeremias, cuja familia se dizia haver vindo para Espanha nos tempos de Tito: foi chamado o Mathematico, pelo muito que sabia de Mathematica, e Lições que havia dado desta Sciencia ao Rei de Granada. Os Sarracenos fizeraõ delle grande estima. Este, e Alphesi fôraõ inimigos, e Cabeças de diversas Escolas, e só por morte se reconciliaraõ; os outros fôraõ R. Isaac bar Moseh, R. Isaac ben Giath grande Poeta, e Presidente, que depois foi da Academia de Cordova, Tutor, e Mestre de R. Azarias Ha-Levi filho do Nagid José Ha-Levi; e R. Isaac ben Reaben de Barcelona insigne Poeta, e Talmudista.

Sabios que  
florecêraõ  
nesta idade.

A quarta idade teve principio no Seculo XII. em Rab. José bar Meir Ha-Levi conhecido por Aben Megas, natural de Sevilha, que succedeo a seu Mestre R. Isaac Alphasi na presidencia da Academia de Cordova que lhe succedeo antes de seu fallecimento, e a teve por espaço de 38 annos. Falleceo de idade de 64 annos em 4901. de Christo 1147. deixou entre outros discipulos trez muito eminentes, que fôraõ seu filho R. Meir, seu sobrinho do mesmo nome, e R. Moseh Bar Maiemon ou Maiemonides.

Quarta  
idade dos  
Rabanim.

A quinta idade principiou em Rab. Moseh Bar Maiemon natural de Cordova; que foi o discipulo de Aben Megas, que mais mereceo as attenções de todos; falleceo no Egypto em 4964, de Christo 1204. Elle, e R. Abrahaõ Aben Ezra, e David ben Joseph Kimchi, que concorrêraõ neste tempo, fôraõ trez dos maiores homens, que tem tido a Synagoga. Tambem se distinguiraõ muito R. Isaac Aben Giad, R. Selomaõ ben Gabirol, R. Abrahaõ Ha-Levi ben David, R. José Ha-

Quinta  
idade dos  
Rabanim.

cohen, R. Jehudah Aben Thibon; os dous Rabbis, que tinhaõ ambos nome de Abrahaõ, e ambos adversarios de Maieomonides, que ensináraõ na Pesqueira Lugar de Castella a Velha; Judas Medico Cabeça da Synagoga de Toledo, que escreveu contra Kimchi em defeza de Maieomonides; R. José ben Thsfaddik. Juiz dos Judeos, e grande poeta, que morreo em 1150., e parece fer o mesmo, que hindo de Espanha para Babylonia lá foi feito *Gaon* das reliquias dos Judeos, ou semelhante a *Gaon*, poisque o *Gaonado* dos Judeos havia acabado em R. Haai. (a) A guerra litteraria, que se ateou neste Seculo entre as Synagogas de Espanha, e as de Narbona despertou nesta idade os estudos Talmudicos, e Rabbínicos. (b)

Sexta Idade dos Rabanim.

A Sexta Idade assentou nos fins do Seculo XII. em R. Moseh de Cozi, e R. Moseh Nachman filho de R. Isaac bar Reuben o ultimo dos cinco famosos Isaac da terceira idade. (c)

Setima idade dos Rabanim.

A Setima Idade começou no Seculo XIII. em R. Selomoh ben Adereth, e R. Perez ben R. Tiveraõ nesta idade grande nome entre outros Gerson ben Selomoh, e Jedahiah Hapenini.

Oitava idade dos Rabanim.

A Oitava idade entrou nos principios do Seculo XIV. com Rab. Aser de Naçaõ Tudessa, que de Alemanha se havia passado á nossa Espanha em 1300; foi feito Rab., e principal Mestre de toda ella na Cidade de Toledo, aonde falleceo em 1328. Elle foi o que mais espertou os estudos Talmudicos, e Rabbínicos, e os fez florescer muito nestes tempos. Succedeo-lhe na dignidade e magisterio seu filho Rab. Jehudah, que residio sempre em Toledo para onde já antes se havia transferido a Academia que os Judeos tinhaõ tido em Cordova até 5009. de Christo 1249.

A

(a) Nicoláo Serrari liv. 1. c. x. p. 255.

(b) Basnage *Hist. des Juifs.* tom. ... p. 265. 266. 280. 287.

(c) Manoel Aboal *Nomologia.*

A nona Idade abrangeo parte do Seculo XIV., e do Seculo XV., e foi Cabeça della R. Isaac Canpanton conhecido vulgarmente pelo *Gaon de Castella*; viveo 103 annos, e falleceo em 1463. Succedeo-lhe seu filho R. Isaac Aboab chamado por antonomasia o *Rabbi* que foi o ultimo *Gaon*, o qual sahio de Castella para Portugal em 1492. pelo desterro geral da Nação. Nesta idade florescêrão R. Isaac de Lea, e R. Abraha Zacuto discipulos de Canpanton, e tambem R. José Uziel, R. Scem Tob, R. José Penso, R. Jacob de Rab, R. Samuel Serzalvo, e R. Jehudah Aboab.

Nona idade dos Rabbanim.

Sabios que florescêrão nesta idade.

## CAPITULO III.

*Das Seitas que havia entre os Judeos Espanhoes.*

**H**avia entre os Judeos Espanhoes as mesmas trez Seitas de Escola, que havia geralmente entre os Judeos.

Trez Seitas.

A Primeira era a dos *Rabbanitas* dados inteiramente ao estudo da *Lei Oral*, ou *Tradicional*, os quaes pretendiaõ, que a *Lei Escripta* era insufficiente sem a *Lei Oral*, ou *Tradicional*; que se devia explicar necessariamente huma pela outra, e que tinhaõ ambas igual authoridade.

I. Seita dos Rabbanitas.

A Segunda era a dos *Cabballistas*, ou *conservadores da Tradição*, que sobre certas regras dos primitivos Sabios se obrigavaõ a entender, e explicar o Texto dos Livros Sagrados por meio de desvairadas combinações de nomes, e Letras.

II. Seita dos Cabbalistas.

A terceira Seita, que tambem houve alguns tempos entre os Judeos Espanhoes, foi a dos *Karéos* ou *Karaitas*, que em opposição aos Rabbanitas punhaõ todo o seu estudo na interpretação literal do Sagrado texto, havendo-o pela unica regra de Fé, que se devia seguir, e praticar; em consequencia disto desprezavaõ a Tradição Talmudica, e Rabbinica, e rejeitavaõ todos os dogmas.

III. Seita dos Karaitas.



Exposição particular desta Seita, e seus progressos em Espanha.

Quem primeiro trouxe a Espanha.

Opposições, e escriptos dos Rabbanitas contra elles.

gmas e Ritos que já tinhaõ fundamêto nella ; que por isso. eraõ chamados *Escripturarios Textuales* ou *Litterales*. (a) Porque pôde parecer, que esta Seita nunca entrou em nossa Espanha, fallaremos della com mais alguma largueza do que das outras. (b).

O primeiro que trouxe a Espanha esta Seita foi Ben Al. Tarás (isto he, filho de Tarás) discipulo de Abualprago, ou Abu Alpharag, novo defensor dos Karaitas da Terra Santa. Daquellas partes a levou elle a Castella no Seculo XII., e converteo muitos Judeos Espanhoes (c).

Opposeraõ-se-lhe os Judeos Rabbanitas, e tentáraõ por seus escriptos, e por sua grande authoridade atalhar em seus começos esta Seita nascente. Entre todos se poz em campo com maior esforço o erudito Tolodano Abrahão ben Dior acerrimo defensor da Tradição,

e

(a) Chamavaõ-se *Karraim* em Hebraico *Karraum* ou *Karraym* em Arabico, e vulgarmente *Karéos*, e *Karaitas*. começou esta Seita segundo a melhor opiniaõ em Babilonia no Seculo VIII sendo cabeça della Hanano ben David. De Babilonia passou a Jerusalém, e se diffundio depois por toda a Europa, posto que nem com tamanho numero de Sectarios, como a dos Rabbanitas, nem com iguaes riquezas, e poder.

Da origem, e doutrina dos Karaitas em geral, e de suas emigrações tratáraõ Jacob Trigland *Diatribæ de Secta Karæorum*. Levino Warner *Dissertatio de Karæis*. Joaõ Francisco Buddeo *Histor. Ecclesiastica Veter. Test.* tom. II. p. 1209. e *Isag. Hist. Theol.* p. 1652., José Scaligero *Elench. Trihæresi*: Nicoláo Serrari c. II. p. 376. na Collecção *Trium Scriptorum Illustr. de tribus Judæorum sectis Syntagma*: Parte I. Federico Reymanno *Histor. Theologiæ*. Leipzig 1717. e Wolfio *Biblioth. Hebraica*, e na outra obra *Notitia Karæorum impressa em Hamburgo em 1714.* 4.º

(b) Varios Authores suppoem os Karaitas na Espanha, como são entre outros Abrahão ben Dior no Livro da *Cabbala*. R. Moseh ben Scem Tob, e Fr. Affonso de Espina, que o cita; Abrahão Zacuto no *Jaakafim*: ou *Livro das Linhagens*, Wolfio na *Bibli. Hebr.* tom. I. p. 5. 42., e em outras lugares; e D. José Ravi de Castro na *Bibliotheca Espanh.* tom. II. no prologo.

(c) Isto nota Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. I. p. 32. *Abulphargi, quem inviserat, doctrinas amplexus ex Terra Sancta in Hispanias attulit, multarumque animos sibi conciliavit.*

e escriptor do mesmo Seculo. E para combater rijamente os Karaitas, compoz o famoso Livro da *Cabballa* obra classica entre os Judeos, em que se propoz referir contra os Karaitas, a serie nunca interrompida da doutrina tradicional de seus Doutores desde o principio até a sua idade, e responder ás objecções dos contrarios. (a)

Com tudo a pezar de todas estas opposições de R. <sup>Continúa a Seita dos Karaitas.</sup> Abrahão ben Dior, e dos mais Rabbanitas os Karéos continuáraõ em hir por diante propagando a sua Seita geralmente por toda a Hespanha maiormente nos Reinos de Castella, aonde vieraõ a formar hum grande Corpo. (b) Deo isto occasião a que se levantassem renhidas disputas, e se accendesse taõ viva guerra entre os Karéos, e os Rabbanitas, que foi necessario que Affonso Rei de Castella acudisse com sua authoridade, e lhes impozesse silencio. (c)

Estes Karaitas fôraõ os que deraõ motivo, a que o Espanhol R. Jehudáh Levi ben Saul escrevesse naquello Seculo o *Sepher ha cuzar*, ou *cosri*: obra famosa entre os Judeos, em que tomou por objecto rebater o Systema dos Karaitas, e dos Filosophos Gentios, que rejeitando as tradições, vinhaõ a negar a verdade da Lei Escripta. He certo, que no Seculo seguinte escreveo contra elles R. Moy-

(a) Consta da mesma inscripção deste Livro, e do testemunho do seu Autor a pag. 46. al. 27. o que reconhece Wolfio no tom. i. da *Bibl. Hebr.* p. 42.; o qual diz assim R. Abraham ben Dior *suum Cabballe librum occasione Seitæ Karaiticæ in Hispaniâ tunc efflorescentis scripsit*, e o mesmo nota na Prefacção ao Tractado de Mardocheo Karaita sobre esta Seita p. 97. e no tom. II. p. 928. No Livro da *Cabballa* he tractado Aben Al. Fâras por velho malvado, e impio, e R. Abrahão Zacuto no fim do Livro *Juchasin*, em que tambem fez menção d'elle, diz que os seus ossos são pirados no inferno. V. Trigland *Diatriba de Seita Karæorum* p. 115.

(b) Consta do lugar, que ao diante transcrevemos da obra *Fortalium Fidei*: donde tambem consta, que muitos havia na Cidade de Burgos, e na Villa de Carrien.

(c) Trigland *Diatriba de Seita Karæorum* p. 115.

Nome que  
tinhaõ na  
Espanha os  
Karaitas.

Moyſes ben Scem Jol natural do Reino de Leaõ. (a)

Os Karaitas eraõ conhecidos na Espanha no Seculo XII., e XIII. pelo nome particular, e execrando, que os Rabbanitas lhes davaõ, de *Hereges Sadduceos*. (b)

Com este nome os tratava em ſua obra o R. Moyſes ben Scem Job. (c) Com o meſmo nome os tratou depois Fr. Affonſo de Espina da ordem dos Menores Obſervantes; Judeo converſo, e hum dos mais ſabios homens, que teve a Synagoga no Seculo XV. porque no Livro que eſcreveo intitulado *Fortaleza da Fé*, contando a converſaõ de muitos delles no Seculo XIII. na occaſiaõ, em que ſe dizia haver apparecido ſignaes de cruz nos veſtidos dos Judeos, os denomina Sadduceos, e Hereges. (d) Affim continuáraõ na Espanha os Karai-

(a) Cita eſta obra Fr. Affonſo de Espina na *Fortaleza da Fé* Liv. III. *Confider.* p. 80. da ediçaõ de Norimberg de 1494.

(b) Os Karaitas eraõ havidos por *Hereges Sadduceos*; ſobre o que ſe pôde ver Simaõ Luzzati *Diſcorſo circa il ſtato degli Hebrei*; Trigland *Diatribe de Secta Karæorum*: no *Theſouro das Antiquidades Sagradas* de Ugolino tom. xxii. p. 65. Joaõ Sauberto no *Commentario de Sacerdotio Hebræorum* no tom. xii. do meſmo *Theſouro* c. xxiii. p. 43. que poem os Karæos por huma eſpecie de Sadduceos. O meſmo Levino Warner na *Diſſertaçaõ de Karæis* c. II. aonde diz que os Rabbinos os representavaõ como *Sadduceos*, e que maiormente os haviã por taes os Judeos Rabbanitas de Jeruſalém. Affim os chamava Rabam no *Commentario á Maſſicheth*. Trigland accreſcenta p. 308. que lhes chamavaõ *Hereges Excomungados Sadduceos e Baithæſeos*. Moſhemio fallando dos *Sadduceos* diz, que vivem muitos miſturados com os Karæos na Polonia; e R. David Neto originario de Portugal hum dos maiores adverſarios dos Karaitas na ſua obra *Matteh Dan*, ou *ſegunda parte del Cuſari*, confeſſa que Hanano forjara a Seita dos Karaitas á imitaçaõ da dos Sadduceos, que convinha com ella em negar a tradiçaõ, e diſſentia em admittir a immortalidade da alma.

(c) Wolfio fallando diſto, pelos Sadduceos, contra quem eſcreveo R. Moſche, entende os Karæos; *Bibl. Hebr.* tom. IV. p. 1128. ou 1088.

(d) Fallando do Seculo XIII. diz affim: *Circa id tempus, in quo ap- paruerunt in veſtimentis Judæorum ſignacula Crucis in regno Caſtellæ, ſicut infrá dicetur, ſecundum quod ſcripſit Rabi Abraham ben Eſra in li- bro ſuo, quo Legem gloſſavit, omnes Judæi prædiſti Regni (Caſtellæ) & pro majori parte in tota Hiſpania ſignanter in civitate Burgenſi erant Sed-*

raitas no Seculo XIII, e talvez ainda nos dous seguintes.

A caſo concorrêo muito para ſe propagar eſta Seita o frequente uſo, em que eſtavaõ geralmente de eſcrever em Arabigo. (a) Eſta Lingua ſendo entãõ mais vulgar na Eſpanha do que a Hebraica, de que muito uſavaõ os Rabbanitas, facilitava ainda mais os progressos deſta Seita entre os Judeos Eſpanhoes. Por ventura que tambem ſe engroſſaria o ſeu partido com muitos, que ſucceſſivamente foſſem vindo às noſſas terras de outras diverſas partes da Europa, aonde os havia naquelles tempos em grande quantidade. (b)

Tom. II.

Ii

De-

*duci, e hæretici. Sicut etiam Scripſit R. Moſe Legionenſis in libro, quem fecit pro reprehensione Sadducæorum; quia in Villa Carionenſi prædicti regni erant Phariſæi, et Sadducæi; ſed Sadducæi habebant majorem poteſtatem.*

Neſtes tempos he que ſe conta a appareição dos Signaes de cruz nos veſtidos dos Judeos no Reino de Caſtella, e a ſua converſão. Wolfio na *Bibl. Hebr.* tom. III. p. 769. fallando da converſão dos Judeos, por occaſião deſte ſacdo, entende juſtamente por *Sadduceos* os Karaitas *Apparitis enim crucis in veſtimentis Judæorum, et quæ cum illa conjuncta fuiſſe fertur Karæorum converſio incidit in ann. C. 1295.* E cita o meſmo Author da *Fortaleza da Fé* liv. III. *Conſid.* x. art. 9.

(a) Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. I. p. 44.

(b) Os Karaitas habitáraõ em toda a parte, como nota Trigland p. 110. *Ut nulla pars ſit mundi veteribus cogniti, quo non hæc Secta æque ac Judæi Rabbanitæ penetraverit.* Ainda que o aſſento principal dos Karaitas foi antigamente em Babylonia, no Cairo, em Damasco, em Bagdat, na Terra Santa, em Alexandria, e em Conſtantinopla, ainda antes que a tomaſſem os Turcos, toda via eraõ muitos na Moſcovia, no Graõ Ducado de Lithuania, na Polonia, na Italia, e n'outras partes da Europa, para onde haviaõ vindo de Conſtantinopla, e de toda a Turquia (Trigland *Diatribæ de Secta Karæorum* p. 114.), e donde facilmente ſe podiaõ paſſar às Provincias de Eſpanha.

No Seculo paſſado conta R. David Neto na *ſegunda parte de Cuſari*, que eſcreveo contra elles, que ainda os havia em Polonia, Ruſſia, Valaquia, e Conſtantinopla; que havia muitos em Jeruſalém, em Damasco, e no Cairo; e que na Tartaria tinhaõ muitas Synagogas; e que tambem ſe achavaõ na Ethiopia.

Hoje vivem muitos na Paleſtina, mas muitos mais na Tartaria, para onde ſe retiráraõ do Egypto, de Gaza, e de Conſtantinopla por cauſa das perſeuições dos Rabbanitas, e das oppreſões, e tyrannias dos Turcos. Na Europa ainda hoje vivem na Lithuania em varios lu-

Extincção  
dos Karai-  
tas.

Depois vieraõ a fazer menos vulto, até que nos ultimos tempos se extinguirão de todo. (a) Apenas deixaráõ vestigios de haverem estado em nossa terra, nem nos ficou obra alguma, donde poderíamos haver maior noticia delles. (b) E taes fóraõ as trez Seitas, que houve antigamente entre os Judeos Espanhoes.

Com

gares, como em Byrsa, Poziula, Neeftadio, Korona, Troca, e noutras partes. Ha muitos no Palatinado Luculcense da Polonia Superior, e são os mais opulentos, e poderosos.

Donde nunca vieraõ a ser tão raros, que podesse dizer Ligtfoot no tom. II. de suas obras p. 148. que apenas se achava hum Karaita entre os Judeos; e o que fez as notas marginaes á *Historia critica do Testamento Velho* de Ricardo Simão c. 29. p. 160. que apenas em todo o levante se via hum Judeo Karaita.

(a) Ainda que houve tempos, em que fóraõ em grande numero em nossa Espanha, como acima dissemos, toda via depois vieraõ a diminuir grandemente, e a ser muito poucos, como succedeo em outras partes do mundo, ainda nos Lugares, em que mais se haviaõ propagado.

Concorreo muito para isto entre outraa causas. I. a muito larga extençaõ que deraõ por huma interpretação escrupulosa aos grãos prohibidos no matrimonio; (Trigland p. 111. 112., e 113.) o que diminuia os progressos da sua propagação. II. a inteireza de sua vida austerã, e a severidade de sua doutrina, porque seguiãõ sempre na exposição dos mandamentos da Lei a parte mais apertada, e rigida da antiga Escola Judaica de R. Schammai, que não a mais larga, e relaxada de R. Hillel, a qual se não acomodava tão bem ao commum dos Judeos, como mais repugnante a carne, e ao sangue. (Isto he o que inculca o *Chillout* Ms. que cita Trigland p. 110. e 111.) III. o celibato, em que ficavaõ muitas de suas filhas, porque os Rabbanitas as rejeitavaõ, e assim se difficultavaõ os matrimonios. (Guilherme Postello *Alphabet. XII. Linguar*) IV. a perseguição que lhes fizeraõ os Rabbanitas movendo os Principes, a que os exterminassem de suas terras (Chillout citado por Trigland p. 112.)

(b) Hum dos principaes motivos, porque se sabe pouco delles, he a falta, que ha de seus Livros. Os Karaitas em geral poucas obras imprimirão. A' excepção de alguns Livros Moraes, que publicaráõ em Constantinopla, e do *Euchologio* impresso em Veneza em 4.º poucos mais Livros imprimirão; os mais tem elles Mss., e nem os vendem facilmente. Todos os Escriptores, que trataõ da Litteratura Hebraica, se queixaõ da raridade dos Livros antigos, e modernos dos Karaitas, e não só dos Mss., mas ainda dos impressos; ou fosse que escrevessem poucos, ou que os escondessem dos Rabbanitas, e das mesmas pessoas de

Com tudo no que toca ás duas Seitas dos Rabbinitas e Karaitas, que rijamente se impugnavaõ, os Judeos mais senlatos tinhaõ huma mediania entre ellas, porque nem accolhiaõ indistinctamente toda a casta de Tradições, nem as rejeitavaõ absolutamente. Elles antepunhaõ pelo commum a interpretação Litteral da Lei Escrita ás intelligencias tradicionaes dos Doutores; mas quando o texto admittia duas interpretações diversas, queraõ, que se preferisse aquella, que se achava apoiada na Tradição Unanime de seus maiores, e nesta parte reprehendiaõ os *Karaitas* por repudiarem semelhante Tradição, com o pretexto de ser contraria ao sentido Grammatical das Escripturas. (a)

Esta era a doutrina do Toledano Aben Esrahum dos Judeos de maior sabedoria, que teve a Synagoga de Espanha no Seculo XII. Naõ obstante ter sido discipulo de Japhet Levita Kareo, reconhecia no Commentario ao Pentateuto, que se havia seguir a Tradição Unanime dos Doutores em materia controversa, ou nos lugares da Escripura, que admittissem duas in-

Partido  
dos Judeos  
mais sen-  
latos entre  
as duas Es-  
colas dos  
Rabbani-  
tas, e Ka-  
raitas.

li ii

ter-

diversa Religiaõ, como faziaõ em Constantinopla, aonde os recitavaõ em lugares escuzos, segundo referio Gellio á Hottingero: (*Theaur. Philol. Hotting. c. 1. Sect. v. n. 9. p. 41.*) a calo faziaõ isto elcarmetados da grande perda, que tiveraõ dos seus Mss. na occasiaõ, em que os Turcos tomáraõ Constantinopla.

Desta raridade se queixaõ Trigland p. 114. Levino Warner *Dissert. de Karais* tom. xxii. do *Thef. das Antig. Sagrad.* de Ugolino c. 1. p. 487. Carpzovio *Introducção á obra Pugio Fidei* de Raymundo c. v. Morino *Exercit. Bibl.* IV. que apenas vio hum, como elle diz na Epistola; que vem nas *Antiguidades da Igreja Oriental* p. 364. Gustavo Peringer na *Epistola sobre os Karaitas da Lithuania*, que vem nos *Dialogos* em Alemaõ de Tenzelio publicados em 1691. p. 537. e seg. Seldeno, que só teve. dous Livros dos Karaitas; Buxtorffio, que não vio nenhum, e apenas numera hum por informaçãõ alheia na *Bibliotheca Rabbinica* p. 309. e trez nõ *Appendix á mesma Bibliotheca*, de que lhe deo noticia Antonio Leger; e Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. iv. p. 166. o qual refere poucos.

(b) Veja-se Schichard no *Bechinat ha Pernuschim* p. 143. *Leusden Philol. Hebraeomix. Dissert.* XVI. p. 111; e Ricardo Simaõ na *Histor. critic. do V. Test.* Liv. III. c. v. p. 373.

interpretações diversas; ao mesmo tempo, que fora deffecalo, queria que sempre se antepozesse a interpretação Litteral da *Lei Escripta* ás tradições, e doutrinas dos maiores, e se preferisse o estudo dos Livros Sagrados aos *Liuros Gemaricos*. (a)

## CAPITULO IV.

*Da Escola Nacional dos Judeos Portuguezes.*

**D**A Escola dos *Rabbanim* fôraõ discipulos em particular os nossos Judeos Portuguezes nos primeiros tempos da Monarquia; nella hiaõ apprender a Sciencia Biblica, Talmudica, e Rabbinica, em que fizeraõ maravilhosos progressos, propagando muito estes estudos pelas suas Judarias, e Synagogas, que já desde tempos antigos haviaõ levantado por diversas partes deste Reino.

Academia  
de Lisboa.

Foi muito nomeada a Academia, que elles tinhaõ em Lisboa, que parece haver estado á principio no Bairro da Pedreira entre a Igreja do Carmo, e a da Trindade, e mudar-se depois para o Bairro da Conceição. A ella corria hum grande número de Judeos Nacinaes, e Estrangeiros; e della sahiraõ os maiores Mestres dos Judeos, que tivemos em tempos passados, e as mais eruditas e elegantes obras, que entaõ se elcreverão de Litteratura Sagrada.

Tolerancia dos  
nossos  
Principes.

A tolerancia, que os Judeos acháraõ em nossos Principes, e o particular favor, e acolhimento, que lhes fizeraõ os Senhores Reis D. Affonso II. D. Sancho II. D. Diniz, D. Pedro I. D. Joaõ I. D. Affonso V., e ainda o Senhor Rei D. Joaõ II. nos primeiros annos de seu governo, folgado tempo lhes deu para poderem trabalhar com repouso de espirito no estabelecimento de suas Escolas, e na cultura dos estudos de sua Lei.

A

(a) Veja-se a sua obra intitulada *Jesod Mora* ou *Fundamento da Te-  
mor*.

A Academia de Lisboa recebeu grande augmento com a vinda de innumeraveis Judeos de Espanha a estes Reinos em diversos tempos, maiormente nos dous Reinados dos Senhores Reys D. Joaõ I., e D. Joaõ II. por occasião das perseguições, que tiverão em Aragão, e Castella, e pela expulsaõ, e desterro de 1492, que depois fulmináraõ contra elles os Reis Fernando, e Isabel. Póde-se dizer, que desde esta ultima época até o anno de 1497. se achava refugiada, e domiciliaria entre nós a Litteratura Talmudica, e Rabbinica de quasi toda a Espanha, isto he, a maior parte, naõ só dos Mestres mais sabios da Nação, mas tambem dos Codigos públicos assim M. l., como impressos da Synagoga, e de muitos outros particulares do uso domestico dos Judeos de toda a Espanha.

Augmen-  
to da Aca-  
demia de  
Lisboa  
com a vin-  
da dos Ju-  
deos de  
Castella.

## CAPITULO V.

*Dos Estudos da Lingua Santa.*

Pelo que toca em particular á Lingua Santa, costumávaõ os nossos fazer della hum grande estudo, havendo-o por mui necessario para a intelligencia dos Livros Sagrados. Parece, que herdáraõ isto dos *Rabbanim* seus Mestres, que se haviaõ dado muito a esta casta de estudos, e os haviaõ propagado com grande ardor nas Synagogas de Espanha. (a)

Cultura  
da Lingua  
Santa.

Por certo, que muito os havia fomentado David Kimchi, filho de José Kimchi, hum dos maiores Grammaticos dos Judeos, a quem depois seguiraõ muitos dos Christãos; o qual aproveitando-se das Reflexões Grammaticaes de hum Arabe chamado *Abud Valid Marum*, compozera hum grande obra da *Grammatica da Lingua*.

(a) Disto falla Ricardo Simão na *Historia critica do Testamento Velho* no c. XXI. p. 120.



*gua Santa*, com o nome de *Sepbér Michlöl*, é hum *Diccionario* intitulado *Sepbér Scorascim*. (a)

Este estudo, havido por necessário, e util.

Tão alta opinião se tinha feito em nossa Espanha da necessidade, e utilidade destes estudos, que se havia por primeiros fundamentos de toda a Litteratura Sagrada. Assim que R. Aben Ezra no *Perusc*, ou *Commentario ao c. V. do Eccles.* dizia; como fallando de huma regra geralmente estabelecida: *Nós os Judeos devemos saber perfeitamente a Arte Grammatical da Lingua Santa, para não errarmos.* O mesmo inculcava Kimchi, o qual no fim do *Michlöl* poem huns versos, que dizem assim em Linguagem: *O que aprende, e trabalha por possuir a Lei, e não aprende o fundamento da Grammatica, he como o Lavrador, que vai com os seus bois; mas não leva nas mãos vara, ou aguilhão, que os pique.*

Uso que os nossos faziam de Hebreo.

Com effeito os nossos Judeos não cedêraõ aos Espanhoes seus Mestres; cultiváraõ cuidadosamente a Lingua Santa, e tanto se costumáraõ ao Hebreo Rabbínico, que até nelle usavaõ de fazer Cartas, Escripturas, e Instrumentos pelos Tabelliães de suas *Communas*. (b)

Grammaticos illustres R. David Jachia.

Muito se assignalou nestes estudos o famoso R. David Jachia filho de Salomon Jachia Lisbonense, o qual escreveu nos fins do Seculo XIV.

### *Tratado da Lingua dos Eruditos segundo Isaías*

c. 50. v. 4.

Este Tratado consta de duas partes; na primeira tra-

(a) Faz menção destas obras Basnage na *Hist. dos Judeos*: Welfio na *Biblioth. Hebr.* e outros muitos.

(b) Não só faziaõ isto os Judeos, que eraõ das *Communas*, mas ainda os que não eraõ dellas; e a respeito destes ultimos, o prohibio o Senhor Rei D. João I. pelo damno, que disso se seguia ao povo, mandando, que o Judeo, que não fosse das *Communas* dos Judeos não fizesse Carta ou instrumento senão por Linguagem Ladinha Portuguez: vem a Lei no *Codigo Affonsino* Liv. III. Titulo 93. *De como os Tabelliães dos Judeos haõ de fazer as Escripturas.*

trata da *Grammatica Hebraica*, na segunda do *Siclo do Sanctuario*; em que vem os preceitos da Lei postos em verso. Foi impresso em Constantinopla em o anno do Mundo 5266. de Christo 1506 em 4.º, e em Pesaro em 1542. tambem em 4.º Esta obra *Grammatical* vem no *Catalogo dos Grammaticos Judeas* de maior credito, que attesta ter visto Morino junto com a obra da *Grammatica da Lingua Santa* de R. Jehudah Chiug, como elle diz. no Livro : *Opuscula Hebraeo-Samaritica*. Ha hum Codigo Ms. na Bibliotheca do Vaticano, em que se acha este Catalogo. A maior parte della transcreveo Buxtorfio no *Thesouro Grammatico na Dissertação de re Hebraeorum metrica*; os dous ultimos Livros, que saõ o XVII. e XVIII. deu Genebardo em Latim, e Hebraico em Paris em 1562., e 1563. em 8.º (\*): os quaes depois se reimprimiraõ na mesma Cidade em 1587. e sahiraõ tambem na *Isagoge ad Rabinorum Lektionem* publicada em 1578. 8.º

Continuou, e adiantou muito os mesmos estudos no Seculo XV. o R. Moseh Ben chabil Ben Schem Tob tambem Lisbonense, e Individuo da Academia de Lisboa, (a) insigne Grammatico, e grande sabedor da Lingua Santa, o qual para instrucção dos seus, compoz trez obras Grammaticaes de grande nome, que saõ as seguintes.

R. Moseh  
ben Cha-  
bib.

*Darce Nobam*, isto he, *Caminhos deleitosos*.

Foi impressa esta obra em Constantinopla, e Veneza, em o anno menor dos Judeos 300 (de C. 1546.) em hum vol. de 8.º

*Mar-*

(\*) Temos hum exemplar, e vimos outro na Livraria da Real Casa de N. S. das Necessidades. Est. 254. n. 10.

(a) Elle mesmo no principio do seu commentario ao *Bechinath olam* se intitula da *Santa Synagoga de Lisboa em Portugal entaõ residente em Hydrunt. no Reino de Napoles*.

*Marphe Leson*, isto he, *Medicina da Lingua*.

Foi esta obra tambem impressa em Constantinopla, e em Veneza, e no mesmo anno que a primeira, e muito se aproveitou della Joaõ Buxtorfio para a obra, que escreveo á cerca da *Poesia dos Hebreos*, como se vê do seu *Thesouro Grammatico* p. 618. 631., e 637.

*Perach Susan*, isto he, *Flor de Lyrio*.

Nesta obra desampara algumas vezes a doutrina dos antigos Grammaticos. (a)

Podemos accrescentar a estes David Jachia filho de David Ja-José Jachia natural de Lisboa, que nos fins deste Seculo escreveo :

*Epitome Grammatical.* (b)

## C A P I T U L O VI.

### *Da Typografia Hebraica em Portugal.*

Os Judeos Portuguezes são os primeiros, que introduzem em Portugal a Typografia Hebraica.

**P**Elo que toca á Typografia Hebraica muito se adiantaõ os nossos Iudeos a introduzilla, e propagalla entre nós, (c) por quanto poucos annos depois que se

(a) Disto o taxou R. Balmes na sua *Grammatica*.

(b) Nasceo em Lisboa em 1465, e morreo em 1543.; conservava a sua obra da *Grammatica* o R. Gedaliah Jachia. Castro na *Biblioth. Espan.* não faz menção desta obra, antes diz que R. Gedaliah, que havia visto, e lido as obras de David Jachia, não especificára os seus Titulos; no que houve equivocação, porque Gedaliah fallou especialmente desta Grammatica. Della faz menção o nosso Barbosa, e Wolfio que julga que he esta mesma Grammatica Hebraica, a que se acha Mss. na Real Biblioth. de Pariz. (Biblioth. Hebr. tom. III. p. 188.)

(c) Para sabermos ao diante, quanto os nossos Judeos se apressáraõ a introduzir, e aperfeiçoar entre nós a Typografia Hebraica, convem notar, que posto, que se não saiba ao certo, nem o anno da invenção da Typografia, nem as primeiras obras, que se imprimiraõ nella, com tudo a sua época se pôde assentar entre os annos de 1428. e 1460. Porque huns como o R. José Coen poem a primeira obra em 1428.

se inventou a Imprensa na Europa, e apparecêraõ as primeiras obras desta Arte recente, começáraõ os Judeos de erigir Typografias Hebraicas em diversas partes da Italia, (a) e apenas haviaõ estabelecido as suas primeiras Officinas, desde os annos de 1477. em Pelsaro, (b) em Plebisacio, ou Pieve, (c) em Bolonha, (d)

Tom. II.

Kk

em

no Livro *Arbáh Turim* impresso em Veneza dando por falsa a edição do Livro *Schulchan Aruch*. em 1420. como mostra Mallincroel no *Tratado da Arte Typografica* p. 5. outros em 1448. no *Codice De Miseria humanæ conditionis* impresso em Argentorato; outros em 1450. no Livro *Cathalicon* de João le Beque escritor Genovex, e na *Biblia Morgantina*; outros em 1457. pela Typografia de João Guttenberg de Mayença; e outros finalmente em 1460. na impressão do mesmo *Cathalicon* de João le Beque.

(a) Houve quem se lembrasse, que por ventura o Mestre Josê, e seu filho Chaiim Mordachai, e Ezechias Montro, teriaõ sido os primeiros impressores de Livros; porque na Epigrafe, que vem na obra do Psalterio Hebraico impresso em 1477. se denominaõ *Hujus Artis factores*; toda via esta expressaõ não significa propriamente *inventores*, ou *primeiros compositores* desta Arté; mas só *Mestres*, e *Artifices* della.

(b) David Ganz deu a edição Hebraica Veneziana da Biblia em 1511. pelo primeiro parto da Typografia Hebraica; no que por certo se enganou; porque em Pelsaro na Umbria se imprimiraõ no seculo XIV. em 1477. os *Commentarios Robbolgianos a Job* de Rabbi Levi Gerson pelo Rabbi Abraham Chaiim (Bartolocio por esta edição indevidamente em 1480., e em Soncino); e tambem se imprimio o Psalterio Hebraico com os *Commentarios* de Kimchi, de que ninguem fallou antes de Kennicot. Estes livros dá Rossi pelas primeiras, e mais antigas obras da Typografia Hebraica (*De Hebr. Typogr. origine* c. 1. p. 5., e 6.) porque a edição da *Grammatica Hebr.* de Rabbi Moisés Kimchi em Sicilia em 1461. que Buxtorffio houve pela primeira obra, he supposta, e o he tambem a edição do livro *Sepherno or anmim* ou *Luz dos Póus* de Obadias, que traz Beughem como feita em Bolonha em 1471. (Rossi de *Typogr. Hebr. orig.* c. viii. it. c. 1. p. 4.)

(c) Aqui foi impresso o *Arbáh turim* ou *Livro das 4 Ordens* de Jacob ben Ascer em 1478. Pelo que Wolfio, e Foscarim, que o seguio quizerãõ dar a esta edição, e a Plebisacio ou Pieve no Estado de Veneza a origem da Typografia Hebraica contra a opiniaõ commun de Mattaire, e de outros mais Bibliografos; muitos dos modernos seguirãõ depois a opiniaõ de Wolfio.

(d) Aqui se imprimio o Pentateuco em 1482. pelo que Maffei, e o Cardeal Quirini julgáraõ, que aos Judeos Bolonhezes se devia a honra da origem da Typografia Hebraica. Cornel Beughem no *Catalogo*

em Soncino no Ducado de Milão, (a) e na Cidade de Napoles, (b) quando logo os nossos Judeos cuidárao de chamar a Portugal Typografos de sua Nação, que levantárao as primeiras Officinas da Typografia Hebraica, que entre nós houve; o que foi pelos annos de 1485, ou talvez antes. (c)

He

*Incunabula Typographia* falla de huma antiga edição Hebraica feita em Bolonha em 1471.; e diz tambem, que o Livro *Sephorno*, Luz dos Povos, ahi fôra impresso no mesmo anno. André Cheville, que cita Wolfio II. p. 944. duvida disto, e crê que foi o anno em que fôra composto. (Part. III. Da orig. da Typog. Paris. c. III. p. 264.)

(a) Rabbi Ghedaliah na obra *Schalscheleth Hakkabbalah* ou *Cadêa de Tradição* diz, que os Judeos Soncinates pelos annos de 1480. começaram primeiro que todos a imprimir Livros Hebraicos, e os poem a elles pelos primeiros Typografos dos Hebreos, contando a edição do *Mischâr Appeninim* ou *Mischâr Happeninim* de 1484. pela primeira obra que imprimiraõ. Esta he a mesma opinaõ de Laescher, de Bartolocio na *Bibliotheca Rabbinica* tom. 1. p. 432. de Cheville P. III. De orig. Typogr. Parisiens. c. III. p. 264., e de Mattaire nos *Annaes Typograficos*.

(b) Em Napoles foraõ impressos o Psalterio Hebreo com os Commentarios de Kimchi em 4.<sup>o</sup> em 1487., e os mais Agiografos Proverbios, Job &c no mesmo anno.

(c) Advertiremos de passagem, que já antes de 1485. havia em Portugal officina Typografica. Porque em 1479. fôraõ impressas as *Epistolas*, e *Evangelhos* que se cantão no decurso do anno traduzidos em Portuguez por Gonçalo Garcia de Santa Maria, de que faz menção o erudito Barbosa na *Bibliotheca Lusitana*. Ainda esta não foi a primeira obra que sahio dos nossos prelos; porque muito antes della se imprimiraõ as *Coplas* do Infante D. Pedro, por quanto no fim dellas se declarava, que haviaõ sido impressas *Seis annos depois, que em Basileia fôra achada a famosa Arte da Imprimissa*, como atesta haver visto o Conde de Ericeira na selecta Livraria do Conde de Vimieiro, que se queimou no terremoto de 1755. Veja se a conta de *Jeus efudus* na *Academia Real da Historia Portuguesa*, anno de 1724. n. 23. Na Torre do Tombo no Livro 1. dos *Extrañt.* fol. 197. se acha legalmente copiada a Carta, com que D. João Manoel, Bispo da Guarda deu á execução o Breve de Pio II. passado á instancia do Senhor Rei D. Affonso V. sobre a reforma dos vestidos do Clero deste Reino, na qual explicando-se o Executorial a respeito da Tonsura, se manda, que os Clerigos *tragaõ corõa aberta tão grande, e tão redonda, como a redondeza, em fim daquella Carta impressa*; E como o Papa Pio II. morreu em 1464. provavel he, que a publicação se fizesse por aquel-

He certo, que em Lisboa havia já huma, e mui famosa em 1485; porque neste anno imprimião nella a obra *Sefer Orach Chaiim*, ou *Livro do Caminho da Vidade* R. Jacob ben Ascer; (a) e os Commentarios de R. Moisés aben Chaviv Judeo da Synagoga de Lisboa ao *Bechinath*, ou *Livro do Mundo* do Espanhol R. Jedahiah Ben Abraham Hapenini Barcelonez; e em 1489 o *Pentateuco Hebraico*, que são as primeiras obras, que apparecêrao entre nós da Typografia Hebraica. (b)

Por 1494. havia outra grande Typografia Hebraica em Leiria, na qual se imprimião os Profetas Maiores. (c)

E por conseguinte viemos a ter Typografia, e impressão de Livros Hebraicos primeiro que Veneza, Roma, Sabioneta, Mantua, Cremona, Verona, Brixia, Ferrara, e outras Cidades de Italia, e primeiro, que Constantinopla, e Thessalonica, e muito antes de França, Inglaterra, Castella, Polonia, Hollanda, e a mesma Alemanha.

Typografia Hebraica de Leiria.

Antiguidade da nossa Typografia sobre outras Nações.

Kk ii

Me-

le tempo. Assim que já em 1464. podemos pôr com alguma probabilidade o estabelecimento da Typografia Portuguesa, o que vem a ser mais cedo, quanto parece, do que as Typografias de todas as Nações, á excepção dos Alemães.

(a) He impresso em folha no anno 245. que corresponde ao de Christo 1485. consta de 98. fol. Faz menção desta edição João Bernardo de Rossi no *Commentario Historico da Typografia Hebraica Ferrariense*. p. 12., e na obra da *Orig. da Typogr. Hebr.* p. 23., e a tem por impressa em Lisboa, pelo caracter do começo das Secções, e Capitulos, e pelo papel; e a dá pelo primeiro livro impresso em Portugal, ou gerahmente em toda a Espanha. Quanto a esta ultima parte não podemos concordar com Rossi, salvo se elle só quer fallar de Livros Hebraicos: pois que já notamos, como antes de 1485. se haviaõ imprimido entre nós algumas obras; e pelo que pertence a Espanha em 1475. se imprimião em Valença as obras de Sallustio em 3.º em caracter Romano; (*Maittaire Annaes Typograficos* tom. iv. p. 349.)

(b) Fallaremos ao diante com mais largueza desta edição do Pentateuco.

(c) Adiante daremos tambem mais larga noticia desta edição.

Imprimi-  
dores Ju-  
deos.

Memoria nos ficou de trez Judeos distinctos imprimidores, a quem se devêraõ naquelle Seculo as edições Biblicas, e Rabbinicas, que hoje restaõ; fôraõ elles Rab. Tzorba, Rabban Eliezer, e Zacheo seu filho; (a) que parece haverem sido os primeiros que levantáraõ as Typografias Hebraicas de Lisboa, e de Leiria, e dos primeiros Imprimidores, que houve em Portugal. (b)

## CAPITULO VII.

### *Dos Mss. Biblicos Copiados em Portugal.*

Grande  
copia em  
Cast. e  
Port. de  
Mss. Bibli-  
cos da Synagoga.

**O**S Judeos Espanhoes, e Portuguezes abundavaõ sempre em grande copia de Mss. Biblicos, de que eraõ por extremo curiosos; (c) os nossos em particular se distinguiraõ muito nesta parte.

Naõ.

(a) Consta das edições, de que adiante faremos menção.

(b) Pelo que toca ás Typografias Hebraicas naõ apparecem outras obras mais antigas que as suas. Quanto á Typografia Portugueza em geral parece, que elles fôraõ dos primeiros Impressores, que cá tivamos, porque á excepção da Carta do Bispo da Guarda, da *Tradução das Epistolas, e Evangelhos* por Paulo de S. Maria, e das obras do Infante D. Pedro, de que acima fallamos, naõ sabemos, que houvesse outra obra impressa mais antiga, que as edições Hebraicas destes Judeos; a impressão da *Vida de Christo* traduzida por Fr. Bernardo de Alcobaca de Valentim de Moravia, e Nicoláo de Saxonia, que he humas das mais antigas, foi em 1495., e por consequente dez annos posterior ás primeiras edições Hebraicas; e as impressões de Jacob Cromberger, de Germaõ Galharde, e de outros saõ ainda mais modernas, do que esta, e vaõ dar quasi todas nos principios do Seculo XVI. como saõ, depois das *Tabelas Astronomicas* de Abraham Zacuto em 1496.; as obras de D. Pedro de Menezes terceiro Marquez de Villa Real em 1500.; o *Regimento para a conservação da Saude traduzido de Latim em Portuguez* por Fr. Luiz de Raz, Provincial dos Franciscanos Claustres, e impresso antes de 1501., a *Arte de Paltrana* em 1501., a *Relação da Viagem de Marco Polo Veneziano á India traduzida* por Valentim Fernandes, e impressa em 1502.; e a *Regra, e Definições da Ordem de Christo*, impressas em 1504, que saõ tambem das mais antigas obras, que appresenta a Typografia Portugueza.

(c) Assim o reconhece Ricardo Simaõ na *Hist. crt. de T. V. c. XXI. p. 120, e 121.* E em verdade que dos Catalogos de Kennicott,

Não só havia muitos Codigos Mss. publicos copiados solemnemente para uso das Synagogas, mas ainda muitos particulares escritos com summo cuidado, e fidelidade, que muitos Judeos mandavaõ copiar para seu uso domestico, como fizeraõ entre outros R. Jacob Coen filho de R. Jonas Coen, R. Ghedalia filho de José Wolid, R. Samuel Abarbanel, R. Abrahaõ filho de R. Jacob neto de Zadoch, e R. Moyses. (a)

Grande  
Copia de  
Mss. Bibli-  
cos Parti-  
culares.

Havia para isso muitos Scribas ou Ammanuenfes, que se dedicavaõ a este trabalho; memoria nos ficou de Samuel filho de Sem Tob, de Samuel de Medina filho de Isaac de Medina, de Jason filho de José, de Moyses filho de R. Jacob, neto de Moyses Calef, e de Isaac filho de Isaias filho de Jason, que tiráraõ varias copias dos Livros Sagrados. (b)

Grande  
número de  
Anima-  
nuenfes.

Ainda hoje existem, posto que fora de Portugal, alguns Codigos Mss. de grande nome, e estimaçaõ, que estes, e outros mais Judeos copiáraõ, ou mandáraõ copiar naquelles tempos. Taes saõ os seguintes.

Codigos  
Mss. Bibli-  
cos de  
Portugal  
que exis-  
tem fóra  
do Reino.

I. O Codigo em pergaminho da Biblia escrito na Guarda em 1346. que possui Joaõ Bernardo de Rossi. (c)

Codigo  
Ms. da  
Guarda de  
1346.

de Paulo Jacob Bruns, e de Joaõ Bernardo de Rossi se conhece bem, que havia innumeraveis Codigos Mss. em Espanhol, pelos muitos, que ainda hoje se conservaõ em Roma, em Inglaterra, e em Constantinopla, e por outros; que se tem encontrado na Cidade de Fez na Africa, e em Theffalonica, para onde os haviaõ levado os Judeos foragidos de Espanha, e Portugal. Rossi, segundo elle diz no Opusculo da *Origem da Typografia Hebraica*, p. 87. e 88. tinha hum Codigo em Espanhol, e Hebraico dos ultimos Profetas escrito em 1255, que reunia em si todas as notas, e caracteres dos Codigos Espanhoes.

(a) Consta das Epigrafes dos Codigos Mss., de que adiante fallamos.

(b) Consta das mesmas Epigrafes dos Codigos Mss. de que fallamos adiante.

(c) Falla delle na sua obra de *Origine Typograph. Hebr.* c. x. p. 9. Com a authoridade deste Codigo comprova Rossi estar defeituoso hum lugar do Exodo no c. viii. do modo que se lê nas edições modernas dos Commentarios de Raschi, ou Rabbi Salomaõ Jarchi ao dito c. viii., e na edição de Constantinopla de 1522. no Codigo Ms. em



Codigo  
Ms. de  
Lisboa de  
1410.

II. O Codigo Ms. Hebraico dos Agiografos escripto em Lisboa em 1410. por Samuel filho de R. Jom Tob, que se acha na Bibliotheca publica de Berna. (a)

Codigo  
Ms. de  
Lisboa de  
1469.

III. O Codigo Ms. do Pentateuco com as Aphtaroth, e V. Meghill. com o Livro de Antiocho, e a Masora menor em pergaminho, e em caracter Espanhol; escripto em Lisboa em 1469. em 4.º por Samuel de Medina; (b) o qual existe hoje em Parma na copiosissima Bibliotheca de Joaõ Bernardo de Rossi. (c)

Codigo  
Ms. de  
Lisboa de  
1470.

IV. O Codigo Mss. dos Profetas Posteriores em pergaminho, e caracter Espanhol escripto em Lisboa em 4.º por Jason filho de José. (d) Pertence hoje á Bibliotheca de Rossi.

Codigo  
Ms. de  
Lisboa de  
1473.

V. O Codigo Ms. do Pentateuco com as Aphtaroth, e a Masora em pergaminho; e caracter Espanhol escripto em Lisboa em 1473. em 4.º por Samuel de Medina.

pergaminho do Seculo XV. que elle tinha, e no *Eliás Mifrachi* que, defende a dita Lição.

(a) Na Epigrafe deste Codigo se lê assim, segundo traslada Rossi: *Ego Samuel Scribens fil. R. Jom Tob fil. Alsalg scripsi hæc Agiographa ad usum desideratissimi Juvenis R. Mosi; & absolvi illa die VI. mensis Tisri an. 5170. Ulyssipone* (Rossi tom. 1. das var. Lic. do Testamento Velho no Catalogo dos Codigos Mss. de Kennicott p. LXXVIII. p. 398.) Bruns vio, e conferio este Codigo em Berna, e era já hum fragmento que começava em Daniel no c. XII. 7. e se lhe havia ajuntado taõ somente *Esdra* com *Megilloth* (Kennicott na *Dissert. Geral* p. 482.)

(b) Consta da inscripção, que vem no fim do *Ecclef. Ego Samuel de Medina Scripsi hos quinque Libros Legis, & Aphtaras & V. Megilloth auxilio Dei, qui sedet in excelsis, in gratiam clarissimi potentis ac desiderabilis R. Jacob. Coen filii gloriosi electissimi senis, optimi cum Deo & hominibus R. Jonæ Coen, absolutusque* (liber) *mensis fixan anno 5229. ab O C. Ulyssipone.*

(c) Elle mesmo o attesta no tom II. Das *Varias Lições do Testamento Velho*, que o conta entre os Codigos Mss. Biblicos, que se devem acrescentar á sua Bibliotheca p. 7. n. 830.

(d) Consta da inscripção que se lê no fim: *Ego Jason fil Joseph. fil Job Scripsi hos Prophetas posteriores, absolvi que illos hic Ulyssipone in mens. tebeth die XI. mensis in grat. R. Isaaci fil R. Jehudæ Thibova & 5230.*

dina, o mesmo que havia escrito o outro Codigo do Pentateuco de 1469. (a) Existe na Real Bibliotheca de Parma. (b)

VI. O Codigo Ms. do Pentateuco com as Aph. e Megh. em pergaminho, e caracter Espanhol copiado em Lisboa em 1480. em 4.<sup>o</sup> por Moyses Scriba filho de R. Jacob. (c) Tem a Masora, e o Livro de Antiocho em Chaldaico. Este Codigo foi de Samuel Abarbanel, ao que parece filho de Isaac Abarbanel sabio Judeo Portuguez, de que faremos memoria em seu lugar. (d) Existia em Goricia, e o tinha hum Judeo chamado Cervo Levi. (e)

VII. O Codigo Ms. Hebraico do Pentateuco, e Agiografos escripto em Evora em 1495., que existe em Florença na Bibliotheca dos Carmelistas de S. Paulo m. 1085. em folha, escrito em pergaminho por Isaac Scriba filho de Isaías. (f)

## VIII.

(a) No fim se lê: *Ego Samuel fil. R. Isaaci de Medina Scripsi hos quinque Libros Legis & Aphtaroth auxiliante Deo qui nubes equitat, in grat. eximii potentis atque exoptatissimi R. Ghedalia fil. electi senis Josephi Wolid (e com letra mais moderna) absolutusque est Codex mense Isar an. 5233. á creat m. a filio XXV. annorum Ulyssipone.* Deste Codigo fallá Kennicott p. 414., e Rossi tom. 1. das *Varias Lições do Testamento Velho* no Catalogo dos Codigos Mss. que se devem accrescentar á sua Bibliotheca.

(b) Assim o attesta Kennicott na sua *Collação dos Codigos Mss.* e no tom. II. na *Descripção*, e *Supplemento* da mesma *Collação* p. LXXXVIII. n. 548.

(c) Consta da Epigrafe, que o possuidor deste Codigo communicou a Rossi: *Ego Moses Scriba fil. R. Jacob fil. glor. Senis R. Mosi ben Galef. f. m. Scripsi ad natum excelsi R. N. hunc Pent. Apht. & Megh., absolvi que illum feria III. die. XX. mensis ellul an. 5240. ab O. C. hic Ulyssipone.*

(d) Assim se lê na mesma epigrafe: *Hic Pentateucus est excelsi & eximii Sap. perfecti Doctoris nostri ac Magistri nostri Don Samuel Abarbanel.*

(e) Rossi no tom. 1. Das *varias Lições do Testamento Velho* no Catalogo dos Codigos Mss. da *Collação* de Kennicott p. LXXXIX. num. 578.

(f) No fim se lê assim, segundo traslada Rossi: *Ego Isaac Scriba fil. Isaías fil. Jafon Scripsi, masora instruxi, & correxi hunc Pentat. & Agiographa ex mandato Cl. R. Abrah. fil. R. Jacob fil. Zadoch, absolvi que illos feria II. die II. mensis Casleu ductus annis post exilium Hispanicum.*

Código  
Ms. de  
Lisboa de  
1495.

Código  
Ms. de  
Lisboa de  
Abarba-  
nel.

Código  
Ms. de  
Lindano.

Correc-  
ção, e  
apura-  
mento dos  
Códigos  
Ms.

VIII. O Código Ms. do Psalterio em Hebraico escripto em Lisboa em o mesmo anno de 1495. que se acha em Roma. (a)

IX. A Biblia Ms. que tinha em Veneza no Seculo passado D. José Abarbanel escripta tambem em Lisboa, e segundo parecia no Seculo XV. (b)

X. O Código Ms. do Psalterio da Collação de Lindano. (c)

Não só havia em nossa Espanha hum grande número de Mss. Biblicos; mas eraõ elles pelo commum os mais correctos, e apurados. Assim o confessão os mesmos Rabbinos, e os seus mais sabios criticos os recommendão como os melhores Códigos, que se podem consultar, como são R. Abrahaõ ben Dior, Nachmanides, Meir, Kimchi, e Todros entre os antigos, e dos modernos Norzio, Menachem de Lonzano na Prefação

ao

ann. 5255, a creat. M. in arbe Eboræ, quæ est in Regno Lusit. Bruns consultou este Código; e delle falla Kennicott na *Dissertação geral* p. 500.; e Rosfi no tom. 1. *das Varias Lições do Testamento Velho no Catalogo dos Códigos Mss. da Collação* do mesmo Kennicott p. LXXXVI.

(a) Bruns vio tambem este Código: delle faz menção Kennicott na mesma *Dissertação* p. 500.

(b) Della falla o Rabbino Manoel Aboab na segunda parte da sua *Nomologia* no c. XIX. p. 218., e seg., e atteita havella visto, e diz que mostrava já em seu tempo ter sido escripta á 180. annos.

(c) Deste Código falla Bruges; e Kennicott o numera entre os Mss. de sua *Collação*; mas parece confundir este *Psalterio Portuguez* com o *Anglico*, e o *Lovanicense*, pondo-o debaixo de hum mesmo número, e do titulo geral dos Códigos Brugeses. Com tudo Rosfi os distingue; e diz, que o primeiro era de D. Clemente Inglez: o segundo do Collegio de Lovaina; e o terceiro da Synagoga dos Judeos de Portugal, e que este fôra conferido por Lindano, em cuja fé o trazia Bruges. (tom. 1. *Das varias Lições do Testamento Velho no Catalogo dos Mss. da Collação* de Kennicott p. XCIV. n. 694.)

Além destes Códigos Mss. Biblicos havia muitos de outras obras, que pertencem a diversa classe da Litteratura, de que ainda hoje existem alguns fóra do Portugal. He mui estimado entre outros, o que se acha na Bibliotheca de Turim do Canon de Avicena em Hebraico de Nathan Amatho, escripto em Lisboa em 1489. de que falla Rosfi da *Typogr. Hebr.* p. 48.

ao Livro *Or Thorab* impresso em Veneza em 1618. R. Elias Levita Alemao na *Prefacção Rythmica do Livro Masoreth Hammasoreth*, e no *Schibre Luboth*, os quaes daõ grandes gabos aos Exemplares Espanhoes, e os antepoem a todos os outros. Este foi o mesmo juizo de R. Manoel Aboab na sua *Nomologia*; o mesmo reconhecem entre os Christaos Ricardo Simao na sua *Indagação critica das diversas edições da Biblia*, (a) e Wolfio na *Bibliotheca Hebraica*, (b) e modernamente Joao Bernardo de Rossi *Da origem da Typog. Hebr.*, (c) e na *Prefacção* ao vol. I. *Das Varias Lições do Testamento Velho*. (d)

Por esta razao o nosso Portuguez R. Abraham Sabah filho de David natural de Lisboa nas suas notas ao Livro *Hammeor* no fim do Cap. I. *Berachoth*, poz como huma regra geral da critica Sagrada entre os seus conservar, e preferir sempre a Lição dos Exemplares Espanhoes a qualquer outra. (e)

E com effeito os Judeos pelo commum assim o praticavaõ, como fez entre outros R. Jacob ben Chaim; e até costumavaõ notar á margem as Lições Variantes dos melhores Codigos de Espanha, como adverte Bruns na nota á *Dissertação Geral* de Kennicott. (f) Quanto aos Portuguezes era notado este primor nos seus Codigos Mss. Da Biblia de 1346. copiada na Guarda, confessa Joao Baptista de Rossi ser huma das mais exactas, e apuradas que tinha visto; (g) e as correctissimas edições Biblicas de Lisboa, e de Leiria, de que ao diante fallaremos, que muito exaltaõ os Criticos mais sabios d'entre Judeos, e Christaos, assaz provaõ, qual era o

Uso que  
delles fa-  
zem os Ju-  
deos.

Tom. II.

Ll

apu-

(a) C. XXI. p. 121. n. 111.

(b) Tom. II. p. 292., e 327. 328. &c.

(c) C. VI. p. 45. e c. X. p. 88.

(d) P. XXXVIII.

(e) Kennicott na *Prefacção* p. VII.

(f) P. 530.

(g) *De orig. Typogr. Hebr.* c. X. p. 9.

apuramento dos Mss. Biblicos de Portugal, sobre que havia sido trabalhadas.

Donde procedia esta grande correcção.

Esta correcção de seus Mss. Biblicos lhes vinha a elles não só do muito cuidado, com que nisso se esmerava, mas 1.º de os trabalharem mui fielmente pelos antigos Codigos de Espanha, que já tinhaõ sido apurados, e correctos como notaõ Zacuto, e Ganz, sobre a antiquissima Biblia Mss. *Hilelia* ou *Hileliana*, que era hum exactissimo Codigo Masorethico de muita estima, que havia no Reino de Leaõ, de que se dizia ter sido Author o R. Espanhol Hillel. (a) 2.º de seguirem pelo com-

---

(a) V. Wolfio *Bibl. Hebr.* tom. II. p. 250. 291. Existia esta Biblia em Espanha no Reino de Leaõ, e não em Leaõ de França, como escreveo Wortio na *Traducção Latina da Chronologia* de Ganz. Delle Ms. falla Walton nos *Proleg.* 4. 8. Capellano no *Marc Rab Infid.* p. 263. 108. Morino de *Text.* p. 466. Kennicott na *Dissert. Geral.* 56. p. 108. &c. Leusden *Pref. ad Bib. Heb.* e Balmage na *Historia dos Judeos* Liv. IX. c. XII.

Sobre o Author, e antiguidade deste Codigo variaõ os Criticos; Scikardo quer que fosse Hillel Rabbino, que florecera no tempo, em que os Judeos voltáraõ do cativoiro de Babilonia; Cuneo de *Repub. Hebr.* Lib. I. c. XVIII. p. 116. o attribue a outro Hillel, que de Babilonia havia vindo á Syria 60. annos antes de Christo; Morino asseñtou que aquella Biblia só tinha quinhentos annos de antiguidade.

Abrahaõ Zacuto Rabbi da Synagoga de Lisboa, e escriptor do Seculo XV. no Livro *Juchasim*, ou das *Linhagens*, obra classifica entre os Judeos, deua esta Biblia em seu tempo 900. annos de antiguidade, e R. Manoel Aboab na sua *Nomologia Part.* II. c. XIX. p. 2118., e seg. escrevendo em 1625. diz que pela conta de Zacuto havia mais de mil annos, que fora escrita aquella Biblia.

O que he sem duvida, he que em 1200. já Ramban fez menção deste Codigo *Helliano*; e Morino descreve hum Ms. Hebraico de 1208. aonde já vinha citado em nota marginal o dito Codigo. Pelo que pelo menos sobe acima do Seculo XIII.

Esta Biblia já não existe em Espanha, porque havendo em 1496. huma grande perseguição contra os Judeos de Leaõ, muitos delles se refugiáraõ em Toledo, e para lá leváraõ parte desta Biblia, que continha o Pentateuco, como dizem Zacuto no Livro *Juchasim*, Kennicott, e Manoel Aboab na sua *Nomologia*; da qual com tudo se não sabe, aonde existe hoje; outros se passáraõ á Africa, e leváraõ com si os de mais Livros, como refere o mesmo Zacuto; Manoel Aboab attesta, que vira em Africa parte deste Codigo, que se havia vendido.

mun constantemente as Leis da Mafora , cuja fonte principal fôra o mefmo Codigo Helliano; nõ que por certo eraõ eminentes os noffos Judeos Portuguezes , e Eſpanhoes , regulando tanto pelas Leis da Mafora o texto de feus Codigos , que poucas vezes difcrepavaõ della. Affim que por serem pelo commum Maforethicos os tem os Judeos em grande conta , como os mais exactos , e excellentes de quantos há , preferindo-os aos Codigos Italicos , e aos Germanicos. (a)

Grande  
belleza , e  
elegancia  
d'effes Co-  
digos.

A eſta grande correccão ſe ajuntava huma extrema- da perfeição , e belleza ; (b) os Codigos dos Judeos Portuguezes , como os dos Eſpanhoes , eraõ eſcritos pelo commum com caracteres naõ rudes , tortuoſos , inflexos , e agudos , como eraõ os Alemaes ; mas ſim quadrados ſimplices , e elegantes na ſua tórma , ſemelhantes aos que ſe vêm hoje nas Biblias Regias publicadas em Antuerpia por Plantino , e Roberto Eſtevaõ , cujos caracteres fôraõ ſem duvida tirados dos Codigos de Eſpanha. (c) As Letras iniciaes eraõ iguaes ás outras maiores , naõ ajuntavaõ o Targum ao Texto , nem a cada verſo , mas o punhaõ ao lado , e em caracteres menores. Daqui vinha a muita elegancia , e polimento , de que eraõ gabados os Miſſ. Biblicos de Eſpanha , e Portugal ſobre todos os Italianos , Alemaes , e Levantinos. (d)

E pelo que toca a Portugal he certo , que muito niſ-

Ll ii

to

Deste Codigo pois ſe hãviaõ tirãdo infinitas copias ; como diz Ganz , que ſe eſpalháraõ por toda a Eſpanha , e ſerviráõ de regra aos muitos exemplares , que ſe eſcreverãõ nos ultimos tempos.

(a) Roſſi ao Vol. I. *Var. leſſ. Vet. Teſt.* p. XIX n. XX. p. XXXVII.

(b) Affim o dizem constantemente os Eſcritores Rabbínicos.

(c) Os Codigos Alemaes tinhaõ caracteres , que imitavaõ os Gothicos , e eraõ tortuoſos , e groſſeiros como ſe vê nas primeiras edições Alemaes de Livros Hebraicos , e nas Biblias Hebraicas de Munſter. Já netou eſtas coizaſ Ricardo Simaõ na ſua *Indagação critica* p. 10.

(d) Eſte he o juizo , que delles faz o Abbade Banier na *Prefação* á obra da *Hiſtoria Geral das Ceremonias de todas as Póvas* p. 46. , e com elle conforma o de muitos outros Chriſtaõs , e tambem Judeos mui verſados neſtes eſtudos.

to se esmeravaõ os Judeos Portuguezes. Dos Mss., que ainda hoje restaõ, se póde colligir, quanta era a perfeiçãõ de seus Codigos. Primorosos sãõ por sua grande elegancia, e polimento, segundo attesta Joaõ Bernardo de Rossi, os dous Codigos Mss. Lisbonenses do Pentateuco de 1473., e de 1480.; o Eborense do mesmo Pentateuco de 1495.; e o outro Lisbonense dos Profetas menores de 1470. (a) A Biblia que possuia D. José Abarbanel em Veneza no Seculo XV. escrita em Lisboa, de que já fallamos, era de huma extremada perfeiçãõ, que maravillhava a todos. (b).

## CAPITULO VIII.

### *Das Trasladações Biblicas em Linguagem de que se usava em Portugal.*

NÃO só havia entre os Judeos muitos, e mui apurados Mss. Biblicos dos textos Originaes, mastãõ-bem trasladações, que delles se haviaõ feito em Linguagem vulgar de Espanha; porque depois que os seus sabios haviaõ dado licença para que os Livros Sagrados se escrevessem em Grego, por ser a Lingua mais perfeita, e usada, que entãõ havia; a mesma licença se julgou depois applicavel á lingua Espanhola muito cursada naquelles tempos; e era já costume, ou antes obri-

ga-

---

(a) Ao primeiro chama Rossi *Elegantissimus Codex*, ao segundo, e terceiro *Nitidissimus Codex*, ao quarto *Pulcherrimus Codex*, tom. 1. *das Varias Lições do Testamento Velho nos Codigos Mss. da Collecção de Kennicott* p. LXXXIX. n. 520. p. LXXXVIII. n. 548. p. LXXXIX. n. 578., e nos *Codigos Mss. que se deuem acrescentar á Bibliotheca do Author* p. CIX. n. 411.

(b) Manoel Aboab a vie., e della falla com muito pafmo na Parte segunda da sua *Nomologia* c. XIX. p. 218., e seg. Alli mesmo attesta haver em nossa Espanha muitos Mss. Biblicos de rarissima perfeiçãõ, e que subia a tanto a estimaçãõ que se fazia delles, que por huma Biblia correcta, e de boa letra se davaõ cem escudos de ouro, e ás vezes mais.

zação terem os Judeos hum exemplar da Biblia na Lingua vulgar do paiz, em que habitavaõ. (a)

Affim entre os Judeos Portuguezes, e Esphanhoes corriaõ algumas Traducções para uso das Synagogas, e instrucção particular de cada hum: entre as quaes mui nomeadas eraõ em tempos antigos as Trasladações Esphanholas de R. Kimchi, e de R. Abraham Aben Hefra. (b)

Traducções que corriaõ entre os nossos.

A caso corriaõ ellas taõbem entre os Christaõs, que isto daria occasião á Constituição Pragmatica, por que D. Jayme Rei de Aragoã prohibio em 1233. as traducções da Biblia em Espanhol, mandando-o affim publicar no Concilio de Caragoça que se ajuntou no mesmo anno. (c)

D'estas antigas Traducções talvez se tirou a trasladação do Pentateuco que se imprimio em Veneza em 1497. e em Constantinopla em 1547, e 1552. a qual foi anterior á edição da Biblia Esphanhola de Ferrara; esta mesma Biblia Ferrarefca foi trabalhada sobre aquellas antigas

(a) Affim o attesta Maimonides no seu *Misnah Thorah* ou *segunda Ley*, e no *Moreh Nebosim* ou *Director dos que dauidaõ*.

(b) Estas Trasladações, fõraõ, quanto parece, as primeiras, que houve dos Livros Sagrados em lingua vulgar de Espanha; os Christaõs trabalharaõ depois algumas, como fõraõ: a que mandou fazer em Castelhana D. Affonso o Sabio por 1260. que se acha encorporada na sua *Historia Geral* (obra diversa da *Historia Universal* do mesmo Rei); que he peça inedita, e existe Ms. na Real Biblioth. do Escorial; a outra Traducção em lingua Valenciana feita em 1402. por Bonifacio Ferreira irmão de S. Vicente Ferreira, e Geral dos Cartuxos, que foi impressa em 1478.; a outra Traducção em Espanhol, que se acha Ms. na Real Biblioth. de Sua Magestade, de letra, que parece ser do Seculo XV. a qual foi do Senhor Rei D. Affonso V. como nella se declara em huma nota de letra antiga, que se acha na folha, que cobre por dentro a pasta; e a outra finalmente, que tinha no Seculo XVI. o nosso Poeta Francisco de Sá de Miranda, cuja leitura lhe facultára o doutissimo Francisco Foreiro, como se lia na primeira folha della, que não sabemos com tudo se era Traducção diversa da antecedente.

(c) A Constituição Pragmatica vem em Martene na *Collecção dos Antigos Escriitores*, p. 123. e seg.



gas versões, como se dá a entender na sua Prefacção, do que fallaremos em seu lugar.

## C A P I T U L O IX.

*Dos Livros Sagrados, e seus Commentadores impressos nas Typografias Hebraicas de Portugal.*

N O Seculo XV. imprimíraõ os nossos Judeos Portuguezes alguns Livros Sagrados, e seus Commentadores de maior reputação, com o que muito concorré- raõ para o adiantamento da Litteratura Sagrada, que começou a florescer entre nós por estes tempos.

Duas  
edições  
do Penta-  
teuco.  
I. edição.

Primeiramente fizeraõ neste Seculo duas edições do Pentateuco Hebraico. A primeira foi com os Commenta- rios do Espanhol R. Moseh Bar Nachman escritor do Seculo XII. em duas columnas com caracteres Rabbínicos da figura dos que se usavaõ em Espanha, a qual foi feita nas casas de Rabbi Tzorba, e de Rabban Elie- zer em o anno 249. (de C. 1489.) em fol., e consta de 199. folhas; (a) pelo que foi esta obra impressa do- ze annos depois das duas primeiras, e mais antigas edi- ções de Livro Hebraico, que até agora tem appareci- do. (b)

A

(a) Jablonsk tinha hum exemplar, que viu Wolfio para formar a descripção, que delle fez, que com razão lhe chama *rariſſimo*. (*Biblioth. Hebr.* tom. iv. p. 92.) Fallaõ desta edição Joaõ Bernardo de Rossi na *Indag. da Híſtor. critica da origem da Typogr. Hebraica* p. 35., e Joſé Roiz de Caſtro na *Bibliotheca Eſpanhola* p. 99. Ella he diverſa da outra de 1490, feita em Napoles na Officina de R. Arba, que Wolfio, e Marchand confundiraõ com eſta, como já notáraõ Rossi, e Caſtro. Pelo que ſe deve corrigir o lugar da erudita obra das *Memo- rias Hiſtoricas do Miniſterio do Pulpito* na nota ao § XIV. do Appen- dix p. 118. em que ſe adoptou a equivocação de Wolfio, e de Mar- chand.

(b) Isto he doze annos depois que ſe publicou o *Commentario Ra- bagiano* de Rabbi Levi Gerſon a Job em Piſauro por Abraham filho de Rabbi Chaiim Typografo em 1477., e o *Pſalterio Hebraico* com

A Segunda foi a que se fez com a Parafrase Chal-daica de Onkelós, e os Commentarios de Rabbi Salomão Jarchi em Lisboa no anno de 1491. por Zacheo filho de Rabbi Eliezer em 2. vol. em 4. O caracter do Texto, e o da Parafrase he quadrado com pontos, e accentos, aquelle maior, e este menor. He esta obra de muita raridade. (a)

Foi ella trabalhada mui exactamente sobre os mais antigos, e mais correctos Codigos de Espanha, e segundo todas as regras da critica Judaica; e acabada antes do desterro da Nação pelos Judeos mais sabios de Espanha, e Portugal. Elles a tinhaõ em grande estima por sua magnificencia, e primor, e pela sua correcção Masorethica; e certo que he a edição mais correcta, mais elegante, e mais perfeita de quantas se fizeraõ do Pentateuco. (b)

E

os *Commentarios* de Kimchi, poucos mezes depois, que são as duas primeiras, e mais antigas edições, que tem até aqui apparecido de Livro Hebraico. (Rossi *De Hebr. Typogr. origine* c. 1. p. 5. e 6.)

Póde ser que tambem fosse impresso em Lisboa o outro *Pentateuco* com o *Targum*, e *Commentarios* de Jarchi em folha, que não tem nota de anno, nem lugar da impressão; edição por certo mui gaba-da de esplendida, que tem sido desconhecida dos Bibliografos, á excepção de João Bernardo de Rossi, que della falla; o qual diz ter hum exemplar em pergaminho, que lhe dera o doutissimo Crevenna, com o texto impresso em caracteres quadrados com pontos, e accentos, que lhe parecia ser o mesmo que o de Lisboa de 1489., posto que o caracter era mais cançado, e o de Lisboa mais novo, e nitido e tinha além disso suas differenças em algumas coisas. (*Specim. Variar. Lest. Pontif. Cod.* p. 8., e o c. 1x. das *Edições Desconhecidas*. p. 140.)

(a) He em 4.<sup>o</sup>, e não em fol. como alguns escrevêraõ. Há poucos exemplares. J. B. de Rossi tinha hum por donativo de Elias Levi Presidente da Synagoga dos Judeos de Alexandria. Há outro na Bibliotheca Real de Pariz; outro na de Londres, o qual conferio Kennicott, em 1767. havendo isto por grande beneficio, que lhe havia feito o Rei da Graã Bretanha, e este Codigo era havido por Ms.; outro tinha Moyses Foá Livreiro Regiente, segundo attesta Rossi no c. vi. p. 45., 46. da *Orig. da Typografia Hebraica*.

(b) Quanto á sua elegancia Le Long, e Rossi a tem por mui bella, e primorosa, e este he o juizo que della fazem os mesmos Ju-

E tanto era assim, que em hum Livro, em que se continhão as regras, de que havião usar os Typografos nas impressões do Pentateuco, se lhes mandava seguir sempre a este exemplar do Pentateuco Olyssiponense; e hoje he huma regra de critica sagrada para os Judeos recorrer entre as antigas edições a esta Lisbonense, dando-lhe a mesma preferencia entre as antigas, que costumão dar entre as modernar ás duas Lombrosiana, e Norziana de Amsterdaõ. (a)

Edição  
dos Profe-  
tas Pri-  
meiros.

Tambem fôraõ impressos os Profetas Primeiros, isto he, *Josué, os Juizes, e os Reis com a Parafrase Chaldaica, e os Commentarios de David Kimchi*, e de R. Levi Gerson (b) em Leiria em fol. em 1494. (c)

Hou-

deos. Quanto á sua correcção, além do que acima dissemos, dá disto testemunho entre outros o grande critico Lonzano, que na obra *Or Torah* fol. 23. poent esta edição pela mais correcta, e apurada de quantas se havião feito, *Editio Lusitana* (diz elle) *est omnibus editionibus accuratior.*

(a) Rossi ao vol. I. *Var. Lect. Vet. Test.* p. XXXVIII. §. XXXIV. Pelo que parece, que a não vio o Author Anonymo das Notas na *Bibliotheca critica* de Ricardo Simão vol. 3. p. 451. que sem razão alguma a taxou de pouco exacta, e trabalhada sem algum cuidado, e elegancia, como obra feita para uso do povo. Desta edição falla Rossi no Livro da *Orig. da Typog. Hebraica* c. vi. p. 45. e 46.

Talvez, que a edição do Pentateuco Hebraico sem pontos com a Parafrase Chaldaica de Onkelós, e Commentarios de Jarchi, que se diz publicada em Soria em 1490. de que daõ noticia Fabricio, Wolfio, Le long, e Mattaire, fosse tambem feita em Portugal, como suspeita o mesmo Rossi p. 36 37. e 38.

(b) Wolfio, e Le Long só fazem menção do Commentario de Kimchi, e não do de Gerson, nem da Parafrase Chaldaica; e o zeloso, e erudito Author das *Memorias do Ministerio do Pulpito* impressas em 1776. nas notas ao §. XIV. p. 118. do *Appendix da Oratoria Sagrada*, só refere o Commentario de Gerson, seguindo a Marchand; com tudo vê-se pelo Catalogo da *Bibliotheca Parisiense*, em que se descreve a parte desta edição, que contém os Livros dos Reis, que nella vinha a *Parafrase Chaldaica*, e ambos os Commentarios de Kimchi, e de Gerson. Na Bibl. Real de Paris só há esta parte do Exemplar, que traz os Livros dos Reis. (*Catalogo* p. 19.)

(c) Marchand faz memoria desta edição (*Hist. de l'Imprimerie*

Houve tambem por estes tempos huma edição da *Biblia Hebraica*, de que se não sabe ao certo o anno, nem o lugar de sua impressão; parece que foi feita em Lisboa, e esta he a tradição dos mesmos Judeos. (a)

Houve algumas edições de Isaías, e Jeremias com os Commentarios de Kimchi, feitas em Lisboa, e em diversos annos. A primeira foi feita em 1490. que attesta havella visto o sabio critico Joáo Bernardo de Rossi. (b) A segunda em 1492. em fol. (c) aqual he muito rara. (d)

Tom. II.

Mm

Pa-

art. 1. p. 88.) Mattaire. (Ann. Typog. tom. IV. p. 530.; 570.) e Wolfio (Bibl. Hebr. tom. I. p. 201. e tom. II. p. 956.) Rossi conserva hum exemplar, e he quasi o unico, que tem o anno da sua impressão, e diz que he das antigas edições de maior estimação; della fez menção no *Apparato Hebreo Biblico*. p. 54. na obra da *Origem da Typografia Hebraica* p. 54. no *Apparato á Bibl. Masch.* p. 30. e no *Specimen varior. Lectio. Sacri Textus Pontif. Codic.* p. 41.

(a) Os Judeos a dão por impressa em Lisboa, como attesta Hermann van de Vall, e este testemunho deve prevalecer contra a suspeita, que tem Rossi de haver sido impressa em Soncino. Le Long falla de huma Biblia Hebraica antiga do Seculo XV. com pontos, e accentos em fol. tambem sem era, nem nota de lugar, e diz que vio hum exemplar em Paris no Museo de M. Beittier; a caso seria esta mesma edição, de que fallamos. Hermann van de Vall. vio outro exemplar de hum Judeo de Amsterdaó. São trez os exemplares de que temos noticia, os dous de Paris do Museo de Beittier, e de Amsterdaó, de que temos fallado, e outro, que Zacharias Padoa Judeo de Mantua havia dado a Rossi, que delle falla na *Origem da Typografia Hebraica* p. 63.

(b) *Indagação critica sobre a Origem da Typografia Hebraica* p. 56.

(c) No fim se lê, segundo traslada Rossi: *Exaratas (Liber) Ulyssipone in domo R. Eliezer an. M. 5252.* os Bibliografos por engano, e tambem Masch, que os seguiu, a poem em 1497. o que já notou o mesmo Rossi no *Appendix da Bibliotheca Masch.* p. 28. no Livro de algumas antiquissimas Edições desconhecidas do *Texto Hebreo Biblico*. p. 29., e no *Apparato Hebreo Biblico*. p. 54. n. 15. o que approva o eruditissimo Bibliothecario da Academia Julia Carolina, Paulo Jolié Bruns em a nota ao *Supplemento*, que fez sobre a *Dissertação Geral ao Testamento Velho* de Benjamim Kennicott. p. 557. Verb. *Anglia*.

(d) V. Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. I. p. 301. Le Long houve esta edição por muito rara, e com effeito Kennicott na sua obra do *Estudo da Collação* p. 105. lamentava não se achar nenhum exemplar nas

III. Edição.  
Duas Edições dos Proverbios.  
I. Edição.

Parece haver-se feito terceira edição em 1497. (a) Também se imprimíraõ os Proverbios duas vezes. A primeira foi com os Commentarios de Gerson, e de Meir em Lisboa no anno de 1492. , em que se havia feito a segunda edição de Isaías, e de Jeremias. He em folha, e os seus exemplares tambem são muito raros. (b)

II. Edição.

A segunda parece ter sido feita no mesmo anno de 1492. com o Commentario chamado Kavenaki em folio me-

Bibliothecas; e do mesmo se queixava tambem João Bernardo de Rossi no Livro da *origem da Typografia Hebraica*. p. 58. Com tudo o mesmo Rossi veio a descobrir depois dous exemplares, hum completo, e perfeito; e outro mutilado em Isaías; (*Append. ad Biblioth. Masch.* p. 29.) e os deo então pelos unicos que até aquelle tempo se conheciaõ, como elle dizia no *Apparato Hebrae Biblico* p. 54. n. 15. nas notas.

Porém depois o douto Paulo Jacob Bruns chegou a ver em Oxford na Bibliotheca Bodleiana entre os Livros impressos de Seldeno Art. R. 2. 15. hum rarissimo exemplar Hebraico de Isaías em folha com os Commentarios marginaes de R. David Kimchi, o qual não tinha anno, nem lugar da impressão; diz porém, que pelo caracter lhe parecia ser a mesma edição Ulyssiponense de Isaías, e Jeremias de 1492. que tinha Rossi, ou antes por ventura a mesma Ulyssiponense de 1490. que o mesmo Rossi havia visto. Assim o attesta no *Supplemento sobre a Dissertação geral ao Testamento Velho* de Kennicott. §. 172. p. 557. e 558. Com esta edição comprova Rossi as Lições do *Cod. Pontif. de Pio VI.* ora Reinante, no Cap. 49. v. 21. de Jeremias, e no c. 33. v. 1. de Isaías. (*Specimen Variar. Lektion.* p. 52. 57.)

(a) Dizem ser em fol. com os Commentarios de Kimchi; della falla Le Loig, Mattaire, e Wolfio, sem com tudo a descreverem; Rossi tambem falla della na *Origem da Typografia Hebraica* c. vi. p. 58. mas confessa não ter visto nenhum exemplar.

(b) Esta edição he deste anno, e não de 1497. como escrevêraõ alguns Bibliógrafos, o que adverte Rossi no *Apparato Hebrae Biblico* p. 55. e deve corrigir-se Masch. na *Bibliotheca Sacr.*, aonde diz, que o Commentario de Meir fôra pela primeira vez impresso em Amsterdaõ em 1724.

Da raridade desta edição falla Rossi não só nas obras acima citadas, mas tambem no tom. 1. das *Varias Lições do Testamento Velho nas Edições da Texta Sagrada que se haõ de acrescentar á sua Bibliotheca*. p. c. 11. n. 192.

Havia hum exemplar na Bibliotheca publica de Mantua, que con-

menor. (a) Esta edição não traz anno, nem lugar da impressão. O Sabio Rossi julga ser feita em Lisboa pelos annos de 1492. O caracter do Texto he quadrado, com pontos, e he o mesmo, que o da Pentateuco Ulyssiponense de 1491., e o mesmo, que o outro tambem Ulyssiponense de Isaías, e Jeremias de 1492. o caracter da Prefacção, e dos Commentarios he Rabbínico da inflexão, e fórma Hispanica. (b)

A's edições dos Livros Sagrados, e Commentarios dos Rabbins accrescentemos aqui a da obra Liturgica de Rabbi David filho de José Avudraham intitulada *Seder teslod.*, isto he, *Ordem das preces de todo o anno.* Imprimio-se em Lisboa no anno de 1495. em fol. em duas columnas, e com caracter Rabbínico Espanhol, o qual contém huma mui perfeita exposição das preces Judaicas, que o author havia composto em Sevilha. Consta de 170. folhas, e he huma edição elegantissima. (c)

Edição da  
Liturgica  
Judaica.

Mm ii

Es-

ultou Bruns, e o houve depois a si o mesmo Rossi, como elle diz na *Origem da Typografia Hebraica* p. 37., e no *Appendix à Bibliotheca Masch.* Havia outro na *Bibliotheca de Oppenheimer* de que falla Wolfso tom. II. da *Bibl. Hebr.* p. 409., e com effeito delle se faz menção no Catalogo da dita *Bibliotheca* publicado em Hamburgo em 4.º p. 50. aonde todavia vem errado o anno, e o lugar da sua impressão, como notou o mesmo Rossi no *Apparato à Bibl. Hebr.* p. 36.

(a) Esta edição he mui pouco conhecida. Rossi he o unico, que a descreve, e illustra no seu *Opusculo das Edições Desconhecidas do Texto Hebr.* c. III. p. 7., e a ella se refere no *Apparato Hebreo Biblico* p. 56. della faz tambem menção nas *Varias Lições da Testamento Velho* vol. I. entre as *edições Biblicas que se devem accrescentar á sua Biblioth.* p. LI. n. 193. Consta de 60. folhas, e começa pela Prefacção do Interprete.

(b) Rossi tem dous exemplares completos, como elle diz na obra das *Antiquissimas Edições Desconhecidas* c. 3. p. 7. Ha hum na *Bibliotheca Calanatense*, e outro na *Bibliotheca do Collegio de Propaganda.* Por esta edição, parece, se fez a edição dos *Proverbios de Theflalonica* de 1522. de que Rossi tem hum exemplar, e de que tambem há outro na *Bibliotheca Calanatense.*

(c) Desta edição de 1495. não tem fallado os Judeos, os quaes daõ por primeira edição a de 1514. Mas Rossi a vio, e della falla na *Origem da Bibliotheca Hebraica* c. VI. p. 56. E de passagem notamos

Estimação  
geral de  
estas edi-  
ções.

Particu-  
larmente  
pela sua  
raridade.

Pela van-  
tagem que  
tem sobre  
todas as  
daquelle  
Seculo.

Estas edições antiquíssimas, que fôrão as primeiras producções de nossa Typografia Hebraica, tem a mesma estimação, que se costuma dar a todos os Livros Hebraicos daquelle Seculo: porque sendo de muito apreço todos os Livros, que se imprimirão no principio da invenção da Typografia, muito mais o são os Hebraicos e deste genero; e por muitas razões.

I. São mais raros, que os outros, pois que poucos exemplares se imprimirão, por haver mui poucas Typografias Hebraicas naquelles primeiros tempos; e elles poucos os tomáráo a si os Judeos, maiormente por ser então muito excessivo o preço dos Mss., e os usáráo, e consumirão de maneira, que hoje apenas apparece hum, ou outro, e esse pelo commum gastado, e mutilado; donde vem que são mui raros ainda nas melhores Bibliothecas dos Principes, confessando todos os Bibliografos, principalmente Mattaire, que muito estudo poz em illustrar os Annaes Typograficos, haver visto muito poucos.

II. Estas edições são as melhores daquelles tempos; pois que tem optimo papel, margem muito larga, caracteres pelo commum elegantíssimos, tinta luzidíssima, e pergaminhos mui brancos, e claros, de maneira, que sobreexcedem muito na elegancia, e magnificencia a tudo quanto se imprimio depois.

III.

que foi feita esta edição no mesmo anno, em que sahio á luz em Lisboa a rarissima obra Portugueza da Vida de Christo, traduzida do Latim de Ludolfo de Saxonia em Lingoagem por Fr. Bernardo de Alcobaga, que foi continuada por Nicoláo Vieira, impressa em 4. tomos de fol. de excellente caracter por mandado do Senhor Rei D. João II., e da Rainha D. Leonor, que he huma das mais antigas obras que temos em nossa lingua impressas em Portugal afora as Hebraicas, como já dissemos, de que ha quatro exemplares em Portugal de que temos noticia, hum na Bibliotheca de Alcobaga, que tambem tem hum Codigo M. outro na Bibliotheca do Excellentissimo, e Reverendissimo Bispo de Béja, outro na Bibliotheca dos PP. da Divina Providencia de Lisboa, e outro na dos PP. Franciscanos da obervancia da Provincia de Portugal.

III. São de grande uso na critica sagrada; pois se <sup>Pelo seu uso na critica Sagrada.</sup> igualaõ aos Codigos Mss., e supprem as suas vezes, que assim o tem os mais doutos criticos, e em particular Guilhaume Cave no *Prologo da Historia dos Escriitores Ecclesiasticos*, e Rossi da *Origem da Typografia Hebraica*. (a) Mattaire diz, que a sua authoridade se deve preferir á de todas as edições; porque estriba inteiramente na fé dos Mss. E na verdade, que ellas fôraõ feitas com muita exaçaõ, e cuidado sobre os antigos Mss. mais correctos; o que se vê pela sua confrontaçaõ.

Assim entre os Judeos o Rabbi Jedidiá Norzi nas suas *Notas criticas para a Ediçaõ do Texto Hebraico* impressas em Mantua em 1742. muitas e muitas vezes recorre ás edições do Seculo XV., e iguala inteiramente a sua fé á authoridade, e fé dos Codigos Mss. mais exactos, usando delles naõ só para oppor as Lições Variantes mais antigas ás mais modernas; mas para emendar, e supprir estas por aquellas. O mesmo fizeraõ os mais doutos criticos entre os Christaõs, coma foi Kennicott, e Rossi, que muito tem trabalhado nisto; este ultimo confessa, que o texto sagrado em geral se acha mais inteiro nestas antigas edições; e que por isso por ellas se pôdem supprir muitas lacunas, corrupções, e mutilações; restituir alguns versiculos, que faltaõ, e emendar as anomalias, ou dar Lições de melhor nota. (b)

Apontaremos aqui alguns exemplos para prova do uso critico que se pôde fazer destes Codigos, e os tiraremos das nossas mesmas Edições Portuguezas pelas noticias, que nos dá Rossi. Com a segunda ediçaõ do Pentateuco Hebraico de 1491. prova elle estar defeituosa a liçaõ de hum lugar do Exodo nas obras de Raschi, e confirma a liçaõ do celebre Codigo Pontificio da Bibliotheca do Papa Pio VI. ora Reinante, no c. 49. v. 13. do Genesis.

Exemplos  
tirados dos  
nossos Co-  
digos.

(a) C. ix. p. 84.

(b) De præcipuis causis neglectis. &c.



sis. (a) Com a edição dos Profetas Maiores de Leiria de 1494. confirma elle a lição vulgar, e recebida no c. VIII. v. 22. de Josué contra a lição de vinte Mss. de Kennicott; e de outras muitas Biblias. Com a mesma edição confirma tambem a outra lição em Samuel no c. XXVI. v. I. *In facie Jeshimon*, que traz o dito Codigo da Bibliotheca de Pio VI.; e com o texto Chaldaico, que vem na mesma edição p. 50., a outra lição do c. XIX. v. 16. do Livro II. dos Reis do mesmo Codigo Pontificio.

Pelo seu  
uso nas  
controversias  
com os  
Judeos.

IV. As antigas edições são tambem de muito uso nas controversias com os Hebreos; porque os Theologos Christãos, que com elles combatem, necessitam de saber não só o que sentem hoje os mais celebres Theologos Hebreos de nossa religião, e o que elles costumam oppor contra os caracteres do nosso Messias, ou contra a verdade da sua Missão, e doutrina; mas muito principalmente o que seus antepassados seguiram nesta parte; isto porém não se pôde saber exactamente, senão das edições antigas do Seculo XV. aonde todos os lugares, que respeitão a Christo, e aos Christãos, se achão inteiros, e taes, quaes fôraõ primeiro escritos por seus aucthores, pois que ainda então os Judeos se não havião acautelado das instancias, que lhes fizemos depois; ao contrario do que se acha nas edições modernas, aonde fôraõ ou de todo ommittidos, ou mutilados, ou mudados contra a fé dos Antigos Livros.

Exemplo  
tirado de  
nossos Co-  
digos

Para prova disto daremos aqui hum exemplo. Nos antigos exemplares Mss. dos Judeos o nome de *Jehova* apparecia sempre escrito com tres Jodh, isto he, com estas Letras ם (b), e nesta maneira de escrever enten-

dê-

(a) *Specim Var. Lect.* p. 80.

(b) Guilherme Lindano no Livro I. de *optimo genere interpretandi Scripturas*, assim attesta que o vira em hum antiquissimo exemplar Ms. e em alguns impressos. Michaeli na *Dissertação dos Codigos Mss. Bibl. Hebr.* p. 15. refere muitos exemplos, o mesmo se observa no Codigo Wegneriano, e na edição Bombergiana dos Livros Rabbínicos de 1517. na Parafrase Chaldaica, o que os Judeos leváram a mal, como atres-

dêraõ muitos dos antigos, e modernos, que se occultava hum mysterio, e se denotavaõ as trez Pelloas da Trindade. (a) Porém os Judeos que negaõ porfiosamente este mysterio, vendo, que os Christaõs se podiaõ appoiar no argumento Cabbalistico, que se formava desta maneira de escrever o nome de *Jehova*, mudáraõ de estylo, e começáraõ de escrever este nome com quatro Letras como se vê principalmente nos Mss. Alemães; e até negáraõ que seus maiores o escrevessem de outra forte. (b) Para os refutar pois nesta parte de muito servem os antigos Mss. Espanhoes, que elles mesmos tem por muy correctos, e apurados; os quaes conservaõ constantemente o nome de *Jehova* escrito com trez Letras; (c) e particularmente a nossa edição Ulyssiponense de Isaias, e Jeremias com os Commentarios de Kimcki; que assim o traz escrito, o que já tinha advertido o erudito Wolfio. (d)

C A-

ta Wolfio *Biblioth. Heb.* tom. II. p. 313. nas Not.

(a) João Buxtorfio de *Abbreviaturis* p. 5. nota que os antigos assim o entendêraõ: assim o entendêra também Pedro Niger *Tract. contra Judæos*: João Ellevaõ Rittangel *Pref. ao Livro das Solemnidades, e preceitos dos Judeos*: Athanasio Kircher no *Edipo Egyptico* tom. II. p. 114. e no *Predomio Coptico* p. 210. 211. Christovaõ Helvico nos *Elenchos Judaicas* p. 178. Pedro Haberkornio nos *Syntagm.* II. p. 13. J. Henrique Maio na *Dissertação Sacr. loc.* II. p. 128. Leusden *Jona Illustrat.* p. 33., e outros mais.

(b) Nota isto Pedro Niger *Tract. contra Judæos.*

(c) O mesmo Pedro Niger nota isto nos Mss. Espanhoes.

(d) *Bibl. Hebr.* tom. II. p. 315. not. mas aonde elle diz 1513. se ha de ler 1490. Este argumento he Cabbalistico, e hoje de pouca consideração, mas toda via deve ter força contra a Escola dos Judeos Cabbalistas.

## CAPITULO. X.

*Dos Judeos Portuguezes que florecêraõ nos estudos da Litteratura Sagrada.*

Muitos fôraõ os Judeos que no Seeulo XIV., e XV. se deraõ aos estudos da Litteratura Sagrada, e escrevêraõ obras de grande reputaçãõ entre os seus, de que muitos gozáraõ igual estima entre os Christãos. Faremos aqui resenha daquelles, de que podemos ter noticia. (a)

R. Abraham Chajon.

R. Abraham Chajon; intitula-se *filho de Dom Nissim Chasin* ou *Chajon*; foi natural de Lisboa. (b) Compoz a obra seguinte.

*Amaróth Teoróth*, isto he *Sermões, ou Discursos Purros*: Ferrara por Abraham Usque em o anno menor dos Judeos 316. (de C. 1556.) em 4.<sup>o</sup> (c)

R. Abraham Sabáh.

R. Abraham Sabáh, ou Sabáa, ou Sebá. (d) Era natural de Lisboa, aonde nasceu em 1450.; vivia ainda em

(a) Fazemos o Catalogo por ordem Alfabetica á maneira de Dictionario ou Bibliotheca Rabbinico-Lusitana, para que o Leitor possa achar com mais facilidade qualquer dos Escriitores, que procurar; e assim o faremos nas Memorias do Seculo XVI., e XVII.

(b) Fazem delle menção Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. III. p. 31. Plantavicio na *Biblioth. Rabbin.* p. 554. Rossi de *Typ. Hebr. Ferr.* p. 41., e 42., e Castro *Bibl. Esp.* p. 614. Este Author deve accrescentar-se á *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa. Castro o poem entre os Rabbinos de idade incerta; pela sua filiação pareceo-nos anterior ao Seculo XVI., e por isso o põmos nestas Memorias.

(c) Wolfio *Bibl. Hebraica* tom. III. p. 31. vem no fim huma Carta de José Gecatilha, que começa na p. 37. Havia hum exemplar em Praga na Bibliotheca de Oppenheimer, que Wolfio vio.

(d) Delle fazem memoria Spondano, Hottingero, Le Long, David Plantavicio, Ricardo Simão, Bartoloccio, Imbonati, Carpvio, Nicoláo Antonio *Bibl. Hist. Nova*, Wolfio, Barbosa, D. Thomás da Encarnação na *Historia Ecclesiastica* p. 454. Castro na *Bibliotheca Hispana*

em 1509. (a) Foi Rabbino de mui grande authoridade, e insigne Talmudista, e Cabbalista, e hum dos que fãhiraõ do desterro de Portugal em 1497. Foi pôr seu domicilio em Fez na Africa. Delle saõ as obras seguintes.

*Zeror Hamor* isto he , *Feixe ou Ramilbete do Myrra*; segundo o Cantico I. 13. Veneza 5259. ( de C. 1499. ) fol. por Daniel Bomberg. (b)

Vem a ser hum Commentario ao Pentateuco , que pela maior parte he litteral , e algumas vezes Cabbalistico , segundo a doutrina , e methodo do Livro *Sohar* , que tem os Hebreos em muita estimaçaõ. (c) Contra esta obra escreveo Diogo de Humadas huma Dissertaçaõ , que se acha Ms. em Roma no Collegio dos Neofytos. (d)

Tom. II.

Nn

Zc-

p. 367. Bartholoccio, e Barbosa chamaõ-lhe *Sabbá*; Ricardo Simaõ, e Wolfio *Sebá*; e Castro *Sabáh*.

(a) Bartholoccio, e Castro o daõ fallecido neste anno de 1509. Porém o Livro *Tzemach David* de Ganz, que allegou Bartholoccio, só ditz que elle vivia naquelle anno, que he o mesmo que se diz no Livro *Schalscheleth Hakkabbalá*, isto he, *Cadê da Tradiçaõ* de R. Gedaliah.

(b) Foi reimpressa esta obra na mesma Cidade em 1506. de C. 1546. em fol. por Marco Antonio Justiniano, e depois em 1567. fol. na mesma Cidade por Jorge de Cabballis. Nesta ediçaõ se supprimiraõ algumas injurias contra os Christaõs, como attesta Joaõ André Eisenmenger no Livro *Do Judaismo Descuberto*, noticia que falta na Bibliotheca de Castro, e na de Barbosa, que nem falla desta ediçaõ. Houve outra ediçaõ em Cracovia em 1559. de C. 1599. que he a que temos; e outra em Constantinopla em 1574. de C. 1514. Ricardo Simaõ, e Barbosa fallaõ de huma ediçaõ de Veneza por Daniel Bomberg de 1522., de que naõ temos noticia. Conrado Pelicano traduzio esta obra em Latim, como nota Buxtorfio, noticia que tambem se deve accrescentar nas duas Bibliothecas de Barbosa, e Castro.

(c) Já Wolfio notou, que este Commentario era pelo commum Litteral, e algumas vezes Cabbalistico. Castro naõ fez esta differença, e lhe chama absolutamente Cabbalistico.

(d) Della dá noticia Carlos José Imbonati na *Bibliotheca Latina Hebraea* p. 34. n. 120. Wolfio, e Castro p. 367.

*Zeror Haceseph.*, isto he, *ramilbete de Prata*, segundo o *Genesis* c. 42. v. 35.

He hum *Commentario Cabbalistico* ao *Cantico dos Canticos*.

*Commentarios aos Livros de Ruth, e aos Tberenos, ao Ecclesiastes, e aos Capitulos dos Padres.* (a)

R. David  
Gedaliah.

R. David Gedaliah ben Jachia, ou Jachija. Era pai de R. Gedaliah, de quem abaixo fallaremos, e ascendente do outro celebre R. Gedaliah, que muito floreceo no Seculo XVI. Foi Jurista de grande credito entre os seus. Os nossos fazem-no Portuguez; (b) outros o trazem de Castella com toda a sua familia a Portugal. (c) He certo que elle teve seu domicilio na Cidade de Lisboa, aonde falleceo de idade de 75. annos. (d) Alli escreveo as suas obras, que saõ as seguintes:

*Cbi-*

(a) Estes *Commentarios* vem por elle citados na sua obra *aos Canticos*, como notou Carpzovius; saõ havidos communmente por obra de R. Abraham Aben Hezra por equivocação do appellido *Subih*, que se acha escrito em alguns exemplares *Savaá* com accentos, de maneira que muitos crêraõ vez alli a abbreviatura da Patria de Hezra, e lêraõ *Sephardi ben Hezra* isto he, *Espanhol filho de Hezra*, o que já notou Bartholoccio, e com elle Castro p. 368.

(b) Os nossos dizem que elle nascera em Lisboa em 1315, e que dahi passára a Castella em tenra idade, e que de lá voltára outra vez a Lisboa em 1390, quando já contava 75. annos. (*Barbosa Biblioth. Lusitana* p. 623.)

(c) Castro seguindo a muitos o faz natural de Castella, donde diz que viera para Lisboa com a sua familia em 5085. de C. 1325.

(d) Fallaõ delle Bartholoccio *Bibl. Rabb.* tom. III., Wolfio *Bibl. Hebr.* tom. I. p. 295., e seu parente R. Gedaliah na obra *Schulshelath Makkabala*, ou *Cadêia de Tradições* p. 62., Barbosa na *Biblioth. Lusitana*, D. Thomás da Encarnação na *História Ecclesiastica*, e Castro na *Bibl. Espanhola*.

*Chibur Dinim*, isto he, *Composiçaõ dos Juizos*.

He hum Commentario Juridico sobre os Judiciaes, em que trata muitas questões, e expõem toda a doutrina da Gemará. (a)

*Maamár Hal Dine Teraphot*, isto he, *Tratado dos Juizos das viandas*.

Esta obra he tambem hum Commentario Juridico. (b)

R. David Jachia filho de R. José Jachia, de quem ao diante fallaremos. (c) Nasceo em Lisboa em 1465. Foi hum dos maiores homens de sua idade na Grammatica da Lingua Santa, na Poezia, e nas Sciencias Filosoficas; e por sua grande Litteratura foi muito acceito ao Senhor Rei D. Affonso V. De Portugal embarcou para Italia; e depois de andar por Florença, Ferarra, e Ravenna passou á Piza, e fez assento em Inola Cidade da Provincia de Romandiola. (d) Dalli foi chamado pelos Judeos de Napoles, e em sua Synagoga foi feito Presidente, e Juiz, e alli ensinou por espaço de vinte e dous annos. Sendo expellido de Napoles em 1540.

R. David Jachia.

Nn ii

vol-

(a) Ha hum exemplar Ms. desta obra na Real Bibliotheca de S. Lourenço do Escorial em hum Codigo de 4.º escrito em caracteres Rabbaticos no principio do Seculo XV. de que attesta Castro, a qual está disposta em fórma de Dialogo, e tem por titulo *Dinim*, isto he, *Juizos*.

(b) Desta obra se lembra o Rab. Karo no principio do Livro *Joré Ded*.

(c) Fazem mençaõ d'elle seu parente R. Gedaliah na *Cadeia da Tradicãõ*; Buxtorffo, Bartholoccio, Wolfio, Barbosa, e Castro.

(d) Castro diz, que elle fôra expulso de Lisboa com os demais Judeos, que nella havia, e parece referir-se nisto ao desterro de 1496. em tempo do Senhor Rei D. Manoel: Barbosa porém havia dito, que elle se ausentára de Portugal, porque o Senhor R. D. João II. o quizera obrigar a abjurar o Judaismo. Não podemos achar documento para assentar este facto com certeza.

voltou outra vez a Imola, aonde morreo em 1543. quasi de 78. annos de idade. Compoz a obra seguinte:

*Epitome Grammatico.*

Já fallamos desta obra no Cap. V. dos Estudos da Lingua Santa. (a)

R. David  
Salomaõ.

R. David ben Salomaõ ben R. David ben Jachia contemporaneo de Abarbanel. Nasceo em Lisboa em 1430. aonde morreo em 1465. (b) Foi havido entre os seus por hum grande Grammatico, Poeta, e Talmudista. Compoz as obras seguintes:

*Tratado do Siclo do Santuario segundo o Levitico C. VII. v. 13.*

He hum tratado dos preceitos da Lei postos em verso, que vem na segunda parte da sua obra, *Tratado da Lingua dos Eruditos*, de que já fallamos no Cap. V. entre as obras dos Grammaticos Hebraicos. (c)

*Thehilab Ledavid*, isto he, *Louvores de David*.

Nesta obra tratava dos artigos da Fé Judaica, mas não che-

---

(a) Buxtorfio no *Tratado de Prefod Metric.* p. 302. lhe dá a obra de *Rhythmicis Carminibus*, ou *tratado da Poezia dos Hebreos*; e Castro aponta esta especie referindo se a Bartholoccio. Porém já Wolfio advertio, que esta obra era de David Jachia filho de Salomaõ Jachia, como dissemos em seu lugar.

(b) Fazem menção d'elle Bartholoccio, Morino nas *Exerc. Bibl.*, Wolfio, Barbosa na *Bibliotheca Lusitana*, D. Thomás da Encarnação na *Hist. Eccles.* p. 454, e D. José Rodrigues de Castro na *Bibliotheca Espanh.* p. 353. Pfeiffer lhe dá muitos louvores.

(c) Alli notamos que Buxtorfio no *Thef. Gramm. de Re Hebr. Metrica*, transcrevera a maior parte d'este Livro; e que Genebrardo publicára em Latim, e Hebraico os dous ultimos Livros desta obra em Paris em 1562. em 8.<sup>o</sup> os quaes sahiraõ depois na *Isagoge ad Rabbiorum Lectiõnem* 1578. em 8.<sup>o</sup>

chegou a concluilla; o que fez depois seu filho Jacob Jachia, de que ao diante fallaremos. (a)

R. Gedaliah ben David Jachia, ou Jachija natural de Lisboa, e Reitor da Academia dos Judeos, que vivia nella; foi grande Jurista, Filosofo, e Medico, e exercitou em Lisboa a Medicina; por 1400. se passou a Constantinopla, aonde exercitou a mesma Arte; alli foi nomeado Presidente, ou Reitor da Synagoga daquella Cidade. Tamanha era a authoridade, que grangeou com seu nome, que os Judeos Karaitas o escolheirão para que solicitasse a reconciliação de sua Seyta com a Escola dos Rabbanitas. Morreo hindo em peregrinação á Terra Santa. Efereveo muitas obras, e entre ellas huma que intitidou.

IR. Gedaliah Jachia.

*Os sete olhos segundo Zacharias C. VII. v. 10.*  
Veneza em 8.º (b)

Trata nesta obra das sete Sciencias, ou artes liberaes, como interpreta Wolfio, e entre ellas das Sciencias Sagradas.

Jacob Jachia filho de David Jachia neto de Salomão Jacob Jachia.

(a) Morino nas *Exercitações Biblicas* Livro II. p. 245. segue a opiniaõ, que esta obra he de Messer David, ou de David ben Jehuda, ou Leaõ, o que tambem quer Wolfio allegando a R. Menassés ben Israel, que a costuma citar como obra de David Leaõ; e o Catalogo da Bibliotheca de Leida p. 269. em que o Author deste Livro se intitula Messer David filho de Messer Leaõ. Pezo nos fizeraõ estas authoridades, se não fiassemos mais do testemunho de R. Gedaliah parente de David Jachia, e escriptor classico, que na obra da *Cadeia da Tradição* p. 65. a dá a David Jachia, dizendo, que elle a deixára imperfeita, e que seu filho Jacob Jachia a completára, e acabára, como notamos em seu lugar; Wolfio quer, que David Jachia seja tambem Author da obra de *Rhythmicis Carminibus*, que Buxtorfio dá a David Jachia filho de R. Gedaliah.

(b) Fallaõ delle, e desta obra seu parente R. Ghedaliah na *Cadeia da Tradição* p. 62. Bartholoccio *Bibl. Rabbin.* tom. 1. p. 705. n. 390. Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. 1. p. 277. Barboza *Biblioth. Lusitana*, e Castro na *Biblioth. Esphanh.* p. 188. e 235.



Jachia; era natural de Lisboa; (a) foi conhecido entre os Judeos com o titulo de *Rabeni Tham*, isto he, *Nosso Mestre perfeito*. (b) Foi tam douto como seu pai; e a obra, que este deixou incompleta, elle a continuou, e arrematou com muito primor, e doutrina; (c) a qual foi publicada com o titulo seguinte:

*Thebilah Ledavid*, isto he, *Louvores de David*. Constantinopla anno 266. (de C. 1506.) em 4.º (d)

He dividida em tres partes; na primeira se trata da dignidade, perfeição, causas, e fundamentos da Lei de Moysés; na segunda da Creação do Mundo, da profecia, dos milagres, da resurreição dos mortos, e da immortalidade da alma; na terceira de Deos, dos Homens, dos Atributos Divinos, da Divina Providencia, e Benefícios, do premio, e do livre arbitrio.

R. José  
Chivan.

R. José Chivan natural de Lisboa; foi hum dos Expositores, e Talmudistas de grande nome na Synagoga. Escreveo as duas obras seguintes:

*Commentario sobre os Psalmos*. Thessalonica em Casa de Jehuda da familia de Gedaliah anno 5282. (de C. 1522.) no Reinado do Sultão Salomão. em fol. (e)

Mi-

(a) Fallaõ delle R. Gedaliah na *Cadeia da Tradição*: Morino nas *Exercitações Biblicas*: Bartholoccio, Wolfio, e Barbosa. Castro falla del-  
le no artigo de David Jachia p. 353.

(b) Bartholoccio *Bibl. Hebr.* tom. II.

(c) Assim o escreve o Rabbino Gedaliah na *Cadeia da Tradição* p. 65.

(d) Bartholoccio nota esta edição, a qual Wolfio confessa que nunca viu; outra refere o mesmo Bartholoccio feita em Pefaro sem nota de anno. Houve outra em Constantinopla em 302. de C. 1542., que louva R. Schabbateo, que por ventura será a Pefarense de Bartholoccio, como suspeita Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. I. p. 329.

(e) Le Long, Wolfio, Maschio. e Rossi no *Append. à Bibl. Mefch.* fallaõ da edição do *Psalterio Hebraico* com os *Commentarios* de R. José Chivan, e com os de Kimchi. Tambem a cita Morino nas *Exercitações Biblicas* p. 121. Bartholoccio na *Bibliotheca Rabbínica*; e Plan-

*Milk Aboth*, isto he, *Sermão dos Padres*. Constantinopla 339. (de C. 1579.) em 4.º

He hum Commentario ao Tratado Talmudico *Pirké Aboth*. Foi composto em Lisboa em 230. (de C. 1470.) como se diz no Titulo: o Texto he pontuado, e expresso em Letras quadradas. (a)

R. Isaac Abarbanel. (b) Este foi o que deu mais claro nome, e honra á Litteratura Talmudica, e Rabbínica do Seculo XV., e he ainda hoje hum Mestre, de que muito se preza a Synagoga. Por este titulo, e mui particularmente por suas muitas, e mui doudas obras affás-merece, que delle fallemos aqui mais largamente do que dos outros. (c)

R. Isaac  
Abarba-  
nel.

Foi

tavicio p. 566. Castro poem a edição de Theflanolica em 5262. de C. 1502., no que julgamos haver equivocação.

(a) Foi depois impresso em Veneza em 345, de C. 1585. em 4.º, de que faz menção Wolfio *Bibliotheca Hebr.* tom. III. p. 396. 397. e outra vez em 365. de C. 1665. por Daniel Sanctes, que he a edição, que temos, e a unica, que cita Castro; Buxtorff refere outra feita em Cracovia; Wolfio no tom. IV. p. 851. suspeita que he delle outra obra intitulada: *Verba Pura* segundo o Psalmo XII. 7. que tem o nome de R. *José Chaijan filho de Abraham*, que existia Ms. na Bibliotheca Oppenheimeriana, a qual elle depois houve á mão; em que se tratava da benção de Jacob a seus filhos, e de outras varias matérias; mas julgamos, que os nomes de *Chaijan*, e *Chivan*, são diversos, e diversos os Autores destas obras.

(b) Chamaõ lhe *Abarbanel*, *Abravanel*, *Abarbinel*, *Abrobaniel*, segundo se escreve diversamente em Hebraico. Cornelio á Lápide lhe chama *Barbanel* no Commentario a Haggeo c. II. v. 10. e Rhenferd nas *Vindicias da sua doutrina do Seculo futuro* §. 2. que vem nas suas obras *Eilolog.* p. 887. lhe chama *Isaac Ravanella*.

(c) Fazem honra a memoria d'elle R. Baruch, ou quem quer que he o Author da *Prefação*, ou *vida de Abarbanel*, que vem na edição da *Maene há Jeschiah* de 1497. R. Schabtai Solomon ben virga no *Scheveth Jehudah*; R. Ghedalia na *Schalscheleth Hakkabbala*, ou *Cadeia da Tradição* p. 44. David Ganz na *Tzemach David*. P. I. Manoel Aboah na sua *Nomologia* p. 302. Ricardo Simas nas *Epistulas Sefarades* tom. I. da *Historia critica do Testamento Velho*: Estavaõ Sou-

Nasci-  
mento, e  
Geração  
de Abar-  
banel.

Foi Abarbanel natural de Lisboa aonde nasceu em 1437., (a) e era descendente, segundo diziaõ os Judeos, da alta geração de Jessé de Bethleém, e da Real Casa de David pela nobilissima, e antiquissima familia dos Abarbaneis. (b) Foi seu Pai Judas Abarbanel, e seu avô

ciet nas *Dissertações criticas aos lugares mais obscuros da Escriitura Sagrada* publicadas em Paris em 1715. em 4.º p. 343., e seguintes: Christovão Cartwright na *Prefação ad Electa Targumica, et Rabbinica in Exodum* tom. 1. do *Supplemento dos Criticos Sagrados*: Bartholoccio tom. 111. *Bibliotheca Rabbinica*: Nicoláo Antonio *Bibliotheca Hispanica Nov.* Tom. I. Pedro Baile *Diccion. Histor. Critic.* tom. 1. Henrique Maio na *vida de Abarbanel*, que vem junto com a obra *Pregoeiro da Salvação*: Adriano Reland *Analect. Rabbin. Acta Erud.* Lipsf. anno 1086. Wolfio *Bibliotheca Hebraica* tom. 1. p. 628. e seg. e 111. p. 540. Joáo Reitorph *Catalecta*: J. B. Carpzovio *Animadvers. in Jus Regium Hebr.* Buxtorfio, L'Empereur, Hottingero, Le Long, Plantavicio, Schickardo, Joáo Mayer, Biscioni na *Biblioth. Grega, e Hebraica de Florença*: Genti, *Historia Judaica*: Barbosa *Biblioth. Lustana*: Castro *Biblioth. Espanhola*. 346. Mr. de Boissi no tom. 11. das *Dissertações Criticas para servirem á Historia dos Judeos* Dissert. 1x. Joáo Baptista de Rossi da *Origem da Typografia Hebraica Ferrariense*; e nos *Annaes da Origem da Typografia de Sabioneta, &c.*

(a) Elle mesmo na *Prefac. ao livro I. dos Reis* lhe chama *Terra patria*.

(b) Hum dos que o affirmão he R. Menassés ben Israel na sua obra *Esperança de Israel* p. 91., e no seu *Conciliador á Questão 65. do Gênesis*, e na *Dedicatória do Livro da Immortalidade da alma*. O mesmo diz Salomão ben virga na obra *Scheveth Jehuda*, ou *Sceptro de Judá*, em que refere a opiniaõ de Thomás Filosofo, que assim o asseverava nas disputas com Affonso Rei de Espanha. O mesmo Abarbanel a *Zacharias* xi. fol. 293. cita a favor de sua Real ascendencia o testemunho de R. Isaac ben Geath escritor do Seculo XI., que por isso Hugo Grocio nas *Notas ao Livro 1. c. 11. §. 6. de Jure Belli, et Pacis*, lhe chama *illustrissimo*, e os Judeos especialmente R. Asarias ao *Meor Enajim* a cada passo o denomina Principe. Alguns duvidaõ disto, como saõ Huecio na *Demonstrac. Evangelica*. Prin. 1x. c. 1v. §. . . . Bartholoccio na *Biblioth. Rabbinica* P. III. e Hornebech *De Convertendis Judæis* lib. 11. Wolfio na *Biblioth. Hebraica* tom. 1. p. 628. diz, que faz muito para esta parte o testemunho de Abrahão ben Dior na obra *Sepher Hakkabbala*, que afirma, que depois de 1154. não restára em toda a Espanha descendente algum da geração de David. Mas Abrahão ben Dior floreceo no Seculo XII. e já pôde ser que se interrompesse a successão por esse tempo, e que depois no Seculo XIII., ou XIV. viesse

avô Samuel Abarbanel. Teve huma vida alternada de iguaes honras, e desgraças. A principio viveo em grande bonança, e luzio muito na Côrte do Senhor Rei D. Affonso V.; este Principe estimou-o muito por seus talentos politicos, e o fez seu Conselheiro; e tamanha era a confiança, que nelle tinha, que não havia negocio grave, maiormen-te de guerra, em que o não ouvisse; pelo que o empregou muitas vezes em cargos de importancia, e o enobreceo com muitas honras. Não teve tão boa estrellá com o Senhor Rei D. João II. seu filho, e successor; porque posto que a principio fosse delé muito estimado, decahio em fim de sua graça pelas tramas dos Cortezãos seus inimigos, e foi privado de seus Cargos, começando de correr grandes tormentos. Pelo que se vio necessitado a fugir para Castella de idade de 45. annos. (a)

Sua fortuna, e valimento.

Sua desgraça.

Em Castella foi recebido, e prezado de todos os Hebreos; teve grande trato, e communicacão no tocante aos Estudos da Lei com o Rab. Isaac Aboab, e contrahio mui estreita amizade com Abrahão Senior, que o tomou por companheiro na massa das Rendas Reaes, de que era Almoxarife. Desta maneira começou elle a figurar tanto na Côrte de Fernando, e Isabel, como havia figurado na de Portugal. Por fim a cabo de 10. annos foi forçado a sair-se de Espanha pelo Edicto de 1492. publicado contra os Judeos, e se passou com sua mulher, e filhos para Napoles. Alli achou grandioso acolhimento na Côrte de Fernando I., e de Affonso II. seu filho, que muitas honras lhe fizerao, e o houverao em muita estima, como grande homem, que era; porém quando Carlos VIII. Rei de França tomou Na-

Sua fortuna em diversas partes por onde andou.

Tom. II.

Oo

po-

de fóra pessoa desta linhagem á nossa Espanha, e nella se constituiu novo Chefe da Familia dos Abarbaneis.

(a) Elle mesmo conta as suas calamidades, e mudanças de fortuna na *Prefacção ao Commentario de Josué*, e ao *I. dos Reis*. vid. *Genti Historia Judaica* Sect. 51.

poles, foi elle obrigado a passar-se a Missena em Sicilia seguindo a fortuna de Affonso despojado da Corôa; depois se transportou para Corfega; e dalli a pouco tempo voltou á Italia, e fixou seu domicilio em Monopoli na Provincia de Bari na Apulha. Foi depois para Corfú, e por fim veio habitar em Veneza para ajustar as differenças que havia entre a Republica, e a Corôa de Portugal sobre a navegação das especiarias, de que havia sido encarregado; o que compoz com grande acceitação de ambas as Côrtes. (a) Alli morreo em 1508. de 71. annos de idade, e foi levado para Padua, e sepultado com luzida pompa.

Sua morte.

Litteratura de Abarbanel.

Os Judeos dão-lhe o titulo de *homem illustre, de erudito, de Sabio*, e de *Theologo incomparavel*; e o fazem igual em sabedoria ao famoso Maimonides, e na opiniaõ de muitos ainda maior do que elle. (b) E na verdade foi este homem dotado de hum espirito claro, e penetrante, de huma imaginação viva, e fecunda, de hum discernimento profundo, e apurado, de huma locução brilhante, e facil; era naturalmente trabalhador,

e

(a) Assim o conta R. Menassés ben Israel na obra *Esperança de Israel* p. 91.

(b) Por igual a Maimonides o houverão Salomão ben virga *Scheverth Jehudah* fol. 44. Azarias *Mear Enaim* P. III. C. 43. fol. 139. David Ganz *Tzemach David* fol. 30. Menassés ben Israel na obra *De Creatione Probl* I. p. 2. e *Probl*. XII. p. 50. Aboab na sua *Nomenclag* p. 326. e Bartholomeu Ricci *Oratio pro Isaaco Abarbaneleo Hebræo ad Herculem* II. *Areslinum*. Ferrara anno 1566. em 4.<sup>o</sup> Nicoláo Antonio na *Bibliotheca Hisp.* diz, que elle foi por natureza o mais engenhoso dos Judeos, o mais douto em seus estudos, e o mais industrioso em seus trabalhos. J. Meijer na *Preservação*, e nas *Notas* ao livro *Seder Olam* o louva muito affirmando ser o unico, que, como Maimonides, não delirou. Aug. Pfeiffer o gaba por hum homem de summo engenho, e doutrina. Rossi chama lhe o mais habil, e o mais sabio, e o mais profundo escritor que teve a *Synagoga* no tempo de seu penosissimo cativoiro. Estevoão Soucier nas *Dissertações Criticas aos lugares mais obscuros da Escriitura Sagrada* publicadas em Paris 1715. em 4.<sup>o</sup> p. 343. e seg. he entre todos, o que faz delle hum juizo mais exacto, e circumstanciado. Mayo na sua vida ajuntou os elogios, que os sabios lhe tem feito.

e dado a mui altos estudos de toda a Theologia, e erudição Sagrada com hum ardor infatigavel de grandes vigílias; he de maravilhar, que havendo vivido no tumulto do mundo entranhado entre tantos, e tão graves negocios, e mettido em tão cumpridos trabalhos de seu desterro, e peregrinações, podesse ter tempo, de se applicar a tamanhos estudos, e de escrever tantas obras.

Os seus Commentarios aos livros Sagrados são sem duvida o melhor de seus escritos, e por elles passa por hum dos mais sabios Interpretes Hebreos, e de que mais proveito se pôde tirar para a intelligencia das Santas Escrituras. Segue muito em suas doutrinas a Nicoláo de Lyra, e algumas vezes o transcreve; dá muito, e sem necessidade á Filosofia, que entáo estava recebida, de que elle era muito sabedor, e particularmente á Metaphysica. He affaz methodico, e em algumas coizas se assemelha a Affonso Tostado, cujos Commentarios parece que havia lido. Fórma, como elle, muitas questões sobre o texto, que explica, e tem de ordinario muito engenho, e sagacidade na maneira de as resolver; poem toda a sua applicação em esclarecer os lugares difficeis, e obscuros dos Livros Santos; (a) em descobrir as ligações, e relações das historias, e das profecias, que nellas se contém, e em determinar a significação, e força das palavras Hebraicas, que necessitam de maior illustração. Raras vezes se arreda do sentido grammatical, e litteral; mas antes trabalha muito pelo restituir, e restabelecer naquelles lugares, em que a maior parte dos Rabbins, que lhe precederam, haviam introduzido as allegorias: não admite a authoridade de seus Mestres sem hum maduro exame, e os segue, ou refuta segundo

Merecimento dos seus Commentarios aos Livros Sagrados.

Oo ii

gun-

---

(a) Com razão, diz L'Empereur na exposição do Código Middoth. c. v. p. 174. *Ex Abarbanele plura, quam ex omnibus Hebræorum doctores addisci possunt, quippe, siquidem Sacris litteris obscurius sit, feliciter (nisi cum contra veritatem Christianam cum suis obnititur) enarrant.*

gundo lhe parecem ou falsas, ou verdadeiras as suas explicações. He inimigo da impiedade, e se oppoem com fervor a todas as interpretações, e opiniões mais livres, e perigosas, e as refuta com solidez, e afoiteza. A sua dição he pura, mas algum tanto prolixa, e cheia de repetições.

**Defeitos.**

O defeito mais capital, que se lhe nota, he o intranhavel odio, que mostra ter ao Christianismo, aproveitando toda a occasião de o accommetter, e desacreditar, como se vê nos *Commentarias aos Profetas Posteriores*, e no *Commentario a Daniel*, que todos são obras anti-christãs; (a) o que elle fez parte movido de hum falso zelo de sua propria Religião; parte estimulado das perseguições, que elle, e seus irmãos haviaõ soffrido dos Christãos. Com tudo assim mesmo deu a nosso favor dous grandes testemunhos, de que muito nos podemos servir contra os mesmos Judeos; o primeiro he o juizo, que elle fez da *Thokedoth Jesu* reprovando esta obra infame, que se havia escrito contra Jesu Christo; o segundo foi a opiniaõ, que seguiu, de que Deos naõ havia retardado por peccados do povo a Epoca promettida da vinda do Messias; doutrina, que se oppoem directamente á que hoje leva o commum dos Judeos.

**Catalogo das suas obras.**

Fallemos ora de cada huma de suas obras pertencentes á Litteratura Sagrada, as quaes são as seguintes. (b)

*Marchéveth Hammiscneb. Segunda Carroffa ou Do que he a segunda Pessoa do Estado depois do Rei.* Sabioneta anno 5311. (de C. 1551.) fol. por Tobias Pua. (c)  
He

(a) Isto fez com que Nicoláo Antonio lhe chamasse: o maior inimigo do nome Christão, e perversissimo Calumniador da verdade.

(b) Nem o Catalogo dellas no livro *Schalchelet Hakkabbala* de R. Gedaliah p. 64.

(c) Diz Rossi nos *Annaes Typograficos de Sabioneta*, que esta fôra a primeira obra, que alli se imprimira. Foi feita esta edição por hum

He hum Commentario ao Deuteronomio impresso em Letras Hebraicas quadradas. Desde a idade de vinte annos começou a escrever esta obra em Portugal; e a explicava na Synagoga de Lisboa; (a) mas depois não cuidou mais de a proseguir, julgando haver perdido na occasião da sua fuga tudo quanto della havia escrito; recolhendo depois os seus papeis por hum acaso, cobrou novo animo, e cuidou logo de a adiantar, e concluir; e a rematou em Monopoli. (b)

Na Prefacção trata com muito vituperio a D. Fernando de Castella pela expulsão dos Judeos, e ao Rei de França; e vai muito desmedido contra Jesu Christo, e a Religião Christãa. (c)

*Perusch bál Thorah Commentario sobre a Lei*, isto he, sobre os cinco Livros de Moysés. Veneza anno 5339. (de C. 1579.) por R. Samuel Arkevolti na officina de Joaõ Luiz Bragadino fol. (d)

Es-

Ms. da Bibliotheca de R. Aaron Chabib de Pefaro, em que vem a obra inteira, como seu Author a compoz. Depois se fez segunda edição em Veneza em 1579.

(a) Manoel Aboab na sua *Nomologia* diz, que elle compozera esta obra em Portugal; devemos acrescentar que elle a não acabára, e concluíra feneo em Monopoli.

(b) Consta da *Prefacção* dos seus mesmos Commentarios ao Deuteronomio, que se concluiu em Monopoli, não em Veneza, como diz Wolfio t. 631. allegando a mesma *Prefacção*, e Barbosa, que o seguiu. Deste Commentario trata largamente Rossi nos *Annaes Hebreo-Typograficos de Sabioneta* p. 9. Este Commentario he o mesmo, que depois sahio junto com outros Commentarios sobre os quatro primeiros Livros de Moysés na edição de Veneza de 5339. de C. 1579. de que temos hum exemplar.

(c) Vê-se isto dos lugares da *Prefacção* na p. 21. e 110. os quaes lugares se ommittirão na edição de Veneza de 1579. por ordem do Inquisidor Alexandre Scipião. M. Wulfer os quiz restituir, e pôr nas *Notas á Theriaca Judaica* p. 138. havendo-os tirado com muito trabalho de hum exemplar da edição de Sabioneta, que houvera do mesmo Inquisidor, aonde estavam muito riscados, e quasi inintelligiveis. Esta noticia pôde acrescentar-se na *Bibliotheca Esphanhola* de Castro.

(d) Foi reimpresso duas vezes em Veneza, humas em o anno de



Commentario geral ao Pentateuco.

Estes Commentarios são impressos em caracteres Rabinicos muito miudos. Fôraõ principiados em Lisboa, mas acabados em Monopoli em 1496. quatro annos depois de haver sahido de Espanha; pelo menos o foi a parte do Commentario sobre o Deuteronomio, de que já fallamos. Tanta estimaçaõ tiveraõ estas obras, que della se extrahiraõ muitas dissertaçõs, e tratados, e se publicáraõ traduzidos em Latim por diversos escritores. (a)

Pe-

5344. de C. 1584. de que temos hum exemplar, e vimos outro na escolhida Bibliotheca da Real Casa de N. Senhora das Necessidades de Lisboa est. 41. n. 3. outra no anno de 5364., de C. 1604. Destas duas edições a primeira foi interpolada, e mutilada por ordem dos Inquisidores, como mostra M. Wulfer *Animad. ad Thierac. Judaic.* p. 206. Ha outra edição que he mui correcta, e elegante, e de hum uso mais comodo publicada em Hanoviã em fol. em 1710. por Henrique Jacob Van Bashuyfen Professor de Theologia; o qual vendo a raridade desta obra a fez de novo imprimir para utilidade dos amadores da Litteratura Rabbinica, illustrada com notas marginaes, e indices Latinos. Imprimio-se hum Commentario, que tem por titulo: *Do Oleo da Unçaõ*: que he tirado do *Commentario* de Abarbanel ao *Pentateuco*. Paris 1650. 8.º sem nome do editor.

O *Proemio ao Levitico* sahio impresso com o livro do *Sacrificio* de Moyses Maimonides, e com outras obras, que de Hebraico verteo em Latim Luiz de Campaigne de Veil. 1683. 4.º

(a) Buxtorfio o filho extrahio do Corpo destes Commentarios algumas dissertações curiosas, que traduzio em Latim; taes fôraõ as seguintes: *Da longa vida dos Patriarcas*: *Do nome de Moyses*: *Do começo do anno*, e *se se deve fazer pela Fase da Lua, ou pelos calculos astronomicos*; vem na *Mantissa Aliquot Dissert. Abarbanelis*, que poz no fim da sua edição do *Cofri*. *Da Antiga Poesia dos Hebreos ao Levitico* c. 14. v. 15; *Da Lepra dos vestidos ao Levitico* c. 13. v. 47.; *Da Lepra das casas ao Levitico* c. 14. 33.; *Do Estado do Imperio, e seus direitos*. Vem todos estes Tratados na Colleção das *Dissertações Filosoficas, e Theologicas*; e esta ultima foi depois inserta no tom. XXIV. do *Theouro das Antiguidades* de Ugholino p. 826. *Da pena da separação*; vem na *Dissertação*, que o mesmo Buxtorfio publicou sobre os *Esposaes, e Divorcios* em 1652. em 4.º p. 169.

Além destas ha outras *Dissertações*, que tirou Buxtorfio destes, e d'outros Commentarios, e reduzio a Latim, as quaes aqui apontaremos para instrucção de alguns leitores. Taes são as seguintes: *Do Livro da Lei achado pelo Sacerdote Chisklias*; *Da nuvem, que cubria a Tenda da Congregaçaõ*, e *da gloria do Senhor, que enchia o Taberna-*

*Perusch bal Nébijm rischonim.* Napoles em 5253.  
(de C. 1593.) (a)

He hum Commentario sobre os *primeiros Profetas*, isto he, sobre os Livros de Josué, dos Juizes, de Samuel, e dos Reis, que são os que os Judeos chamaõ *primeiros Profetas*. (b) Começou Abarbanel estes Commentarios nos primeiros annos de seu retiro de Espanha,

Commen-  
tario aos  
Primeiros  
Profetas..

*culo; Dos Sacrificios, da Morte, e Sepultura de Moysés: Se Elias morreo, ou não, e em que lugar está: Da transmigração das almas de Pythagoras: Da Unção dos Reis, e Sacerdotes: Do peccado de Moysés, e Aáron, porque não entrará na terra da Promissão; Do voto de Jephthé: De Samuel resuscitado pela Pythonissa.*

De todas estas dissertações se tem feito diversas edições: algumas vem na Collecção, que publicou João Jacob Decker em 1662. das *Dissertações Philolog. Theolog. de Buxtorfio*. O mesmo Buxtorfio tresladou em Latim as *Presenças ao Deuteronomio, a Josué, aos Juizes, a Samuel, aos Reis, e a Isaias, e Jeremias*. De outras Dissertações fallaremos adiante.

M. Alting no seu Tratado *Schilb* liv. 1. c. 9. tom. v. opp. p. 12. 23. deo averbaõ Latina da *Explicação*, que fez Abarbanel ao Genesis C. XLIX. v. 2. da Profecia de Jacob, e a examina com muito discernimento.

João Gottofredo Lakemacher traduzio em Latim a Dissertação de Abarbanel ao Genesis c. 23. sobre a *necessidade da sepultura, e o estado do homem depois da morte*; e a publicou em Helmstad em 1721. em 4.<sup>o</sup>

Luiz de Viel Judeo converso publicou tambem em Latim a *Presença ao Levítico*, que ajuntou á sua versão do *Tratado das Sacrificios* de Maimonides. Londres 1683. em 4.<sup>o</sup>

(a) Foi reimpresso em Leiplick em 1686. na Officina de Mauricio Jorge Wessdmanno. Castro na *Bibliotheca Espanhola* cita hum exemplar desta edição na Real Bibliotheca de Madrid.

(b) Barbosa refere esta obra pelo titulo de *Commentario in Prophetas Anteriores*; e depois outro *Commentario in Libros Judicum*; outro in *Libros Samuelis*; e outro in *Libros Regum*, como obras, e edições diversas, mas tudo he a mesma obra, e edição, de que fallamos; quanto mais que por Profetas anteriores ficão já entendidos os ditos livros de Josué, dos Juizes, de Samuel, e dos Reis, que são os que os Hebreos chamaõ Profetas Primeiros.

nha, e os acabou em o anno 5244. de C. 1484. (a)  
Pe-

(a) Alguns já poem a edição desta obra em Napoles em 1493.: e della fallão Scabteo no *Sciſté jeſchenim*: Mattaire nos *Annaes Typographicos*, Wolfio na *Bibliotheca Hebraica*. David Clemente na *Bibliotheca curios. dos Livr. Rar.*: Rossi da *origem da Typografia* p. 79. 80. quer que só fosse impressa nos principios do Seculo XVI. por 1511. pouco mais, ou menos, e que a data de 1493. he da composição da obra, e não da sua edição, como já suspeitárao Le Long, e os eruditos *Autores do Catal. da Biblioth. Casanatense*. A outra edição Tessalonicense de 1493. que refere Orlandio, David Clemente, e o *Indice da Biblioth. Barberina*, e a outra Veneziana tambem do mesmo anno, que refere Maio, são suppostas. Foi reimpressa em Leipsick em 1636. em fol. He huma edição primorosa, e mui correcta, trabalhada, e dirigida por M. Frederico Alberto Christiani Judeo convertido, e por M. Pfelffer celebre Professor de Leipsick. Van Baashtuyſen na *Prefacção ao Commentario do Pentateuco* attesta, que nunca vira edição de livro Judaico mais bella, e elegante. Houve nova edição em Hamburgo em 1687. fol. augmentada pelo R. Jacob Fidanque com hum *Spicilegio de observações* na Officina de Thomás Rosſe, mas he inferior á edição antecedente. Ha hum exemplar desta edição na Bibliotheca da Real Casa de N. Senhora das Necessidades de Lisboa est. 41. n. 4. Buxtorſio o filho tirou tambem deste Commentario muitas Differtações, que passou a Latim, e as poz na sua *Collecção das Dissertações Philos. e Theol.* a saber: A primeira *Da Diferença dos Juizes, e Reis, de que se falla no Antigo Testamento*. Vem tambem no *Theſouro das Antiguidades Sagradas* de Ugholino tom. xxiv. A segunda *Da parada milagrosa do sol no tempo de Josué*. A terceira *Do Peccado de David, que fez a resenha de seu Povo*. A quarta *Das diversas especies de Idolatria, de que se faz menção nas Eſcrituras*. A quinta *Da diviſão dos Livros da Biblia em 3 classes Leis, Profetas, e Hagiografos*.

Francisco Buddeo publicou em Latim tudo, o que Abarbanel havia escrito largamente sobre *Abimelech no Commentario ao Cap. 9. do livro dos Juizes*; e illustrou o Texto Rabbinico com sabias notas; fahio em Sena em 1693. em 12. com o titulo de *Enſaio sobre a Prudencia Civil dos Robbinos*.

M. Schramm fez imprimir em Helmſtad em 1700. em 4.º o que elle havia escrito sobre a *prohibição do Suicidio de Saul no Commentario ao C. 31. do livro de Samuel*; e deu a verſão Latina com suas notas, e com huma refutação.

M. Eggers traduzio tambem em Latim na sua *Psychologia Rabbinica* impressa em Basse em 1719. em 4.º o que elle havia dito sobre a *natureza da Alma* no C. 25. v. 19. do 1. Liv. de Samuel.

Joaõ Rendtorſe havia feito huma traducção Latina de todo o Com.

*Perusch al Nébiim Abaranim.* Pesaro anno 5271.  
(de C. 1511.)

He hum Commentario aos Profetas posteriores, isto he, a Isaias, Jeremias, Ezechiél, e tambem aos doze Profetas menores. (a) Esta obra começou elle em 1495. no tempo em que estava em Corfú. (b) Em muitos lugares desta obra acommette a Religião Christão. (c)

Commen-  
tario aos  
Profetas  
Posterior-  
es.

Tom. II.

Pp

Ma-

mentario sobre os Primeiros Profetas, de que falla Imbonati na *Biblioth. Lat. Hebr.* p. 418. M. Woldik tentou o mesmo, e havia já acabado a traducção do *Commentarij de Josué*, como diz Wolfio na *Biblioth. Hebr.* tom. IV. p. 876. mas nem huma, nem outra obra sahio á luz.

(a) Castro chama a esta obra *Commentario aos Profetas Menores* seguindo talvez á Nicoláo Antonio, e a outros; que chamao' aos *Profetas Posteriores Profetas Menores*; com tudo os Judeos não entendem por *Profetas Posteriores os Menores*, e nem entrao na conta de *Menores* Isaias, Jeremias, e Ezechiél, (que são os que chamao' propriamente *Posteriores*) mas tão sómente os doze seguintes: Oséas, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Michéas, Nahum, Abachú, Sophonias, Haggeo, Zacharias, e Malachias.

(b) Foi depois impresso em Soncino em 5280. de C. 1520. fol. 8 e esta edição, de que temos hum exemplar, he mais elegante, e acrescentada com dous indices. Do *Commentario a Isaias*, e aos doze *Profetas Menores* se fez huma elegante edição em Amsterdao em 5402. de C. 1642. em caracteres Rabbínicos, com o texto em caracter quadrado, e com vogaes; Castro faz memoria de hum exemplar, que ha na Real Bibliotheca de Madrid. Esta edição he mais correcta, e elegante, que as duas antecedentes, e sahio, com huma Prefacção Latina de Joáo Coccei. Deste *Commentario de Abarbanel a Isaias*, e aos doze *Profetas Menores* ha hum Ms. em fol. na Real Bibliotheca do Escorial escrito em caracteres Rabbínicos em o anno de 1490. segundo refere Castro, e nas folhas, que tem em branco no principio, e no fim ha varias notas, e apontamentos da letra do sabio Bento Arias Montano sobre Abarbanel, e seus escritos.

(c) Constantino L'Empereur publicou em Hebreo em Leyda no anno de 1631. em 8.º as duas *Exposições* de Abarbanel sobre o c. 52. de Isaias com huma breve mas solida refutação, que sahírao impressas segunda vez em Francfort em 1687. em 8.º

Nicoláo Gamberg deu a versão Latina deste lugar do *Commentario de Abarbanel* juntamente com o texto Hebraico em forma de Dis.

*Mabjené ba Jescúab; isto he, Fontes da Salva-  
ção*

puta Academica em Lunder em 1723. em 4.<sup>o</sup> debaixo da direcção, do celebre Carlos Schulten.

Sebastião Schnellio traduzio em Latim, e refutou o que Abarbanel escrevêra contra o Christianismo ao Cap. 34. de Isaías, e sobre a Profecia de Abdias em huia Dissertação particular impressa em Altorf em 1647. em 4.<sup>o</sup> mas não traz o texto Hebreo.

Nicoláo Koppen Professor de Linguas Orientaes em Gryphiswald no Commentario anti-Rabbinico, que consta de 12 disputas, publicado em Gryphiswald em 4.<sup>o</sup> refutou as interpretações de Abarbanel ao C. VII. VIII., e IX. de Isaías.

J. Buxtorfio o filho tambem traduzio em Latim a longa discussão, em que elle havia entrado no Commentario ao mesmo Cap. de Isaías sobre se Edom se ha de entender dos Romanos, e dos Christãos, a qual vem no Supplemento ao livro Corri da edição do mesmo Buxtorfio p. 389.

M. J. B. Carpzovio na segunda das suas *Dissertações Academicas* p. 93. e seg. apresentou huma versão Latina do que disse Abarbanel sobre a *Arca da Aliança* ao C. III. de Jeremias v. 16., e 17.

M. Stridsberg traduzio a *Explicação do C. II. v. 2. 3. e 4. de Isaías*, que publicou com notas em Lunden em 1734. em 4.<sup>o</sup>

O *Commentario a Oséas* foi impresso em Hebreo, e com o Texto Biblico em Groninga em 1676. em 4.<sup>o</sup>, e com a Traducção Latina Notas, e Prefacção aos doze Profetas Menores em Leyda em 1687. em 4.<sup>o</sup> por Francisco de Hufen Hollandez; mas não traz o Texto Hebreo; os exemplares vieraõ a ser raros, porque Hufen entrou a recolhellos avizado pelos Professores de Groninga de haver omittido muitas cousas na traducção, e haver trasladado outras muito mal.

Pfeiffer fez huma nova versão Latina mais elegante, e mais exacta, que a de Schnellio, do *Commentario sobre Abdias*, e a publicou em Vitemberga em 1664. em 4., e depois em suas obras no tom. 2. p. 1081. e seg., e vem acompanhado de hum exame critico, e de hum paralelo de quasi todos os Interpretes.

O Texto Hebraico do *Commentario a Jonas* com os de outros Rabinos sahio á luz por diligencia de Frederico Alberto Christiano Leipscik 1683. 8.<sup>o</sup>

João Palmroot Professor das Linguas Orientaes em Upsal traduzio em Latim este *Commentario sobre Jonas* com notas em duas dissertações publicadas em 1696., e 1699. em Upsal.

João Rendtorff fez outra traducção Latina do mesmo *Commentario*, que ficou Ms. como attesta Imbonati p. 418.

Frederico Alberto Christiano deu em Leipscik em 1683. em 12.<sup>o</sup> huma edição do Texto Hebraico deste *Commentario* com as interpre-

seg. Isaias 12. 3. em 15. do mez de Sebat do  
anno 311. ( de C. 1551. ) (a)

Pp ii

He

tações de Salomon Isaac, de Aben Hezra, e de Kimchi, e depois Burcklig deu outra em Francfort em 1697.

Paulo Kraut Reitor da Escola Luneburgense traduzio o Commentario a Jonas em Latim em seis diversos Programmas, que publicou desde 1703. até 1707.

João Diederich Sprécher fez a versão Latina do Commentario sobre Nahum, e Habacú, e a publicou com o Texto Hebreo em Helmstadt em 1703. em 4.º, e o de Habacú foi reimpresso em Vtrech em 1710. em 8.º

João Friderico Weillero em huma disputa singular havida em Wittenberg em 1712. vindicou o vaticinio de Habacú C. 111. v. 13. contra este Commentario de Abarbanel.

M. Meyer nas suas notas sobre o *Seder Olam* p. 1027. e seg. havia já enxerido a traducção Latina, que fizera da maior parte destes dous Commentarios, e das principaes observações de Abarbanel sobre *Sophonias, Haggeo, Zacharias, e Malachias.*

M. Scherzer no seu *Trifolium Orientale* publicado em Leipsick em 1663. em 4.º deu a versão Latina do Commentario sobre Haggeo com notas Filologicas, que foi reimpresso em 1672. com o titulo *Opera pre-vii*, e em 1705. com o titulo *Selectorum Rabbinico-Philologicorum* por João Jorge Abichib.

João Mayer publicou a versão do Commentario a Malachias com notas em Hainnou 1685. 4.º

João Friderico Loscano no Commentario Filologico a Jeremias C. 111. v. 14. 77. que sahio em Francfort em 1720. vindica o vaticinio do Profeta das interpretações de Abarbanel.

Gaspar Gottofredo Mundino em huma dissertação singular publicada em 1661. , e depois em Jena em 1719. trata de salvar o vaticinio de Haggeo C. 11. v. 10. da interpretação, que lhe deu Abarbanel.

(a) Esta edição he a primeira, e não traz nota de lugar, mas Rossi que tem hum exemplar a dá feita em Ferrara pelo Judeo Francez chamado Samuel Restaurador da Arte da Imprensa nesta Cidade. Buxtorfio, e Schabatai a julgaõ feita em Constantinopla, Bartholoccio em Amsterdã, Wolfio em Napoles enganando-se com o exemplar, que vira na Bibliotheca de Oppenheimer; os Authores do *Catalogo de livros impressos da Real Bibliotheca de Paris* em Monopoli; e só Plantavicio a assinalou em Ferrara. O Editor poz no principio a vida de Abarbanel, e o Catalogo de seus escritos. A Bibliotheca Lusitana fallando desta edição a datou de 1550. sendo que ella he de 1551. Houve outra edição em Amsterdã no anno 404 de C. 1644. na Officina de Manoel Benbenafte em 4.º que cita Bartholoccio, de que não

Commen-  
tario a  
Daniel.

He hum Commentario a Daniel que escreveo em Monopoli, e concluiu no primeiro do mez de Tebet, ou Oitubro de 257. de C. 1497. (a)

He impresso em caracteres Rabbínicos. Nelle affronta Abarbanel o Christianismo, e o attaca com todo o impeto, e vehemencia, que póde caber em suas forças. Muitos gabos lhe daõ os Judeos por esta obra; porque entendem que Abarbanel naõ só satisfaz nella a todas as objecções, que nós os Christãos lhes fazemos com os quatro ultimos versos do C. IX. de Daniel, mas destroe invencivelmente os argumentos, em que nos apoyamos para segurar os fundamentos de nossa crença. Por isso o R. Portuguez Menasses ben Israel no seu livro de *Termino vita* sobre todas as controversias, que havia na explicação da Profecia de Daniel remete os Leitores para esta obra de Abarbanel. (b)

*Rosch Amanáb*, isto he, *Principio*; ou *fundamenta*

falla Castro na *Bibliotheca Espanhola*; outra tambem em Amsterdaõ em 407. de C. 1647. por David ben Abraham de Castro, e outra em Francfort em 1711. de que tambem se naõ faz menção na *Bibliotheca Espanhola*.

Hullio douto Professor de Leyda traduzio em Latim naõ toda a obra, como escrevêraõ Bartholoccio, e M. Le Long, mas a parte della, que trata das *Sessenta, e duas semanas* de Daniel; e acompanhou a sua traducção com o Texto Rabbínico, e a poz por *Appendix á sua Theologia Judaica*, ou livro de *Messias*, que publicou em Breda em 1653. por Abraham Subingian, e a poz depois de huma refutação das *Explicações* de Abarbanel.

Buxtorfio o filho havia feito hum versão deste mesmo Commentario, que naõ fahio á luz; e della falla o nosso Portuguez R. Menasses ben Israel no Tratado *De Termino vita* Lib. 3. Sect. 6. p. 184. e Constantino L'Empereur.

Carpzovio traduzio em Latim, e refutou, o que Abarbanel escreveo contra Jesu Christo no seu Commentario sobre o Cap. 7. de Daniel v. 13. fol. 49. e he a Differtação 1X.

(a) Naõ em 1550., como escreveo M. Jungman, pois que Abarbanel era morto desde 1508.

(b) Libr. III. Sect. VI.

*ro da Fé* segundo o Cant. dos Cant. c. 4. v. 8. Constantinopla anno 5266. (de C. 1506.)

He hum *Tratado dos Artigos fundamentaes da crença dos Judeos*, e he dividido em 4 capitulos; nelles examina profundamente a doutrina de Maimonides sobre os treze Artigos da Fé Judaica; a que elles havião reduzido toda a substancia do Judaismo, e o defende em geral posto que va contra elle em alguns de seus artigos; refuta a Chasdai, e Albo, que o havião censurado, e discute a opiniaõ de outros Rabbinos. (a)

Funda-  
mento da  
Fé.

*Majmiah Jesubab ou Maschmiab Jescuab*; isto he,

(a) Enganou-se Plantavicio crendo, que este livro tratava do *Sacrificio da Páscoa*, e da *Herança dos Padres*, confundindo-o com outros dous livros do nosso Rabbino, o que já advertio Carpzovio na *Dissertação dos Artigos da Fé Judaica* C. 3. §. 5. Foi impresso em Constantinopla em 1506. em 4.<sup>o</sup> por R. David, e Samuel filhos de Nachmias, e naõ em 1495. como escreve R. Schabatai no *Sifré Jeshenim* n. 3. fol. 59. confundido o tempo da composiçaõ da obra com o da ediçaõ; depois se reimprimio em Veneza por Marco Antonio Justiniano em 5305. (de C. 1545.) em Sabioneta em 5317. (de C. 1557.) em Cremona por Vincente Conti, e no mesmo anno de 1557. e naõ em 1547. como se diz na *Bibliotheca Hebr.* de Wolfio, *Bibl. Lusit.* de Barbosa, em Bistrovits em 1561., e ultimamente em Altena em 1750 em 4.<sup>o</sup> por Moysès ben Mendel, e destas duas edições naõ falla Castro, nem Barbosa da primeira. Guilherme Henrique Worstio traduzio esta obra em Latim, e com notas ao Cap. XIII. e XIV. que se publicou com o *Texto Hebreo* em Amsterdaõ em 1638. por Guilherme, e Joaõ Blaeu. Esta ediçaõ he rara; della temos hum Exemplar, e vimos outro na selecta Livraria da Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades de Lisboa est. 844. A 2. Castro na *Biblioth.* Espanhola refere hum exemplar na Livraria do mosteiro de S. Martinho de Madrid; diz Carlos José Imbonati na *Bibl. Latina Hebraica* p. 156. que em Roma no Collegio de Neofytos ha huma censura M. de Marco Marini de Brixia a esta obra de Abarbanel. R. Samuel ben Eliezer Lipman curou desta ediçaõ, e lhe fez huma Prefacçaõ á cerca da *Preeminencia do Estudo da Lei sobre o da Filosofa*, e á cerca da utilidade desta obra de Abarbanel.



he, *Pregoeiro da Salvação* em o anno 1526. por Judas Gedaliah fol. (a)

Pregoeiro  
da Salva-  
ção.

Esta obra foi composta em Monopoli em 1498. nella explica a seu modo as Profecias de dezefete Profetas sobre o Messias para sustentar os Judeos na esperanza de sua restitução, e restabelecimento na terra de seus pays; os Profetas são Balaão, Moysés, Isaias, Jeremias, Ezechiell, Oséas, Joél, Amós, Abdias, Michéas, Habacú, Sophonias, Haggeo, Zacharias, Malachias, David, e Daniel. O objecto em geral, que se propoem, he mostrar, que as Profecias, que elle explica, e ainda as mesmas da restauração do Templo, se não haviaão de entender em hum sentido espirital, como faziaão os Christãos, mas litteralmente, isto he, de huma felicidade temporal, e perpetua do Povo de Deos, e que não se havendo ellas cumprido durante o primeiro Templo, nem no segundo, se haviaão de verificar no tempo do Messias, que ainda tinha de vir; (b) e o que mais he de notar, elle mesmo fixa a época da sua vinda antes do anno 5292. isto he 1532. da era Christãã.

*Nachalath Aboth*, isto he, *Herança dos Padres*. Veneza por Marco Antonio Justiniano em 5307. (de C. 1567.) fol. (c)

Foi

---

(a) Não traz lugar da impressão. R. Schabtai crê que fôra em Napoles, como elle diz no *Sifré Jeschenim* no titulo *Maschm Jesh* n. 352. fol. 50. Maio p. 16. suspeita, que em Constantinopla. Desta edição se não faz menção nas *Bibl. Lusitana*, e *Espanhola*. Houve outra edição em Amsterdã não em 1647. como diz Schabatai, mas em 1644 por Manoel Benbenaste, de que temos hum exemplar, e huma Traducção em Latim por Joaõ Henrique Maio o filho; e publicada em Francfort em 1712. em 4.º já antes Seherzer, Buxtorffo o filho; e Joaõ Wulfio a quizeraõ traduzir. Fez-se huma nova edição em Offembach perto de Francfort em 1767. em 4.º por cuidado de R. Hirsch Schépitz Judeo de Presburgo, que alli erigio huma Typografia Hebraica.

(b) Disto falla Manoel Aboab no sua *Nomologia*.

(c) Foi reimpresso em Veneza com o Commentario de Maimonides

Foi esta obra composta tambem em Monopoli em 1496. para instrucção, e uso de feu filho Samuel, a quem elle a dedicava. He hum Commentariô ao Tratado *Pirke Aboth*, isto he, *Capitulos dos Padres*, que vem na edição da *Mischnah*. (a) He esta obra huma collecção de maximas dos antigos Doutores, e Meſtres das Synagogas, que alli vem nomeados; falla em particular de cada hum delles, e descreve as suas qualidades; na Prefacção explica eruditamente a successão da Lei Oral, ou Tradicional desde Moysés até R. Juda Hakkadofch, e hum pouco diversamente de Maimonides, e de Moysés de Kotzi. (b)

Herança  
dos Pa-  
dres.

*Hatéréth Zekénim*, isto he, *Corda dos Velhos*, ou *Anciões*. Sabioneta anno 5317. (de C. 1557.) por Tobias Pua ben Eliezer.

Esta obra havia composto Abarbanel na sua mocidade. Contém 25. Capitulos, e tem por objecto explicar o C. 23. v. 28. e seg. do Exodo, em que expoem a visão dos 70. velhos, e o C. 3. v. 1. de Malachias; e trata ao mesmo tempo das promessas feitas aos Patriarchas, e da excellencia, e natureza da Profecia.

Corda de  
Anciões.

*Zébach Pesach*, isto he, *O Sacrificio da Pascoa*. *Constantinopla* anno 5266. (de C. 1506.)

Sacrificio  
da Pascoa.

Contém este tratado huma ampla explicação dos Ritos da

ao mesmo Tratado em 5323. (de C. 1577.) por Jorge de Cabballis, que he a edição, que temos.

(a) Enganou-se Guido Fabricio Boderiano, ou de la Boderie, dizendo no seu *Dictionario Syriaco, e Chaldaico*, que este Commentario era só sobre o C. 4. do Tratado *Pirke Aboth* como já notáraſ Bartholuccio, Wolfio, e Rossi. Publicou-se hum Compendio desta obra em Lublin em 1604. feito por R. Jacob Bar Elijakim Hailpon, ou Harsiphrons.

(b) Surenhusio fez huma traducção Latina, e agora na Prefecção da tom. iv. da *Mischnah*.

da celebração da Páscoa, que se achava determinados no livro intitulado *Haggadáb Schél Pesach*. Foi escrito em Monopoli em 1496. (a)

*Mipbáhalòth Elohim*, isto he, *As Obras de Deos*.  
Veneza por R. Isaac Gerson anno 5352. (de C. 1592.)  
em 4.º

Obras de  
Deos.

Esta obra he dividida em dez Tratados, em que seu Author discorre sobre a criação do Mundo, sobre os Anjos, e sobre a Lei de Moysés; nelles se propoem estabelecer a verdade do dogma da criação, e mostrar que este dogma he o fundamento de toda a Lei; e com isto toma occasião de illustrar muitas passagens do *Moreh Nebeshim*, ou *Director dos que duvidão* de Maimonides, e disputar contra Aristoteles, e outros Filósofos, que affirmão a eternidade do Mundo. He esta obra a mais consideravel de todas as que compoz Abárbanel em materias Theologicas, e Filosoficas. (b)

Tes-

(a) Imprimio se em Constantinopla, e naõ em Monopoli, como escreveo Maio, e em 1506., e naõ em 1496. como elle diz, e tambem Schabtai, confundido ambos o anno da composiçaõ da obra com o da ediçaõ; Wolfio no fim do tom. I. p. 634. havia seguido o mesmo, mas depois se reformou no tom. III. pondo esta ediçaõ em 1506. pelo que se deve corrigir o lugar da *Biblioth. Lusit.* que tambem dá esta ediçaõ em 1496. Já Rossi da *Origem da Typografia Hebraica* advertio este engano; a elle se refere Castro na *Bibliotheca Espanhola* p. 352. o qual com tudo na pag. 349. havia posto aquella ediçaõ no mesmo anno de 1496. contra as advertencias do mesmo Rossi. Foi reimpressa esta obra em Veneza por Justiniano de Cremona em 5305. de C. 1541. e por Vicente Cánti em 5317. de C. 1557. em Cremona em 5317. de C. 1557. em Bistrovith em 5353. de C. 1593. em Riva de Trento em 5324. de C. 1561. em fol. por Jacob Markaria: e em Lublin em 1604. ediçaõ, de que se naõ falla na *Bibl. Esp.* Sahio Compendiada em Veneza em 1664. fol.

(b) Foi impressa em Veneza em 5352., e de C. 1592. em 4.º por R. Isaac Gerson, e naõ por Joaõ de Gara, como diz Wolfio no tom. III. p. 542., e Barbosa na *Biblioth. Lusitana*. Muito cuidado poz Gerson nesta ediçaõ, que trabalhou sobre dous exemplares Mss. hum de Menachim Azarias, e outro de Samuel Francez. José Meyer. na ara-

*Teschuboth*, ou *Tbesaboth*, isto he, *Respostas*. Veneza anno 5334. (de C. 1574.) em 4.º

São Respostas, que deo Abarbanel ás doze Questões Filosóficas, que lhe haviaõ sido propostas pelo R. Saul Cohen Judeo Alemão sobre alguns lugares difficeis do Tratado *Moreh Nebokim*, ou *Doutor dos que duvidaõ de Maimonides*. (a) Respostas.

*Machazeh Schaddas*, isto he, *Visaõ do Omnipotente*.

Era huma obra, que elle havia composto em Portugal, em que tratava dos differentes grãos de Profecia; elle a perdeu no tempo da sua fugida de Portugal. (b) Visaõ do Omnipotente.

*Tzadek Holamim*, isto he, *A Justiça dos Séculos*.

Era este livro dividido em trez partes, na primeira tratava do mundo, que havia de acabar, dos Ritos, que se deviaõ observar na festa do novo anno, e do dia da Purificação; na segunda do Paraíso, e do Inferno; na terceira da Resurreição dos Mortos, e do Juizo final. (c) Justiça dos Séculos.

*Labākath ha Nébiim*, isto he, *Congregação dos Profetas*.

Tratava da Profecia de Moysés, e dos outros Profetas, Congregação dos Profetas.  
Tom. II. Qq

*saõ de Origine mundi* diz que esta obra he elegantissima, e feita com muita diligencia, e discernimento.

(a) R. Gedaliah vio esta edição, como elle diz na p. 64.

(b) Falla desta obra na *Presacção aos Profetas Posteriores* p. 3. e no livro *Maine. Hajeschua*, ou *Maéné ha Jeshuah* fol. 18.

(c) Não sahio á luz. Pecoche falla deste livro como perdido na *sua Notia, Miscell. ad Partem Mofe* C. 6. p. 87.

tas, e refutava parte do Livro *Moreh Nebokim* de Maimonides. Havia composto este tratado para supprir a falta do outro *Machazeh Schaddus*, de que acima fallamos; (a) e nelle tratava, como no primeiro, dos diferentes grãos de Profecia, e de Inspiração.

*Jémoth ha-olam*, isto he, *dias do Seculo*.

Dias do  
Seculo.

Era huma Chronica, em que recontava as affeições, e calamidades, que o Povo de Deos havia soffrido em todas as idades, remontando de Seculo em Seculo, desde o nascimento do primeiro homem até o seu tempo. (b) Não existe esta obra. (c)

*Sépher Schammaim Chadaschim*, isto he, *O Livro dos Ceos novos*.

Livro dos  
Ceos no-  
vos.

Nelle estabelece o dogma da criação, e começo do Mundo, e daqui toma a occasião de explicar o C. 19. da segunda parte do *Moreh Nebokim* de Maimonides. (d)

*Jesubóth Mesichá*, isto he, *Salvações do Ungido* segundo o Psalmo 28. v. 8.

Salvações  
do Ungi-  
do.

Era hum Commentario, em que expunha as tradições dos antigos Rabbins sobre o Messias, que se achavam recolhidas no Talmud. (e)

E

(a) Assim o attesta no livro *Maine Hajeschua*, e na Prefação aos Commentarios dos Profetas Posteriores.

(b) He o que elle mesmo diz no Commentario a Daniel, ou Fontes da Salvação Font. 2a Polim. 3. p. 27. no fim.

(c) Perdeo-se esta obra; della falla Carpovio na Introducção á Theologia Judaica C. 10. §. 6. p. 80.

(d) Buxtorff, e Plantavicio assinalando o titulo, e assumpto deste livro não indicaram o Author. Indicou-o porém M. de Boissi nas suas Dissertações p. 302. Esta obra tambem se perdeu.

(e) Falla desta obra Manoel Aboab na sua *Nomologia* R. II. e tam-

E estas serão as obras, que compoz pertencentes á Litteratura Sagrada. (a) E basta isto de Abarbanel. (b)

R. Judas, ou Jehudá ben Jachia, ben Gedaliáh natural de Lisboa filho primogenito de David Jachia, nasceu em 1390. Foi havido no seu tempo por hum grande Jurisconsulto, Poeta, e Filosofo. Compoz

R. Judas  
Jachia.

*Kina*, isto he, *Lamentação*.

He huma expolição, ou explicação das orações, que costumão rezar os Judeos a IX. de Julho no jejum, que tinhaõ em memoria da destruição do primeiro Templo, e erecção do segundo. Ainda vem esta Lamentação na obra do *Machzer Espanhol*. (c)

R. Moseh ben Chabib ben Schem Tob Lisboaes, e Indivíduo da Synagoga da Academia dos Judeos de Lisboa. (d) Delle já fallamos entre os Grammaticos. Foi

R. Moseh  
Chabib.

Qq. ii

fa-

bem R. Gedaliáh no livro *Schafschetah Hakkabbala* p. 44. He huma das que se perderão.

(a) Henr. Jac. Van Bashuyfen pretendia dar huma elegantissima edição de todas as obras de Abarbanel em 4. vol. em fol. cujo compêto vem na sua *Prefação aos Psalmis*.

(b) Teve Abarbanel trez filhos, e todos trez muito sabios: quaes foram Judas conhecido pelo nome vulgar de *Leão Hebreo*, grande Filosofo, e Medico, de quem fallaremos nas memorias do Seculo XVI.; José que o a companhia sempre na boa, e na má fortuna até á sua morte; e Samuel o mais moço, que dizem haver sido tão douto, como seu pai, ou mais ainda, como quer Bartholoccio P. III. p. 381, com effeito Aboab o louva por sua muita sabedoria. (*Nomologia* P. H. C. 27. p. 327.) Dizem que elle se converttêr em Ferrara, e recebeu o Baptismo tomando o nome de Affonso. Na Bibl. do Vaticano conserva-se a representação, que elle fez no Pontificado de Julio II. ao Cardinal Sirlet Professor dos Neophyti. Nenhuma obra nos ficou d'elle.

(c) P. N. p. 174. da edição de Veneza de 1656. Delle falla Wolfen tom. I. p. 433. h. 729. Bartholoccio na *Bibliotheca Rabb* tom. III. Barbosa, e Castro nas suas *Biblioth*, e dos seus R. Ghedaliáh no livro *Schafschetah Hakkabbala* p. 65.

(d) Elle mesmo se chama: *Hum dos habitadores da Santa Synagoga da*

famoso Theologo, e Talmudista, Philosofo, e Grammatico. (a) São delle as obras seguintes:

*Maebanth Elobim*, isto he, *Reaes de Deos*.

He hum livro Filosofico, e Theologico, á imitação do Livro *Moreh Nebakim*. (b)

*Kol Jehovab Becoach*, isto he, *Voz de Deas em Fortaleza*.

He hum Commentario Biblico. (c)

Commentario á obra *Bechinath Holam*, isto he, *Exame do Mundo*, de R. Jedahiah ben Abraham Hapenini Barcelonez em Veneza 1546. (d)

R. Schem  
Tob.

R. Schem Tob ben José Schem Tob, que porventura foi da Synagoga de Lisboa, como o foi seu filho R.

Lisboa na Prefação do seu Commentario ao Livro *Bechinath Holam*, ou *Exame do Mundo*.

(a) Fazem menção delle Wolfio, Thomaz Hyde, R. Schabbateo, e Castro na Biblioth. Eipan. Barbosa na o. traz. na Biblioth. Lusitana.

(b) Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. I. p. 823. cita esta obra como inédita. Ella he diversa de outra, que tem o mesmo titulo compolta por Nehemias Levet.

(c) Da noticia dessa obra R. Schabbateo não conta que se imprimisse.

(d) Continuou a sair, impresso em Ferrara em 1120 da C. 1552 por Samuel ben Askará Francez. Esta edição de Ferrara, que nós temos, he unica, e não ha duas, como parece haver entendido Wolfio, e foi em Ferrara, e não em Veneza, como julgou Schabbateo. Sahio tambem em Mantua no anno 5346. de C. 1556. em Sorcino em 1585. em Praga em 1558. de C. 1593. 4.ª e em Ferrara sem nota de anno, edição, que vio Wolfio, e em Leyda em 1650. dessas edições faz menção Rossi no *Commentario Hist. Typ. Hebr. Ferrar.* Ha hum exemplar na Bibliotheca do Collegio de Propaganda, outro na Bibliotheca de Oxford, como parece do *Catalogo* de Thomaz Hyde; outro tem Rossi, como elle diz no sobredito Commentario.

P. 23.

R. Moylès ben Chabib, de que acima fallámos; florecção por 1430. (a) Compoz estas obras:

*Sepher Haemunah*, ou *Emunah*, isto he, *Livro da Fé*, Ferrara por Abraham Usqué acabado no mez de Tisri no anno menor dos Judeos 317. (de C. 1557.) em 4.º em caracteres Rabbínicos.

Nesta obra trata elle filosoficamente dos *Artigos da Fé Judaica* em onze Secções, e varios Capítulos; e refuta algumas opiniões demasiadamente Filosoficas de Aben Ezra, de Gerson, de Maimonides, de Ralbag, e de outros; que se haviaõ deixado levar muito da Filosofia, e tinhaõ introduzido doutrinas pouco conformes á Religião, as quaes elle refere pelos proprios termos de seus Authores, e as refuta com muita sabedoria, e firmeza; nesta obra affirmã elle a existencia dos milagres. (b)

*Sermões*, ou *práticas sobre a Lei*, Veneza 307. (de

(a) Houve outros do mesmo nome, e appellido, com os quaes se não deve confundir, a caso seus parentes, como fôraõ R. Schem Tob filho de Jacob Toletano, que florecço por 1415. sabio Judeo de quem fallã Wolfio na *Bibliotheca Hebr.* tom. III. p. 1135. R. Schem Tob ben Josè ben Palkirah, ou Palkeira, de que tambem faz menção Wolfio no tom. I. p. 1125. e Castro na *Bibl. Espanh.* p. 379. Schem Tob ben Abrahão, Schem Tob ben Isaac, Schem Tob ben R. Isaac Sephorot; e Schem Tob de Leão. Do mesmo falta Plantavicio na *Bibliotheca Rabbínica*. Wolfio na *Bibliotheca Hebr.* tom. I. p. 1127. e III. p. 1134. e Rossi da *Typ. Hebr. Ferrar.* p. 37. Castro na *Biblioth. Espanh.* não fez artigo separado d'elle, e só o citou de passagem, fallando de outros Authores p. 10. 52. e 84. Este Author deve accrescentar-se na *Bibliotheca Lusitana*.

Houve hum R. chamado David ben Jom Tob ben Bils, a quem Wolfio intitula *Lusitano*, que talvez seria da linhagem de R. Schem Tob; d'elle se refere humã obra Ms. na Biblioth. de Oppenheimer em 4.º que Wolfio diz não saber, o que era (tom. III. p. 188.)

(b) Contra esta obra escreveu Moylès Alasckar hum livro impresso tambem em Ferrara intitulado *Asfagoth* ou *Advertencias*; este livro vem no fim da mesma obra de Schem Tob.



(de C. 1547.) em fol. na Officina de Marco Antonio Justiniano.

Vem com elles de mistura varias practicas, em que se tratao diversos argumentos como *sobre a penitencia, o Novo anno, os dias de Jejum &c.* (a)

*Commentario Cabbalistico sobre as Letras do Alfabeto Hebraico.*

Trata nesta obra dos *Taghim*, ou pequenos pontos, que os Judeos costumao pintar sobre certas Letras nos exemplares Mss. que saõ destinados para uso das Synagogas. (b)

*Commentario á obra Moré Nephokim*, ou *Director dos que duvidaõ* de R. Samuel. Veneza 311. (de C. 1551.) fol. (c)

A P.

(a) Bartholoccio, e o Catalogo Bodleiano daõ esta obra a R. Sehem Tob ben José ben Paiskeira Espanhol, mas indevidamente, como nota Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. I. p. 1127. Houve huma edição desta obra em Ferrara, mas não sabemos o anno, outra em Padua em 1567.

(b) Havia hum exemplar na Bibliotheca dos Padres do Oratorio de Paris, que consultou Ricardo Simão.

(c) A obra de R. Samuel Espanhol he huma traducção Hebraica do livro Arabigo de Maimonides, e a esta traducção he que R. Sehem Tob fez o seu Commentario, que foi impresso em Veneza, como acima dicemos, juntamente com os Commentarios de Ephraim de Sion se reimprimio em Sabioneta anno 313. de C. 1553. e com os Commentarios de outros Authoras.

## APPENDIX

## AO CAPITULO X.

**R**eservamos para este Appendix fazer menção de dous Rabbis Espanhoes, que por algumas noticias, que tivemos, suspeitamos seriaõ Portuguezes, ou pelo menos domiciliarios em Portugal. Como não tínhamos disto toda a certeza, julgamos, que não convinha abri-lhes assento no Catalogo, que acima demos dos Escri-tores Judeos Portuguezes.

R. Jacob ben Chabib R. Selomóh. Nasceo pelos an-nos de 1450.; e vivia ainda em 1492. (a) Foi Jurista Theologo, e Cabbalista de mui grande nome. (b) Com-poz algumas exposições Talmudicas com estes titulos:

R. Jacob  
ben Cha-  
bib.

*Hen Jacob, Olho de Jacob. Hen Israel, Olho de Israel. Beth Jacob, Casa de Jacob. Beth Israel, Casa de Israel.* Veneza 1546. por Marco Antonio Jus-tiniano.

Nestes tratados explica as seis ordens, ou classes da *Miscnab* chamadas *Zerabim*, ou *Tratado das Sementes. Moked das festas. Nassim* ou *Naschim das mulheres. Ne-zichim dos damnos. Kadasim* ou *Kadaschim das cousas Sagradas*, e dos *Sacrificios*, e *Tabaroth das Purifica-ções*. Consta esta obra de trez partes; na primeira que he intitulada *Olho de Jacob* assomou toda a Jurisprudencia dos Judeos; na segunda explica particularmente a Ju-

(a) D. Joté Rodrigues de Castro pelo que diz na *Biblioth. Espanh.* e no *Catalogo*, que traz no fim pelos nomes das Patrias, o da por Espanhol, e natural de Leão.

(b) Trazem noticia delle R. Gedaliah na *Cadma da Tradição*, Thomaz Hyde no *Catalogo dos Livros Impr. da Bibliotheca de Oxford*, Bartholoccio, Wolfio, e Castro nas suas *Bibliothecas*.

Jurisprudencia ritual, e na terceira propoem o methodo mais proprio para se lerem, e entenderem com fructo os Livros das Santas Escrituras, e explica os feitos da Historia Sagrada. (a)

R. Jolê  
ben Scem  
Tob.

R. José ben Scem Tob. (b) Foi Philosopho, e Jurista, e era muito instruido não só no Hebreo, mas também no Arabe. (c) Compoz

*Cebód Elohim*, isto he *Gloria de Deos*. Ferrara por Abrahaõ Usque anno 5316. (de C. 1556.) 4.<sup>o</sup>

Esta obra he impressa em caracteres Rabbínicos. Nella trata das excellencias do homem, e da Lei Mosaica, seguindo a doutrina de Aristoteles em todos os Artigos, em que ella se não oppoem ás opiniões recebidas entre os Judeos em materias Filosoficas.

M E

(a) Esta obra ficou por acabar, e foi concluida, e a perfeigoad por seu filho R. Levi, e commentada pelo R. Samuel ben Eliezer, e pelo R. Portuguez Josias Pinto, e illustrada pelo R. Jehudah de Arjé de Modena, que lhe accrescentou hum *Indice Alfabético das Parabolas Talmudicas*, que o Author explica nesta obra. Fizeraõ-se varias edições; trez em Veneza, huma em 1546. por Marco Antonio Justiniano, de que temos hum exemplar: outra em 1566. por Jorge de Caballis: e outra em 1625.; duas em Verona, huma sem nota de anno, e outra em 1649., trez em Cracovia em 1614. 1619. e 1643. huma em Cremona em 1649. duas em Amsterdaõ em 1686, e em 1698. e duas em Berlim em 1409, e em 1712.

(b) A caso era irmão de R. Isaac Schem Tob, que publicou em Veneza a versãõ Espanhol do *Machzor* ou *Preces Judaicas*, que depois foi prohibido no *Indice Expurgatorio* por Gaspar Quiroga p. 69. Wolfio tom. II. p. 11450.

(c) Commentou em Arabigo a *Ethica* de Aristoteles, e a obra *Moreh Nebokim* de Maimonides. Fazem memoria delle R. Gedaliáh na *Cadshé da Tradição*: R. David Ganz na *Descend. de David*: Bartholoccio, e Wolfio nas suas *Biblioth. Rossi da Typ. Hebr.* Ferrar. Castro na *Biblioth. Espanh.* &c.

## MEMORIA II.

*Para a Historia da Legislaçaõ, e Costumes de Portugal.*

POR ANTONIO CAETANO DO AMARAL.

*Sobre o Estado Civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos.*

**A** CABEI a primeira Memoria, em que representava Quão diferente seja a condiçaõ dos Lusitanos nesta época, em comparaçaõ da precedente.

os Lusitanos no seu primitivo estado, reflectindo no grande trabalho, e tempo, que os Romanos consumirão em os sujeitar, e reduzir a huma das Provincias do seu Imperio. Com effeito naõ era mudança esta de scena, que custasse, como no theatro, só hum correr de panno : era passar hum Povo de livre a escravo ; era verem espirar a sua liberdade homens, que nella sempre viveraõ, e que por ella sempre arriscaraõ as vidas ; verem abolir costumes, com que se criaraõ, e Leis, de que elles mesmos fõraõ authores, e substituirem-se-lhes outras estranhas, e mal ageitadas. Pois que se a mesina condiçaõ dos Cidadaõs de Roma era bem inferior em liberdade á dos Lusitanos antigos, muito mais o era a dos Provincianos (a), a cujo estado os pretendiaõ reduzir.

Condiçaõ dos Povos das Provincias Romanas.

Tom. II.

Rr

zir.

(a) Em muitas cousas se vê quanto mais pezada era para os Póvos a dominaçaõ do Presidente de huma Provincia, que a dos maiores Magistrados em Roma. Quanto ao poder militar, havia d'elle tal ciume dentro da Cidade, que apenas qualquer Consul, ou outro Magistado conseguia pela Ley Curiata, ou por Senatus-Consulto o imperio, devia immediatamente sahir da Cidade ; e ainda para poder satisfazer á solemnidade do triumpho, quando se recolhia victorioso, era preciso que o Povo lhe prorogasse esse dia o imperio. O contrario succedia aos Presidentes de Provincias, que podiaõ nellas levantar hum exercito, e obrigar a isto com maõ armada aos que repugnassem. (V. *Sign. de Jur. Prov. lib. 3. c. 7.*) Pelo que toca ao conhecimento das causas criminaes, e publicas, a que chamavaõ *quaestiones* ; em Roma havia

zir. Em Roma conservava ao menos ao Povo a politica republicana hum poder, que servia como de padrao ao orgulho da Nobreza; e a todas as Ordens do Estado huma imagem de liberdade, que sustentava o equilibrio do Governo. Porém aos Povos distantes do centro do Imperio, e novos na sujeição, que necessitavaõ de hum freio apertado, e sempre prompto, era forçoso abandoná-los á discricção de hum Governador; bastando para os interesses da Republica, que este, passado o curto termo do seu governo, tivesse de vir dar conta ao Supremo Tribunal de Roma: vindo por este modo a servir igualmente á grandeza Romana a preeminencia dos Cidadãos, e a dura sujeição dos Povos das Províncias.

Que poderes, e Jurisdição tivessem os

Naõ se accomodavaõ pois os bravos Lusitanos a se ver tratados pelos Romanos altivos como homens de outra especie. (a); a ver sobre si hum homem estrangeiro

huns, que dicessem o Direito entre os Cidadãos, e os Estrangeiros; outros que exercitasssem os Juizos Publicos: nas Províncias todo este conhecimento estava no Presidente. Em Roma até ao anno 604. V. C. se não tomava conhecimento das causas criminaes, sem que o Povo para isso nomeasse ou os Consules, ou o Pretor, ou hum Dictador destinadamente. No dito anno foi que por Ley de L. Písaõ Tribuno da Plebe se fez perpétua huma das causas publicas: e depois se fôraõ perpetuando as mais, e augmentando-se o numero dos Pretores, pelos quaes se distribuiaõ por sorte no principio de cada anno: ficando com tudo sempre reservado o nomearem-se Questores extraordinariamente para alguma causa publica por Senatus-Consulto, ou Plebescito, ou pelos Consules, ou outros Magistrados, ou ainda particulares (V. *Sigon. de Juric. l. 2. c. 4.*) Nas Províncias porém tudo isto tocava ao Presidente. Quando o Emperador Claudio fez perpetua na Cidade a delegação da jurisdição sobre fideicommissos, que até ahí só se delegava annualmente, a delegou tambem nas Províncias *in perpetuum* aos Presidentes. (*Sueton. in Claud. c. 23. Ulpian. Fragm. 25. 12.*) Pelo Senatus-Consulto Articuleiano no tempo de Trajano, isto he no anno 851. V. C. se estendeo a jurisdição dos Presidentes a conhecer da liberdade deixada em testamento, ainda que o herdeiro não fosse da Provincia.

(a) Bem se sabe a baixa sorte, em que os Romanos consideravaõ os que não eraõ Cidadãos seus, e a que chamavaõ Peregrinos: não

nho (a), que na paz, e na guerra lhes regesse senhorilmente as acções (b); que á força os armasse para a guerra (c); que no tempo della houvesse despótico conhecimento de todas as suas duvidas; e tivesse como fechado na mão

Presidentes das  
Provincias.

Rr ii

o

tinhaõ os Privilegios do Direito Particular, nem do Publico dos Romanos: não tinhaõ a liberdade, e exempção de castigo servil: não lhes era concedido o Connubio com os Cidadãos: (Ulpian. *Fragm.* 5. 4.): não tinhaõ o direito do Poder Patrio: (L. 3. ff. *de his, qui sunt sui vel alien. jur.*); nem o do Patronado: (L. 10. §. 2. ff. *de in Jus vocat.* = Plin. *Epist.* 10. 12.) nem a facção de Testamento: (Cic. *de Orat.* 1. 39.) ainda passiva (L. 1. pr. ff. *ad Leg. Falcid.* = Ulpian. *Fragm.* 20. 14. = L. 1. *Cod. de her. instit.* = L. 6. §. 2. ff. *cod.*) nem finalmente o do Legitimo dominio; e muito menos os do Direito Publico. E ainda que depois se começára a conceder varios privilegios aos Peregrinos, foi no tempo dos Emperadores; sendo no da Republica inviolavel a authoridade contra elles.

(a) Pois que as Provincias não podião ter Magistrados seus, mas Romanos. Os principaes eraõ dous, Presidente, e Questor (L. 1. et 11. ff. *de Offic. Praef.*) Ao principio coube o officio de Presidentes aos Pretores (Liv. 27. 36. et 34. 55.) Depois começou a fazer-se divisaõ de Provincias Pretorias, e Consulares segundo nellas havia paz ou guerra (Liv. 8. 22. = 45. 17. = 34. 35.) E depois se introduzio o uso de se prorogar o imperio aos Consules ou Pretores, que entaõ tinhaõ o nome de Proconsules ou Propretores (App. *Syriac.* p. 95.) De Augusto por diante houve outras mudanças, que em seu lugar diremos.

(b) O Officio de Presidente continha duas partes, *imperio*, e *poder*. O *imperio* era para a guerra, o *poder* para a paz: e este comprehendia duas cousas, sc. *cognitionem*, et *curationem*. O conhecimento (*cognitio*) era ou *domestico*, ou *popular*. O primeiro se exercitava *intra praetorium et in cubiculo*, ministrando só o Cubiculario; o segundo *in Basilica*, *ac pro tribunali* com assistencia dos Scribes, Accensos, Porteiros, e Lictores. (Cic. *ad Q. Fratr.* 1. 1.) Chamava-se este tambem *iurisdicção*, e comprehendia as causas particulares, e as publicas. A *curadoria* (*curatio*) referia-se a tudo o mais do governo domestico, que não era o conhecimento das causas; como ao cuidado dos viveres, dos tributos, e impostos, das obras publicas &c. De cada huma das quaes partes hiremos fallando.

(c) *Cum enim socii* (são palavras de Sigonio *de Jur. Prov.* l. 3. c. 7.) *contineri procul a domo, armorum metu remoto, non possent, necess fuit ut Praefidibus Provinciae novum Jus Magistratus adderetur, quo exercitum habere, et qui non obedirent armis cogere possent; id est, quod nãd ετοχον imperium vocatur.*

o soberano direito das suas vidas (a); e até com seus subalternos repartisse este poder exorbitante (b): que na paz lhes desse (c) as Leis, por que deviaõ viver (d); que co-

(a) Veja-se o mesmo Sigonio *ibid.* l. 2. c. 6. A extençãõ deste poder foi tal, que fez precisas em diversos tempos Leis, que lhe cohibissem o abuso, já coarctando aos Presidentes a liberdade de levarem o exercito a seu arbitrio contra quaesquer inimigos, já a de invernarem no paiz alliado que escolhessem.

(b) Os Legados dos Presidentes, os Tribunos militares, e os Prefeitos conheciaõ dos delictos, e os castigavaõ. cada hum segundo a medida do seu poder. (V. Liv. *et* Mac. lib. 1. de re milit.) Tambem aos Questores, de que logo fallaremos, delegavaõ ás vezes os Presidentes parte da jurisdicçãõ, e imperio (Caes. de bel. Gal. c. 6. Cicer. Verr. 1. 13.) Sobre a jurisdicçãõ destes Legados pôde ver-se o tit. ff. de offic. ejus, cui mandat. jurisd. (Add. Noad. de jurisd. 2. 7. p. 161.) Os mais Officiaes dos Presidentes, ou pessoas que se dizia estarem in eorum comitatu, eraõ Tribuni militum, Centuriones, Praefecti, Decuriones, militarium operum rationumque Auditores, Scribae, Accensi, Praecones, Lictores, Interpretes, Tabellarii, Aruspices, Cubicularii, Medici, Cohors praetoria dicta, Contubernales, isto he, Moços que os acompanhavaõ para serem como praticantes do governo, e milicia (Cicer. pro Caes. 30. pro Plane. 11.)

(c) (Praefidis) jurisdicçãõ (diz Sigonio no lugar citado) erat potestas juris ejus reddendi, quod Legibus contineretur. Leges autem fuerant aut quas Imperator ab initio ex decem Legatrum sententia dederat, aut postea e re nata Consules, aut Tribuni Plebis tulerant; quibus etiam attexenda Senatus-Consulta Do genero das primeiras saõ, por exemplo, as que fôraõ dadas aos de Sicilia (V. Cicer. Verr. 2. 13.) aos Macedonios por Lucio Paulo (Liv. 45. 29.) aos Acheos (Pausan. 7. p. 427. seqq.) Do genero das segundas saõ as Leis Atilia, e Julia de marit. Ordin., que fôraõ extendidas para as Provincias (pr. Inst. de Atilian. tit. = Ulpian. Fragm. 11. 1.) outros exemplos se vem na L. 19. ff. de rit. nupt. = na L. 5. pr. ff. de manumis. A esta classe pertencem os Edictos dos Principes aos Presidentes das Provincias introduzindo Direito novo, ou declarando o duvidoso (L. 14. ff. de Offic. Praef. = L. 14. ad SC. Turpil. = L. 1. ff. de Abig. = L. 12. ff. de cust. scar.) Cum vero (continua Sigon. no lugar citado) Legibus non omnia possent comprehendere, multa Edictis Praetoriis, non secus ac Urbanis Romae, in Provinciis permixta sunt. Unde et cum in urbe factum est Edictum perpetuum (ait Heinec. Hist. Jur. Civ. §. 275.) etiam in Provinciis edictum perpetuum Provinciale laudatur (V. Spanh. Orb. Rom. Exerc. 2. c. 7. et 8.)

(d) Nos Edictos, que os Presidentes das Provincias faziaõ, ou ado-

como supremo arbitro das suas controvérsias nomeasse o lugar aonde as deviaõ hir tratar (a), e ahi exercitasse huma jurisdicção inteira, ou se tratasse de demanda entre (b) particulares, ou de acção, que offendesse o publico (c): que os carregasse dos tributos, de que a orgulhosa Roma necessitava para manter a sua ambição. (d): que

ptavaõ as disposições dos seus antecessores, ou accrescentavaõ coizas novas, que pertenciaõ á administração da Provincia, aos gastos, e contas das Cidades, aos ajustes com os publicanos, ás usuras, syngraphas, heranças, possessões &c., ou tiravaõ dos Edictos Urbanos, pelo que tocava ao direito das demandas, e que ajustava ás Provincias (Cic. Epist. Fam. 3. 8. = ad Attic. 5. 21. = 6. 1. = Adde Noodt. Obseru. 2. 5. p. 444.)

(a) Para os Presidentes poderem exercitar commodamente a parte do poder, que se referia ao conhecimento das causas, se instituiu que cada Presidente publicasse por hum Edicto o foro para certos dias para huma ou mais das Cidades, que na Provincia estavaõ destinadas para estes Congressos juridicos, a que chamaõ = *Conuentus* =, convocando para alli os homens da Provincia que quizessem intentar qualquer acção: e assim, ou tendo varios destes congressos, ou hum só em cada Cidade, as hia correndo todas (Sigon. de Jur. Provinc. lib. 2. cap. 5.)

(b) (*Praefidis*) *jurisdictio aut coërcendo, aut statuendo exercebatur. Coërcitionis partes citatio, et prehensio: statuendi vero, decretum et Judicium* datio: qui Judices vel ex *Lege* *Provinciae* vel ex *Edicto Praetoris* dabantur, sc. ex *conventu* et *foro*, id est, ex iis *Civibus Romanis*, *Sociis*que, qui in iis *Oppidis*, quae ad id *forum* convenirent, versarentur. In caeteris autem eadem in *Provinciis* ac *Romae* agendi ratio fuisse videtur. Et haec in *privatis controversiis*. (Sigon. Loc. sup. cit.) E por isso observavaõ tudo o que se diz dos Juizes dos Romanos ao titulo de *Judic*. E assim como em Roma o Pretor tinha no seu conselho os *Decemvires litibus judicandis*, tinhaõ os Presidentes 20. chamados *Recuperatores* Cidadãos Romanos (Ulpian. *Fragm.* 1. 13. = *Theophil.* §. 4. *Inst.* qui et ex quib. *caus. manumit. non licet.*)

(c) A respeito das causas criminaes chamadas *quaestiones* tinhaõ os Presidentes o poder, que em Roma tinha o Prefeito do Pretorio: tinhaõ *ius gladii* (L. 6. pr. = L. 11. ff. de offic. Praecons. = L. 6. §. 8. L. 13. L. 21. ff. de offic. Praef.) Mas não tinhaõ o direito de *postandi in Insulam* (L. 2. §. 1. ff. de poen. = L. 6. §. 1. ff. de interd. et releg.): nem o de conceder *Liberam mortis facultatem* (L. 8. §. 1. ff. de poen.) nem o de publicar os bens (L. Un. C. Theod. ne sin. jus. Princ. cert. jud. lic. confisc.)

(d) Quando os Romanos vencião algum Povo, ou lhe impunhaõ



que finalmente tivesse huma intendencia absoluta sobre todas as partes da Economia interior do Estado.

Tal era o poder do Presidente de huma Provincia, que

como preço da vitoria hum estipendio, ou tributo (donde vem o chamado *census capitis*) e por isso estas Provincias se chamavao *estipendiarias* ou *tributarias*, como foi a Gallia Comata (*Suet. in Jul. 15.*): ou lhe tiravao os campos, metendo-os no patrimonio da Republica, ou lhe mandavao da Cidade colonos; ou tornavao a dar aquelles aos mesmos vencidos impondo-lhes alguma pensaõ, que se chamava *census soli* (*Cic. Verr. 3. 6. = 5. 5. = Burman. de Veltig. Pop. Rom.*) e a estes Povos chamavao *Veltigales*; os quaes pagavao des seus campos *decumas*, como a Sicilia; (*Cicer. Verr. 3. 6.*) a Sardenha. (*Liv. 42. 1.*) a Africa; (*Gruter. Inscript. p. 512.*) a Azia (*Cicer. Ep. ad Attic. 5. 13.*) a Syria (*Cicer. Agrar. 2. 19.*) o Egypto; (*Plin. Paneg. 30.*) &c. Houve Provincia, que por ser menos fertil, pagava, em vez de decima, vicesima, como Hespanha. (*Liv. 43. 2.*) Sobre o mais a respeito das decimas vejaõ-se os AA. citados por Heinecio *Append. Antiq. Roman. 5. 115.* Ao tributo, que pagavao dos prados, e bosques chamavao *scripturam*. (*V. Cicer. ad Attic. 5. 15. = Verr. 5. 70. = Fest. verb. Scripturarius.*) Sobre a mudança, e augmento que teve no tempo dos Emperadores, *V. Cassiodor. Var. 11. 39. = L. 3. Cod. Theodos. de juar. pecuar. = Burman. de Veltigal. Pop. Rom. 4.* Tambem pagavao portagens (*portoria*) naõ só pelas mercadorias, que entravao pelos portos, mas ainda por terra. (*Cic. Verr. 2. 72. seqq. = Agrar. 2. 29.*) como v. g. pela trasladação de hum cadaver, de que se vê exemplo já no tempo dos Emperadores (*Suet Vitel 14. = L. 21. de donat. inter vir. et uxor. = Burman. loc. cit. 11.*) Fóra destes tributos communs a diversas Provincias houve outros particulares, como os que se pagavao na Hespanha pelas minas de ferro, prata, e ouro; (*Liv. 34. 21. = Strab. Geogr. 3.*) em Africa pelos marmores; (*L. 1. Cod. Theod. de metal.*) em Macedonia, Illyrico, Tracia, Bretanha, Sardenha, pelos metaes; (*Burman. loc. cit. 6.*) em Creta pelas pedras de afiar; (*Plin. Hist. 36. 22.*) em Macedonia, e outras Provincias pelas marinhas; (*Ibid. 31. 7. = T. Liv. 45. 29.*) Para a arrecadação da Fazenda havia em cada Provincia hum Magistrado a que chamavao *Questor*, que verdadeiramente naõ era subalterno do Presidente, pois que recebia o poder immediatamente do Povo; e por isso se servia de Scribas, e Lictores (*Cic. pro Plane. 41.*) o qual tinha a seu cargo a arrecadação do dinheiro publico, que do Erario se distribuia para as necessidades da Provincia, o que se chamava *pecunia attributa*; e do que se cobrava da Provincia, para se meter no Erario, que era a chamada *pecunia veltigalis*. Ao acabar do cargo dava as suas contas de receita, e despeza, e o que havia de remanecente se metia no Erario.

quê os Lusitanos em alguns intervallos de fraqueza haviaõ provado ; mas apenas podiaõ levantar a cabeça logo facudiaõ o jugo. Porém em fim veio o tempo, em que o Supremo Dispensador dos Imperios tinha determinado que o Romano chegassê ao ponto da sua elevação : he preciso que tudo sirva aos fins da sua Providencia: Começaõ na Lusitania a fraquear os animos, e a enfastiar-se finalmente de guerra : começaõ a nascer em Roma novos accidentes, que parecendo de si só proprios para perder o Imperio, se convertem agora em meios da sua maior extenção ; as grandes forças, que as Guerras Civis fazem juntar, se empregão, nos intervallos destas, em adquirir novos Dominios : os grandes homens, a quem os proprios talentos, nesta civil desordem, elevaõ aos lugares, que d'antes só a authoridade publica conferia, se por huma parte trabalhaõ na ruina do Systema Republicano, augmentaõ por outra o Senhoria que buscaõ para si : eleva-se depois de outros o maior, que Roma vio, e o mais proprio para avassalar homens ; chega á Lusitania, naõ se fia aqui só das suas armas vencedoras ; vê que estas naõ bastaõ contra os que tantas vezes tem como renascido das proprias cinzas ; e que he forçoso recorrer ao ataque de honras, e privilegios (a), que a sagacidade Romana tinha como de reserva, para quando fallhavaõ as armas ; aos fóros, digo, de Colonia, e Municipio, com que premeia as Povoações (b) menos rebeldes ao jugo ; fóros que os faziaõ

Causas, que influirão para o novo estado civil dos Lusitanos.

Meios, de que se serve Cezar para acabar de os fugeitar.

(a) Da liberdade com que Cezar applicava este meio attesta Dion Cass. *Hist. lib. 41. et 43* : da que usou com algumas Povoações da Lusitania, a quem aliviou de tributos, ou enriqueceo com fóros, attesta o sobrenome, que lles ficou : a Evora *Liberalitas Julia*, a Lisboa *Felicitas Julia*, a Santarém *Julium Praesidium*, a Mertola *Julia Myrtilis* ; e a Bêja, em memoria da paz, que nella foi celebrada, no anno de 671. V. C., *Pax Julia*. Deu-lhe Leis a contento dos Povos, de algumas das quaes, que nos chegáraõ á noticia, faremos menção em seu lugar.

(b) Acho alhoõ desta Memoria, e de nenhuma consequencia tratar

ziaõ quasi tocar no nome de Cidaðaõs Romanos, a que tinhaõ feito conceber no mndo tanta estimaçaõ: (a) E estes fóros, que se em Roma davaõ aos Cidaðaõs algumas preeminencias sobre os outros membros do Estado, para os Povos de diversa Constituiçaõ eraõ meros nomes, fóraõ com tudo (que tal he o poder da opiniaõ!) os que por vezes embriagáraõ a Reis poderosos até ao ponto de trocarem por elles a sua independencia; os que puzeraõ em armas a Italia inteira, e os que agora acabaõ de vencer os Lusitanos, a quem nenhuma força pudéra fugeitar. E como dos direitos, que estes fóros envolviaõ, se compoem em grande parte o estado Civil da Lusitania no decurso desta Epoca, deveremos deter hum pouco os olhos nelles.

Em que  
consistia o  
fóro, ou  
direito das  
Colonias  
Romanas.

Daõ as *Colonias* huma prova da Politica Romana, que sabia tirar sempre dos seus inventos, por mais que com o tempo mudassem de natureza, meios para o crescimento da Republica. Na infancia deste Imperio nada acháraõ os seus Fundadores mais proprio para lhe assegurar a liberdade, e estender os dominios, que mandar como os sobejos dos Cidaðaõs, que fossem reproduzir a sua Cidade pelo terreno, que hiaõ conquistando

---

a questaõ; se algumas das Povoações da Lusitania receberaõ estes fóros no tempo que mediou entre Viriato, e Sertório, e perdendo-os, os recuperáraõ no de Cezar, e seus successores, como a respeito de Evora o prova Rezende; ou se entaõ o adquiriraõ pela primeira vez?

(a) A respeito destes direitos de Cidaðaõs estabeleceraõ os Romanos huns principios desconhecidos de todas as outras Nações, como 1.º o de naõ poder hum Cidaðaõ de Roma sê-lo de outra Cidade (*Cicer. pro Balb.* 28. *pro Cecin.* 36.) o que nem se achava entre os Gregos (*Id. pro Arch.* 5. = *Add. Spanhem. Orb. Rom.* 1. 5. p. 25.) 2.º Naõ se podereim tirar a alguem por força estes direitos (*Cicer. pro Dom.* 78.) Mas estes mesmos principios fóraõ abolidos pelos Emperzadores, já dando aos Cidaðaõs Romanos o fóro dos de outras Cidades; (*Dia. Chrysost. Orat.* 41. p. 500.) já tirando-o aos que lhes parecia. Tinha Sylla dado o exemplo, (*Cicer. pro Dom.* 79. = *Salust. Fragm. Hist.* 1.) e Antonio o seguiu (*Dion. Cas. Hist.* 45. p. 282.) A respeito de Augusto, e de Claudio veja-se o mesmo Dion. p. 538. e 676.

do (a). Com esta providencia ao mesmo passo que alim-  
pavaõ a Cidade da mais vil escoria, e tiravaõ o fomen-  
to ás sedições, hiaõ refrear ao longe os Povos novamen-  
te fugeitos, ou reprimir os que o naõ estavaõ ainda,  
ou premiar com estabelecimento pacifico os Soldados ve-  
teranos; e em todo o caso propagavaõ a geraçaõ Ro-  
mana (b). Ora estes como pedaços, que se despegavaõ  
da Cidade, forçosamente haviaõ de levar consigo algu-  
ma parte dos direitos, de que nella gozavaõ: porém es-  
tes direitos só por si serviraõ depois aos Romanos para  
com huma doaçaõ de nome adquirirem Colonias novas.

Eraõ pois os moradores das Colonias no que toca ao  
Direito particular dos Cidadãos (c), iguaes a estes (d) em  
tudo o em que o ceremonial dos Romanos lhes permit-  
tia sê-lo fóra dos muros de Roma: isto he, que se ex-  
ceptuarmos o domicilio (e), e as suas dependencias,  
Tom. II. Ss quaes

Direito  
particular  
das Colo-  
nias.

(a) *Gel. Noët. Attic.* 16. 13. = *Dion. Halicarn* 7. 439. = *Appian.*  
*de bel. Civil.* 1. p. 604. = *Var. de Ling. Latin.* lib. 4.

(b) Ao estabelecimento de huma Colonia precediaõ Leis Agrarias,  
que determinavaõ a distribuiçaõ do terreno &c. (*Sigon. de antiq. Jur.*  
*Ital.* lib. 2.) humas vezes era estabelecida por Triumviros; (*T. Liv.*  
4. 11. = 8. 16.) outras por Decemviros; (*Cicer. Agrar.* 2. 35.) e ain-  
da por Quinquaviros, Septemviros, e Vinteviros. Sobre as ceremo-  
nias, e solemnidades, com que se fazia *V. Cicer. Agrar.* 2. 12. 13.  
35. = *Philip.* 2. 40. = *Appian. de bel. Civil* 3. p. 552. = *T. Liv.* 4.  
47. et 37. 57.

(c) Bem se sabe a differença que havia entre o direito particular dos  
Cidadãos, a que chamavaõ *Jus Quiritium*, e o Publico, a que chama-  
vaõ *Jus Civitatis*. Veja-se *Plin. Epist.* lib. 10. *Ep.* 4. et 32. = *Span-*  
*hem. Orb. Rom. Exercit.* 1. *Cap.* 9. = *Sigon. de antiq. Jur. Civ. Ro-*  
*man.* lib. 1. *cap.* 6. et seqq. = *de antiq. Jur. Ital.* lib. 2. *cap.* 3.

(d) Posto que sobre isto tenha havido questãõ entre os Eruditos  
em Antiguidades, passa por mais certa esta opiniaõ, que he a de  
Sigonio. (*V. Spanhem. Orb. Rom. Exerc.* 2. c. 19. p. 329.) A respeito  
do que he bem claro o lugar de *Dion* 43. p. 233.

(e) Define Sigonio (*de ant. Jur. Civ. Rom.*) o domicilio = *quod in*  
*Urbe, aut Agro Romano patuit* = Por quanto Romulo para convidar os  
Povos fugeitos, e vencidos a que viessem povoar a sua nova Cidade,  
deu o privilegio de Cidadãos só áquelles, que deixando as suas terras  
dassassem a sua habitaçaõ para Roma, na qual eraõ distribuidos pelas

Quaes eraõ os direitos das Curias, e os da Religião, tinhaõ todos os privilegios dos Cidadãos, o mesmo direito de Liberdade, de Casamentos, de Poder Patrio, de Dominio de bens, de facção de Testamento, e de Tutelas. E estes direitos, que a quem os olhava de dentro de Roma mostravaõ a face de privilegios por conservarem aos Cidadãos alguma parte da liberdade, que se tolhe- ra aos de mais membros do Estado, passáraõ com o mesmo nome a huns Povos, que se achavaõ quasi no estado da livre natureza; e cegos com hum titulo vaõ trocáraõ a antiga liberdade pelo jugo de huma multidão de Leis, das quaes muitas nem aos mesmos Romanos eraõ ajustadas por terem sido adoptadas de differente Nação; e a outras haviaõ dado causa os vícios, e abusos do Governo Republicano.

Pelo direito da liberdade de Cidadãos se concedia aos Lusitanos a exempção de escravidões que já mais haviaõ conhecido (a); e se lhes offerencia huma liberdade, que:

---

Tribus, em que elle mesmo dividio os Cidadãos, as quaes sendo de principio trez, fôraõ depois crescendo até ao número de 35.; a quatro destas chamavaõ Urbanas, e ás 31. Rusticas; assim como aquellas primeiras trez Tribus haviaõ sido subdivididas cada hum em dez Curias. A esta distribuição acreceu no tempo de Ser. Tullio a do Povo em seis Classes, e destas em 193. Centurias: a qual divisão foi governada pela ordem do Censo. A cada Curia assignou Romulo seus Sacrificios (*Sacra*); e Ser. Tullio assignou huns ás Tribus Urbanas, a que chamavaõ *Sacra Compitalia*, outros ás Rusticas (*Paganalia*). E por isso se dizia, que com a communicação do domicilio se davaõ tambem os Sacrificios (*Sacra*). Por isso tambem naõ sô estes moradores das Colonias, mas ainda os dos Municipios, posto que conseguissem o foro de Cidadãos, se dizia naõ o serem *optimi jure*, porque tinhaõ differentes Sacrificios. Este *Jus Sacrorum* comprehendia 1.º *Sacra publica*, que se faziaõ á custa do público: (*Fest. v. publica = Zozim. Hist. 4. 59.*) e eraõ taõ proprios dos Romanos, que se naõ podia introduzir o culto de Deozes novos ou estrangeiros senaõ por autoridade publica, como se fez em algumas occasiões (*Faber. Semestr. 3. 1. = Bynkersf. de relig. peregr. Dissert. 2. p. 246. seqq. = 2.º Sacra privata* ou *gentilitia*, como lhe chama Liv. 5. 52., que cada Familia honrava por uso nella estabelecido. (*Macrob. Saturn. 1. 16.*)

(a) Huma das exempções mais particulares dos Cidadãos Romanos

que sobre ser mui inferior á de que elles até então gozavaõ, começava a se perder nas mãos dos Tyrannos, que appeteciaõ o Imperio. Pelo direito dos Connubios se lhes concedia a alliança com huma Nação, que sempre aborrecêraõ (a), sem lhes favorecer a rigidez, que o pejo natural havia introduzido na sua antiga Legislação (b). Finalmente pelos outros direitos dõ Patrio (c) Poder,

Ss ii

le-

Ss ii

le-

era a do servil castigo de açoites, e da tortura (*Ascon. Pedian. in Cie. Orat. Cornel. p. 1308.*); mas esta escravidaõ não consta a houvesse entre os Lusitanos. Não havia tambem entre elles a elcravaõ de Senhor particular: não havia a que se tinha aos Credores, propria dos Romanos pela Lei das 12. Taboas, (*Gel. Noft. Att. 20. 1.*) e de que fôraõ livres pela Lei Petelia no anno de 427. (*Liv. 8. 28. = Varr. de Ling. Lat. 6. 5.*) Tambem não necessitavaõ os Lusitanos da exempçaõ das escravidaões, que pertenciaõ mais ao Direito Publico, como o de dar o voto por tabella; (*V. Hein. Append. ad Lib. 1. Antig. Rom. §. 31.*) e a do despotismo dos Reis dada particularmente pelas Leis Tribunica, e Valeria. (*Dion. Halic. Lib. 1. et 5 = Plutarc. in vit. Poplic. &c.*) e a do arbitrio dos Magistrados dada por varias outras Leis. (*Hein. loc. cit. §. 27. et seqq.*) E se por huma parte os Lusitanos tinhaõ d'antes huma liberdade superior á dos Romanos, a destes já neste tempo começava a diminuir, e cada vez foi a menos pelo despotismo dos Emperadores.

(a) Bem se sabe que este direito dos Romanos era fundado na conservação da Nobreza, e geração Romana, e na das Ordens, que se havia estabelecido na constituição do Imperio: havendo se a este fim respeito á nação, condição, gente, e sangue da mulher. (V. *Sigon. de antiq. Jur. Civ. Rom. l. 1. c. 9.*)

(b) Já na primeira Memoria vimos a effimação, que os Povos da Lusitania fazião da castidade, a qual servia do principal dote ás mulheres. As Leis Romanas posto que determinavaõ as maiores penas contra as mulheres que violavaõ a fé conjugal, concedendo aos maridos o arbitrio da pena no caso de serem suas mulheres convencidas dos dous crimes, adulterio, e embriaguez, (*Sigon. loc. cit.*) contudo permittoão as concubinas, e facilitavaõ os divorcios, e repudios. (*Heinec. Append. Antiq. Rom. §. 33. seqq.*) Sobre as ceremonias, de que usavaõ os Rom. nos Connubios, pôde ver-se *Brissin. de rit. nupt = Ant. et Franc. Holom. de veter. rit. nuptiar. = Thomaf. de uf. doct. de nupt.*

(c) Era este poder dos Pais a respeito dos Filhos tal, que lhe chamão alguns *Patriam magestatem* (Valer. Max. VII. 5. = Quintil. Declam.) Tinhaõ os Pais sobre os Filhos não só o *jus vitae et necis*,

legítimo Dominio (a), Testamentos (b), e Tutelas (c) fêlhes.

(*Dionis. Halicarn. lib. 2. = L. 11. ff. de Liber. et Posthum.*) mas o de os venderem, e por tres vezes; (*Dionis. Halic. loc. cit. Ulpian. Fragm. 10. 1.*) pois que os consideravaõ como qualquer dos bens inanimados; instituindo a respeito delles a reivindicacão, (*L. 1. §. 2. ff. de reivindic.*) e a accão de furto contra quem se havia apoderado delles, (*L. 14. §. 13. et L. 38. ff. de furt.*) e adquirindo por meio delles, (*Dionis. Halic. 8. = Arrian. Diss. = Epistet. 2. 10. = Sueton. in Tiber. 35.*) Mas he certo que os Emperadores fôraõ depois abolindo estes direitos, como veremos.

(a) Diversas disposições de Direito Civil, que formavaõ hum corpo de legislação, que ligava sô aos Cidadãos Romanos, e fazia o seu privilegiado Direito, lhes conferia pelo *jus Legitimi Domini* hum tal direito a respeito dos seus bens, pelo qual os ficavaõ possuindo com mais segurança, e livres do risco das demandas, a que eraõ expostos os que não eraõ Cidadãos. Os modos, por que os Cidadãos adquiriaõ o dominio dos seus bens, eraõ I. *Hereditas*. Nesta entravaõ por *immixtaõ* (*immixtione*) os herdeiros seus, e necessários; e os estranhos *erectio*, *aditione*, *pro haerede gestio*, *et agnatione*, modos que os Romanos inventaraõ, para que os bens não ficassem jacentes. (*V. Heinec. Antiquit. Rom. 1. 2. tit. 18. §. 10. seqq.*) II. *Mancipatio*; Sobre as cousas, em que esta se verificava, e solemnidades, que para ella se requeriaõ, pôde ver-se entre outros *Heinec. loc. cit. lib. 1. tit. 18. §. 6. 7. 9. = lib. 2. tit. 1. §. 17. et seqq.*) III. *Cessio in jure*, a qual era feita com certa formula perante o Pretor ou Presidente (*Id. lib. 2. tit. 1. §. 23.*) IV. *Sub corona emptio*; a qual se verificava na compra dos escravos (*Tit. Liv. 53. 4. = Caes. de bel. Gal. 3. 74. = Flor. Hist. 4. 2.*) V. *Usucapio*, modo introduzido pelas Leis das 12. Taboas; (*Cicer. de Offic. 1. 12.*) o qual a respeito das cousas immoveis sô se verificava nas que eraõ *mancipi*. (*Theoph. in §. 40. Inst. de rer. divis.*) O contrario era a respeito das moveis (*Ulpian. Fragm. 18. 8.*) VI. *Auctio*; que era o modo, por que as coisas se vendiaõ em hasta publica. (*Heinec. loc. cit. lib. 2. tit. 1. §. 25.*) VII. *Traditio*, que se verificava nas cousas *nec mancipi*. (*Ulpian. Frag. 19. 7.*) VIII. *Adjudicatio*, que se verificava nas trez causas *familiae eriscundae*, *de communi dividundo*, *et finibus regundis*, nas quaes a adjudicacão do Juiz he quem dava o dominio. (*Ulpian. Fragm. 29. 16.*) IX. *Lex*; pela qual entendemos todos os casos, em que qualquer Lei applicava o dominio de huma cousa a certa pessoa. (*Ulp. loc. cit. 17. L. 120. ff. de verb. signif. = L. 47. §. ult. ff. de pecul.*) X. *Donatio*, a qual posto que seja tambem hum modo de adquirir de Direito Natural, bem se sabe o que o Civil lhe accrescentava, introduzindo o rito da emancipacão, e varias formulas em certas especies de doações, não fallando nas Leis, que houve sobre ellas, ora restringindo.

lhes vendião como grandes privilegios os poderes, que as Leis Romanas tinhaõ concedido aos Pais de Familias assim a respeito das Pelloas destas, como dos bens; para que embebidos neste imperio domestico naõ sentissem, nem reparassem tanto no despotismo dos Reis, que os opprimia; privilegios, que para os Lusitanos taõ longe estava de o serem, quanto os fazião descer do estado livre, que largavaõ; que lhes appresentavaõ cousas assaz repugnantes á natureza, por cujos dictames estavaõ costumados a reger-se; homens considerados ora como brutos, ora como cousas inanimadas; já postos em venda, e compra, já em revindicação; já inhabeis para adquirir o fruto do seu trabalho; já excluidos dos bens, que o direito da descendencia lhes offerecia: outros ao contrario com huma disposição taõ illimitada sobre os mesmos bens, que

a liberdade de doar como a civica, ora mandando-as insinuar. (V. *Brum. ad Leg. Cinc. 12. et seq. = Brissou. Form. 4.*) XI. *Adrogatio*. XII. *Ex Senatus-Consulto Claudiano*; sobre os quaes se póde ver *Heinec. Antiq. Roman. lib. 3. tit. 1. seqq. tit. 11. tit. 13.*

(b) Sobre os diversos generos de testamentos: a imaginaria venda, que intervinha no que era feito *per aes et libram*, e mais solemnidades, com que este acto se acompanhava; a liberdade que os Pais tinhaõ na desherdação dos filhos, e que depois se restringio; podem ver-se os AA., que fallaõ ao Livro 2. da Instituta tit. 10. e seguintes.

(c) Do Direito precedente da facção do Testamento em parte, e em parte do poder Patrio nascia o Direito de dar Tutor (*jus Tutelarum*) o qual as mesmas Leis concediaõ aos Cidadãos Pais de familias no mesmo lugar, em que lhes davaõ o da facção de Testamento, isto he, o de dispor dos seus bens por occasião de morte, com hum arbitrio como de supremo Legislador. E era este Direito das Tutelas taõ proprio dos Cidadãos, que se hum Tutor, ou hum Pupillo deixava de ser Cidadão Romano, se extinguiu a Tutela: pois que ainda que a Tutela dos que naõ tem idade de se reger seja de Direito das Gentes (*Selden. de uxor. Haeb. II. 3. = Puffendorf. jur. Nat. 4. 4.*) com tudo havia infinitas disposições particulares dos Romanos relativas ao Poder Patrio, á Tutela Testamentaria, á das mulheres, á Legitima adoptada com pouca consideração das Leis de Sparta, onde reinava menos a ambição; e finalmente á Dativa (*Inst. lib. 1. tit. 13. et seqq.*)



que a exercitaõ ainda a respeito do tempo, em que com a falta da sua propria existencia se extinguiraõ todos os seus direitos: e em todos os actos destes direitos mil ficções illusorias da verdade sincera; e mil ceremonias relativas á supersticiosa religiaõ dos Romanos, para elles respeitaveis, para todos os outros ou indifferentes ou ridiculas. Taes eraõ os celebrados privilegios, que constituaõ o Direito Particular dos Cidadãos Romanos, concedidos tambem aos moradores das Colonias.

Direito  
Publico  
das Colo-  
nias.

Mas esta semelhança de Cidadãos, que os Colonos conservavaõ nas suas arremedadas Romas, não se estendia aos direitos, que diziaõ relaçaõ ao Estado publico, isto he, aos direitos, que influaõ no governo da Republica, quaes eraõ os do Censo, Milicia, Tributos, Suffragios, e Honras ou empregos: destes não lhes tocava mais que a parte para elles onerosa, e de proveito para o Estado: pois que não entravaõ os Colonos no Censo (a) Romano, para o fim de serem computados como Cidadãos na graduacaõ da milicia (b), e na paga dos

---

(a) O Censo não he mais que hum meio de que os Romanos se serviraõ para saber o número de pessoas, que se achavaõ aptas para a guerra, e o dinheiro, com que cada membro do Estado podia concorrer: pois ambas estas cousas eraõ indispensaveis para manter as continuas guerras, com que a orgulhosa Republica queria senhorear o mundo. E assim posto que este Censo na realidade fosse hum onus para os Cidadãos: com tudo como só elles eraõ admittidos (e tanto, que se alguns Latinos furtivamente tinhaõ entrado nelle, por Edicto eraõ mandados voltar para as suas Cidades; e ainda não bastava serem Cidadãos, mas deviaõ ser ingenuos, e não exercitar officio mecanico) consideravaõ este Censo como privilegio do seu fôro, pois que tinha relaçaõ ao lugar distinto que elles occupavaõ na tropa. Ao Censo se seguia a cerimonia do *Lustrum*: (*Cic. de Divin.* 1. 45. = *Var. de re rustic.* II. 1. = *Dionys. Halic. Antiq. Rom.* 4.) o qual no tempo de Vespasiano se abolio: mas sempre ficou em observancia o Censo (*Censorin. de die Natal.* cap. 18.)

(b) Para os Romanos convidarem os seus Cidadãos a pelear com a Patria, era preciso dar-lhes no mesmo ponto de guerra alguma honra, e distincçaõ sobre os outros (cousa que tanto pôde nos homens!) Os Cidadãos ingenuos, e recenseados nas cinco classes, eraõ

dos impostos, (a) effeitos principaes do mesmo Censo :  
mas

os que só compunhaõ aquella parte da tropa, a que chamavaõ Le-giaõ, na formaçaõ da qual havia as solemnidades, de que os Roma-nos astutamente usavaõ sempre que queriaõ fazer que huma cousa pa-recesse grande. Havia tambem premios estabelecidos ; v. g. o lugar na cohorte Pretoria, os postos de Centuriato, e Prefectura, o soldo, as prezas, e despojos, e as prendas dadas pelos Generaes como co-rõas de varias fortes, collares, bracetletes, lanças puras, jaezes pa-ra a Cavallaria &c. : e havia castigos proprios para manter a discipli-na. As tropas auxiliares (*auxilia*) eraõ compostas dos socios da Ita-lia, e do nome Latino, e depois dos das Provincias, a quem se deu este fõro ; e aos mais chamavaõ = *militēs levioris armaturae* = . O que se iaovou de Augusto por diante, se dirá em seu lugar.

(a) A outra consequencia util do Censo eraõ os *Tributos*, dos quaes havia duas especies (*Var. de Ling. Lat. 4. 16*) I. *Tributum*, que era o que a cada hum tocava dar conforme a sua Tribu era recenseada : e era de trez castas ; a saber 1.º o que se derramava *in capita*, o qual esteve em uso no tempo dos Reis, até ser abolido com a insti-tuição do Censo, que deu lugar á 2.ª especie do tributo ; que era o que se dava em consequencia do *Censo*, e segundo a fôrma d'elle (*T. Liv. 1. 43.*) . e 3.º o *extraordinario*, ou temerario. O tributo annuo depois de varias alterações foi abolido no anno 386. V. C., depois da enchente, que L. Paulo triunfante da Macedonia fez entrar no Erario (*Cic. de Offic. 2. 22*) II. *Vestigal*, que era todo o dinhei-ro, que se exigia por qualquer outro titulo, como 1.º o direito que se pagava das mercadorias, que entravaõ no porto (*portoria*) : o qual depois de varias mudanças foi renovado por Cezar, (*Suet. in Jul. 43.*) até Pertinaz, que o tirou. (*Herodian. Hist. 3. 4.*) Mas os Cidadãos Romanos eraõ exemptos naõ só das portagens, que se pagavaõ na Italia, mas das que fõra da Italia pagavaõ os Socios. 2º *as decimas* (*decumae*), que pagava todo o Cidadão, ou Socio Latino, que na Italia, ou fõra della lavrava campo publico : assim como 3.º ao que pagava quem desfrutava baldios, ou passos publicos chamavaõ *Scriptura* : porque he de saber que costumavaõ os Romanos, dos Campos, de que se apoderavaõ pelo direito da guerra, fazer locação por meio dos Censores ; a saber, dos cultivados aos Cidadãos, e dos incultos aos moradores da Italia, com obrigaçaõ de pagar  $\frac{1}{10}$  do paõ, e  $\frac{1}{5}$  dos outros frutos ; e dos passos hum certo espendio. Sobre varias con-tendas, e disposições, que houve acerca desta distribuiçaõ se pôde ver (*T. Liv. 6. 35. = 7. 16. = Appian. de bel. Civ. 1. = Suet. in Jul. 20.*) 4.º O imposto no preço do *Saf* ; e 5.º a *Vicesima*, que se pa-gava pelos Servos, que se manumittiaõ : a qual foi instituida no anno 398. (*Liv. 7. 16. = Arrian. Diss. Epist. lib. 2. c. 1. lib. 3. c. 26.*)

mas não deixavaõ de ser recenseados nas suas Povoações (a) para experimentarem o que havia pezado neste estabelecimento, dando gente para a guerra, e contribuindo com tributos. E nos outros direitos de honra, compensaõ destes onerosos, quaes os da Eleiçaõ activa (b) e passiva (c) dos cargos publicos, taõ longe estaõ de

ro-

---

E este tributo foi o que se ficou conservando, abolidos os outros, ainda em tempo da Republica: *Portorii Italiae* (diz Cicer. ad Attic. lib. 2. ep. 16.) *agro Campano diviso, vectigal nullum superesse domesticum praeter vicefamam.*

(a) O qual não se chamava propriamente Censo, mas *professio censualis*. (L. ult. C. fin. cens.) Para o que vemos Legados de Augusto em Inscripções *apud Reines.*

(b) Esta eleiçaõ activa he a que chamavaõ *jus suffragiorum*, que nacia da constituição fundamental do Imperio, em que as diversas Ordens do Estado deviaõ ser ouvidas nos casos grandes; e da fôrma, por que os Cidadãos fôraõ distribuidos em Curias, Centurias, e Tribus, (como n'outro lugar dissemos) se originou a differença dos Comicios, e o modo de votar nelles: 1.º Comicios *Curios* instituidos por Romulo, nos quaes eraõ livres aos Cidadãos os votos toda a vez que se devia promulgar Lei, ou crear Magistrado, ou determinar a guerra; (Dionis. Halic. 2. p. 87.) mas estes, passados os primeiros tempos, se aboliuaõ. 2.º Os *Centuriatos* instituidos por Serv. Tullio para prevalecerem os votos da Nobreza, (Id. 4. p. 244. seqq.) nos quaes se elegiaõ os Consules, os Tribunos militares, os Censores, os Pretores; faziaõ-se as Leis sobre a guerra, e os Juizos *perduellionis* &c. 3.º Os Comicios *Tribatos* inventados pelos Tribunos da Plebe no anno 263. aos quaes fôraõ accrescendo com o tempo as cousas da sua competencia, eleiçaõ dos Magistrados Plebêos, de todos os menores, e dos Sacerdotes, exceptuando o *Rex Sacrorum*: Leis sobre a paz, e a data do fôro de Cidadão; Juizes sobre as multas &c. Com a Lei Julia adquiriraõ este direito as Colonias. E de Augusto diz Suetonio: (§ 46.) *Excogitato genere suffragiorum, quae de Magistratibus Urbis decuriones Colonici in sua quisque Colonia ferret, et sub die Comitiorum obsegnata Romam mitterent.*

(c) Chamo eleiçaõ passiva o *jus honorum*, isto he, o direito, que sô os Cidadãos tinhaõ aos empregos publicos, ou fossem do Sacerdocio, (Dionys. Halic. 2. p. 87.) ou da magistratura. (Ibid. p. 88.) E na verdade eraõ-lhes taõ proprios, que se algum sem ser Cidadão se arrojasse a exercer, era não sô privado do emprego, mas inhabilitado para ser Cidadão. (Valer. Max. 3. 4. 5.) E ainda que estes cargos ao principio pertenciaõ á Ordem Senatoria, por diversas Leis

rodar com os Cidadãos, que para qualquer deixar de se ter por Cidadão bastava-lhe o passar para huma Colonia (a). Formava-se nesta huma Republica separada, e governada por Leis prescriptas pelos Magistrados Romanos, que a creavaõ, ou della tinhaõ a curadoria (b); consistindo toda a gloria desta Republica em ser hum arremedo de Roma assim nos Magistrados, que creava para o seu governo economico, como nas determinações, que estes faziaõ para os casos occorrentes, e que não podêraõ ser contemplados nas Leis primitivas, e fundamentaes da Colonia. Vê-se nella hum Senado composto de Decurioens, que corresponde ao Senado de Roma (c). Vê-se a Ordem do Povo, que serve como de barreira ao poder do Senado: vem-se Magistrados semelhantes no nome, e na jurisdicção aos Romanos, Duumviros (d), Edis, Questores, Censores, Augures, e Pontifices.

Tom. II.

Tt

ti-

se fôraõ communicando á Ordem do Povo. (V. *Heintz. Append. Antiq. Rom.* §§. 66. 67.)

(a) *Cicer. pro Caecin.* § 3. = *Ulpian. in Instit.* = *Liv.* 1. 34. *apud Sigon. de antiq. Jur. Ital. lib. 2. c. 3.* Isto se verificava especialmente a respeito das Colonias Latinas, cujos moradores se dizia que padeciaõ *Capitis minutionem mediam* (*Cic. loc. supr. cit.* = *Id pro Dom.* 30. *Add. Spanhem. Orb. Rom. Exerc.* 1. *cap. 8. p. 48. et seqq.*) Mas sobre o Direito do Lacio, de que estas Colonias Latinas gozavaõ, fallaremos mais largamente, quando tratarmos dos *Municipios Latinos*.

(b) Assim como para as Provincias havia Legados decretados pelo Senado, que lhes prescreviaõ as Leis (*Gel. Noët. Attic.* 16. 13.) assim nas Colonias havia, além dos que as creavaõ, huns *Curadores*. (V. *Gel., Cicer., et Liv. relat. a Sigon. de Jur. Ital. l. 2. c. 4.*)

(c) Alguma vez se achão com o nome de *Senadores*. (*Reinsf. Inscrip.* p. 132.)

(d) Estes como que correspondiaõ aos Pretores, e ainda aos Consules. Em Béja, que era Colonia, havia este cargo, como se vê de duas Inscripções, que traz *Refend. de antiq. Lust.* p. 213. e 216. Em hum Inscripção achada em Faro junto á porta do mar se faz menção do cargo de *Sextovirato*: (*Ibid.* p. 199.) e em outra achada n'hum Torre meio-arruinada da antiga *Merobriga* (hoje Sant'Iago de Caceem); (*Ibid.* p. 204.) e em outra, que se pôde ver no mesmo

Author no Tratado da *Antiguidade de Evora* cap. 7. ?

A que Povoações da Lusitania se deu ao principio o fóro de Colonia.

Diversas castas de Colonias.

tífices (a), dos quaes fazem menção alguns dos monumentos lapidares, que nos restaõ das Colonias Lusitanas, isto he, das cinco Povoações, a que se concedeo este direito que temos descripto (b): Colonias Romanas, digo; pois que além destas havia outras, a que davaõ o appellido de Latinas (c), e a outras o de Italianas (d) conforme o Direito, de que gozavaõ, cujas diffe-

57. 60.  
290.  
(a) *Cicer. Agrar. 2. 35.* Em huma Inscripção, que se pôde ver em Rezende (*Antiq. p. 214.*) se faz menção dos Pontífices, e dos Flaminios de Béja: e em outra tirada de hum Templo de Jupiter, que o mesmo Rezende transcreveo (*p. 238.*) se diz: = *Rufina Flaminica Prov. Lusitan. item Coloniae Emeritensis perpetua, et Municipii Salacienfis.* Pôdem tambem ver-se duas Inscripções, que traz Fr. Bernardo de Brito *Monarc. Lus. tom. I. f. 544.*; huma da dedicacão de hum Templo, que os de Merida levantáraõ a Augusto, e he feita em nome de hum Sacerdote de toda a Lusitania; e outra que se achára em Condexa a Velha feita em nome de huma Flaminica. De huma Flaminica de toda a Lusitania faz tambem menção huma Inscripção, que se acha no frontespicio da Igreja Matriz de Montemor o Novo.

(b) *Coloniae sunt quinque* (diz Plin. *Hist. lib. 4. c. 22.*)... *Augusta Emerita* (Merida) *Metaknensis* (Medelhim) *Pacensis* (Béja) *Norbenfis Caesariana cognomine* (Norba Cesarea); *contributa sunt in eam Castra Julia, Castra Caecilia. Quinta est Scalabis, quae praefidium Julium vocatur* (Santarém). A respeito de Merida diz Marianna (*Hist. lib. 3. c. 25.*) estas palavras: = *Emeritae militiae milites in Vettonibus, extremaque Lusitania collocati, Colonia constituta Augustae Emeritae nomine. Ejus Coloniae deducendae, constituendaeque curam Carisfo demandatam indicio est moneta altera ex parte Augusti, altera Carisii atque Emeritae, nominibus expressis. Et passim reperiuntur monetae Publ. Carisii nomine in Hispania.* Norba Cesarea era junto a Alcantara; e antes das guerras Civis de Cezar, e Pompeio fóra a segunda de toda a Lusitania na grandeza.

(c) *T. Liv. 39. 35.*

(d) Estas só excediaõ as Provincias na exempção do Censo *capitis et soli.* (*Donat. ad Suet. in August. 40. = Gothofr. ad Cod. Theod. t. 5. pag. 222. 223.*) Gozavaõ estas Colonias do Direito *Italicum* formado dos diversos concertos, e Tratados de paz, que os Romanos fizeram com os Povos da Italia, com quem tiveraõ diversas guerras: (*Gel. Noët. Attic. 10. 3. Sigon. de antiq. Jur. Ital. lib. 1. c. 8. et seqq.*); pelo qual direito aquelles Povos, posto que em alguma cousa pareçaõ de melhor condição; que os Latinos (de que logo fallaremos mais largamente) como em gozar dos direitos *nexus, mancipium, aa-*

ferentes castas se conhecerão nas diferentes especies de Municipios, que já passo a descrever.

Attendendo os Romanos a todos os meios de en- Origem  
dos Muni-  
cipios Ro-  
manos.  
grosar o seu Imperio, não só lhe ajuntão terras, para  
as quaes mandaõ Colonias; fazem aggregar a si Povoa-  
ções inteiras, humas por força, outras por alliança. (a)  
Para segurarem humas, e convidarem outras lançaõ maõ  
dos decantados privilegios; fazem a varios Povos partici-  
pantes das honras, e direitos dos Cidadãos (b): donde  
veio a esses Povos o nome de *municipes* (c): vindo af-  
sim

Tt ii

*nalis exceptionis, jure-capiendi &c.* (Henr. Noris. de Epoch. Syro-Maced. 4. p. 429.) com tudo na maior parte das cousas estavaõ de peor partido que elles: como 1.º em maior dureza de tributos (Cicer. Ver. 3. 11.) 2.º em poderem extraordinariamente ser sujeitos a Procon-  
sules Romanos: (Appian. de bel. Civil. 1. p. 374.) posto que de or-  
dinario obedecessem a Magistrados seus proprios: 3.º em não conse-  
guirem o fóro de Cidadãos pela magistratura, que exercitavaõ nas  
suas Cidades: e 4.º em não terem sacrificios alguns communs com os  
Romanos. (Sigon. loc. cit. cap. 22.)

(a) Depois da tomada de Roma pelos Gallos he que começou o  
invento dos Municipios. Ao principio, e antes da Lei Julia, e Plo-  
cia se achão estes Municipios só dentro do que era rigorosamente Ita-  
lia, quaes eraõ os Cerites que fóraõ os primeiros a que os Romanos  
concedêraõ este direito por terem guardado as cousas Sagradas (*Sacra  
Romana*) na guerra com os Gallos, os Tusculanos, os Lanuvinos,  
Arcinos, Nomentanos, Pedanos, Fundanos, Formianos, Campanos,  
Equites, Cumanos, Sueffulanos, Acerranos, Privernates, Anagninos,  
Arpinates, Trebulanos, Sabinos &c. (Quuphr. Panv. de Rep. Rom. 3.  
p. 354. Sigon. de antiq. Jur. Ital. lib. 2. c. 9.) Mas tanto que os Ro-  
manos se estendêraõ para fóra, os houveraõ em outras partes: (Plin.  
Hisor. 3. 2. et seqq.) como na Betica 8, na Hespanha Citerior 13,  
na Sardenha 2, e na nossa Lusitania 1, como diremos. Em moe-  
das dos Emperadores cunhadas em Municipios, e Colonias, que ajun-  
tou Vaillant, se encontraõ varios outros Municipios da Numidia, Hes-  
panha, Italia, Macedonia &c.

(b) Sobre a differença effencial, que ha entre os Municipios, e as  
Colonias V. L. 17. §. 10. L. 27. §. 2. ff. ad Municip. = L.  
12. L. fin. ff. de Censib. = Gel. lib. 16. c. 13. = Cicer. Agrar.  
1. c. 5. et Philip. 2. 40. = Sicul. Flac. de Condit. agror. p. 1.  
et. seq.

(c) *Municipes ex eo vocati sunt, quod munerum participes fierent.* (Co-

sem em certo sentido os Municipios a ser o avêssô das Colonias; por quanto estas sahiao da Cidade de Roma, e os Municipios recebiao em si a Cidade.

Seus Di-  
reitos.

Tinhao pois os moradores dos Municipios Romanos, além de tudo o que gozavao as Colonias Romanas, isto he, quasi tudo o que tocava ao Direito Particular dos Cidadãos (a), huma grande parte do Direito Publico. Erao incorporados em Tribus, nas quaes erao recenseados igualmente com os Cidadãos (b), e gozavao dos effeitos deste Censo assim na milicia (c), como na eleição activa, e passiva aos cargos da Republica, podendo occupallos igualmente em Roma, que no Municipio (d); e ficando com a commodidade de terem duas Patrias, a de Roma, e a municipal (e). Governavao-se estes por Leis proprias, se naõ queriao antes as Romanas (f): mas sem-

mo diz Ulp.) E por isso Plinio chama aos Municipios *Oppida Civium Romanorum*. = *Add. Gel. Noët. Attic.* 16. 13.

(a) *Sigon. de antiq. Jur. Ital. lib. 2. c. 7.* Dizemos que os Municipios tinhao quasi tudo do Direito Particular dos Cidadãos, porque assim como observamos nas Colonias, que naõ tendo o domicilio, tambem naõ participavao dos Direitos, que lhe erao annexos, ou como consequencias d'elle; assim os Municipios pela mesma rezaõ se dizia naõ terem o fóro de Cidadãos (*civitatem*) *optimo jure*; pois naõ erao ingenuos, como Cicero (*in Brut. o. 75.*) só chama aos habitantes da Cidade: e finalmente tinhao Deozes, e culto particular (*V. Fest. Verb. municipalia Sacra.*)

(b) Assim o attesta Livio fallando dos Formianos, e Fundanos.

(c) O em que principalmente se verificava a razao do nome de municipio a *muneribus*, era nos empregos militares. (*L. 13. ff. de verb. signif.*) pois que os Municipios militavao na Legião.

(d) *Cicer. pro Milon. = Id. Ep. Famil. 13. 11.*

(e) *Id. de Legib. II. 1. 2.*

(f) E por isso chamavao a essas Leis *municipaes* (*L. 3. § 4. ff. quod vi aut clam = L. 3. §. 5. ff. de Sepulcr. viol.*) Nem erao os Municipios jámais obrigados a receber as Leis Romanas, excepto se por vontade *stebant fundi*, (*Cicer. pro Balb. 20.*) que quer dizer adoptarem, ou sobscreverem as Leis Romanas: *fundus* valia o mesmo que *auctor*, ou *subscriber* (*Gel. Noët. Attic. 19. 8.*) Nem por conseguirem o direito do suffragio perdiao o seu Direito Municipal, mas sim o que chamavao *fœdus*, passando de confederados a Cidadãos (*Cicer. loc. cit. 8.*)

sempre affectavaõ a semelhança de Roma, ou fosse na promulgação dessas mesmas Leis (a), ou nas trez Ordens de Pessoas, (b) que influaõ no governo, ou nos nomes dos Magistrados (c), ou finalmente na imposição dos tributos (d), com que suppriaõ aos gastos da sua Republica.

Este o fôro dos mais privilegiados Municipios, o qual na Lusitania se concedeo só a Lisboa (e), isto he,

A quem se deu na Lusitania o fôro de Municipio Romano.

(a) Eraõ promulgadas pelo mesmo modo que em Roma. (*Cicer. de Leg.* 3. 16.) E por isso em varias Leis se falla da Republica dos Municipios, como na *L. 5. ff. de Legat.* 3. = *L. 2. L. 8. L. 14. ff. ad Municip.* = *L. 13. §. 1. ff. de public.* = *Tit. Cod. si tut. vel cur. Reip. causf.*

(b) Havia nos Municipios, á imitação do Senado de Roma, o Collegio dos Decuriões, chamados assim das Decurias, em que estavaõ descriptos (*Velfer. rer. Aug.* 5. p. 74.)

(c) A' imitação dos dous Consules havia nos Municipios Duumviros, que ás vezes affectavaõ o nome, e insignas de Consules. (*Cicer. Agrar.* 2. 34. = *pro Pison* 11. = *Plin. Histor.* 6. 43.) Em huma Inscriptção, que se acha em Rezende (*Antig. d'Evor.* c. 8.) se faz menção de hum Duumviro, que juntamente era Flamine de Roma. Havia Dictadores, (*Cicer. pro Milon.* 10.) Edis, (*Suet. de Clar. Rhet.* 6.) Questores, e Censores, que tambem se chamavaõ *Quinquennales*, (*Cicer. in Ver.* 2. 32. = *Liv.* 29. 15.) Pretores, (*Epist. Liv.* 73. = *Plin. Hist.* 17. 11.) Quatuorviros, Decemprimos &c. (*Henr. Noris. Cenotaph. Pis. Diff.* 1. 3.) No caminho militar de Lisboa para Merida junto ao lugar de Tureja em huma Igreja de Nossa Senhora, onde houve edificio antigo, ha huma Inscriptção sepulchral, em que se faz menção de dous Quatuorviros *viarum curandarum*. (*Resend. de antiq. Lus.* p. 178.) Havia finalmente Flamines. (*Cic. pro Mil.* 10.) Em huma Inscriptção sepulchral, que traz Rezende (*Antig. d'Evor.* c. 7.) se diz: = *Laberiae L. F. Gallae Flaminicae munic. Eborensis Flaminicae Provinciae Lusitanae L. Laberius Artemas* . . . . De hum edificio antiquissimo do Lugar de Bobadella fez o Bispo de Coimbra D. Jorge d'Almeida trazer huma pedra, que se conserva nas casas, que os Bispos da mesma Cidade tem em Coja, na qual se faz menção de hum Flamine da Provincia Lusitana.

(d) Chamavaõ a estes Tributos *Vestigallia publica* (*L. 17. §. 1. ff. de verb. signif.*)

(e) *Municipium Civium Romanorum Olyssipo*, *Felicitas Julia cognominatum* = diz *Plin. Hist. lib.* 4. c. 22.



Outras espécies de Municipios.

A que Povoações da Lusitania se deu o fôro de Municipio Latino.

o dos Municipios chamados *Romanos*; pois que o espirito de miudeza destes Legisladores se não contentou com huma só casta de Municipios, assim como fizera nas Colonias (a): inventou tambem Municipios Latinos, que gozavaõ só do fôro do Lacio, fôro composto da resulta de diversos Tratados celebrados com os Povos Latinos, com quem houveraõ porfiadas guerras (b); mas que depois ficou servindo de titulo de honra para grangear a sujeição de outros Povos: Na nossa Lusitania foi dado a Evora, a Mertola, e a Alcacer do Sal (c). Era a condição destes Latinos, segundo as preocupações, em que a arte dos Romanos fizera entrar as outras Gentes, affaz inferior á dos Cidadãos: sim tinhaõ o livre uso das suas proprias Leis (d); mas não gozavaõ da-

(a) Não fallamos aqui de trez espécies de Municipios, de que falla Fefito verb. *municipium*, e que se pódem ver explicadas em *Spanhem. Orb. Rom. Exercit. 1. c. 12. §. 70.*

(b) Fizeraõ os Romanos estes concertos primeiramente com os Albanos no tempo de Romulo, de Tullo Hostilio, dos Tarquinios Prisco, e Soberbo: (*Dionys. Halic. 3. p. 138. 175. 191. = Strab. 4. p. 165. = Liv. 1. 26. et §. 2.*) e no anno 260. V. C., sendo Consulles Calpurnio, e Cominio: (*Dionys. Halic. 6. p. 115.*) com os Equos, e Volscos: no anno 284. (*Id. 9. p. 616.*) com os Hernicos, e Anagninos (*T. Liv. 3. 42. et 9. 43. = Sigen. de antiq. Jur. Ital. 1. 6.*)

(c) *Oppida Veteris Latii*, Ebora, *quod item Liberalitas Julia*, et *Myritilis*, ac *Salacia* (*dis Plin. Hist. 1. 4. c. 22.*) A razão de Plinio dizer *Veteris Latii*, he porque Julio Cesar fez mudar de condição aos Latinos, dando a todos aquelles, que no calor da guerra da Italia tinhamão persistido na fidelidade, o fôro de Cidadãos pela Lei Julia do anno 663. (*Appian. de bel. Civ. 1. p. 379.*) E acabada a guerra Social no anno 665., ou 666. pela Lei Plucia se communicou o mesmo fôro a todos os Socios do nome Latino, e ainda aos Peregrinos, que se tivessem alistado em Cidades confederadas, se ao tempo da promulgação da Lei tivessem domicilio na Italia, e se dentro de 60 dias fizessem proffissão perante o Pretor (*Cic. pro Arch. 7.*) Mas ainda depois desta mercê ficou em memoria o antigo Direito do Lacio, para com elle se premiarem aquelles Povos, a quem querieã dar alguma distincção, mas que não chegasse á de Cidadãos.

(d) Ainda que os Latinos usassem regularmente das suas Leis, podiaõ com tudo voluntariamente adoptar as Romanas, e fazerem-se *fundi*, como dissemos dos Municipios: (*Cic. pro Balb. 8.*) mas nem

daquelles direitos que vimos se communicavaõ aos moradores dos Municipios, e Colonias Romanas: naõ tinhaõ nem a Liberdade (a), nem os Connubios (b) dos Cidadãos, nem os outros direitos Familiares a respeito das Pessoas (c), e dos bens (d), e muito menos os que constituiaõ o Direito Publico, a que nem os moradores das mais privilegiadas Colonias tinhaõ accessõ. Naõ entravaõ no Censo (e) Romano: naõ militavaõ no Corpo da Legião (f): eraõ nos impostos mais carregados que os Ci-

ainda neste caso adquiriaõ o Direito Particular dos Quirites ou o Publico. Por exemplo podiaõ testar segundo as determinações das Leis Romanas (que observavaõ dentro das suas Cidades) mas naõ podiaõ adquirir coisa alguma do testamento de hum Cidadão Romano.

(a) Assim naõ tinhaõ aquella prerogativa, que a Lei Porcia dava aos Cidadãos de naõ poder cahir nelles a pena de açoutes, ou de morte. (*App. de bel. Civ. p. 443. = Diodor. Sicul. in Excerpt. Peiref. p. 273.*)

(b) Naõ sò tinhaõ o Direito de se alliaem por casamento com os Romanos, mas nem ainda podiaõ contrahir promiscua, e indeterminadamente entre si mesmos (*Liv. 8. 14. = 9. 36. = Ulp. Fragm. §. 4.*) E os mesmos requisitos, e solemnidades dos esponsaes, e nupcias eraõ diversos dos Romanos. (*Gel. Noft. Attie. 4. 4.*)

(c) Naõ tinhaõ tambem os Latinos o direito chamado *gentilitatis*, que competia a cada Cidadão como Patricio, ou Plebeo. Parece naõ terem o mesmo Direito do Poder Patrio (*Inst. de Patr. potest. §. 2. T. Liv. 4. 9.*)

(d) A respeito do direito de *município*, sabe-se de o terem os Latinos Junianos. (*Ulp. Fragm. 19. 4.*) Dos antigos Latinos naõ consta. Naõ tinhaõ a facção activa de testamento, segundo o Direito Romano: (*Ulpian. 20. 14.*) nem percebiaõ coisa alguma de testamento de Cidadão. (*Id. 22. 3.*)

(e) Sò se o faziaõ furtivamente: o que com tudo lhes foi prohibido pelas Leis Claudia Papiã, e Licinia Mucia (*T. Liv. 39. 3. = 41. 12. 13. et seq. = Cicar. pro Balb. 21. 23. = de Offic. 3. 11.*) Mas he certo que tinhaõ Censo nas suas Cidades á imitação do de Roma (*T. Liv. 46. 13.*)

(f) Eraõ os Latinos obrigados a dar gente de pé, e de cavallo para a guerra no numero, que lhes era determinado pelo Senado, ou arbitrado pelos Consules: (*T. Liv. 21. 41. et 43.*); alguma vez constituiriaõ 16 elles  $\frac{2}{3}$  do exercito (*Id. 3. 22. = 21. 17. = 35. 2. = 36. 12. etc.*) Mas nunca entravaõ na Legião, e eraõ designados entre os

Cidadãos (a) : aos suffragios apenas tinhaõ hum direito precario (b) : nem podiaõ aspirar aos cargos de Roma (c) ; contentando-se com os arremedar nas suas Republicas ; e de ter alguns sacrificios, que lhes eraõ communs (d) com os Romanos.

Differen-  
tes divi-  
sões, que  
os Empe-  
radores fa-  
ziam da  
Lusitania.

E estes fôraõ os privilegios, ou antes ferretes dou-  
rados, com que ostentáraõ a sua escravidaõ algumas das  
Povoações da Lusitania no principio da Conquista dos Ro-  
manos: mas pouco tempo de experiencia foi preciso pa-  
ra gastar esta brilhante apparencia do nome Romano,  
e deixar descuberta aos olhos dos Lusitanos a feia, e  
dura condiçaõ, a que haviaõ descido. Logo no gover-  
no de Augusto a começaõ a ver; pois que nem de terri-  
torio certo, e fixo já podem gozar: faz a fina politica  
deste Emperador huma distribuizaõ das Provincias do Im-  
pe-

---

Socios pelo nome de *Socii nominis Latini* (*Vegec. lib. 2. = Polib. lib. 6. = Adde Lipf. de milit. Roman. 1. 6. p. 48.*) E até nos casti-  
gos militares se differençaõ dos Romanos, naõ sendo exemptos,  
como estes, do das varas (*Salust. de bel Jugurt. 69.*)

(a) He certo que os Latinos fôraõ exemptos de pagar tributos aos  
Estrangeiros (*T. Liv. 38. 44.*) mas pagavaõ os aos Romanos (*T. Liv. 8. 8. = Appian. de bel. Civ. 1. p. 353.*) : e se assenta por isso  
que ainda nesta parte era a sua condiçaõ peor que a dos Cidadãos.

(b) Sim fôraõ alguns Latinos admittidos aos suffragios, como dos  
Hernicos attesta *T. Liv. 25. 3.*, e *Dionys. Halic. 8. p. 540.* : mas nem  
eraõ incorporados em alguma Tribu para este fim; e se tirava por  
forte em qual dellas o haviaõ fazer (*T. Liv. ib.*) : nem eraõ chama-  
dos á Cidade regularmente, senaõ para Juizos contenciosos. Além dis-  
to o tal direito era nelles precario, como dissemos, isto he, depen-  
dente da vontade dos Magistrados Romanos, que podiaõ até mandar  
fahir da Cidade os Latinos para o naõ exercitarem (*Dionys. Halic. loc. cit. = Cicer. Brut. 6. 26.*)

(c) E ainda pela magistratura servida nas suas terras, como a Edi-  
lidade, ou a Questura, naõ conseguiaõ direito á magistratura de Ro-  
ma, mas só o fôro de Cidadão. (*Appian. de bel. Civ. 2. p. 443. = Strab. loc. cit.*)

(d) Assim como os Romanos tinhaõ sacrificios particularmente seus  
assim tinhaõ alguns, que lhes eraõ communs com os Latinos, co-  
mo os de Diana, (*T. Liv. 1. 15.*) e as Ferias Latinas (*Dionys. Ha-  
licarn. Antiq. Rom. 1. p. 250.*) : além de outros, de que se faz men-

perio (a) entre si mesmo, o Senado, e o Povo; em modo que cahindo aos outros a administração das pacificas, e desarmadas, fiquem as tropas todas á sua devoção: nesta demarcação vai sem contradicção involta a Lusitania (b):  
 Tom. II. Vv vai

ção nos Autores da Antiguidade, communs aos Romanos com algumas Cidades dos Latinos especificamente.

(a) As Provincias da repartição do Senado eraõ governadas por Proconsules; e por isso se chamavaõ *Proconsulares*; as do Povo por Pretores e se chamavaõ *Pretorias*; nas suas punha Augusto hum só Legado, que ou se chamava Presidente, ou mais vulgarmente Legado de Cezar, ou de Augusto: aos quaes Legados se dava muitas vezes o poder Consular para não terem menos auctoridade, que os Proconsules das outras Provincias. (*Dion. lib. 53. = Strab. Geogr. lib. 17. = Sueton. in Aug. 27.*) Segundo esta distribuição era a Lusitania da repartição de Augusto, governada por hum Legado Pretorio, isto he, com a autoridade de Pretor: *Baetica igitur (diz Resende) Plebi attributa, ad quam Praetor mittebatur, qui Legatum et Quaestorem haberet: reliqua in Hispania Caesaris fuere, qui duos mittebat Legatos, Praetorium, et Consularem. Ex iis Praetorius Legatum secum habebat, qui Lusitanis Baeticae adjacentibus, et ad Durium usque protensis jus diceret: Consularis quod reliquum erat Hispaniae administrabat. = O qual lugar he tirado de Strabo, que diz: = Nostra tempestate. . . Reliqua est Caesaris, et in eam mittuntur duo Legati, Praetorius, et Consularis, quorum ille cum Legato jus dicit Lusitaniae, quae attingit Baeticam, et porrigitur usque ad Durium amnem, et ejus ostia. = Como huma conjectura de serem postos em a Betica Governadores tirados da Lusitania refere Fr. Bernardo de Brito (Mon. Lus. tom. 2. l. 5. c. 13.) duas Inscripções, que elle deve a Morales feitas pelos Tarraconenses a Q. Poncio Severo natural de Braga, e a C. Carecio Fusio natural de Chaves, que tinhaõ servido os cargos publicos. Para argumento da paz, em que os Lusitanos viviaõ no tempo de Augusto, traz Fr. Bernardo de Brito (Loc. cit. f. 4) quatro inscripções: na primeira das quaes (que se conservava nas Portas d'Alfosa em Lisboa) só se distinguia o nome de hum Legado de Augusto, e Propretor, e na segunda, achada junto a Guimarens, se faz menção de outro Legado.*

(b) Como esta Historia não he topografica, não necessitamos de nos estender em miudas discussões sobre este ponto da divisião das Hespanhas, sobre que se podem ver os Geografos antigos, como *Ptolomeu*, e *Plin. l. 3. c. 3.*: e aqui bastará citar hum ou outro lugar de Resende, que collegio delles, como veremos na nota seguinte. Passáraõ muitas vezes as Provincias de huma repartição para outra: = *Provincias Achaia et Macedoniam (diz Suet. in Claud. 25.) quas Tiberius ad curam suam transfererat, Senatui reddidit.*

II, 88.

II, 112.

vai involta em outras (a), que pelo tempo adiante se fazem. (b)

Naô

(a) *Cum Hispania* (diz Refend. Epist. de aer. Hif.) *primum in Provincias duas, hoc est, Citeriorem et Ulteriorem; deinde in tres Tarracensem, Baeticam, et Lusitaniam esset divisa; tum deinceps propter magnitudinem, divisa trisariam Tarracensisi, Gallæcia facta sit quarta, Cartaginensis vero quinta, ut scribit ad Valentinianum Sex. Rufus: nec ibi finis: sed divisa quoque Lusitania, sexta numero coeperat esse Vettonia.* = Estas diversas divisões trouxeram consigo também diversidade na forma, e modo da sua administração, não persistindo a Lusitania na classe de Provincia Pretoria, que assim tínhamos notado. Vemos, de Adriano por diante, nomeadas de ordinario as Provincias Betica, Lusitania, e Galiza Consulares, assim como a Tarracense, e a Cartaginense, de Presidentes: até que por fim se alterou a forma da administração da Republica, e se introduziu o invento dos Condes, de que varias vezes se faz menção no Codigo de Justiniano. Começou isto pelo tempo de Antonino em outras partes do Imperio, e depois se communicou ás Hespanhas: = *Quod in reliquis Provinciis* (diz Marián. l. 4. c. 11.) *ab Antonini Philosophi imperio usitatum erat, ut Romani Gubernatores Comites vocarentur, idem deinceps inveltum observatumque in Hispania.* = E fallando da inovação na forma do governo no tempo de Constantino (*loc. cit. cap. 16.*) diz: = *Erant Comites, quibus in milites jus et proteſtas tribuebatur.* = A Ley 14. *Cod. de ſid. instrum.* he dada por Diocleciano *ad Severum Hispaniarum Comitem.* Ha outra no *tit. de Ser. fugit.* de Constantino dada em 332. *ad Tiberianum Comitem Hispan:* Outra do mesmo em 334. *ad Severum Comitem Hispan. (Cod. Theod. de bon. mater.)* Outra do mesmo, e para o mesmo Severo do anno 336. (*Cod. Theodof. de Navicular.*) Mas como este governo dos Condes especialmente se começou a distinguir no tempo dos Godos, á época seguinte pertence o fallar delles mais miudamente.

(b) Bem se sabe, que Constantino Mag. dividio o governo do Imperio por quatro Prefeitos do Pretorio, que dos dous, a que tocava o Occidente, o que se intitulava da Gallia tinha com ella a Britania, e a Hespanha; residia em Treveris, tinha o supremo imperio militar, e civil; appellava-se para elle as causas das Diocezes; e delle não se dava appellação. Instituiu-se hum subalterno deste nas Diocezes, a que se chamou *Vicario*, ou *Proprefeito* (*Amian. Marcel. lib. 23.*) a que eram inferiores os Presidentes Consulares, e Regedores das Provincias. Já no anno. 330. residia em Sevilha Tiberiano *Vicario das Hespanhas* (*L. 5. Cod. Theodof. de Sponsal.*) Depois do anno 370. começaram a occupar o governo das Hespanhas Proconsules, como se vê de huma Lei de Valente, e Valentiniano de 376. (*Cod. Theod. tit. de Medic.*) e de outra do mesmo Cod. no *tit. de Superind.* do anno 382. *ad Proconsules, Vicarios, omnesque Rectores.* E no mesmo

Naõ são mais constantes, que os limites do seu terreno elles mesmos mesquinhos fóros, com que os attrahirão: Começaõ logo as violentas mãos dos Emperadores a hir derribando o edificio de tantos annos, e trabalhos da Republica. Os direitos mais respeitaveis; os que constituirão o fóro de Cidadão, vão a passos largos perdendo o que tinhão de mais valor. Tudo o que aos Cidadãos dá algum influxo no governo do Estado principia a desaparecer: vai desapparecendo a pouco, e pouco o direito de julgar (a): o direito da eleição activa dos empregos publicos recebe o primeiro golpe da disfarçada politica de Cezar, que reparte o número dos Candidatos entre si, e o Povo (b), e do despotismo de Tiberio (c) a total ruina, recahindo todo no Principe, e no Senado: dos Comícios naõ resta mais que humia apparente cerimonia, que serve de véo para os olhos do vulgo (d). Dispendem os Emperadores com maõ larga os lugares já do Sacerdocio (e) já da Magistratu-

Alterações, que os Emperadores fôraõ fazendo nos direitos affirma delictos.

Vv ii

ra

anno attesta Sulpicio Severo (*lib. 2.*) que era Proconsul das Hespanhas Volvencio: mas no anno seguinte foi restituído Vicario ás Hespanhas, segundo o mesmo Sulpicio = *Haeretici... obtinent ut imperiali auctoritate Praefecto erecta cognitio Hispaniarum Vicario cederet; nam jam Proconsulem habere desierant.*

(a) Tacit. *Annal. lib. 1. §. 2. item. §. 7. et §§. 74. 75.*

(b) Isto se exceptuava só no Consulado: (*Suet. in Jul. 41.*) *Comitia cum populo partitus est: ut exceptis Consulatus Competitoribus, de caetero numero Candidatorum, pro parte dimidia quos populus vellet, pro parte altera quos ipse edidisset.*

(c) Tacit. *Ann. 1. 15. = 4. 6*: posto que Augusto neste meio tempo tivesse restituído os votos ao Povo (*Sueton. in Aug. 40.*)

(d) Taes são os de que falla Suetonio (*in Vitel. 11. Vespas. 5. Domit. 10.*) E por isto nota o Jurisconsulto Modestino, que no seu tempo (isto he no de Alexandre Severo, e de alguns dos seus immediatos successores) se achavaõ abolidas as Leis de ambitu: = *quia ad curam Principis Magistratuum creatio pertineat; non ad populi favorem. L. 1. ff. ad Leg. Jul. de ambit.*

(e) O Senado mesmo deu expressa permissão a Augusto para estabelecer os Sacerdotes que quizesse, desprezado o número antigo. (*Dion. Cass. Hist. 51. p. 457. = Suet. in Octav. 31.*) E assim se faziaõ muitas vezes ou por Senatus-consulto, ou por simples Codicillo do Prínci-

ra (a); inventaõ outros novos; gratificaõ com estes não só aos Cidadãos, mas ainda aos Estrangeiros (b) com ludibrio, e abatimento da prerogativa mais mimosa da altivez Romana. Nem ainda destes cargos daõ mais que o nome, com que revestem huma fantasma da Republica (c). Entra nos direitos da milicia a mesma peste; communicando-se aos Barbaros todo o privilegio militar dos Cidadãos (d): entra nas cousas da Religiaõ; accu-

pe ( *Lampr. in Alex. Sever. 49. = L. 43. C. Theod. de Decur. = L. 12. Cod. de dignit. = Suet. in Calig. 22.* )

(a) O mesmo succedia nos lugares da Magistratura, como de hum Consul testifica huma antiga inscripção. ( *apud Gruter. p. 300. V. Sueton. in Octav. 37.* )

(b) ( *V. Tacit. Annal. lib. 3. §. 55. = Phot. Biblioth. Cod. 94. = Reinesf. Com. ad Inscrip. p. 219. = Spanhem. Orb. Rom. 2. 20. p. 341.* ) Maiormente depois da Constituição de Caracalla começára a ter entrada franca para as honras não só os Italos, e Estrangeiros, mas os Barbaros, e Peregrinos. ( *Nazar. in Paneg. Const. = Arist. de Rom. p. 372. Spanh. loc. cit. p. 344.* )

(c) *V. Tacit. lib. 1. §. 74. 75. = lib. 3. §. 56. et 60. = lib. 13. §. 28. et 29. = Heinec. Histor. Jur. Civ lib. 1. cap. 4.* : especialmente sobre os reinados de Augusto, e Tiberio. = *Unus ex eo tempore* ( diz de Cesar Sueton. 20. ) *omnia in Rep. et ad arbitrium administravit.* = E no número 76. = *Honores nimios recepit, ut continuum Consulatum, perpetuam Dictaturam &c.* E de Augusto ( número 26. ) diz = *Magistratus atque honores et ante tempus et quosdam novi generis perpetuosque cepit.* 3. = E se se vê algum Emperador restituir a autoridade ás Ordens do Estado, ou aos Magistrados, como de Tiberio, e Caligula diz Suetonio ( *in Tiber. 30. et Calig. 16.* ) era no principio do governo para se insinuarem. ( *Ibid. 26. = in Neron. 37. in Vitel. 11. = Tacit. Annal. lib. 13. §§. 4. et 5.* )

*V. Tacit. Annal lib. 11. §§. 23. 25.*, onde refere como Claudio, a pezar dos votos contrarios dos Senadores, admittio os principaes da Gallia ao número de Senadores, e por isso habeis para obter os cargos da Republica.

(d) Augusto com o invento da milicia mercenaria remittio a obrigação militar aos Povos Italos, e Latinos; ( *Herodian. Hist. 2. 11.* ) e se começára a formar Legiões das Provincias, e até dos Povos Barbaros, especialmente depois da Constituição da Caracalla ( *Spanhem. Orb. Rom. 2. 21.* ) Suetonio fallando de Augusto n. 46. diz: = *equestrem militiam petentes etiam ex commendatione publica cuiusque Oppidi ordinabat.* )

accumulando-se ás superstições dos Romanos as de muitas Nações Idolatras (a). E até ao patrimonio dos Cidadãos extendem os despoticos Soberanos esta destruição dos antigos privilegios, inventando novos tributos (b), que sustentem o seu fausto, e os seus appetites. Nem o Direito Particular dos Cidadãos fica exempto desta invasão: vão os Emperadores coarctando o acerbo imperio já dos Pais sobre a vida, e racionalidade dos Filhos (c), já dos Senhores sobre os servos (d): Em fim fazem mudar de face a todo o Direito.

Es-

(a) Conta-se entre estas superstições dos Estrangeiros, por exemplo, *Sacra Isidis, Anubidis, Mithrae, Dei Elagabali, Taurobolia, Criobolia, Aegobolia* &c.

(b) Muitos fôraõ os tributos, que se introduziraõ no tempo dos Emperadores. De Cezar diz Suetonio (in *Jul.* 43.) *peregrinarum mercium portoria instituit*: = Por Augusto foi introduzida a *centesima rerum venalium* (Dion. *Cass.* 55.), e a *vicecima hereditatum* (Burman de *Vestigal. Pop. Rom.* 11.): e para augmentar a qual se affentta que Caracalla publicára a Lei *In Orbe Romano* (Exc. Dion. *Valesian.* p. 745.) Veja-se tambem Suetonio (in *Caligul.* 40. = in *Galb.* 12. = in *Vespas.* 16. et 23.) O *Siliquatico* pago das compras, e vendas, que se faziaõ nas feiras, foi imposto por Theodosio, e Valente. (*Cassiodor. Var.* 4. 19.) Ha mais a *quadregesima* pelas demandas ou portagem (*Quint. Declam.* 35: = *Symach.* 5. 62. 65.): a *Anjaria* (L. 1. *Cod. Hermogen. de jur. Fisc.*): O que se pagava *pro umbra platani*, de que faz menção Plin. *Hist.* 12. 1.: =, το ἀερίων ἴσθις ἡ, o que se pagava *pro coeli, aerisque usu*. (*Cujac. Observ.* 10. 7. = *Buleng. de Vestigal. Pop. Rom. e.* 17.)

(c) O *jus vitae et necis* foi rejeitado por Trajano; (L. ult. ff. *si a par. quis manum.*) e por Adriano (L. 5. ff. *ad leg. Pomp. de par.*): e particularmente de Alexandre Severo por diante. (L. 13. § fin. ff. *de re milit.* = L. 3. *Cod. de patr. pot.* = L. 2. ff. *ad Leg. Cornel. de Sicar.* = L. 11. ff. *de liber. et posth.*) O direito das trez vendas foi abolido por Diocleciano (L. 1. et 2. *Cod. de patr. qui fil. distr.* = L. 1. et 2. *Cod. Theodof. de alim. quae inop. &c*) O de adquirir por meio dos Filhos foi restricto por Cesar, por Tito, por Domiciano, por Nerva, por Trajano, por Constantino, por Graciano, por Valentiniano, e Theodosio (*Hcin. Antig. Rom.* 1. 2. tit. 19.)

(d) Podem-se ver as Leis, e disposições, que a este respeito fizeram os Emperadores Augusto, (*Lips. ad Senec. de Benef.* 3. 21.) Claudio, (*Suet. in Claud.* 25. = *Dion. Cass. Hist.* 60. p. 685. = L. 11. §§ 1. et 2. ff. *ad Leg. Cornel. de Sicar.*) Adriano, (L. 2. ff. *de his qui*



Este Direito pois assim modificado, vaõ algumas outras Povoações da Lusitania recebendo como grande mercê dos Emperadores, que as querem distinguir (a): entraõ outras na classe de Stipendiarias (b): e o resto fica na condição de Provincia, lugeito á variedade de Legislação, que essa mesma condição trazia com figo; pois que ás diversas fontes, de que em Roma dimanava o Direito, accrescia nas Provincias o arbitrio dos Governadores, que cada anno introduziaõ de novo o que a sua indiscricção, paixões, ou interesses lhes suggeriaõ (c): até que todo esse territorio recebeu de Vespasiano o fôro do Lacio (d), de Hadriano o de Colonia, e do avarento Caracalla (e) o de Cidadão, de que com o resto

*sui vel alien.*) Antonino Pio, (L. 1. § 2. = L. 2. ff. *cod. tit.* = § 2. *Inst. cod.*) e Constantino Magno (L. un. *Cod. de emend. serv.*)

(a) Além das Povoações, que receberaõ o fôro de Municipio Romano, e Latino, e o de Colonia, até ao tempo, em que escreveu Plinio, e que já assimá vimos das palavras do mesmo Plinio: se havemos de dar crédito ás moedas, achamos que Galba deu o fôro da Cidade *Lacubrigensibus*, *Deobrigensibus*, et *Talabrigensibus*. E da Inscriptção da Ponte de Alcantara (*apud Gruter. Inscript. p. 162.*) em que os Povos abaixo nomeados se intitulaõ = *municipia Prov. Lusitanae*, = conjectura Spanhemio, (*Orb. Rom. Exerc. 1. c. 18.*) que Trajano o dera = *Igeditanis*, *Lancienfisibus*, *Taloribus*, *Interamnienfisibus*, *Colarnis*, *Lancienfisibus*, *Transcudanis*, *Atavis*, *Medubricenfisibus*, *Arabrigensibus*, *Banienfisibus*, *Paesurisibus*. = Diz se que Vespasiano deu o fôro de Municipio Romano a *Corrêa*, e *Alcacer do Sal*.

(b) Plin. no lugar cit. depois de nomear as Colonias, e Municipios da Lusitania com as palavras assimá referidas, acrescenta: = *Stipendiariorum, quos nominare non pigeat, praeter jam dictos in Baeticae cognominibus, Augustubrigenses, Ammienfes, Aranditani, Azabrigenses, Balenses, Caesarobrigenses, Caperenses, Caurenfes, Colarni, Cilibitani, Concordienfes qui et Boccori, Interausenfes, Lancienfes, Merobrigenses, qui Celtici cognominantur, Medubricenses, qui Plumbarii, et Tapyri.*

(c) Já em seu lugar fallámos desta autoridade dos Presidentes das Provincias, a qual supposto se tirasse do tempo de Adriano por diante, no qual foi publicado o Edicto Perpetuo, sempre restavaõ as outras fontes da variação do Direito.

(d) (*Vespasianus*) *pacandi studio Hispaniam universam Latii jure donavit*: = diz Mariana *Hist. lib. 4. c. 4.*

(e) Pela Lei: *In Orbe Romano 17. ff. de Stat. homin.*; cujo mo-

to do Imperio ficou gozando a nossa Lusitania, como attestaõ alguns monumentos (a) Lapidares. Para decisaõ das dúvidas, que se levantassem entre os particulares sobre estes mesmos direitos, haõ de hir buscar os Juizes Romanos a alguns dos quatro lugares, em que lhes fõraõ estabelecidos os Tribunaes de justiça. (b)

Conventos  
Juridicos,  
e em que  
terras da  
Lusitania  
se estabe-  
lecêraõ.

Nes-

tivo, que já n'outra parte apontámos, faz com que aqui demos a Caccalla o epiteto de *avarento*.

(a) São innumeraveis as Inscriptções, com que se faz mençaõ dos Lusitanos como parte do corpo privilegiado das tropas Romanas, além de outras, que se hiraõ citando pelo discurso desta Memoria, em que se encontraõ outras provas de quanto se estendeo na Lusitania o fóro da Cidade. No Tratado da Antiguidade d'Evora traz Refende (c. 7. e 8.) trez inscripções: huma, em que ha estas palavras. = *L. Vaconio... Praefecto Cohortis primae Lusitanæ, et Cohortis primae Vettonum*: outra, em que se lêem estas: = *C. Antonio Sexto viro paucorum hastatarum Legionis secundae Augustalium*: e outra, que diz: = *Q. Caecilio Volufano Praefecto Cohortis primae civium Romanorum... Eborense Civi Optimo &c.* Escreve Tacito no 3.<sup>o</sup> Livro, que com Vitellio militáraõ Cohortes dos Lusitanos; ibi: = *Praemissis Gallorum, Lusitanorum, Britanorumque Cohortibus* Da Setima Cohorte dos Lusitanos faz mençaõ Alciato nas not. a Tacito *lib. 6.* Com este mesmo privilegio militavaõ os Lusitanos nas Tropas Romanas pelo tempo de Nerva contra os Suevos, que entaõ invadiraõ o Imperio: Vê-se em confirmação disto huma Inscriptçaõ achada nas ruínas de huma antiga povoação entre Dertona, e Genova (*apud Ref. antiq. l. 3. p. 167.*) que diz: = *Q. Attio... Maecenati Prisco, aedili Duumviro V. Flaminii Augustali, Pontifici, Praefecto Fabrum, Praefecto Cohortis primae Hispanorum, et Cohortis 1. Montanorum, et Cohortis 1. Lusitanorum, Tribunum militum Legionis 1. Adjutricis.* = Da 3. Cohorte dos Lusitanos falla tambem huma Inscriptçaõ achada em Como na Italia, e transcrita por A. de Refende; e outra que está em huma Ermida em Freixo de Numaõ, e se pôde ver na *Monarc. Lusit. tom. 2. f. 48. v.*: e no mesmo Livro a f. 2. v. e a f. 4. se pôdem ver outras duas, que fazem mençaõ da Legião Fretense, e dos Lugares, para que ella dava guarnição. Tambem da Inscriptçaõ que se poz na Ponte do Tamega, no tempo de Vespasiano (que se pôde ler no mesmo livro f. 50.) se vê como havia gente de presidio em Lugares fortes. Ainda ao mesmo respeito se pôdem ver duas Inscriptções que traz o mesmo livro a f. 59. v., e outra no tom. 1. f. 519., que se achou junto a Idanha a Velha, em que se faz mençaõ dos Lusitanos: = *Cohortis fortissima, Cohortis Maidebrigenfis, Laconimburgenfis, Talabricensis, Arminienfis.*

..(b) Já vimos na breve descripção, que fizemos do Direito das Pro-

II, 99.

(Bento II, 79) Res I  
- 80 -

II, 204

III, 64. E. H. de

II, 35. II, 175

III, 66.

I, 550

O que  
compõem  
o Código  
da Legis-  
lação Lu-  
sitana nes-  
sa Época.

Neste estado de sujeição Civil debalde buscariamos legislação propria dos Lusitanos, ou formada por elles mesmos, ou emanada de Roma. As obras publicas de alguns Emperadores, estradas de prodigiosa despeza, e trabalho (a) pontes, e outros edificios

vincias, que havia em cada huma certa Povoação, ou Povoações, em que se fazia o Convento Juridico, ou Tribunal, a que recorrião os Litigantes para haverem a decisão das suas demandas. A respeito da Lusitania diz Plinio (lib. 4. c. 22.) *Universa Provincia dividitur in Conventus tres, Emeritensem, Pacensem, et Scalabitanum.* = A's quaes palavras accrescenta Resende (pro S. Martyr. Vicent. &c.) *Lusitania una fuit Provincia tribus distincta Conventibus. Divisa postea est propter magnitudinem: et Conventus duo, hoc est, Pacensis et Scalabitanus nomen retinuerunt Lusitaniae. Unus Emeritensis, amisso Lusitaniae nomine, Vettoniae nomen a Gente sortitus est. Testatur hoc Cippus Emeritae in domo Petri Messiae: e ajunta logo a Inscripção: e para segunda confirmação, humas palavras de Prudencio na Vida de Santa Eulalia; e ultimamente diz: = *Hinc etiam Vettones jam separati a Lusitanis, tamen et ipsi prius inter Lusitanos censerentur.* E depois traz outra Inscripção, que diz conservava em sua casa, na qual se faz menção de hum Prefeito da primeira Cohorte dos Lusitanos, e da primeira Cohorte dos Vettonos. Bêja tinha por districto os que habitavaõ as margens do Têjo, e tudo o que vai dahi para o meio dia: Santarém os d'entre Têjo, e Douro. Braga pertencia á Provincia de Galiza. Quanto aos Juizes que tomavaõ o conhecimento; além dos maiores, que já temos referido, instituiu Augusto os *Dicenarios*, como diz Suetonio (in Aug. 34.) Havia-os na Lusitania; pois na Carta que S. Cypriano escreve á Igreja de Hespanha, e particularmente ao Povo de Merida, que o tinha consultado sobre a deposição dos Bispos Bazilides, e Marcial, fazendo enumeração dos crimes de Marcial, conforme a Relação, que de Hespanha se lhe escrevêra, diz: = *Aliis etiam publice habitis apud procuratorem ducentarium obtinuisse se idololatriae, et Christum negasse contestatus sit* =.*

(a) De sette estradas militares se achão vestigios na Lusitania, e huma na Vettonia, das quaes se tem achado varios letreiros como de balizas ou marcos, que notavaõ a distancia, que havia daquelle lugar á Cidade principal, para que a estrada encaminhava; e o nome do Emperador que então governava; de que aqui apontaremos alguns ( ainda sem fallar no que a este respeito traz Resende no liv. 3. das suas *Antiquidades* p. 176. e seguintes em 8.º ). De Trajano ha huma destas pedras em Codeçofo, que diz ser posta 42. milhas da dita Villa: outra em S. Thomé de Caldeas termo de Guimaraes hindo caminho de Braga: outra em Varzeas, que nota ser 26. milhas de Braga: outra via-

cios (a): e as Inscriptções, em que os subditos eterni-  
zaõ ou o seu sincero reconhecimento, ou a sua adula-  
ção servil (b); monumentos mais da nossa fugeição, que  
Tom. II. Xx da

do de Lobios para a Portella de homem, onde chamaõ Banhos, que  
nota ser 28. milhas de Braga: outra na estrada militar de Lisboa pa-  
ra Merida, da qual consta que Trajano a reedificou: as quaes todas  
se pôdem ver na Monarchia Lusitana tom. 2. liv. 5. e. 11. Do tem-  
po de Hadriano ha hum a 2. milhas de Chaves, que nota ter sido  
aquelle caminho renovado pelo dito Emperador: outra em Villa No-  
va de Famalição, que nota serem dahi 8. milhas a Braga: outra que  
está na dita Cidade, que devia ser ahi trazida do caminho militar,  
que chamaõ a Geira, que nota estar de Braga 23. milhas: outra en-  
tre Evora, e Béja (a qual tambem traz Rezende no liv. 3.) E to-  
das estas se pôdem ver no lugar citado da *Mon. Lus. cap. 13.*  
Do tempo de Antonino resta hum do caminho que vinha de Galliza  
para Braga, e que se allega no mesmo lugar. Ha hum de Maximia-  
no (*Refend. p. 178.*); e em humas columnas achadas no caminho que  
hia de Santarém por cima de Almeirim, ha hum de Trajano, duas  
de Tacito, e duas de Maximino.

(a) Fallamos das pontes celebres, e de outros edificios na net. se-  
guinte, e em outras.

(b) *Caesaribus etiam plerisque* (diz o nosso Refende) *Statuas erexere.* Com effeito são infinitas as Inscriptções, que se tem descuberto  
de dedicações aos Emperadores, ou de estatuas, ou em memoria de  
obras publicas feitas em seu tempo. Em Gratero p. 199. se acha a  
Inscriptção seguinte:

*Imper. Caej. Aug.*

*Pont. Max. Trib. pot. 21. Cos. 13.*

*Pat. Patr.*

*Term. Aug. inter Lanc. Opp. et Igædit.*

Na antiga Arucitania (hoje Moura) houve hum estatua levantada a  
Agrippina Mãe de Nero, de que resta a Inscriptção da baze, que traz  
202 Refende nas Antiguidades. E mais antigas que esta são duas, hum a  
11) a Julio Cesar, de que se vê a Inscriptção no Com. de Diogo Mend.  
a Rezende: E outra do tempo do Emp. Claudio, que se achou em  
Magazella, cuja Inscriptção traz Fr. Bern. de Brit. tom. 2. f. 20. A  
Trajano se acha hum Inscriptção dedicatoria na ponte de Chaves,  
como acabada no seu tempo: e outra, hum legão da mesma Villa,  
posta pelos seus moradores (*Mon. Lus. tom. 2. l. 5. c. 11.*) Do tem-  
po de Hadriano ha hum Inscriptção em Lisboa, que estava no canto  
de hum parede abaixo da Igreja de S. Martinho, que trata da dedi-

da nossa Legislação, são quasi toda a materia do Código Lusitano nesta Epoca obscura. (a) Da parte de Roma rara he tambem a disposição, que se vê dirigida á Lusitania: (b) não o consente o estado do Governo: encerrados no Gabinete do Principe, desde que a Rep. se foi trocando em Monarchia, os despachos das Provincias,

tu-

cação de hum estatuz á Imperatriz Sabina mulher do sobredito Emperador, e se póde ver no mesmo lugar cit. c. 13. Ha outra Inscripção dedicatoria, que se achou na praça de Béja (*Refend. p. 216.*), e outra na estrada de Lisboa para Merida nas ruinas de hum lugar na Quinta do Pinheiro. (*Ib. p. 176.*) Em hum Igreja de Nossa Senhora junto a Collares se vê hum Letreiro de dedicação ao Sol, e á Lua pela perpetuidade do Emp. Severo (*Mon. Lus. tom. 2. l. 5. c. 15.*) Entre Evora, e Alcacér, em hum monte junto ao rio Mourinho, ha outro dedicado a Antonino filho de Severo (*Refend. l. c. p. 177.*) outro a Bassiano achado em hum columna perto de Barbacena (*Ib. p. 179.*) outro a Eliogabalo. (*Nb. p. 180.*) Do tempo de Maximino ha memorias, e indícios de obras publicas em Braga: e ha hum Inscripção, de que faz menção Morales; e Refende de outra junto de hum venda chamada as Meistas; e de outra ao Filho do dito Emperador achada junto a Alpiarca: e todas trez se podem ver tambem na *Mon. Lus. lug. cit. cap. 16.* Ao Emperador Filippe havia hum letreiro de dedicação em Lisboa na parede de hum baluarte junto ao chafariz d'ElRei: a Valeriano outro, escripto pelos Moradores de Ossonoba, que se conserva em Faro. (*Ref. lib. 4.*) Em hum marco, que dividia o termo de Béja do de Evora, na estrada publica, junto a Oriola, está hum Inscripção mandada abrir pelos moradores de huma, e outra Cidade aos Empp. Diocleciano, e Maximino = *Curante P. Daciano Viro Patricio, Praefide Hispaniarum* (*Ib. p. 183.*) Do Emperador Constante Cloro ha moedas, cuja letra mostra os beneficios que elle fez á Hespanha, especialmente a Braga: assim o attesta Vazeu; e D. Thomaz da Encarnação diz ter visto huma no Cartorio de Santa Cruz.

(a) *Ab Augusto* (diz Refende) *usque ad Gothos nihil quod magnopere ad Lusitanos pertinet... nisi Lusitaniam in Romanorum acquisivisse dominatam, eorumque legibus domitam peruisse.*

(b) Acha-se, por exemplo, que Cezar depois de ter pacificado esta Provincia determinára, que parte das usuras, que ella pagava, se fosse abatendo no capital (*Dion. lib. 37. = Sueton. in Jul. 42. = Adde Marjan. Hist. lib. 3. cap. 17.*): que Domiciano em beneficio das cearas p prohibio por hum Edicto plantar vinhas de novo: o qual foi abrogado por Probo (*Sueton. in Domit. 7.*)

tudo ficava secreto; e apenas transpirava o que a indifferença, ou ativez dos Tyrannos não sabia esconder, ou o que os Historiadores conjecturava. (a) E dentro nas mesmas Provincias, em que se podia dar fé do que ali passava, lhes negava a barbaridade Escritores, que entregassem essas memorias aos monumentos mais duraveis que o bronze. (b)

O que não pôde deixar de reflectir na fortuna dos Lusitanos he a boa ou má indole dos Imperadores: com os liberaes, e benéficos, como com Augusto (c), Vespasiano (d), Trajano (e), e Constantino (f) são affortuna-

O que  
concorreu  
para for-  
mar os  
costumes,  
e genio  
dos Lusit-  
anos nesta  
Epoca-

Xx ii

na-

(a) He queixa de varios Historiadores antigos.

(b) Ainda das Inscripções, que nos ficaram daquelles tempos muitas fez perder a ignorancia. No tempo dos Godos, dos Mouros &c. não se sabendo apreciar essas antiguidades, as destruíram. Das pedras, em que havia Inscripções, se serviam para a construcção de edificios como de pedras brutas, de que já se queixou Refende: na muralha de Mertola vi eu embutidas no grosso da parede, além de outras pedras polidas, só de pedras Sepulchraes Romanas sette quasi juntas, em huma das quaes, por se ter esbroado parte da parede, que a cobria, se lê huma Inscripção sepulchral posta por hum Sertorio a sua Mãe.

(c) Já temos citado alguns monumentos que prova os beneficios, que de Augusto recebeu esta Provincia. Delles dá tambem prova o sobrenome, que se vê em algumas Cidades, como *Emerita Augusta*, *Bracara Augusta*, *Pax Augusta*. Tambem com Othon lhes não foi mal. Tendo sido este mandado por Nero para Governador da Lusitania, occupou este lugar dez annos com singular moderação (*Sueton. in Othon. 3.*) Daqui lhe veio a affeição aos Lusitanos, que bem mostrou depois que subiu ao throno, já confirmando-lhes os antigos privilegios, já concedendo-lhos novos: fazendo *flourcer* as artes, adornando o paiz com nobres edificios, particularmente a Merida.

(d) Além do que já dissemos que este Imperador concedeo a respeito dos fóras Romanos, e Latinos, ornou, e levou muito adiante a estrada militar, que hia de Braga para Orense, como mostra huma pedra cuja Inscripção se pôde ver no *tom. 2. da Mem. Lus. f. 42.* Favoreceu particularmente a Chaves; e se fez em seu tempo a ponte sobre o Tamega, como mostra a Inscripção que nella se abriu, e se pôde ver no lugar citado. Em seu tempo fez Deciano de Merida *flourcer* a Poezia na Lusitania. Delle tomou o nome Chaves, chamando-se *Aquae Flaviae*. Tambem a *Hadriano* são os Lusitanos obriga-

nados ; dos outros são vexados , ou ao menos desconhecidos. O que também não pôde deixar de se distinguir he hirem os Lusitanos pouco a pouco tornando-se Romanos (a) ; costumes , gosto , usos , genio , tudo se vai amoldando aos dos Conquistadores. Mas em que tempo se lhes appresenta este modelo ? que carácter pôde resultar da mistura de guerreiros incultos com Romanos degenerados ? Passão os Lusitanos sem meio de conquistar a servir ; de força haõ de tratar os subalternos como tratavaõ os vencidos : as virtudes militares não lhes servem para a paz ; a braveza da guerra , he na paz desabrid-

dos : delle he obra a famosa ponte sobre o Têjo em *Alcantara*. Quiz elle ter sempre nas suas Tropas hum corpo de Lusitanos , que nellas se distinguiraõ em todo o tempo : elle foi quem cedeo aos rogos de L. Voconio Paulo natural de Evora , para se dar por satisfeito com a expugnação de Lamego ( *Laconimurgum* ) em castigo de huma rebelliação dos seus moradores , sem passar a outro procedimento ; ao qual facto se refere huma Inscripção que traz Resende ( *Antiq. p. 274.* )

(c) Deu este Emp. o adiantamento de fóros , que já vimos ; adiantou as estradas militares ; aliviou os Povos dos peçados tributos , com que seus antecessores os haviaõ carregado , como consta de huma Inscripção , que estava no caminho da prata perto de Merida , referida por Baronio , e que se pôde tambem ver na *Mon. Lusit. tom. 2. f. 114.* Achaõ-se deste Emperador muitas moedas.

(f) Fez este Emperador tal apreço dos Lusitanos , que lhes aliviou os tributos , que seus predecessores lhes haviaõ imposto ; confirmou-lhes os antigos privilegios , e lhes concedeo outros de novo : encarregou-lhes a guarda , e defensão das Terras mais expostas do Imperio ; e conservou sempre dous Corpos de Lusitanos , hum na Arabia , outro no Egypto , para conter na obediencia a estas duas Provincias. E os Lusitanos em final de reconhecimento lhe fizeraõ diversas honras , e cunháraõ medalhas do seu nome. Para deferir a huma propozta , que os Lusitanos lhe fizeraõ a respeito da desordem que havia no immenso número de Constituições , muitas das quaes se allegavaõ nos Juizos sem dia , nem Consul , promulgou no anno de 322. a célebre Lei 1. *Cod. Theod. de Constit.* ; que noCodigo Justinian. he a L. 4. de *divers. Rescript.*

(a) *Abiere tandem* ( diz Resend. *Antiq. Lusit. 3.* ) *in Romanorum mores Lusitani , et Civitatem , linguamque Latinam , sicut et Turdetani acceperunt .* = Desses o attesta *Strab. lib. 3* : para prova disso basta ver as Inscripções , que nos restaõ , todas no gosto Romano.

brimento ; a constancia he dureza ; faltando-lhes a occupação das armas que os fazia olhar para o commercio , e para as artes como cousas vãs , se achão n'hum ociosidade damnosa , e n'hum desagradavel grosseria. E ainda as pessoas dadas á cultura das terras , opprimidas cada vez mais com os tributos , que o Imperio augmenta á proporção do seu enfraquecimento , e do seu luxo , abandonão essas terras muitas vezes. (a) Os vencedores , a cujos costumes tem que ageitar os seus , já tem perdido o antigo vigor , e polidez ; são molles sem doura , grosseiros sem sinceridade , já não são os honrados Romanos , que fazião da gloria da Patria o seu maior interesse ; são huns servos fracos , a quem a dependencia inteira de hum só homem tem convertido em baixos aduladores. (b) Bebem os Lusitanos este espirito : não ha genero de obsequio que não fação para merecer as graças do tyranno , que os domina (c) : até nos actos de Religião se introduz a lizonja vil : accrescentão á antiga idolatria nova idolatria ainda mais irracional : davaõ d'antes culto a Divindades ao menos suppostas (d) ; agora

o daõ

Religião  
dos Lusita-  
nos nesta  
Epoca.

(a) Tacit. Annal. lib. 6. §. 40.

(b) Tacit. Annal. lib. 3. §. 65. *ibi* = *caeterum tempore illo &c.*

(c) *Quin siqua mira res suboriretur* ( diz Relend. no lug. cit. ) *quae aut animum posceret , aut oculos , ad illos protinus mittebant , ut Tiberio Tritonem scribit Plin. lib. 9. c. 5. =* Fôraõ os moradores de Lisboa , os quaes para isto lhe mandãõ de proposito seus Legados.

(d) Bastantes rastros se achão de Templos de Gentilidade na Lusitania , huns fundados antes da entrada dos Romanos , outros no seu tempo. E não fallando já de hum Templo que dizem haver no Cabe de S. Vicente , ao qual por isso deraõ o nome de *Promontorio Sacro* ; pois que Strabo , com quem Fr. Bernardo de Brito o quer autorizar , antes o nega ( l. 3. ) notando de mentirolõ neste ponto hum certo Eforo : pôde ver-se na Mon. Lus. tom. 2. f. 60. huma Inscricção copiada de certa estatua de bronze dedicada pelos moradores de Arouca a Hercules seu Patrono. Mas ainda se achão vestigios de Templos dedicados a outros Deozes do Paganismo. Na serra de Cintra , antigamente chamada *mons Lunae* , houve hum Templo dedicado ao Sol , e a Lua , como se colhe de varias Inscricções , que se pôdem ver nas Antiquidades de Resende pag. 53. E na pag. 233. se



o daõ a homens, com quem estaõ vivendo (a), e de que

leem outras Inscriptções a Proserpina, que se julga ter tido Templo onde hoje está a Igreja de Sant Iago junto a Villa Viçosa. E na pag. 234. e seguintes se transcrevem mais oito, que o Duque D. Theodosio fizera tirar de hum antigo Templo, junto a Terena para o frontespicio do Convento de Santo Agostinho de Villa Viçola; e huma para o Castello do Alandroal, todas dedicadas ao Deos Endovellico, do qual houve hum Templo levantado por Maherbal Capitaõ Cartaginez sobre o que se pôde ver o que differta La Clede Hist. de Port. l. 1. Houve tambem hum Templo dedicado a Jupiter junto ao Enxarrama duas milhas distante da Villa de Torraõ, em cujo lugar se dedicou aos Santos Justo, e Pastor huma Igreja no an. de Christo 682.: e hoje ha huma Ermida dedicada a S. Joaõ, onde restaõ do antigo Templo trez Inscriptções que se pôdem tambem ver em Resfende p. 238., e 239. = Seguem-se neste mesmo lugar de Rezende outras duas de hum Templo dedicado á Fortuna, onde hoje está huma Igreja de Santa Margarida no termo de Terena junto ao Sadaõ. Em Lisboa na Igreja de S. Mamede se achou huma pedra que faz mençaõ de Templo da Deosã Concordia: e outra faz mençaõ do culto, que na mesma Cidade davaõ a Thetis: e outra finalmente prova que em Braga se venerava Isis. \*

(a) Tinha esta prevaricaçaõ começado entre os Gregos, e delles passou aos Romanos. De Cesar diz Suetonio (in Jul. 76.): *ampliora humano fastigio decerni sibi passus est... templa, aras, simulacra juxta Deos, pulvinar, Flaminem, Lupercos &c.* E de Augusto diz (n. 59) *Provinciarum pleraque super Templa et aras ludos... constituerunt.* = E Tacito (Annal. l. 1. §. 78.) *Templum, ut in Colonia Tarraconensistrueretur Augusto, petentibus Hispanis, permissum, datumque in omnes Provincias exemplum.* Os moradores de Lisboa, e Santarém levantáraõ hum Templo a Augusto, e por sua morte lhe fizeraõ hecatombas, e jogos de gladiadores: prova-se de huma pedra, que para o valle de Offela se trouxe das ruinas de huma antiga Povoação de hum sitio alto sobre o rio de Cambra; e della consta como os Moradores dos Lugares de Vouga, Offela, Feira, Porto, e Agueda concorréraõ para os jogos; pôde-se ver a Inscriptçaõ na Mon. Lus. tom. 2. f. 2. v. Ao mesmo argumento servem outras Inscriptções, que se pôdem ver no mesmo livro f. 544.: huma em nome de certo Sacerdote de toda a Lusitania: sobre a dedicaçaõ de hum Templo, que os de Merida levantáraõ a Augusto: outra dos de Lisboa, que se achava na Igreja de Sant-Iago da mesma Cidade: outra em nome de outro Sacerdote de Augusto, que se achou em Condeixa a Velha. Da instancia, que estes Povos fizeraõ para levantar hum Templo a Tiberio attesta Tacito (lib. 4. §. 37.) No tempo de Caligula houve a dedicaçaõ de hum altar a Isis Augusto pelo Senado de Braga, como mostra huma

que nem a imaginação pôde formar Deozes. Assim he que começando a dilatar-se a prégação do Evangelho, vem essa grande luz amanhecer também a estes habitadores da sombria região da morte (a); e lá se vão levantando do meio das trevas do Gentilismo adoradores do Deos verdadeiro (b), que provaõ logo a sua fé em crueis perseguições, e que regando com o seu sangue este terreno o fazem fertil de Santos. (c) Mas ainda

Inscripção, que se pôde ver em La Clede tom- 1. em 8. p. 168.

(a) *Populus, qui ambulabat in tenebris, vidit lucem magnam: habitantibus in regione umbræ mortis lux orta est eis. Is. 9. v. 2. = Matth. 4. 16.*

(b) Ainda não fallando nos Discipulos dos Apóstolos, de que a tradição das nossas Igrejas quer deduzir o seu principio, por não terem fundamentos dignos de fé; he certo que antes do fim do 2.<sup>o</sup> Seculo havia na Hespanha Igrejas puras na Fé, como se vê de Santo Irineo (*Lib. 1. adv. haeres. c. 3.*) e que não muito tempo depois, isto he, nos principios do Seculo 3.<sup>o</sup> se tinhaõ já estendido por toda ella, como consta de Tertuliano (*advers. Judæos c. 7.*) Pelo meio deste mesmo Seculo se achão expressamente Igrejas da Lusitania, como se vê de huma Carta de S. Cypriano, que logo allegaremos. Desde os principios do Seculo 4.<sup>o</sup> se vê o estabelecimento de muitas Igrejas: além do testemunho de Santo Athanasio, que na exposição de Fé, que compoz á instancia do Emperador Joviano diz, que as Igrejas da Hespanha se conservavaõ naquella san doutrina, vem-se em Concilios os Bispos da Lusitania tratando com zelo a causa da Religião ou seja na Fé, ou na Disciplina. Vem-se por exemplo os seus nomes no Concilio de Elvira, no Concilio de Arles de 304.; no célebre Concilio de Sardica de 347., e nos que pelo fim deste Seculo, e principios do seguinte se convocáraõ contra o Priscilianismo: que allegaremos n'outra nota.

(c) Havendo, como dissemos, Igrejas estabelecidas neste Paiz desde os fins do segundo Seculo, e havendo desde este tempo até aos principios do 4.<sup>o</sup> varias perseguições, que se estendiaõ por todas as Províncias do Imperio, a que chegára a Fé Catholica, he bem provavel que houvessem Martyres na Lusitania, e que muita parte do que a Tradição e os Martyrologios fundados nella conservaõ, seja verdadeiro; se bem que por falta dos monumentos certos lhes não podemos dar inteira fé. Mas da perseguição de Diocleciano, pelo tempo da qual era Presidente da Hespanha Daciano, ha monumentos incontestaveis de muitos Martyres da Lusitania; como de Santa Engracia com mais 18. Martyres, cujos nomes expressa Prudencio em huan-

da nesta pequena feara não deixa o homem inimigo de sobrefemear a má zizania (a): não só se introduzem entre este fraco rebanho muitos Judeos (b) acossados de outras partes; mas dos mesmos Fieis huns fraqueaõ á perseguiçaõ (c); outros se deixaõ enganar de mestres de perversidade, que d'entre elles mesmos se levantaõ. (d) Lavraõ infelizmente por este Paiz os extravagantes, e impuros erros dos Priscilianistas (e), e se vê com lastima, que  
mui-

Hymno, que refere Ruinart (*Añ. Mart.*) dos Santos Vicente, Christeta, e Sabina, que padecêraõ em Avila, e prova Rezende serem de Evora, e de que falla o mesmo Ruinart (pag. 323. da edição de Verona): de Santa Eulalia de Merida, a que Prudencio compoz hum Hymno. *Fortunat. lib. 8. carm. 4. = Gregor. Tur. lib. 1. de glor. Martyr. c. 91. &c.*

(a) *Matth. cap. 13. v. 25. et seqq.*

(b) Além dos Judeos, que aqui residiaõ no tempo da destruiçaõ de Jerusalém por Nabucdonosor; quando o Emperador Claudio por hum Edicto do 9.º anno do seu reinado (49. de J. C.) os mandou sahir de Roma, entre outros retiros, buscáraõ tambem a Hespanha. Na ultima ruina que Jerusalém recebeu das maõs de Tito, vieraõ mais, que segundo referem os livros dos Judeos, habitáraõ Merida. E depois o Emperador Hadriano degradou alguns mesmo nomeadamente para Hespanha.

(c) Bem se sabe, que no tempo das perseguições houveraõ Christaõs, que por fraqueza pediaõ como cartas de seguro aos Tyrannos para não serem inquietados pela causa da Religiaõ; e em alguns havia circumstancias que os faziaõ criminosos por alguma condescendencia com os idolatras. Aos que impetravaõ estas cartas chamadas *libellatos* se dava o nome de *libellaticos*. Pelo meio do Seculo 3.º fôraõ comprehendidos neste crime, e outros na Lusitania os Bispos Bazilides, e Marcial, dos quaes este era de Merida; e fôraõ depositos: mas sobre esta deposiçaõ consultáraõ as Igrejas de Hespanha a S. Cypriano, por humas Cartas, de que encarregáraõ os Bispos Felis, e Sabino, e a que o Santo respondeo por outra (que he a 68. entre as suas) e a dirije = *Felici Presbytero et Plebibus consistentibus ad Legionem et Asturicae: item Laelio Diacono, et Plebi Emeritae.*

(d) *Ex vobis ipsis exurgent viri loquentes perversa, ut abducant discipulos post se. Añ. Apost. c. 20. v. 30.*

(e) Não fallando aqui de Carpocras, discipulo de Menandro, e de Marco discipulo de Valentim, que se diz terem trazido os seus erros ás Hespanhas, por não haver monumento que prove com certeza, que estes erros lavrassem por estes Paizes, e muito menos pela Lusitania

muitos dos que haviaõ surgido do pego da idolatria, se vem perder nos escolhos da heresia.

Esta he a triste scena, que a Lusitania nos apresenta pelo espaço de quatro seculos, em que faz parte do Imperio Romano: sem forças, nem virtudes de guerra, que lhes dem gloria, ou augmento de poder externo: sem systema de governo nem legislaçãõ propria, que lhes dê caracter certo, e particular: mas humma como materia inerte, a que o capricho de hum Povo ambicioso, e despotico dá ora humma ora outra fórma, sem se lhe infundir jámais espirito, que a anime.

Tom. II.

Yy

ME-

Conclu-  
são.

em particular: e reduzindo-nos só á heresia dos Priscilianistas: Sabe-se que o Author desta seita foi hum Egypcio de Memphis por nome Marcos, que vindo á Hespanha instruiu nella a Prisciliano natural de Galliza, e que deu o nome á heresia. O fundo da sua Doutrina era a dos Manicheos com mistura dos erros dos Gnosticos, e de outros. Tinha erros de Dogma, como no Mysterio da Santissima Trindade: na natureza da alma; e no que toca ás Divinas Escripturas &c. tinha-os de Disciplina, abstando-se os seus Sectarios de comer carne, como cousa immunda, e jejuando contra a prática, e determinaçãõ da Igreja: tinha-os de costumes, praticando mil abominações. (Póde-se ver a descripçãõ destes erros em Santo Agostinho *de haeresib. haeres.* 79. = em S. Jeronymo *in Dan.* 40. *et ad Ctesiphont.* = em S. Leão na Carta a S. Turibio Bispo de Astorga, que na ediçãõ de Quesnel he a 15., de que se servio o Concilio de Braga de 563. &c.) Sabe-se a perseguiçãõ, que fizeraõ a esta heresia Idaces Bispo de Merida, e Ithaces, que se diz ser de Ossonoba. Assistio o primeiro ao Concilio que contra esta heresia se congregou em Caragoça no anno de 380., de que nos resta hum fragmento: e compoz hum Livro em fórma de Apologia, em que explicava os dogmas, e artificios dos Priscilianistas, e a origem da sua Seita. Convocou-se depois em Bordeaux outro Concilio em 385.; e intervindo a autoridade secular, foi condemnado á morte Prisciliano, e varios de seus Sectarios, por mandado de Maximo, que occupou por usurpaçãõ o Imperio do Occidente. Mas não se extinguiu com a morte de Prisciliano a heresia: os seus o honraraõ como Martyr: e pelo discurso do Seculo seguinte se continúa a ver o estrago, que esta heresia foi fazendo nestas terras, e o que o zelo dos Bispos obrou contra ella. Póde-se ver mais sobre esta heresia *Presper. Chron. an* 380. = *Sulpic. Sever. Hist. l. 2. in fin.* = *Isidor. de Vir. illustr. cap. 2.*

---

## MEMORIAS

### *Da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI.*

POR ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS.

---

## MEMORIA II.

**H**AVENDO ajuntado as noticias, que podemos achar tocantes á Litteratura dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV. segue-se darmos aqui as que temos recolhido pertencentes ao Seculo XVI.

Este Seculo não foi muito favoravel á seus estudos; as tristes desventuras, que haviaõ já começado nos fins do Seculo XV. contra os Judeos, desde que Abarbanel se retirou de Portugal para Castella, e maiormente desde o edicto do Senhor Rei D. Manoel de 1497. continuaraõ no Seculo XVI. de maneira, que muitos dos mesmos, que cá tinhaõ ficado, se viraõ obrigados a sahír de sua Patria, e a vagar desterrados, e foragidos por muitas, e mui diversas partes do mundo; o que lhes não deixou repouso, e quietação necessaria para trabalharem nos estudos da Litteratura Sagrada, como poderaõ em tempos asfocegados, e de mais ventura. Com tudo no meio das lidas, e afflicções de seu desterro nunca deixáraõ de os cultivar com muito ardor, como temos de ver nestas Memorias.

C A-

## CAPITULO I.

*Do Estudo da Lingua Santa dos Judeos Portuguezes.*

O Estudo da Lingua Santa não deixou de ser tratado neste Seculo; mas não achamos, que elle crescesse entre os nossos com o mesmo vigor, que outros ramos de Litteratura Sagrada.

Com effeito os Judeos, que entre nós ficáraõ, pouco podéraõ adiantar estes estudos, porque só á furto, e com muito encolhimento, e temor se podiaõ entregar á liçaõ dos Livros Hebraicos, atalhados da rigorosa prohibiçaõ, que havia já feito o Senhor Rei D. Manoel por Decreto de 30 de Maio de 1497, para que nenhum dos que haviaõ ficado no Reino podesse ter Livros na Lingua Hebraica. Taõ estreita, e apertada foi a prohibiçaõ, que se fez disso, que apenas se permitto aos Fysicos, e Cirurgiõs conversos, ou que houvessem de converter-se á Fé Christãa, e estudassem as Letras Latinas, o uso dos Livros Hebraicos, ou Rabbínicos de suas Artes; e isto mesmo só foi outorgado áquelles, que já fossem Fysicos, e Cirurgiõs antes de se fazerem Christãos. (a)

Causas do pouco adiantamento dos Estudos da Lingua Santa em Portugal.

Este Decreto não só cortou aos Judeos Portuguezes os estudos Biblicos, Talmudicos e Rabbínicos, mas fez com que elles privassem a Naçaõ de infinitos Codigos Mss., e ainda impressos da Biblia, e de outros muitos Livros Hebraicos, e Rabbínicos, e os fizessem transportar a regiões estranhas, aonde muitos delles ainda hoje fazem o ornamento, e preciosidade das mais insignes Bibliothecas; o que foi em muito prejuizo, e abatimen-

Yy ii

(a) Traz este decreto Fr. Pedro Monteiro na *Historia da Inquisiçaõ* tom. II. pag. 429. 430.

mento dos estudos da Lingua Santa , a que elles podiaõ servir de grande appoio. (a) Nem o Reinado do Senhor Rei D. João III. , em que se cuidou de plan-tar entre os Christãos os conhecimentos da Lingua San-ta , pôde já remediar estas faltas , ou animar os Judeos , que entre nós ficáraõ , a trabalhar nestes estudos.

He verdade que entaõ se entendeo pelas persuasões do Toledano Diogo Segeo , do Flamengo Clenardo , e de seu Discipulo João Parvo Conego de Eyora , e de- pois Bispo de Cabo Verde , e de outros mais , quanto cumpria saber a Lingua Santa , e se estabeleceo huma escola destes Estudos na Universidade de Coimbra de- baixo do magisterio dos sabios varões Rozetto , Pedro Henriques , Gonçalo Alvares , e Pedro de Figueiró , e se proveo de caracteres Hebraicos a Typografia da Aca- demia ; (b) mas destes estudos taõ sómente se aprovei- táraõ os Christãos , que naõ os Judeos Portuguezes , que ou já tinhaõ sahido de Portugal para outras terras , ou havendo ficado na patria a titulo de conversos , recea- vaõ dar-se publicamente a huns estudos , que na situa- ção critica , e bem sabida , em que entaõ se achavaõ , os podiaõ fazer suspeitos em sua fé.

Quanto mais que os estudos do Hebraismo fôraõ taõ mal aventurados , que apenas começavaõ de appa- recer entre nós os Christãos , quando fôraõ logo , ou desprezados , ou combatidos , fosse ignorancia , fosse des- affei-

---

(a) He para lamentar , que a desconfiança contra os Livros dos Ju- deos chegasse ao ponto de abranger os mesmos Livros Sagrados ; e que de todos os exemplares das preciosas edições , que delles se ha- viaõ feito em Lisboa , e Leiria , e de todos os Codigos Biblicos Mss. de que fallámos nas Memorias do Seculo XV: naõ ficasse hum só em Portugal ; e que estejamos invejando hoje ás Nações estranhas , o que podiamos ter em nossa casa.

(b) Ainda por 1579. em tempos de Antonio Maris , que se inti- tulava *Architypografo da Universidade* ; tinha aquella officina muitos bons caracteres Hebraicos ; e della era correitor Sebastião Stockmaes Bedel de Canones , e de Leis nomeado pela mesma Universidade.

afeição aos Hebreos. Muitos declamavaõ contra elles, e contra todos os que entaõ os seguaõ, como já tinhaõ declamado em outros tempos Celso contra Origenes, e Rufino contra S. Jeronymo; (a) que nem os illustres exemplos dos principaes Theologos, que entaõ tivemos, mui sabedores da Lingua Santa, bastáraõ para conter estes clamores, e acreditar os estudos do Hebraismo, nem as sementes de Litteratura Hebraica, que aquelles sabios espalháraõ nestes Reinos, poderaõ medrar por diante, e produzir seu fructo nos tempos, que se feguraõ. (b)

AC-

(a) Esta desafeição aos estudos Hebraicos era geral em quasi todas as Nações; por 1500. refere Hæresbach Sennerto, e outros, que havia muitos, que declamavaõ contra a Litteratura Hebraica, dizendo, que os que a estudavaõ vinhaõ por fim a se tornar Judeos. Entre nós houve as mesmas declamações. Sentiunos vivamente que hum Bispo de tanta piedade, e de tão alta sabedoria, que só nisto a não mostrou, qual foi D. Fr. Amador Arraez, fosse hum dos que desabonáraõ estes estudos no seu Dialogo III. c. XIII. p. 72. Desta vã preocupação se queixava muito o nosso insigne Fr. Luiz de S. Francisco hum dos maiores homens, que teve aquelle Seculo na Litteratura Hebraica na Prefacção, que fez, á sua obra intitulada: *Globus Canonum*. O Doutissimo Theologo Diogo de Azambuja vio-se obrigado a tomar huma resalva por haver usado do Hebraismo na exposição das Escrituras, como se vê na Epist. Dedic. ao Cardeal Infante dos Commentaries ao Levitico.

(b) Ainda que a Litteratura Hebraica não era getahmente bem quistta entre nós, toda via nem por isso deixamos de ter naquelle Seculo muitos, e mui grandes homens, que resgatando-se das preocupações, e contradicções de seu tempo se abalancáraõ aos estudos da lingua Santa, e nella hombraáraõ com os mais doutos das Nações estranhas, cujo exemplo, e autoridade aãoz podia abonar o Hebraismo: taes foraõ entre outros os trez Mestres da Lingua Santa, de que affirma fallámos, Rozzeto, Pedro Henriques, e Gonçalo Alvares; Joaõ Parvo Conego de Evora, e depois Bispo de Cabo Verde, discipulo de Clenardo; o Bispo Jeronymo Osorio, o Jeronymiano Fr. Heitor Pinto; os dous Conegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra D. Pedro de Figueiró, e D. Hestodoro de Paiva; os trez Dominicanos Fr. Vicente da FONSECCA, e dous oráculos do Concilio de Trento Fr. Jeronymo de Azambuja, e Fr. Francisco Foreiro; os dous Franciscanos Fr. Roque de Almeida, e Fr. Luiz de S. Francisco; os trez Jesuitas D. Gonçalo da Silveira, Manoel da Sá, e Estevas do Cou-



Assim não he de admirar, que os Judeos Portuguezes, que naquelles tempos entre nós ficáraõ, se encolhessem, e recatassem em seus estudos Hebraicos, e nos não appresentassem obra alguma deste genero. (a) Só os que sahíraõ desterrados de Portugal para diversas partes da Europa, poderaõ cuidar mais livremente, e com mais progressos dos estudos da Lingua Santa; e na verda-

---

to: Diogo de Paiva e Andrade, Francisco Cano Secretario da Rainha D. Catharina, e depois eleito Bispo do Algarve: Joaõ da Costa Professor de Humanidades na Univerfidade de Coimbra; o Grande Filofofo, e Medico Antonio Luiz; o Doutor Reynoso, e até duas mulheres illustres, quaes fôraõ a Conimbrecense Joanna Vaz Mestre, da Lingua Latina da Senhora Infanta D. Maria filha do Senhor Rei D. Manoel, e a Toledana Luzia Segea filha de Diogo Segeo, Professor, de quem affima fallámos, criada, que foi da dita Senhora Infanta, ás quaes louvaõ muito Vaseo *Chron. c. 1x.* Ayres Barbosa, Jeronymo Cardoso, Mestre Refende, Fr. Luiz de S. Francisco, Paulo Colomesio, Carlos José Imbonati, Nicoláo Antonio, e Joaõ Baptista de Rossi.

(a) Cuidáraõ alguns que o Judeo Duarte Pinhel imprimíra em Lisboa huma Grammatica da Lingua Hebraica no anno de 1543. antes que partisse para Ferrara, como fôraõ Le Long na *Biblioth. Sacra*; Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. iv. p. 258 e outros mais; mas houve nisto equivocação; porque a Grammatica, que puplicon Duarte Pinhel em Lisboa no dito anno, he huma Grammatica da Lingua Latina, a qual tem este titulo: *Eduardi Pinelli Lusitani Latinae Grammaticae compendium. Ejusdem tractatus de Calendis. Prima editio Ulyssipone apud Ludovicum Rhotorigium Typographum 1543. em 4.º*

Se alguma obra se compoz naquelle Seculo entre os nossos pertencente á Grammatica da Lingua Santa, foi taõ sómente de Christaõs, quanto podemos saber daquelle tempo; qual foi o livro intitulado: *Globus et Canon Arcanorum Linguae Sanctae* de Fr. Luiz de S. Francisco Lente de Canones em Coimbra, e Salamanca de quem affima fallámos, que se imprio em Roma em 1586. em 4.º obra rara, e de muita sabedoria, de que temos hum exemplar; o livro dos *Hebraismos, e Canones* para intelligencia das Sagradas Escripturas de Fr. Jeronymo de Azambuja, que se imprimio em Leão em 1566. e 1588. em fol. de que tambem temos hum exemplar da primeira edição, o Lexicon Hebraico, que tinha compoõto Fr. Francisco Foreiro, como elle attesta na Prefacção ao seu *Commentario de Isaias*; e outra obra Ms. intitulada: *Annotationes in Artem Hebraicam* do Jesuita Estevoã do Couto.

dade que as obras de Litteratura Sagrada, que elles compozerão, e publicarão neste seculo, de que ao diante faremos menção, affaz mostrão por si mesmas, quanto cuidado haviaõ posto nos estudos do Hebraismo; com tudo tendo elles dado tantas obras, não achamos memoria, que publicassem algum livro de consideração tocante em particular á Grammatica da Lingua Santa.

## C A P I T U L O II.

### *Da Typografia Hebraica dos Judeos Portuguezes.*

**E**Rigiraõ-se neste seculo Typografias Hebraicas de grande nome, ou levantadas por nossos Judeos Portuguezes, ou enriquecidas, e affamadas pela impressão de seus livros. Não as houve porém entre nós; o desterro, a que elles fôraõ condemnados pelo Senhor Rei D. Manoel, e a prohibição que este Principe fez para que os que cá ficassem se não servissem de livro algum Hebraico, como affima notamos, forçou os Imprimidores Judeos a levar para fóra de Portugal as suas Typografias Hebraicas. Nem ainda os mesmos, que cá restarão, se animarão a trabalhar ao menos na impressão de livros Gregos, Latinos, ou Portuguezes; por que o Alvará de 20 de Fevereiro de 1508; por que o mesmo Senhor havia dado á Jacob Cromberger, e a todos os outros Imprimidores de livros as mesmas graças, privilegios, liberdades, e honras, que haviaõ os Cavalleiros de sua Casa, com condição, que elles fossem Christãos Velhos sem parte de Judeo, os fez esmorecer de todo, vendo, que não podiaõ sustentar a concorrência destes, e d'outros muitos Imprimidores, que então se estabelecêraõ em Portugal á sombra destes favores, e franquezas.

Assim aquelle Principe, que muito cuidava em promover, e propagar entre nós os livros impressos, ou de *fôrma*, como então lhe chamavaõ, (até determinar, que

Motivo  
por que  
faltarão  
em Portu-  
gal as Ty-  
pografias  
Hebrai-  
cas.

que não pagassem siza, nem dizima os que viessem de fóra do Reino ) cortava ao mesmo tempo por estas resoluções de seu gabinete muitos dos progressos da Literatura Sagrada, dando hum golpe mortal nas Typografias Hebraicas, e privando a Nação do conhecimento, e instrucção de muitos livros uteis dos Hebreos, que por ellas se podiaõ propagar. (a)

Typogra-  
fias He-  
braicas fó-  
ra de Portu-  
gal.

Assim que só fóra do Reino he que devemos procurar neste seculo as Typografias Hebraicas dos Judeos Portuguezes, que muitas erigirão elles em diversas partes de grande concorrência, e nome.

Typogr.  
Hebr. de  
Ferrara.

Foi huma dellas a de Ferrara na Italia. Para esta Cidade se haviaõ trespassado com suas familias muitos Judeos Portuguezes, e entre elles o famoso Duarte Pinnhel, e os trez insignes varões Salomaõ Usque Pai, e seus filhos Abrahaõ, e Samuel Usque. (b)

Relação  
dos livros  
raros, que  
se imprimi-  
ram nela.

Abrahaõ Usque alli erigio huma Typografia mui abastada de caracteres não só Hebraicos, mas tambem Latino-Gothicos; e a fez huma das mais ricas, e preciosas officinas de toda a Italia, donde sahirão muitos livros Hebraicos, Espanhoes, e Portuguezes naquelle seculo. Taes fóraõ os seguintes, que por serem raros, os põmos aqui para instrucção do Leitor, se della necessitar.

*Traducção Castelhana da Biblia chamada de Ferrara de que logo tallaremos.*

*Commentarios de R. Simeão Filho de Tzimach Du-*

(a) Carta Regia de 10. de Janeiro de 1511. Liv. v. da Supplicação fol. 74.

(b) Gremos que Salomaõ Usque fóra Pai de Abrahaõ Usque, porque assim se diz no titulo inteiro da obra *Orden de Ros hasanáh y de Kippur*, impressa em Ferrara em o anno da Creação do Mundo 5313. que Wolfio attesta haver achado no Catalogo da Bibliotheca Ungaria-na.

*Duran d obra Osehabóth Lofucóth.* Ferrara anno menor dos Judeos 313. 8.º E foi este o primeiro livro Hebraico, que alli imprimio Abrahão Usque.

A obra *Maamar Aachaduth*, ou *Sermaõ da Unidade* de R. Joseph ben Jahbetz. Ferrara an. 314. 4.º

A outra obra do mesmo Author intitulada: *Jesod Aemunáb*, ou *Fundamento da Fé*.

E a outra *Or Achaiim*, ou *Luz da Vida*. Ferrara an. 314. 4.º

*Or Achaiim*, ou *Luz da Vida*. Ferrara an. 314. 4.º

*Chibbur Mabassioth*, ou *Collecção de várias Historias* de hum Judeo Anonymo. Ferrara an. 134. 8.º

*Tzedá Laderech*, ou *Viatico para o caminho* de R. Menachem ben Zerach. Ferrara an. 314. 4.º

O Livro *Azzicarón*, ou *Memorias* de R. Ismael Cohén, que he hum compendio de Ritos, e Juizos Talmudicos. Ferrar. 315. 4.º

A obra *Or Adonai*, ou *Luz do Senhor* de R. Chafdai ben Abraham Kerskás. Ferrar. an. 315. 4.º

O Livro *Naphtulim*, isto he, *Luças* de R. Naphtalí Treves. Ferrara an. 316. 4.º

O Livro *Sábar agbemúl*, ou *Porta da retribuição* de R. Moysés Nachmanides. Ferrar. an. 316. 4.º

O Livro *Haemunoth*, ou *da Fé* de R. Scem Tob. Ferrar. an. 316. 4.º

Tom. II.

Zz

Cbe-

*Chevod Elohim*, ou *Gloria de Deos* de R. Joseph ben Scem Tob. Ferrara an. 316. 4.º

*Scilté agghibborim* ou *Escudos dos Fortes* de R. Jacob filho de Joab Eliás. Ferrara an. 316. 12.º

*Masahóth*, ou *Itinerario* de R. Benjamin Tudelense. Ferrar. an. 316. 8.º

*Likuté Stecachá*, ou *Collecanea*, ou *Collecção do esquecimento* de R. Abrahaó ben Elimelech. Ferr. ann. 316. 4.º

O Livro *Issur Veetbar*, ou *do vedado*, e *do lícito* de R. Jonas Geruadense. Ferrar. an. 316. 4.º

*Anaróth tebróth*, ou *Discursos puros* de R. Abrahaó Chajon. Ferrara an. 316. 4.º

*Chibbur Japhé meajescudá*, ou *Obra formosa da Salvação* de R. Nissim bar Jacob. Ferrar. ann. 317. 12.º

*Ascagatboth*, ou *Advertências* de R. Moysés Alafcar impresso em Ferrara em 1567. Ferr. an. 317. 4.º

*Mabarechetá abelauth*, ou *Ordenação da Divindade* de R. Peretz. Ferrar. an. 318. 4.º

*Uysion delectable de la Philosophia*, em 1554 da era Christãa. Ferrara em 8.º

*Libro de oraciones de todo el año*. Ferrara em 8.º no anno 312.

*Orden de oraciones.* Ferrara no anno 5315. 12°

Sahirão mais outras obras, de que ao diante faremos menção em seus lugares competentes. (a)

Parece que os nossos Judeos tiverão parte na outra Typografia Hebraica de grande conta, que foi a de Sabioneta estabelecida pelos cuidados de José filho de Jacob Tedesco de Padua, de Aaron Chabib de Pesaro, e de Tobias Foá, e de outros mais debaixo da protecção do Duque Vespasiano Gonzaga. He certo que o Commentario ao Deuteronomio do Portuguez Abarbanel, de quem já fallamos nas Memorias do Seculo XV., foi a primeira obra, que se escolheu para se imprimir naquella nova officina; e que della sahirão impressos alguns livros de outros Judeos Portuguezes de grande nome. (b)

Ha razões para crer, que a Typografia Hebraica, que se erigio em Napoles, fôra dos nossos; certo que nesta Cidade se foi estabelecer depois do desterro de Portugal de 1497. Moyés filho de Scem Tob, que se intitula *da Santa Synagoga de Lisboa, e então peregrino, e desterrado em Napoles por causa de Religião.* (c) Alli publicou o *Commentario* de Aben Esra ao *Pentateuco* em 1524. e tambem, segundo parece, a outra

Zz ii

tra

(a) Nesta mesma officina imprimio Salomão Uique a *Tragedia Biblica de Esther*, de que falla Wolfo, e o P. Quadrio na *Historia da Poesia*; e a versão Espanhola dos *Sonetos, Canções Madrigaes, e Sextinas* de Petrarca Parte I. Julgamos que esta versão he a mesma, que sahio com o nome disfarçado de *Salusque Lusitano*, de que falla Barbosa, o qual com tudo dá a edição em Veneza por Nicoláo Bervilaque em 1567, 4.º dedicada a Alexandre Farnese Principe de Parma, e de Placencia.

(b) Pôde ver-se na Prefação ao dito Commentario de Abarbanel o R. José da Padua.

(c) Assim se intitula na edição, que fez do Commentario de Aben Hesra ao *Pentateuco*.

ta obra intitulada: *Mikré* ou *Makré-dardeki*, isto he, *Lição dos Parvulos* em fol., que he hum Diccionario Hebraico disposto segundo a ordem alfabetica, em que se poem os vocabulos em letras majuscúlas quadradas, e se faz a expozição em caracteres Rabbínicos, e na Lingua Italiana. (a)

Typog-  
ra-  
fia Hebrai-  
ca de  
Constanti-  
noplá.

Os nossos Judeos figuráram também muito na famo-  
sa Typografia Hebraica de Constantinopla, que delles re-  
cebeo grande primor em suas edições. Alli se achava Sa-  
lomaõ Usque pai de Abrahão, e de Samuel Usque, quan-  
do imprimio, entre varias obras, o livro de Ruth com  
os Commentarios de R. Salomaõ Alkabetz em 4.º no  
anno 5321. de C. 1561. (b) Provavel he que fossem tam-  
bem Portuguezes os dous Irmaõs Nachmias David, e  
Samuel, de que se faz menção no fim do Pentateuco  
Hebraico de Constantinopla de 1505., como de Typo-  
grafos Espanhoes, e desterrados de Espanha, pois que  
o dito Pentateuco, que imprimíram, he de letras qua-  
dradas menores, e claras, que parecem as mesmas de  
Lisboa. (c).

Typogra-  
fia Hebrai-  
ca de  
Thessaloni-  
ca.

Tambem havia Typografia Hebraica em Thessaloni-  
ca, em que trabalháram alguns dos nossos Judeos; o Lis-  
boez D. Jehudá Gedaliah parente dos outros Judeos Por-  
tuguezes do mesmo appellido de Gedaliah, (d) alli im-  
primio os Psalmos, Proverbios, Job, e Daniel com os  
Commentarios de Raschi 1519. fol. (e)

C A-

(a) Wolfio *Bibliotheca Hebraica* tom. 1. p. 1367. e Marchand *Hist. de l'imprim.* p. 83. a poem em 1488., mas João Bernardo de Rossi tem a data por suspeita, e a poem depois de 1497. e conjectura ser a edição feita pelo nosso Moysés filho de Schem Tob, Judeo, que fôra de Synagoga de Lisboa, e se havia mudado para Napolés depois do desterro de Portugal. (De orig. *Typographiae Hebraicae* p. 76. e 77.)

(b) Rossi *Orig. da Typogr. Hebr. Ferr.* p. 108.

(c) Assim o nota Rossi no c. x. das *Edições desconhecidas* p. 16. e 17.

(d) Fallamos já delle entres os *Escritores do Seculo XV.*

(e) Rossi no *Appendix á Biblioth. Majth.* p. 33. diz ter hum exem-

## CAPITULO. III.

*Das Trasladações, e Edições Biblicas.*

Neste Seculo houve quatro edições dos Livros Sagrados, em que muito trabalháram os Judeos Portuguezes. Quatro edições Biblicas.

- 1.º Huma de todo o Testamento Velho.
- 2.º Outra do Pentateuco.
- 3.º Outra do Psalterio.
- 4.º Outra do Livro de Ruth.

Pelo que pertence á edição de todos os livros do Testamento Velho, os nossos Judeos Portuguezes de mãos dadas com os Espanhoes esmeráram todo o seu empenho em nos dar neste seculo huma nova Trasladação dos Livros Sagrados na lingua vulgar de Espanha. Tradução, e edição da Biblia de Ferrara.

Houve quem se lembrasse entre elles, que achando-se desterrados de sua patria, e forçados a passar á Levante, e a vagar por mui diversas, e remotas partes do mundo, era de recear, que por esta dispersão se houvessem os seus de esquecer da doutrina, que se havia ensinado nas Synagogas de Espanha, e Portugal. Pelo que convinha apurar huma nova Trasladação da Biblia em linguagem vulgar, que muito o era então a Castellhana, e publicalla impressa para uso, e proveito commum de todos os Judeos Portuguezes, e Espanhoes em qualquer parte do mundo, em que se achassem. Motivos da Tradução.

Este foi, segundo parece, o conselho, que teve o primeiro, que se lembrou de fazer traduzir na lingua Cas-  
te-

---

plar desta obra, e que o caracter he Rabbinico Espanhol: e diz ser impresso na casa de Don Jehudá Chedaliáh no Dominio do Grão Sultão Selim; desta obra fallão tambem Le-Long, e Wolfen.



Traductores.

telhana todos os Livros Sagrados do Testamento Velho. (a) Não sobemos com cegueira, quantos, e quaes fossem os Traductores, a quem se commetteo esta empreza. He certo que fôraõ mais do que hum, pois que no titulo, e nota do fim da obra se diz: *Traduzida esta Biblia por mui excellentes Letrados*; que certo fôraõ Portuguezes, e Espanhoes: o que consta claramente, he, que entre elles entrou o Judeo Portuguez Duarte Pinhel natural de Lisboa distincto Grammatico, e Mathematico; e o Espanhol Jeronymo de Vargas. (b) Além destes parece que teve tambem parte na Traducção o outro Judeo Portuguez Abrahaõ Usque, insigne Jurista, e celebre editor de muitas obras, de quem já fallamos, e o outro Espanhol Jom Tob Athias. (c)

0

(a) No Prologo falla hum só sem expressar o seu nome, e diz que elle fizera traduzir a Biblia na Lingua Espanhola. Tem alguns, que este fôra o Portuguez Abrahaõ Usque.

(b) Consta isto da Dedicatoria ao Duque de Ferrara, na qual elles mesmos chamaõ sua aquella Traducção. *Lo mismo puede ser*, dizem elles, *en esta nuestra traducción, quefimos toda via tomar este trabajo tan ageno de nuestras fuerças, viendo que la Biblia se halla en todas las lenguas, y que solamente falta en la Espanhola*. Este lugar devia fazer, com que o sabio Rossi contasse nomeadamente a estes dous entre os Traductores desta Biblia.

(c) Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. 1. p. 31. 32. cre, que Abrahaõ Usque só fôra editor, e que isto era claro pelo que vinha no fim da obra, em que se dizia: *trasladada por excellentes Letrados: por industria, e diligencia de Abrahão Usque*: mas isto não prova; porque não implica que Abrahaõ Usque fosse editor, e tambem Compositor, posto que alli se não declare por tal. Joaõ Bernardo de Rossi tambem se inclina para a opiniaõ de Wolfio, posto que assenta, que Abrahaõ Usque alguma parte tivera na direcção, composiçaõ, e correcção desta obra: com tudo Bartholoccio, Ricardo Simaõ, Le Long, Advocat, e outros o fazem unico Author da Traducção, e o mesmo dá a entender R. Abrahaõ Sury na Prefação ao *Psalterio Español Ferrariense* em 1628. que chama a esta Biblia: *traduzida con mucha excellencia por el Señor Abrahão Aben Usque de Ferrara*, o que tudo faz, com que não possamos adaptar a censura, que o erudito D. José Rodriguez de Castro na sua *Bibliotheca Espanhola* p. 401. e 402. fez a Bartholoccio por esta causa. Knochio a attribue á Usque, e a Jom Tob Athias não se lembrando de Pinhel, e de Vargas, ou não tendo visto a De-

O que consta com toda a certeza da mesma obra he, que todos quatro figurárao nesta edição; que Abraham Usque, e Duarte Pinhel fórao editores, e que os dous Jeronymo de Vargas, e Jom Tob Athias fizerao toda a despesa da Impressão; o Titulo desta Biblia he o seguinte:

*Biblia en lingoa Española traduzida palabra por palabra de la verdad Hebrayca por muy excellentes Letrados vista, y examinada por el Oficio de la Inquisicion con privilegio del Yllustrissimo Señor Duque de Ferrara. En Ferrara 5313. (de C. 1553-) fol. (a)*

Titulo da obra.

No fim da Biblia em alguns exemplares vem a taboa das *Aphtaroth* de todo o anno. O caracter he meio Gothico; cada hum dos dous Judeos Portuguezes tirou da mesma Officina seus exemplares, para os dedicarem a diversas pessoas: Abraham Usque junto com Jom Tob Athias dedicou os seus a Dona Garcia Nafi nobre e celebre Matrona Portugueza, e de muitas, e muy excel-

Dous generos de exemplares desta obra.

Fórao dedicados a diversas pessoas.

*dedicatoria* ao Duque de Ferrara, em que elles se dão por Traductores. Finalmente José Athias Judeo de Amsterdao na sua *Prefação á Biblia Teutonica* de 1677. em fol. a dá em geral, por obra dos mais Sábidos Judeos de Ferrara, o que não exclue á Abraham Usque Varão muito sabio, e instruido em sua lei.

Por fim advertimos, que foi hum só, o que entrou na empreza de a fazer traduzir, como já notamos, e que os Traductores fórao muitos, ou pelo menos dous, como se vê da Dedicatória ao Duque de Ferrara: o que tudo convem distinguir para salvarmos os editores da contradição, de que já os taxou o douto Castro na *Bibliotheca Espanhola* p. 462. a quem pareceo que elles se desmentiao grandemente no que sobre isto se dizia no Titulo; Nota, Dedicatória, e Prologo, que haviao posto naquella obra.

(a) Enganou se Bartholoccio no tom. II. da sua *Bibliotheca Rabbinica* p. 19. pondo esta edição em 1557. He necessario distinguir esta edição de Ferrara das outras, que depois se fizerao em Amsterdao no Seculo seguinte, que muitos Bibliographos tem confundido, do que se vê na *litteratura em seu lugar*.

excellentes qualidades, e de mui nobres feitos; (a) e Duarte Pinhel de parceria com o Espanhol Jeronymo de Vargas offereceo os seus ao Duque de Ferrara, como se vê de sua Epistola dedicatoria, que se acha nos exemplares de sua conta.

Os dous  
generos de  
exempla-  
res são  
hum mes-  
ma edi-  
ção.

Isto deu occasião a que muitos cuidassem, que se tinhaõ feito duas edições diversas em Ferrara. Com tudo as versões dos exemplares de Abrahaõ Usque, e de Duarte Pinhel são identicas, e he hum mesma edição no material, e no formal, porque huns e outros exemplares tem hum mesmo titulo; e hum mesmo Prologo; em ambos ha a mesma ordem do número, e nomes dos livros da Biblia segundo os Hebreos, e os Latinos; o mesmo Catalogo dos Juizes, e Reis de Israel; a mesma taboa das *Alphabetaroth* para todo o anno. Ambos tem a mesma divisaõ de livros, e capitulos, os mesmos claros e espaços; as mesmas palavras; a mesma forma de letra; as mesmas folhas, e nellas as mesmas palavras, e periodos; os mesmos adornos nas portadas, e em cada hum das letras iniciaes. (b)

Só

---

(a) Na Dedicatoria se poem esta epigrafe: *Prologo à la mui magnifica Señora D. Gracia Nafi*. Faz menção desta mulher o Judeo Manoel Aboab na sua *Nomologia* p. 304. e Joaõ Bernardo de Rossi no *Comentario Historico da Typografia Hebraica Ferrarense*. Era Tia de D. José Nafi, que chegou a ser Duque de Nafsia, de quem falla tambem Aboab na sua *Nomologia*. Knochio julgou que D. Gracia Nafi era o nome da Duqueza de Ferrara L. C. p. 188. e o Cavalleiro Francisco Xavier de Oliveira nas *Notic. Histor. e Polit. de Portugal* poem esta obra dedicada a René de França Duqueza de Ferrara tom. 1. p. 374. no que por certo se enganáraõ.

(b) Muitos as houveraõ por diversas, e como taes as teve Ricardo Simaõ, de Bure, e outros; mas Joaõ Bernardo de Rossi na *Origem da Typograf. Hebr. Ferrar.*, e D. José Rodrigues de Castro na *Bibliotheca Espanhola* tom. 1. p. 401. e seg. mostraõ, que são hum mesma edição: por isso cumpre corrigir o lugar da *Bibliotheca Lusitana* do nosso erudito Barbosa, em que por não haver visto, ou conferido os exem-

Só se extremao huns exemplares dos outros em cinco cousas

I. Nas Epigrafes, que são diversas:

**Diferen-  
ças que  
tem.**

II. Na maneira de notar a era; porque os exemplares de Ufque trazem a era Judaica a 14 de *Adar de 5313*, e os de Pinhel a era Christãa em 10 de *Março de 1553*:

III. Nas Epistolas dedicatorias sendo huma á Dona Garcia-Nasi por Jom Tob Athias, e Abrahaõ Usque, e outra a Hercules de Este, Duque de Ferrara por Jeronymo de Vargas, e Duarte Pinhel:

IV. Em huma unica palavra do Texto no *Cap. VII. de Isaias v. 14.*, aonde se annuncia, que o *Messias nasceria de huma virgem*; porque os exemplares de Abrahão Usque trasladaõ a palavra Hebraica *Abalmá* por *Moça* dizendo: *E a Moça conceberá*. E os exemplares de Duarte Pinhel em lugar de *Moça* poem *Virgem*: *E a Virgem conceberá*: (a)

V. Nos nomes, que vem no fim, dos que cuida-  
*Tom. II.* Aaa rao

plares seguiu o mesmo sobre a fé de Ricardo Simão, havendo os exemplares de Pinhel por segunda edição da Biblia de Usque.

Tambem se deve emendar o outro lugar em que diz, que sahio *com palavras mudadas para ser mais intelligivel*, que a primeira de *Usque*, que *naõ deixava de ser escura de se perceber por usar de huma linguagem Espahola*, que *somente se fallava nas Synagogas*: pois que a edição de *Usque* he a mesma de *Pinhel*; e além disso o contrario se diz na *Prefação* dos mesmos exemplares de *Pinhel*, aonde se protesta seguir a *linguagem antiga*, ainda que *barbara*, e *estranha*, e *mui differente da polida*, que *nos seus tempos se usava*. E até se daõ alli as razões, e resalvas d'isto mesmo.

(a) Em alguns exemplares vem a mesma palavra Hebraica *Almá*, como diremos ao diante.

rao da edicao, e dos que fizerao a despesa da impressao, porque nos exemplares de *Usque se diz que foi acabada com yndustria, y diligencia de Abraham Usque Portuguez*: estampada em Ferrara a costa, y despesa de *Yom Tob Atias, bijo de Levi Atias Espanol*; e. nos de Pinhel, *que foi acabada com yndustria, y diligencia de Duarte Pinhel Portuguez a costa y despesa de Jeronymo de Vargas Espanol*.

Esta Traladaçao chama-se vulgarmente a *Biblia de Ferrara*, por haver sido impressa naquella Cidade.

Maneira  
por que foi  
trabalhada  
a Traduc-  
çao.

Obras que  
consultá-  
rao.

Com muita diligencia e trabalho procurarao os Judeos, que esta trasladaçao fosse a *mais chegada á verdade Hebraica, que ser podesse*; para o que protesta-  
rao seguir em tudo, o que fosse possivel, a Sanctes Pagnino, e seu *Thesouro da Lingua Santa, por ser de verbo a verbo*, como elles dizem, *tao conforme á letra Hebraica, e mui acceito, e estimado em Roma*; (a) mas nem por isso deixarao de ver, e consultar todas as trasladaçoes antigas, e modernas, que se poderao achar á maõ, como elles mesmos confessaõ em sua Prefaçao; certo que teriaõ diante dos olhos algumas versoes dos Judeos, que haviaõ sido Mestres publicos da Lei nas Synagogas de Espanha, e Portugal, que muito haviaõ trabalhado nisto em diversos tempos; talvez as mesmas antiquissimas de R. Kimchi, e de R. Abraham Aben Hezra, que existiriaõ ainda naquella idade, e as modernas, que entao corriaõ na Lingua Castelhana, Italiana, Franceza, Alemãa, e Hollandeza. (b)

Aca-

(a) Assim o protestaõ no Prologo, e já notou isto mesmo Ricardo Simao na sua *Indagaçao Critica das diversas Edicoes da Biblia c. iv.*, e depois d'elle José Rodrigues de Castro na *Bibliotheca Espanhola* tom. 1. p. 409.

(b) Na Prefaçao ao Leitor se falla da traducçoes nestas Linguas: quanto ás versoes antigas Espanholas: Mas certo que as havia já em tempos passados, como dissemos nas Memorias do Seculo XV., mas não sabemos com individuaçao quantas, e quaes fossem, e de que

Acaão consultárao também as edições, que já d'antes se haviaõ publicado de trasladações Espanholas, e Catalães dos Livros Sagrados. (a) Assim que por estas traduc-

Aaa ii

duc-

livros. He provavel que os Judeos tivessem de tempos muito atraz o Pentateuco trasladado em Espanhol, pois que delle se fez mui cedo humã edição em Veneza, de que logo fallaremos. De Ilaías, e Jeremias parece ter existido alguma antiga versão, porque da edição destes dous Profetas de Thessalonica de 329. (de C. 1569.) em 4.º no dia 4. do mez de Tifri se collige, que alguma havia já em tempos passados, pois que esta edição sendo mais moderna, que a de Ferrara, e seguindo-a pelo commum, toda via conserva ainda muitas palavras, e expressões mais antigas, e barbaras, do que se acha na Ferrareseca, o que bem mostra, que se seguiu nella alguma versão Ms. mais antiga, que a de Ferrara. (Wolffio *Bibliotheca Hebraica* tom. iv. p. 139.)

(a) He certo que antes desta Traducção de Ferrara se haviaõ dado á luz algumas versões Espanholas assim Castelhanas, como Catalães dos livros Sagrados, que os nossos Judeos podiaõ ter consultado, como foraõ: a *Traducção da Biblia em Lingua Valenciana*, ou *Catalã* impressa em 1478. : a *versão Castelhana do Pentateuco* impressa em Veneza em 257. (de C. 1497.) e em Constantinopla em 317. (de C. 1547.) a *Traducção Espanhola*, que fez Fernandes Jarava dos *sete Psalmos Penitenciaes*, do *Cantico dos Canticos*, e das *Lamentações de Jeremias*, publicada em Anveres em 1543. e a outra *Traducção do livro de Job*, e de alguns *Psalmos* do mesmo Jarava impressa também em Anveres em 1540. : a outra de todo o *Psalterio*, por hum Anonymo, de que houve humã edição muito antiga em letra Gothica sem nota de anno, que existia na *Bibliotheca Colbertina*, segundo refere Le Long, que suspeita que fôra publicada em Toledo; as *Traducções Espanholas dos Proverbios de Salomão*, e de *Josué filho de Sirac*, e a outra de todo o *Psalterio*, que fez João Rosses todas impressas em 1550. por Sebastião Gryfo em 8.º Talvez de algumas destas obras se ajudassem os Editores da Biblia de Ferrara.

Da versão do Pentateuco impressa em Veneza em 1497. e depois em Constantinopla em 1547. notou já Le Long na *Bibliotheca Sacra* P. II. p. 152. e seguintes, que os Ferrarenses se haviaõ aproveitado della, com tudo ha suas differenças entre humã, e outra traducção, tanto nas palavras, como na interpretação, segundo notou Rossi na confrontação, que dellas fez; porém sejaõ quaes forem as versões, de que usáraõ os Ferrarenses, he certo que sem embargo disso a sua trasladação he nova, e a primeira, que sahio impressa em Castelhano de todo o Testamento Velho, pois que algumas, que se haviaõ imprimido antes, eraõ só do *Pentateuco*, do *Psalterio*, de *Job*, dos *Proverbios de Salomão* &c. e não de todos os livros do Testamento Ve-

Traduc-  
ção mui  
litteral.

duções se regeriaõ na intelligencia, e trasladação de alguns lugares, em que julgassem conveniente apartar-se da versão de Pagnino, e seguir diversa interpretação, como com effeito seguirão em algumas cousas. (a) Considerando elles, que a Lingua Hebraica tinha como todas as outras *seu estylo, e frase*, quizerão expressalla na Traducção, e não substituiuilla por outra, seguindo *verbo a verbo, e não declarando nunca hum vocabulo por dous*, (o que he mui difficuloso) *nem antepondo, nem pospondo hum ao outro*, e dando nesta traducção a natural, e primitiva significação dos vocabulos Hebraicos, e as differenças dos tempos dos verbos, como estão no mesmo texto, no que he obra digna de muita estimação.

Para o poderem assim fazer protestáraõ seguir a lingoagem, que usavaõ os antigos Hebreos Espanhoes nas Synagogas, que ainda que era em muitas cousas já estr-

---

Iho: e a Biblia Valenciana não entra nesta classe por não ser em lingua Castellhana, mas Catalã, que por isso os mesmos Editores de Ferrara fazendo menção della, a não tem em conta de versão Castellhana, ou Espanhola. Assim que quando abonavão a sua Biblia pela primeira que sahia em Castellhano, só fallavaõ a respeito de traducções impressas de todo o Testamento Velho naquella lingua, e não de traducções Mss; que antes elles em seu mesmo Prologo reconheciam claramente que as havia em Espanhol antigo, e confessavão haver seguido a lingoagem, que os antigos Hebreos Espanhoes usavão nelleas. Donde não podemos taxar de erro *crasso*, como se faz na *Bibl. Esp.* do erudito Castro p. 402. e 403. o dizer-se na Dedicatoria ao Duque de Ferrara: *que a Biblia se achava em todas as Linguas, e que famente faltava na Espanhola*.

(a) Donde não he de espantar a differença, que notou Ricardo Simão na *Indagação Critica das varias edições da Biblia* c. 14. e Le Long na *Dissertação Françeza das Polyglotas* p. 44. entre esta versão, e a de Sanctes Pagnino, que os Judeos se propuzeraõ seguir; porque isto procedeo de haverem tambem seguido em muitas partes as interpretações de seus antigos Mestres, e ainda as dos modernos, quando virão que assim era necessario. Pelo que cumpria não tratar de má fé a estes homens entendendo, que elles quizerão enganar por este modo os seus Leitores.

estranha, e barbara, e mui differente da polida, que se usava em seus tempos, tinha toda via a propriedade do vocabulo Hebraico, e além disso huma certa gravidade, qual costumão ter cousas antigas. (a)

Nos lugares, em que havia duvida na declaração do vocabulo, e alguma vez diversos pareceres, pozeraõ huma estrella para final, escolhendo-se o parecer do que melhor assentava á letra, e mais conforme era á Lingua Espanhola; e para denotarem o que era fóra da Letra Hebraica, e trazido pelos sabios para declaração do sentido, o pozeraõ entre dous meios circulos. (b).

Os lugares duvidosos notados com final.

Com tudo por se achegarem muito á fraze do Texto cahiraõ em hum defeito notavel, porque muitas vezes por quererem guardar em tudo a propriedade das palavras Hebraicas, tomáraõ sómente a sua significação natural, com violencia do sentido do Texto, quando a Lingua Hebraica admite metáforas, e translações de infinitas palavras de huma significação para outra. (c).

Defeitos, que se lhe notaõ.

No tocante á interpretação das Profecias, e lugares, em que os Judeos desvairão dos Christãos, guardáraõ sempre em todos elles a interpretação Judaica, e não a Christãa. He isto constante em ambos os exemplar-

Seguiu-se nella a interpretação Judaica.

(a) Isto he, como elles dizem na Prefação, que *estranháraõ alguns, que presumiaõ de polidos; dizendo que taes palavras soariaõ mal nas orelhas dos Cortezãos, e subtile engenhos.* Com tudo da combinação, que se tem feito desta edição com a Thessalonicense de Ilaías, e Jeremias, se vê, que nem sempre seguirão a antiga locução.

(b) Estes sinaes, ou estrellas fóraõ omittidas em grande parte nas Edições seguintes.

(c) Já disso fóraõ censurados por Cassiodoro de la Reyna na Prefação á Traducção da Biblia; e d'entre os mesmos Judeos pelo nosso Portuguez R. Jacob Jehuda Leão na Prefação á sua versão dos Psalmos; e pelo outro Portuguez R. Isaac da Costa na Prefação ás Conjecturas Sagradas sobre os Profetas.



plares , como se pôde ver no Cap. II. do *Genesis*, no Cap. II. , e IX. de *Daniel*, no Cap. IX. XII. , e LIII. de *Isaias*, no Cap. III. de *Habacuc*, no *Psalmo XXII.*, e CX. e no Cap. IV. v. 20. de *Jeremias*; que são dos lugares mais capitaes , em que os Judeos dissentem dos Christãos , nos quaes se acha sempre a trasladação conforme á mente , e entender dos Hebreos.

E pelo que toca ao lugar de *Isaias* no Cap. IX. v. 6. por não nos alargarmos na confrontação dos outros , tanto tiverão em mira a doutrina Judaica em sua versão , que alli attribuem ao Messias unicamente o nome de *Principe da Paz*, referindo todos os mais nomes sómente a Deos ; por quanto trasladao desta maneira : *y llamò su nombre el Maravilloso, el Consfegero, el Dio Baregan, el Padre Eterno, Sar-Salom*: aonde accrescentaõ ao Texto o artigo *el* em todos os nomes , menos no ultimo ; sendo que os traductores desta obra costumão ser diligentes em não omitir os taes artigos , quando o texto os põem , e em os não pôr , quando o texto os não pede , ou se não achaõ nelle ; assim que neste lugar mui de proposito o omitirão na ultima palavra *Sar-salom* havendo-o posto nas antecedentes , querendo entender o texto desta maneira : *O maravilhoso, o Conselheiro, o Deos poderoso, o Padre Eterno chamou seu nome ( o do Messias ) Sar-salom*. E desta forte excluíraõ todos os nomes antecedentes , que os Christãos applicaõ ao Messias para provar claramente a sua natureza Divina ; pelo contrario se evitava isto , se elles trasladassem fielmente , como está no texto , sem pôr o artigo *el* em nenhum nome. Disto os taxou já Cassiodoro de la Reyna no *Prologo da sua Traducção da Biblia*.

E com effeito tanto este lugar , como os outros affima referidos são trasladados mui de proposito segundo a crença dos Judeos , que são os mesmos , que nota

ta o Portuguez R. Isaac Cardoso na sua obra *das Excellencias dos Hebreos*, dizendo como nestes lugares a Interpretação Judaica differe da Christãa, corrigindo por ella o texto Latino da Vulgata. (a)

Ha hum só unico lugar, ou huma unica palavra, em que os exemplares de Duarte Pinhel differem dos de Abraham Usque, qual he a que se acha no Cap. VII. de Isaias v. 14. o que já notamos assim; porque este lugar, em que se vaticinava, que o Messias nasceria de huma Virgem, he interpretado diversamente nos dous exemplares; os de Pinhel conformaõ-se na versãõ com a interpretação Christãa, traduzindo *Abalmá* por *Virgem*; naõ o fazem assim os exemplares de Abrahaõ Usque, porque vertem a palavra *Abalmá* por *Moça*, e naõ por *Virgem*, como querendo designar taõ sómente a *idade* da Mãe do Messias, e naõ a sua *Virgindade*, seguindo a versãõ de Aquila, de Symacho, e de Theodociaõ, que parece haverem sido os primeiros, que introduziráõ esta interpretação. (b)

Variante  
em huma  
só palavra  
do Texto  
de Isaias.

Mas

(a) P. 396. Naõ só Cardoso, mas tambem Manoel Aboab na sua *Nomologia* p. 218. e seguintes traz este lugar, e os mais assim referidos do Genesis, de Daniel, de Habacúc, dos Psalmos, e de Jeremias para provar a differença das duas interpretações Judaica, e Christãa, e mostrar, como os Judeos naõ tem sido corruptores de livros Sagrados.

(b) Assim verte tambem o Lexicon Biblico Hebraico Espanhol, que tem por titulo *Chefek Seelomó*: nas duas rarissimas edições Theßalonicense, e Veneziana: e o mesmo faz o outro Diccionario Hebraico Portuguez intitulado *Hex Chaiim* do nosso Judeo R. Selomoh de Oliveira impresso em Amsterdaõ em 1682.

Esta mesma versãõ seguem todas as novas edições de Amsterdaõ, como he entre outras a moderna, que temos, de David Fernandes de 5486 da Criação do Mundo; e outra de 5522. que tem a Livraria da Universidade de Coimbra de Jolié Jacob, e Abrahaõ de Salomen Proops: e as Teutonicas Judias, como consta da Epistola de Uffenbachio a Maio.

João Bernardo de Róssi p. 75. attesta, que em hum dos Exemplares, que tinha de Duarte Pinhel, no lugar, em que vinha: *A Virgem conceberá* se achava á margem hum nota (que era por certo

Mas que razão havia para esta differença nos exemplares de Usque, e de Pinhel, ou como se fez assim esta mudança sendo todos elles huma mesma Edição; e seguindo-se sempre nelles a Interpretação Judaica? Não o sabemos; acaço haveria dous ou mais Mss. para dous ou trez prélos; huns para os exemplares de Usque, outros para os de Pinhel; e os de que Pinhel se servio, terião sido copiados, ou revistos por Judeo, que estivesse na intelligencia de que denotava alli huma *Virgem*, e não simplesmente *moça*; ou fosse porque os Setenta assim o havião interpretado, ou porque esta era naquelle tempo a opiniaõ de alguns Interpretes, ou porque vio talvez, que neste sentido se empregava a palavra *Ahalmá* em alguns lugares da Escritura. Taes saõ pelo dizer aqui de passagem, o do Cap. XXIV. do Genesis, em que se fal-

---

de algum Judeo, em cujas mãos havia estado) em que se taxava de erronea aquella versãõ, e se acautelava, que se lêsse: *A moça conterá*: trazendo-se para isto a authoridade dos *Proverbios* no cap. xxx. e a do famoso Espanhol R. Kimchi.

E com effeito os Judeos não só costumão interpretar assim este texto, mas até com elle nos fazem argumento contra a virgindade da Mãe do Messias: dizendo que se o Profeta quizesse denotar *Virgem* diria *Bemlá*, palavra, que sem dúvida significa *mulher que nunca conheceo varão*; e não *Ahalmá*, que quer dizer propriamente *moça*, ou *de tenra idade*: e por isso desta dúvida se fizeraõ cargo, entre outros, o nosso Judeo converso Joaõ Baptista de Este na sua excellente obra do *Dialogo entre Discipulo, e Mestre Cathechizante* c. 43. o outro Judeo converso Jerenyne da Santa Fé no seu *Tratado contra os Judeos*; e Daniel Huecio na *Demonstração Evangelica*, Propos. ix. C. ix. e outros mais.

Se isto assim he, não podemos concordar com o erudito D. José Rodrigues de Castro na *Bibliotheca Espanhola* tom. 1. p. 406. que parece crer, que em usarem da palavra *Moça* nos exemplares de Usque, não tiveraõ os Judeos tençaõ alguma particular; e menos ainda o podemos seguir pelo fundamento, que alli se allega, de que a palavra *Moça* significava em Castelhano o mesmo que *Nahará*, que não exclue a virgindade, posto que o seu proprio significado seja o de *moça*, ou *de tenra idade*; por quanto o termo *Nahará* não he o de que usou o Profeta, mas sim *Ahalmá*, que nós os Christãos queremos, que denote precisamente *Virgem*, e não simplesmente *moça*.

falla de Rabeccha, antes que fosse mulher de Isaac; o Cap. II. do Exodo, em que se faz menção de Maria irmã de Moyses; e o Cap. VI. dos Canticos, em que se referem *as sessenta Rainhas, e as oitenta mancebas, e as virgens, que não tinham número, que havia Salomão*; pois certo he que os Rabbinos entendem a palavra *Abalmá* nos dous primeiros lugares por *Virgem*, e *Halamôth* no terceiro por *Virgens*, e assim se acha nas Traducções Judaicas do Testamento Velho.

E na verdade esta significação, que se dá á palavra *Abalmá*, conforma com a que tem na Língua Púnica, que he parenta da Hebraica, pois que nella segundo adverte S. Jeronymo ao Cap. VII. de Isaías *Almá* significa *Virgem*, e o Thargo neste lugar poém *Vulemtha*, que assim se chama no Syro a *Donzellinha*, o que tudo notou depois o eruditíssimo Aldrete nas *Antiguidades de Espanha*. O que parece he, que alguns dos Judeos por aquelles tempos tinhão tido duvida na interpretação desta palavra, pois que em alguns exemplares da mesma edição Ferrarensa se lê, não já *Moça*, ou *Virgem*, mas sim o proprio termo Hebraico *Almá* escrito em letras Gothicas, e majúsculas, como não querendo declarar-se alli a sua particular significação, e deixando-a á intelligencia de cada hum; o que attesta haver visto o douto Rossi em cinco exemplares, que consultára.

Creraõ alguns talvez levados da differença, que acabamos de notar, que os exemplares de Abrahão Usque haviaõ sido publicados para uso dos Judeos, e os de Duarte Pinhel para uso dos Christãos. (a) Com tu-

Ambos os exemplares se fizeram para uso dos Judeos.

Tom. II.

Bbb

do

(a) Assim o julgáraõ Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. I. p. 31. e tom. II. p. 451. David Clem. na *Bibliotheca curiosa*, de Bure na *Bibliographia Instructiva*, e ultimamente Joaõ Bernardo de Rossi na obra da *Typographia Hebraica Ferrarense* p. 69. e seg. o qual parece ter tido outro fundamento, qual foi, haver por Christãos a Duas

do não apparece fundamento para o julgarem assim; porque estando ambos os exemplares conformes na traducção sem definentir hum do outro, menos naquella unica palavra do Cap. VII. v. 14. de Isaias, de que já demos razão, e sendo as interpretações de todos os mais lugares controversos entre nós, e elles Judaicas, e não Christãas, não se póde assentar, que os exemplares de Duarte Pinhel se havião feito para uso dos Christãos; o que parece, he que tanto Pinhel, como Usque não tiverão outra mira nos seus exemplares, que lizongear com hum a mesma obra a diversas pessoas; hum a Dona Garcia Nasi, e outro ao Duque de Ferrara, pondo diversas dedicatorias para seus fins particulares. (a)

Radidade  
desta edi-  
ção.

Noticia  
de alguns  
exempla-  
res.

He mui rara esta edição; em Portugal só temos visto trez exemplares, e todos trez de Usque, hum da Real Bibliotheca de sua Magestade, outro da Livraria do P. Fr. Manoel de S. Carlos, Religioso da Ordem de S. Francisco de Portugal, e Commissario Geral da Terra Santa, e outro da Bibliotheca do Excellentissimo Marquez de Valença, que conferimos. Nem sabemos que haja outros. Fóra do Reino havia hum exemplar na Bibliotheca de Madama a Duqueza de Vairiere de Bruns Lun. de que se falla na sua Bibliotheca; (b) ha outro em Veneza na selecta Livraria do Abade Canonico, de que teve noticia João Bernardo de Rossi; outro na Bibliotheca Estense, que o douto Tyrabosche communicou a Rossi; outro em Veneza, que tem o erudito Theofilo Frederico Kiinhans; dous em Amsterdaõ de Pe-

Pinhel, e a Jeronymo de Vargas, que por isso diz a pag. 69. *Priora exemplaria a Christianis Christiano Principi dicata*. Com tudo Pinhel era Judeo, e nessa conta o poem Wolsio, e Castro nas suas *Bibliothecas*; suspeitamos o mesmo de Vargas, pela parceria com Pinhel. (a) Assim conjectura o mesmo D. José Rodrigues de Castro na *Bibliotheca Esplanhola* tom. r, p. 408.

(b) P. 161. n. 1. que refere David Clemente na *Bibliotheca curiosa* tom. III. p. 448.

Pedro Antonio Crevenna insigne Bibliografo, dos quaes hum he exemplar de Usque, e o outro de Pinhel; ha outro em Mantua, que he de Jacob Saraval Presidente da Synagoga dos Judeos daquela Cidade; outro nos Barnabitas de Bolonha, que antes fôra dos Jesuitas; outro na Bibliotheca Corsiniana em Roma; dous na Real Bibliotheca de Turim, que vio Rossi; dous na Real Bibliotheca de Pariz, que saõ, ao que parece, hum exemplar de Usque, outro de Pinhel; (a) e mais dous de hum e outro Author na selecta Livraria de D. Manoel Lanz de Cazafonda em Castella, que consultou D. José Rodrigues de Castro.

Passemos ora a outras edições, que então se fizeram, de Livros Sagrados. A' edição da Biblia de Ferrara seguiu-se dous annos depois huma particular do Pentateuco, e de alguns outros livros. Foi ella trabalhada-

Bbb ii

Edição particular do Pentateuco Espanhol, e de outros Livros Sagrados.

(a) Da raridade desta edição fallão Knochio na *Bibliotheca Biblica* p. 162. a *Bibliotheca Sarrafsana* in 8.<sup>o</sup> *Hagae comitum* 1715. P. 1. p. 3. a *Bibliotheca Menarsiana* in 8.<sup>o</sup> *ibid.* 1720. p. 9. Voogt *Catalogus libror. rarissim.* p. 113. Osmont *Diccionar. Typograph. rar. libror.* p. 102. a *Bibliotheca libror. rarior. univers.* in 8.<sup>o</sup> Norimberg 1770. tom. 1. p. 106. De Bure *Bibliograf. Instru.* tom. 1. p. 95. o moderno Crevenna *Catalogus Collect. suor. libror.* tom. 1. p. 21. David Clemente *Biblioth. curiosa* tom. III. p. 446. e seguintes, e Rossi da *Typograf. Hebr. Ferrar.* c. vi. p. 68. e seguintes. Esta Biblia de Ferrara he a que depois seguiu-se, e consultará-se sempre os Judeos em todas as edições que fizeram da Biblia em Castelhana, de que fallaremos nas Memorias do Seculo XVIII.; e a que seguiu o Sevilhano Calvinista Cassiodoro de la Reyna na que imprimio em Basilea em 1569, como elle confessa na Prefação, e depois Cypriano de Valera na que publicou em Amsterdaõ em 1602. reformada da mesma de Cassiodoro de la Reyna.

Parece que muito a teve diante dos olhos o nosso Portuguez João Ferreira de Almeida, tambem Calvinista, na sua *Tradução Portugueza do Testamento Velho*, que se publicou em Batavia em 1748. em 2. vol. de 8.<sup>o</sup> á custa da Companhia Hollandeza da India Oriental. Certo que o Pentateuco, que se imprimio em Tranguabar na India Oriental na Costa do Coromandel na Estampa da Real Missão de Dinamarca em 1719. mostra ser trabalhado sobre o Pentateuco da Biblia Ferrarense.

lhada pelo mesmo Judeo Portuguez Abraão Usque; elle cuidou muito em tirar mui correcto o Texto Hebreo do Pentateuco, e em reformar, e apurar a sua trasladação Espanhola, e assim em dar tambem a traducção de outros Livros Sagrados, que se contém no mesmo volume, que publicou com este titulo:

*O Pentateuco Hebreo Ferrariense com V. Megilloth, ou sagrados volumes do Cantico dos Canticos, de Ruth, do Ecclesiastes, dos Threnos, e de Esdras, e com as Aphtaroth, ou secções dos Prophetas, que se lem pelo anno nas Synagogas. ann. 315. (de C. 1555.)*

Sobre que  
Codigo  
foi traba-  
lhada esta  
edição.

O Texto he impresso em caracter quadrado, e sem pontos. Os Judeos o tem por hum exemplar mui correcto, e authentico, por que se possa copiar, e corrigir os exemplares publicos das Synagogas; por quanto esta edição fôra feita com muita exacção, e apuramento sobre o antiquissimo, e famigerado Codigo publico da Synagoga Maior de Ferrara, que era então havido por correctissimo; acafo era este o mesmo, que se diz haver sido obra de Kimchi, de que teria usado muito os Judeos antes de seu desterro de Espanha em 1492. (a)

Edição do  
Psalterio  
Espanhol.

Houve tambem huma edição do Psalterio Espanhol, que publicou o mesmo Portuguez Abraão Usque em Ferrara-

(a) Esta edição he rarissima, e incognita a Le Long, Wolfio, e a todos os Bibliographos: antes de Rossi; este he o primeiro, que della falla no seu livro. da *Typografia Hebraica Ferrarense* p. 46. 47. &c. referindo as suas varias lições. Não podemos saber se tambem fôra obra dos Judeos Portuguezes a edição do *Pentateuco Hebraico Chaldaico Espanhol, e Barba Grego*, em três columnas, que antes se havia imprimido em fol. em Constantinopla em Casa de Eliezer Berab Gerson de Socino, o qual se diz começado no principio do mez de Thammuz em 317. de C. 1547. edição, que Schabtai indevidamente poem em 312. de C. 1552. a qual foi feita sobre a mesma de Vuerza de 1492.

rara no mesmo anno de 5313, (de C. 1553.) em que sahio a luz a Biblia Ferrarense. Esta traducção foi particularmente trabalhada por elle, com o que mereceu muyto grande louvor dos seus, que a houverão sempre em muita estimação. (a)

(a) R. Abrahaõ Sury, que reimprimio este Psalterio Ferrarense em Amsterdaõ em 1628., diz, que elle fora traduzido com muita excellencia por Abrahaõ Usque. Desta edição Ferrarense fallão Le Long Bibliotheca Sacra pag. 368. Wolfio Bibliotheca Hebraica tom. II. p. 452. e Rossi De Typogr. Hebr. Ferrar. p. 64. que da esta edição por obra de Abrahaõ Usque. Já antes se havia feito em 1500. outra traducção Castellhana do Psalterio de que ha hum exemplar na Bibliotheca Real de Pariz, como se vê do seu Catalogo p. 27. e já assim notamos, que outras se havião feito do mesmo Psalterio, como fôrão huma antiquissima de hum Anonymo, que existia na Bibliotheca Colbertina, de letra Gothica, e sem nota de anno; outra de João Rosses impressa em 1550. por Sebastião Grifo em 8.º em Leão de França, e outra de alguns Psalmos, particularmente de Fernando Jazava impressa em Anvers em 1540. e outra dos sete Psalmos Penitencias impressa tambem em Anvers em 1543. Acaõ vio algumas dellas Abrahaõ Usque, quando trabalhava na sua traducção. Accrescentaremos aqui, que no mesmo anno de 1553., em que sahio a de Usque, se imprimio em Amsterdaõ huma traducção de todo o Psalterio com sua Paraphrase em hebraica de João Steelfio feita por Cornelio Snoi natural de Gouda.

Bem que toca a esta edição Ferrarense, parece que a tiverão diante dos olhos João Peres na versão Castellhana, que depois publicou dos mesmos Psalmos em Veneza em 1597. em 8.º He certo que muito a consultou o nosso João Baptista de Este Judeo converso na Trasladação, que nos deo não de todos os Psalmos, como parece entender Castro, mas tão sómente dos Psalmos *Mysteriosos*, em que David havia profetizado, a que o Messias obecaria na Redempção dos homens; e tambem o Portuguez Calvinista João Ferreira de Almeida na sua versão Portuguesa dos Psalmos impressa em Franguebas na India Oriental em 1748 em 12.º na officina da Real Missão de Dinanuarca.

Não podemos saber, se a versão Portuguesa, que vimos em outro tempo, de todo o Psalterio impressa em Oxford em 1695., seria trabalhada sobre a Traducção Ferrarense; nem tambem se o foi a outra, que sahio juntamente com o Texto original em Thessalonica em 1745. (de C. 1584.) que he rarissima, e desconhecida de todos os Bibliografos, excepto Rossi, que della faz menção. O mesmo dizemos da traducção Portuguesa dos Psalmos do Officio de N.ª Senhora, do Officio dos Defunctos, e dos sete Psalmos Penitencias, impressa em Pariz em 1563. por Jeronymo de Marnef. em hum tomo em 16.º de



A estas edições podemos ajuntar a particular do Livro de Ruth com os Commentarios de R. Salomaõ Alkabetz, que se publicou em Constantinopla em 4.º no anno de 5321. (de C. 1551.) edição que parece ser do Portuguez Salomaõ Uique, porque com elle conforma a idade, e o nome do editor. (a)

#### CAPITULO IV.

##### *Dos Judeos Portuguezes, que escreverão obras de Literatura Sagrada.*

**M**uitos, e mui nomeados fôraõ os Rabbis, e Escritores Judeos, que neste século se empregáraõ nos Estudos Sagrados; nós apontaremos aqui os principaes, de que temos noticia, e o faremos por ordem Alfabetica, como o fizemos nas Memorias autecedentes.

A.

que falla Le Long; e da outra de cinco *Psalmos* de Manoel Fernandes Eborense, Discipulo de Joaõ Vasco, e Conego Magistral de Lamego impressa em Braga em 1569. em 4.º por Antonio Matiz. Menos ainda o podemos saber das outras duas traducções Portuguezas Mss. dos *Psalmos Penitenciaes*, humna, que fez D. Fr. Antonio de Sousa Bispo de Viseo para uso da Condesa de Monsanto sua Irmã, e outra de Bernardo da Fonseca Thesoureiro Mór da Cathedral de Faro Irmão do Bispo Osorio.

(a) Assim o nota Rossi de *Typograph. Hebraic. Ferrar.* Não sabemos, se os Judeos Portuguezes trabalhariaõ tambem na edição Hebreo-Espanhola de Isaías, e Jeremias feita em Thessalonica, ou em Strassburgo, como diz Castro, em 4.º no anno 329. (de C. 1569.) acabada no dia iv. do mez de Tisri na Officina de José ben Isaac ben José Jebetz; da qual se falla no Catalogo dos livros Mss. Orientaes de Bouguet, e de que assim já fizemos menção, della faz memoria Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. II. p. 493. e tom. IV. p. 139. o. que consta com certeza he, que nella se seguiu pelo commun a transladação Ferrareza, posto que vem de mistura muitas palavras, e expressões mais antiquadas que as de Ferrara; como já dissemos.

## A.

R. Abrahão Usque; era natural de Lisboa, e foi havido por grande Jurista, e mui sabio em sua Lei, além da Biblia de Ferrara, e de outras obras, que fez imprimir em sua Officina Typografica, de que já fallamos nos Capitulos antecedentes, compoz, ou antes reformou huma obra, que aqui deve ter cabimento, a qual tem o titulo seguinte:

*Rasch. hasschand y Kippur, ou orden de los Ritos de la Fiesta del Año Nueva y expiación.* Seus escritos.  
Em Ferrara a 15 de Elul 5313. (de C. 1553.) em 4.º menor. (a)

Contém as Preces Vespertinas, e Matutinas, que se recitaõ na festa do começo do Anno, e as Preces da Expiacão, ou Purificação, e outras mais. (b).

Parece ser delle a outra obra, que vem no fim do volume do livro antecedente com o seguinte titulo:

Ly-

(a) Foi impresso em 1553., e não em 1554. como se diz na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa.

(b) Desta obra falla Wolfio *Bibliotheca Hebraica* tom. I. p. 32. Barbosa *Bibliotheca Lusitana*, e Rossi de *Typograph. Hebraic. Ferr.* p. 63. Wolfio no dito tom. III. p. 1201. e com elle Barbosa attribuiuõ esta obra a Usque; o mesmo seguiu Castro na *Bibliotheca Espanhola* tom I. p. 401.; com tudo Rossi quer que elle somente fosse Corrector, e Editor. He certo que Usque fô a emendou, e reformou, como se vê do titulo inteiro desta obra, que attesta o mesmo Wolfio haver achado no Catalogo da *Bibliotheca Ungeriana*.

*Machazor Orden de Rasch Hasschand y Kippur trasladado en Espanol y de nuevo emendado por industria y diligencia de Abraham Usque ben. Schelomó Usque Portuguez estampado en su casa y a su costa, e Ferraro á 15. de Elul 5323.*

A qual edição julga Rossi ser a mesma que a de que fallamos; Rotf. tem hum exemplar desta obra.

*Lybro de Oracyones de todo el año, traducydo del Hebrayco de verbo a verbo de antiguos exemplares, quando las impressas basta aqui estan errados, con muchas cosas acrecentadas de nuevo. 5312. de la Criacion a 14 de Sivan en 8.º (a)*

Veja-se o mais, que dissemos de Abrahaõ Usque no Cap. II. e III.

R. Abra-  
haõ Zacu-  
to.

R. Abrahaõ filho de Schemuel Zacuth, ou Zacuto, (b) Varaõ mui versado na Historia da Naçaõ, e sabio Professor de Astronomia; os Espanhoes o daõ constantemente por Castelhanaõ, mas diversificaõ em assignar-lhe o lugar do nascimento; Jeronymo Roman de la Higuera na sua *Historia Toletana* o faz natural de Toledo; Pedro Siruelo na *Prefaçãõ do Curso Mathematico Salamicense*, Affonso Hiipalense de Cordova no seu *Almanac*, Nicoláo Antonio, e Castro nas suas *Bibliothecas*, e outros mais o daõ nascido em Salamanca, e esta he a opiniaõ de Pedro Cuneo na sua obra da *Republica dos Hebreas*, (c) e tambem de Wolfio na *Bibliotheca Hebraica*; o que consta com certeza, he que elle foi Professor de Astronomia em Salamanca, em Çaragoça, e em Carthagena, (d) e que depois se pas-

lou

(a) Wolfio tomo III. p. 1224. crê, que esta obra he impressa pelo mesmo Abrahaõ Usque. Faltta esta noticia nas *Bibliothecas* de Barbosa e de Castro.

(b) Reservamos fallar de Zacuto nestas Memorias, porque viveo ainda no Seculo XVI., e nelle compez, ou arrematou a obra, por que aqui figura nestas Memorias. Falttaõ delle Joaõ Alberto Fabricio na *Bibliograf. Antig.* Joaõ Morino nas *Exercit. Bibl.* Joaõ Henrique Holttingero na *Hist. Eccles.* Nicoláo Antonio, Wolfio, Bartholoccio, e Castro, em suas *Bibliothecas*, Manoel Abosch na sua *Nomologia*, e Reynesio *Epistola ad Nesheros* n. 30. e 33.

(c) C. XXVIII.

(d) Agostinho Riccio no *Tratado de Motu et stae Sphaerae* publicado em o anno 1513. confessa, que fora seu Discipulo de Astronomia em Salamanca, e em Carthagena.

fou para Lisboa, talvez por 1492. por occasião do desterro dos Judeos de Espanha, ou ainda antes disto, como suspeitamos, e que aqui foi nomeado Astrónomo, e Chronista do Senhor Rei D. Manoel; pela qual razão houvemos, que era justo fazer aqui memoria del-  
le. (a)

Em Lisboa escreveu elle a sua famosa obra das *Li-<sup>Seus escri-  
tos.</sup>nhagens* com o titulo seguinte :

*Sepher Juchasin, ou Livro das Linhagens, ou  
familias. Constantinopla anno 5326. (de C. 1566.)  
Tom. II. Ccc il.*

(g) Alguns o tem por nascido em Portugal, e lhe chamão *Zacuto Lusitano*, e com effeito o mesmo Castro na sua *Bibliotheca Espanhola* sem, embargo de seguir, que elle era natural de Salamanca, tocava diz ao diante a p. 544. fallando de Zacuto Medico Portuguez, que este fôra terceiro neto de Zacuto primeiro, Cabeça da nobre familia de Judeos, que houvera deste appellido em Portugal; e que della fôra tambem o celebre Mathematico Abraão Zacuto, no que parece contradizer-se.

He necessario não confundir este Zacuto Mathematico com o dito Zacuto Lusitano insigne Medico natural de Lisboa, a quem Nicoláo Antonio faz seu terceiro neto, e Castro terceiro neto de outro Zacuto primeiro, ou Cabeça desta familia de Judeos em Portugal; o qual Medico em idade de 50. annos se passou para Amsterdã aonde morreo, como adverte Nicoláo Antonio, e Barbosa em suas *Bibliothecas*, e não em Lisboa, como se diz na *Bibliotheca Espanhola* de Castro p. 544. Nem tambem se deve confundir o Zacuto Mathematico com o outro Judeo Portuguez, que tivemos do mesmo appellido, qual foi Diogo Rodrigues Zacuto natural de Evora avô do antecedente, famoso Medico, e Mathematico, que viveo em tempos dos Senhores Reis D. João II. e D. Manoel, e escreveu *Tobias Astrologicas*. Nem tambem com o outro Zacuto Lusitano, a quem se dá hum tratado do *Clima de Lusitania offerecido ao Senhor Rei D. Affonso V.* de cujo Prologo traz hum fragmento Fr. Bernardo de Brito na *Monarquia Lusitana*, e Faria na *Europa Portuguesa*. Barbosa distingue Zacuto Lusitano do tempo do Senhor Rei D. Affonso V. e Diogo Rodrigues Zacuto, pois delles trata em diversos artigos, dando a hum o tratado do *Clima de Lusitania*, e ao outro o do *Clima, e sítio de Portugal*, que todavia parece ser huma mesma obra, e pertencer ao primeiro; mas não sabemos, se elle por Zacuto Lusitano entendeu o Zacuto Salmaticense, de quem aqui tratamos.

Este livro he por certo huma obra muito erudita, e sabia. Nelle refere a successão, e serie da doutrina desde Moylés até a sua idade, isto he, até o anno 1500., em que trata dos Reis de Israel, e das mais Nações; das Academias dos Judeos de Sorá, e da Pumbeditá; dos diversos acontecimentos do Povo Judaico; das trez feitas durante o segundo Templo; dos Escriutores Talmudistas mais famosos, e de outras cousas mais. Nesta obra seguiu muito os vestigios de R. Abrahão ben Dior no livro da *Hakkabala*; ou *Tradição*; vem inserta na obra de R. Scheriva. (b)

Ma-

(a) Foi escrito o livro das *Linhagens* em 5262. de (C. 1502.) como collige David Ganz na obra *Tzemach David* a este anno. Wolfio tom. III. p. 66. diz que vira huma edição de Constantinopla sem nota de anno em 4.º Fabio tambem impresso em Cracovia em 5340. de C. 1580 em 4.º por mandado de Estevão Rei de Polonia, como diz Plantavicio na sua *Bibliotheca Robbinica*; houve huma bella edição em Amsterdão em 477. de C. 1717. na officina de Salomão Proops em letras quadradas em 8.º porém sem os diderios, com que na primeira edição se insultava aos Christãos; foi além ditta augmentada com o c. 18. do Tratado IV. do Livro *Jesod Holam*, isto he, *Fundamento do Mundo* de R. Isaac Israel Discipulo de R. Aser, illustrado com as notas de R. Moseh Izarles; e tambem com a outra obra *Seder Holam Zota*, isto he, *Cronica menor do Mundo*, livro anonymo. Desta obra de Zacuto falla, entre outros, João Jacob Reyman no na *Historia Litteraria dos Estudos Genealogicos* p. 20. e Buxtorff no *Lexicon Chaldaico*, o qual creio que esta obra era hum livro da Lei.

(b) Desta obra se aproveitárao muitos dos Judeos, e dos Christãos, que quizeráo tratar da Historia Sagrada: como fôrão, entre outros, dos Judeos Gedaliah na obra *Schal/scheleth Hakkabala*, ou *Cadeia da Tradição*; e David Ganz no *Tzemach David* ou *Descendencia de David*; e dos Christãos José Escaligero no livro *De Emendatione temporum*; e João Morino nas *Exercitações Biblicas*, o qual lhe chama *Thesouro da Historia Sagrada*. Aaron Margalitha Judeo converso traduzio grande parte desta obra a Latim, e a illustrou com notas: Wolfio gaba muito esta traducção de hem trabalhada, e mui fiel; Bartholoccio traduzio varios lugares, e o mesmo fez João Eutorff o filho; Gustavo Perinero tambem a havia traduzido em Latim (Wolfio tom. I. p. 106.)

Delle he hum *Almanach Perpetuo do Sol*, ou *Taboas Astronomicas*.

*Matok Lannephefc*, isto he, *Doçura da alma*.  
Veneza na officina de Joaõ de Gara anno 5367. (de  
C. 1607.) em 8.º

He hum livro Theologico Moral, que consta de trez partes: na primeira trata, segundo a doutrina dos Cabballistas, de varios dogmas arcanos sobre o diverso estado da alma; sobre o Jardim de Edem, ou Paraíso; e sobre o Inferno: na segunda do seculo presente, e futuro: na terceira da resurreiçãõ, e do número das pessoas, que hão de resuscitar. Este obra lhe attribue Planavicio.

## D

Duarte Pinhel. Nasceo em Lisboa pelos fins do Se-  
culo XV. e foi hum dos illustres Grammaticos, e Ma-  
thematicos do seu tempo; de Lisboa passou a Ferrara,  
aonde trabalhou com seu amigo Abrahaõ Usque na edi-  
çãõ da Biblia Ferrarefca. Veja-se o C. I. *Dos Estudos*  
Ccc ii da

Duarte Pin-  
hel.

que Nicolão Antonio julga ser huma mesma obra, e que Wolfio diz no tom. III. p. 66. que se achava Ms. em Espanhol na Bibliotheca do Escorial com este titulo: *Abraham Zecath Almanach de tablas Astronomicas a ayuntamiento mayor*; de que se faz mençãõ no Catalogo dos Ms. de Inglaterra tomo II. n. 6142. Este he, quanto parece, o *Almanach perpetuo dos movimentos Celestes* composto por Zacuto ou em Hebreo, ou em Castelhaõ, que foi traduzido em Latim pelo Mestre José Visinho seu Discipulo, e impresso em hebra em 1496. em 4.º pelo Mestre Ortas, e dedicado ao Bispo de Salamanca; e depois em Veneza em 1499. e outra vez em 1502. com as addições de Affonso Sevilhaõ de Cordova. Como nós tivemos a Diogo Rodrigues Zacuto, que tambem escreveu *Tabulas Astrologicas*, já pôde ser que por isto alguns dos nossos confundissem hum; e outro Zacuto, e daqui nascesse a opinião, em que alguns o tiverãõ de haver sido Portuguez.

E tambem he delle outra obra Ms. intitulada: *Canon para entender los Afaires*; que diz Wolfio que vira no Catalogo inedito dos Mss. da Bibliotheca de Inglaterra; e suspeita, que tambem seria delle o outro livro *Compendio y summa de las cosas pertenecientes a los jueces Astronomicos*, que vinha naquelle mesmo Catalogo.

da *Lingua Santa*, e o Cap. III. Das *Trasladações*, e *Edições Bíblicas*.

## E

Elias  
Montalto.

Seus escri-  
tos.

Elias Montalto; ou Montalvo, ou antes Montalvão, chamado Filippe, e Filotheo Eliano, nomes, que tomou para recatar o Judaísmo em Portugal, e n'outras partes, por onde andou; era natural de Castello-Branco, e irmão de Amato Lusitano; foi Cathedratico de Medicina nas Universidades de Pisa, e de Lovanha; passou depois a França por ordem da Rainha Maria de Medicis, de quem foi Fyfico mór, e por sua intervenção obteve d'ElRei o livre exercicio de sua religião naquelle Reino, e veio a ser seu Conselheiro. (a) Morreo em 1611. e seu corpo foi embalsamado, e por ordem da Rainha levado a Amsterdaõ por seus dous filhos Moysés Montalto, e Saul Levi Mortera, para alli ser sepultado. Escreveo em Portuguez. huma obra, a que se poz este titulo.:

*Livro feito pelo illustre Elias Montalto de G.  
M. em que mostra a verdade de diversas Textos,*  
e ca-

---

(a) Fazem menção delle Bartholoccio *Bibliotheca Rabbin.* P. II p. 830. Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. I. p. 163. e tom. III. p. 103. 104. Zacuto falla delle entre os Medicos Judeos no *Indice dos Autores*, que vem no tom. I. *Historiae Medicor.* e lhe chama Eliano Montalto p. 163. §. 252. D. Nicoláo Antonio *Biblioth. Hisp. Nov.* tom. I. p. 204. Barrios na *Historia Judaica* p. 19. na *Relacion de los Postos Españoles* p. 33. e na *Vida de Uziel* p. 37. Menasses ben Israel na *Esperança de Israel* p. 96. Henrique Scharbau no *Judaismo Descoberto* p. 92. e seg. D. Francisco Manoel na *Carta das AA. Portuguezes*, e o nosso Barboza, e Castro nas suas *Biblioth. Basnage na Historia dos Judeos tom. V.* p. 1829. Joáo Halleuord na *Bibliotheca Curiosa* p. 339. e Abrahão Mercklin *Lind. renov.* p. 920. Haac Vossio na *Resposta ás terceiras objecções de Ricardo Simão* p. 95. edição de Londres allega a obra de hum Judeo a quem chama Montalto, que Wolfio crê ser este mesmo Author, e esta mesma obra.

e casos que allega as Gentilidades para confirmar suas Seitas. (a)

## G

R. Gedaliah filho de R. José Jachia, de quem ao diante fallaremos, posto que nascido em Imola na provincia de Remandiola na Italia, era por seu Pai originario de Portugal; morreu em 1539. de 45. annos de idade. (b) Foi entre os seus grande Jurista, Filosofo, Historiador, e Pregador da Synagoga. Compoz muitas obras, em que mostrava sua vasta erudição, e doutrina, das quaes daremos aqui noticia, e são as seguintes:

R. Gedaliah Jachia.

Seus escritos.

*Schalscheleth Hakkabala*, isto he, *Cadeia da Tradição, ou da Caballa*. Veneza anno de 5346. (de C. 1586.) por Joaõ de Gara. (c)

Livro da Cadeia da Tradição.

He este livro Historico muito erudito, e de muito uso, e estimação entre os Judeos. He dividido em trez partes: na 1.ª poem elle a Chronologia, e Historia Sagrada desde Adão, e a Historia dos Doutores Hebreos até o seu tempo, e aqui refere a serie de seus maiores, desde que vierão para Espanha com todos os seus.

Parte primeira.

(a) Balgaze traz alguns extractos dessa obra no tom. IX. da *Historia dos Judeos*. Nicoláo Antonio, e Barbosa não fallão desta obra, mas só das que compoz de Medicina, e Filosofía.

(b) Fallão desse Schabtai na Prefação ao livro *Siphé Jeshenim*; Bartoloccio *Bibliotheca Rabb.*; Vangeiselio Prefação á obra *Tela Ignem Satanae*; Carlos José Imbonati *Biblioth. Lat. Hebr.*, Henrique Hotttingero *Historia Ecclesiastica Vet. Test. Welfio Biblioth. Hebr.* tom. I. p. 281. e tom. III. p. 169. 170. Castro *Biblioth. Esgran.* e outros muitos. Barbosa não traz este Author na classe dos Portuguezes, talvez por não nascer fora de Portugal; com tudo sendo de Pai Portuguez deveria ter lugar na sua *Bibliotheca*, como o tiveram outros muitos, que também nascerão fora de Portugal.

(c) Sahio tambem em Cracovia em 356. de C. 1596. 4.º por ben Aaron Isaac, e em Amsterdaõ em 5457. de C. 1697. em 8.º na officina de Salomaõ ben José Proops, mas são ambas estas edições muito defeituosas.



seus titulos, e insignias; no que segue muito o livro *Juchasin*, ou das *Linbagens* de Abrahão Zacuto, supprindo toda via tudo o que nelle se omitira, pondo alli as noticias, que havia tirado de varios Codigos *Miss.* e accrescentando as cousas, que acontecerão desde o tempo, em que se escreveu aquella obra até a sua idade. Para dar idéa da Caballa, ou successão da tradição Judaica, não será inutil pôr aqui o Catalogo dos Escriitores Judeos Espanhoes; de quem elle trata em particular nesta parte da sua Historia, são elles os seguintes por ordem alfabetica:

Catalogo  
dos Escri-  
tores Es-  
panhoes  
nesta par-  
te I.

*Aaron ben Levi,*  
*Abarbanel,*  
*Abrahão de Balnes,*  
*Abrahão ben Chaiim,*  
*Abraham ben Chiia,*  
*Abrahão ben Dior,*  
*Abrahão Cohen,*  
*Abrahão ben Hezra,*  
*Abrahão ben Isaac,*  
*Abrahão Levi,*  
*Abrahão ben Maimon,*  
*Abrahão ben Samuel Zacuto,*  
*Abrahão Selemoh,*  
*Abrahão Sabab,*  
*Abrahão Bibas,*  
*Abrahão Zacuto,*  
*Albrarzeloni,*  
*Bechai ben Afer,*  
*Ronstroek,*  
*Chasdai Levita,*  
*Chasdai Chreschas,*  
*David Adudrabaõ,*  
*David Cohen,*  
*David ben Fachia,*

*David Chimchi,*  
*David ben Maimon,*  
*David ben Selemoh,*  
*Gedaliab ben Fachia,*  
*Jacob ben Chabib,*  
*Jacob ben Gecatiliab,*  
*Jedaca Happenini,*  
*Jehosuah Halorchi,*  
*Jehudah ben Barzellai,*  
*Jehudab Fachiadab,*  
*Jehudab ben Chalonymos,*  
*Jehudab ben Tibbon,*  
*Jom Tob ben Abrahão,*  
*Jon Tob Aschbili,*  
*Jonah de Gerona,*  
*Joseph Albo,*  
*Joseph ben Chabib,*  
*Joseph ben Gecatiliab,*  
*Joseph ben Gerson,*  
*Joseph Chimchi,*  
*Joseph ben Megas,*  
*Joseph ben Meir Megas,*  
*Joseph ben Scem Tob,*  
*Isaac Abarbanel,*  
*Isaac Arama,*

If-

Isaac Aboab ,	Moseh de Leaõ ,
Isaac Duran ,	Moseh ben Nachman ,
Isaac ben Harayad ,	Moseh Tibbon ,
Isaac ben Jacob ben Baruc ,	R. Perez ,
Isaac Champentom ,	Peripath Duran ,
Isaac de Leaõ ,	Samuel Abarbanel ,
Isaac de Perez ,	Samuel ben Chapbni ,
Isaac Sprot ,	Samuel de Medina ,
Levi ben Chabib ,	Samuel Tibbon ,
Levi ben Gersön ,	Samuel ben Tibbon ,
Menasseh ,	Selomoh ben Ajer ,
Moseh Cohen Tordefillas ,	Selomoh ben Gabirol ,
Moseh ben Gecatiliab ,	Selomoh Sephardi ,
Moseh ben Isaac ben Hezra ,	Selomoh Jachiadass ,
Moseh Chimbri ,	Sem Tob ben sem Tob .
Moseh Cordeiro ,	

Na II. parte da obra poem Gedaliáh 4 discursos Parte II.  
sobre o Mundo, e a Astronomia, sobre a formação do  
feto no ventre, e uso das partes do corpo humano;  
sobre a infusão da alma no corpo; e sobre os feitiçei-  
ros, e energúmenos; na III. trata da Creação do Mun- Parte III.  
do, dos Anjos, dos demonios, do Paraizo, e do infer-  
no: da invenção das couças, e das origens dos impe-  
rios, e de varios feitos, que acontecerão nos tempos  
de Josué, e nos seguintes seculos até o desterro dos Ju-  
deos de Espanha, e Portugal. Esta terceira parte con-  
tém hum compendio da Historia politica, e litteraria  
dos Gentios, e Christãos até o seu tempo.

Elle protesta, e jura, que nada conta, senão o que Authors  
que se-  
guio.  
achou em livros impressos, e Mss., e o que ouviu á  
pessoas fidedignas; serve-se muito, entre outros authors  
Judeos, de R. Serira Haggaon, de Abrahão ben Dior, de  
Maimonides, e de José Gorionides, e recorre muitas ve-  
zes aos Gregos, e Latinos, e a muitos delles Christãos. (a)

Pe-

(a) D'esta obra fez grande uso Henrique Hotttingero na sua *Historia*

Outras  
obras.

*Perus Aboth*, isto he, *exposição dos Padres*.

Continha varias explicações litteraes da Sagrada Escritura, que elle recebêra de seus maiores, as quaes começara a recolher sendo ainda muito moço.

*Sepher Haddarafoth*, isto he, *Livro de Sermões*. Em Veneza.

São 180 Sermões, que prégou em varias Cidades de Italia desde o anno de 1312 (de C. 1552.)

*Misle Selemób*.

Era hum Commentario aos Proverbios de Salomão escrito em Imola em 1557; em que interpreta toda a especie de sonhos.

*Livro, em que se explicão as vozes mais difficeis do Machfor Espanhol*.

*Livro de Enoch*.

Tratava da Chiromancia, e Metoposcopia; foi escrito em Pesaro em 1570. (a)

Se--

*Ecclesiastica do Testamento Velho*; João Christovão Wagenteilio nas notas ao livro *Sota*, e ao outro *Tela Ignea Satanae*, e outros muitos, que escreverão das antiguidades Judaicas. Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. I. e com elle Castro na *Bibliotheca Espanhola* tom. I. p. 378. dizem, que os Escretores Judeos o desprezão por trazer muitas noticias incertas, citando para isto a Ersenmeager, que lhe chama grande embusteiro P. I. do *Judaismo Descoberto*, e a João Pastricio natural de Dalmacia, que escreveo hum *Tratado dos seus erros*, que cita D. Carlos José Imbonati na *Bibliotheca Latino-Hebr.* p. 123., com tudo hum, ou outro Hebreo, que desdenha desta obra; não confibue o juizo universal da Nação, e a Nação o teve sempre em grande estima; nem ha cousa mais ordinaria entre os Judeos, que appoyar os factos de sua historia sobre a authoridade deste livro.

(a) Falta esta noticia na *Bibliotheca* de Castro.

*Sepher Gedalidh*, isto he, *Livro de Gedalidh*.

Explicava nelle varios lugares da Lei Escrita, e Oral Foi composto em Pesaró em 1575.

*Livro da Casa da Fé.*

Expunha nesta obra a excellencia da Lei de Moyfés.

*Livro do monte Sinai.*

Explicava nelle as variedades das lições com a ferie dos preceitos, que se haõ de observar fóra da Terra Santa. (a)

*Sepher en Hamminim*, isto he, *Livro do olho dos Heréges.*

Nesta obra expunha, o que he herege, o que he apostata, e o que he idolatria.

*Sepher Hammascil*, isto he, *Livro do Intelligente.*

Era huma disputa entre o Anjo Bom, e o Anjo Mao no tempo da Penitencia, e aqui se tratava das Ceremonias na festa do Novo Anno, e da Purificaçãõ.

*O Livro intitulado Louvai a Deos.*

Era hum largo Commentario ás dezoito Preces, que os Judeos costumãõ recitar todos os dias.

*Livro de Noé.*

Tom. II.

Ddd

Tra-

---

(a) Tambem falta em Castro esta noticia.

Tratava das benções, que Jacob deo a seus filhos, da sua vida, da de Joseph seu filho, do pranto, e delcânço &c.

*Livro das Bemaventuranças.*

Era hum Commentario ao Psalmo CXIX.

*Livro das Increpações da disciplina.*

Era hum Indice dos escritores, que fallão do arrependimento com a formula de confessar os peccados.

*Livro dos caminhos deleitosos.*

Continha vinte e quatro exposições sobre as Paraphrasas do Pentateuco, em que tratava de apontar o caminho de conseguir a felicidade eterna.

*Livro das Secções do Pentateuco.*

Dava nelle a razão de todas as 669. Secções, ou divisões da Lei, em que tratava de mostrar a causa de se ajuntar huma com outra, e de se dizerem humas abertas, e outras cerradas.

*Livro da Solemnidade menor.*

Continha os Sermões, ou practicas doutrinaes sobre todas as Festas moveis do anno, e particularmente sobre a Festa da Purificação.

*Hez Chaiim, isto he, Arvore da vida.*

Nesta obra respondia elle a todas as dúvidas, que se excitavao sobre a Resurreiçao dos mortos.

De

De todas estas obras só existe o livro dos cento e oitenta Sermões, e o outro da Cadeia, ou Successão da Cabballa. (a)

Gedaliah Jachia. Vid. Guedelha Jachia.

R. Gedaliah Jachia.

Guedelha, ou Gedaliah Jachia ou Jahia (b) Traduzio em Castelhana os *Dialogos do Amor* de R. Jehudáh ben Isaac Abarbanel, grande livro de Theologia, e Filosofia Moral, de que adiante fallaremos, e os publicou com este titulo:

R. Guedelha Jachia.

*Los Dialogos del Amor de Mestre Leon Abarbanel Medico y Filosofo excellente de nuevo traducidos en Lengua Castelhana, y dirigidos á la Magestad del Rey Filippo. Veneza 1568. 4.º* (c)

## J

Jehuda Abarbanel. Vid. Judas Abarbanel.

Jehuda Abarbanel.

R. José ben Dom David ben José Jachia. (d) Foi Ddd ii na-

(a) Wolfio *Bibliotheca Hebraica* tom. I. p. 280.

(b) Escrevemos *Guedelha*, e não *Gedaliah* porque assim achamos escrito o seu nome; e com elle apparecem em nossa Historia alguns outros Judeos em tempos dos Senhores Reis D. Diniz, D. João I., e D. Duarte, (como se vê da *Chronica* de Ruy de Pina C. II. e da *Monarchia Lusit.* P. VI. liv. 18. c. 3.) entendemos porém, que *Guedelha* he o mesmo nome Hebraico *Gedaliah*, com que são chamados outros muitos Judeos, que veio a ter alteração na pronunciação das Linguas Portuguesa, e Castelhana.

(c) Wolfio ignorou o author desta versão, e duvidou se ella era a mesma de Carlos Montesa impressa em Caragoça (tom III. p. 317.) Delle, e da traducção falla Castro na *Bibliotheca Espanhola* no artigo de *Judas Abarbanel*. Esta noticia se deve accrescentar em Barbosa.

(d) Buxtorfio lhe chama R. *José Jachaja*, Seldeno *Jechaja*, e Kircher no *Edipo Egyptiæ* *Jachai*. Delle falla seu filho R. *Gedaliah* na *Cadeia da Tradição*; e Plantavicio, Wolfio, Buxtorfio, Barbosa, e Castro.

José Ja-  
chia.

natural de Lisboa aonde nasceu em 5254. de C. 1494: a quem os seus houverão por descendente em Linha recta de Jessé Pai de David. Elle mesmo se intitulava *hum dos nobres de Judá, que governava o Povo Hebreo desterrado de Jerusalém na Cidade de Lisboa*; e com effeito havia sido aclamado pelos seus *Principe dos desterrados, e Mestre Universal* de todos elles. Foi Jurista, Expositor, e Talmudista de grande nome, e muito promoveo entre os nossos Judeos os estudos da Litteratura Biblica, e Talmudica. Por fim sendo seu pai, e avô obrigados por causa da religião a sahir de Portugal com toda a sua familia, elle os acompanhou nas suas viagens a Ferrara, a Napoles, e a Imola na Provincia de Remandiola na Italia; e aqui foi feito o primeiro Mestre dos Judeos, que alli viviaõ; entre os quaes ensinou por espaço de vinte e dous annos; falleceo em 5299. de C. 1539. (a)

Seus escri-  
tos.

Compoz muitas, e muy doudas obras quaes são as seguintes:

### *Parafrase ao Livro de Daniel.*

Era hum compendio da Theologia Judaica, em que explicava muitos de seus dogmas, e toda a doutrina, que tinhaõ os Judeos ácerca do Messias. (b)

Se-

(a) Este he diverso de R. José Jachia, que viveo por 1290. e foi por sua muita sabedoria Principe do Cativo entre os Judeos de Castella, de que falla Wolfio tom. I. p. 537. cujas obras mandou queimar S. Vicente Ferreira.

(b) Na Bibliotheca de Oxford ha hum exemplar Hebraico Latino desta Parafrase, segundo refere Thomas Hyde no *Catálogo dos livros impressos de Oxford* p. 3. Foi traduzida em Latim, e illustrada com notas por Constantino L'Empereur, e impressa em Amsterdaõ em 1633. em 4.º por João Sanfon, e naõ em 1653. como vem na *Bibliotheca Lusitana*. Castro na *Bibliotheca Esphañola* naõ fez menção desta obra.

*Sepher derech Chaiim*, isto he; *Livro do caminho da vida, ou dos que vivem segundo Jeremias C. XXI. v. 8.*

Nesta obra explicava elle muitos lugares allegoricos, e difficeis da *Ghemard*. Perdeo-se este livro no incendio de 1554. que houve em Padua, e apenas se salváraõ alguns cadernos.

*Ner Mitzuab*, ou *Lucerna do Preceito*, ou *Luz do mandamento conforme os Proverbios C. XI. v. 23.*

Neste livro desenvolvia as causas, ou motivos de todos os preceitos da Lei. Tambem se consumio no mesmo incendio; e pouco restou d'elle.

*Thorab Or*, isto he; *a Lei da Luz segundo os Proverbios C. VI. v. 23*; Bolonha ann. 5298. (de C. 1538.) em 4.<sup>o</sup>

Trata da bemaventurança das almas, do Paraizo, do Inferno, e da vida futura. (a)

*Perús col Ketabim*, ou *Commentario de todos os Livros Hagiografos* Bolonha ann. 1538. fol. (b)

*De Legibus Haebræorum forensibus.* Leyda 1634. 4.<sup>o</sup> (c)

Tal-

(a) Foi impresso, em Veneza em 1604. 4.<sup>o</sup>, e em Lublin, e Ferveta: nestas tres ultimas edicções não se faz menção na *Bibliotheca Espanhola* de Castro.

(b) Foi impresso em Bolonha em 1538. fol. e não em Massa Cidade de Toscana; nem em 5288. de C. 1528: como escreve Bartholoccio, a quem seguiu Castro na *Bibliotheca Espanhola*.

(c) Tambem falta esta noticia na *Bibliotheca* de Castro.



*Talmudis Babylonici Codex, Meddath, sive de mensuris Templi cum versione Latina. (a)*

*Fructus justitiæ, arbor vitæ.*

Era hum Commentario Ms. ao Ecclesiastico (b)

*Exposição aos Psalmos.*

Acabou esta obra no anno de 1527. (c)

R. Judas  
Abarba-  
nel.

R. Judas, ou Jehudáh Abarbanel nasceu em Lisboa; (d) foi filho mais velho do famoso Portuguez Isaac Abarbanel, de quem já tratámos nas Memórias antecedentes. (e) He conhecido vulgarmente pelo nome de *Mestre Leão*, ou *Leão Hebreo*, por ser para os Hebreos o mesmo Judas, que Leão. Foi bom Poeta, profundo Filósofo moral, grande Medico; (f) e insigne Mathematico. (g) De Lisboa passou com seu Pai; e seus

ir-

(a) Impresso em Leida em 1637. em 4.<sup>o</sup> Deve acrescentar-se na Bibliotheca de Castro.

(b) He huma das obras, de que se não fez menção na Bibliotheca Espanhola de Castro.

(c) Também desta obra se não falla na Bibliotheca de Castro.

(d) Nicoláo Antonio indevidamente o fez nascido em Castella.

(e) Fazem honrosa memoria de seu nome Bartholomeu Bibliotheca Rabbin. tom. III. Imbonati Biblioth. Hebr. Nicoláo Antonio Bibliotheca Hist. Wolfio Bibliotheca Hebr. tom. I. p. 436. e III. p. 316. 317. 318. e 1120. Balnage Hist. des Juifs tom. V. 1896. e 1903. Bayle Dictionario Hist. André Camucio lib. de Amore. Barbosa, e Castro nas Bibliothecas, e dos seus Monastérios bar. Israel no livro Fragilidade humana. Pt. I. Manoel Aboab Nomenclia P. II. C. 27. e R. Afarias Meer Enagim livr. III. p. 144.

(f) Parece que era d'elle varios Mss. Medicos, e Filosoficos, que existião com o nome de Leão na Bibliotheca de Medicis, como nota Wolfio tom. I. p. 403. e 436.

(g) Julga que este he o mesmo, de quem falla muitas vezes Pico

irmãos para Castella, aonde esteve até 1492, em que com elles se retirou para Italia. (a) Foi primeiro para Napoles, e depois se passou para Genova, aonde exercitou a Medicina. Quizerão alguns que elle se houvesse convertido á Religião Christãa; mas não achamos documento claro, que o confirmasse. (b)

Com-

de Mirandula na *Bibliotheca contra os Astrologos*; com o nome de *Leão Hebreo*, chamando lhe *insigne Mathematico inventor de hum novo instrumento, e author de excellentes Canones, ou regras sobre os Mathematicos*. Vid. lib. ix. C. viii. p. 454. C. xi. p. 459. e 436. Nem faça escrupulo ver, que Mirandula morreo em 1484. porque Judas Abarbanel, quando sahio de Portugal com seu Pai nos principios do Reinado do Senhor Rei D. João II. isto he, entre os annos de 1481. e 1484. figurava já de grande homem. De sua Sciencia Mathematica he testemunha o Dialogo III. *da Amor*, de que temos logo de fallar, em que elle trata das *Mathematicas*.

(a) Castro na *Bibliotheca Espanhola* diz, que elles voltáram para Lisboa sua patria, mas não achamos disse certeza; antes Nicoláo Antonio os faz ir logo immediatamente para Napoles; até o mesmo Castro havia antes dito q. mesmo no artigo de *Isaac*.

(b) Pedro Baile nas suas *Epistolas* p. 821. admirava-se muito de que nem Bartholoccio, nem Nicoláo Antonio fizessem memoria desta Conversão.

Wolffio segue o contrario, mas não convencem as razões, que para isso traz; diz elle 1.º que não era provavel que Gedaliah na *Cadeia da Tradição*, e Manoel Aboab na sua *Nomologia*, fallando d'elle não notassem este facto; mas tambem elles não notáram a conversão de seu Irmao Samuel Abarbanel, e com tudo he opiniao corrente, que este se convertêra em Ferrara, e alli recebêra o Baptismo com o nome de Affonso, e d'elle se conserva Ms. na Bibliotheca do Vaticano a representação, que para isso fizera no Pontificado de Julio III. ao Cardeal Sirlet Protector dos Neofytos. 2.º que se vê bem que elle escreveu os seus Dialogos no Judaismo, pois que segue o computo Judaico, traz argumentos tirados da Lingua Hebraica, entao menos cultivada na Italia, abraça a hypothese dor seis millenarios do Mundo, chama aos Hebreos *Santissimos Maiores*, e se conta no numero dos que professão a Lei de Moysés, e outras coisas mais; que já notára Henrique Scharbau no *Judaismo Descuberto*: mas que inconveniente ha em suppor, que os Dialogos fóram escritos antes da sua conversão? Quanto mais que da mesma obra se poderia conjecturar, que elle já entao se achava inclinado á Religião Christãa, pois que, como logo diremos, o mesmo Judeo Gedaliah, e outros mais

Seus es-  
critos.

Compoz a obra seguinte:

*Trez Dialogos do Amor.*

São nelle interlocutores Philo<sup>o</sup>pp<sup>o</sup> e Sophia. No primeiro Dialogo trata da Filosofia Moral, e nelle expõem a natureza, e essencia do Amor. No segundo da Filosofia Natural, e das Mathematicas, e aqui falla da communicacão do Amor. No Terceiro da Theologia Sublime, em que mostra a origem do Amor.

Teve esta obra em toda a Italia muita estimação, e accolhimento pelo nome de seu Author, e pela profunda sabedoria, que nella ha. Com effeito he hum livro digno de se ler; está cheio de muita doutrina, e erudição; e tem tão alta Filosofia, que não teriamos que invejar á Gregos, e Latinos, se fosse escrito com maior eloquencia, e polimento. Nelle imita Judas perfeitamente á Plató, e sempre que pôde, o concorda com seu Discipulo Aristoteles; (a) falla com muito acerto do Amor de Deos, e expoem Christãamente as opiniões dos antigos Philosophos sobre o Amor; trata com muita solidez da immortalidade da alma, e moraliza as fabulas gentilicas com sentidos allegoricos mui proprios, e subtis, e muito bem declarados. (b)

Naõ

notáraõ, que elle a escrevéra muito accommodada aos principios do Christianismo.

Naõ ousamos com tudo affirmar o que disse Bayle, e muito mais podendo nós desconfiar, que elle por ventura confundiria Judas Abarbanel com seu Irmaõ Samuel. Todas estas noticias se pôdem accrescentar nas *Bibliothecas* de Barbosa, e Castro.

(a) Manqel Aboab accrescenta, que diziaõ delle, o que em tempos antigos se dizia do Judeo Philo: *Aut Plato philonizet, aut Philo platonizet*. (Nomologia p. 303.)

(b) Este he o juizo de Guedelha Jachia, e de João Carlos Saraceno seus Traductores, de Benedicto Narchi no *Dialogo Herculeano*, e de outros muitos: com tudo alguns defeitos apontou nesta obra André Camucio no seu livro II. *De Amore* C. III.

Não se sabe ao certo, em que lingua escreverão estes Dialogos; houve quem entendeu, que se haviaõ escrito originalmente em Hebraico; (a) alguns os fizeram escritos em Latim; (b) outros em Italiano; e esta ultima opiniaõ tem parecido a muitos a mais bẽm fundada. (c)

Em que  
lingua es-  
creveo.

Digamos alguma cousa das diversas edições, e ver-  
Tom. II. Eee sões diversas  
versões, e  
edições.

(a) Alexandre Piccolomini nas suas *Instituições Moraes* fallando da *Amizade* reprehende o Traductor, que passou aquella obra do Hebreo a Italiano; pelo que a suppoem originalmente escrita em Hebraico. Esta he a mesma opiniaõ de Bartholoccio, que tambem parece indicar Joaõ Carlos Sarraceno na Prefaçã da sua versãõ Latina, porque diz, que a traduzio em Latim *Propterea quod lingua nec admodum Splendida, aut eleganti, nec studiofis omnibus communi ab ipsonet outhore conscripta sit*; e certo que da Lingua Italiana não podia elle dizer em seu tempo, que era pouco esplendida, e elegante, pelo que parece fallar da Hebraica, que entã se não havia em grande conta, até porque lhe competia a outra circumstancia de não ser ella commum a todos os Letrados.

(b) Assim o diz Micer Carlos Montela no *Prologo da Tradueção Castelhana*, que fez; e o mesmo seguio entre os Judeos Manoel Aboab na sua *Nomologia* p. 303., o que pôde fazer bastante pezo.

(c) Garcilasso Inga de la Vega na *Dedicatória* da sua *Tradueção* teve para si, que esta obra fôra escrita por seu Author em Italiano; o mesmo segue Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. III. p. 317. retrahendo-se do que havia escrito no tom. I. e allegando para isso com a edição Italiana de Veneza de 1549., que elle vio, em que Marianno Lenzi na *Dedicatória a Aurelia Petrucci* diz, que elle fôra o primeiro, que tirara das trevas aquelles Dialogos Italianos, para o que traz tambem o testemunho de Joaõ Carlos Sarraceno, que na *Dedicatória*, e *Prefaçã* de sua versãõ Latina parecia indicar isto mesmo. Com tudo não achamos neste Author, donde Wolfio podesse formar este juizo; antes o lugar, que assima pozemos delle: parece denotar o contrario. Todavia esta opiniaõ he a que parece mais bẽm assentada, a favor da qual porẽmos aqui hum lugar do Portuguez R. Menassés ben Israel, que escapou a todos, os que falláraõ disto; no *Prologo* do livro da *Resurreiçã* diz elle assim: *Hallo tambien que los mas insignes Hebreos escribieron sus libros en la Lengua vulgar, como hizo R. Mosch de Egypto su Directorio en la Lengua Arabiga, Philon Hebreo en la Lengua Griega, Don Jchuda Abarbanel en la Italiana, e outros infinitos.*

sões desta obra ; e pelo que toca ás edições em Italia-  
no , sahiraõ estes Dialogos impressos em Veneza com o  
titulo : *Leon Hebreo Dialoghi del Amore* ; fizeraõ-se di-  
versas edições ; a saber , a primeira em 1541 em 8.<sup>o</sup>  
por Aldo ; a segunda em 1549 em 8.<sup>o</sup> na officina dos  
filhos do mesmo Aldo ; (a) a terceira em 1558 em 8.<sup>o</sup>  
na officina de Giglio ; a quarta em 1564 em 8.<sup>o</sup> a  
quinta em 1573 por Nicoláo Bevilaque em 8.<sup>o</sup> e a sex-  
ta em 1586 tambem em 8.<sup>o</sup> Nesta edição se lhe enxe-  
rio hum tratadinho de *Filosofia* com o titulo : *Morali  
Filosofie di Epitteto*. Houve outra edição em 1607 em  
8.<sup>o</sup> na officina de Joaõ Bonfadino. (b)

Houve desta obra huma Versaõ Latina , que foi feita  
com summa elegancia por Joaõ Carlos Sarraceno , e im-  
pressa em Veneza em 1564 em 8.<sup>o</sup> edição por certo ni-  
tidissima. Esta versãõ acha-se tambem na obra dos *Aut-  
hores da Arte Cabbalistica* de Joaõ Pistorio. (c)

Estes Dialogos tambem fóraõ traslados em Caste-  
lhano , e por diversos Autores. Hum delles foi Geda-  
liah Jachia , ou Guedelha Jachia Judeo Portuguez ; cuja  
trasladação sahio em Veneza em 1568 em 4.<sup>o</sup> com este  
titulo : *Los Dialogos de Amor de Mestre Leon Abarbanek  
Medico y Filosofo excelente. De nuevo traducidos en  
Lengua Castellhana, y dirigidos á la Magestad del Rey  
Filippo II.* (d) Outra houve que publicou Garcilasso In-  
ga

(a) Wolfio attesta , que vira esta edição. ( *Bibliot. Hebraica* III. tom.  
p. 317. )

(b) Castro não faz menção senão da edição de 1586. Wolfio apou-  
ta miudamente todas.

(c) Toim. I. p. 331. Temos hum exemplar da edição de 1564. ,  
e vimos outro da edição de Pistorio na Bibliotheca da Real Casa de  
N. Senhora das Necessidades de Lisboa est. 927. 11.

(d) Wolfio ignorou o seu Author , e davidbu , se era a mesma ver-  
são da edição de Çaragoça de 1584. de que logo fallaremos ; nesta  
edição se enxerio hum tratado de R. Aharon Abiah , que Castro cre  
que talvez fôra Portuguez , intitulado : *Opiniones de los mas authenti-*

ga de la Vega com este titulo: *La traducion de Plin-  
dio de los tres Dialogos de Amor de Leon Hebreo he-  
cha de Italiano en Español por Garcilasso Inga de la  
Vega natural de la gran Ciudad de Cuzco Cabeza de  
los Reynos y provincias del Perú. Dirigidos á la Sa-  
cra Catholica Real Magestad del Rey D. Philippe nu-  
estro Señor. Madrid en casa de Pedro Madrigas 1590.*

Outra fez Micer Carlos Montesa Cidadão de Çara-  
goça, que sahio com este titulo: *Philographia Universal  
de todo el Mundo, de los Dialogos de Leon Hebreo, tra-  
ducida de Italiano en Español corrigida, y añadida por  
Micer Carlos Montesa Ciudadano de la insigne Ciu-  
dad de Çaragoça. En Çaragoça en casa de Lorenzo,  
y Diego de Robles á costa de Angelo Tavano ann.  
1602. (a)*

Houve tambem duas versões Francezas; huma fei-  
ta por Dionysio Sylvestre Sauvage, que se imprimio em  
Leão de França em 1551 8.º e outra trabalhada por  
M. du Paré Champenois, que publicou Bento Rigaud  
tambem em Leão de França em 1595 em 12.º com o  
titulo: *Philosophie d'Amour traduit de l'Italien en Fran-  
çois par le Seigneur du Paré Champenois.*

Alguns quizeraõ duvidar, se esta obra seria de Ju- Como esta  
das Abarbanel, porque viraõ. que sendo elle Judeo de obra he de  
religioã, nella punha a. S. Joaõ Evangelista na conta Judas  
dos Varões Santissimos, que naõ morrêraõ como Enoch, Abarba-  
e Elias; o que naõ era de esperar das opiniões de hum nel,, e naõ  
Judeo. (b) Mas todos os Judeos lhe attribuem constan- de outros.

Eee ii

te-

cos, y antiguos Filósofos, que sobre la Alma escribieron, y sus defini-  
ciones.

(a) Mandosin na *Bibliotheca Rom.* cita huma edição de 1584. e Bar-  
tholoccio outra tambem em Çaragoça de 1593. em 4.º que por ven-  
tura seraõ desta trasladação de Montesa.

(b) Estas fóraõ as razões, que moveraõ a Jac. Vindito no livro

temente este livro, e no tocante ao lugar, em que fallava de S. Joã Evangelista; 1.º podia ser accrescentado pelos Revisores Romanos, ou elle mesmo para evitar a censura o teria alli posto de proposito; (a) 2.º podia dizer aquillo segundo o parecer dos Christãos, a que elle se quiz accommodar nesta obra, como em outras cousas; por quanto já notou Gedaliah fallando de seus Dialogos, que elle escrevêra hum livro Christão, isto he, como interpreta Wolfio, composto segundo a intelligencia, e principios dos Christãos. (b)

Póde ser que seja delle hum Commentario Hebraico Ms. ao livro *Bechinath Holam*, ou *Exame do Mundo* de R. Gedaja Happenini Barcelonez. escritor do Seculo XIII. (c).

## S

R. Salomaõ Malcho  
co.

R. Salomaõ Malcho ou Malco; nos tempos do Senhor Rei D. Manoel mudou de Religião em tenra idade, e se fez Christão; e depois foi hum dos officiaes da Secretaria delRei. Andando o tempo voltou ao Judaísmo por persuazaõ de R. David Ruben celebre Judeo, que do Oriente viera á Italia, e fôra bemquisto do Papa Clemente VII., e depois se passára a Portugal. Com elle foi Malcho para a Italia, aonde se deu inteiramente-

*De vitâ. sanctorum statu* Sect. 7. p. 138. e a Jo. Diecmano no *Theatro Placciano Pseudonymorum* p. 416: para duvidarem, que esta obra fosse de Judas Abarbanel.

(a) Wolfio tom. I. p. 436. e tom. III. p. 318.

(b) Estas noticias faltaõ nas *Bibliothecas* de Barbosa, e Castro.

(c) Nesselio no *Catalogo dos Mss. Orientaes* n. 61. diz, que em hum Codigo Mss. da sobredita obra de Happenini estava junto hum Commentario Hebraico de heaõ Judeo: suspeita Wolfio que este era Judas Abarbanel tom. I. p. 403. Castro não tocou esta especie. Póde já ser que este Commentario fosse o que se juntou na edição do *Bechinath* de Praga de 1598. em 4.º que Hilario Prache julgou ser de R. Selomoch Salman, ou o que vem na edição de Soncino em 1485. que ambos trazem titulo de *Anonymos*.

mente aos estudos do Talmud, e fez nelles taes progressos, que foi Mestre nas escolas dos Judeos de Mantua, e d'outras partes de Italia no mesmo Pontificado de Clemente VII. Era taõ ardente zelador do Judaismo, que entrou em pensamentos de converter o Papa, Francisco I. e o Emperador Carlos V. Este ultimo offendeo-se de sua temeridade, e barbaramente o mandou queimar em Mantua; pelo que os Judeos o houveraõ por Martyr por haver seguido, como elles dizem, o *dogma da unidade de Deos*. (a) Havia assimulado a época da vinda do Messias em o anno de 1666., e tanto crêraõ os Judeos na sua profecia, que nesse mesmo anno se prepararaõ para receber o Messias com huma grande penitencia, qual nunca outra fôra vista entre elles, como attesta R. Jehudá Leão, e refere Hermano Vonder Hardk.

Efcreveo hum livro Cabbalistico, que he rarissimo; o qual foi impresso em Salonica. (b) Compoz mais

Seus escritos.

*Sermões, em que se achão exposições dos sentidos interiores do Talmud. Thessalonica 289. (de C. 1529.) (c)*

Li-

---

(a) Fallaõ delle R. D. Ganz na *Tzemach David*., ou *Descendencia de David* fol. 43. c. 2. R. Jehudáh Leão no *Sepher Schiré Jehuda* p. 19. Col. I. que o louva muito; R. Menasses na obra *Esperança de Israel*; Hermano Vonder Hardk na *Dissertação sobre a errada intelligencia do Psalmo CXIX. entre os Judeos* impressa em Helmstad. Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. I. p. 1076. e tom. III. p. 1054. e seguintes. He hum dos Autores que se devem acrescentar ás *Bibliotheca de Barbosa*, e Castro.

(b) Vonder Hardk. quer que seja em Saloniac Cidade de França, e não em Salonica Cidade da Asia, pois que elle nunca estivera nos domínios do Graõ Senhor; o que refuta Wolfio tom. III. p. 1059.

(c) Foi reimpresso este livro em Cracovia em 330. de C. 1570. 4.º na officina de Isaac ben Aaron Prostitz, de que foi editor R. Jacob ben Isaac Luzat; e terceira vez em Amsterdaõ em 469. de C. 1709. em 4.º na officina de Abrahão Mendes; e se chama 2.ª edição sendo realmente a 3.ª: parece que o editor R. Jechul ben Ze-



*Livro sobre a visãõ de dous animaes. Amsterdaõ na officina de Uri Veibsch ben Aaron Levi em 4.º (a)*

Nella expoem varias visões, que diz tivera em sonhos dirigidas a denotar a destruição dos Christãos, e a proxima liberdade, e salvação dos Judeos.

R. Samuel Usque.

Seus escriptos.

R. Samuel Usque irmão de Abrahão Usque, de quem já fallamos, nasceu em Lisboa. Foi mui douto nos estudos da Historia, e do Talmud. (b) Escreveo em Portuguez huma obra, que traz no frontispicio este titulo:

*Nahgm Israel, isto he, Consolação de Israel, e continua: Consolação ds Tribulações de Israel composto por Samuel Usque. Impresso em Ferrara em casa de Abrahão aben Usque da Creação 5313. (de C. 1553.) 27. de Setembro 8.º (c)*

He

vi não soube da edição de Cracovia, porque se vê de sua edição, que elle seguiu a 1.ª e não aproveitou o amplissimo indice das differenças, que só vem na 2.ª Os Judeos exaltaõ muito esta obra por sua grande elegancia, e pela subtiliza, e profundidade de suas exposições a varios lugares do Pentateuco.

(a) Esta edição não traz era.

(b) Fazem memoria delle, entre outros, Manoel Aboab na sua *Nomologia*, Isaac Cardoso na *Excellencia dos Hebreos*, Wolfio *Biblioth. Hebr.* tom. III. p. 1072. Nicoláo Antonio, Barbosa, e Castro nas suas *Bibliothecas*, e Rossi da *vãa Esperança dos Hebreos*.

(c) Foi depois impressa em Amsterdaõ em 12.º com a mesma Dedicatória, titulo, e era da edição de Ferrara, o que illudio a Wolfio, e a muitos outros Bibliografes, mas he por certo edição contrafeita, distinguem-se em ser a de Ferrara de caracteres Gothicos; e a de Amsterdaõ de caracteres redondos. Ambas estas edições são rarissimas; da segunda não se falla na *Bibliotheca Espanhola de Castro*.

Manoel Aboab na sua *Nomologia* parte II. c. 26. p. 296. louva muito esta obra, mas elle a attribue a Abrahão Usque com manifesto engano, pois o contrario consta do mesmo titulo da obra, que affirma referirnos, e de Isaac Cardoso no livro das *Excellencias dos Judeos*. Ha hum exemplar na *Bibliotheca Real de Pariz*, como se vê de seu

He impressa em caracteres Gothicos, o Prologo tem esta epigrafe : *Da ordem, e razao do livro Prologo. Aos Senhores do desterro de Portugal.* Nelle expõem o Author a sua idéa na composiçao desta obra que foi consolar os Judeos seus contemporaneos na mágoa, em que estavam, de haverem sido desterrados de Portugal, trazendo-lhes á memoria outras muito maiores calamidades, que haviam experimentado os seus antepassados; e para isto se propoz recontar hum por hum todos os trabalhos, e desventuras, com que os Judeos haviam sido maltratados em todas as idades; rematando esta narraçao dolorosa com lhes lembrar a felicidade final, que Deos lhes tinha promettido. (a)

Escreveo esta obra em Portuguez porque diz elle, *que sendo o seu principal intento fallar com Portuguezes, e representando a memoria deste seu desterro buscar-lhes por muitos meias, e longo rodicio algum alivio dos trabalhos, que passavaõ; desconveniente era fugir da Lingua, que mamara; e buscar outra emprestada para fallar a seus naturaes.*

Consta esta obra de trez Dialogos, em que são interlocutores Ycabo, Numeo, e Zicareo, isto he, como elle quiz entender o Patriarca Jacob, e os dous Profetas

---

*Catalogo* p. 79. Castro diz haver visto outro na escolhida Bibliotheca do doutissimo Francisco Perez Bayer Bibliothecario Maior de Sua Magestade Catholica. Fazem mençao deste Author Wolfio no tom. III. p. 1072. &c. Nicoláo Antonio no tom. II. p. 222. Collecçao I. Rossi no Tratado da *Vã Esperança dos Hebreos*; e o nosso Barbosa na *Bibliotheca Lusitana*.

(a) Foi prohibida esta obra no *Indice Expurgatorio* de Antonio Soto Maior p. 903. por conter muitas cousas contra S. Vicente Ferreira, e as Inquilições de Espanha, e Portugal; e no *Indice* se diz, que se prohibe esta obra ou seja em Castelhano, ou em Portuguez: donde se pôde colligir, que della se havia feito alguma traducçao Castelhana, como conjectura Wolfio.

tas Nahum, e Zacharias. Em cada hum destes trez Dialogos primeiro conta Ycabo ou Jacob em habito de pastor as calamidades, que passárao pelos Judeos; depois lamenta-se dellas chorando os males, e desgracas dos que fôrao seus filhos pelo sangue, pela Lei, e pelo espirito, fallando muitas vezes em nome de todo o Povo de Israel. A esta lamentação, e pranto seguem-se as consolações, que lhe daõ Numeo, e Zicareo, ou os Profetas Nahum, e Zacharias com lhe recordarem as protecias dos muitos bens, que haõ de vir aos Judeos. Porêmos aqui o refumo, ou summario das materias Capitães destes trez Dialogos, para dar mais largas idéas desta obra.

## D I A L O G O I.

Summario  
do Dialogo I.

O Primeiro Dialogo he intitulado: *Dialogo Pastoril sobre cousas da Sagrada Escritura* fol. I. Neste Dialogo reconta elle as calamidades dos seus antes do primeiro Templo, e durante elle; os Capitulos, que alli se contém, são os seguintes:

*Huma Lamentação de Israel.*

*Origem, e vida pastoril do Povo de Israel.*

*Vida espiritual em habito pastoril, onde começa: Estas são as ovelhas, de que atraz fallei.*

*Caça de Coelbos, e Lebres.*

*Vidas dos que peccáraõ em Israel no tempo dos Juizes, á Caça de Coelbos e Lebres appropriadas.*

*Caça de Cervos, ou Viados.*

*Vida dos máos Reis de Israel, e dos seus dez*  
Tri-

*Tribus, que são desapparecidos á caça de cervos appropriada.*

*Caça de cervos na volta da folha, onde começa: A esta hora já hum temperada sombra.*

*Vida dos mds Reis de Jebudd, á caça de Garças appropriada.*

*Tribulações de Israel na destruição da segunda Casa abreviadas, applicando a cada hum a Prophecia, que nella se cumprio.*

*Os primeiros successos de Israel na Terra Santa.*

*O primeiro Rei, que tiveraõ, e seu successo, e como depois se partio o Reino em duas partes.*

*O successo dos Reis de Israel, e dos dez Tribus, que ensemborecáraõ.*

*Lamentação de Israel sobre a perda dos dez Tribus.*

*Donde tomou, ou principiou a Idolatria.*

*Consolação humana no cativoiro dos dez Tribus.*

*Consolação divina no cativoiro dos dez Tribus.*

*Successo dos Reis de Jebudd, e do Povo, que ensemborecáraõ em Jerusalém, e como fôraõ destruidos pelos Babylonios.*

*Notavel lamentação sobre a perda da Primeira Casa.*

## D I A L O G O II.

Summario  
do Dialogo II.

**O** Segundo Dialogo fol. 87. trata da reedificação da segunda Casa, e todo o seu successo até ser por Tito destruida, e a consolação de tal perda. Eis-aqui os Capitulos.

*Consolação na perda da primeira Casa, e como foi reedificada a segunda, e o povo, que a ella veio, e a vingança nos Babylonios.*

*Bens que faltárao na segunda Casa.*

*Particular successo da segunda Casa, e das guerras, que ultimamente tiveraõ com os Romanos, e como por elles foi destruida.*

*Fabrica do Segundo Templo, que fez Herodes.*

*Lamentação na perda da segunda Casa, e o fim que houveraõ os Romanos, e todos os que haviaõ atély offendido a Israël, e os Profetas, que o predisseraõ.*

*Sinaes maravilhosos, que antes da destruição da segunda Casa se mostráraõ.*

## D I A L O G O III.

Summaro  
do Dialogo III.

**N**O Dialogo Terceiro fol. 157. se trata desde a perda da segunda Casa destruida pelos Romanos, quantas tribulações padeceo Israel até este dia, e ao pé todas as Profecias, que nellas se baõ cumprido, e ultimamente sua consolação assi humana, como divina. Eis-aqui o summario dos Capitulos.

*Males que depois dos Romanos succedèraõ a Israël*

*rael por muitas partes do mundo ; primeiro o de Sisebuto Rei dos Godos na Espanha.*

*Mal vindo em França por causa de huma Hostia.*

*Tribulação na Espanha por causa de Toledo.*

*Tribulação em toda a Mourisma por hum furto feito na Cidade Medinat albiou Meca.*

*Mal nos de França por hum moço.*

*Mal na mesma França pela feitiçaria dos porcos.*

*Tribulação nos de Espanha pelo ferreiro.*

*Tribulação nos da Persia pelo falso Masiab , ( ou Messias ) que se levantou.*

*Mal nos de Alemanha por causa de trez moços.*

*Mal nos de França por diversos levantamentos.*

*Grande mal nos de Napoles em galardão de hum grande beneficio , que os Judeos ao Reino fizeraõ.*

*Mal nos de Inglaterra por causa de hum Religioso , que se namorou de huma Judia.*

*Mal nos proprios de Inglaterra por peste , guerra , e fome , que veio ao Reino n'hum tempo.*

*Mal nos de Frandes por causa de huma Hostia.*

*Mal em Alemanha por causa da morte de hum homem.*

*Grandes males em muitas partes , por causa ,  
e máo dos pastores.*

*Torvação nos de Italia por meio do Irmão de  
hum Papa chamado Sancho.*

*Mal grande nos de França por dizerem , que  
os Judeos havião empeçonhado as agoas.*

*Mal em Alemanha pelo mesmo falso testemunho.*

*Tribulação nos de França por odio.*

*Grande mal nos de Espanha por meio de hum  
Religioso por nome Fr. Vicente.*

*Tribulação em Espanha por hum moço*

*Males na mesma Espanha por dous falsos tes-  
temunhas.*

*A Inquisição de Espanha sobre os confessos de  
Fr. Vicente.*

*A entrada dos Judeos de Castella em Portu-  
gal , e o mal , que veio aos que se embarcáraõ pa-  
ra terra de Mouros.*

*Quando mandáraõ os meninos dos Judeos á  
Ilha dos Lagartos em Portugal.*

*Como em Portugal fizeraõ os Judeos Cbristãos  
por força.*

*A matança , que se fez nos Judeos de Portu-  
gal sendo já mal bautizados.*

A

*A Inquisição de Portugal posta por el Rey D. João Terceiro deste nome sobre os Judeos, que com força fôraõ convertidos.*

*Do succedido aos desterrados de Portugal.*

*Desterro ultimo de Napoles.*

*Torruação nos de Constantinopla.*

*O mal de fogo, que veio sobre os de Salonica.*

*Desterro dos de Bobemia.*

*O desterro dos de Ferrara.*

*O grande mal de Pesaro.*

*Cada hum destes males levava ao pé a Profecia, que parece haver-se nelles cumprido.*

*Notavel Lamentação de Israel sobre todas estas tribulações.*

*Consolação humana nas tribulações de Israel, na qual se contém oito vias de consolação de grande importancia, por que respondem, e satisfazem ás duvidas, que Israel moveo em sua lamentação, e outras de novo, que com as fadigas deste nosso desterro ao presente se movem.*

*Huma grande dúvida, que poem Israel.*

*A satisfação della.*

*Pergunta Israel: Quando virá o bem, que esperamos? e a resposta de Numeo.*

U



*Ultima consolação, e divina com todas as Profecias da Sagrada Escritura, que claramente promettem os bens, que esperamos por certo remedio de todos nossos males, e tão largo, que não somente os vivos, mas todos os mortos, que tantos tempos há, que ainda na sepultura esperão, hão de resuscitar para os gozarem.*

Taes são os objectos, ou artigos destes trez Dialogos. O seu Author para prova dos factos cita á margem os escritores fidedignos entre os seus, e os ditos dos anciões, que os presenciáram. Bem se vê, que Samuel Usque nesta obra se dirige não só a consolar a seus Irmãos desterrados de Portugal, mas também a firmar a Religião Judaica, e a mostrar a injustiça dos Christãos, que a combatião.

*Tragedia de assumpto Biblico.*

Compoz esta tragedia de companhia com Lazaro Graciano Levi, a qual depois passou a Italiano R. Jehudá Arié de Modena chamado vulgarmente: *Leão de Modena* ou *Mutinense*, que a publicou em Veneza em 1619. em 12º, (a)

R. Scelomoh Malfo

R. Soelemoh. Vid. R. Salomão Malco.

CA-

(a) Fazem memoria della Cinello na *Bibliotheca Volante* Sêc. IV. p. 71. e Wolfio na *Bibliotheca Hebraica* tom. III. p. 300. 1027. e Falas 1926 esta noticia nas *Bibliothecas* de Castro, e de Barbosa.

# INDICE

Das MEMORIAS que contém o segundo Tomo.

<b>M</b> EMORIA <i>Para a Historia da Agricultura em Portugal.</i> - - - - -	Pag. 4.
MEMORIAS <i>Sobre as Fontes doCodigo Filippino</i> , por JOAÕ PEDRO RIBEIRO. - - - - -	46.
MEMORIA, <i>Que levou Accessit em 12 de Maio de 1790. sobre as Bebetrias, bonras, e Contos, e sua differença.</i> - - - - -	171.
MEMORIA, <i>Que tambem levou Accessit, sobre o Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos, e qual seja a sua natureza.</i> - - - - -	184.
MEMORIA <i>Sobre a materia ordinaria para a escrita dos nossos Diplomas, e papeis públicos</i> , por JOSE' ANASTASIO DE FIGUEIREDO. - - - - -	227.
MEMORIA I. <i>Da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV.</i> por ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS. - - - - -	236.
MEMORIA II. <i>Para a Historia da Legislaçã, e Costumes de Portugal</i> , por ANTONIO CAETANO DO AMARAL. - - - - -	313.
MEMORIA II. <i>Da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI.</i> por ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS. - - - - -	354.

# C A T A L O G O

*Das Obras já impressas , e mandadas compôr pela  
Academia Real das Sciencias de Lisboa; com  
os preços, por que cada huma dellas se  
vende brochada.*

- 
- |  |      |
|--|------|
| I. <b>B</b> REVES Instrucções aos Correspondentes da Aca-  |      |
| demia, sobre as remessas dos productos naturaes ,  |      |
| para formar hum Museo Nacional , folbeto 8.º   | 120  |
| II. Memorias sobre o modo de aperfeiçoar a Manufactura do Azeite em Portugal , remettidas á Academia , por |      |
| João Antonio Dalla-Bella , Socio da mesma , 1. vol. 4.º  | 480  |
| III. Memoria sobre a Cultura das Oliveiras em Portugal ,   |      |
| remettida á Academia , pelo mesmo Author , 1. vol. 4.º   | 480  |
| IV. Memorias de Agricultura premiadas pela Academia ,  |      |
| 2. vol. 8.º  | 960  |
| V. Paschalis Josephi Mellii Freirii , Hist. Juris Civilis  |      |
| Lusitani Liber singularis , 1. vol. 4.º  | 640  |
| VI. Ejusdem Institution. Juris Civilis Lusitani , 3. vol. 4.º  | 1440 |
| VII. Osmia , Tragedia coroada pela Academia , folb. 4.º  | 240  |
| VIII. Vida do Infante D. Duarte , por André de Re-   |      |
| zende , folb. 4.º  | 160  |
| IX. Vestigios da Lingua Arabica em Portugal , ou Lexi-   |      |
| con Erymologico das palavras , e nomes Portuguezes ,   |      |
| que tem origem Arabica , composto por ordem da Aca-  |      |
| demia , por Fr. João de Sousa , 1. vol. 4.º  | 480  |
| X. Dominici Vandellii , Viridarium Grysley Lusitanicum   |      |
| Linnæanis nominibus illustratum , 1. vol. 8.º  | 200  |
| XI. Ephemerides Nauticas , ou Diario Astronomico para  |      |
| o anno de 1789 , calculado para o meridiano de Lis-  |      |
| boa , e publicado por ordem da Academia , 1. vol. 4.º  | 360  |
| O mesmo para o anno de 1790 , 1. vol. 4.º  | 360  |
| O mesmo para o anno de 1791 , 1. vol. 4.º  | 360  |
| O mesmo para o anno de 1792 , 1. vol. 4.º  | 360  |
| XII. Memorias Economicas da Academia Real das Scien-   |      |
| cias de Lisboa , para o adiantamento da Agricultura ,  |      |
| das Artes , e da Industria em Portugal , e suas Con-   |      |
| quif-  |      |

- quistas, 3. vol. 4.º - - - - - 2400
- XIII. Collecção de Livros ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados dos Senhores Reys D. João I., D. Duarte, D. Afonso V., e D. João II., 3. vol. fol. - - - - - 5400
- XIV. Avisos interessantes sobre as mortes apparentes, mandados recopilar por ordem da Academia, folb. 8.º - gr.
- XV. Tratado de Educação Fyfica para uso da Nação Portugueza, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias, por Francisco de Mello Franco, Correspondente da mesma, 1. vol. 4.º - - - - - 360
- XVI. Documentos Arabicos da Historia Portugueza, copiados dos originaes da Torre do Tombo com permissoão de S. Magestade, e vertidos em Portuguez por ordem da Academia, pelo seu Correspondente Fr. João de Sousa, 1. vol. 4.º - - - - - 480
- XVII. Observações sobre as principaes causas da decadencia dos Portuguezes na Asia, escritas por Diogo de Couto em forma de Dialogo, com o titulo de Soldado Pratico; publicadas de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por Antonio Caetano do Amaral, Socio Effectivo da mesma, 1. tom. in 8.º mai. - 480
- XVIII. Flora Cochinchinensis: sistens Plantas in Regno Cochinchina nascentes. Quibus accedunt alix observatæ in Sinenfi Imperio, Africâ Orientali, Indiæque locis variis. Labore ac studio Joannis de Loureiro Regiæ Scientiarum Academiæ Ulyssiponensis Socii: Jussu Acad. R. Scient. in lucem edita, 2. vol. in 4.º maior. 2400.
- XIX. Synopsis Chronologica de Subsídios, ainda os mais raros, para a Historia, e Estudo critico da Legislação Portugueza; mandada publicar pela Academia Real das Sciencias, e ordenada por José Anastasio de Figueiredo, Correspondente do Número da mesma Academia, 2. vol. 4.º - - - - - 1800
- XX. Tratado de Educação Fyfica para uso da Nação Portugueza, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias, por Francisco José de Almeida, Correspondente da mesma, 1. vol. 4.º - - - - - 360
- XXI. Obras Poeticas de Pedro de Andrade Caminha, publicadas de ordem da Academia, 1. vol. 8.º - - - 600
- XXII. Advertencias sobre os abusos, e legitimo uso das Aguas Mineraes das Caldas da Rainha, publicadas

das de ordem da Academia Real das Sciencias, por  
Francisco Tavares, Socio Livre da mesma Acad. folh. 4.º 120  
XXIII. Memorias de Litteratura Portugueza, 2. vol. 4.º 1600  
XXIV. Fontes Proximas doCodigo Filippino, 1. vol. 4.º 400

*Estão debaixo do preço as seguintes.*

Actas, e Memorias da Academia Real das Sciencias. 1.º vol.  
Taboadas Perpétuas Astronomicas para uso da Navegação Por-  
tugueza.

Diccionario da lingua Portugueza.

Memorias de Litteratura Portugueza. 1.º vol.

---

*Vendem-se em Lisboa nas logeas de Borel, e de Bertrand,  
e na da Gazeta; e em<sup>h</sup>Coimbra, e Porto tambem pelos mesmos  
preços.*













